



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1440

Quinta-feira - 06 de Março de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2
Alto Bela Vista.....	3
Arroio Trinta.....	3
Atalanta.....	6
Balneário Rincão.....	7
Bela Vista do Toldo.....	7
Biguaçu.....	12
Braço do Trombudo.....	14
Brunópolis.....	20
Brusque.....	21
Caçador.....	22
Camboriú.....	23
Campo Alegre.....	23
Campos Novos.....	32
Canoinhas.....	32
Chapadão do Lageado.....	33
Cocal do Sul.....	34
Concórdia.....	34
Cordilheira Alta.....	64
Coronel Freitas.....	65
Correia Pinto.....	66
Corupá.....	66
Doutor Pedrinho.....	71
Ermo.....	73
Faxinal dos Guedes.....	74
Forquilha.....	76
Fraiburgo.....	77
Garopaba.....	80
Gaspar.....	124
Grão Pará.....	125
Guaramirim.....	126
Herval d'Oeste.....	127
Ibiam.....	127
Imbituba.....	128
Iomerê.....	129
Ipumirim.....	129
Itaiópolis.....	138
Itapiranga.....	138
Itapoá.....	140
Jacinto Machado.....	140
Joaçaba.....	143
Lebon Regis.....	146
Lindóia do Sul.....	150
Luzerna.....	150
Massaranduba.....	152
Meleiro.....	154
Modelo.....	154
Monte Carlo.....	154
Navegantes.....	201

Nova Trento.....	202
Novo Horizonte.....	203
Palhoça.....	204
Passo de Torres.....	206
Passos Maia.....	225
Peritiba.....	225
Pinheiro Preto.....	226
Pomerode.....	226
Porto União.....	227
Rio do Sul.....	231
Salto Veloso.....	250
Santa Rosa do Sul.....	250
Santa Terezinha do Progresso.....	251
São Bento do Sul.....	252
São José.....	261
São José do Cedro.....	270
São Lourenço do Oeste.....	273
Schroeder.....	278
Serra Alta.....	320
Siderópolis.....	326
Sombrio.....	327
Timbó.....	334
Três Barras.....	338
Treze Tílias.....	339
Tunápolis.....	342
Vargeão.....	362
Vargem Bonita.....	363
Videira.....	363
Vitor Meireles.....	370
Xavantina.....	371
Xaxim.....	372

Consórcios

CIS/AMARP.....	372
CIS/AMAUC.....	372
Consórcio Lambari.....	374

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

Portaria 080/2014

PORTARIA Nº 080/2014 de 26 de fevereiro de 2014
"CONTRATA POR TEMPO DETERMINADO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Contratar por tempo determinado, ANA PAULA SANTOS CERINO, inscrita sob CPF nº 082.909.859-32, aprovada no teste seletivo 004/2013, no cargo de Professor de Educação Física, com carga horária de 20 horas semanais, pelo período de 26/02/2014 até 31/12/2014.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 26 de fevereiro de 2014
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Diretor do Dpto de RH.

Portaria 081/2014

PORTARIA Nº 081/2014 de 27 de fevereiro de 2014.
"CONCEDE ADICIONAL POR GRAU DE INSTRUÇÃO A FUNCIONÁRIA QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Art 1º Conceder a funcionária, Camila Raquel Macagnan, solteira, funcionária pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, inscrito sob CPF nº 048.074.679-64 o adicional por grau de instrução no percentual de 10%, vez que a servidora efetiva está acessando o adicional referente Curso Superior na área de atuação, conforme o artigo 112 da Lei 058/2009, conforme requerimento e certidão anexa.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 17/02/2014 revogando-se as disposições em contrário.

Água Doce, 27 de fevereiro de 2014.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Diretor do Dpto de RH.

Portaria 082/2014

PORTARIA Nº 082/2014 de 27 de fevereiro de 2014.
"CONCEDE ADICIONAL POR GRAU DE INSTRUÇÃO A FUNCIONÁRIA QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Art 1º Conceder a funcionária, Kárin Ane Côrso, solteira, funcionária pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, inscrito sob CPF nº 048.377.789-76 o adicional por grau de instrução no percentual de 14%, vez que a servidora efetiva está acessando o adicional referente Curso em nível de Mestrado na área de atuação, conforme o artigo 112 da Lei 058/2009, conforme requerimento e certificado anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 18/02/2014 revogando-se as disposições em contrário.

Água Doce, 27 de fevereiro de 2014.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Diretor do Dpto de RH.

Portaria 083/2014

PORTARIA Nº 083/2014 de 28 de Fevereiro de 2014
"EXONERAÇÃO DO CARGO DE SECRETÁRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E URBANISMO"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Exonerar do cargo de Secretário da Indústria, Comércio e Urbanismo, o Sr. Newton Luíz Bedin, brasileiro, inscrito sob CPF nº 019.843.999-77 a partir de 28/02/2014.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 28 de Fevereiro de 2014
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Diretor do Dpto de RH.

Alto Bela Vista

PREFEITURA

Ratificação de Edital

RATIFICAÇÃO DE EDITAL

Alteração referente à data de abertura e apuração das propostas, onde lia-se 17/02/2014, leia-se 17/03/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 003/2014
Modalidade: PREGÃO nº 003/2014

O Município Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a aquisição de peças e serviços especializados para recuperação e montagem de um motor de um veículo Renault master, consoante disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, no que couber com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas em Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até à 09:00 horas, do dia 17/03/2014, em sessão pública, dirigida por pregoeiro designado, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração do Fundo Municipal de Saúde, em cada um dos itens da licitação. Íntegra do Edital encontra-se na página na no endereço: <http://www.altobelavista.sc.gov.br> e informações, pelo telefone (49) 3455-9022, ou, ainda pelo correio eletrônico: compras@altobelavista.sc.gov.br.

Alto Bela Vista (SC), em 27 de fevereiro de 2014.
CATIA TESSMANN REICHERT.

Processo de Licitação Nº 008/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 008/2014
Modalidade: Tomada de Preço 001/2014
do Tipo Técnica e Preço

O Município Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Tomada de Preço do Tipo Técnica e Preço, na forma presencial. Esta licitação tem por objeto a obtenção de proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para prestação de serviços profissionais nas áreas de assessoria, consultoria e elaboração de projetos (planos de trabalho, estudos de demanda, atendimentos aos pareceres e atividades afins) e busca de programas de captação e recursos junto aos órgãos públicos da União, Estados, Fundos e Bancos Oficiais (em conformidade com a legislação vigente) para o Município de Alto Bela Vista. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até às 09:00 horas, do dia 31 de março de 2014. Data em que se fará sessão pública, dirigida por pregoeiro designado, a partir das 09:00 hs. Íntegra do Edital encontra-se no site oficial do município no endereço: <http://www.altobelavista.sc.gov.br> e informações, pelo telefone (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista (SC), em 28 de fevereiro de 2014.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal.

Arroio Trinta

PREFEITURA

Termo Aditivo Nº 0002 /2014 - Setep Construções S.a

TERMO ADITIVO 0002/2014 AO CONTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 065/2013 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA PADRE AUGUSTINHO COM 3.459,63M², PARTE DA RUA/ TRAVESSA SANTO ABATTI COM 1.161,20M² E PARTE DA RUA PASQUAL NAVA COM 785,00M²,

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA- SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede a Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do Comércio nº 227, Centro, Município de Arroio Trinta – Santa Catarina e a Empresa SETEP CONSTRUÇÕES S.A pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.665.141/0001-50, com sede na Rua Francisco Martinhago nº 258, na cidade de CRICIÚMA, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor ADEMIR LOCKS, Portador do CPF 290.608.409-87, e CI sob nº 234.090, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA, que se regerá pelas disposições contidas no Art. 57, inciso II, da Lei 8.666/combinação com a Lei nº 8.883/94, atendidas a Cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

A CLAÚSULA SEGUNDA do Contrato nº 0065/2013, passa a vigor com a seguinte redação:

PRAZO

CLAÚSULA ADITIVA PRIMEIRA – O prazo de vigência do Contrato nº 065/2013, através deste Termo passa a ser de 1º de fevereiro de 2014 a 31 de março de 2014.

Parágrafo único: O presente Termo poderá ser prorrogado, conforme determina a Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94, havendo interesse de ambas as partes.

CLAÚSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do contrato original, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem certos e ajustados, fazem o presente termo, em 03 cópias de iguais teor e forma, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta- SC, 29 de janeiro de 2014.
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC
CNPJ 8.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal
Contratante

SETEP CONSTRUÇÕES S.A
C.P.N.J. SOB O Nº 83.665.141/0001-50,
ADEMIR LOCKS,
CPF 290.608.409-87

TESTEMUNHAS:
MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI
CPF: 000.077.349-21

CESAR LUIZ ALTENHOFEN
CPF: 818.571.019-87

Termo Aditivo Nº 0001/2013 - Instituto de Ensino e Assistência Social

TERMO ADITIVO 0001/2013 AO CONTRATO 0003/2013 - CONTRATAÇÃO DE HOSPITAL ESPECIALIZADO PARA SERVIÇOS DE CIRURGIAS ELETIVAS, RAIOS X, ECO DOPPLER E CONTRIBUIÇÃO UTI PARA OS MUNICÍPIOS DE ARROIO TRINTA – SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0003/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2013

TERMO ADITIVO 0001/2013 ao Contrato de Prestação de Serviços sem vínculo empregatício, de Hospital Especializado para fornecimento de serviços de rádio-imagem, para os municípios de Arroio Trinta – SC, que entre si celebram de um lado o Município de Arroio Trinta – SC, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob nº 10.479.381/0001-97, com endereço na Rua XV de novembro nº 26, na cidade de Arroio Trinta - SC neste ato devidamente representado por seu Gestor o Senhor TARCÍSIO LIDANI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 613.139.809-78 e CI nº 2.111.407, residente e domiciliada na Rua Albano Gemelli nº 98, em Arroio Trinta – SC, de agora em diante denominada CONTRATANTE e de outro lado INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL (HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR), pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 086.552.809/0003-03, inscrição estadual: Isento e inscrição municipal sob nº 1887831, com sede na Rua Coronel Fagundes, 180 na cidade de Videira – SC, neste ato devidamente representado por seu Diretor Administrativo senhor FLAMARION DA SILVA LUCAS, brasileiro, divorciado, Diretor Administrativo, portador do CPF nº 658.498.760-49 e RG sob nº 501.261.4698, residente e domiciliado à Rua Padre Anchieta 481, apto 001, Bairro Anchieta, no Município de Videira – SC, de agora em diante denominada CONTRATADA, que pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo Processo Licitatório nº 0003/2013, Pregão Presencial nº 0002/2013, pactuam o presente Termo Aditivo de acordo com o Art. 65, inciso II, alínea "d" § 1º que se regerá pela Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94, atendidas a cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA ADITIVA PRIMEIRA – Fica aditivado o Contrato nº 0003/2013, nos seguintes valores e quantidades:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	V.UNIT.	V.TOTAL
01	04	UN	CIRURGIAS ELETIVAS NAS ESPECIALIZAÇÕES: GINECOLOGIA, UROLOGIA, ORTOPEDIA, CIRURGIA GERAL E ONCOLOGIA DE MÉDIA COMPLEXIDADE.	1.680,00	6.720,00
TOTAL					6.720,00

CLÁUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do contrato original, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem certos e ajustados, fazem o presente termo, em 03 cópias de iguais teor e forma, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta-SC, 23 de dezembro de 2013.
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA
CNPJ: 10.479.381/0001-97
TARCÍSIO LIDANI
CPF nº 613.139.809-78
Contratante

INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR
CNPJ: 86.552.809/0003-03
FLAMARION DA SILVA LUCAS
Diretor Administrativo
Contratado

TESTEMUNHAS:
MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI
CPF – 000.077.349-21

JULIANA SERIGHELLI
CPF: 044.849.119-22

Contrato Nº 0004/2014 - Instituto de Ensino e Assistência Social

CONTRATO Nº 0004/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0004/2014

TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2014

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LABORATÓRIO PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES AOS MUNICÍPIOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO ARROIO TRINTA-SC.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.479.381/0001-97, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta – SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do Comércio nº 227, Centro, Município de Arroio Trinta – Santa Catarina e a empresa INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 86.552.809/0003-03, com sede na Rua Coronel Fagundes 180, Bairro Centro, no Município de Videira – SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu Diretor Administrativo senhor FLAMARION DA SILVA LUCAS, brasileiro, divorciado, Diretor Administrativo, portador do CPF nº 658.498.760-49 e RG sob nº 501.261.4698, residente e domiciliado à Rua Padre Anchieta 481, apto 001, Bairro Anchieta, no Município de Videira – SC, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo Processo Licitatório nº 0004/2014, TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2014, Doravante denominado o processo, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94, atendidas a cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

Cláusula Primeira – O objeto do presente Contrato, consiste na prestação de serviços para a coleta do material e realização de exames, prestados pelo INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR, aos municípios usuários do SUS (SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE) do Município de Arroio Trinta – SC, de acordo com os devidos encaminhamentos da Secretaria Municipal de Saúde, por meio do Fundo Municipal de Saúde, conforme, quantidade, valores e demais dados constantes do Processo Licitatório acima destacado, que é parte integrante deste contrato independentemente de transcrição:

§ 1º - A coleta do material para realização dos exames, deverá ser feita diariamente, de segunda a sexta-feira em horário de expediente; nos horários noturnos e finais de semana, somente quando solicitado pelos médicos da Unidade de Saúde;

§ 2º - A empresa vencedora deverá ter um posto de coleta no Município, no perímetro urbano da cidade, para que se possa fazer a coleta dos mesmos;

§ 3º - A Secretaria Municipal de Saúde, fará o encaminhamento dos pacientes ao laboratório para a realização dos exames;

§ 4º - Os exames deverão ser realizados na sede da empresa



(laboratório) será por conta da Contratada;

§ 5º – Todos os insumos: potes, seringas, luvas descartáveis, reagentes e outros itens necessários à coleta e realização dos exames serão por conta do laboratório vencedor;

§ 6º – O transporte do material (exames) para a realização dos mesmos, será por conta da Contratada;

§ 7º – A entrega do resultado dos exames deverá ser feita pela empresa vencedora, no posto de coleta do material, perímetro urbano, no Município de Arroio Trinta;

§ 8º – A Contratada deverá informar ao paciente, o dia e hora em que ele poderá retirar o resultado dos exames.

§ 9º – Todas as despesas com a entrega e transporte dos resultados dos exames, correrão por conta da proponente.

Cláusula Segunda – A coleta do material deverá ser efetuada em Laboratório localizado no Município de Arroio Trinta - SC, e os exames deverão ser realizados no Laboratório acima citado, conforme a necessidade da Contratante, pelo preço já estabelecido no Processo Licitatório, mediante encaminhamento da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta – SC.

Cláusula Terceira – Estima-se o valor Global deste Contrato em R\$85.646,84(oitenta e cinco mil seiscentos e quarenta e seis reais e oitenta e quatro centavos), com base nos preços apresentados na licitação, não havendo reajuste dos mesmos até o final do Contrato.

Cláusula Quarta – O prazo de validade do presente Contrato é de 1º de fevereiro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Cláusula Quinta – A Despesa deste Contrato correrá a conta dos seguintes elementos de despesas do Fundo Municipal de Saúde de Arroio Trinta, do orçamento relativo ao exercício de 2014.

Parágrafo único – O pagamento será realizado mensalmente, até o 10º dia útil do mês subsequente ao vencido de acordo com o relatório de atendimentos, apresentados pelo Fundo Municipal de Saúde e mediante o fornecimento da Nota Fiscal.

Cláusula Sexta – A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela contratante.

Parágrafo único – A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas, ou seja, serviços de boa qualidade.

Cláusula Sétima – O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas sujeitará a Contratada às sanções previstas na Lei, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

Cláusula Oitava – A multa aplicada no caso do não cumprimento do Contrato será de 5% (cinco por cento) do valor global contratado.

Cláusula Nona – O Contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei de licitações, sem que caiba à Contratada direito de qualquer indenização, sem prejuízos das penalidades pertinentes.

Cláusula Décima – O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte.

Cláusula Décima Primeira – A Contratada assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes com a coleta e transporte do material até o laboratório sede e a realização dos exames, aparelhos e equipamentos necessários ao bom e perfeito

resultado dos mesmos. Responsabiliza-se, entrega dos resultados e também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

§ 1º – Os danos e os prejuízos serão ressarcidos a Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa à Contratada sob pena de multa.

§ 2º – A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

§ 3º – A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 4º – A Contratada manterá durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

Cláusula Décima Segunda – Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste Contrato e da execução de seu objeto.

Cláusula Décima Terceira – O Foro do presente Contrato será o da Comarca de Videira – SC, excluído qualquer outro.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03(três) cópias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 31 de janeiro de 2014.
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA
CNPJ 10.479.381/0001-97
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal
Contratante

INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR
CNPJ nº 86.552.809/0003-03

CONTRATADA,
FLAMARION DA SILVA LUCAS
CPF nº 658.498.760-49
Contratado

Testemunhas:
IRIO SERIGHELLI
CPF: 163.594.709-00

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI
CPF: 000.077.349-21

Lei Nº 1674, de 05/03/2014.
LEI Nº 1674, DE 05/03/2014.

AUTORIZA REALIZAR DESPESAS COM PAGAMENTO DE PREMIAÇÃO (PASSAGENS AÉREAS) ÀS VENCEDORAS DO CONCURSO RAINDA DA FESTIVITÁ ALL´ ITALIANA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas para pagamento de passagens aéreas de ida e volta à cidade de SAN POLO DE PIAVE, na Itália, como prêmio para as VENCEDORAS DO CONCURSO RAINHA DA FESTIVITA ALL` ITALIANA DE 2012, 2013 e para as vencedoras das próximas edições da Festa.

§ 1º: No ano de 2014, serão realizadas despesas apenas com passagens das rainhas da Festivita All Italiana eleitas, em 2012, ELIZ RENATA MANENTI e em 2013, FRANCIELE SERIGHIELI.

§ 2º: As eleitas nas demais edições da Festivita All Italiana, serão agraciadas com as passagens referidas no caput do presente Artigo, sempre no intervalo de dois anos, possibilitado a ida à Itália sempre de duas Rainhas na mesma viagem.

Art. 2º - As Rainhas da Festivita All Italiana, estarão também representando o Município de Arroio Trinta, no Gemellaggio, que foi realizado entre o Município de Arroio Trinta e a Cidade de San Polo de Piave.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 05 de março de 2014.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 05 de março de 2014.

NELSON CAMPAGNIN
Secretário Municipal de Administração

Lei Nº 1675, de 05/03/2014.

LEI Nº 1675, DE 05/03/2014.
AUTORIZA INDENIZAÇÃO QUE ESPECIFICA.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal, aprovou e eu, sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Prefeito Municipal AUTORIZADO a indenizar a Senhora LILIAN APARECIDA BOZA, brasileira, solteira, professora, CPF/MF nº 131.121.479-87, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta, na importância de até R\$ 1.200,00 (UM MIL E DUZENTOS REAIS), como forma de reparar os danos em seu veículo, FIAT UNO MILLE FIRE FLEX de placas INY 5911, causado pelo Fiat/Estrada Adventure, Placas ENH 2277, ano 2001/2002, de Propriedade desta municipalidade, conduzido pelo Servidor Municipal Luiz Antonio Cividini, ocorrido no dia 10 de fevereiro de 2014, decorrentes de uma colisão, conforme Boletim de Acidente de Trânsito.

Parágrafo único. A indenização de que trata o "caput" deste artigo, foi apurada de acordo com levantamento efetivado pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, e será paga em única parcela, após a aprovação e sanção da presente Lei, devendo o indenizado firmar termo específico de recebimento e de ressarcimento dos danos causados em seu imóvel.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão à conta de dotação orçamentária própria, podendo o Prefeito Municipal suplementá-la, caso necessário observando-se, para esse fim o disposto no artigo 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Arroio Trinta – SC, 05 de março de 2014.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 05 de março de 2014.

NELSON CAMPAGNIN
Secretário Municipal de Administração

Atalanta

PREFEITURA

Lei Nº 1365/2014

LEI Nº 1365/2014

"Autoriza a Prefeitura Municipal de Atalanta a Firmar Convênio com a Fundação Hospitalar Alex Krieser e dá Outras Providências."

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder executivo autorizado a firmar convênio com a Fundação Hospitalar Alex Krieser, tudo de conformidade com o objeto, condições e cláusulas estabelecidas no referido instrumento, cuja minuta segue anexa e faz parte integrante da presente lei.

Art. 2º - Pelo atendimento 24 (vinte e quatro) horas, o município pagará mensalmente o valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais) em dinheiro e até R\$ 1.000,00 (mil reais) em material médico hospitalar.

Parágrafo Único – Os valores citados no caput deste artigo, se renovado o convênio, serão corrigidos pelo IGPM acumulado dos últimos doze meses.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do mencionado Convênio correrão a conta de dotações específicas consignadas nos orçamentos vigentes.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

.Art. 5º - Revoga-se a Lei nº 1330/2013 de 21 de agosto de 2013 e demais disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Atalanta (SC), 05 de março de 2014.
TARCÍSIO EDEGAR HILHESHEIM
Prefeito Municipal em Exercício

Balneário Rincão

PREFEITURA

Decreto

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº GP/115/2014.

Institui o ponto facultativo no dia 03 de março de 2014.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial pelo art. 19 § 3º, combinado com art. 90, inciso X, da Lei Orgânica Municipal;

Art. 1º. Fica decretado PONTO FACULTATIVO em todas as repartições públicas do Município de Balneário Rincão no dia 03 de março de 2014.

§ 1º - Todas as Unidades da Secretaria de Saúde estarão fechadas durante as festividades de carnaval, com exceção do ESF localizado no Bairro Centro do Balneário Rincão, que atenderá toda a população em horário compreendido das 08h00min às 21h00min no dia 03, e nos demais dias serão mantidos plantões com ambulatório móvel, assim como os demais serviços essenciais.

§ 2º - A secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos manterá equipes de revezamento durante todo o período de atividades carnavalescas, para manutenção e limpeza dos logradouros.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão – SC, 27 de fevereiro de 2014.
Prefeito Municipal
DÉCIO GOMES GÕES

Decreto

DECRETO/GP/Nº 0113/2014, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.
Dispõe sobre a regulamentação da atividade de comércio ou prestação de serviços ambulantes nas vias e logradouros públicos (evento Carnaval/2014) do Município de Balneário Rincão.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial pelo art. 19 § 3º, combinado com art. 90, inciso X, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a necessidade de rever o custo de alvará para ambulante de temporada de verão em contrapartida ao evento único anual (Carnaval/2014) com duração de apenas 04 (quatro dias de festividades).

Considerando que o incentivo ao turismo e gastronomia resulta na geração de receitas para o Município, pois aumenta o índice de empregabilidade na região.

DECRETA:

Art. 1º - O perímetro do Evento (Carnaval 2014) terá como base na Rua Paraná, com início na Avenida Leoberto Leal, com termino na Avenida Araranguá.

Art. 2º - Aos ambulantes que pretendem instalar atividades em pontos fixos (exemplo: trailer, barracas de cachorro quente, pipoca, entre outros), deverão requerer a taxa de alvará junto ao

setor de fiscalização/arrecadação que disponibilizará um ponto para exploração comercial nos entroncamentos de ruas perpendiculares à Rua Paraná.

Art. 3º - Ficam mantidas todas as normas contidas no art. 2º ao 9º, do Decreto de nº 069/2013, inclusive com relação proibição de venda de bebidas em vasilhames de vidro, exceto o dispositivo § 4º do art.7º.

Art. 4º - O preço público dos ambulantes do presente decreto encontram-se no Anexo I deste Decreto.

Art. 5º Fica o Secretário de Finanças autorizado a publicar atos normativos que se tornem necessários à implementação do presente Decreto.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 24 de fevereiro de 2014.
DÉCIO GOMES GÕES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente decreto no mural da sede da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão em 10 de janeiro de 2014.

ANEXO I

ITEM	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	VALOR EM UFM
01	Alimentos preparados, inclusive sucos, refrescos e refrigerantes:	03
	Trailer ou veículo assemelhado;	02
	Barracas, carrinhos, tabuleiros, balaies e outros;	
05	Jóias e outros artigos de luxo ou adereço (bancas e outros)	03
07	Brinquedos e armarinhos, miudezas e outros artigos:	
	Barracas;	03
	Outros	03
10	Venda de artesanatos	03
11	Bares (com abertura somente para o evento)	05

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

Lei Nº 1.009/2014

LEI Nº 1.009/2014, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) com a seguinte classificação institucional, funcional e

programática:

ÓRGÃO	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	R\$
Unidade Orçamentária	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
61-28.845.0008-0.007	0.007	Contribuições ao Pasep	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0702	Aplicações Diretas	10.000,00
ÓRGÃO	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Unidade Orçamentária	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
62-28.845.0008-0.008	0.008	Amortização e encargos da dívida	
Dotação	4.6.90.00.00.00.00.00.0800	Aplicações Diretas	25.000,00
ÓRGÃO	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Unidade Orçamentária	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
63-28.845.0008-0.008	0.008	Amortização e encargos da dívida	
Dotação	3.2.90.00.00.00.00.00.0800	Aplicações Diretas	10.000,00
TOTAL GERAL			45.000,00

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais), conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	R\$
Unidade Orçamentária	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
01-10.301.0008-1.009	1.009	Construções, Ampliações e Reformas de UBSs	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0702	Aplicações Diretas	15.000,00
ÓRGÃO	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Unidade Orçamentária	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
03-10.301.0008-1.009	1.009	Construções, Ampliações e Reformas de UBSs	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0831	Aplicações Diretas	15.000,00
ÓRGÃO	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Unidade Orçamentária	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	

04-10.301.0008-1.009	1.009	Construções, Ampliações e Reformas de UBSs	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0832	Aplicações Diretas	15.000,00
TOTAL GERAL			45.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 27 de fevereiro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico desta Prefeitura, na data supra.

Rua Estanislau Schumann, 839 Centro
Fone (47) 3629 0066 – CEP 89.478-000
Bela Vista do Toldo – SC

Lei Nº 1010/2014

LEI Nº 1.010/2014, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	R\$
Unidade Orçamentária	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
64-10.301.0008-2.028	2.028	Ações de Atenção Básica	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0827	Aplicações Diretas	100.000,00
TOTAL GERAL	100.000,00		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme abaixo especificado:

ÓRGÃO	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	R\$
Unidade Orçamentária	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	

15-10.301.000.8-2.028	2.028	Ações de Atenção Básica	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0702	Aplicações Diretas	100.000,00
TOTAL GERAL	100.000,00		

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 27 de fevereiro de 2014.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico desta Prefeitura, na data supra.

Rua Estanislau Schumann, 839 Centro
Fone (47) 3629 0066 – CEP 89.478-000
Bela Vista do Toldo – SC

Lei Nº 1011/2014

LEI Nº 1.011/2014, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	09.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$
Unidade Orçamentária	09.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
29-08.244.0010-2.034	2.034	Manutenção e Ações do FMAS	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0856	Aplicações Diretas	50.000,00
TOTAL GERAL	50.000,00		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme abaixo especificado:

ÓRGÃO	09.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$
-------	-------	---------------------------------------	-----

Unidade Orçamentária	09.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06-08.244.0010-2.034	2.034	Manutenção e Ações do FMAS	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	50.000,00
TOTAL GERAL	50.000,00		

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 27 de fevereiro de 2014.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico desta Prefeitura, na data supra.

Rua Estanislau Schumann, 839 Centro
Fone (47) 3629 0066 – CEP 89.478-000
Bela Vista do Toldo – SC

Lei Nº 1012/2014

LEI Nº 1.012/2014, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	R\$
Unidade Orçamentária	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
142-28.846.0003-0.006	0.006	Contribuições ao Pasep	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0701	Aplicações Diretas	12.000,00
TOTAL GERAL	12.000,00		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais), conforme abaixo especificado:

ÓRGÃO	03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	R\$
Unidade Orçamentária	03.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
18-28.846.0003-0.003	0.003	Contribuições ao Pasep	
Dotação	3.3.50.00.00.00.00.00.00.00.0701	Aplicações Diretas	12.000,00
TOTAL GERAL	12.000,00		

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 27 de fevereiro de 2014.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico desta Prefeitura, na data supra.

Rua Estanislau Schumann, 839 Centro
Fone (47) 3629 0066 – CEP 89.478-000
Bela Vista do Toldo – SC

Lei Nº 1013/2014

LEI Nº 1.013/2014, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014.
"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	03.00	SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	R\$
Unidade Orçamentária	03.01	SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
140-28.846.0003-2.003	2.003	Contribuição a Entidades	
Dotação	3.3.50.00.00.00.00.00.00.00.01.0700	Transferência a Consórcios Públicos	80.000,00
ÓRGÃO	07.00	SEC. MUNIC. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	

Unidade Orçamentária	07.01	SEC. MUNIC. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
141-15.452.0006-2.024	2.024	Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0700	Aplicações Diretas	45.000,00
TOTAL GERAL			125.000,00

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), conforme abaixo especificado:

ÓRGÃO	03.00	SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	R\$
Unidade Orçamentária	03.01	SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
17-28.843.0003-0.002	0.002	Amortização e Encargos da Dívida	
Dotação	4.6.90.00.00.00.00.00.00.00.01.0700	Aplicações Diretas	80.000,00
ÓRGÃO	07.00	SEC. MUNIC. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade Orçamentária	07.01	SEC. MUNIC. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
120-15.452.0006-2.024	2.024	Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.00.00.01.0703	Aplicações Diretas	45.000,00
TOTAL GERAL			125.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 27 de fevereiro de 2014.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico desta Prefeitura, na data supra.

Rua Estanislau Schumann, 839 Centro
Fone (47) 3629 0066 – CEP 89.478-000
Bela Vista do Toldo – SC

Lei Nº 1014/2014

LEI Nº 1.014/2014, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014.
"CONCEDE REPOSIÇÃO SALARIAL, CONSIDERANDO AS DETERMINAÇÕES E EXIGÊNCIAS CONTIDAS NOS ARTIGOS 18, 19, 20, 21, 22 E 23 DA LRF – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E NO ARTIGO 7º, IV DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica concedida, reposição salarial de 5,56 % (Cinco vírgula cinquenta e seis por cento) na remuneração dos servidores públicos municipais, do Poder Executivo e Legislativo, referente ao período de janeiro a dezembro de 2013.

Parágrafo Único – A reposição concedida no “caput” deste artigo foi adotada seguindo o INPC acumulado do período 01/2013 à 12/2013.

Art. 2º – O salário mínimo a ser pago aos servidores municipais, a partir de 01/01/2014, nos termos da Legislação Federal que modificou o salário mínimo nacional será reajustado e pago conforme o salário mínimo nacional em vigência.

Art. 3º - As despesas desta Lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 27 de fevereiro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico desta Prefeitura, na data supra.

Rua Estanislau Schumann, 839 Centro

Fone (47) 3629 0066 – CEP 89.478-000

Bela Vista do Toldo – SC

Lei Nº 1015/2014

LEI Nº 1.015/2014, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014.

“ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 822/2011, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011, AUTORIZA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica alterado o salário para o cargo de Educador Físico - NASF, previsto no art. 1º da Lei Municipal nº 822/2011, o qual passa a ter a seguinte redação:

Cargo	Vagas	Carga Horária	Salário	Requisitos
Profissional de Educação Física para atuar no Núcleo de Apoio Saúde da Família - NASF	01	20	R\$ 1.135,00	Bacharelado em Educação Física (Resolução nº 7/2004/CNE e resolução nº 4/ CNE de 06 de Abril de 2009) ou Licenciatura em Educação Física (Resolução nº 03/87/CFE), e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.

Art. 2º. Os demais dispositivos da Lei Municipal nº 822/2011, permanecem inalterados.

Art. 3º - O Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a efetuar contratação temporária e emergencial do cargo de Educador Físico - NASF, criado através da presente Lei, nos termos do disposto no artigo 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988.

Art. 4º - As despesas constantes da presente Lei correrão por conta de dotações específicas no orçamento.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 27 de fevereiro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico desta Prefeitura, na data supra.

Rua Estanislau Schumann, 839 Centro

Fone (47) 3629 0066 – CEP 89.478-000

Bela Vista do Toldo – SC

Lei Nº 1016/2014

LEI Nº 1.016/2014, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014.

“CRIA CARGO, AUTORIZA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica criado o seguinte Cargo:

VAGAS	CARGO	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	REQUISITOS
01	Fisioterapeuta	20h	R\$ 1.456,96	Graduação em Fisioterapia e registro no respectivo órgão fiscalizador

Art. 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a efetuar contratação temporária e emergencial do cargo de Fisioterapeuta, criado através da presente Lei, nos termos do disposto no artigo 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988.

Art. 3º - As despesas constantes da presente Lei correrão por conta de dotações específicas no orçamento.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 27 de fevereiro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico desta Prefeitura, na data supra.

Rua Estanislau Schumann, 839 Centro

Fone (47) 3629 0066 – CEP 89.478-000

Bela Vista do Toldo – SC

Lei Nº 1017/2014

LEI Nº 1.017/2014, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	R\$
Unidade Orçamentária	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
56-12.361.0005-2.010	2.010	Manutenção do Transporte Escolar	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.00.0701	Aplicações Diretas	100.000,00
TOTAL GERAL			100.000,00

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme abaixo especificado:

ÓRGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	R\$
Unidade Orçamentária	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
49-12.361.0005-2.008	2.008	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.00.0728	Aplicações Diretas	50.000,00
ÓRGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
51-12.361.0005-2.008	2.008	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.00.0740	Aplicações Diretas	50.000,00
TOTAL GERAL			100.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 27 de fevereiro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico desta Prefeitura, na data supra.

Rua Estanislau Schumann, 839 Centro

Fone (47) 3629 0066 – CEP 89.478-000

Bela Vista do Toldo – SC

Biguaçu

PREFEITURA

Decreto Nº 025/2014

DECRETO Nº 025/2014 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014.

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, declara a vacância do cargo público da servidora JUDITH RAMOS KOCHE a partir de 01/03/2014, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Conceder aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 à servidora JUDITH RAMOS KOCHE, detentora da matrícula funcional nº 381, portadora do CPF nº 633119339-15, inscrita no PASEP nº 1058122861-5, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração de contribuição, perfazendo o total de R\$ 1.082,17 (um mil e oitenta e dois reais e dezessete centavos) que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV da Lei Complementar Municipal nº 53/2012 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/03/2014, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 28 de fevereiro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

REPUBLICAÇÃO DO PP 191/2013 PMB

Devido à falta de empresas interessadas no PP 191/2013 PMB, que tem como objeto "AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS PARA USO DA SECETUL - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER", fica republicada a mesma para a seguinte data:

Recebimento dos envelopes de documentação e Propostas de Preços: dia 18/03/2014, até 16:15 horas.

Abertura dos envelopes de documentação e proposta de preços: dia 18/03/2014, às 16:30 horas.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 28 de fevereiro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 634/2014

PORTARIA nº 634 de 28 de fevereiro de 2014

Concede ao(a) servidor(a) Luciana Vieira Kuhnen Sarkis, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de Escriturário, inscrito(a) na matrícula funcional nº 7602, a Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente, nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao(a) servidor(a) Luciana Vieira Kuhnen Sarkis, brasileiro(a), detentor(a) do cargo de provimento efetivo de Escriturário, inscrito(a) na matrícula funcional nº 7602, a Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Parágrafo único. O valor fixado para a Gratificação concedida nos termos do caput deste artigo corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor fixado para o piso mínimo dos servidores públicos municipais, observada a aplicação do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos são retroativos a 01/02/2014.

Biguaçu, 28 de fevereiro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 635/2014

PORTARIA Nº 633/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LAURO ERENO SANTANA, ocupante do Cargo comissionado de CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 1604/2014 em anexo no período de 20/02/2014 a 06/03/2014.

Biguaçu, 28 de fevereiro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 632/2014

PORTARIA Nº 632/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), KARLA BEATRIZ KONS, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 1604/2014 em anexo no período de 19/02/2014 a 26/02/2014.

Biguaçu, 28 de fevereiro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 631/2014

PORTARIA Nº 631/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VERA LUCIA CIPRIANI, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 1759/2014 em anexo no período de 25/02/2014 a 02/03/2014.

Biguaçu, 28 de fevereiro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 630/2014

PORTARIA Nº 630/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LUZIA KAHL CHAVES, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 1744/2014 em anexo no período de 26/02/2014 a 28/02/2014.

Biguaçu, 28 de fevereiro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 629/2014

PORTARIA Nº 629/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ARLETE ANDRADE, ocupante do Cargo efetivo de ESCRITURÁRIO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 1538/2014 em anexo no período de 17/02/2014 a 24/02/2014.

Biguaçu, 28 de fevereiro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 628/2014

PORTARIA Nº 628/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ROSILENE MARLY VITORIO, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 1778/2014 em anexo no período de 20/02/2014 a 27/02/2014.

Biguaçu, 28 de fevereiro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 635/2014

PORTARIA Nº 635/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IRACI RODRIGUES FIGUERE-DO, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GE-RAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamen-to de Saúde, conforme processo nº 1831/2014 em anexo no perí-odo de 28/01/2014 a 25/07/2014.

Biguaçu, 28 de fevereiro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 636/2014

PORTARIA Nº 636/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARCELO DAMINELLI, ocupan-te do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 1752/2014 em anexo no período de 24/02/2014 a 05/03/2014.

Biguaçu, 28 de fevereiro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 637/2014

PORTARIA Nº 637/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SILVANA NEIVA DA SILVA CRESCENCIO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SE-CRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 1779/2014 em anexo no período de 26/02/2014 a 28/02/2014.

Biguaçu, 28 de fevereiro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Decreto 022/2014

DECRETO Nº 022/2014 04.03.2014

NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.

Romildo Teske, Prefeito em Exercício de Braço do Trombudo, Esta-do de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e ampara-do na Lei 0577/2007 de 19.12.08 e Lei 0583/2008 de 10.04.2008, etc...

DECRETA:

Art. 1º - O Conselho Municipal de Assistência Social, de acordo com a Lei Municipal nº 0577/2007 de 19.12.08 e Lei 0583/2008 de 10.04.2008, terá a seguinte composição:

§1º - Os representantes do poder Público:

I - Representantes do Setor de Assistência Social

Titular: Marina Solange Georg Erbs

Suplente: Adelir Silveira

II - Representantes do Setor da Administração;

Titular: Marilei Medeiros Domingues de Souza

Suplente: Denise Schussler Werter

III - Representantes do Setor de Planejamento

Titular: Fábio Dalmarco

Suplente: Carlos Koerich

§2º - Representantes da Sociedade Civil:

I – Representantes do CDL (Câmara dos Dirigentes Logistas) de Braço do Trombudo

Titular: Alcênio Candido de Souza

Suplente: Clério Jacob Fritzen

II - um representante da Associação do GIAPS (Grupo de Idosos Amigos para Sempre);

Titular: Tercília Reguse

Suplente: Luita Baade

III – um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de

Braço do Trombudo.
Titular: Evaldo Boll
Suplente: Egon Voigt

§3 - Representantes Movimentos Populares.

I – Um representante Clube de Oase/Mães;
Titular: Magrid D. Luchtenberg
Suplente: Margrid Nagel

II – Um representante Associação Comunitária Serril
Titular: Irene Floriani Bertelli
Suplente: João Carlos Rodrigues

Art. 2º - Fica Revogado o Decreto 021/2014 de 28.02.2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 04 de março de 2014.
ROMILDO TESKE
Prefeito em Exercício

Decreto 023/2014

DECRETO Nº 023/2014.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente.
Romildo Teske, Prefeito em Exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0771/2013 de 03.12.2013, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 38.045,00 (trinta e oito mil e quarenta e cinco reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

04 - Secretaria de Educação
03 – Manutenção da Secretaria Educação – Ensino Fundamental
2.107 – Reequipamento do Ensino Fundamental
(277) 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0022 - Aplicações Diretas
R\$ 38.045,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação de 2014 do recurso 1.0022 – Convênio Educação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 05 de março de 2014.
ROMILDO TESKE
Prefeito em Exercício

'Decreto 024/2014

DECRETO Nº 024/2014.

“Prorroga prazo para Pagamento da Taxa de Água referente ao mês de fevereiro/2014 para 20.03.2014”.

Romildo Teske, Prefeito em Exercício do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo para Pagamento da Taxa de Água referente ao mês de fevereiro/2014 para o dia 20.03.2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 10 de fevereiro de 2014.
ROMILDO TESKE
Prefeito em Exercício

Aquisição de Tubos de Concreto Para Construção e Manutenção de Redes Pluviais, Ruas Municipais e Localidades Rurais do Município de ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 44/2013

Página: 1/4

Número do Registro de Preços: 44/2013			Data do Registro: 06/12/2013			Válido até: 06/12/2014		
Objeto da Compra: Aquisição de tubos de concreto para construção e manutenção de Redes Pluviais, Ruas municipais e localidades rurais do município de Braço do Trombudo.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.	
1	Tubo de concreto 200x1000mm (12423)	UND	DCONCRETO INDÚSTRIA E COM. DE ARTEF. DE CIMENTO (8765)	DCONCRETO	0	13,5000	1	
			PRÉ-VALE PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA (8262)	P.VALE	0	13,7000	2	
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	13,9300	3	
2	Tubo de concreto 300x1000mm (12424)	UND	PRÉ-VALE PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA (8262)	P.VALE	0	14,3000	1	
			DCONCRETO INDÚSTRIA E COM. DE ARTEF. DE CIMENTO (8765)	DCONCRETO	0	14,4500	2	
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	14,9000	3	
3	Tubo de concreto 400x1000mm (12425)	UND	DCONCRETO INDÚSTRIA E COM. DE ARTEF. DE CIMENTO (8765)	DCONCRETO	0	23,5500	1	
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	23,6000	2	
			PRÉ-VALE PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA (8262)	P.VALE	0	23,8000	3	
4	Tubo de concreto 500x1000mm (12426)	UND	DCONCRETO INDÚSTRIA E COM. DE ARTEF. DE CIMENTO (8765)	DCONCRETO	0	32,7500	1	
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	32,8000	2	
			PRÉ-VALE PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA (8262)	P.VALE	0	35,1000	3	
5	Tubo de concreto 600x1000mm (12427)	UND	DCONCRETO INDÚSTRIA E COM. DE ARTEF. DE CIMENTO (8765)	DCONCRETO	0	42,7500	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 44/2013

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 44/2013		Data do Registro: 06/12/2013		Válido até: 06/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de tubos de concreto para construção e manutenção de Redes Pluviais, Ruas municipais e localidades rurais do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Tubo de Concreto 800x1000mm PA1 (12428)		FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	42,8000	2
			PRÉ-VALE PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA (8262)	P.VALE	0	43,5000	3
		UND	FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	107,8000	1
			PRÉ-VALE PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA (8262)	P.VALE	0	108,0000	2
			DCONCRETO INDÚSTRIA E COM. DE ARTEF. DE CIMENTO (8765)	DCONCRETO	0	136,0000	3
7	tubo de concreto 1000x1000mm PA1 (12429)	UND	FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	150,0000	1
			DCONCRETO INDÚSTRIA E COM. DE ARTEF. DE CIMENTO (8765)	DCONCRETO	0	151,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 44/2013

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 44/2013		Data do Registro: 06/12/2013		Válido até: 06/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de tubos de concreto para construção e manutenção de Redes Pluviais, Ruas municipais e localidades rurais do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 44/2013

Número do Registro de Preços: 44/2013		Data do Registro: 06/12/2013		Válido até: 06/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de tubos de concreto para construção e manutenção de Redes Pluviais, Ruas municipais e localidades rurais do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2013
PROCESSO Nº 83/2013

- (6859) - FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP
- (8262) - PRÉ-VALE PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA
- (8765) - DCONCRETO INDÚSTRIA E COM. DE ARTEF. DE CIMENTO

Braço do Trombudo, 6 de Dezembro de 2013.

Brunópolis

PREFEITURA

Lei Mun. Nº 782

Lei N. 782, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014.

RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES E AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS-SC NO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO – CINCO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e presente Lei:

Art. 1º. Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, em anexo.

Art. 2º. Fica autorizado o ingresso do Município de Brunópolis, no Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, nos termos do Protocolo de Intenções.

Art. 3º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta da dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Brunópolis-SC, em 28 de fevereiro de 2014.
ADEMIL ANTONIO DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a Presente Lei no DOM.

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
PLANEJAMENTO E FAZENDA

Lei Comp. Nº 49

LEI COMPLEMENTAR Nº49, DE 26 DE FEVEREIRO 2014.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições FAZ saber a todos os habitantes do Município de Brunópolis que os Vereadores votaram e aprovaram e ELE sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica alterado, na estrutura administrativa do Município de Brunópolis, o número de vagas de motorista II, que passará a ser de dezessete (17) vagas.

Art. 2º. O Anexo I da Lei Complementar nº 20/2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I
QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
EXISTENTES OCUPADAS E VACÂNCIA

NÚMERO DE VAGAS			DENOMINAÇÃO
EXISTENTE	VACÂNCIA	PROVIDAS	CARGOS
01	00	01	Administrador
01	00	01	Advogado
20	14	06	Agente Administrativo
			Agente de Serviços Gerais (cargo em extinção)
00	00	00	

02	01	01	Assistente Social
08	06	02	Auxiliar de Enfermagem
20	09	11	Auxiliar de Obras
30	12	18	Auxiliar de Serviços Gerais
01	01	00	Borracheiro
05	05	00	Calceteiro
01	00	01	Carpinteiro
01	01	00	Contador
01	01	00	Controlador Interno
01	01	00	Cozinheiro (a)
01	01	00	Encanador
02	02	02	Enfermeiro
01	01	00	Engenheiro Agrônomo
01	01	00	Engenheiro Civil
02	01	01	Farmacêutico/Bioquímico
01	01	00	Fiscal de Obras
01	00	01	Fiscal de Tributos
01	00	01	Fiscal Sanitário
02	02	00	Fisioterapeuta
01	01	00	Fonoaudiólogo
05	04	01	Gari
01	01	00	Inseminador
01	01	00	Mecânico
01	01	00	Médico
01	00	01	Médico Veterinário
12	09	03	Motorista I (veículos pequenos)
			Motorista II (caminhão/ transporte escolar)
17	05	11	
01	00	00	Nutricionista
02	01	01	Odontólogo
03	03	00	Operador de Máquina I
08	06	02	Operador de Máquina II
03	02	01	Operador de Máquina III
01	00	01	Pedreiro
02	02	00	Psicólogo
01	01	00	Soldador
01	00	01	Técnico Agrícola
01	01	00	Técnico em Agrimensura
15	03	12	Técnico em Apoio Administrativo
01	01	00	Técnico em Contabilidade
05	05	00	Técnico em Enfermagem
02	00	00	Técnico em Saúde Bucal
			Técnico em Serviços de Engenharia
01	01	00	
01	01	00	Tecnólogo em Gestão Pública
03	03	00	Telefonista/Recepcionista
01	01	00	Tesoureiro
06	03	03	Vigia

Art. 5º. Mantidas as demais disposições da Lei Complementar nº 20/2006, esta lei complementar na data de sua publicação revogando os preceitos normativos contrários.

Brunópolis (SC), 26 de fevereiro de 2014.
ADEMIL ANTONIO DA ROSA
PREFEITO MUNICIPAL

Lei Comp. Nº 50

LEI COMPLEMENTAR Nº50, DE 28 DE FEVEREIRO 2014.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições FAZ saber a todos os habitantes do Município de Brunópolis que os Vereadores votaram e aprovaram e ELE sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica alterado, na estrutura administrativa do Município de Brunópolis, o número de vagas de psicólogo, que passará a ser de três (03) vagas.

Art. 2º. O Anexo I da Lei Complementar nº 20/2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO EXISTENTES OCUPADAS E VACÂNCIA

NÚMERO DE VAGAS			DENOMINAÇÃO
EXISTENTE	VACÂNCIA	PROVIDAS	CARGOS
01	00	01	Administrador
01	00	01	Advogado
20	14	06	Agente Administrativo
			Agente de Serviços Gerais (cargo em extinção)
00	00	00	
02	01	01	Assistente Social
08	06	02	Auxiliar de Enfermagem
20	09	11	Auxiliar de Obras
30	12	18	Auxiliar de Serviços Gerais
01	01	00	Borracheiro
05	05	00	Calceteiro
01	00	01	Carpinteiro
01	01	00	Contador
01	01	00	Controlador Interno
01	01	00	Cozinheiro (a)
01	01	00	Encanador
02	02	02	Enfermeiro
01	01	00	Engenheiro Agrônomo
01	01	00	Engenheiro Civil
02	01	01	Farmacêutico/Bioquímico
01	01	00	Fiscal de Obras
01	00	01	Fiscal de Tributos
01	00	01	Fiscal Sanitário
02	02	00	Fisioterapeuta
01	01	00	Fonoaudiólogo
05	04	01	Gari
01	01	00	Inseminador
01	01	00	Mecânico
01	01	00	Médico
01	00	01	Médico Veterinário
12	09	03	Motorista I (veículos pequenos)
			Motorista II (caminhão/ transporte escolar)
15	04	11	
01	00	00	Nutricionista
02	01	01	Odontólogo
03	03	00	Operador de Máquina I
08	06	02	Operador de Máquina II
03	02	01	Operador de Máquina III
01	00	01	Pedreiro
03	02	01	Psicólogo
01	01	00	Soldador
01	00	01	Técnico Agrícola
01	01	00	Técnico em Agrimensura
15	03	12	Técnico em Apoio Administrativo
01	01	00	Técnico em Contabilidade
05	05	00	Técnico em Enfermagem
02	00	00	Técnico em Saúde Bucal
01	01	00	Técnico em Serviços de Engenharia
01	01	00	Tecnólogo em Gestão Pública
03	03	00	Telefonista/Recepcionista
01	01	00	Tesoureiro
06	03	03	Vigia

Art. 3º. Mantidas as demais disposições da Lei Complementar nº 20/2006, esta lei complementar na data da sua publicação revogando os preceitos normativos contrários.

Brunópolis (SC), 28 de fevereiro de 2014.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA E PUBLICA A PRESENTE LEI NO DOM.

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FAZENDA

Brusque

PREFEITURA

Extrato Processo Licitatório Nº 001/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO nº 001/2014

CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 001/2014

OBJETO: Execução das obras de infraestrutura urbana (repavimentação asfáltica, construção de calçadas e sinalização viária) da Rua Felipe Schmidt, Centro, Município de Brusque.

RESULTADO DA FASE DE PROPOSTA: Após análise da propostas apresentadas pelas Empresas licitantes, conforme exigência editalícia, apresentou menor preço global a Empresa MULTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA EPP (R\$ 727.847,20 (setecentos e vinte e sete mil, oitocentos e quarenta e sete reais e vinte centavos)), que tendo atendido a todas as exigências do edital, foi declarada vencedora do certame licitatório, nos termos da Ata de Licitação. Do exposto, aguarde-se o decurso do prazo recursal previsto no artigo 109, inciso I, alínea "b", da Lei 8.666/93 e/ou a renúncia expressa, para dar prosseguimento aos trabalhos.

28/02/2014

RAFAEL LUIZ PINTO

Presidente da Comissão de Licitação

Extrato Processo Licitatório Nº 020/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO nº 020/2014

TOMADA DE PREÇO nº 004/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PASSEIO PÚBLICO COM ACESSIBILIDADE NA RODOVIA ANTONJO HEIL.

RESULTADO DA HABILITAÇÃO: Após análise dos documentos de habilitação em consonância com o disposto na Cláusula Terceira, Item 31.1.1 (habilitação jurídica); 3.1.1.2 (regularidade fiscal e trabalhista); 3.1.1.3. (qualificação técnica) e 3.1.1.4 (qualificação econômica e financeira) do instrumento convocatório, a Comissão de Licitação deliberou pela habilitação das empresas TERRAPLENAGEM AZZA ERELLI e SONA CONSTRUTORA LTDA ME, nos termos da Ata de Licitação.

Do exposto, aguarde-se o decurso do prazo recursal previsto no artigo 109, inciso I, alínea "a", da Lei 8.666/93 e/ou a renúncia expressa, para dar prosseguimento aos trabalhos.

28/02/2014

RAFAEL LUIZ PINTO

Presidente da Comissão de Licitação

Instrução Normativa Sefaz N. 002/2014

INSTRUÇÃO NORMATIVA SEFAZ N. 002/2014, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

Institui a Declaração de Transação Imobiliária Intervivos

A SECRETÁRIA DA FAZENDA DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições, previstas no artigo 11 – A da Lei Municipal 3248, de 31 de agosto de 2009, na redação da Lei N. 3.564, de 17 de dezembro de 2012, e com base no que dispõe o art. 6º e seus incisos do Código Tributário Municipal – Lei Complementar 034, de 20 de dezembro de 1994.

CONSIDERANDO as características do Imposto de Transmissão Intervivos, onde o lançamento do tributo é feito em face da declaração prestada pelo contribuinte ou por terceiro, nos termos do 147 do Código Tributário Nacional e 35, III da Lei Complementar Municipal n. 034, de 20/12/1994 (Código Tributário Municipal – CTM). CONSIDERANDO que a declaração prestada pelo contribuinte ou por terceiro destina-se a registrar os dados fáticos que, de acordo com a lei do tributo, sejam relevantes para a consecução, pela autoridade administrativa, do ato do lançamento.

CONSIDERANDO o interesse do Município em exigir informações do contribuinte e de terceiros necessárias para o adequado conhecimento, análise e controle dos tributos de sua competência. CONSIDERANDO a necessidade da ação integrada do Município em relação aos tributos incluídos na sua competência tributária.

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir a Declaração de Transação Imobiliária Intervivos (ITBI) consistente no formulário anexo a esta Instrução Normativa.

Art. 2º. A declaração será preenchida pelos Contribuintes ou seus Procuradores e entregue ao Fisco Municipal para fins de liberação da guia de pagamento do Imposto de Transmissão Intervivos.

Art. 3º. Recebida a Declaração, o servidor municipal a quem for atribuída a emissão da guia de pagamento do imposto procederá o exame do documento e, à luz da Declaração e demais informações relativas ao imóvel, emitirá a guia de pagamento do imposto.

Parágrafo Único. O servidor que fizer o exame, quando existirem informações relevantes para outras áreas de atuação da Administração Municipal, as repassará ao setor competente.

Art. 4º. Ficam convalidadas as Declarações exigidas e prestadas pelos Contribuintes desde o dia 06 de janeiro de 2014.

Brusque/SC, 28 de fevereiro de 2014.

Caçador**PREFEITURA****Aviso de Licitação PR 20-2014 - Prefeitura**Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Caçador-SC
Aviso de LicitaçãoEdital: Processo de Licitação 27/2014 – Prefeitura
Pregão Presencial Nº 20/2014
Tipo: Menor Preço

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL PARA A MANUTENÇÃO DE DIVERSAS SECRETARIAS,
Entrega dos Envelopes: 14h00min do dia 20/03/2014.
Abertura dos Envelopes: 14h05min do dia 20/03/2014.
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, situada Av. Santa Catarina, nº

195, e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor ou pelo site www.cacador.sc.gov.br.

Caçador, 26 de fevereiro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO.
Prefeito Municipal.**Aviso de Licitação PR 15-2014 - Prefeitura**Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Caçador-SC**Aviso de Licitação**Edital: Processo de Licitação 22/2014 – Prefeitura
Pregão Presencial Nº 15/2014
Tipo: Menor Preço

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ACESSO A INTERNET PARA UNIDADES ESCOLARES, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA E TELECENTROS,
Entrega dos Envelopes: 14h00min do dia 17/03/2014.
Abertura dos Envelopes: 14h05min do dia 17/03/2014.
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, situada Av. Santa Catarina, nº 195, e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor ou pelo site www.cacador.sc.gov.br.

Caçador, 27 de fevereiro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO.
Prefeito Municipal.**Decreto Nº 5.917**DECRETO Nº 5.917, de 27 de fevereiro de 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR, EXERCÍCIO 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e autorizado conforme a Lei nº 3.095, de 26 de fevereiro de 2014:

DECRETA

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Município de Caçador, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), para a suplementação do seguinte programa:

02 – Chefia do Executivo
03 – Secretaria de Infraestrutura
15.451.0017.2.071 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura
4.4.90.00.00.0083 – Aplicações Diretas R\$ 5.000.000,00

Art. 2º De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 3.002, de 19 de junho de 2013.

§ 1º – Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 5.898, de 04 de fevereiro de 2014.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de fevereiro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
PREFEITO MUNICIPAL

Aviso de Licitação PR 13-2014 - Prefeitura

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Caçador-SC

Aviso de Licitação

Edital: Processo de Licitação 20/2014 – Prefeitura

Pregão Presencial Nº 13/2014

Tipo: Menor Preço

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PRETADORA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO E FORNECIMENTO DE CRACHÁS EM PLÁSTICO PVC

Entrega dos Envelopes: 1400min do dia 14/03/2014.

Abertura dos Envelopes: 14h05min do dia 14/03/2014.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, situada Av. Santa Catarina, nº 195, e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor ou pelo site www.cacador.sc.gov.br.

Caçador, 24 de fevereiro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO.
Prefeito Municipal.

Aviso de Licitação PR 19-2014 - Prefeitura

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Caçador-SC

Aviso de Licitação

Edital: Processo de Licitação 26/2014 – Prefeitura

Pregão Presencial Nº 19/2014

Tipo: Menor Preço

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA LAVAGEM DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA,

Entrega dos Envelopes: 14h00min do dia 26/03/2014.

Abertura dos Envelopes: 14h05min do dia 26/03/2014.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, situada Av. Santa Catarina, nº 195, e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor ou pelo site www.cacador.sc.gov.br.

Caçador, 24 de fevereiro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO.
Prefeito Municipal.

Camboriú

PREFEITURA

Termo de Errata do Aviso de Dispensa Licitatória 04/14 - FMS

TERMO DE ERRATA

DISPENSA LICITATÓRIA 004/2014-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 014/2014 - FMS, tendo como objeto a "Referente ao atendimento de reabilitação em deficiência mental APAE, prestadora contratualizada da SES – Secretaria de Estado da Saúde, conforme o quarto termo aditivo ao convênio 15/2008, considerando que o Município de Camboriú assinou pacto de gestão, deliberação da CIB nº. 100/2009, publicado na portaria GM/MS nº. 2725.", sofreu a seguinte alteração:

No objeto da Dispensa Licitatória.

- onde lê-se: Referente ao atendimento de reabilitação em deficiência mental APAE, prestadora contratualizada da SES – Secretaria de Estado da Saúde, conforme o quarto termo aditivo ao convênio 15/2008, considerando que o Município de Camboriú assinou pacto de gestão, deliberação da CIB nº. 100/2009, publicado na portaria GM/MS nº. 2725.

- leia-se: Contratualização da APAE do Município de Camboriú, como prestadora ao atendimento de reabilitação em deficiência mental dos usuários dos serviços prestados em saúde, conforme o Manual de normas técnicas para serviços de reabilitação em Deficiência Mental ou autismo do Estado de Santa Catarina, considerando que o Município de Camboriú assinou pacto de gestão, deliberação da CIB nº 100/2009, publicado na Portaria GM/MS nº 2725. Devendo seguir as normas do Termo de Referência anexo. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 28 de Fevereiro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

Processo Seletivo Simplificado Edital Nº 004/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 004/2014

O Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, conforme dispõe o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988 e Art. 300, inciso X da Lei Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, torna público para o conhecimento dos interessados que estão abertas às inscrições do processo seletivo simplificado para contratação de pessoal em Caráter Temporário, no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

DO OBJETO

O objeto do presente Edital consiste no processo seletivo simplificado para contratação em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social e Secretaria Municipal de Educação de Campo Alegre/SC.

Nº VAGAS	CARGO	FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL	VENCIMENTO
01	Médico IV	Médico Plantonista	24 horas (Domingo das 07:00 às 07:00 de segunda-feira).	Curso Superior de Medicina; Registro no Conselho Regional de Medicina.	R\$ 36,65 a hora normal, acrescido de R\$ de adicional noturno, mais 40% de gratificação especial médica ; Valor 12 horas diurna R\$ 615,72; Valor 12 horas noturna R\$ 769,68.
01 Reserva	Agente Operacional I	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas semanais	Ensino Fundamental;	R\$ 724,00 mais R\$ 143,00 de Vale Alimentação.
01 Reserva	Motorista	Motorista Ônibus Escolar	40 horas semanais	4ª série do 1º Grau; Possuir Habilitação própria para Carteira "D" ou "E", na forma do Código Nacional de Trânsito; Curso para Transporte Escolar; Aprovação em Prova Prática	R\$ 981,05 Mais 30% de Periculosidade e R\$ 143,00 de Vale Alimentação

2 – DAS INSCRIÇÕES

2.1 – As inscrições estarão abertas no período de 05 a 10 de março de 2014, na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito à rua Cel. Bueno Franco nº 292, Centro, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e 13:00 horas às 17:00 horas.

2.2 – São condições de Inscrição:

- Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- Encontrar-se em pleno exercício de seus direitos civis e políticos;
- Estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
- Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste Edital;
- Possuir escolaridade ou habilitação correspondente aos níveis exigidos por Lei para o cargo.
- Os estrangeiros deverão comprovar residência fixa no Brasil pelo prazo mínimo de 15 (quinze) anos, salvo os estrangeiros originários de países de língua portuguesa que deverão comprovar residência pelo período de 01 (zero) ano ininterrupto, ou possuir seu diploma reconhecido pelas entidades brasileiras competentes, e não possuir participação como administrador, gestor ou diretor em empresas brasileiras, comerciais ou civis de qualquer natureza;

2.3 – O candidato deverá preencher a ficha de inscrição e anexar fotocópias dos seguintes documentos:

Carteira de Identidade;
Cadastro de Pessoa Física – CPF/MF (fotocópia legível)
Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos e ou guarda/ tutela.

Comprovante de Quitação Eleitoral.

Certificado Militar.

Comprovação do nível de escolaridade exigido;

Registro do Conselho Regional para o cargo de médico.

Carteira Nacional de Habilitação conforme exigido para o exercício do cargo.

VII- Documentos hábeis para a contagem de tempo de serviço, se houver, comprovando experiência profissional no nível/função para qual se inscreveu mediante fotocópia da Carteira de Trabalho ou Certidão expedida por Repartição Pública,

2.4 – A adulteração ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado pelo candidato verificado a qualquer tempo, o eliminará do Processo Seletivo, sem prejuízo da adoção de medidas judiciais necessárias à responsabilização criminal do candidato.

2.5 – Uma vez efetuada e protocolada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração, e nem permitido anexar documentos.

2.6 – Será permitida a inscrição por procuração pública ou por instrumento particular com firma reconhecida, específica para este Processo Seletivo constando à função para qual candidato deseja inscrever-se. O procurador deverá entregar além dos documentos do candidato exigidos no item 2.3, a fotocópia legível de sua cédula de identidade, bem como instrumento de procuração.

2.7 – As inscrições deferidas, serão homologadas e publicadas na imprensa, bem como afixadas no mural da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC. O candidato que tiver indeferido a inscrição terá 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação para recorrer da decisão, em recurso dirigido ao Prefeito Municipal, que o julgará em igual período, após parecer conclusivo da Comissão Organizadora.

2.8 – A Prova Prática terá início na Garagem da Prefeitura Municipal, às 08:00 horas do dia 14 de março de 2014. Os candidatos com as inscrições homologadas deverão apresentar a Carteira Nacional de Habilitação "D" ou "E" para a realização da Prova Prática. A Prova Prática consistirá em um percurso pelas ruas do Centro do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina saindo da Garagem da Prefeitura sentido à Rua Cel. Raimundo Munhoz; entrar à direita na Rua Altamiro Lobo Guimarães; descer na Av. Dr. Getúlio Vargas e entrar à direita na Rua Benjamin Constant retornando à Garagem da Prefeitura Municipal.

2.9 – O candidato que não atingir no mínimo 06 (seis) pontos na prova prática estará desclassificado deste Processo Seletivo.

3 – DA CLASSIFICAÇÃO

3.1 – Os critérios de classificação do presente Processo Seletivo Simplificado será de Tempo de Serviço do candidato na área e Prova Prática;

3.2 – Para a contagem de tempo de serviço será considerado como data limite, o dia 31 de janeiro de 2014.

3.3 – Para efeitos de classificação de Tempo de Serviço será atribuída a seguinte pontuação:

I – 0,05 (zero vírgula zero cinco) ponto por mês completo de serviço prestado, público ou particular, dentro da área para qual o candidato se inscreveu.

3.4 – No cálculo de pontuação por tempo de serviço, computar-se-á o mês de 30 dias, caso haja sobra de dias, somar-se-á a fração de 16 dias ou mais, como um mês.

3.5 – A pontuação da Prova Prática será de 0 à 10 pontos.

3.6 – O resultado final será a soma da pontuação do tempo de

serviço na área mais a pontuação da Prova Prática.

3.7 – Para o caso de empate, entre candidato, após a classificação final, serão aplicados os critérios de preferência:

- o mais idoso;
- maior número de filhos ou dependentes menores de 18 anos (conforme certidão dos mesmos anexos a ficha de inscrição);

3.8 – A lista do resultado final será divulgada no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC., publicado na imprensa, no Diário Oficial dos Municípios – DOM, na página oficial do Município, sendo a classificação final dos candidatos, feita em ordem crescente de pontos;

3.9 – O candidato terá o prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de divulgação da listagem para entrar com pedido de reconsideração da classificação, junto ao Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal.

4 – DA JORNADA DE TRABALHO E DO REGIME EMPREGATÍCIO

4.1 – A jornada de trabalho do contratado para o cargo de médico IV será de 12:00 horas até 60:00 horas semanais conforme necessidade da Administração; e para o Agente Operacional I e Motorista será de 40 horas semanais.

4.2 – Os classificados no processo seletivo serão admitidos sob regime especial, conforme necessidade.

5 – DAS EXIGÊNCIAS PARA A ADMISSÃO

5.1 – Os classificados serão admitidos neste Processo obedecendo rigorosamente à ordem de classificação por cargo.

5.2 – A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram o direito de ingresso automático no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal. A decisão sobre a admissão é de competência da Prefeitura, dentro do interesse e conveniência da mesma.

5.3 – Por ocasião da admissão, serão exigidos do candidato, os seguintes documentos:

- a) Carteira de Identidade;
- b) Certidão de nascimento;
- c) Certidão de casamento;
- d) CPF/MF;
- e) Comprovante de regularidade de situação cadastral no CPF;
- f) Título de eleitor;
- g) Comprovante de votação ou comprovante de regularidade eleitoral;
- h) Carteira de Trabalho;
- i) Comprovante de Residência;
- j) Certificado de reservista;
- k) Declaração de dependentes;
- l) Declaração Imposto de renda ou de isento;
- m) Certidão nascimento dos filhos;
- n) Carteira de Vacina filhos menores de 06 anos;
- o) Informar se possui filhos deficientes;
- p) Carteira de registro no órgão de fiscalização profissional para o cargo de Médico IV e CNH para o cargo de motorista conforme habilitação exigida;
- q) Certificado do nível de escolaridade;
- r) PIS/PASEP;
- s) Conta corrente no Banco Brasil;
- t) Atestado Admissional;
- u) Em caso de acumulabilidade de cargo público apresentar declaração constando cargo, carga horária semanal e horário cumprido;
- w) Certidão negativa expedida pelo poder judiciário Cartório de distribuição de feitos civis e criminais da comarca de São Bento do sul, de não existir quaisquer procedimento sumaríssimo ou

ordinário ou processo de execução promovido pela administração pública que desabone sua situação funcional;

x) O candidato deverá apresentar certidão expedida pelo Serviço de Pessoal da Prefeitura Municipal, na qual seja expressamente indicado que o mesmo não possui contrato rescindido antecipadamente pela administração.

5.4 – A prática de ato de falsidade ideológica em prova documental, resultará na eliminação do candidato do presente Edital e anulação dos demais atos decorrentes, sujeitando-se às penas da lei.

5.5 – O candidato que for classificado deverá manter, durante todo o prazo de validade do Processo Seletivo, seu telefone e endereço atualizado junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal. Caso o candidato não seja localizado por alteração de telefone ou por endereço insuficiente, será considerado como desistente.

6 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 – É de exclusiva responsabilidade do candidato o preenchimento correto de sua ficha de inscrição e também o anexo de seus documentos conforme item 2.3 deste Edital.

6.2 – Este Edital tem validade de um ano, podendo ser prorrogado se necessário por apenas mais um ano.

6.3 – Os casos omissos e situações não previstas neste edital serão analisados e deferidos pela Comissão Organizadora e Avaliadora deste Processo Seletivo.

Campo Alegre/SC, 28 de fevereiro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

ANEXO I

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Cargo: Médico IV – Função Médico Plantonista

1. Acolher, reconhecer e diagnosticar medidas terapêuticas para tratamento e ou controle das diversas patologias como urgências cardio respiratória, do sistema nervoso central, gastrintestinais, genito-urinárias, endocrinológicas, hematológicas, vasculares, otorrinolaringológicas, oftalmológicas, em saúde mental, traumáticas e gineco obstétricas de acordo com as instruções e protocolos relativos a cada tipo de patologia;
 2. Conhecer e realizar manejo de equipamentos;
 3. Conhecer soluções e medicamentos;
 4. Responsabilizar se pelo encaminhamento adequado do paciente, quando a patologia apresentada exigir recursos terapêuticos e ou diagnósticos inexistentes na unidade;
 5. Conhecer o sistema de saúde e a rede hierarquizada de assistência;
 6. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
 7. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
 8. Executar outras atividades correlatas.
- Observar, quanto as atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere à Lei Federal n 3268/57.

Cargo: Agente Operacional I – Função Auxiliar de Serviços Gerais

1. Remover o pó dos móveis, tetos, portas, janelas e equipamentos, espanando-os ou limpando-os;
2. Limpar escadas, pisos, paredes, janelas, calçadas, banheiros, copas, varrendo-os, ou limpando-os;
3. Limpar utensílios como: cinzeiros, lixeiros, objetos de adorno, vidros, entre outros;
4. Arrumar banheiros, limpando-os com sabão, detergente e desinfetante, reabastecendo-os de papel higiênico, toalhas e sabonetes;
5. Queimar o lixo contaminado do serviço de saúde nos incineradores apropriados, separando as agulhas, vidros, medicamentos e vacinas vencidas, em recipientes apropriados para encaminhar ao aterro sanitário;
6. Coletar o lixo e depositá-lo nas lixeiras;
7. Preparar e servir chá, café ou água;
8. Lavar a roupa, lençóis, cobertores, toalhas e demais roupas usadas nas creches municipais e nos serviços de saúde, retirando-os do varal, passando-os a ferro, esterilizando-os e guardando-os nas respectivas salas;
9. Executar serviços de limpeza da área externa das creches e escolas, Postos de saúde e prédios municipais, varrendo ou lavando calçadas, pátios, paredes, janelas, como também roçando e capinando;
10. Auxiliar na preparação de refeições e merendas escolares, lavando, limpando, descascando e cortando verduras e demais alimentos, lavando e secando louças, servindo as refeições, merendas e fazendo a limpeza da cozinha;
11. Preparar e servir refeições, conforme instruções e cardápios pré-estabelecidos;
12. Auxiliar na execução dos trabalhos de almoxarifado, no recebimento, armazenamento e distribuição dos materiais e/ou equipamentos;
13. Regar e cuidar das flores e demais vegetação ornamental nas áreas interna e externa dos prédios municipais;
14. Transportar, carregar e descarregar viaturas, arrumar móveis, equipamentos, volumes e materiais em geral;
15. Executar serviços de coleta e entrega de documentos. Processo, correspondências, encomendas e outros afins dirigindo-se aos locais solicitados, recebendo e/ou entregando o material, objetivando atender as solicitações e necessidades administrativas da Administração Municipal;
16. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
17. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
18. Executar outras atividades correlatas.

ANEXO II

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

SERVIÇO PESSOAL

FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 004/2014

NÚMERO: _____ CARGO PRETENDIDO: _____

NOME: _____
RG: _____

DATA DE NASCIMENTO: _____ SEXO: _____
CPF/MF _____

TÍTULO DE ELEITOR _____

ESTADO CIVIL _____
Nº DEPENDENTES _____

RUA: _____

BAIRRO: _____

CIDADE: _____

CEP: _____ ESTADO: _____

FONE: _____

FORMAÇÃO ESCOLAR: _____

Obs: Anexar cópia dos documentos exigidos no Edital de Processo Seletivo nº 004/2014

DATA: _____

ASS: _____

FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL Nº 004/2014

NÚMERO: _____ CARGO PRETENDIDO: _____

NOME: _____

RG: _____

Decreto Nº 8.240 de 28 de Fevereiro de 2014

DECRETO Nº 8.240 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

DISPÕE SOBRE FECHAMENTO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS NO PERÍODO DA XVI FESTA ESTADUAL DA OVELHA E XI FESTA DA AGROPECUÁRIA CAMPOALEGRENSE, DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por Lei, em especialmente o Artigo 71 Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art.1º) Fica autorizado o fechamento dos seguintes logradouros públicos: Avenida. Dr. Getúlio Vargas, Rua Cel. Bento D' Amorim, Rua Cel. Raymundo Munhoz, Rua Altamiro Lobo Guimarães, Rua Benjamin Constant e Travessa entre a Avenida Dr. Getúlio Vargas e Rua Pe. Lino Jacob Vier "próximo da Câmara de Vereadores", Centro neste Município, para realização da XVI FESTA ESTADUAL DA OVELHA e XI FESTA DA AGROPECUÁRIA CAMPOALEGRENSE, que acontecerá nos dias: 14; 15 e 16 de março de 2014.

§1º - Avenida Dr. Getúlio Vargas será interditada da esquina da Rua Benjamin Constant até a esquina da Rua Nereu Ramos das 07:00 horas do dia 14/03/2014 (sexta-feira), até as 17:00 horas do dia 17/03/2014 (segunda-feira); a Rua Cel. Raymundo Munhoz será interditada da esquina da Rua Benjamin Constant até a esquina da Rua Nereu Ramos das 07:00 horas do dia 14/03/2014 (sexta-feira), até as 17:00 horas do dia 18/03/2014 (terça-feira).

§2º - A Rua Cel. Bento D' Amorim será interditada entre a esquina da Rua Adolfo Konder até a esquina com a Avenida Dr. Getúlio Vargas das 07:00 horas do dia 14/03/2014 (sexta-feira) até as 17:00 horas do dia 17/03/2014 (segunda-feira); a Travessa entre a Avenida Dr. Getúlio Vargas e Rua Pe. Lino Jacob Vier "próximo da Câmara de Vereadores" também será interditada das 07:00 horas do dia 14/03/2014 (sexta-feira), até as 17:00 horas do dia 18/03/2014 (terça-feira).

§3º - A Rua Benjamin Constant será interditada entre as Ruas Carlos Brandes e a Rua Cel. Raymundo Munhoz, a partir das 13:00 horas no dia 15/03/2014 (sábado) até as 17:00 horas, para concentração do Desfile "CAMPO ALEGRE CONTA SUA HISTÓRIA".

§4º - A Rua Altamiro Lobo Guimarães será interditada entre a Rua 7 de Setembro e Rua Cel. Raymundo Munhoz das 08:00 horas às 10:00 horas do dia 16/03/2014 (domingo), para a concentração dos participantes do 5º ENCONTRO DE TRILHEIROS "TRILHA DA OVELHA".



§5º - A Rua Cel. Raymundo Munhoz será interditada entre as Ruas Veríssimo de Souza Freitas e Altamiro Lobo Guimarães das 08:00 horas até as 10:00 horas do dia 16/03/2014 (domingo), para a largada do 5º Encontro de Trilheiros "Trilha da Ovelha".

Art.2º) As Polícias Militar, Rodoviária e Civil deverão ser informadas do fechamento das ruas e da realização das festividades, a fim de promoverem a segurança pública no local.

Art.3º) Fica expressamente proibida a venda e a circulação de bebidas alcoólicas e não alcoólicas, envasadas em recipiente de vidro, bem como o uso de copos de vidros, isopor ou cooler nos locais e dias referidos acima.

Parágrafo único. No caso de descumprimento o Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente irá recolher o vasilhame e fará o descarte em local apropriado.

Art.4º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 28 de fevereiro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 28/02/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.241 de 28 de Fevereiro de 2014

DECRETO Nº 8.241 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 004/2014.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 300 Inciso X da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Constituir e nomear os membros da Comissão Avaliativa do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 004/2014.

§1º) Para Comissão de Avaliação ficam nomeados os seguintes membros:

Jose Carlos Neneve Cordeiro, matrícula funcional nº 000084;

Maria Maurene Ottvagen May, matrícula funcional nº 000082;

Lucielle Karolyne Cubas, matrícula funcional nº 000500.

§2º) Para, sob a Presidência do Primeiro, supervisionar, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para a Seleção dos seguintes cargos públicos: Médico IV; Agente Operacional I e Motorista "Motorista Ônibus Escolar, objeto do Edital de Processo Seletivo Simplificado Edital nº 004/2014, Poder Executivo Município de Campo Alegre/SC.

§3º) Para a Comissão de aplicação e avaliação da Prova Prática, do respectivo Processo Seletivo Simplificado ficam designados os seguintes membros:

Alaércio Luis Cordeiro, registro no sistema nº 955221;
Ivo Dranka Dziedcz, matrícula funcional nº 000706;

João Samuel Cubas, matrícula funcional nº 000384;

Art.2º) Os membros ora designados, deverão avaliar, supervisionar e fiscalizar o processo de avaliação dos candidatos do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2014, ao término emitir parecer/relatório do referido Edital.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 28 de fevereiro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 28/02/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.242 de 05 de Março de 2014

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.231 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 088 de 15 de março de 2012, em seu Artigo 22; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. MARQUIÉLLI APARECIDA ROSARIO DA CRUZ, Matrícula Funcional nº 000756, Registro no Sistema sob nº 955355, ao Cargo Público de Professor I, Função Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 088, é o Código P1 Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 1.993,32 (um mil, novecentos e noventa e três reais, trinta e dois centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. MARQUIÉLLI APARECIDA ROSARIO DA CRUZ, aprovada em 17º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2012, homologado pelo Decreto nº 7.026 em data de 16 de maio de 2012.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 20 de fevereiro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 20/02/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.243 de 05 de Março de 2014

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.243 DE 05 DE MARÇO DE 2014

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 088 de 15 de março de 2012, em seu Artigo 22; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. EROTIDES URBANEK PETROCEFSKI, Matrícula Funcional nº 000760, Registro no Sistema sob nº 955358, ao Cargo Público de Professor I, Função Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 088, é o Código P1 Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 996,66 (novecentos e noventa e seis reais, sessenta e seis centavos) mensais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. EROTIDES URBANEK PETROCEFSKI, aprovada em 20º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2012, homologado pelo Decreto nº 7.026 em data de 16 de maio de 2012.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 05 de março de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 05/03/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.244 de 05 de Março de 2014

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.244 DE 05 DE MARÇO DE 2014

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Inciso IV Artigo 300 e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar a Srª. SUELEN ELIZA VIER DREVECK, para exercer o cargo público de Professor V, na função de Professor Língua Portuguesa, Registro no Sistema sob o nº 955360, Regime Jurídico

Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, vencimentos Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 1.245,83 (um mil, duzentos e quarenta e cinco reais, oitenta e três centavos) mensais, pelo período de 05 de março de 2014 a 19 de dezembro de 2014, ou até que haja Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 015/2013, em 2º lugar, Homologado pelo Decreto nº 8.143 de 23 de janeiro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 05 de março de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 05/03/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.245 de 05 de Março de 2014

DECRETO Nº 8.245 DE 05 DE MARÇO DE 2014

DESIGNA REPRESENTANTE PARA COMPOR A COMISSÃO ORGANIZADORA INTERMUNICIPAL DA 1ª CONFERÊNCIA INTERMUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DA REGIÃO DA AMUNESC E DA AMVALI – 1ª CIMPDC E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Portaria nº 482, de 29 de outubro de 2013, do Ministério da Integração Nacional; Decreta:

Art.1º) Designar DENISE APARECIDA ROCHA, Registro no Sistema sob nº 955176, Coordenadora de Defesa Civil, para compor a Comissão Organizadora Intermunicipal – COIMU da 1ª Conferência Intermunicipal de Proteção e Defesa Civil da Região da AMUNESC e da AMVALI a ser realizada no dia 15 de março em Joinville – 1ª CIMPDC.

Art.2º) Compete à COIMU da 1ª CIMPDC:

I - coordenar, supervisionar e promover a realização da 1ª CIMPDC;

II - promover contato formal com as autoridades ligadas ao tema Proteção e Defesa Civil, visando divulgar a 1ª CIMPDC e informar sobre o andamento de suas atividades;

III - aprovar o Regulamento da 1ª CIMPDC;

IV - dar publicidade ao relatório final da 1ª CIMPDC;

V - discutir sobre outras questões relacionadas à 1ª CIMPDC não previstas nos itens anteriores, submetendo-as para deliberação do Prefeito Municipal;

VI - definir a pauta, expositores, relatores, facilitadores, convidados

e observadores para a etapa Municipal da 1ª CNPDC;

VII - elaborar relatório final da 1ª CIMPDC.

Art.3º) A COIMU poderá ser composta por representantes do Poder Público e Agentes de Defesa Civil, da Sociedade Civil, dos Conselhos Profissionais e de Políticas Públicas e da Comunidade Científica.

§1º - A COIMU será coordenada pelo Coordenador Regional de Defesa Civil do Estado de Santa Catarina, e, em sua ausência, por servidor por esse designado.

§2º - A participação na COIMU não ensejará remuneração de qualquer espécie e será considerado serviço público relevante.

§3º - A Coordenadora designada para participação da Comissão Organizadora Intermunicipal colaborará sem prejuízo de suas atribuições.

Art.4º) A COIMU realizará reuniões periódicas conforme calendário a ser estabelecido por seu Coordenador.

Art.5º) A COIMU resolverá os casos omissos.

Art.6º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 05 de março de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 05/03/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.246 de 05 de Março de 2014

DECRETO Nº 8.246 DE 05 DE MARÇO DE 2014

CONVOCA A 1ª CONFERÊNCIA INTERMUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Portaria nº 482, de 29 de outubro de 2013, do Ministério da Integração Nacional, que Convoca a 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil – 2ª CNPDC; Decreta:

Art. 1º Fica convocada a 1ª Conferência Intermunicipal de Proteção e Defesa Civil - 1ª CIMPDC, que se realizará no dia 15 de março de 2014 no Município de Joinville/SC., em conjunto com os Municípios que compõem a AMUNESC e a AMVALI: Araquari, Balneário Barra do Sul, Barra Velha, Campo Alegre, Corupá, Garuva, Guaramirim, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville, Rio Negrinho, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, São João de Itaperiú e Schroeder, com o tema: "Proteção e Defesa Civil: novos paradigmas para o Sistema Nacional", como etapa preparatória da 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Parágrafo Único - A 1ª CIMPDC terá como objetivos:

I - Avaliar e apresentar a implementação das diretrizes aprovadas na 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária – 1ª CNDC;

II - Promover, incentivar e divulgar o debate sobre novos paradigmas para a proteção e a Defesa Civil;

III - Avaliar a ação governamental, em especial quanto à implementação dos instrumentos jurídicos e demais dispositivos trazidos pela Lei nº 12.608 de 10 de abril de 2012.

IV - Propor princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil;

V - Promover o fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC.

VI - Fortalecer e estabelecer formas de participação e controle social na formulação e implementação da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, inclusive do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC.

Art.2º A 1ª CIMPDC encaminhará propostas e elegerá delegados(as) para a Conferência Estadual de Proteção e Defesa Civil.

Art.3º A 1ª CIMPDC será presidida pelo Presidente da AMUNESC ou, em sua ausência, pelo Presidente da AMVALI.

Art.4º A coordenação da 1ª CIMPDC será de responsabilidade do Coordenador Regional de Defesa Civil do Estado de Santa Catarina.

Art.5º O Regulamento da 1ª CIMPDC será elaborado pela comissão intermunicipal em observância ao Regimento Interno Nacional e disporá sobre:

I - a organização e o funcionamento da Conferência;

II - o processo democrático de escolha de seus (suas) delegados (as), representantes da Sociedade Civil, do Poder Público e de Agentes de Defesa Civil, dos Conselhos Profissionais e de Políticas Públicas e da Comunidade Científica.

Parágrafo Único - O Regulamento a que se refere o caput deste Artigo deverá ser aprovado pela Plenária da Conferência.

Art.6º As despesas com a participação da representante deste Município na 1ª CIMPDC correrá por conta dos recursos orçamentários do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 05 de março de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 05/03/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.247 de 05 de Março de 2014

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.247 DE 05 DE MARÇO DE 2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso V do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de Abril de 1990; Decreto:

Art.1º) Exonerar a pedido o Sr. RICARDO DAVID DA SILVA FILHO, Registro no Sistema sob nº 955166, do Cargo de Diretor de Administração, Código 16, do Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 006 de 25 de setembro de 2002, partir desta data.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 05 de março de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 05/03/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.851 de 05 de Março de 2014

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.851 DE 05 DE MARÇO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Técnico em Nível Médio, exercendo a função de Técnico em Processamento de Dados, ANDRÉ LUIZ NIEMEYER, matrícula funcional nº 000438, registro no sistema sob nº, referente ao período aquisitivo 10 de maio de 2012 a 09 de maio de 2013.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 05 de março de 2014 a 14 de março de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 05 de março de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 05/03/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.852 de 05 de Março de 2014

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.852 DE 05 DE MARÇO DE 2014
DISPÕE SOBRE AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, previsto no Artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica Municipal, em especial a Instrução Normativa TC-07/2008 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; RESOLVE:

Art.1º) Averbar a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, emitida em data de 23 de dezembro de 2013 sob Protocolo nº 20024050.100122/13-9, da Servidora Pública Municipal, Srª. ISABEL TEREZINHA TEIXEIRA DA SILVA, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar Operacional, Matrícula Funcional nº 292, Registro no Sistema sob o nº 317390.

Parágrafo único: A Averbação de Tempo de Contribuição de que trata o caput deste Artigo pelo período de contribuição de 01 (zero um) ano, 03 (zero três) meses e 22 (vinte e dois) dias, Parecer nº 005/2014 expedido pelo Serviço de Pessoal do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) A averbação de que tratam o artigo 1º deste Decreto, em razão do Procedimento Administrativo nº 61/2014, Protocolado sob o nº 5.073 em data de 15 de janeiro de 2014.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 05 de março de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 05/03/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.853 de 05 de Março de 2014

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.853 DE 05 DE MARÇO DE 2014
DISPÕE SOBRE AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, previsto no Artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica Municipal, em especial a Instrução Normativa TC-07/2008 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

RESOLVE:

Art.1º) Averbar a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, emitida em data de 21 de janeiro de 2014 sob Protocolo nº 20024050.100005/14-0, da Servidora Pública Municipal, Srª. FRANCISCA DO ROCIO DA ROCHA, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional nº 0260, Registro no Sistema sob o nº 313800.

Parágrafo único: A Averbação de Tempo de Contribuição de que trata o caput deste Artigo pelo período de contribuição de 03 (zero três) anos, 11 (onze) meses e 27 (vinte e sete) dias, Parecer nº 006/2014 expedido pelo Serviço de Pessoal do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) A averbação de que tratam o artigo 1º deste Decreto, em razão do Procedimento Administrativo nº 160/2014.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 05 de março de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 05/03/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.854 de 05 de Março de 2014

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.854 DE 05 DE MARÇO DE 2014
DISPÕE SOBRE AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, previsto no Artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica Municipal, em especial a Instrução Normativa TC-07/2008 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

RESOLVE:

Art.1º) Averbar a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, emitida em data de 21 de janeiro de 2014 sob Protocolo nº 20024050.100068/11-8, do Servidor Público Municipal, Sr. JOÃO SAMUEL CUBAS, ocupante do Cargo Público de Técnico em Nível Médio, exercendo a função de Técnico Agrícola, Matrícula Funcional nº 000384, Registro no Sistema sob o nº 115090.

Parágrafo único: A Averbação de Tempo de Contribuição de que trata o caput deste Artigo pelo período de contribuição de 21 (vinte e um) anos, 11 (onze) meses e 07 (zero sete) dias, Parecer nº 007/2014 expedido pelo Serviço de Pessoal do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) A averbação de que tratam o artigo 1º deste Decreto, em razão do Procedimento Administrativo nº 131/2014, Protocolado sob o nº 5.208 em data de 27 de janeiro de 2014.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 05 de março de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 05/03/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 01/2014

PORTARIA Nº 01, DE 05 DE MARÇO DE 2014.
CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIO.

O Presidente da Mesa Diretora, no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, ambos do Regimento Interno, em especial a Resolução nº 01/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Constitui a Comissão Organizadora e Avaliativa do Processo Seletivo para contratação de Estagiário no Exercício de 2014, com seguintes integrantes:

Servidora – Betina Moreira da Silva, matrícula nº 0026

Servidor – Fernando Grosskopf, matrícula nº 0027

Assessor Jurídico - Gustavo Daniel T. Bastos Gama, matrícula nº 0097

Art. 2º - Os membros ora designados deverão coordenar a referida comissão devendo supervisionar e fiscalizar o processo, bem como emitir parecer final acerca dos mesmos.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 05 de Março de 2014.

RAUL JOHANSON
Presidente da Mesa

Portaria Nº 02/2014

PORTARIA Nº 02 DE 05 DE MARÇO DE 2014
DISPÕE SOBRE CRITÉRIOS E PRAZOS PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIO NO EXERCÍCIO DE 2014.

O Presidente da Mesa Diretora, da Câmara municipal de Campo Alegre no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, e, ambos do Regimento Interno, em especial a Resolução nº 01/2013;

RESOLVE:

Art.1º Fica estabelecido os critérios abaixo para contratação de 01 (um) estagiário do Ensino Médio, para Câmara Municipal de Campo Alegre:

Item 1 – Atender ao disposto na Resolução nº 01/2013;

Item 2 – O critério de julgamento será pela maior média da soma das notas do boletim escolar 2013, apresentado pelo candidato, em caso de empate será classificado conforme maior índice de frequência escolar.

Art. 2º O prazo para cadastramento dos candidatos a estágio, será do dia 11 de Março de 2014 a 14 de Março de 2014 na Secretaria da Câmara Municipal.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 05 de Março de 2014.

RAUL JOHANSON
Presidente da Mesa

Campos Novos

PREFEITURA

Aviso Edital PP 18/2014 - Material de Expediente

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 20/03/2014 às 09:30 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO DURANTE O ANO DE 2014. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 06 de Março de 2014.

NELSON LUIZ DE PAULA

Secretario Municipal de Saúde

Canoinhas

PREFEITURA

Resolução Nº 09/CMAS/2014

RESOLUÇÃO Nº 09/2014

DISPÕE SOBRE O PROJETO TÉCNICO PARA COFINANCIAMENTO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS – EXERCÍCIO 2014

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Canoinhas (SC), no uso de suas atribuições resolve:

Considerando o art. 2º, do Decreto Municipal nº 241/2012, de 14 de dezembro de 2012, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal da Assistência Social;

Considerando a apreciação do Projeto Técnico para Cofinanciamento de Benefícios Eventuais para Convênio entre o Fundo Municipal da Assistência Social e o Fundo Estadual de Assistência Social para o exercício 2014;

Considerando a deliberação do Plenário do Conselho Municipal da Assistência Social reunido extraordinariamente em 25 de fevereiro de 2014;

RESOLVE:

Artigo 1º. Aprovar o Projeto Técnico referente a oferta de benefícios eventuais que é garantida pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS nº8.742 de dezembro de 1993).

Artigo 2º Recomenda ao FEAS que seja ampliado o valor do cofinanciamento para que seja garantida a meta de atendimento a 200 indivíduos e famílias com prioridade a criança e ao adolescente, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e as famílias envolvidas em situação de vulnerabilidade temporária e calamidade pública.

Artigo 3º. Recomenda ao Fundo Estadual da Assistência Social que garanta a publicização dos recursos/valores de repasse para o cofinanciamento anterior ao Projeto Técnico.

Artigo 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 25 de fevereiro de 2014.

KARINA VIEIRA CARVALHO

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Resolução Nº 10/CMAS/2014

RESOLUÇÃO Nº 10/2014

DISPÕE SOBRE O PROJETO TÉCNICO PARA COFINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – EXERCÍCIO 2014

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Canoinhas (SC), no uso de suas atribuições resolve:

Considerando o art. 2º, do Decreto Municipal nº 241/2012, de 14 de dezembro de 2012, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal da Assistência Social;

Considerando a apreciação do Projeto Técnico para Cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica para Convênio entre o Fundo Municipal da Assistência Social e o Fundo Estadual de Assistência Social para o exercício 2014;

Considerando a deliberação do Plenário do Conselho Municipal da Assistência Social reunido extraordinariamente em 25 de fevereiro de 2014;

RESOLVE:

Artigo 1º. Aprovar o Projeto Técnico referente à oferta dos Serviços de Proteção Social Básica nos (três) Centros de Referência de Assistência Social para o exercício do ano de 2014, do município de Canoinhas. A oferta ocorrerá com os serviços da Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV (0 a 6 anos, 6 a 15 anos, 15 a 17anos e idosos); Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas (SPSBSPDI).

Artigo 2º Aprovar a capacidade mensal de atendimentos/acompanhamentos/mês para cada CRAS, indicando o PAIF com 100 famílias/mês; o SCFV (0 a 6 anos, 6 a 15 anos, 15 a 17anos e idosos) com 50 atendimentos/acompanhamentos/mês; e o SPSBSPDI com 10 atendimentos/acompanhamentos/mês.

Artigo 3º. Recomenda ao Fundo Estadual da Assistência Social que garanta a publicização dos recursos/valores de repasse para o cofinanciamento anterior ao Projeto Técnico.

Artigo 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 25 de fevereiro de 2014.

KARINA VIEIRA CARVALHO

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Resolução Nº 11/2014

RESOLUÇÃO Nº 11/2014

DISPÕE SOBRE O PROJETO TÉCNICO PARA COFINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE – EXERCÍCIO 2014

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Canoinhas (SC), no uso de suas atribuições resolve:

Considerando o art. 2º, do Decreto Municipal nº 241/2012, de 14 de dezembro de 2012, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal da Assistência Social;

Considerando a apreciação do Projeto Técnico para Cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade para Convênio entre o Fundo Municipal da Assistência Social e o Fundo Estadual de Assistência Social para o exercício 2014;

Considerando a deliberação do Plenário do Conselho Municipal da Assistência Social reunido extraordinariamente em 25 de fevereiro de 2014;

RESOLVE:

Artigo 1º. Aprovar o Projeto Técnico referente à oferta aos Serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade: Serviço de Proteção Social Especial às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual; Serviço de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias/PAEFI; Serviço de Proteção Social Especial/PSE- aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Prestação de Serviço à Comunidade/PSC e Liberdade Assistida/LA, e garantidores do direito a proteção das famílias com direitos violados e em situação de risco pessoal e social.

Artigo 2º Aprovar a meta de atendimento de 200 (duzentos) indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social, vítimas de violência física/psicológica/sexual, negligência, abandono, ameaças, maus tratos, discriminações sociais.

Artigo 3º. Aprovar a capacidade mensal de atendimento dos 30(trinta) adolescentes em conflito com a lei para PSE/PSC e LA; PAEFI com capacidade de 110 (cento e dez) atendimentos; O Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias com 25 (vinte e cinco) atendimentos mensais; Serviço Especializado para Atendimento de Rua 15 (quinze) atendimentos mensais; Serviço Especializado em Abordagem de Rua com 20 (vinte) atendimentos mensais.

Artigo 4º Recomenda ao Fundo Estadual da Assistência Social que garanta a publicização dos recursos/valores de repasse para o cofinanciamento anterior ao Projeto Técnico.

Artigo 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 25 de fevereiro de 2014.

KARINA VIEIRA CARVALHO

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Resolução Nº 12/CMAS/2014

RESOLUÇÃO Nº 12/2014

DISPÕE SOBRE O PROJETO TÉCNICO PARA COFINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE – EXERCÍCIO 2014

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Canoinhas (SC), no uso de suas atribuições resolve:

Considerando o art. 2º, do Decreto Municipal nº 241/2012, de 14 de dezembro de 2012, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal da Assistência Social;

Considerando a apreciação do Projeto Técnico para Cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade para Convênio entre o Fundo Municipal da Assistência Social e o Fundo Estadual de Assistência Social para o exercício 2014; Considerando a deliberação do Plenário do Conselho Municipal da Assistência Social reunido extraordinariamente em 25 de fevereiro de 2014;

RESOLVE:

Artigo 1º. Aprovar o Projeto Técnico referente à oferta aos Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade sendo as atividades de acolhimento da Casa de Passagem "Santa Clara" de crianças e adolescentes de 0a 18 anos; atividades de acolhimento da Casa de Passagem "Nova Canaã" de adultos, e atividades de acolhimento do Lar de Idosos "Stellita Pacheco Costa" (idosos acima de 60 anos)

Artigo 2º Faz conhecer a capacidade instalada de atendimento mensal na Casa "Santa Clara" 20 (vinte) crianças/adolescentes; na Casa "Nova Canaã" capacidade para 15 pessoas (quinze), e capacidade para 8 (oito) pessoas idosas no Lar dos Idosos "Stellita Pacheco Costa".

Artigo 3º. Recomenda ao Fundo Estadual da Assistência Social que garanta a publicização dos recursos/valores de repasse para o cofinanciamento anterior ao Projeto Técnico.

Artigo 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 25 de fevereiro de 2014.

KARINA VIEIRA CARVALHO

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Extrato do Edital do Processo Licitatório Nº 32/2014 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2014

1.1 O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 18 de março de 2014, às 10:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é selecionar a proposta mais vantajosa à contratação de serviços de horas de esteira e escavadeira hidráulica, com fornecimento pela contratada de operador habilitado, combustível e/ou qualquer outra despesa referente ao serviço a ser prestado pela Contratada, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas no Anexo II – Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 06 de março de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato do Edital do Processo Licitatório Nº 33/2014 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2014

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 19 de março de 2014, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é contratação de Serviços Especializados de Arbitragem para os Eventos Esportivos de Futsal e Futebol de Campo a serem realizados no Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme Termo de Referência – Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 06 de março de 2014.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº. 14/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2014 DA PMCS. Processo Administrativo nº. 10/PMCS/2014. Pregão Presencial nº. 07/2014. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul. CONTRATADA: UNITÁ VEÍCULOS LTDA. ASSINATURA: 24/02/2014. VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2014. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 4.4.90.52.52(174). OBJETO: aquisição de veículo zero KM, Tipo utilitário Mini-Van, com isolamento Isométrico, para transportes de merenda escolar. VALOR: R\$ 49.500,00(quarenta e nove mil e quinhentos reais).

Concórdia

PREFEITURA

Portaria Fmc Nº 13/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA FMC Nº 13/2014, DE 5 DE MARÇO DE 2014.

O Diretor-Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e Decreto nº 1.021/2013, de 27 de dezembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a servidora ONEIDE FRÜHAUF ZUQUI, ocupante do cargo de Responsável de Setor para responder pelo cargo de Chefe de Departamento da Fundação Municipal de Cultura - FMC, no período de 10 de março a 1º de abril de 2014, em face do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 3, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.
GILMAR LUIZ MONTICELLI
Diretor-Geral- Fundação Municipal de Cultura

Portaria Nº 10/2014

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
PORTARIA Nº 10/2014, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289,

de 20 de janeiro de 1989 e pelo Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a partir de 5 de março de 2014, a gratificação pelo exercício da função de coordenação do Esporte Comunitário, concedida ao servidor GIL ARTIFON, ocupante do cargo de Técnico Desportivo, pelas Portarias nºs. 4/2013 de 9 de janeiro de 2013 e 14/2013 de 28 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes de Concórdia.
VILMAR ANTÔNIO BENTZ
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Portaria Nº 11/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 11/2014, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor RAFAEL DE ALMEIDA RONCHETTI, ocupante do cargo de Técnico Desportivo, gratificação equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, pelo exercício da função de coordenação do Esporte Comunitário da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, com dedicação exclusiva, a partir de 5 de março de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.
VILMAR ANTONIO BENTZ
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Portaria Fmec Nº 12/2014

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA FMEC Nº 12/2014, 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor SILVIOMAR BERNARDI, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Departamento, a partir de 05 de março de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Portaria Nº 13/2014
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 13/2014, DE 27 DE MARÇO DE 2014.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a servidora NEUSA TEREZINHA SCHMIDT GUGEL, ocupante do cargo de Encarregada de Seção, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Departamento, do Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 3, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 5 de março de 2014.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º desta Portaria, exonerar a servidora NEUSA TEREZINHA SCHMIDT GUGEL, do cargo de Encarregada de seção, a partir de 5 de março de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes de Concórdia.
VILMAR ANTÔNIO BENTZ
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Portaria Nº 14/2014
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 14/2014, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a senhora MARLO CRISTINA RIBEIRO, para exercer o cargo de Encarregada de Seção, do Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esportes – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 05 de março de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.
VILMAR ANTÔNIO BENTZ
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Convocação Para Assinatura de Contrato - Andréia Lorenzi - Me

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Pregão Presencial Nº 15/2014 - PMC

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA vem por meio desta, convocar o representante legal da empresa ANDRÉIA LORENZI - ME, inscrita no CNPJ sob nº 17.189.700/0001-79, com sede na Rua Duque de Caxias, 2785, Bairro Santo Antônio, Encantado, RS, para comparecer junto a Diretoria de Compras, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro, nesta, para assinatura do Contrato originado através da licitação em referência.

O não comparecimento dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar desta publicação, conforme previsto no Item 16.1 do edital acarretará na aplicação das penas prevista no item 19.1 do Edital.

Concórdia, SC, 05 de março de 2014.
SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 16/2014

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 16/2014, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição ao servidor ADEMIR PIAZENTINI.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 e no art. 31-D da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999, acrescido pela Lei Complementar nº 544, de 17 de novembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 3 de março de 2014, ao servidor ADEMIR PIAZENTINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Mecânico, 40 (quarenta) horas semanais, nível 5-40-GOB1, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, matrícula nº 94064-00, Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais, correspondentes à totalidade da última remuneração-de-contribuição do servidor no cargo referido e reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 28 de fevereiro de 2014.

VANESSA DAIANE RIFFEL
Administradora

Portaria Nº 17/2014

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 17/2014, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição ao servidor VALMIR GNOATTO.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 2º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 e no art. 31-A da Lei Complementar nº 164/1999, acrescido pela Lei Complementar nº 432, de 30 de setembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 3 de março de 2014, ao servidor VALMIR GNOATTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Operacional, função Vigia, 40 (quarenta) horas semanais, nível 3-2-GB4A1, do Quadro Suplementar de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, matrícula nº 94099-00, Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais, correspondentes à totalidade da última remuneração-de-contribuição do servidor no cargo referido e reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 28 de fevereiro de 2014.

VANESSA DAIANE RIFFEL
Administradora

Resolução Nº 001

RESOLUÇÃO nº 001, de 13 de FEVEREIRO 2014.

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia/SC, referente ao mês de novembro/2013.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA/SC – CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 13 de fevereiro de 2014, no uso de suas atribuições que lhe confere Art. 2º, inciso I, da Lei Municipal nº 4.384, de 15 de dezembro de 2011 e o art. 30 da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS.

RESOLVE:

Art. 1º. Após análise da documentação física apresentada pelo órgão gestor, o Conselho delibera e aprova de forma contábil a prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia/SC, referente ao mês de novembro de 2013.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia SC, 13 de fevereiro de 2014.
TÂNIA APARECIDA PEREIRA DA CUNHA
Presidente do CMAS

Resolução Nº 002

RESOLUÇÃO nº 002, de 13 de FEVEREIRO 2014.

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia/SC, referente ao mês de dezembro/2013.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA/SC – CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 13 de fevereiro de 2014, no uso de suas atribuições que lhe confere Art. 2º, inciso I, da Lei Municipal nº 4.384, de 15 de dezembro de 2011 e o art. 30 da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS.

RESOLVE:

Art. 1º. Após análise da documentação física apresentada pelo órgão gestor, o Conselho delibera e aprova de forma contábil a prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia/SC, referente ao mês de dezembro de 2013.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia SC, 13 de fevereiro de 2014.
TÂNIA APARECIDA PEREIRA DA CUNHA
Presidente do CMAS

Resolução 003

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA

Rua Leonel Mosele, 285 fone/fax: 3442-0118 /3442-0119.

RESOLUÇÃO 003 de 13 DE FEVEREIRO DE 2014.

Dispõe sobre a reprogramação dos saldos financeiros do exercício 2013, proveniente do Fundo Estadual de assistência Social/FEAS a serem canalizados para os serviços, programas e projetos socio-assistenciais.

O Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social de Concórdia em reunião ordinária realizada no dia 13 de fevereiro de 2014 no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – LOAS, a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, a Norma Operacional Básica – NOB/SUAS e o Sistema Único da Assistência Social – SUAS e as Portarias do Ministério de Desenvolvimento Social – MDS nº 440/2005, nº 442/2005 e nº 459/2005, com suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Reprogramar os saldos do Fundo Municipal de Assistência Social recebidos do Fundo Estadual de Assistência Social/FEAS e não utilizados no exercício de 2013 e deverão ser exclusivamente investidos na Proteção Social Básica ou Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade do SUAS.

§ 1º. Os valores reprogramados da Proteção Social Especial de Média Complexidade a serem gastos na execução dos Programas, Projetos e Serviços junto ao centro de Referência Especializado de Assistência Social/CREAS foram de R\$ 22.809,60 (vinte dois mil, oitocentos e nove reais e sessenta centavos);

§ 2º. Do Programa de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescente – Abrigo Provisório Anjo Gabriel, Proteção Social Especial de Alta Complexidade, foram R\$ 17.424,00 (dezessete mil, quatrocentos e vinte quatro reais);

§ 3º. Os valores reprogramados referente aos Benefícios Eventuais

(auxílio funeral, natalidade e situações emergenciais) foram de R\$ 4.575,21 (quatro mil quinhentos e setenta cinco reais e vinte um centavos);

§ 4º. Os valores referente ao FEAS – Fundo Estadual de Assistência Social para custeio da Proteção Social Básica foram de R\$ 10.483,67 (dez mil, quatrocentos e oitenta três reais e sessenta centavos);

Art. 5º - O total de recursos reprogramados somam um total de R\$ 55.292,48 (cinquenta cinco mil, duzentos e noventa dois reais e quarenta oito centavos). Os recursos reprogramados serão utilizados para capacitações dos trabalhadores do SUAS, campanhas educativas, seminários, lançamento de cartilhas informativas, aquisição de alimentos, produtos de higiene e limpeza, material didático e auxílio funeral, natalidade e situações emergenciais.

Concórdia, 13 de fevereiro de 2014.
TÂNIA APARECIDA PEREIRA DA CUNHA
Presidente CMAS

Resolução 004

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA

Rua Leonel Mosele, 285 fone/fax: 3442-0118 /3442-0119.

RESOLUÇÃO 004 de 13 DE FEVEREIRO DE 2014.

Dispõe sobre a reprogramação dos saldos financeiros do exercício 2013, proveniente do

Fundo Nacional de Assistência Social/FNAS

a serem canalizados para os serviços, programas e projetos socio-assistenciais.

O Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social de Concórdia em reunião ordinária realizada no dia 13 de fevereiro de 2014 no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – LOAS, a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, a Norma Operacional Básica – NOB/SUAS e o Sistema Único da Assistência Social – SUAS e as Portarias do Ministério de Desenvolvimento Social – MDS nº 440/2005, nº 442/2005 e nº 459/2005, com suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º - Reprogramar os saldos do Fundo Municipal de Assistência Social recebidos do Fundo Nacional de Assistência Social/FNAS e não utilizados no exercício de 2013 e deverão ser exclusivamente investidos na Proteção Social Básica ou Proteção Social Especial de Média Complexidade do SUAS.

§ 1º. Do Programa de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, foram reprogramados R\$ 48.440,28 (quarenta oito mil quatrocentos e quarenta reais e vinte oito centavos);

§ 2º. Do Programa de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, de contrapartida foram reprogramados R\$ 13.726,98 (treze mil setecentos e vinte seis reais e noventa oito centavos);

§ 3º. Do Piso Variável Básico II (atendimento idosos) foi reprogramado um valor de R\$ 3.675,41 (três mil seiscentos e setenta cinco reais e quarenta um centavos);

§ 4º. Do Piso Variável Básico II (atendimento idosos), como contrapartida foi reprogramado um valor de R\$ 1.830,13 (um mil oitocentos e trinta reais e treze centavos);

§ 5º. Do Piso Variável Básico II (atendimento crianças de 0 a 6 anos) foi reprogramado um valor de R\$ 1.466,64 (um mil quatrocentos e sessenta seis reais e sessenta quatro centavos);

§ 6º. Do Piso Variável Básico II (atendimento crianças de 0 a 6 anos), com contrapartida foi reprogramado um valor de R\$ 293,70 (duzentos e noventa três reais e setenta centavos);

§ 7º Do Programa de Atendimento Integral a Família – PAIF, foram reprogramados R\$ 34.022,71 (trinta quatro mil e vinte dois reais e setenta um centavos);

§ 8º Do Programa de Atendimento Integral a Família – PAIF, como contrapartida foram reprogramados R\$ 1.899,73 (um mil oitocentos e noventa nove reais e setenta três centavos);

§ 9º Os valores reprogramados do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, foram de R\$ 8.656,15 (oito mil seiscentos e cinquenta seis reais e quinze centavos);

§ 9º Os valores reprogramados do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, contrapartida foram de R\$ 1.600,10 (um mil seiscentos reais e dez centavos);

§ 10º Os valores reprogramados do Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGDM) do Programa Bolsa Família foram de R\$ 16.510,51(dezesseis mil quinhentos e dez reais e cinquenta um centavos);

§ 10º Os valores reprogramados do Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD) SUAS, foram reprogramados de R\$ 9.061,47 (nove mil e sessenta um reais e quarenta sete centavos);

§ 11º Dos recursos referente ao Fortalecimento de Vínculos foram reprogramados R\$ 24.336,69 (vinte e quatro mil trezentos e trinta seis reais e sessenta nove centavos);

§ 11º Quanto aos recursos do Acessuas Trabalho foram reprogramados R\$ 83.561,26 (oitenta três mil quinhentos e sessenta um real e vinte seis centavos);

Art. 2º - O total de recursos reprogramados somam um valor de R\$ 258.542,49 (duzentos cinquenta oito mil, quinhentos quarenta dois reais e quarenta nove centavos). Os recursos reprogramados serão utilizados para capacitações dos trabalhadores do SUAS, campanhas educativas, seminários, lançamento de cartilhas informativas, aquisição de alimentos, produtos de higiene e limpeza e material didático.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 13 de fevereiro de 2014.
TÂNIA APARECIDA PEREIRA DA CUNHA
Presidente CMAS

Resolução Nº 005

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA
Rua Leonel Mosele, 285 fone/fax: 3442-0118 /3442-0119.
cmas@concordia.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 005, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014.

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do convênio/parcela dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade/CREAS, destinação investimento.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Concórdia, em reunião extraordinária realizada no dia 19 de fevereiro de 2014, no uso de suas atribuições e conforme, Art. 30 da Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – LOAS e Norma Operacional Básica – NOB/2005, legislação que rege o Convênio/Proteção Social Especial – Serviço de Média Complexidade e Art. 2º, inciso I, da Lei Municipal nº 4.384, de 15 de dezembro de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Deliberar e aprovar de forma contábil a prestação de contas do convênio/parcela dos recursos referentes ao cofinanciamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade, provenientes do Fundo Estadual de Assistência Social/FEAS, contra partida do município, rendimentos e valor não utilizado e devolvido, que somaram um total R\$ 38.862,97 (trinta e oito mil oitocentos e sessenta dois reais e noventa sete centavos).

§ 1º. O valor das despesas efetuadas soma um total de R\$ 22.903,33 (vinte dois mil, novecentos e três reais e trinta três centavos);

§ 2º. O valor do rendimento de aplicações financeiras soma um valor de R\$ 846,97 (oitocentos e quarenta seis reais e noventa sete centavos);

§ 3º. O valor não utilizado e devolvido soma um total de R\$ 15.959,64 (quinze mil novecentos e cinquenta nove reais e sessenta quatro centavos).

Art. 2º - Os recursos foram destinados ao investimento dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade desenvolvido no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 19 de fevereiro de 2014.

TÂNIA APARECIDA PEREIRA DA CUNHA

Presidente CMAS

Anexo 12 Balanço Orçamentário _ fmc

FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Anexo 12 - Balanço Orçamentário
Período de Referência: Dezembro / 2013

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	Previsão	Execução	Diferença	TÍTULOS	Fixação	Execução	Diferença
Receitas Correntes	28.000,00	50.437,18	(22.437,18)	Créditos Orçament. e Suplement.	3.729.781,92	3.596.451,38	133.330,54
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00	Corrente	1.484.381,92	1.398.739,05	85.642,87
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	Capital	2.245.400,00	2.197.712,33	47.687,67
Receitas Patrimoniais	22.000,00	26.615,16	(4.615,16)	Créditos Especiais	5.425,00	0,00	5.425,00
Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	Corrente	0,00	0,00	0,00
Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	Capital	5.425,00	0,00	5.425,00
Receitas de Serviços	2.000,00	531,20	1.468,80	Créditos Extraordinários	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	Corrente	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	4.000,00	23.770,82	(19.770,82)	Capital	0,00	0,00	0,00
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	480,00	(480,00)	Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias Corrente	0,00	0,00	0,00				
(-)Deduções da Receita Intra-Orçam. Corrente	0,00	0,00	0,00				
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00				
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00				
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00				
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00				
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00				
Outras Receitas Capital	0,00	0,00	0,00				
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00	0,00	0,00				
Receitas Intra-Orçamentárias Capital	0,00	0,00	0,00				
(-)Deduções da Receita Intra-Orçam. Capital	0,00	0,00	0,00				
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	3.515.000,00	(3.515.000,00)	INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	0,00	0,00
Transferência Financeira Recebida	0,00	3.515.000,00	(3.515.000,00)	Transferência Financeira Concedida	0,00	0,00	0,00
SOMA	28.000,00	3.565.437,18	(3.537.437,18)	SOMA	3.735.206,92	3.596.451,38	138.755,54
DÉFICIT TOTAL	3.707.206,92	31.014,20	3.676.192,72	SUPERÁVIT TOTAL	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.735.206,92	3.596.451,38	138.755,54	TOTAL	3.735.206,92	3.596.451,38	138.755,54

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Data Emissão: 25/fev/2014 Hora de emissão: 10h e 19m

Notas:

SANDRA MARA ROMAN
Ordenador de despesa

SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT
Contadora
CRC/SC 15097/O-2

Anexo 13 Balanço Financeiro _ fmc**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA**

Anexo 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Dezembro / 2013

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
ORÇAMENTÁRIAS	11.969,95	50.437,18	ORÇAMENTÁRIA	111.595,92	3.596.451,38
Receitas Orçamentárias	11.969,95	50.437,18	Despesas Correntes	62.974,73	1.328.106,36
Receitas Correntes	11.969,95	50.437,18	Pessoal e Encargos Sociais	77.195,08	559.966,86
Receita Tributária	0,00	0,00	Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	Outras Despesas Correntes	(14.220,35)	768.139,50
Receita Patrimonial	10.282,06	26.615,16	Despesas de Capital	39.219,53	2.197.712,33
Receita Agropecuária	0,00	0,00	Investimentos	39.219,53	2.197.712,33
Receita Industrial	0,00	0,00	Inversões Financeiras	0,00	0,00
Receita de Serviços	25,10	531,20	Amortização da Dívida	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	Despesas IntraOrçamentárias	9.401,66	70.632,69
Outras Receitas Correntes	1.662,79	23.770,82	Despesas Intraorçamentárias Correntes	9.401,66	70.632,69
(-)Deduções das Receitas Correntes	0,00	480,00	Despesas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00	0,00			
(-) Dedução das Receitas Intraorçamentárias Corrente	0,00	0,00			
Receitas de Capital	0,00	0,00			
Operações de Crédito	0,00	0,00			
Alienação de Bens	0,00	0,00			
Amortização de Empréstimo	0,00	0,00			
Transferências de Capital	0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-) Deduções das Receitas de Capital	0,00	0,00			
Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
(-) Ded. das Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	1.170.000,00	3.515.000,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	1.170.000,00	3.515.000,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
EXTRA ORÇAMENTÁRIAS	(223.499,62)	1.785.778,04	EXTRAORÇAMENTÁRIA	26.119,68	172.004,97
Interferências Ativas	0,00	0,00	Interferências Passivas	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
Créditos em Circulação	0,00	0,00	Créditos em Circulação	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	26.005,42	162.139,24	Depósitos	26.005,42	162.139,24
Consignações	15,49	307,99	Consignações	15,49	307,99
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	25.989,93	161.831,25	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	25.989,93	161.831,25
Restos a Pagar	(249.505,04)	1.620.912,49	Restos a Pagar	114,26	9.865,73
Obrigações a Pagar	(249.505,04)	1.620.912,49	Obrigações a Pagar	114,26	9.865,73
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Valores Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Valores Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	Outras Obrigações	0,00	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	2.726,31	Decréscimos Patrimoniais	0,00	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	835.176,79	73.172,65	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	1.655.931,52	1.655.931,52
Caixa	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	18.676,79	67.701,15	Bancos Conta Movimento	1.655.931,52	1.655.931,52
Bancos Conta Vinculada	0,00	5.471,50	Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	816.500,00	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	0,00
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	0,00	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	0,00	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	0,00	Investimentos do RPPS	0,00	0,00
TOTAL	1.793.647,12	5.424.387,87	TOTAL	1.793.647,12	5.424.387,87

Notas:

SANDRA MARA ROMAN
Ordenador de despesa

SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT
Contadora
CRC/SC 15097/O-2

Anexo 14 Balanço Patrimonial _ fmc**FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA**

Prestação de Contas
Anexo TC 14 - Balanço Patrimonial
Período de Referência: Dezembro / 2013

Pág 1 / 1

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	Acumulado	TÍTULOS	Acumulado
ATIVO FINANCEIRO	1.655.931,52	FINANCEIRO	1.620.912,49
DISPONÍVEL	1.655.931,52	DEPÓSITOS	0,00
Caixa	0,00	Consignações	0,00
Bancos Conta Movimento	1.655.931,52	Depósitos de Diversas Origens	0,00
Bancos Conta Vinculada	0,00	RESTOS A PAGAR	1.620.912,49
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Obrigações a Pagar	1.620.912,49
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00
(-)Provisão para perdas em Invest. do RPPS	0,00	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00
REALIZÁVEL	0,00	DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	0,00
Créditos a Receber	0,00		
Devedores - Entidades e Agentes	0,00		
Empréstimos e Financiamentos	0,00		
Adiantamentos Concedidos	0,00		
Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00		
Valores em Transito Realizáveis	0,00		
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00		
REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	0,00		
ATIVO PERMANENTE	3.151.853,14	PASSIVO PERMANENTE	87.418,52
CRÉDITOS	0,00	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	0,00
Créditos a Receber	0,00	Em Títulos de Curto Prazo	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00	Em Títulos de Longo Prazo	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	Por Contratos de Curto Prazo	0,00
Adiantamentos Concedidos	0,00	Por Contratos de Longo Prazo	0,00
Depósitos e Financiamentos	0,00	DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	0,00
(-)Provisão para Perdas Prováveis	0,00	Em Títulos de Curto Prazo	0,00
Outros Créditos	0,00	Em Títulos de Longo Prazo	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	9.931,91	Por Contratos de Curto Prazo	0,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	Por Contratos de Longo Prazo	0,00
INVESTIMENTOS RPPS	0,00	DÉBITOS CONSOLIDADOS	0,00
Investimentos RPPS	0,00	Precatórios a Pagar	0,00
(-) Provisão para Perdas em Inv. do RPPS	0,00	Dívida Renegociadas	0,00
DÍVIDA ATIVA	0,00	Obrigações a Pagar	0,00
Créditos Inscritos em Dívida a Curto Prazo	0,00	Obrigações Legais e Tributárias	0,00
(-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa	0,00	DIVERSOS	87.418,52
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	0,00	Obrigações a Pagar	87.418,52
(-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa	0,00	Depósitos Judiciais	0,00
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	Provisões Matemáticas Previdenciárias	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	Outras Obrigações Exigíveis	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00		
INVESTIMENTOS	0,00		
IMOBILIZADO	3.141.921,23		
Bens Móveis e Imóveis	3.161.479,65		
Bens Imóveis	2.949.121,27		
Bens Móveis	212.358,38		
Títulos e Valores	0,00		
Bens Intangíveis	0,00		
(-) Depreciações, Amortizações e Exaustões	19.558,42		
ATIVO REAL	4.807.784,66	PASSIVO REAL	1.708.331,01
SALDO PATRIMONIAL	0,00	SALDO PATRIMONIAL	3.099.453,65
Passivo Real a Descoberto	0,00	Ativo Real Líquido	3.099.453,65
COMPENSADO	3.403.005,51	COMPENSADO	3.403.005,51
TOTAL	8.210.790,17	TOTAL	8.210.790,17

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Data Emissão: 25/fev/2014 Hora de emissão: 10h e 41m

Notas:

SANDRA MARA ROMAN
Ordenador de despesa

SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT
Contadora
CRC/SC 15097/O-2

Anexo 15 Demonstração Variações Patrimoniais _ fmc

FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA
Prestação de Contas
Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais
 Período de Referência: Dezembro / 2013

Pág 1 / 3

Art. 105 da Lei n. 4.320/1964

Variações Ativas		Variações Passivas	
Resultantes da Execução Orçamentária			
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	50.437,18	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	3.596.451,38
Receitas Correntes	50.437,18	Despesas Correntes	1.328.106,36
Receitas Tributárias	0,00	Pessoal e Encargos Sociais	559.966,86
Receitas de Contribuições	0,00	Juros e Encargos da Dívida	0,00
Receitas Patrimoniais	26.615,16	Outras Despesas Correntes	768.139,50
Receitas Agropecuárias	0,00	Despesas de Capital	2.197.712,33
Receitas Industriais	0,00	Investimentos	2.197.712,33
Receitas de Serviços	531,20	Inversões Financeiras	0,00
Transferências Correntes	0,00	Amortizações da Dívida	0,00
Outras Receitas Correntes	23.770,82	Despesas Intra-Orçamentárias	70.632,69
(-) Deduções da Receita Corrente	480,00	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	70.632,69
Receitas Intra-Orçamentárias Corrente	0,00	Despesa Capital Intra-Orçamentária	0,00
(-) Ded. da Rec. Intra-Orçamentária Corrente	0,00		
Receitas de Capital	0,00		
Operações de Crédito	0,00		
Alienação de Bens	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		
Transferências de Capital	0,00		
Outras Receitas Capital	0,00		
(-) Deduções da Receita de Capital	0,00		
Receita Intra-Orçamentária de Capital	0,00		
(-)Deduções da Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
Interferências Ativas	3.515.000,00	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	3.515.000,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00

Mutações Patrimoniais			
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	577.476,30	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00
Aquisição de Bens	577.476,30	Alienação de Bens	0,00
Bens Imóveis	568.142,50	Bens Imóveis	0,00
Bens Móveis	9.333,80	Bens Móveis	0,00
Titulos e Valores	0,00	Liquidação de Créditos	0,00
Bens Intangíveis	0,00	Empréstimos e Financiamentos	0,00
Outras Aquisições de Bens	0,00	Recebimento de Dívida Ativa	0,00
Incorporação de Créditos	0,00	Créditos Parcelados	0,00
Custo de Bens e Serviços - Incorporação	0,00	Créditos Administrativos	0,00
Gastos de Despesas Diferidas	0,00	Dividendos	0,00
Outras Incorporações de Ativos	0,00	Créditos Diversos a Receber	0,00
		Entidades Devedoras	0,00
		Outras Liquidações de Créditos	0,00
		Custo de Bens e Serviços Baixa	0,00
		Outras Desincorporações de Ativos	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00
Operações de Créditos - Em Contratos	0,00	Operações de Créditos - Em Contratos	0,00
Juros e Encargos	0,00	Aumento de Capital	0,00
Operações de Créditos - Em Títulos	0,00	Operações de Crédito - Em Títulos	0,00
Adiantamentos Recebidos	0,00	Adiantamentos Recebidos	0,00
Entidades Credoras	0,00	Operações com Duplicatas Descontadas	0,00
Dividendos	0,00	Recebimento de Depósitos Judiciais	0,00
Outras Desincorporações de Passivos	0,00	Outras Incorporações de Passivos	0,00

Independentes da Execução Orçamentária			
Interferências Ativas	2.916.728,10	Interferências Passivas	2.916.728,10
Transferências Financeiras Recebidas	2.916.728,10	Transferências Financeiras Concedidas	2.916.728,10
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	9.931,91	DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	341,12
Incorporação de Ativos	9.931,91	Desincorporação de Ativos	341,12
Incorporação de Bens Imóveis	0,00	Baixa de Bens Imóveis	0,00
Incorporação de Bens Móveis	0,00	Baixa de Bens Móveis	0,00
Bens Móveis de Uso Permanente	0,00	Bens Móveis de Uso Permanente	341,12
Aquisição	0,00	Doações Intra-Orçamentárias	0,00
Doações Intra-Orçamentárias	0,00	Perda	0,00
Produção	0,00	Doações	0,00
Doação	0,00	Devolução de Bens	0,00
Permuta	0,00	Permuta	0,00
Outras Incorporações de Bens Móveis	0,00	Inservibilidade	341,12

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR331101-037-BLQYAO-131102787 - Emitido por: ELIZA TEBALDI BORSATTI

26/02/2014 08:26





FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA
Prestação de Contas
Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais
 Período de Referência: Dezembro / 2013

Pág 2 / 3

Bens de Estoque	9.931,91	Outras Baixas de Bens Móveis	0,00
Incorporação de Bens Intangíveis	0,00	Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00
Incorporação de Títulos e Valores	0,00	Bens de Estoque	0,00
Incorporação de Direitos	0,00	Baixa de Bens Intangíveis	0,00
Créditos a Receber	0,00	Baixa de Títulos e Valores	0,00
Fornecimentos a Receber	0,00	Baixa de Direitos	0,00
Recursos de Restos a Pagar	0,00	Créditos a receber	0,00
Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00	Fornecimentos a Receber	0,00
Créditos a Receber a Curto Prazo	0,00	Recursos de Restos a Pagar	0,00
Créditos de Contribuições	0,00	Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00
Créditos Tributários	0,00	Créditos a Receber a Curto Prazo	0,00
Outros Créditos a Receber	0,00	Dívida Ativa - Cancelamentos	0,00
Créditos Diversos a Receber	0,00	Dívida Ativa - Abatimento/Desconto	0,00
Devedores Entidades e Agentes	0,00	Dívida Ativa - Anistia/Perdão	0,00
Entidades Devedoras	0,00	Outros Créditos a Receber	0,00
Diversos Responsáveis - Inscrição	0,00	Créditos Diversos a Receber	0,00
Créditos Parcelados	0,00	Devedores - Entidades e Agentes	0,00
Créditos Administrativos	0,00	Entidades Devedoras	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	Diversos Responsáveis	0,00
Adiantamentos Concedidos	0,00	Créditos Parcelados	0,00
Depósitos Realizáveis	0,00	Empréstimos e Financiamentos	0,00
Valores Pendentes	0,00	Adiantamentos Concedidos	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	Depósitos Realizáveis	0,00
Dívida Ativa - Inscrição	0,00	Valores Pendentes	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00
Créditos Parcelados	0,00	Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00
Créditos Administrativos	0,00	Devedores - Entidades e Agentes	0,00
Créditos Tributários	0,00	Créditos Parcelados - Cancelamento	0,00
Incorporação de Outros Direitos	0,00	Créditos Administrativos - Cancelamento	0,00
Outras Incorporações de Ativos	0,00	Créditos Tributários	0,00
		Dívida Ativa - Cancelamento	0,00
		Dívida Ativa - Abatimento/Desconto	0,00
		Dívida Ativa - Anistia/Perdão	0,00
		Baixa de Outros Direitos	0,00

Independentes da Execução Orçamentária			
AJUSTES DE BENS VALORES E CRÉDITOS	70.829,00	AJUSTES DE BENS VALORES E CRÉDITOS	278.769,40
Valorização de Bens	0,00	Desvalorização de Bens	259.210,98
Bens Imóveis	0,00	Bens Imóveis	0,00
Bens Móveis	0,00	Bens Móveis	259.210,98
Bens Intangíveis	0,00	Bens Intangíveis	0,00
Bens de Estoque	0,00	Bens de Estoque	0,00
Outros Bens	0,00	Outros Bens	0,00
Valorização de Títulos e Valores	0,00	Desvalorização de Títulos e Valores	0,00
Valorização de Títulos e Valores	0,00	Desvalorização de Títulos e Valores	0,00
Valorização de Títulos e Valores do RPPS	0,00	Desvalorização de Títulos e Valores do RPPS	0,00
Ajustes de Créditos	0,00	Ajustes de Créditos	0,00
Reversão da Provisão Dev. Duvidosos	0,00	Provisão para Devedores Duvidosos	0,00
Agios	0,00	Desagios	0,00
Atualização Monetária não Financeira	0,00	Atualização Monetária Não Financeira	0,00
Dívida Ativa - Atualização Monetária	0,00	Baixa de CM da Dívida Ativa	0,00
Diversos Responsáveis	0,00	Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00
Créditos a Receber	0,00	Créditos Parcelados	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00	Créditos Administrativos	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	Provisão para Perdas Prováveis	0,00
Títulos e Valores	0,00	Variação Cambial	0,00
Créditos Parcelados	0,00	Depreciação, Amortização e Exaustão	19.558,42
Créditos Administrativos	0,00	Depreciações	19.558,42
Juros	0,00	Amortizações	0,00
Dívida Ativa - Juros e Multas	0,00	Exaustões	0,00
Outros Juros	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	155.521,21
Variação Cambial	0,00	Incorporação de Obrigações	155.521,21
Multas	0,00	Operação de Crédito - Em Contratos	0,00
Reversão da Provisão para Perdas Prováveis	0,00	Operação de Crédito - Em Títulos	0,00
Outros Ajustes Patrimoniais	0,00	Obrigações de Exercícios Anteriores	0,00
Desincorporação de Passivos	68.102,69	Recursos a Liberar	0,00
Cancelamento de Restos a Pagar	2.726,31	Provisões	138.817,75
Ajustes de Obrigações	0,00	Depósitos Exigíveis	0,00



FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA
 Prestação de Contas
 Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais
 Período de Referência: Dezembro / 2013

Pág 3 / 3

Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	Ágios	0,00
		Entidades Credoras	0,00
		Precatórios	0,00
		Obrigações Tributárias - Patrimonial	0,00
		Entidades de Previdência Complementar	0,00
		Encargos Patronais - RPPS	16.703,46
		Outros Débitos	0,00
		Outras Incorporações de Obrigações	0,00
		Ajustes de Obrigações	0,00
		Ajustes Monetários do Balanço	0,00
		Decrécimos Patrimoniais Diversos	0,00
Total das Variações Ativas	7.140.402,49	Total das Variações Passivas	6.947.811,21
RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	RESULTADO PATRIMONIAL	192.591,28
Déficit Verificado	0,00	Superávit Verificado	192.591,28
TOTAL GERAL	7.140.402,49	TOTAL GERAL	7.140.402,49

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Data Emissão: 26/fev/2014 Hora de emissão: 08h e 26m

Notas:

 SANDRA MARA ROMAN
 Ordenador de despesa

 SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT
 Contadora
 CRC/SC 15097/O-2

Anexo 12 Balanço Orçamentário _ fmas

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Anexo 12 - Balanço Orçamentário
Período de Referência: Dezembro / 2013

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	Previsão	Execução	Diferença	TÍTULOS	Fixação	Execução	Diferença
Receitas Correntes	595.184,00	721.712,73	(126.528,73)	Créditos Orçament. e Suplement.	1.579.561,00	1.196.194,70	383.366,30
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00	Corrente	1.502.583,97	1.139.032,84	363.551,13
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	Capital	76.977,03	57.161,86	19.815,17
Receitas Patrimoniais	8.600,00	12.692,22	(4.092,22)	Créditos Especiais	4.579,49	4.567,40	12,09
Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	Corrente	0,00	0,00	0,00
Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	Capital	4.579,49	4.567,40	12,09
Receitas de Serviços	0,00	0,00	0,00	Créditos Extraordinários	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	586.584,00	708.968,51	(122.384,51)	Corrente	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	52,00	(52,00)	Capital	0,00	0,00	0,00
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	0,00	0,00	Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias Corrente	0,00	0,00	0,00				
(-)Deduções da Receita Intra-Orçam. Corrente	0,00	0,00	0,00				
Receitas de Capital	67.056,00	67.056,00	0,00				
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00				
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00				
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00				
Transferências de Capital	67.056,00	67.056,00	0,00				
Outras Receitas Capital	0,00	0,00	0,00				
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00	0,00	0,00				
Receitas Intra-Orçamentárias Capital	0,00	0,00	0,00				
(-)Deduções da Receita Intra-Orçam. Capital	0,00	0,00	0,00				
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	674.900,00	(674.900,00)	INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	0,00	0,00
Transferência Financeira Recebida	0,00	674.900,00	(674.900,00)	Transferência Financeira Concedida	0,00	0,00	0,00
SOMA	662.240,00	1.463.668,73	(801.428,73)	SOMA	1.584.140,49	1.200.762,10	383.378,39
DÉFICIT TOTAL	921.900,49	0,00	921.900,49	SUPERÁVIT TOTAL	0,00	262.906,63	(262.906,63)
TOTAL	1.584.140,49	1.463.668,73	120.471,76	TOTAL	1.584.140,49	1.463.668,73	120.471,76

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Data Emissão: 26/fev/2014

Hora de emissão: 08h e 54m

Notas:

NOELI WOLOSZYN BRUM DE OLIVEIRA
Ordenador da Despesa

HILDA CAMINI
Contadora
CRC/SC 029632/O-2

Anexo 13 Balanço Financeiro _ fmas**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

Anexo 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Dezembro / 2013

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
ORÇAMENTÁRIAS	85.333,91	788.768,73	ORÇAMENTÁRIA	(41.667,25)	1.200.762,10
Receitas Orçamentárias	85.333,91	788.768,73	Despesas Correntes	(44.158,25)	1.129.491,10
Receitas Correntes	85.333,91	721.712,73	Pessoal e Encargos Sociais	0,00	74.687,57
Receita Tributária	0,00	0,00	Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	Outras Despesas Correntes	(44.158,25)	1.054.803,53
Receita Patrimonial	1.467,87	12.692,22	Despesas de Capital	2.491,00	61.729,26
Receita Agropecuária	0,00	0,00	Investimentos	2.491,00	61.729,26
Receita Industrial	0,00	0,00	Inversões Financeiras	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	Amortização da Dívida	0,00	0,00
Transferências Correntes	83.866,04	708.968,51	Despesas IntraOrçamentárias	0,00	9.541,74
Outras Receitas Correntes	0,00	52,00	Despesas Intraorçamentárias Correntes	0,00	9.541,74
(-)Deduções das Receitas Correntes	0,00	0,00	Despesas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00	0,00			
(-) Dedução das Receitas Intraorçamentárias Corrente	0,00	0,00			
Receitas de Capital	0,00	67.056,00			
Operações de Crédito	0,00	0,00			
Alienação de Bens	0,00	0,00			
Amortização de Empréstimo	0,00	0,00			
Transferências de Capital	0,00	67.056,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-) Deduções das Receitas de Capital	0,00	0,00			
Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
(-) Ded. das Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	674.900,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	674.900,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
EXTRA ORÇAMENTÁRIAS	(183.136,54)	52.032,50	EXTRAORÇAMENTÁRIA	1.669,64	26.083,37
Interferências Ativas	0,00	0,00	Interferências Passivas	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
Créditos em Circulação	0,00	0,00	Créditos em Circulação	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	1.669,64	23.172,68	Depósitos	1.669,64	23.172,68
Consignações	0,00	6.435,43	Consignações	0,00	6.435,43
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	1.669,64	16.737,25	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	1.669,64	16.737,25
Restos a Pagar	(184.806,18)	28.240,02	Restos a Pagar	0,00	2.910,69
Obrigações a Pagar	(184.806,18)	28.240,02	Obrigações a Pagar	0,00	2.910,69
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Valores Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Valores Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	Outras Obrigações	0,00	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	619,80	Decréscimos Patrimoniais	0,00	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	426.421,96	79.761,18	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	368.616,94	368.616,94
Caixa	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	110.491,11	13.692,25	Bancos Conta Movimento	30.031,29	30.031,29
Bancos Conta Vinculada	315.930,85	66.068,93	Bancos Conta Vinculada	338.585,65	338.585,65
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	0,00
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	0,00	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	0,00	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	0,00	Investimentos do RPPS	0,00	0,00
TOTAL	328.619,33	1.595.462,41	TOTAL	328.619,33	1.595.462,41

Notas:

NOELI WOLOSZYN BRUM DE OLIVEIRA
Ordenador da Despesa

HILDA CAMINI
Contadora
CRC/SC 029632/O-2

Anexo 14 Balanço Patrimonial _ fmas**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

Prestação de Contas
Anexo TC 14 - Balanço Patrimonial
Período de Referência: Dezembro / 2013

Pág 1 / 1

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	Acumulado	TÍTULOS	Acumulado
ATIVO FINANCEIRO	368.616,94	FINANCEIRO	28.240,02
DISPONÍVEL	368.616,94	DEPÓSITOS	0,00
Caixa	0,00	Consignações	0,00
Bancos Conta Movimento	30.031,29	Depósitos de Diversas Origens	0,00
Bancos Conta Vinculada	338.585,65	RESTOS A PAGAR	28.240,02
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Obrigações a Pagar	28.240,02
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00
(-)Provisão para perdas em Invest. do RPPS	0,00	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00
REALIZÁVEL	0,00	DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	0,00
Créditos a Receber	0,00		
Devedores - Entidades e Agentes	0,00		
Empréstimos e Financiamentos	0,00		
Adiantamentos Concedidos	0,00		
Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00		
Valores em Transito Realizáveis	0,00		
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00		
REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	0,00		
ATIVO PERMANENTE	299.406,80	PASSIVO PERMANENTE	0,00
CRÉDITOS	0,00	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	0,00
Créditos a Receber	0,00	Em Títulos de Curto Prazo	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00	Em Títulos de Longo Prazo	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	Por Contratos de Curto Prazo	0,00
Adiantamentos Concedidos	0,00	Por Contratos de Longo Prazo	0,00
Depósitos e Financiamentos	0,00	DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	0,00
(-)Provisão para Perdas Prováveis	0,00	Em Títulos de Curto Prazo	0,00
Outros Créditos	0,00	Em Títulos de Longo Prazo	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	0,00	Por Contratos de Curto Prazo	0,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	Por Contratos de Longo Prazo	0,00
INVESTIMENTOS RPPS	0,00	DÉBITOS CONSOLIDADOS	0,00
Investimentos RPPS	0,00	Precatórios a Pagar	0,00
(-) Provisão para Perdas em Inv. do RPPS	0,00	Dívida Renegociadas	0,00
DÍVIDA ATIVA	0,00	Obrigações a Pagar	0,00
Créditos Inscritos em Dívida a Curto Prazo	0,00	Obrigações Legais e Tributárias	0,00
(-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa	0,00	DIVERSOS	0,00
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	0,00	Obrigações a Pagar	0,00
(-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa	0,00	Depósitos Judiciais	0,00
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	Provisões Matemáticas Previdenciárias	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	Outras Obrigações Exigíveis	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00		
INVESTIMENTOS	0,00		
IMOBILIZADO	299.406,80		
Bens Móveis e Imóveis	330.633,30		
Bens Imóveis	0,00		
Bens Móveis	330.633,30		
Títulos e Valores	0,00		
Bens Intangíveis	0,00		
(-) Depreciações, Amortizações e Exaustões	31.226,50		
ATIVO REAL	668.023,74	PASSIVO REAL	28.240,02
SALDO PATRIMONIAL	0,00	SALDO PATRIMONIAL	639.783,72
Passivo Real a Descoberto	0,00	Ativo Real Líquido	639.783,72
COMPENSADO	402.688,44	COMPENSADO	402.688,44
TOTAL	1.070.712,18	TOTAL	1.070.712,18

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Data Emissão: 24/fev/2014 Hora de emissão: 11h e 14m

Notas:

NOELI WOLOSZYN BRUM DE OLIVEIRA
Ordenador da Despesa

HILDA CAMINI
Contadora
CRC/SC 029632/O-2

Anexo 15 Demonstração Variações Patrimoniais _ fmas

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
 Prestação de Contas
 Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais
 Período de Referência: Dezembro / 2013

Pág 1 / 3

Art. 105 da Lei n. 4.320/1964

Variações Ativas		Variações Passivas	
Resultantes da Execução Orçamentária			
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	788.768,73	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	1.200.762,10
Receitas Correntes	721.712,73	Despesas Correntes	1.129.491,10
Receitas Tributárias	0,00	Pessoal e Encargos Sociais	74.687,57
Receitas de Contribuições	0,00	Juros e Encargos da Dívida	0,00
Receitas Patrimoniais	12.692,22	Outras Despesas Correntes	1.054.803,53
Receitas Agropecuárias	0,00	Despesas de Capital	61.729,26
Receitas Industriais	0,00	Investimentos	61.729,26
Receitas de Serviços	0,00	Inversões Financeiras	0,00
Transferências Correntes	708.968,51	Amortizações da Dívida	0,00
Outras Receitas Correntes	52,00	Despesas Intra-Orçamentárias	9.541,74
(-) Deduções da Receita Corrente	0,00	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	9.541,74
Receitas Intra-Orçamentárias Corrente	0,00	Despesa Capital Intra-Orçamentária	0,00
(-) Ded. da Rec. Intra-Orçamentária Corrente	0,00		
Receitas de Capital	67.056,00		
Operações de Crédito	0,00		
Alienação de Bens	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		
Transferências de Capital	67.056,00		
Outras Receitas Capital	0,00		
(-) Deduções da Receita de Capital	0,00		
Receita Intra-Orçamentária de Capital	0,00		
(-)Deduções da Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
Interferências Ativas	674.900,00	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	674.900,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00

Mutações Patrimoniais			
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	31.357,93	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00
Aquisição de Bens	31.357,93	Alienação de Bens	0,00
Bens Imóveis	0,00	Bens Imóveis	0,00
Bens Móveis	31.357,93	Bens Móveis	0,00
Titulos e Valores	0,00	Liquidação de Créditos	0,00
Bens Intangíveis	0,00	Empréstimos e Financiamentos	0,00
Outras Aquisições de Bens	0,00	Recebimento de Dívida Ativa	0,00
Incorporação de Créditos	0,00	Créditos Parcelados	0,00
Custo de Bens e Serviços - Incorporação	0,00	Créditos Administrativos	0,00
Gastos de Despesas Diferidas	0,00	Dividendos	0,00
Outras Incorporações de Ativos	0,00	Créditos Diversos a Receber	0,00
		Entidades Devedoras	0,00
		Outras Liquidações de Créditos	0,00
		Custo de Bens e Serviços Baixa	0,00
		Outras Desincorporações de Ativos	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00
Operações de Créditos - Em Contratos	0,00	Operações de Créditos - Em Contratos	0,00
Juros e Encargos	0,00	Aumento de Capital	0,00
Operações de Créditos - Em Títulos	0,00	Operações de Crédito - Em Títulos	0,00
Adiantamentos Recebidos	0,00	Adiantamentos Recebidos	0,00
Entidades Credoras	0,00	Operações com Duplicatas Descontadas	0,00
Dividendos	0,00	Recebimento de Depósitos Judiciais	0,00
Outras Desincorporações de Passivos	0,00	Outras Incorporações de Passivos	0,00

Independentes da Execução Orçamentária			
Interferências Ativas	448.654,41	Interferências Passivas	448.654,41
Transferências Financeiras Recebidas	448.654,41	Transferências Financeiras Concedidas	448.654,41
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	0,00	DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	868,98
Incorporação de Ativos	0,00	Desincorporação de Ativos	868,98
Incorporação de Bens Imóveis	0,00	Baixa de Bens Imóveis	0,00
Incorporação de Bens Móveis	0,00	Baixa de Bens Móveis	0,00
Bens Móveis de Uso Permanente	0,00	Bens Móveis de Uso Permanente	868,98
Aquisição	0,00	Doações Intra-Orçamentárias	0,00
Doações Intra-Orçamentárias	0,00	Perda	0,00
Produção	0,00	Doações	0,00
Doação	0,00	Devolução de Bens	0,00
Permuta	0,00	Permuta	0,00
Outras Incorporações de Bens Móveis	0,00	Inservibilidade	868,98



FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Prestação de Contas
Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais
 Período de Referência: Dezembro / 2013

Pág 2 / 3

Bens de Estoque	0,00	Outras Baixas de Bens Móveis	0,00
Incorporação de Bens Intangíveis	0,00	Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00
Incorporação de Títulos e Valores	0,00	Bens de Estoque	0,00
Incorporação de Direitos	0,00	Baixa de Bens Intangíveis	0,00
Créditos a Receber	0,00	Baixa de Títulos e Valores	0,00
Fornecimentos a Receber	0,00	Baixa de Direitos	0,00
Recursos de Restos a Pagar	0,00	Créditos a receber	0,00
Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00	Fornecimentos a Receber	0,00
Créditos a Receber a Curto Prazo	0,00	Recursos de Restos a Pagar	0,00
Créditos de Contribuições	0,00	Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00
Créditos Tributários	0,00	Créditos a Receber a Curto Prazo	0,00
Outros Créditos a Receber	0,00	Dívida Ativa - Cancelamentos	0,00
Créditos Diversos a Receber	0,00	Dívida Ativa - Abatimento/Desconto	0,00
Devedores Entidades e Agentes	0,00	Dívida Ativa - Anistia/Perdão	0,00
Entidades Devedoras	0,00	Outros Créditos a Receber	0,00
Diversos Responsáveis - Inscrição	0,00	Créditos Diversos a Receber	0,00
Créditos Parcelados	0,00	Devedores - Entidades e Agentes	0,00
Créditos Administrativos	0,00	Entidades Devedoras	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	Diversos Responsáveis	0,00
Adiantamentos Concedidos	0,00	Créditos Parcelados	0,00
Depósitos Realizáveis	0,00	Empréstimos e Financiamentos	0,00
Valores Pendentes	0,00	Adiantamentos Concedidos	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	Depósitos Realizáveis	0,00
Dívida Ativa - Inscrição	0,00	Valores Pendentes	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00
Créditos Parcelados	0,00	Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00
Créditos Administrativos	0,00	Devedores - Entidades e Agentes	0,00
Créditos Tributários	0,00	Créditos Parcelados - Cancelamento	0,00
Incorporação de Outros Direitos	0,00	Créditos Administrativos - Cancelamento	0,00
Outras Incorporações de Ativos	0,00	Créditos Tributários	0,00
		Dívida Ativa - Cancelamento	0,00
		Dívida Ativa - Abatimento/Desconto	0,00
		Dívida Ativa - Anistia/Perdão	0,00
		Baixa de Outros Direitos	0,00

Independentes da Execução Orçamentária			
AJUSTES DE BENS VALORES E CRÉDITOS	31.979,83	AJUSTES DE BENS VALORES E CRÉDITOS	99.975,38
Valorização de Bens	0,00	Desvalorização de Bens	68.748,88
Bens Imóveis	0,00	Bens Imóveis	0,00
Bens Móveis	0,00	Bens Móveis	68.748,88
Bens Intangíveis	0,00	Bens Intangíveis	0,00
Bens de Estoque	0,00	Bens de Estoque	0,00
Outros Bens	0,00	Outros Bens	0,00
Valorização de Títulos e Valores	0,00	Desvalorização de Títulos e Valores	0,00
Valorização de Títulos e Valores	0,00	Desvalorização de Títulos e Valores	0,00
Valorização de Títulos e Valores do RPPS	0,00	Desvalorização de Títulos e Valores do RPPS	0,00
Ajustes de Créditos	0,00	Ajustes de Créditos	0,00
Reversão da Provisão Dev. Duvidosos	0,00	Provisão para Devedores Duvidosos	0,00
Ágios	0,00	Deságios	0,00
Atualização Monetária não Financeira	0,00	Atualização Monetária Não Financeira	0,00
Dívida Ativa - Atualização Monetária	0,00	Baixa de CM da Dívida Ativa	0,00
Diversos Responsáveis	0,00	Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00
Créditos a Receber	0,00	Créditos Parcelados	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00	Créditos Administrativos	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	Provisão para Perdas Prováveis	0,00
Títulos e Valores	0,00	Variação Cambial	0,00
Créditos Parcelados	0,00	Depreciação, Amortização e Exaustão	31.226,50
Créditos Administrativos	0,00	Depreciações	31.226,50
Juros	0,00	Amortizações	0,00
Dívida Ativa - Juros e Multas	0,00	Exaustões	0,00
Outros Juros	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	31.360,03
Variação Cambial	0,00	Incorporação de Obrigações	31.360,03
Multas	0,00	Operação de Crédito - Em Contratos	0,00
Reversão da Provisão para Perdas Prováveis	0,00	Operação de Crédito - Em Títulos	0,00
Outros Ajustes Patrimoniais	0,00	Obrigações de Exercícios Anteriores	0,00
Desincorporação de Passivos	31.360,03	Recursos a Liberar	0,00
Cancelamento de Restos a Pagar	619,80	Provisões	25.585,72
Ajustes de Obrigações	0,00	Depósitos Exigíveis	0,00



FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
 Prestação de Contas
 Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais
 Período de Referência: Dezembro / 2013

Pág 3 / 3

Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	Ágios	0,00
		Entidades Credoras	0,00
		Precatórios	0,00
		Obrigações Tributárias - Patrimonial	0,00
		Entidades de Previdência Complementar	0,00
		Encargos Patronais - RPPS	5.774,31
		Outros Débitos	0,00
		Outras Incorporações de Obrigações	0,00
		Ajustes de Obrigações	0,00
		Ajustes Monetários do Balanço	0,00
		Decréscimos Patrimoniais Diversos	0,00
Total das Variações Ativas	1.975.660,90	Total das Variações Passivas	1.781.620,90
RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	RESULTADO PATRIMONIAL	194.040,00
Déficit Verificado	0,00	Superávit Verificado	194.040,00
TOTAL GERAL	1.975.660,90	TOTAL GERAL	1.975.660,90

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Data Emissão: 27/fev/2014 Hora de emissão: 14h e 46m

Notas:

 NOELI WOLOSZYN BRUM DE OLIVEIRA
 Ordenador da Despesa

 HILDA CAMINI
 Contadora
 CRC/SC 029632/O-2

Anexo 12 Balanço Orçamentario _ pmc

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Anexo 12 - Balanço Orçamentário
Período de Referência: Dezembro / 2013

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	Previsão	Execução	Diferença	TÍTULOS	Fixação	Execução	Diferença
Receitas Correntes	122.648.120,00	124.625.915,25	(1.977.795,25)	Créditos Orçament. e Suplement.	99.655.050,91	90.985.446,66	8.669.604,25
Receita Tributária	21.559.140,80	23.289.594,24	(1.730.453,44)	Corrente	85.231.631,87	80.941.673,79	4.289.958,08
Receitas de Contribuições	2.700.000,00	2.309.992,23	390.007,77	Capital	14.423.419,04	10.043.772,87	4.379.646,17
Receitas Patrimoniais	1.360.300,00	3.168.530,72	(1.808.230,72)	Créditos Especiais	742.000,00	383.583,18	358.416,82
Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	Corrente	221.000,00	159.560,00	61.440,00
Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	Capital	521.000,00	224.023,18	296.976,82
Receitas de Serviços	1.260.500,00	1.356.047,40	(95.547,40)	Créditos Extraordinários	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	106.523.224,00	103.071.017,98	3.452.206,02	Corrente	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	3.571.000,00	4.841.617,58	(1.270.617,58)	Capital	0,00	0,00	0,00
(-)Deduções da Receita Corrente	14.326.044,80	13.410.884,90	915.159,90	Reserva de Contingência	200.000,00	0,00	200.000,00
Receitas Intra-Orçamentárias Corrente	0,00	0,00	0,00				
(-)Deduções da Receita Intra-Orçam. Corrente	0,00	0,00	0,00				
Receitas de Capital	2.210.000,00	1.914.780,43	295.219,57				
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00				
Alienação de Bens	300.000,00	134.954,99	165.045,01				
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00				
Transferências de Capital	1.910.000,00	1.812.393,94	97.606,06				
Outras Receitas Capital	0,00	0,00	0,00				
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00	32.568,50	(32.568,50)				
Receitas Intra-Orçamentárias Capital	0,00	0,00	0,00				
(-)Deduções da Receita Intra-Orçam. Capital	0,00	0,00	0,00				
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	1.056.385,89	(1.056.385,89)	INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	33.798.821,74	(33.798.821,74)
Transferência Financeira Recebida	0,00	1.056.385,89	(1.056.385,89)	Transferência Financeira Concedida	0,00	33.798.821,74	(33.798.821,74)
SOMA	124.858.120,00	127.597.081,57	(2.738.961,57)	SOMA	100.597.050,91	125.167.851,58	(24.570.800,67)
DÉFICIT TOTAL	0,00	0,00	0,00	SUPERÁVIT TOTAL	24.261.069,09	2.429.229,99	21.831.839,10
TOTAL	124.858.120,00	127.597.081,57	(2.738.961,57)	TOTAL	124.858.120,00	127.597.081,57	(2.738.961,57)

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 24/fev/2014

Hora de emissão: 13h e 33m

Notas:

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT
Contadora
CRC/SC 15097/O-2

Anexo 13 Balanço Financeiro _ pmc**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

Anexo 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Dezembro / 2013

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
ORÇAMENTÁRIAS	11.148.496,28	126.540.695,68	ORÇAMENTÁRIA	6.847.724,39	91.369.029,84
Receitas Orçamentárias	11.148.496,28	126.540.695,68	Despesas Correntes	5.269.754,87	74.009.336,56
Receitas Correntes	11.025.503,91	124.625.915,25	Pessoal e Encargos Sociais	5.765.630,63	41.153.475,95
Receita Tributária	1.755.058,30	23.289.594,24	Juros e Encargos da Dívida	3.000,00	66.312,58
Receita de Contribuições	174.449,11	2.309.992,23	Outras Despesas Correntes	(498.875,76)	32.789.548,03
Receita Patrimonial	242.655,98	3.168.530,72	Despesas de Capital	539.343,44	10.267.796,05
Receita Agropecuária	0,00	0,00	Investimentos	539.343,44	10.267.796,05
Receita Industrial	0,00	0,00	Inversões Financeiras	0,00	0,00
Receita de Serviços	31.735,31	1.356.047,40	Amortização da Dívida	0,00	0,00
Transferências Correntes	9.689.796,86	103.071.017,98	Despesas IntraOrçamentárias	1.038.626,08	7.091.897,23
Outras Receitas Correntes	266.491,98	4.841.617,58	Despesas Intraorçamentárias Correntes	1.038.626,08	7.091.897,23
(-)Deduções das Receitas Correntes	1.134.683,63	13.410.884,90	Despesas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00	0,00			
	0,00	0,00			
Receitas de Capital	122.992,37	1.914.780,43			
Operações de Crédito	0,00	0,00			
Alienação de Bens	2.490,72	134.954,99			
Amortização de Empréstimo	0,00	0,00			
Transferências de Capital	120.501,65	1.812.393,94			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-) Deduções das Receitas de Capital	0,00	32.568,50			
Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
(-) Ded. das Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	1.056.385,89	1.056.385,89	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	6.197.275,26	33.798.821,74
Transferências Financeiras Recebidas	1.056.385,89	1.056.385,89	Transferências Financeiras Concedidas	6.197.275,26	33.798.821,74
EXTRA ORÇAMENTÁRIAS	(4.769.033,20)	14.672.551,93	EXTRAORÇAMENTÁRIA	1.549.521,86	14.542.576,40
Interferências Ativas	0,00	0,00	Interferências Passivas	0,00	0,00
Realizável	16.998,65	114.763,21	Realizável	16.998,65	114.763,21
Créditos em Circulação	16.998,65	114.763,21	Créditos em Circulação	16.998,65	114.763,21
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	1.510.202,41	11.756.285,85	Depósitos	1.510.202,41	11.764.187,48
Consignações	173.650,21	850.849,85	Consignações	173.650,21	850.849,85
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	1.336.552,20	10.905.436,00	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	1.336.552,20	10.913.337,63
Restos a Pagar	(6.303.555,06)	2.468.533,39	Restos a Pagar	19.320,80	2.603.874,16
Obrigações a Pagar	(6.303.555,06)	2.468.533,39	Obrigações a Pagar	19.320,80	2.603.874,16
Serviços da Dívida a Pagar	3.000,00	59.751,55	Serviços da Dívida a Pagar	3.000,00	59.751,55
Operações de Crédito em Liquidação	3.000,00	59.751,55	Operações de Crédito em Liquidação	3.000,00	59.751,55
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Valores Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Valores Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	Outras Obrigações	0,00	0,00
Acréscimos Patrimoniais	4.320,80	273.217,93	Decréscimos Patrimoniais	0,00	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	18.571.096,78	8.853.402,02	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	11.412.607,54	11.412.607,54
Caixa	0,00	1.031,67	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	1.208.851,42	6.372.162,45	Bancos Conta Movimento	8.370.841,24	8.370.841,24
Bancos Conta Vinculada	407.576,99	2.149.972,63	Bancos Conta Vinculada	2.945.338,32	2.945.338,32
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	9.735.733,04	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	0,00
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	7.218.935,33	330.235,27	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	96.427,98	96.427,98
Investimentos do RPPS	0,00	0,00	Investimentos do RPPS	0,00	0,00
TOTAL	26.006.945,75	151.123.035,52	TOTAL	26.007.129,05	151.123.035,52

Notas:

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT
Contadora
CRC/SC 15097/O-2

Anexo 14 Balanço Patrimonial _ pmc

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 Prestação de Contas
 Anexo TC 14 - Balanço Patrimonial
 Período de Referência: Dezembro / 2013

Pág 1 / 1

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	Acumulado	TÍTULOS	Acumulado
ATIVO FINANCEIRO	11.412.607,54	FINANCEIRO	2.983.234,05
DISPONÍVEL	11.412.607,54	DEPÓSITOS	0,00
Caixa	0,00	Consignações	0,00
Bancos Conta Movimento	8.370.841,24	Depósitos de Diversas Origens	0,00
Bancos Conta Vinculada	2.945.338,32	RESTOS A PAGAR	2.983.234,05
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Obrigações a Pagar	2.983.234,05
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	96.427,98	SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00
(-)Provisão para perdas em Invest. do RPPS	0,00	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00
REALIZÁVEL	0,00	DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	0,00
Créditos a Receber	0,00		
Devedores - Entidades e Agentes	0,00		
Empréstimos e Financiamentos	0,00		
Adiantamentos Concedidos	0,00		
Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00		
Valores em Transito Realizáveis	0,00		
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00		
REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	0,00		
ATIVO PERMANENTE	103.622.010,01	PASSIVO PERMANENTE	22.464.674,01
CRÉDITOS	103.849,57	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	0,00
Créditos a Receber	0,00	Em Títulos de Curto Prazo	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	103.849,57	Em Títulos de Longo Prazo	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	Por Contratos de Curto Prazo	0,00
Adiantamentos Concedidos	0,00	Por Contratos de Longo Prazo	0,00
Depósitos e Financiamentos	0,00	DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	0,00
(-)Provisão para Perdas Prováveis	0,00	Em Títulos de Curto Prazo	0,00
Outros Créditos	0,00	Em Títulos de Longo Prazo	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	0,00	Por Contratos de Curto Prazo	0,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	Por Contratos de Longo Prazo	0,00
INVESTIMENTOS RPPS	0,00	DÉBITOS CONSOLIDADOS	3.669.697,06
Investimentos RPPS	0,00	Precatórios a Pagar	449.790,21
(-) Provisão para Perdas em Inv. do RPPS	0,00	Dívida Renegociadas	36.000,00
DÍVIDA ATIVA	8.707.962,56	Obrigações a Pagar	3.183.906,85
Créditos Inscritos em Dívida a Curto Prazo	1.121.306,77	Obrigações Legais e Tributárias	0,00
(-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa	0,00	DIVERSOS	18.794.976,95
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	17.058.964,36	Obrigações a Pagar	18.794.976,95
(-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa	9.472.308,57	Depósitos Judiciais	0,00
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	Provisões Matemáticas Previdenciárias	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	Outras Obrigações Exigíveis	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00		
INVESTIMENTOS	45.001,86		
IMOBILIZADO	94.765.196,02		
Bens Móveis e Imóveis	96.104.867,03		
Bens Imóveis	83.248.064,61		
Bens Móveis	12.856.802,42		
Títulos e Valores	0,00		
Bens Intangíveis	0,00		
(-) Depreciações, Amortizações e Exaustões	1.339.671,01		
ATIVO REAL	115.034.617,55	PASSIVO REAL	25.447.908,06
SALDO PATRIMONIAL	0,00	SALDO PATRIMONIAL	89.586.709,49
Passivo Real a Descoberto	0,00	Ativo Real Líquido	89.586.709,49
COMPENSADO	15.089.171,08	COMPENSADO	15.089.171,08
TOTAL	130.123.788,63	TOTAL	130.123.788,63

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 24/fev/2014 Hora de emissão: 09h e 08m

Notas:

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT
Contadora
CRC/SC 15097/O-2

Anexo 15 Demonstração Variações Patrimoniais _ pmc

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 Prestação de Contas
 Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais
 Período de Referência: Dezembro / 2013

Pag 1 / 3

Art. 105 da Lei n. 4.320/1964

Variações Ativas		Variações Passivas	
Resultantes da Execução Orçamentária			
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	126.540.695,68	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	91.369.029,84
Receitas Correntes	124.625.915,25	Despesas Correntes	74.009.336,56
Receitas Tributárias	23.289.594,24	Pessoal e Encargos Sociais	41.153.475,95
Receitas de Contribuições	2.309.992,23	Juros e Encargos da Dívida	66.312,58
Receitas Patrimoniais	3.168.530,72	Outras Despesas Correntes	32.789.548,03
Receitas Agropecuárias	0,00	Despesas de Capital	10.267.796,05
Receitas Industriais	0,00	Investimentos	10.267.796,05
Receitas de Serviços	1.356.047,40	Inversões Financeiras	0,00
Transferências Correntes	103.071.017,98	Amortizações da Dívida	0,00
Outras Receitas Correntes	4.841.617,58	Despesas Intra-Orçamentárias	7.091.897,23
(-) Deduções da Receita Corrente	13.410.884,90	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	7.091.897,23
Receitas Intra-Orçamentárias Corrente	0,00	Despesa Capital Intra-Orçamentária	0,00
(-) Ded. da Rec. Intra-Orçamentária Corrente	0,00		
Receitas de Capital	1.914.780,43		
Operações de Crédito	0,00		
Alienação de Bens	134.954,99		
Amortização de Empréstimos	0,00		
Transferências de Capital	1.812.393,94		
Outras Receitas Capital	0,00		
(-) Deduções da Receita de Capital	32.568,50		
Receita Intra-Orçamentária de Capital	0,00		
(-)Deduções da Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
Interferências Ativas	1.056.385,89	Interferências Passivas	33.798.821,74
Transferências Financeiras Recebidas	1.056.385,89	Transferências Financeiras Concedidas	33.798.821,74

Mutações Patrimoniais			
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	5.732.025,94	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	1.747.701,70
Aquisição de Bens	5.731.548,57	Alienação de Bens	125.104,99
Bens Imóveis	4.676.245,45	Bens Imóveis	36.504,99
Bens Móveis	1.055.303,12	Bens Móveis	88.600,00
Titulos e Valores	0,00	Liquidação de Créditos	1.622.596,71
Bens Intangíveis	0,00	Empréstimos e Financiamentos	0,00
Outras Aquisições de Bens	0,00	Recebimento de Dívida Ativa	1.622.119,24
Incorporação de Créditos	477,37	Créditos Parcelados	0,00
Custo de Bens e Serviços - Incorporação	0,00	Créditos Administrativos	0,00
Gastos de Despesas Diferidas	0,00	Dividendos	0,00
Outras Incorporações de Ativos	0,00	Créditos Diversos a Receber	477,47
		Entidades Devedoras	0,00
		Outras Liquidações de Créditos	0,00
		Custo de Bens e Serviços Baixa	0,00
		Outras Desincorporações de Ativos	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	1.032.620,36	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00
Operações de Créditos - Em Contratos	15.000,00	Operações de Créditos - Em Contratos	0,00
Juros e Encargos	0,00	Aumento de Capital	0,00
Operações de Créditos - Em Títulos	0,00	Operações de Crédito - Em Títulos	0,00
Adiantamentos Recebidos	0,00	Adiantamentos Recebidos	0,00
Entidades Credoras	0,00	Operações com Duplicatas Descontadas	0,00
Dividendos	0,00	Recebimento de Depósitos Judiciais	0,00
Outras Desincorporações de Passivos	1.017.620,36	Outras Incorporações de Passivos	0,00

Independentes da Execução Orçamentária			
Interferências Ativas	106.690.129,47	Interferências Passivas	106.690.129,47
Transferências Financeiras Recebidas	106.690.129,47	Transferências Financeiras Concedidas	106.690.129,47
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	17.794.128,83	DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	6.654.776,49
Incorporação de Ativos	17.794.128,83	Desincorporação de Ativos	6.654.776,49
Incorporação de Bens Imóveis	4.181.423,88	Baixa de Bens Imóveis	3.785.321,26
Incorporação de Bens Móveis	324.428,88	Baixa de Bens Móveis	0,00
Bens Móveis de Uso Permanente	0,00	Bens Móveis de Uso Permanente	169.945,22
Aquisição	0,00	Doações Intra-Orçamentárias	0,00
Doações Intra-Orçamentárias	0,00	Perda	32.047,85
Produção	0,00	Doações	66.907,65
Doação	0,00	Devolução de Bens	0,00
Permuta	0,00	Permuta	0,00
Outras Incorporações de Bens Móveis	324.428,88	Inservibilidade	21.236,65

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR331101-037-SEDMAN-131122862 - Emitido por: ELIZA TEBALDI BORSATTI

26/02/2014 14:01

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Prestação de Contas
Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais
 Período de Referência: Dezembro / 2013

Pag 2 / 3

Bens de Estoque	0,00	Outras Baixas de Bens Móveis	49.753,07
Incorporação de Bens Intangíveis	0,00	Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00
Incorporação de Títulos e Valores	0,00	Bens de Estoque	0,00
Incorporação de Direitos	0,00	Baixa de Bens Intangíveis	0,00
Créditos a Receber	0,00	Baixa de Títulos e Valores	0,00
Fornecimentos a Receber	0,00	Baixa de Direitos	0,00
Recursos de Restos a Pagar	0,00	Créditos a receber	2.556.088,29
Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00	Fornecimentos a Receber	0,00
Créditos a Receber a Curto Prazo	0,00	Recursos de Restos a Pagar	0,00
Créditos de Contribuições	0,00	Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00
Créditos Tributários	0,00	Créditos a Receber a Curto Prazo	0,00
Outros Créditos a Receber	0,00	Dívida Ativa - Cancelamentos	2.020.308,44
Créditos Diversos a Receber	0,00	Dívida Ativa - Abatimento/Desconto	515.521,20
Devedores Entidades e Agentes	101.370,36	Dívida Ativa - Anistia/Perdão	20.258,65
Entidades Devedoras	101.370,36	Outros Créditos a Receber	0,00
Diversos Responsáveis - Inscrição	0,00	Créditos Diversos a Receber	0,00
Créditos Parcelados	0,00	Devedores - Entidades e Agentes	137.807,07
Créditos Administrativos	0,00	Entidades Devedoras	137.807,07
Empréstimos e Financiamentos	0,00	Diversos Responsáveis	0,00
Adiantamentos Concedidos	0,00	Créditos Parcelados	0,00
Depósitos Realizáveis	0,00	Empréstimos e Financiamentos	0,00
Valores Pendentes	0,00	Adiantamentos Concedidos	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	13.186.905,71	Depósitos Realizáveis	0,00
Dívida Ativa - Inscrição	13.186.905,71	Valores Pendentes	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	5.614,65
Créditos Parcelados	0,00	Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00
Créditos Administrativos	0,00	Devedores - Entidades e Agentes	0,00
Créditos Tributários	0,00	Créditos Parcelados - Cancelamento	0,00
Incorporação de Outros Direitos	0,00	Créditos Administrativos - Cancelamento	0,00
Outras Incorporações de Ativos	0,00	Créditos Tributários	0,00
		Dívida Ativa - Cancelamento	5.614,65
		Dívida Ativa - Abatimento/Desconto	0,00
		Dívida Ativa - Anistia/Perdão	0,00
		Baixa de Outros Direitos	0,00

Independentes da Execução Orçamentária			
AJUSTES DE BENS VALORES E CRÉDITOS	16.447.314,14	AJUSTES DE BENS VALORES E CRÉDITOS	9.946.791,97
Valorização de Bens	9.354.711,81	Desvalorização de Bens	8.607.120,96
Bens Imóveis	9.354.711,81	Bens Imóveis	483.505,46
Bens Móveis	0,00	Bens Móveis	8.123.615,50
Bens Intangíveis	0,00	Bens Intangíveis	0,00
Bens de Estoque	0,00	Bens de Estoque	0,00
Outros Bens	0,00	Outros Bens	0,00
Valorização de Títulos e Valores	0,00	Desvalorização de Títulos e Valores	0,00
Valorização de Títulos e Valores	0,00	Desvalorização de Títulos e Valores	0,00
Valorização de Títulos e Valores do RPPS	0,00	Desvalorização de Títulos e Valores do RPPS	0,00
Ajustes de Créditos	0,00	Ajustes de Créditos	0,00
Reversão da Provisão Dev. Duvidosos	0,00	Provisão para Devedores Duvidosos	0,00
Agios	0,00	Desagios	0,00
Atualização Monetária não Financeira	(30.920,43)	Atualização Monetária Não Financeira	0,00
Dívida Ativa - Atualização Monetária	(30.920,43)	Baixa de CM da Dívida Ativa	0,00
Diversos Responsáveis	0,00	Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00
Créditos a Receber	0,00	Créditos Parcelados	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00	Créditos Administrativos	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	Provisão para Perdas Prováveis	0,00
Títulos e Valores	0,00	Variação Cambial	0,00
Créditos Parcelados	0,00	Depreciação, Amortização e Exaustão	1.339.671,01
Créditos Administrativos	0,00	Depreciações	1.339.671,01
Juros	756.915,14	Amortizações	0,00
Dívida Ativa - Juros e Multas	756.915,14	Exaustões	0,00
Outros Juros	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	37.846.572,03
Variação Cambial	0,00	Incorporação de Obrigações	37.846.572,03
Multas	0,00	Operação de Crédito - Em Contratos	0,00
Reversão da Provisão para Perdas Prováveis	0,00	Operação de Crédito - Em Títulos	0,00
Outros Ajustes Patrimoniais	0,00	Obrigações de Exercícios Anteriores	0,00
Desincorporação de Passivos	6.093.389,69	Recursos a Liberar	0,00
Cancelamento de Restos a Pagar	273.217,93	Provisões	31.660.809,09
Ajustes de Obrigações	0,00	Depósitos Exigíveis	0,00



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 Prestação de Contas
 Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais
 Período de Referência: Dezembro / 2013

Pág 3 / 3

Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	Ágios	0,00
		Entidades Credoras	0,00
		Precatórios	3.485.896,82
		Obrigações Tributárias - Patrimonial	0,00
		Entidades de Previdência Complementar	0,00
		Encargos Patronais - RPPS	2.699.866,12
		Outros Débitos	0,00
		Outras Incorporações de Obrigações	0,00
		Ajustes de Obrigações	0,00
		Ajustes Monetários do Balanço	0,00
		Decrêscimos Patrimoniais Diversos	0,00
Total das Variações Ativas	275.293.300,31	Total das Variações Passivas	288.053.823,24
RESULTADO PATRIMONIAL	12.760.522,93	RESULTADO PATRIMONIAL	0,00
Déficit Verificado	12.760.522,93	Superávit Verificado	0,00
TOTAL GERAL	288.053.823,24	TOTAL GERAL	288.053.823,24

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 26/fev/2014 Hora de emissão: 14h e 01m

Notas:

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT
Contadora
CRC/SC 15097/O-2

Anexo 12 Balanço Orçamentário _ consolidado

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Anexo 12 - Balanço Orçamentário
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Dezembro / 2013

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	Previsão	Execução	Diferença	TÍTULOS	Fixação	Execução	Diferença
Receitas Correntes	151.809.644,00	166.831.621,54	(15.021.977,54)	Créditos Orçament. e Suplement.	173.528.863,76	160.126.617,26	13.402.246,50
Receita Tributária	21.859.140,80	23.619.375,03	(1.760.234,23)	Corrente	154.422.037,48	146.001.841,21	8.420.196,27
Receitas de Contribuições	6.039.450,00	7.778.545,45	(1.739.095,45)	Capital	19.106.826,28	14.124.776,05	4.982.050,23
Receitas Patrimoniais	3.855.610,00	7.711.925,37	(3.856.315,37)	Créditos Especiais	807.874,49	427.355,81	380.518,68
Receitas Agropecuárias	18.000,00	14.711,45	3.288,55	Corrente	251.000,00	176.675,23	74.324,77
Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	Capital	556.874,49	250.680,58	306.193,91
Receitas de Serviços	1.396.500,00	1.464.021,37	(67.521,37)	Créditos Extraordinários	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	128.804.708,00	127.941.872,12	862.835,88	Corrente	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	4.162.280,00	11.715.166,59	(7.552.886,59)	Capital	0,00	0,00	0,00
(-)Deduções da Receita Corrente	14.326.044,80	13.413.995,84	912.048,96	Reserva de Contingência	200.000,00	0,00	200.000,00
Receitas Intra-Orçamentárias Corrente	4.657.730,00	9.010.502,26	(4.355.340,11)				
(-)Deduções da Receita Intra-Orçam. Corrente	0,00	2.567,85	(2.567,85)				
Receitas de Capital	3.732.056,00	2.433.046,37	1.299.009,63				
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00				
Alienação de Bens	330.000,00	170.254,99	159.745,01				
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00				
Transferências de Capital	3.402.056,00	2.295.359,88	1.106.696,12				
Outras Receitas Capital	0,00	0,00	0,00				
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00	32.568,50	(32.568,50)				
Receitas Intra-Orçamentárias Capital	0,00	0,00	0,00				
(-)Deduções da Receita Intra-Orçam. Capital	0,00	0,00	0,00				
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	34.855.207,63	(34.855.207,63)	INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	34.855.207,63	(34.855.207,63)
Transferência Financeira Recebida	0,00	34.855.207,63	(34.855.207,63)	Transferência Financeira Concedida	0,00	34.855.207,63	(34.855.207,63)
SOMA	160.199.430,00	213.130.377,80	(52.930.947,80)	SOMA	174.536.738,25	195.409.180,70	(20.872.442,45)
DÉFICIT TOTAL	14.337.308,25	0,00	14.337.308,25	SUPERÁVIT TOTAL	0,00	17.721.197,10	(17.721.197,10)
TOTAL	174.536.738,25	213.130.377,80	(38.593.639,55)	TOTAL	174.536.738,25	213.130.377,80	(38.593.639,55)

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Data Emissão: 24/fev/2014 Hora de emissão: 13h e 34m

Notas:

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT
Contadora
CRC/SC 15097/O-2

Anexo 13 Balanço Financeiro _ consolidado**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA****Anexo 13 - Balanço Financeiro**

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Dezembro / 2013

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
ORÇAMENTÁRIAS	16.268.145,57	178.275.170,17	ORÇAMENTÁRIA	11.239.656,84	160.553.973,07
Receitas Orçamentárias	16.268.145,57	178.275.170,17	Despesas Correntes	9.327.722,05	137.168.014,18
Receitas Correntes	14.734.505,83	166.831.621,54	Pessoal e Encargos Sociais	8.063.225,66	59.069.652,86
Receita Tributária	1.793.898,79	23.619.375,03	Juros e Encargos da Dívida	3.000,00	66.312,58
Receita de Contribuições	895.965,56	7.778.545,45	Outras Despesas Correntes	1.261.496,39	78.032.048,74
Receita Patrimonial	953.978,44	7.711.925,37	Despesas de Capital	605.773,91	14.375.456,63
Receita Agropecuária	367,50	14.711,45	Investimentos	605.773,91	14.375.456,63
Receita Industrial	0,00	0,00	Inversões Financeiras	0,00	0,00
Receita de Serviços	39.684,90	1.464.021,37	Amortização da Dívida	0,00	0,00
Transferências Correntes	11.791.215,92	127.941.872,12	Despesas IntraOrçamentárias	1.306.160,88	9.010.502,26
Outras Receitas Correntes	394.078,35	11.715.166,59	Despesas Intraorçamentárias Correntes	1.306.160,88	9.010.502,26
(-)Deduções das Receitas Correntes	1.134.683,63	13.413.995,84	Despesas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	1.410.647,37	9.010.502,26			
	0,00	2.567,85			
Receitas de Capital	122.992,37	2.433.046,37			
Operações de Crédito	0,00	0,00			
Alienação de Bens	2.490,72	170.254,99			
Amortização de Empréstimo	0,00	0,00			
Transferências de Capital	120.501,65	2.295.359,88			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-) Deduções das Receitas de Capital	0,00	32.568,50			
Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
(-) Ded. das Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	7.253.661,15	34.855.207,63	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	7.253.661,15	34.855.207,63
Transferências Financeiras Recebidas	7.253.661,15	34.855.207,63	Transferências Financeiras Concedidas	7.253.661,15	34.855.207,63
EXTRA ORÇAMENTÁRIAS	(7.419.744,22)	24.055.441,30	EXTRAORÇAMENTÁRIA	8.136.369,53	34.334.409,06
Interferências Ativas	0,00	0,00	Interferências Passivas	0,00	0,00
Realizável	41.216,67	651.745,15	Realizável	24.813,48	161.438,35
Créditos em Circulação	41.216,67	177.841,54	Créditos em Circulação	24.813,48	161.438,35
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	473.903,61	Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	2.073.958,76	16.329.708,19	Depósitos	2.088.754,99	16.337.601,07
Consignações	234.248,01	1.696.029,92	Consignações	249.044,24	1.696.021,17
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	1.839.710,75	14.633.678,27	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	1.839.710,75	14.641.579,90
Restos a Pagar	(11.488.420,46)	4.735.709,59	Restos a Pagar	19.435,06	3.301.348,48
Obrigações a Pagar	(11.488.420,46)	4.735.709,59	Obrigações a Pagar	19.435,06	3.301.348,48
Serviços da Dívida a Pagar	3.000,00	59.751,55	Serviços da Dívida a Pagar	3.000,00	59.751,55
Operações de Crédito em Liquidação	3.000,00	59.751,55	Operações de Crédito em Liquidação	3.000,00	59.751,55
Outras Operações	366,00	366,00	Outras Operações	366,00	366,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Valores Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Valores Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	366,00	366,00	Outras Obrigações	366,00	366,00
Acréscimos Patrimoniais	1.950.134,81	2.278.160,82	Decréscimos Patrimoniais	6.000.000,00	14.473.903,61
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	90.596.579,71	72.626.908,65	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	80.069.137,99	80.069.137,99
Caixa	0,00	1.031,67	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	5.072.835,58	10.839.133,24	Bancos Conta Movimento	12.960.231,37	12.960.231,37
Bancos Conta Vinculada	848.115,93	2.264.569,63	Bancos Conta Vinculada	3.430.369,97	3.430.369,97
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	11.636.674,09	125.568,90	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	0,00
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	7.218.935,33	330.235,27	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	96.427,98	96.427,98
Investimentos do RPPS	65.820.018,78	59.066.369,94	Investimentos do RPPS	63.582.108,67	63.582.108,67
TOTAL	106.698.642,21	309.812.727,75	TOTAL	106.698.825,51	309.812.727,75

Notas:

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT
Contadora
CRC/SC 15097/O-2

Anexo 14 Balanço Patrimonial _ consolidado

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 Prestação de Contas
 Anexo TC 14 - Balanço Patrimonial
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Dezembro / 2013

Pág 1 / 1

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	Acumulado	TÍTULOS	Acumulado
ATIVO FINANCEIRO	80.082.734,80	FINANCEIRO	5.282.894,00
DISPONÍVEL	80.069.137,99	DEPÓSITOS	8,75
Caixa	0,00	Consignações	8,75
Bancos Conta Movimento	12.960.231,37	Depósitos de Diversas Origens	0,00
Bancos Conta Vinculada	3.430.369,97	RESTOS A PAGAR	5.282.885,25
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Obrigações a Pagar	5.282.885,25
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	96.427,98	SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
Investimentos do RPPS	70.069.609,09	Operações de Crédito em Liquidação	0,00
(-)Provisão para perdas em Invest. do RPPS	6.487.500,42	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00
REALIZÁVEL	13.596,81	DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	0,00
Créditos a Receber	0,00		
Devedores - Entidades e Agentes	0,00		
Empréstimos e Financiamentos	0,00		
Adiantamentos Concedidos	0,00		
Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	13.596,81		
Valores em Transito Realizáveis	0,00		
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00		
REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	0,00		
ATIVO PERMANENTE	110.362.148,26	PASSIVO PERMANENTE	97.822.186,49
CRÉDITOS	577.912,79	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	0,00
Créditos a Receber	473.903,61	Em Títulos de Curto Prazo	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	104.009,18	Em Títulos de Longo Prazo	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	Por Contratos de Curto Prazo	0,00
Adiantamentos Concedidos	0,00	Por Contratos de Longo Prazo	0,00
Depósitos e Financiamentos	0,00	DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	0,00
(-)Provisão para Perdas Prováveis	0,00	Em Títulos de Curto Prazo	0,00
Outros Créditos	0,00	Em Títulos de Longo Prazo	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	106.587,75	Por Contratos de Curto Prazo	0,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	Por Contratos de Longo Prazo	0,00
INVESTIMENTOS RPPS	0,00	DÉBITOS CONSOLIDADOS	3.669.697,06
Investimentos RPPS	0,00	Precatórios a Pagar	449.790,21
(-) Provisão para Perdas em Inv. do RPPS	0,00	Dívida Renegociadas	36.000,00
DÍVIDA ATIVA	8.707.962,56	Obrigações a Pagar	3.183.906,85
Créditos Inscritos em Dívida a Curto Prazo	1.121.306,77	Obrigações Legais e Tributárias	0,00
(-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa	0,00	DIVERSOS	94.152.489,43
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	17.058.964,36	Obrigações a Pagar	23.633.647,10
(-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa	9.472.308,57	Depósitos Judiciais	0,00
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	Provisões Matemáticas Previdenciárias	70.518.842,33
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	Outras Obrigações Exigíveis	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00		
INVESTIMENTOS	45.001,86		
IMOBILIZADO	100.924.683,30		
Bens Móveis e Imóveis	102.485.411,76		
Bens Imóveis	86.290.551,82		
Bens Móveis	16.194.859,94		
Títulos e Valores	0,00		
Bens Intangíveis	0,00		
(-) Depreciações, Amortizações e Exaustões	1.560.728,46		
ATIVO REAL	190.444.883,06	PASSIVO REAL	103.105.080,49
SALDO PATRIMONIAL	0,00	SALDO PATRIMONIAL	87.339.802,57
Passivo Real a Descoberto	0,00	Ativo Real Líquido	87.339.802,57
COMPENSADO	86.729.742,14	COMPENSADO	86.729.742,14
TOTAL	277.174.625,20	TOTAL	277.174.625,20

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 24/fev/2014 Hora de emissão: 10h e 28m

Notas:

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT
Contadora
CRC/SC 15097/O-2

Anexo 15 Demonstração Variações Patrimoniais _ consolidado

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 Prestação de Contas
 Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Dezembro / 2013

Pág 1 / 3

Art. 105 da Lei n. 4.320/1964

Variações Ativas		Variações Passivas	
Resultantes da Execução Orçamentária			
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	178.275.170,17	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	160.553.973,07
Receitas Correntes	166.831.621,54	Despesas Correntes	137.168.014,18
Receitas Tributárias	23.619.375,03	Pessoal e Encargos Sociais	59.069.652,86
Receitas de Contribuições	7.778.545,45	Juros e Encargos da Dívida	66.312,58
Receitas Patrimoniais	7.711.925,37	Outras Despesas Correntes	78.032.048,74
Receitas Agropecuárias	14.711,45	Despesas de Capital	14.375.456,63
Receitas Industriais	0,00	Investimentos	14.375.456,63
Receitas de Serviços	1.464.021,37	Inversões Financeiras	0,00
Transferências Correntes	127.941.872,12	Amortizações da Dívida	0,00
Outras Receitas Correntes	11.715.166,59	Despesas Intra-Orçamentárias	9.010.502,26
(-) Deduções da Receita Corrente	13.413.995,84	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	9.010.502,26
Receitas Intra-Orçamentárias Corrente	9.013.070,11	Despesa Capital Intra-Orçamentária	0,00
(-) Ded. da Rec. Intra-Orçamentária Corrente	2.567,85		
Receitas de Capital	2.433.046,37		
Operações de Crédito	0,00		
Alienação de Bens	170.254,99		
Amortização de Empréstimos	0,00		
Transferências de Capital	2.295.359,88		
Outras Receitas Capital	0,00		
(-) Deduções da Receita de Capital	32.568,50		
Receita Intra-Orçamentária de Capital	0,00		
(-)Deduções da Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
Interferências Ativas	34.855.207,63	Interferências Passivas	34.855.207,63
Transferências Financeiras Recebidas	34.855.207,63	Transferências Financeiras Concedidas	34.855.207,63

Mutações Patrimoniais			
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	8.477.070,51	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	2.475.225,19
Aquisição de Bens	8.475.141,76	Alienação de Bens	836.212,32
Bens Imóveis	6.591.843,48	Bens Imóveis	712.312,32
Bens Móveis	1.883.298,28	Bens Móveis	123.900,00
Titulos e Valores	0,00	Liquidação de Créditos	1.639.012,87
Bens Intangíveis	0,00	Empréstimos e Financiamentos	0,00
Outras Aquisições de Bens	0,00	Recebimento de Dívida Ativa	1.637.243,63
Incorporação de Créditos	1.928,75	Créditos Parcelados	0,00
Custo de Bens e Serviços - Incorporação	0,00	Créditos Administrativos	0,00
Gastos de Despesas Diferidas	0,00	Dividendos	0,00
Outras Incorporações de Ativos	0,00	Créditos Diversos a Receber	1.769,24
		Entidades Devedoras	0,00
		Outras Liquidações de Créditos	0,00
		Custo de Bens e Serviços Baixa	0,00
		Outras Desincorporações de Ativos	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	1.032.620,36	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00
Operações de Créditos - Em Contratos	15.000,00	Operações de Créditos - Em Contratos	0,00
Juros e Encargos	0,00	Aumento de Capital	0,00
Operações de Créditos - Em Títulos	0,00	Operações de Crédito - Em Títulos	0,00
Adiantamentos Recebidos	0,00	Adiantamentos Recebidos	0,00
Entidades Credoras	0,00	Operações com Duplicatas Descontadas	0,00
Dividendos	0,00	Recebimento de Depósitos Judiciais	0,00
Outras Desincorporações de Passivos	1.017.620,36	Outras Incorporações de Passivos	0,00

Independentes da Execução Orçamentária			
Interferências Ativas	204.242.127,71	Interferências Passivas	204.242.127,71
Transferências Financeiras Recebidas	204.242.127,71	Transferências Financeiras Concedidas	204.242.127,71
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	18.492.205,07	DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	8.176.856,05
Incorporação de Ativos	18.492.205,07	Desincorporação de Ativos	8.176.856,05
Incorporação de Bens Imóveis	4.193.274,96	Baixa de Bens Imóveis	4.478.297,00
Incorporação de Bens Móveis	395.051,95	Baixa de Bens Móveis	0,00
Bens Móveis de Uso Permanente	0,00	Bens Móveis de Uso Permanente	323.839,37
Aquisição	0,00	Doações Intra-Orçamentárias	0,00
Doações Intra-Orçamentárias	0,00	Perda	44.250,35
Produção	0,00	Doações	66.907,65
Doação	0,00	Devolução de Bens	0,00
Permuta	0,00	Permuta	0,00
Outras Incorporações de Bens Móveis	395.051,95	Inservibilidade	40.563,71

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR331101-037-YEGXHM-131195761 - Emitido por: ELIZA TEBALDI BORSATTI

27/02/2014 10:16

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Prestação de Contas
Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Dezembro / 2013

Pág 2 / 3

Bens de Estoque	106.587,75	Outras Baixas de Bens Móveis	172.117,66
Incorporação de Bens Intangíveis	0,00	Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00
Incorporação de Títulos e Valores	0,00	Bens de Estoque	0,00
Incorporação de Direitos	0,00	Baixa de Bens Intangíveis	0,00
Créditos a Receber	473.903,61	Baixa de Títulos e Valores	0,00
Fornecimentos a Receber	0,00	Baixa de Direitos	0,00
Recursos de Restos a Pagar	0,00	Créditos a receber	2.556.983,14
Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00	Fornecimentos a Receber	0,00
Créditos a Receber a Curto Prazo	0,00	Recursos de Restos a Pagar	0,00
Créditos de Contribuições	0,00	Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00
Créditos Tributários	0,00	Créditos a Receber a Curto Prazo	0,00
Outros Créditos a Receber	473.903,61	Dívida Ativa - Cancelamentos	2.021.203,29
Créditos Diversos a Receber	0,00	Dívida Ativa - Abatimento/Desconto	515.521,20
Devedores Entidades e Agentes	101.370,36	Dívida Ativa - Anistia/Perdão	20.258,65
Entidades Devedoras	101.370,36	Outros Créditos a Receber	0,00
Diversos Responsáveis - Inscrição	0,00	Créditos Diversos a Receber	0,00
Créditos Parcelados	0,00	Devedores - Entidades e Agentes	160.717,59
Créditos Administrativos	0,00	Entidades Devedoras	160.717,59
Empréstimos e Financiamentos	0,00	Diversos Responsáveis	0,00
Adiantamentos Concedidos	0,00	Créditos Parcelados	0,00
Depósitos Realizáveis	0,00	Empréstimos e Financiamentos	0,00
Valores Pendentes	0,00	Adiantamentos Concedidos	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	13.222.016,44	Depósitos Realizáveis	473.903,61
Dívida Ativa - Inscrição	13.222.016,44	Valores Pendentes	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	183.115,34
Créditos Parcelados	0,00	Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00
Créditos Administrativos	0,00	Devedores - Entidades e Agentes	0,00
Créditos Tributários	0,00	Créditos Parcelados - Cancelamento	0,00
Incorporação de Outros Direitos	0,00	Créditos Administrativos - Cancelamento	0,00
Outras Incorporações de Ativos	0,00	Créditos Tributários	0,00
		Dívida Ativa - Cancelamento	183.115,34
		Dívida Ativa - Abatimento/Desconto	0,00
		Dívida Ativa - Anistia/Perdão	0,00
		Baixa de Outros Direitos	0,00

Independentes da Execução Orçamentária			
AJUSTES DE BENS VALORES E CRÉDITOS	20.517.225,30	AJUSTES DE BENS VALORES E CRÉDITOS	12.038.276,33
Valorização de Bens	9.355.091,09	Desvalorização de Bens	10.471.567,07
Bens Imóveis	9.354.711,81	Bens Imóveis	483.505,46
Bens Móveis	379,28	Bens Móveis	9.988.061,61
Bens Intangíveis	0,00	Bens Intangíveis	0,00
Bens de Estoque	0,00	Bens de Estoque	0,00
Outros Bens	0,00	Outros Bens	0,00
Valorização de Títulos e Valores	0,00	Desvalorização de Títulos e Valores	0,00
Valorização de Títulos e Valores	0,00	Desvalorização de Títulos e Valores	0,00
Valorização de Títulos e Valores do RPPS	0,00	Desvalorização de Títulos e Valores do RPPS	0,00
Ajustes de Créditos	0,00	Ajustes de Créditos	0,00
Reversão da Provisão Dev. Duvidosos	0,00	Provisão para Devedores Duvidosos	0,00
Ágios	0,00	Deságios	0,00
Atualização Monetária não Financeira	(30.891,00)	Atualização Monetária Não Financeira	0,00
Dívida Ativa - Atualização Monetária	(30.891,00)	Baixa de CM da Dívida Ativa	0,00
Diversos Responsáveis	0,00	Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00
Créditos a Receber	0,00	Créditos Parcelados	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00	Créditos Administrativos	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	Provisão para Perdas Prováveis	0,00
Títulos e Valores	0,00	Variação Cambial	0,00
Créditos Parcelados	0,00	Depreciação, Amortização e Exaustão	1.566.709,26
Créditos Administrativos	0,00	Depreciações	1.566.709,26
Juros	757.111,73	Amortizações	0,00
Dívida Ativa - Juros e Multas	757.111,73	Exaustões	0,00
Outros Juros	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	77.478.006,31
Variação Cambial	0,00	Incorporação de Obrigações	77.478.006,31
Multas	5.980,80	Operação de Crédito - Em Contratos	0,00
Reversão da Provisão para Perdas Prováveis	0,00	Operação de Crédito - Em Títulos	0,00
Outros Ajustes Patrimoniais	5.980,80	Obrigações de Exercícios Anteriores	0,00
Desincorporação de Passivos	10.097.585,87	Recursos a Liberar	0,00
Cancelamento de Restos a Pagar	332.346,81	Provisões	70.547.030,71
Ajustes de Obrigações	0,00	Depósitos Exigíveis	0,00



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 Prestação de Contas
 Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Dezembro / 2013

Pág 3 / 3

Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	Ágios	0,00
		Entidades Credoras	0,00
		Precatórios	3.485.896,82
		Obrigações Tributárias - Patrimonial	0,00
		Entidades de Previdência Complementar	0,00
		Encargos Patronais - RPPS	3.445.078,78
		Outros Débitos	0,00
		Outras Incorporações de Obrigações	0,00
		Ajustes de Obrigações	0,00
		Ajustes Monetários do Balanço	0,00
		Decrécimos Patrimoniais Diversos	0,00
Total das Variações Ativas	465.891.626,75	Total das Variações Passivas	499.819.672,29
RESULTADO PATRIMONIAL	33.928.045,54	RESULTADO PATRIMONIAL	0,00
Déficit Verificado	33.928.045,54	Superávit Verificado	0,00
TOTAL GERAL	499.819.672,29	TOTAL GERAL	499.819.672,29

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 27/fev/2014 Hora de emissão: 10h e 16m

Notas:

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT
Contadora
CRC/SC 15097/O-2

CÂMARA MUNICIPAL**Balancete Financeiro 02/2014****SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CONCORDIA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Fevereiro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	180.844,76
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	173.961,37
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	144.777,04
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	29.184,33
		Despesas Intra-orçamentárias	6.883,39
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.883,39
Receita Extra - Orçamentária	470.738,54	Despesa Extra - Orçamentária	203.685,24
DEPÓSITOS	22.893,78	DEPÓSITOS	22.840,48
CONSIGNAÇÕES	22.893,78	CONSIGNAÇÕES	22.840,48
PREVIDÊNCIA SOCIAL	8.576,19	PREVIDÊNCIA SOCIAL	8.576,19
PENSÃO ALIMENTÍCIA	2.172,00	PENSÃO ALIMENTÍCIA	2.172,00
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	7.540,85	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	7.550,09
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉ	4.530,62	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA M	4.530,62
PLANOS DE SEGUROS	62,54	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	11,58
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	11,58	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	180.844,76
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	180.844,76	OBRIGAÇÕES A PAGAR	180.844,76
OBRIGAÇÕES A PAGAR	180.844,76	FORNECEDORES	29.184,33
FORNECEDORES	29.184,33	PESSOAL A PAGAR	123.151,96
PESSOAL A PAGAR	123.151,96	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	26.666,16
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	26.666,16	DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	1.842,31
DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	1.842,31		
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	267.000,00		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	267.000,00		
REPASSE RECEBIDO	267.000,00		
Saldos anteriores	89.848,33	Saldos atuais	176.056,87
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	70.000,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	140.000,00
BANCO C/ MOVIMENTO	19.848,33	BANCO C/ MOVIMENTO	36.056,87
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	560.586,87	Total	560.586,87

CONCORDIA, 28/02/2014

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
PresidenteDELAIR M. S. DALLEGRAVE
Contador CRC SC 022.843/O-5

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto N. 118/2014

DECRETO Nº118 /2014, DE 24 DE FEVERERIO DE 2014
"DISPÕE SOBRE RETORNO ANTECIPADO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela lei Orgânica Municipal, atendendo o Art. 69 Lei Complementar Nº 018/2001,

DECRETA

Art. 1º Determinar ao Servidor Público Municipal, Sra. MARIA TERESINHA LUZA, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem , 40 horas, lotada na Secretaria da Saúde e Assistência Social, seu retorno antecipado de férias a partir do dia 27 de fevereiro de 2014, sendo que o período restante de 06 (seis) dias serão gozados em momento oportuno.

Parágrafo Único: As férias previstas no caput foram concedidas pelo Decreto n. 020/2014 e referem-se ao período aquisitivo de 01/02/2012 à 31/01/2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 24 de fevereiro de 2014

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 119/2014

DECRETO Nº119 /2014, DE 25 DE FEVERERIO DE 2014
"EXONERA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais ,atendendo o disposto no inciso II do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado a pedido a partir desta data, a Sra. CLEUSA APARECIDA TOZZO, ocupante do cargo de Secretária de Educação, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 25 de fevereiro de 2014

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Decreto N. 120/2014

DECRETO Nº120 /2014 DE 28 DE FEVERERIO DE 2014
"HOMOLOGA O RESULTADO DE CLASSIFICAÇÃO FINAL DA PROVA ESCRITA/OBJETIVA E TÍTULOS , RELATIVO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014, DO PODER EXECUTIVO DE CORDILHEIRA ALTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais , e em obediência ao que determina o Edital de Processo Seletivo Nº 001/2014, e demais disposições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica homologado o resultado de classificação final do Edital de Processo Seletivo Nº 001/2014, destinado à contratação por necessidade temporária, conforme consta no quadro a seguir:

I – HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO

Candidatos Habilitados	Cargo	Nota da Prova	Pontuação de Títulos	Total de pontos
SÉRGIO PAULO RIBEIRO	Professor de Música – Instrumento e Coral	4,60	5,00	9,60
KÁSSIA CRISTINA BRIANCINI	Professor de dança - Ballet	5,00	1,27	6,27
BRUNA MAGNANT	Professor de dança - Ballet	4,40	1,27	5,67
FABIO DANIEL VIEIRA	Professor de Artes Visuais – Desenho e Pintura	3,40	4,45	7,85
LAIS MODENA RIBEIRO	Professor de Artes Visuais – Desenho e Pintura	3,40	4,20	7,60

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 28 de fevereiro de 2014

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Decreto N. 121/2014

DECRETO Nº121 /2014 DE 28 DE FEVERERIO DE 2014
"FIXA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais ,atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado o Ponto Facultativo aos Servidores Públicos do Município de Cordilheira Alta, nos dias 03 e 04 de março de 2014, não havendo expediente nos Setores da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Fica fixado Ponto Facultativo, no dia 05 de março de 2014, no período matutino, sendo o expediente a partir das 13:15 horas

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 28 de fevereiro de 2014

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Decreto N. 122/2014

DECRETO Nº 122/2014, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 067/2010,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde, ao servidor Municipal, Sr. BRUNO DE CEZARO, ocupante do cargo de Diretor do Serviço Municipal de Abastecimento de Água, lotado na Secretaria municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 27 de fevereiro de 2014.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 28 de Fevereiro de 2014

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Edital 001/2014 - Divulgação Final do Resultado

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO 001/2014

DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DE CLASSIFICAÇÃO FINAL POR CARGO DA PROVA ESCRITA/OBJETIVA E TÍTULOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, OBJETO DO EDITAL Nº 001/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere art. 70 da Lei Orgânica do Municipal, CONSIDERANDO a não interposição de recurso, RESOLVE proceder a homologação do resultado de classificação final por cargo da prova escrita/objetiva e títulos, conforme segue:

I – RESULTADO CLASSIFICAÇÃO FINAL:

Candidatos Habilitados	Cargo	Nota da Prova	Pontuação de Títulos	Total de pontos
SÉRGIO PAULO RIBEIRO	Professor de Música – Instrumento e Coral	4,60	5,00	9,60
KÁSSIA CRISTINA BRIANCINI	Professor de dança - Ballet	5,00	1,27	6,27
BRUNA MAGNANTI	Professor de dança - Ballet	4,40	1,27	5,67
FABIO DANIEL VIEIRA	Professor de Artes Visuais – Desenho e Pintura	3,40	4,45	7,85
LAIS MODENA RIBEIRO	Professor de Artes Visuais – Desenho e Pintura	3,40	4,20	7,60

Cordilheira Alta, SC, 28 de fevereiro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Coronel Freitas

PREFEITURA

Publicação Ata de Registro de Preços Nº 01/2014

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL FREITAS

Ata de Registro de Preços Nº 07/2013

Objeto: Registro de Preços – AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

Validade da Ata: 12 meses

A Pregoeira do Município de Coronel Freitas – SC, informa que: O Fornecedor AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., é ex-vencedor do item 160 (Levodopa 200 + benzerazida 50 mg) do Processo 22/2013 Pregão Presencial 09/2013, sendo que o novo vencedor é CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITAIS LTDA. e ex-vencedor do item 254 (travatan colírio) do mesmo processo, pelo motivo de que a Empresa vencedora não compareceu no prazo legal para assinatura da Ata de Registro de Preços, perdendo assim o direito a contratação

Coronel Freitas - SC, 23 de Janeiro de 2014

FLAVIA ROLIM DE MOURA

Pregoeira

Pregão Presencial R.P 02/2014

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial R.P. Nº 02/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE HIGIÊNE E LIMPAZA.

Tipo: Menor Preço/Item

Entrega dos envelope: até as 09:00 h do dia 19/03/2014

Abertura dos envelopes: na sequência às 09:00 horas do dia 19/03/2014

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.0322.

Coronel Freitas (SC) 28 de Fevereiro de 2014

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Revogação de Licitação TP 01/2014

Termo de Revogação de Licitação

Trata-se de licitação na modalidade de Tomada de Preços, identificada pelo n. 01/2014, processo administrativo n. 007/2014, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos especializados de auditoria e planejamento tributário sobre folha de pagamento, declarações fiscais e previdenciárias como vistas a desoneração dos encargos relativos às contribuições previdenciárias devidas pelo Município e a recuperação financeira relativa à diferença entre os valores recolhidos e os efetivamente devidos, nos últimos 05 (cinco) anos, bem como patrocinar e acompanhar com profissionais habilitados a recuperação administrativa e/ou judicial dos valores apurados.

A fase interna foi instruída com a requisição de serviços pelo setor

competente. O Valor foi balizado por 03 orçamentos. O Setor contábil exarou parecer atestando a existência de recursos financeiros. O setor de compras solicitou a abertura da licitação, o que foi autorizado pelo Sr. Prefeito Municipal, e não houve impugnação do edital no prazo legal.

Em relação a fase externa o edital foi devidamente publicado. Apareceram somente dois participantes, os quais foram julgados inabilitados na devida fase, sendo que os envelopes com as propostas ficaram lacrados e foram rubricados pelos participantes. Na sequência a licitação foi declarada fracassada. Então, (os participantes) ofereceram recurso com fundamento no art. 109, I, a, da Lei 8.666/93.

Feito o relato, passarei a análise da licitação.

Primeiramente, deixo de julgar os recursos, pois reputo conveniente e oportuna a revogação do certame, independente da declaração de fracasso, uma vez que a licitação não atingiu o seu objetivo magno, que é a ampla participação de particulares, para dentre várias propostas selecionar a mais vantajosa ao Poder Público.

Ademais, a participação de somente duas empresas contraria sobremaneira o interesse público, pois são inúmeras as pessoas jurídicas que atuam no âmbito da recuperação fiscal, capazes de participar da licitação, cuja finalidade é permitir a contratação mais vantajosa ao Poder Público.

Obviamente, não está havendo competitividade que justifique o seu prosseguimento. Neste sentido, é a Jurisprudência do STJ:

“ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO. – REVOGAÇÃO. – CONTRADITÓRIO.

1. Licitação obstada pela revogação por razões de interesse público.
2. Avaliação, pelo Judiciário, dos motivos de conveniência e oportunidade do administrador, dentro de um procedimento essencialmente vinculado.
3. Falta de competitividade que se vislumbra pela só participação de duas empresas, com ofertas em valor bem aproximado ao limite máximo estabelecido.
4. A revogação da licitação, quando antecedente da homologação e adjudicação, é perfeitamente pertinente e não enseja contraditório.
5. Só há contraditório antecedendo a revogação quando há direito adquirido das empresas concorrentes, o que só ocorre após a homologação e adjudicação do serviço licitado.
6. O mero titular de uma expectativa de direito não goza da garantia do contraditório.
7. Recurso ordinário não provido. (STJ - RMS 23.402 PR 2006/0271080-4, Ministra Eliana Calmon, DJe 02/04/2008).

Além disso, a revogação da licitação antes de sua homologação e adjudicação dispensa o contraditório e defesa prévia, como já entendeu a jurisprudência:

MANDADO DE SEGURANÇA. ILEGITIMIDADE PASSIVA. AUTORIDADE COATORA. INDICAÇÃO CORRETA. LITISCONSORTE PASSIVO NECESSÁRIO. INOCORRÊNCIA. LEGALIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. ORDEM DENEGADA, POR MAIORIA.

1. “Autoridade coatora é aquela da qual emana o ato ilegal ou abusivo de poder e a legítima para dispor de condições para restaurar o status quo ante”.
2. “Apenas quando direito de terceiro for passível de afetação através de decisão a ser proferida em mandado de segurança, deverá este integrar a lide na qualidade de litisconsorte passivo necessário”.
3. “A revogação só exige contraditório e defesa prévia se o procedimento licitatório já se concluiu, tendo havido homologação e adjudicação do objeto da licitação a um dos licitantes, nesta hipótese, criou direitos subjetivos ao adjudicatário, sem embargo de que, mesmo neste caso, a Administração não ter o dever

jurídico de contratar...” (<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/8685178/recurso-ordinario-em-mandado-de-seguranca-rms-23402-pr-2006-0271080-4/inteiro-teor-13725567>)

Portanto, entre preservar o erário público ou efetuar uma contratação com baixa competitividade, opto em favor ao erário e ao interesse público, motivo que revogo a tomada de preços n. 01/2014, processo administrativo n. 007/2014, em que pese o certame não ter sido homologado, assim, não gerando direito de contratação a um eventual vencedor.

Coronel Freitas/SC, 28 de fevereiro de 2014

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Correia Pinto

PREFEITURA

Tomada de Preços - Processo 05/2014 Pmcp

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO 05/2014 – PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS

Objeto: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS RUAS PRESIDENTE KENNEDY E JOÃO NUNES DO AMARAL, ATRAVÉS DO CONVÊNIO Nº 2013TR003355, FIRMADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – LAGES, E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO. Menor Preço global. Abertura dos envelopes: 21.03.2014 às 14:00 horas. Base Legal: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente a matéria. O edital poderá ser obtido na Prefeitura Municipal sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto - SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 06 de março de 2014.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES

Presidente da Comissão de Licitação

Pregoeiro Municipal

Corupá

PREFEITURA

Pregão Eletrônico 001/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 001/14

OBJETO: AQUISIÇÕES DE Equipamentos e Materiais permanentes, para que seja oferecido um atendimento de maior qualidade e segurança no atendimento prestado pelos profissionais da Equipe



da Estratégia de Saúde da Família aos Municípios, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA e demais anexos que fazem parte integrante deste Processo.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 06/03/2014, às 09h00min do dia 18/03/2014.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 18/03/2014.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: O Edital está disponível no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br) e <http://www.bll.org.br>.

Horário: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 06 de Março de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 028/2011 - Quinto Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500

89278-000 - CORUPÁ - SC

e-mail: licitacao@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DE CONTRATO Nº 028/2011

QUINTO TERMO ADITIVO

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: Betha Sistemas Ltda, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, 134, inscrita no CNPJ sob nº. 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual nº. 253086027.

Objeto: Licença do direito de uso de softwares e execução de serviços complementares celebrado entre o município de Corupá e a empresa Betha Sistemas Ltda.

CLÁUSULA PRIMEIRA- DA VIGÊNCIA

Conforme prevê o inciso IV, do art. 57 da Lei 8.666/93, o contrato de locação de programas de computador pode estender-se pelo prazo de 48 meses (quarenta e oito), desta forma, prorroga-se a vigência do contrato em 05 (CINCO) meses, iniciando a contagem em 31/01/2014 até 30/06/2014.

Data da Assinatura: 31/01/2014

Data da Vigência: 30/06/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 133/2013 - Primeiro Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500

89278-000 - CORUPÁ - SC

e-mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DE CONTRATO Nº 133/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 070/13

Tomada de Preços No 006/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12 e inscrição Estadual nº. 253.992.443, estabelecida na Rua Anélio Niccocelli, 1720, Bairro Figueirinha - CEP 89270-000, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Contratação de empresa para viabilizar a empreitada por preço global, em regime de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, Drenagem Pluvial, Terraplanagem e Sinalização Viária, da Rua 55 Domingos Salvador - Trecho II (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários), abrangendo uma extensão de 129,66 metros, no Município de Corupá, conforme memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Processo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Conforme disposto na Cláusula Decima Primeira do Contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 13 de Junho de 2013 até o dia 30 de Abril de 2014.

Data da Assinatura: 13/06/2013

Data da Vigência: 30/04/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 073/2009 - Sexto Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500

89278-000 - CORUPÁ - SC

e-mail: licitacao@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DE CONTRATO Nº 073/2009

SEXTO TERMO ADITIVO

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12 e inscrição Estadual nº. 253.992.443, estabelecida na Av. Waldemar Grubba, 1878, município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Contratação de empresa para viabilizar a empreitada por preço global, em regime de pavimentação asfáltica comunitária entre os lindeiros dos imóveis e o município de Corupá, conforme lei complementar municipal nº 007/2009, da rua Prefeito Willy Germano Gessner, Rua Abílio Lunelli E Estrada Abílio Lunelli (com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários), abrangendo uma extensão de 5,83km, no município de Corupá.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Conforme disposto na Cláusula Décima Sexta do Contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 30 de Dezembro de 2013 até 30 de Junho de 2014.

Data da Assinatura: 30/12/2013

Data da Vigência: 30/06/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 073/2009 - Primeiro Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ – SC

e-mail: licitacao@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DE CONTRATO Nº 073/2009
PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12 e inscrição Estadual nº. 253.992.443, estabelecida na Av. Waldemar Grubba, 1878, município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Contratação de empresa para viabilizar a empreitada por preço global, em regime de pavimentação asfáltica comunitária entre os lindeiros dos imóveis e o município de Corupá, conforme lei complementar municipal nº 007/2009, da rua Prefeito Willy Germano Gessner, Rua Abílio Lunelli E Estrada Abílio Lunelli (com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários), abrangendo uma extensão de 5,83km, no município de Corupá.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

Fica aditivado a Cláusula Décima Sexta do Contrato nº 073/09, com o objetivo de prorrogar o prazo de execução por mais 150 (cento e cinquenta) dias a contar da data da assinatura do presente termo aditivo.

Data da Assinatura: 03/06/2010

Data da Vigência: 04/11/2010

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 073/2009 - Segundo Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ – SC

e-mail: licitacao@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DE CONTRATO Nº 073/2009
SEGUNDO TERMO ADITIVO

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12 e inscrição Estadual nº. 253.992.443, estabelecida na Av. Waldemar Grubba, 1878, município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Contratação de empresa para viabilizar a empreitada por preço global, em regime de pavimentação asfáltica comunitária entre os lindeiros dos imóveis e o município de Corupá, conforme lei complementar municipal nº 007/2009, da rua Prefeito Willy Germano Gessner, Rua Abílio Lunelli E Estrada Abílio Lunelli (com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários), abrangendo uma extensão de 5,83km, no município de Corupá.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

Fica aditivado a Cláusula Décima Sexta do Contrato nº 073/09, com o objetivo de prorrogar o prazo de execução pelo período de 04 de novembro de 2010 a 31 de dezembro de 2010, a contar da data da assinatura do presente termo aditivo.

Data da Assinatura: 04/11/2010

Data da Vigência: 31/12/2010

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 073/2009 -Terceiro Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ – SC

e-mail: licitacao@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DE CONTRATO Nº 073/2009
TERCEIRO TERMO ADITIVO

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12 e inscrição Estadual nº. 253.992.443, estabelecida na Av. Waldemar Grubba, 1878, município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Contratação de empresa para viabilizar a empreitada por preço global, em regime de pavimentação asfáltica comunitária entre os lindeiros dos imóveis e o município de Corupá, conforme lei complementar municipal nº 007/2009, da rua Prefeito Willy Germano Gessner, Rua Abílio Lunelli E Estrada Abílio Lunelli (com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários), abrangendo uma extensão de 5,83km, no município de Corupá.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

Fica aditivado a Cláusula Décima Sexta do Contrato nº 073/09, com o objetivo de prorrogar o prazo de execução pelo período de 01 de Janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, a contar da data da assinatura do presente termo aditivo.

Data da Assinatura: 01/01/2011

Data da Vigência: 31/12/2011

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 073/2009 - Quarto Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ – SC

e-mail: licitacao@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DE CONTRATO Nº 073/2009 QUARTO TERMO ADITIVO

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12 e inscrição Estadual nº. 253.992.443, estabelecida na Av. Waldemar Grubba, 1878, município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Contratação de empresa para viabilizar a empreitada por preço global, em regime de pavimentação asfáltica comunitária entre os lindeiros dos imóveis e o município de Corupá, conforme lei complementar municipal nº 007/2009, da rua Prefeito Willy Germano Gessner, Rua Abílio Lunelli E Estrada Abílio Lunelli (com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários), abrangendo uma extensão de 5,83km, no município de Corupá.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Conforme disposto na Cláusula Décima Sexta do Contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 01 de Janeiro de 2012 até 31 de Dezembro de 2012.

Data da Assinatura: 01/01/2012

Data da Vigência: 31/12/2012

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 2828/14

PORTARIA Nº 2828/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA. ADILCENEIA BECKER DA SILVA FERRAZZA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. ADILCENEIA BECKER DA SILVA FERRAZZA, a partir de 10 de fevereiro de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. José Pasqualini, em virtude do aumento na matrícula e por não haver profissional habilitado em concurso público, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 10 de fevereiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 28 de fevereiro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2829/14

PORTARIA Nº 2829/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRTA. CRISTIANE LUIZA CANDIOTTO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Srta. CRISTIANE LUIZA CANDIOTTO, a partir de 10 de fevereiro de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. Aluísio Carvalho de Oliveira, em virtude de ausência de candidato aprovado em concurso público, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos

Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 10 de fevereiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 28 de fevereiro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2831/14

PORTARIA Nº 2831/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA. IVONI LAUSMANN KRÜGER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. IVONI LAUSMANN KRÜGER, a partir de 10 de fevereiro de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. Aluísio Carvalho de Oliveira, em virtude da substituição da professora Cristiane Denise Dalmann Krazewsky, que trabalha na Coordenação Pedagógica da Unidade Escolar, assim ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 10 de fevereiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 28 de fevereiro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2832/14

PORTARIA Nº 2832/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA. LAURECI DA SILVA FROGEL.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. LAURECI DA SILVA FROGEL, a partir de 10 de fevereiro de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. José Pasqualini, em virtude do aumento de matrícula e ausência de candidato aprovado em concurso público, assim ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 10 de fevereiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 28 de fevereiro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2833/14

PORTARIA Nº 2833/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA. LISANDRA PAULA WICZIOK.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. LISANDRA PAULA WICZIOK, a partir de 10 de fevereiro de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. José Pasqualini e E.M.E.F. Francisco Mees, em virtude de substituição da professora Márcia Beseke Herrmann, que trabalha na Coordenação Pedagógica da E.M.E.F. José Pasqualini, assim ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 10 de fevereiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 28 de fevereiro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2834/14

PORTARIA Nº 2834/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA. MARIA MIZIA DA SILVA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. MARIA MIZIA DA SILVA, a partir de 10 de fevereiro de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, com carga horária de 30 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. Francisco Mees e E.M.E.F. José Pasqualini, em virtude do aumento de matrícula e ausência de candidato aprovado em concurso público assim ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 10 de fevereiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 28 de fevereiro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Doutor Pedrinho**PREFEITURA****Extrato de Contrato 001/2014**

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

AUTORIZANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; AUTORIZADO: MARCIO FERRARI; OBJETO: Autorização de Uso, a título precário, pelo AUTORIZANTE ao AUTORIZADO, das instalações do Centro de Eventos "Cidade de Doutor Pedrinho"; CONTRATO Nº: 001/2014; VALOR: Não há valores. VIGÊNCIA: DE 14/01/2014 À 30/06/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho.

Extrato de Contrato 002/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: AUTO POSTO DOUTOR PEDRINHO LTDA; ESPÉCIE: Pregão Presencial; OBJETO: Aquisição de COMBUSTÍVEIS para veículos, caminhões e máquinas pertencentes ao Município de Doutor

Pedrinho; CONTRATO Nº: 002/2014; VALOR: R\$ 163.985,00 (cento e sessenta e três mil e novecentos e oitenta e cinco reais); VIGÊNCIA: de 17/01/2014 a 31/12/2014;

HARTWIG PERSUHN
Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho

Extrato de Contrato 003/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: EXTRABIT MINERAÇÃO LTDA ME; ESPÉCIE: Pregão Presencial; OBJETO: Prestação de serviços de mão de obra especializada para furação e detonação de cascalheira na banca, nas Pedreiras Gebart Groni, Pedreira Deinfra – Brock e Pedreira Nones. CONTRATO Nº: 003/2014; VALOR: R\$ 9,20 (nove reais e vinte centavos) por m³ de material extraído/detonado; VIGÊNCIA: de 21/01/2014 à 31/12/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Extrato de Contrato 004/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: CONSÓRCIO DE INFORMATICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA); OBJETO: Contrato de Programa para prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Doutor Pedrinho no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC); CONTRATO Nº: 004/2014; VALOR: Não há valores; VIGÊNCIA: de 22/01/2014 e vigorará enquanto o Município de Doutor Pedrinho for consorciado ao CIGA, ou enquanto este existir;

HARTWIG PERSUHN
Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho

Extrato de Contrato 005/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: CONSÓRCIO DE INFORMATICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA); OBJETO: Disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Doutor Pedrinho ao CIGA para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 04/2014; CONTRATO Nº: 005/2014; VALOR: R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais) mensais; VIGÊNCIA: de 22/01/2014 a 31/12/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho

Extrato de Contrato 006/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: INTELLIBR SISTEMAS LTDA; OBJETO: Contratação de serviço especializado na área de informática, para licença de uso de softwares para gestão escolar integrado, compreendendo sistemas de: cadastro de unidades escolar, matriz curricular, fórmulas de

avaliação, calendário escolar, ensino infantil, ensino regular, gestão de recursos humanos e biblioteca, bem como serviços de implantação e treinamento nos referidos sistemas; CONTRATO Nº: 006/2014; VALOR: R\$ 4.434,00 (quatro mil quatrocentos e trinta e quatro reais); VIGÊNCIA: de 22/01/2014 a 31/12/2014;

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho

Extrato de Contrato 007/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA; ESPÉCIE: CARTA CONVITE; OBJETO: Prestação de serviços de mão-de-obra de pedreiros, armadores, carpinteiros e serventes de obra, para manutenção e pequenas obras, durante o exercício de 2014. CONTRATO Nº: 007/2014; VALOR: R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais). VIGÊNCIA: de 30/01/2014 a 31/12/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Extrato de Contrato 008/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

AUTORIZANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; AUTORIZADA: IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR; OBJETO: Autorização de uso, a título precário, pelo AUTORIZANTE a AUTORIZADA, de sala localizada no imóvel da municipalidade na localidade da Forção, onde funcionava Unidade de Educação Infantil, ora desativada/nucleada. CONTRATO Nº: 008/2014; VALOR: sem ônus para o município; VIGÊNCIA: de 30/01/2014 a 31/12/2014;

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho

Extrato de Contrato 009/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: CHARLES WILSON TESKE; OBJETO: A prestação de serviços, de aulas de karatê e Jiu-Jitsu para crianças e/ou adolescentes, residentes no Município; CONTRATO Nº: 009/2014; VALOR: 11 parcelas no valor de R\$ 725,00 (setecentos e vinte e cinco reais); VIGÊNCIA: de 30/01/2014 a 31/12/2014;

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho

Extrato de Contrato 010/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: SELVINO NONES; OBJETO: Locação de um galpão industrial de alvenaria de 100 m² situado na Rodovia SC-477 – Km 21, neste município, para funcionamento dos serviços de reciclagem de resíduos sólidos urbanos; CONTRATO Nº: 010/2014; VALOR: R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais); VIGÊNCIA: de 31/01/2014 a 31/12/2014;

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho

Extrato de Contrato 011/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: GERALDO TOMELIN; OBJETO: Prestação de serviços de reciclagem de resíduos sólidos urbanos do município de Doutor Pedrinho; CONTRATO Nº: 011/2014; VALOR: sem ônus para o município; VIGÊNCIA: de 31/01/2014 a 31/12/2014;

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho

Extrato de Contrato 012/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: APARECIDA MARIA GIACOMOZZI; OBJETO: Prestação de serviços de assessoria e coordenação das atividades dos grupos de idosos do Município; CONTRATO Nº: 012/2014; VALOR: R\$ 620,00 (seiscentos e vinte reais) mensais; VIGÊNCIA: de 03/02/2014 a 31/12/2014;

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho

Extrato de Contrato 013/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: AUTO POSTO DOUTOR PEDRINHO LTDA; ESPÉCIE: PREGÃO PRESENCIAL; OBJETO: Fornecimento de COMBUSTÍVEIS para veículos, caminhões e máquinas pertencentes ao Município de Doutor Pedrinho. CONTRATO Nº: 013/2014; VALOR: R\$ 656.500,00 (seiscentos e cinquenta e seis mil e quinhentos reais). VIGÊNCIA: de 03/02/2014 à 31/12/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Extrato de Contrato 014/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: ALEXANDRE SANTOS DOS SANTOS; OBJETO: Prestação de serviços de monitor de aulas de aeróbica aos munícipes residentes no Município; CONTRATO Nº: 014/2014; VALOR: R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) mensais; VIGÊNCIA: de 10/02/2014 a 31/12/2014;

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho

Extrato de Contrato 015/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: OSNIR JOSÉ DANNA; OBJETO: Locação, pelo LOCADOR ao LOCATÁRIO, de uma área de terras medindo 19m x 18m, totalizando assim 342m², situada no topo da colina a 150m do final da Rua da Torre, situada nesta cidade; CONTRATO Nº: 015/2014; VALOR: R\$ 1.060,00 (Um mil e sessenta reais); VIGÊNCIA: de 10/02/2014 a 31/12/2014;

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho

Extrato de Contrato 016/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: COMERCIAL DE ALIMENTOS RUPRECHT LTDA EPP; ESPÉCIE: PREGÃO PRESENCIAL; OBJETO: Fornecimento de gêneros alimentícios para o Centro de Educação Infantil "Frei Bruno Linden" e "Chapeuzinho Vermelho". CONTRATO Nº: 016/2014; VALOR: R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais). VIGÊNCIA: de 10/02/2014 à 31/12/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Extrato de Contrato 017/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: COMERCIAL DE ALIMENTOS RUPRECHT LTDA EPP; ESPÉCIE: PREGÃO PRESENCIAL; OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para o Núcleo Educacional "Fritz Donner" e Pré Escolar. CONTRATO Nº: 017/2014; VALOR: R\$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais). VIGÊNCIA: de 10/02/2014 à 31/12/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Extrato de Contrato 018/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: CONRAD ZICKUHR; OBJETO: Autorização de uso de Imóvel e de Exploração de Jazida Mineral; CONTRATO Nº: 018/2014; VALOR: R\$ 14.480,00 (catorze mil quatrocentos e oitenta reais); VIGÊNCIA: de 14/02/2014 a 31/12/2014;

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho

Extrato de Contrato 019/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: FARMÁCIA NONES LTDA-EPP; ESPÉCIE: PREGÃO PRESENCIAL; OBJETO: Registro de preços para contratação de farmácia ou drogaria, visando o fornecimento parcelado de medicamentos a pessoas carentes atendidas pela Assistência Social ou beneficiadas por determinações judiciais. CONTRATO Nº: 019/2014; VALOR: Valor global de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) durante o

exercício 2014. VIGÊNCIA: de 14/02/2014 à 31/12/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Extrato de Contrato 020/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: FELIPE TIAGO DE CASTILHO; OBJETO: Mediador junto à Casa da Cidadania do Município de Doutor Pedrinho; CONTRATO Nº: 020/2014; VALOR: R\$ 665,00 (Seiscentos e sessenta e cinco reais) mensais; VIGÊNCIA: de 14/02/2014 a 31/12/2014;

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho

Extrato de Contrato 021/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: LUIZ CLAUDIO KADES; ESPÉCIE: CARTA CONVITE; OBJETO: Prestação de serviços técnico-profissionais de assessoria e consultoria jurídica especializada ao Município de Doutor Pedrinho. CONTRATO Nº: 021/2014; VALOR: R\$ 5.160,00 (cinco mil, cento e sessenta reais) mensais. VIGÊNCIA: de 17/02/2014 à 31/12/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Ermo

PREFEITURA

Decreto N.º 013, de 26 de Fevereiro de 2014.

DECRETO N.º 013, de 26 de fevereiro de 2014.
Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 333, de 26/11/2013 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Ermo no valor de R\$ 64.354,14 (sessenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e quatorze centavos), a saber:

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0037.2.051 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF
4.4.90.00.00.00.00.0023 (17) – Aplicações Diretas R\$ 64.354,14

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos de Convênio da fonte 0023.(Programa Requalifica UBS – Reforma).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 26 de fevereiro de 2014.
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA REGINA MARCON BORGES
Secretária de Administração e Finanças Interina

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

Extrato de Edital 00012014 - Tomada de Preços - Coleta Seletiva de Lixo

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços nº 0001/2014
Processo licitatório nº: 0023/2014

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços relativos a coleta domiciliar, coleta seletiva e coleta hospitalar, com destinação final dos resíduos, em unidade de propriedade da contratada, devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente.

Data do recebimento: 24/03/2014 as 14h00minh.

Data da Abertura: 24/03/2014 as 14h15min.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.

Amparo legal: Leis 8.666/93 e suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 28 de fevereiro de 2014.
EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

D. 051 - Faculta Ponto

Faxinal dos Guedes, SC, 20 de Fevereiro de 2014.

DECRETO nº 051/2014.

FACULTA O PONTO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando o Feriado do Carnaval e a economicidade do erário público.

DECRETA:

Art. 1º. É facultado o ponto para os servidores nas repartições públicas municipais nos dias 03 e 05 de Março do ano de 2014. Parágrafo único. Para os servidores públicos da Secretaria de Educação e Cultura o ponto é facultado apenas no dia 03 de março de 2014.

Art. 2º. Os serviços de urgência e emergência funcionarão em

regime de plantão, organizados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 20 de Fevereiro de 2014.
EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 052 - Excesso

Faxinal dos Guedes, SC, 20 de Fevereiro de 2014.

DECRETO nº 052/2014.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 7. I e art. 9. da Lei Municipal n. 2.317 de 19 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 124.435,76 (cento e vinte e quatro mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e setenta e seis centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

06 – Secretaria Municipal da Infraestrutura

06.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

06.01.15.451.2.010.1.015 – 4.4.90.00 – 00.01.0024 - 90 – Aplicações Diretas
124.435,76

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos Vinculados (01.24 – Outras Transferências de Convênios) no valor de R\$ 124.435,76.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 20 de fevereiro de 2014.
EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

D. 053 - Excesso

Faxinal dos Guedes, SC, 24 de Fevereiro de 2014.

DECRETO nº 053/2014.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 7º, II da Lei Municipal nº 2317 de 19 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 36.886,56 (trinta e seis mil, oitocentos e oitenta e seis reais e cinquenta e seis centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

12 – Fundo Municipal de Saúde
12.01 – Fundo Municipal de Saúde
12.01.10.301.2004.2.023 – 4.4.90.00 – 03.64 - 19 – Aplicações Diretas
36.886,56

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do Exercício Anterior da Fonte de Recursos Vinculados (03.64 – Transferência de Recursos do SUS) no valor R\$ 36.886,56.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 24 de fevereiro de 2014.
EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

D. 054 - Vrm

Faxinal dos Guedes, SC, 24 de Fevereiro de 2014.

DECRETO nº 054/2014.

ATUALIZA VALORES IMOBILIÁRIOS DAS TABELAS 05 E 06 DO ART. 27M DA LEI COMPLEMENTAR 040/2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando o disposto no art. 27M, parágrafo único da Lei Complementar nº 40/2005

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a atualização dos valores imobiliários constantes das tabelas 05 e 06 do Art. 27M da Lei Complementar nº 040/2005, de acordo com a avaliação da Comissão nomeada pelo Decreto 018/2013.

TABELA 5 – ART. 27M DA LCM 040/2005

TABELA 6 – ART. 27M DA LCM 040/2005

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, SC, em 24 de Fevereiro de 2014.
EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

D. 055 - Exonera Luciano Zanfe

Faxinal dos Guedes, SC, 28 de Fevereiro de 2014.

DECRETO nº 055/2014.
EXONERA SERVIDOR DO EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado o Senhor LUCIANO MARCOS ZANFERARI,

portador do CPF nº 719.239.699-00, do exercício do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE EVENTOS de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 28 de fevereiro de 2014.
EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 056 - Exonera Fabio Moráz

Faxinal dos Guedes, SC, 28 de Fevereiro de 2014.

DECRETO nº 056/2014.
EXONERA SERVIDOR DO EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado o Senhor FABIO ROSSI MORÁS, portador do CPF nº 065.994.129-55, do exercício do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE FAZENDA de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 28 de fevereiro de 2014.
EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 057 - Nomeia Luciano Zanfe

Faxinal dos Guedes, SC, 28 de Fevereiro de 2014.

DECRETO nº 057/2014.
NOMEIA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o Senhor LUCIANO MARCOS ZANFERARI, portador do CPF nº 719.239.699-00, para o exercício do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR ADMINISTRATIVO de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art. 2º. O servidor desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento, previsto na referida lei citada para o seu desempenho.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 28 de Fevereiro de 2014.
EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 058 - Nomeia Fabio Moráz

Faxinal dos Guedes, SC, 28 de Fevereiro de 2014.

DECRETO nº 058/2014.

NOMEIA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o FABIO ROSSI MORÁS, portador do CPF nº 065.994.129-55, para o exercício do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR FINANCEIRO de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art. 2º. O servidor desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento, previsto na referida lei citada para o seu desempenho.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 28 de Fevereiro de 2014.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

Forquilha

PREFEITURA

Extrato de Contrato Fmps Nº. 02/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMPS Nº. 02/2014

CONTRATANTE – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
CONTRATADO – SMI PRIME – CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA

DO OBJETO – O presente CONTRATO estabelece as condições para contratação de serviço técnico de consultoria especializada no mercado financeiro, prestado por pessoa jurídica à Regime Próprio de Previdência Social Municipal, fornecendo o suporte técnico necessário nas questões relacionadas aos investimentos financeiros, nos termos da Resolução BACEN 3.922/2010 e suas respectivas alterações.

VALOR – O valor mensal dos serviços é de R\$ 1.030,00 (mil e trinta), perfazendo um total de R\$ 7.210,00 (sete mil duzentos e dez reais).

VIGÊNCIA – 13/09/2014.

DOTAÇÃO - 1901.2081.3390 (03).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Dispensa de Licitação nº. 2/ FMPS/2014.

DATA DA ASSINATURA – 13 de fevereiro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 22/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 22/2014

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADO – PREV & SEG ASSESSORIA E SEGURANÇA TRABALHO LTDA ME.

DO OBJETO – O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de serviços de assessoria em Engenharia de Segurança do Trabalho, na Prefeitura Municipal de Forquilha, durante o exercício de 2014.

VALOR – R\$ 14.960,00 (quatorze mil novecentos e sessenta reais).

VIGÊNCIA – 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 0401.2008.3390 (29).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Dispensa de Licitação nº. 12/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA – 24 de janeiro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 08/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 08/2014

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI

OBJETO – Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços, com fornecimento de peças, na manutenção do motor da Patrola 120H, lotada na Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano do Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 36.650,00 (trinta e seis mil seiscentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA – 06/08/2014

DOTAÇÃO - As despesas do objeto deste contrato correrão por conta das dotações orçamentárias correspondentes ao exercício de 2014.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 172/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA – 08 de janeiro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação: Pregão Presencial Nº. 43/PMF/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 43/PMF/2014

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a contratação de serviços de arbitragem para atividades da CME do município de Forquilha, durante o exercício de 2014 para atendimento à Secretaria de Cultura Esporte e Turismo do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 20 de março de 2014 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: licitações@forquilha.sc.gov.br e processos@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 05 de março de 2014.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

Aviso de Licitação: Pregão Presencial Nº. 42/PMF/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 42/PMF/2014.

OBJETIVO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços, com equipamentos rodoviários e caminhões truck, de forma parcelada, para serviços de terraplanagem, transporte de máquinas e materiais para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura e Secretaria de Obras e Desenvol. Urbano do Município de Forquilha/SC, para o exercício de 2014.

DATA DE ABERTURA: Dia 19 de março de 2014 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 05 de março de 2014.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

Fraiburgo**PREFEITURA****Extrato de Contrato Nº Ct14pmf36**

Extrato do Contrato Nº CT14PMF36

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: GTA – PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM BLOCOS DE CONCRETO NO ESTACIONAMENTO DO CENTRO EDUCACIONAL DO BAIRRO DAS NAÇÕES, NESTA CIDADE DE FRAIBURGO, DE ACORDO COM OS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO (ANEXOS AO PAL). VALOR TOTAL: R\$ 70.517,40 (SETENTA MIL, QUINHENTOS E DEZESSETE REAIS E QUARENTA CENTAVOS). DATA DO CONTRATO: 28.02.2014. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 90 (NOVENTA) DIAS, DE 28.02.2014 A 29.05.2014. PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 (SESSENTA) DIAS APÓS A EMISSÃO E ENTREGA DA ORDEM DE SERVIÇO. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0023/2014 – PMF. TOMADA DE PREÇOS: Nº 0004/2014. RECURSOS: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 1.300.

FRAIBURGO (SC), 28 DE FEVEREIRO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

Portaria Nº 0692/2014

PORTARIA Nº 692, DE 05 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0012, de 21 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 15/2014, do Departamento de Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário VIVIANE CAREGNATO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 064.065.079-16, na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO FÍSICA - DANÇA, com carga

horária de 20 horas semanais, no período de 06 de março de 2014 até 06 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0693/2014

PORTARIA Nº 693, DE 05 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0012, de 21 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 15/2014, do Departamento de Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário GERSON DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 066.474.149-59, na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO FÍSICA - DANÇA, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 06 de março de 2014 até 06 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0694/2014

PORTARIA Nº 694, DE 05 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0016, de 13 de fevereiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 17/2014, do Departamento de Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JOÃO LENON RODRIGUES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 072.896.919-03, na função de TÉCNICO EM MÚSICA, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 06 de março de 2014 até 06 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0695/2014

PORTARIA Nº 695, DE 05 DE MARÇO DE 2014.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0010, de 17 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0491/2014, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANACI APARECIDA RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 802.521.419-20, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 07 de março de 2014 até 04 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de março de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0696/2014

PORTARIA Nº 696, DE 05 DE MARÇO DE 2014.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0013, de 27 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SAMUEL SPEROTTO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 021.755.770-82, na função de ODONTÓLOGO, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 06 de março de 2014 até 07 de abril de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de março de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0697/2014

PORTARIA Nº 697, DE 05 DE MARÇO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal;

e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSIANI TIBOLA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 043.891.799-50, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2014 até 01 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de março de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0698/2014

PORTARIA Nº 698, DE 05 DE MARÇO DE 2014.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido o contrato da servidora JESSICA FRANCINE CRESTANI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 076.587.239-08, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 05 de março de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de março de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0699/2014

PORTARIA Nº 699, DE 05 DE MARÇO DE 2014.
Designa Fiscal de Obra decorrente de

Contrato Administrativo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Designar FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 907.133.209-82, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 2909, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT14PMF33, Processo Administrativo Licitatório nº 0224/2013, Tomada de Preços nº 0011/2013, cujo objeto é a execução dos serviços de Recapeamento com concreto Asfáltico Usinado a Quente, em trecho das Avenidas "Rio das Antas" e "Lebon Régis", nesta cidade de Fraiburgo, com área total de 11.571,32 m2 de pavimentação, de acordo com os Projetos,

Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0700/2014

PORTARIA Nº 700, DE 05 DE MARÇO DE 2014.

Designa Fiscal de Obra decorrente de

Contrato Administrativo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar GILMAR SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 384.769.679-34, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 3253, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT14PMF36, Processo Administrativo Licitatório nº 0023/2014, Tomada de Preços nº 0004/2014, cujo objeto é a execução de pavimentação com blocos de concreto no estacionamento do Centro Educacional do bairro das Nações, nesta cidade de Fraiburgo, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0701/2014

PORTARIA Nº 701, DE 05 DE MARÇO DE 2014.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, o servidor JEROME SILVA SCHINETSKI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 950.674.690-72, nomeado no cargo de provimento efetivo de PROCURADOR,

com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 05 de março de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0702/2014

PORTARIA Nº 702, DE 05 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004, de 02 de janeiro de 2014, e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ALECSANDRO MACHADO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 049.848.139-54, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 06 de março de 2014 até 06 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0703/2014

PORTARIA Nº 703, DE 05 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004, de 02 de janeiro de 2014, e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ALCEDIR ANTONIO RALDI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 606.870.709-10, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 06 de março de 2014 até 06 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0704/2014

PORTARIA Nº 704, DE 05 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004, de 02 de janeiro de 2014, e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JEFFERSON JULIANO MACHADO CARLIM, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 064.193.869-18, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 06 de março de 2014 até 06 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0705/2014

PORTARIA Nº 705, DE 05 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004, de 02 de janeiro de 2014, e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JONATHAN CORDEIRO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 087.014.709-90, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 06 de março de 2014 até 06 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0706/2014

PORTARIA Nº 706, DE 05 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004, de 02 de janeiro de 2014, e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ALTAIR BATISTA DOS SANTOS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 400.718.639-15, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 06 de março de 2014 até 06 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0707/2014

PORTARIA Nº 707, DE 05 DE MARÇO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato da servidora FABIULA REIF, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 062.115.789-97, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – CIÊNCIAS E PROGRAMAS DE SAÚDE, com carga horária de 37 horas semanais, a partir de 05 de março de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba**PREFEITURA****Homologação de Resultados**

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2014

FICA HOMOLOGADO o Resultado do Processo Seletivo, Edital n.º 001/2014, para o seguinte cargo:

CARGO: Assistente Social	
POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	Rafaela Abade Alves
002	Katia Regina Lisboa
003	Lais Suellen Nascimento dos Santos

Garopaba, 27 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em 06/03/2014

Homologação de Resultados**HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS**

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 002/2014

FICAM HOMOLOGADOS os Resultados do Processo Seletivo, Edital n.º 002/2014, para os seguintes cargos:

CARGO: Médico Veterinário	
POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	Carmen Luisa Noal Henrique
002	Janaína Tais da Rocha
CARGO: Operador de Equipamentos	
POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	Ricardo José Cardoso
CARGO: Operador de Trator Agrícola	
POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	Marcelo Costa Gonçalves
002	Gilberto de Souza Cardoso

Garopaba, 27 de fevereiro de 2014.
 PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
 Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em 06/03/2014

Portaria N.º 080/2014.

PORTARIA N.º 080, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
 DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora RAQUEL CRISPIM, Matrícula Funcional n.º 3821, referente à 2012/2013, no período de 10/02/2014 à 11/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de fevereiro de 2014.
 PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
 Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 081/2014.

PORTARIA N.º 081, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
 DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, CARINA LEITORLES, CPF n.º 006.275.029-11, para exercer o cargo

comissionado de ASSISTENTE DE DIREÇÃO, da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Desenvolvimento, a partir de 03 de fevereiro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de fevereiro de 2014.
 PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
 Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 082/2014.

PORTARIA N.º 082, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
 DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, WAGNER NASCIMENTO DE SOUZA, CPF n.º 036.460.329-10, para exercer o cargo comissionado de ASSISTENTE DE PROJETOS E CONVÊNIOS, da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Desenvolvimento, a partir de 03 de fevereiro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de fevereiro de 2014.
 PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
 Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 083/2014.

PORTARIA N.º 083, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
 DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, JOÃO DA SILVA PACHECO, CPF n.º 077.198.849-49, para exercer o cargo comissionado de DIRETOR EXECUTIVO DE SAÚDE, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 03 de fevereiro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de fevereiro de 2014.
 PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
 Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 084/2014.

PORTARIA N.º 084, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, ROGÉRIO DA ROSA, CPF n.º 034.511.819-75, para exercer o cargo comissionado de COORDENADOR DE TRANSPORTE, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 03 de fevereiro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 086/2014.

PORTARIA N.º 086, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, GRAZIELA DA SILVEIRA ESTÁCIO, CPF n.º 079.576.929-66, para exercer o cargo comissionado de ASSISTENTE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 03 de fevereiro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 087/2014.

PORTARIA N.º 087, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a)

servidor(a) TATIANE RICARDO, Professor, matrícula funcional n.º 3853, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 23/09/2013, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 23/09/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 088/2014.

PORTARIA N.º 088, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora MARIA ELIZABETH DE LIMA RODRIGUES, Matrícula Funcional n.º 4739, referente à 2013/2014, no período de 03/02/2014 à 12/02/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 089/2014.

PORTARIA N.º 089, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora MARIA AMORIM GONÇALVES, Matrícula Funcional n.º 0770, referente à 2013, no período de 03/02/2014 à 04/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 090/2014.

PORTARIA N.º 090, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora FLAVIA GONÇALVES DE LIMA, Matrícula Funcional n.º 3646, referente à 2013/2014, no período de 03/02/2014 à 04/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 091/2014.

PORTARIA N.º 091, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora JANE LUCIA NASCIMENTO DAEUBLE, Matrícula Funcional n.º 4540, referente à 2013/2014, no período de 03/02/2014 à 04/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 092/2014.

PORTARIA N.º 092, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora MARIA TEREZINHA DOS SANTOS ABREU, Matrícula Funcional n.º 0754, referente à 2013/2014, no período de 03/02/2014 à 04/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 093/2014.

PORTARIA N.º 093, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, a servidora ROSA BOTELHO, Matrícula Funcional n.º 0043, referente a 2007-2012, no período de 03/02/2014 à 03/04/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 094/2014.

PORTARIA N.º 094, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora ELI BOTZAM MARIA, Matrícula Funcional n.º 0760, referente à 2013, no período de 03/02/2014 à 04/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 095/2014.

PORTARIA N.º 095, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba,

no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora OLGA MARIA DA SILVA ABREU, Matrícula Funcional n.º 0088, referente à 2012/2013, no período de 10/02/2014 à 11/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 096/2014.

PORTARIA N.º 096, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora JOSILENE DE SOUZA DIAS ribeiro, Matrícula Funcional n.º 4730, referente à 2013/2014, no período de 01/02/2014 à 10/02/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/02/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 097/2014.

PORTARIA N.º 097, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora LUCIANA MACHADO TEIXEIRA, Matrícula Funcional n.º 0439, referente à 2012/2013, no período de 04/02/2014 à 18/02/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 098/2014.

PORTARIA N.º 098, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora ANA CRISTINA DA SILVA PRUDENCIO, Matrícula Funcional n.º 3571, referente à 2012/2013, no período de 01/02/2014 à 10/02/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/02/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 099/2014.

PORTARIA N.º 099, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, a servidora LAURA AMORIM DA ROCHA, Matrícula Funcional n.º 0042, referente a 2007-2012, no período de 03/02/2014 à 03/04/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/02/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 100/2014.

PORTARIA N.º 100, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, a servidora

TELMA DA ROSA MORAES MARTINS, Matrícula Funcional n.º 0750, referente a 2006-2011, no período de 03/02/2014 à 03/04/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/02/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 101/2014.

PORTARIA N.º 101, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES A FAZEREM JUS AO ADICIONAL POR PLANTÃO DIFERENCIADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1.623/2012 e demais legislação vigente, os Servidores do Plantão Diferenciado dos cargos de Vigilante e Técnico em Enfermagem da Secretaria de Saúde:

MATRICULA	NOME
5258	Alessandro Predebon Franco
3571	Ana Cristina da Silva Prudêncio
3764	Ana Maria de Souza Roecker
3552	Bruna da Silva
5255	Carini Martins
3648	Celiane Gonçalves Carlsen
4900	Célio Pacheco da Silva
5293	Fabíula Rodrigues Garcia
4984	Luciane dos Santos
5304	Lucinei Teixeira Gonçalves
5126	Mara Isa Yarenhuk
3759	Maria aparecida dos santos
5294	Maria Raimunda Miranda
5298	Marlene batista Abreu
3643	Rozilda de Amorim
4955	Rozimar Pacheco Martins
3595	Sueli Teresinha dos santos

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 29/01/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 102/2014.

PORTARIA N.º 102, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba,

no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) DÉBORA VIRIDIANE PIRES MOREIRA, Contrato n.º 390/2013, em 01/02/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/02/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 103/2014.

PORTARIA N.º 103, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) giana freire bertoldo, Contrato n.º 426/2013, em 10/02/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 104/2014.

PORTARIA N.º 104, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) PEDRO HENRIQUE CAPOANO HILGERT, Contrato n.º 317/2013, em 07/02/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 105/2014.

PORTARIA N.º 105, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) IZABEL DE SOUZA AGUIAR, Contrato n.º 369/2013, em 03/02/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/02/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 106/2014.

PORTARIA N.º 106, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, a servidora TULA SOUZA DE AMARAL, Matrícula Funcional n.º 0085, referente a 2002-2007, no período de 11/02/2014 à 10/04/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 107/2014.

PORTARIA N.º 107, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de

Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ROSA JOAQUINA DE SOUZA, Professora, matrícula funcional n.º 0071, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 01/02/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/02/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 108/2014.

PORTARIA N.º 108, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) VALDEMIR CARDOSO MARQUES, Operador de trator agrícola, matrícula funcional n.º 4283, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 31/01/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 31/01/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 109/2014.

PORTARIA N.º 109, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos do art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) VIVIAN SCHROTER, Agente Administrativo, matrícula funcional n.º 0428, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 31/01/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 31/01/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 110/2014.

PORTARIA N.º 110, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ANDREZA CORREA PACHECO, CPF n.º 028.159.699-98, do cargo de PROFESSOR C/ LICENCIATURA 40 HS I, do quadro de provimento efetivo, da Prefeitura Municipal de Garopaba, em 05/02/2014.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 111/2014.

PORTARIA N.º 111, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora ANA MARIA DE SOUZA ROECKER, Matrícula Funcional n.º 3764, referente à 2012/2013, no período de 01/02/2014 à 02/03/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/02/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 112/2014.

PORTARIA N.º 112, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora MICHELE SILVA DE CAMPOS, Matrícula Funcional n.º 4691, referente à 2012/2013, no período de 05/03/2014 à 03/04/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 113/2014.

PORTARIA N.º 113, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora CARINA CARDINAL DO AMARAL VELHO RECK DE NOVAES, Matrícula Funcional n.º 4220, referente à 2012/2013, no período de 03/02/2014 à 17/02/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/02/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 114/2014.

PORTARIA N.º 114, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de

Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 11/02/2014, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora JANE TE ZEFERINA TEIXEIRA, Matrícula Funcional n.º 0781, concedidas através da Portaria n.º 078/2014, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 115/2014.

PORTARIA N.º 115, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora MARLETE SOUZA SILVA, Matrícula Funcional n.º 3791, referente a 2012/2013, no período de 03/02/2014 à 04/03/2014.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/02/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 116/2014.

PORTARIA N.º 116, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor RAFAEL DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 3271, referente a 2012/2013, no período de 10/02/2014 à 12/03/2014.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 117/2014.

PORTARIA N.º 117, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, SÔNIA DAMASIO CARVALHO, CPF n.º 015.037.299-07, das funções comissionadas do cargo de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/02/2014.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 03/02/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 118/2014.

PORTARIA N.º 118, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 13 (treze) dias, concedidos através da Portaria n.º 569/2012 e suspensas através da Portaria n.º 637/2012, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor JEAN NASCIMENTO PACHECO, Matrícula Funcional n.º 4238, no período de 10/02/2014 à 22/02/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 119/2014.

PORTARIA N.º 119, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, SÔNIA DAMASIO CARVALHO, CPF n.º 015.037.299-07, para exercer o cargo comissionado de DIRETOR DE ESCOLA, da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 04/02/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Extrato de Contrato de Trabalho – 042/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 042/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 042/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : RENATA VIEIRA MARCELINO

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Portaria N.º 120/2014.

PORTARIA N.º 120, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, LUCIANA DE ABREU CORRÊA, CPF n.º 015.037.299-07, para exercer o cargo comissionado de COORDENADOR DE ENSINO, da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06 de fevereiro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 121/2014.

PORTARIA N.º 121, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, SIMONE DOS SANTOS XAVIER, CPF n.º 509.083.830-53, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DE SETOR DE APOIO, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 06 de fevereiro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Extrato de Contrato de Trabalho – 043/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 043/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 043/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: CRISTINA FARIAS

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Portaria N.º 122/2014.

PORTARIA N.º 122, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, MAIRA TEIXEIRA NUNES, CPF n.º 986.804.719-68, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DE SETOR DE APOIO, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 07 de fevereiro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 123/2014.

PORTARIA N.º 123, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) VIVIAN SCHROTER, Agente Administrativo, matrícula funcional n.º 0428, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 31/01/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 31/01/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 124/2014.

PORTARIA N.º 124, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor GERALDO LAUDELINO DE SENNA FILHO, Matrícula Funcional n.º 0105, referente à 2012/2013, no período de 03/03/2014 à 01/04/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 125/2014.

PORTARIA N.º 125, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal

n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) CLAUDIO PEREIRA, Agente Administrativo, matrícula funcional n.º 0005, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 03/02/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/02/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 126/2014.

PORTARIA N.º 126, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 11/02/2014, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor FABIO DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 3269, concedidas através da Portaria n.º 049/2014, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Extrato de Contrato de Trabalho - 044/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 044/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 044/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : JAQUELINE BENTA SANTANA DA SILVEIRA

Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Portaria N.º 127/2014.

PORTARIA N.º 127, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2014.

FAZ CESSAR GRATIFICAÇÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. FAZ CESSAR, nos termos do art. 56, inciso I, da Lei n.º 1000/2005, a GRATIFICAÇÃO ESPECIAL de 50%, do servidor CLAUDELIR AMORIM GONÇALVES, matrícula n.º 0751, da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Garopaba, em 01/02/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/02/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 128/2014.

PORTARIA N.º 128, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) ROSA JOAQUINA DE SOUZA, Professora, matrícula funcional n.º 0071, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 01/02/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/02/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Extrato de Contrato de Trabalho - 045/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 045/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 045/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : VANESSA DA SILVA JOÃO GONÇALVES

Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Portaria N.º 129/2014.

PORTARIA N.º 129, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) BARBARA VIEIRA GONÇALVES, Servente, matrícula funcional n.º 0041, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 11/02/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 130/2014.

PORTARIA N.º 130, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2014.

FAZ CESSAR GRATIFICAÇÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. FAZ CESSAR, nos termos do art. 56, inciso I, da Lei n.º 1000/2005, a GRATIFICAÇÃO ESPECIAL de 50%, de seus vencimentos fixos, da Secretaria Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente, da servidora NEREIDA MONTEIRO, matrícula n.º 3727, em 31/01/2014.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 31/01/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 135/2014.

PORTARIA N.º 135, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 5º, § 7º, b. e art. 83, da Lei n.º 1000/2005, NEREIDA MONTEIRO, Matrícula n.º 3727, para exercer as funções do cargo de DIRETOR TECNICO DE MEIO AMBIENTE, da Secretaria Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente, com Gratificação Especial de 60% do cargo ocupado, a partir de 03 de fevereiro de 2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/02/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Extrato de Contrato de Trabalho – 046/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 047/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 047/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : LUCIANE ADELINO MONTEIRO

Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 047/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 047/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 047/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : LUCIANE ADELINO MONTEIRO

Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 048/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 048/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 048/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : CRISTIANI PACHECO FREITAS SOUZA

Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Portaria N.º 139/2014.

PORTARIA N.º 139, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE AUSÊNCIA JUSTIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Nos termos do art. 63, III, b, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor MARCOS MANCINI BROWN, matrícula funcional n.º 4259, JUSTIFICA SUA AUSÊNCIA, por 07 (sete) dias consecutivos, a partir de 25 de janeiro de 2014, por motivo de falecimento de sua mãe.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 25/01/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Extrato de Contrato de Trabalho - 049/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 049/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 049/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ITAMARA MENEGUEL DEMETRIO

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Portaria N.º 140/2014.

PORTARIA N.º 140, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014.
DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) MARILERE ANGELA ALBERTI DE ABREU, matrícula n.º 3679, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Educação, com gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 03/02/2014.

§ 1º. Nos termos do § 1º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, as atividades do servidor deverão envolver horários diferenciados de trabalho de no mínimo 40 (quarenta) horas semanais, vedada, no caso, a percepção de gratificação pela prestação de serviço

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial,

perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/02/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Extrato de Contrato de Trabalho - 050/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 050/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 050/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : JOYCE FERREIRA ROSA

Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Portaria N.º 141/2014.

PORTARIA N.º 141, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 06/02/2014, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora ROSALIA DA SILVEIRA LOURENÇO, Matrícula Funcional n.º 0401, concedidas através da Portaria n.º 028/2014, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 06/02/2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 142/2014.

PORTARIA N.º 142, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 15 (quinze) dias, concedidos através da Portaria n.º 520/2013 e suspensas através da Portaria n.º 558/2013, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora LISIELE DE ARAÚJO PIRES GABRIEL, Matrícula Funcional n.º 4054, no período de 10/03/2014 à 24/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Extrato de Contrato de Trabalho - 051/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 051/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 051/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : MERYVONE MARIA CARDOSO

Objetivo: SERVENTE - 40 HORAS

Valor: R\$ 755,97 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 052/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 052/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 052/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : MARIA INÊZ FERREIRA MARTINS

Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Portaria N.º 143/2014.

PORTARIA N.º 143, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, sem remuneração, nos termos do art. 123, da Lei n.º 1000/2005, ao servidor CLAUDIO FRANCISCO DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 0113, pelo período de 02 (dois) meses, a partir de 01/02/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/02/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 144/2014.

PORTARIA N.º 144, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA À MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, a servidora LAYS ALVES DOS ANJOS, Professora, matrícula funcional n.º 5397, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 19/02/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 145/2014.

PORTARIA N.º 145, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor ADRIANO CORREIA DE BORBA, Matrícula Funcional n.º 4791, referente à 2013/2014, no período de 17/02/2014 à 03/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 146/2014.

PORTARIA N.º 146, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de

Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor SERGIO LUIZ GONÇALVES, Matrícula Funcional n.º 3697, referente a 2012/2013, no período de 03/02/2013 à 04/03/2014.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/02/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Extrato de Contrato de Trabalho - 053/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 053/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 053/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : ALVARO FRANCISCO CARVALHO ALVARES

Objetivo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 30 HORAS

Valor: R\$ 1.323,93 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Portaria N.º 147/2014.

PORTARIA N.º 147, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) CLAUDIO PEREIRA, Agente Administrativo, matrícula funcional n.º 0005, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir de 03/02/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/02/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Extrato de Contrato de Trabalho - 054/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 054/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 054/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : SILVIA APARECIDA DE SOUZA SOARES

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Portaria N.º 148/2014.

PORTARIA N.º 148, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora ROSANA GONÇALVES FLORENCIO, Matrícula Funcional n.º 3776, referente à 2012/2013, no período de 17/02/2014 à 18/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 149/2014.

PORTARIA N.º 149, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE AUSÊNCIA JUSTIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Nos termos do art. 63, III, b, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor LUCINEI TEIXEIRA GONÇALVES, matrícula funcional n.º 5304, JUSTIFICA SUA AUSÊNCIA, por 05 (cinco) dias consecutivos, a partir de 07 de fevereiro de 2014, por motivo de nascimento da filha.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 07/02/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Extrato de Contrato de Trabalho - 055/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 055/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 055/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : LEONARDO MONTARDO SERRI DE CASTRO

Objetivo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Portaria N.º 150/2014.

PORTARIA N.º 150, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora BIANCA DOS PASSOS, Matrícula Funcional n.º 4735, referente à 2013/2014, no período de 10/03/2014 à 19/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Extrato de Contrato de Trabalho - 056/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 056/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 056/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : PRISCILLA MARCELINO MARTINS

Objetivo: PROFESSOR DE MATEMÁTICA - EJA - 10 HORAS

Valor: R\$ 441,35 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Portaria N.º 151/2014.

PORTARIA N.º 151, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor SIDINEY DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 4954, referente a 2013/2014, no período de 05/03/2014 à 03/04/2014.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Extrato de Contrato de Trabalho - 057/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 057/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 057/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : MARIANE FURTADO NASCIMENTO

Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Portaria N.º 152/2014.

PORTARIA N.º 152, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 10 (dez) dias, concedidos através da Portaria n.º 122/2013 e suspensas através da Portaria n.º 211/2013, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor FÁBIO DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 3269, no período de 17/02/2014 à 26/02/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 153/2014.

PORTARIA N.º 153, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos

termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora SIMONE VERA WOLFF, Matrícula Funcional n.º 4248, referente a 2012/2013, no período de 05/03/2014 à 04/04/2014.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Extrato de Contrato de Trabalho - 058/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 058/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 058/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: FABIANA CUSTÓDIO

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Portaria N.º 154/2014.

PORTARIA N.º 154, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) ROSIMERE MARCELINO TORQUATO, Contrato n.º 215/2014, em 12/02/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 12/02/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Extrato de Contrato de Trabalho - 059/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 059/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 059/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ANDRESA DE OLIVEIRA FERNANDES

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Portaria N.º 155/2014.

PORTARIA N.º 155, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) JACIRA CONCEIÇÃO MARTINS LOPES, Servente, matrícula funcional n.º 3763, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 10/02/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 10/02/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Extrato de Contrato de Trabalho - 60/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 060/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 060/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: GREICY PACHECO CARDOSO

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Portaria N.º 156/2014.

PORTARIA N.º 156, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) SANDRA NASCIMENTO DE ABREU GARCIA, Auxiliar de enfermagem, matrícula funcional n.º 0797, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por

Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 07/02/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 07/02/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 157/2014.

PORTARIA N.º 157, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 13/02/2014, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora MARLETE SOUZA SILVA, Matrícula Funcional n.º 3791, concedidas através da Portaria n.º 115/2014, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 13/02/2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Extrato de Contrato de Trabalho - 061/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 061/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 061/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : MIRIAN MORAES ESPINDOLA DA SILVEIRA

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Portaria N.º 158/2014.

PORTARIA N.º 158, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor RUDI DE ABREU, Matrícula Funcional n.º 3753, referente à 2012/2013, no período de 06/03/2014 à 04/04/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Extrato de Contrato de Trabalho - 062/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 062/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 062/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado : KATIA DE SOUZA GONÇALVES DE AMORIM
Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS
Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Portaria N.º 159/2014.

PORTARIA N.º 159, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias, referente às férias concedidas através da Portaria n.º 429/2013 e interrompidas através da Portaria n.º 502/2013, da servidora ADRIANE DOS SANTOS, Matrícula Funcional n.º 0009.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Extrato de Contrato de Trabalho - 063/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 063/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 063/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado : KIRLEY LISBOA
Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Portaria N.º 160/2014.

PORTARIA N.º 160, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos da Lei Municipal n.º 1.533 de 02 de junho de 2011, a conselheira tutelar ROZANE FATIMA TORRES KOCH, CPF n.º 459.437.610-04, referente à 2012/2013, no período de 01/03/2014 à 30/03/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 161/2014.

PORTARIA N.º 161, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) VANESSA GONÇALVES RAIMUNDO FERREIRA, Contrato n.º 358/2013, em 28/02/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Extrato de Contrato de Trabalho - 064/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 064/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 064/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado : ROBERTO COLLING NARDON
Objetivo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Portaria N.º 162/2014.

PORTARIA N.º 162, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ROZELI ALEXANDRINO, Professora, matrícula funcional n.º 0037, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 05/02/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 05/02/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Extrato de Contrato de Trabalho - 065/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 065/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 065/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: CELSO JOSE BARBOSA DE SOUZA

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Portaria N.º 163/2014.

PORTARIA N.º 163, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor ANÉSIO ESPÍNDOLA DOS PASSOS, Matrícula Funcional n.º 0090, referente a 2011/2012, no período de 01/02/2014 à 02/03/2014.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/02/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 165/2014.

PORTARIA N.º 165, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor MARCELO SUPPI, Matrícula Funcional n.º 3568, referente à 2012/2013, no período de 05/03/2014 à 04/04/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Extrato de Contrato de Trabalho - 066/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 066/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 066/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : CARMINA AMORIM

Objetivo: SERVENTE - 40 HORAS

Valor: R\$ 755,97 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 067/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 067/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 067/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : ADRIANA REGINA TOMÉ

Objetivo: PROFESSOR DE INGLÊS - 30 HORAS

Valor: R\$ 1.323,93 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 068/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 068/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 068/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado : ROZINEIA PACHECO MACHADO DA ROSA
Objetivo: SERVENTE - 40 HORAS
Valor: R\$ 755,97 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 069/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 069/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 069/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado : CAMILA CRISTINA RODRIGUES
Objetivo: PROFESSOR DE INGLÊS - 20 HORAS
Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Portaria N.º 166/2014.

PORTARIA N.º 166, 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

FAZ CESSAR A CESSÃO DE SERVIDOR ESTÁVEL AO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. FAZ CESSAR, nos termos da Lei n.º 1000/2005, a CEDÊNCIA DE SERVIDOR ESTÁVEL, em 14/02/2014 da servidora VIVIAN SCHRÖTER, Agente Administrativo, matrícula funcional n.º 0428, que cumpria suas atribuições no Fórum da Comarca de Garopaba.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 14/02/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Extrato de Contrato de Trabalho - 070/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 070/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 070/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado : WILLIAN VARGAS PAES
Objetivo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 40 HORAS
Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Portaria N.º 167/2014.

PORTARIA N.º 167, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, os servidores PAULO RICARDO RIBEIRO, matrícula n.º 3557, MARCELO ABREU DOS SANTOS, matrícula n.º 4201 e REGINALDO LEMOS, matrícula n.º 5036, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Saúde, com gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/02/2014.

§ 1º. Nos termos do § 1º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, as atividades do servidor deverão envolver horários diferenciados de trabalho de no mínimo 40 (quarenta) horas semanais, vedada, no caso, a percepção de gratificação pela prestação de serviço

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/02/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 168/2014.

PORTARIA N.º 168, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 02/02/2014, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor ANÉ-SIO ESPINDOLA DOS PASSOS, Matrícula Funcional n.º 0090, concedidas através da Portaria n.º 163/2014, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/02/2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Extrato de Contrato de Trabalho - 071/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 071/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 071/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : LILIANE GOMES WASEM

Objetivo: PROFESSOR DE ARTES - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 072/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 072/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 072/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : MONIQUE DE SOUZA SANTOS

Objetivo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Portaria N.º 169/2014.

PORTARIA N.º 169, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor JEFERSON ÁVILA DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 3642, referente à 2012/2013, no período de 14/02/2014 à 28/02/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 14/02/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Extrato de Contrato de Trabalho - 073/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 073/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 073/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : CHARLENE PACHECO DA SILVA

Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 074/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 074/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 074/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : BETINA LORENSI LOPES

Objetivo: PROFESSOR DE INGLÊS - 20 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Portaria N.º 170/2014.

PORTARIA N.º 170, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, BRUNA DA SILVEIRA MARQUES, CPF n.º 080.395.629-02, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DE SETOR DE APOIO, da Secretaria de Administração, a partir de 14 de fevereiro de 2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 14/02/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 171/2014.

PORTARIA N.º 171, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, LUIZ FELIPE FLORENTINO, CPF n.º 092.369.949-03, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DE SETOR DE APOIO, da Secretaria de Infraestrutura, a partir de 14 de fevereiro de 2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 14/02/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Extrato de Contrato de Trabalho - 075/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 075/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 075/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado : DANIELA ALCANTARA GOULART ANDREOTTI
Objetivo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 40 HORAS
Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 076/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 076/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 076/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado : LUANA DE LIMA ARAUJO
Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS
Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Portaria N.º 172/2014.

PORTARIA N.º 172, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE SERVIDOR ESTÁVEL AO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art.1º. AUTORIZAR A CESSÃO, nos termos do art. 49, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora CLEIDE DE AGUIAR PEREIRA, Datilógrafo, matrícula funcional n.º 0017, para cumprir suas atribuições A PARTIR DE 17/02/2014, a serviço do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, no Fórum da Comarca de Garopaba, conforme Convênio n.º 006/2005, prorrogado em 31/05/2010.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 17/02/2014.

Art.3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 173/2014.

PORTARIA N.º 173, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor ANÉSIO ESPÍNDOLA DOS PASSOS, Matrícula Funcional n.º 0090, referente a 2012/2013, no período de 03/03/2014 à 01/04/2014.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 174/2014.

PORTARIA N.º 174, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, ALINE BOTELHO GARCIA, CPF n.º 054.774.139-13, para exercer o cargo comissionado de COORDENADOR DE APOIO JURÍDICO, da Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente, a partir de 17 de fevereiro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 175/2014.

PORTARIA N.º 175, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor ROGÉRIO OSVALDO DE SOUZA GONÇALVES, Matrícula Funcional n.º 4296, referente a 2012/2013, no período de 03/03/2013 à 01/04/2014.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 176/2014.

PORTARIA N.º 176, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER LICENÇA-PRÊMIO, em 14/02/2014, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, da servidora TULA SOUZA DO AMARAL, Matrícula Funcional n.º 3226, concedidas através da Portaria n.º 106/2014, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 14/02/2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 177/2014.

PORTARIA N.º 177, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 03/02/2014, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor VÂNIO zanelato, Matrícula Funcional n.º 0784, concedidas através da Portaria n.º 041/2014, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/02/2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 178/2014.

PORTARIA N.º 178, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE FAMILIAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE FAMILIAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) SANDRA NASCIMENTO DE ABREU GARCIA, Auxiliar de Enfermagem, matrícula funcional n.º 0797, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 11/02/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 11/02/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 179/2014.

PORTARIA N.º 179, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, a servidora JANETE ZEFERINA TEIXEIRA, Matrícula Funcional n.º 0781, referente a 2006-2011, no período de 12/02/2014 à 12/04/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 12/02/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 180/2014.

PORTARIA N.º 180, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor MARCOS ALEXANDRE DE CAMPOS, Matrícula Funcional n.º 0790, referente a 2012/2013, no período de 01/03/2014 à 30/03/2014.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 181/2014.

PORTARIA N.º 181, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE AUSÊNCIA JUSTIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Nos termos do art. 63, III, b, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor MARCELO SUPPI, matrícula funcional n.º 3568, JUSTIFICA SUA AUSÊNCIA, por 07 (sete) dias consecutivos, a partir de 17 de fevereiro de 2014, por motivo de nascimento do filho.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 17/02/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 182/2014.

PORTARIA N.º 182, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 29 (vinte e nove) dias, concedidos através da Portaria n.º 515/2013, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora ROSILENE GONÇALVES VIEIRA, Matrícula Funcional n.º 0763, no período de 24/02/2014 à 25/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 183/2014.

PORTARIA N.º 183, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora marinez MARTINS FERREIRA, Matrícula Funcional n.º 4268, referente à 2013/2014, no período de 10/03/2014 à 08/04/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 184/2014.

PORTARIA N.º 184, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) LUCILENE MACIEL ALEXANDRE, Contrato n.º 221/2014, em 18/02/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 18/02/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 185/2014.

PORTARIA N.º 185, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) MARIA APARECIDA MACHADO, Contrato n.º 040/2014, em 19/02/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 19/02/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 186/2014.

PORTARIA N.º 186, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor pedro da silva, Matrícula Funcional n.º 4678, referente a 2012/2013, no período de 24/02/2014 à 25/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 187/2014.

PORTARIA N.º 187, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor RAFAEL TONVILDES DE ABREU, Matrícula Funcional n.º 4957, referente a 2012/2013, no período de 05/03/2014 à 03/04/2014.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 188/2014.

PORTARIA N.º 188, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora MICHELINE ARANHA DE ARAUJO LUIZ, Matrícula Funcional n.º 4958, referente a 2012/2013, no período de 10/03/2014 à 19/03/2014.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 189/2014.

PORTARIA N.º 189, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 14 (quatorze) dias, concedidos através da Portaria n.º 311/2012 e suspensas através da Portaria n.º 321/2012, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor FERNANDO DA SILVA FERREIRA, Matrícula Funcional n.º 3556, no período de 24/02/2014 à 09/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 190/2014.

PORTARIA N.º 190, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) KATIA REGINA FAUSTINO, Contrato n.º 202/2014, em 20/02/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 20/02/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 191/2014.

PORTARIA N.º 191, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, SÉLIO DEFREYN, CPF n.º 802.342.409-20, das funções comissionadas do cargo de COORDENADOR DE MANUTENÇÃO DE FROTAS, da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 21 de fevereiro de 2014.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 194/2014.

PORTARIA N.º 194, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora DANIELA MARIA DOS SANTOS, Matrícula Funcional n.º 3693, referente a 2012/2013, no período de 05/03/2014 à 03/04/2014.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de fevereiro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 195/2014.

PORTARIA N.º 195, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO HORIZONTAL DE SERVIDORES DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de GAROPABA, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e, Considerando os Processos Administrativos SME/DAGP N.º 003, 004, 005, 006, 007, 009, 010, 012, 013, 014, 015, 016, 018, 019, 020, 021, 022, 023, 024, 025, 029, 030, 031, 032, 033, 034, 036, 037, 038, 039 e, Considerando o que consta na Lei Municipal N.º 1374, de 21 de dezembro de 2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Conceder elevação de referência aos seguintes servidores do Magistério Municipal:

MAT.	NOME	NÍVEL/CLASSE ATUAL	NÍVEL/CLASSE POSTERIOR	EFEITO FINANCEIRO A PARTIR DE
0030	Carmem Aparecida de Souza	Nível II-2	Nível II-3	01/02/2014
0032	Nelsa Sirino Maria	Nível III-1	Nível III-2	01/02/2014
0037	Rozeli Alexandrino	Nível III-1	Nível III-2	01/02/2014
0038	Rosa Mª de Souza Bento	Nível II-2	Nível II-3	01/02/2014
0040	Rita de Cássia N. Silva	Nível II-2	Nível II-3	01/02/2014
0048	Maribel de A. Faraco	Nível III-1	Nível III-2	01/02/2014
0049	Mercedes A. de Aguiar	Nível II-2	Nível II-3	01/02/2014
0052	Conceição da S. Pacheco Pereira	Nível III-1	Nível III-2	01/02/2014
0054	Rosinéia S. de Souza Ricardo	Nível III-1	Nível III-2	01/02/2014
0056	Lorivaldo da S. Pacheco	Nível III-1	Nível III-2	01/02/2014
0174	Sandra Aparecida Amaral	Nível III-1	Nível III-2	01/02/2014
0735	Alexandre Barradas do Prado	Nível II-1	Nível II-2	01/02/2014
0737	Giovana Matias Daniel	Nível III-1	Nível III-2	01/02/2014
0738	Jucilda de Paulas	Nível II-2	Nível II-3	01/02/2014
0739	José Antônio Gonçalves	Nível III-1	Nível III-2	01/02/2014
0740	Cleide de Souza	Nível I-2	Nível I-3	01/02/2014
0741	Flávia Pereira Pereira	Nível III-1	Nível III-2	01/02/2014
0742	Sandra Carlsem	Nível II-1	Nível II-2	01/02/2014
0743	Ana Aparecida de Souza	Nível III-1	Nível III-2	01/02/2014

0745	Terezinha de Jesus Coelho	Nível II-1	Nível II-2	01/02/2014
0752	Mª Helena P. da Silva Aguiar	Nível III-1	Nível III-2	01/02/2014
0754	Maria Terezinha dos Santos Abreu	Nível III-1	Nível III-2	01/02/2014
0755	Marcio Ponciano	Nível II-2	Nível II-3	01/02/2014
0758	Justirene Z. da Silveira	Nível II-1	Nível II-2	01/02/2014
0759	Nádia Maria da Silva	Nível III-1	Nível III-2	01/02/2014
0776	Eliane da Motta Nunes	Nível II-2	Nível II-3	01/02/2014
0780	Luciane Mª Nunes de Carvalho	Nível III-1	Nível III-2	01/02/2014
0804	Cleidineia da Silva	Nível I-2	Nível I-3	01/02/2014
0805	Mª de Fátima Fernandes	Nível II-2	Nível II-3	01/02/2014
0807	Sônia Gonçalves	Nível III-1	Nível III-2	01/02/2014

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/02/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de Fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 196/2014.

PORTARIA N.º 196, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDORES DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de GAROPABA, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e,
Considerando os Processos Administrativos SME/DAGP N.º 008, 011, 017, 026, 027, 028, 035, 040, 041, 042, 043, 044, 045, 046, 047, 048, 049 e 050/2014.
Considerando o que consta na Lei Municipal N.º 1374, de 21 de dezembro de 2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Conceder elevação de nível aos seguintes servidores do Magistério Municipal:

MAT.	NOME	NÍVEL/CLASSE ATUAL	NÍVEL/CLASSE POSTERIOR	EFEITO FINANCEIRO A PARTIR DE
0051	Adriane Pereira de Souza Rosa	Nível II-1	Nível III-1	01/02/2014
3690	Andrea Maria de Araujo	Nível II-1	Nível III-1	01/02/2014
0751	Claudimir Amorim Gonçalves	Nível II-1	Nível III-1	01/02/2014
0748	Fabiane Maria Gonçalves	Nível II-1	Nível III-1	01/02/2014
3680	Josiane Soares da Silveira	Nível II-1	Nível III-1	01/02/2014
3695	Luciane Adelino Monteiro	Nível II-1	Nível III-1	01/02/2014

3692	Luciane Bernardo	Nível II-1	Nível III-1	01/02/2014
0778	Maria Helena Feliciano Martins	Nível II-1	Nível III-1	01/02/2014
0747	Maria Odete Adelino Carvalho	Nível II-1	Nível III-1	01/02/2014
3679	Marilete Ângela Alberti De Abreu	Nível II-1	Nível III-1	01/02/2014
3703	Marivalda Araujo Goncalves	Nível II-1	Nível III-1	01/02/2014
3691	Marlise Goulart de Oliveira Paes	Nível II-1	Nível III-1	01/02/2014
0044	Rosiane Marli Antônio Damazio	Nível II-1	Nível III-1	01/02/2014
0736	Rosilene Pacheco de Lima	Nível III-1	Nível IV-1	01/02/2014
3699	Sandra Pereira da Costa	Nível II-1	Nível III-1	01/02/2014
3678	Simone Cristiane de Souza	Nível II-1	Nível III-1	01/02/2014
3689	Valdira Teixeira Correa	Nível II-1	Nível III-1	01/02/2014
3687	Vera Lucia Lorensi	Nível II-1	Nível III-1	01/02/2014

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/02/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 197/2014.

PORTARIA N.º 197, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor JOÃO LUIZ GREGORIO, Matrícula Funcional n.º 3770, referente a 2011/2012, no período de 03/03/2014 à 01/04/2014.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 198/2014.

PORTARIA N.º 198, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) VANESSA BATISTA MENDONÇA PIRES, Professora, matrícula funcional n.º 4269, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 24/02/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 24/02/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 199/2014.

PORTARIA N.º 199, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

CONSIDERANDO, o falecimento do servidor MARIO PEREIRA PACHECO, ocorrido em 24/02/2014, Motorista de Caminhão, Auto e Ônibus, matrícula funcional n.º 5067, lotado na Secretaria de Infra-Estrutura.

Art. 1º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 24/02/2014.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 200/2014.

PORTARIA N.º 200, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º

1.120/2007 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, CARIONE ZANELATO, CPF n.º 082.458.489-99, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DE SETOR DE APOIO, da Secretaria de Assistência Social, a partir de 07 de fevereiro de 2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 07/02/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de fevereiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Extrato de Contrato de Trabalho – 077/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 077/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 077/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado : ANGELICA DE AMORIM CONSTANTE
Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS
Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 078/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 078/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 078/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado : TATIANE AGOSTINHO
Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS
Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 079/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 079/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 079/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado : ALBERTINA ESPINDOLA MACHADO
Objetivo: SERVENTE - 40 HORAS
Valor: R\$ 755,97 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 080/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 080/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 080/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado : TANIA MARIA VIEIRA

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS
Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 081/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 081/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 081/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado : TATIANE PEREIRA TEIXEIRA DA ROSA
Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS
Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 082/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 082/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 082/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado : FRANCIELI DE ALMEIDA DIAS
Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS
Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 083/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 083/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 083/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: JULIANA GUIMARÃES DE SOUZA
Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS
Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 084/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 084/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 084/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: DAIANY TOLENTINO DA ROSA
Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS
Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 085/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 085/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 085/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : MARIA PAULA SCHMIDT

Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 086/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 086/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 086/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: AMANDA CRISTINA NORONHA GERCHEVSKI
Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS
Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 087/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 087/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 087/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ADRIANA ILDA TORQUATO
Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS
Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 088/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 088/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 088/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado : MARCOS VINICIUS MONASSA ABELLA
Objetivo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 40 HORAS
Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 089/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 089/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 089/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado : MARIA DE AMORIM BOTELHO
Objetivo: SERVENTE - 40 HORAS
Valor: R\$ 755,97 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 090/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 090/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 090/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ANA PAULA RAUPP

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 091/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 091/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 091/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : GUILHERME CASTRO CARVALHO

Objetivo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 092/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 092/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 092/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : MALVINA SOARES ESTÁCIO

Objetivo: SERVENTE - 40 HORAS

Valor: R\$ 755,97 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 093/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 093/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 193/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : NOEMI APARECIDA DA SILVA MACHADO

Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 094/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 094/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 094/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : VERONICA MARQUES DE SOUZA

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 095/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 095/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 095/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : NIDIA DI PAULA BATALHA

Objetivo: PROFESSOR DE ARTES - 30 HORAS

Valor: R\$ 1.323,93 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 096/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 096/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 096/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado KATIA SANTANA INNOCENTE

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 097/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 097/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 097/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : ZULMAR LOPES DE AMORIM II

Objetivo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 098/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 098/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 098/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : FLORA CURIA GOMES

Objetivo: PSICÓLOGO - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.682,10 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 099/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 099/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 099/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : MARIA DE FATIMA D PACHECO

Objetivo: PROFESSOR DE ARTES - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 100/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 100/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 100/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : ROSINEI RODRIGUES PEREIRA LOPES

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 101/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 101/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 101/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : BRUNA DE SOUZA

Objetivo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 102/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 102/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 102/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ALCINA MARIA DE SOUZA

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 103/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 103/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 103/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : CAMILA MACHADO FURTADO

Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 104/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 104/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 104/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : OSANA VIEIRA

Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 105/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 105/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 105/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : RUY CASTRO SILVEIRA

Objetivo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 30 HORAS

Valor: R\$ 1.323,93 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 106/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 106/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 106/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: IARA DOS SANTOS MARTINS WESTRUP

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 107/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 107/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 107/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : ANDREA JEANINE TECCHIO PACHECO

Objetivo: PROFESSOR DE INGLÊS - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 108/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 108/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 108/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : AMARILDO RODRIGUES

Objetivo: SERVENTE - 40 HORAS

Valor: R\$ 755,97 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 109/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 109/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 109/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: CRISTIANE ABREU DOS SANTOS

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 110/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 110/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 110/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : ROSANGELA LEMOS DELAMUTA

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 111/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 111/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 111/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : EDINA DE SOUZA TEIXEIRA

Objetivo: PROFESSOR DE INGLÊS - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 112/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 112/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 112/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : EDINA DE SOUZA TEIXEIRA

Objetivo: PROFESSOR DE INGLÊS - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 113/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 113/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 113/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : ELIZANDRA CELINA DA SILVA

Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 114/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 114/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 114/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : TATIANE DO NASCIMENTO OLIVEIRA

Objetivo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 115/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 115/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 115/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : ISABEL CRISTINA SANTOS

Objetivo: PROFESSOR DE ARTES - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 116/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 116/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 116/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : SIMONE DA SILVA SILVEIRA

Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 117/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 117/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 117/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : DAMARIS MAIOCHI

Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 118/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 118/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 118/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : NAIRA SALETE BERNARDO FERNANDES

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 119/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 119/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 119/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : CARULINA MEDEIROS DUARTE DE ABREU

Objetivo: PROFESSOR I - 20 HORAS

Valor: R\$ 848,68 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 120/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 120/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 120/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : CARMEM DA MOTTA NUNES

Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 121/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 121/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 121/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : GISLAINE KELLI JOÃO

Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 122/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 122/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 122/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : LAYS ALVES DOS ANJOS

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 123/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 123/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 123/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : MIRELE MONGUILHOT

Objetivo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 124/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 124/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 124/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : GISLEI APARECIDA DA CUNHA CAMPOS

Objetivo: MERENDEIRA - 40 HORAS

Valor: R\$ 755,97 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 125/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 125/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 125/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : NEIDE CUSTÓDIO MACHADO

Objetivo: SERVENTE - 40 HORAS

Valor: R\$ 755,97 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 126/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 126/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 126/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : ROSIMARI MARIA DA SILVA

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 127/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 127/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 127/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: CLAUDIA MARQUES

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 128/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 128/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 128/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : ETIELLE PACHECO DE SOUZA

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 129/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 129/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 129/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : SIMONE ROGALSKY

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 130/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 130/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 130/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: CHIRLEY COUTINHO DOMINGOS

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 131/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 131/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 131/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: FERNANDA ALINE MARTINS

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 132/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 132/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 132/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : KASIARA DIAS

Objetivo: PROFESSOR DE INGLÊS - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 133/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 133/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 133/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JANAINA ELENIR MARCELINO

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 134/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 134/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 134/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : CARMEM LUCIA MOREIRA DOS SANTOS

Objetivo: SERVENTE - 40 HORAS

Valor: R\$ 755,97 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 135/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 135/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 135/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: KACILDA DE SOUZA

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 136/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 136/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 136/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JOELMA DE BONA

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 137/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 137/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 137/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : ROBERTA NASCIMENTO PACHECO FURTADO

Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 138/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 138/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 138/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : FERNANDA ALVES CANDIDO

Objetivo: PROFESSOR DE INGLÊS - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 139/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 139/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 139/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : VERA MONTEIRO

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 140/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 140/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 140/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : SANDRA IZABEL INAC IO PEDRO

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 141/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 141/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 141/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : MARIA SALETE VIEIRA DE SOUZA

Objetivo: SERVENTE - 40 HORAS

Valor: R\$ 755,97 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 142/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 142/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 142/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: DENIZE PACHECO DE ABREU

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 143/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 143/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 143/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : VALCIRIA DE MEDEIROS

Objetivo: SERVENTE - 40 HORAS

Valor: R\$ 755,97 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 144/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 144/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 144/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : ELIANE BENTO

Objetivo: MERENDEIRA - 40 HORAS

Valor: R\$ 755,97 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 145/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 145/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 145/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : ALEXANDRA JACINTO

Objetivo: SERVENTE - 40 HORAS

Valor: R\$ 755,97 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 146/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 146/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 146/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JULIANA DE ABREU

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 147/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 147/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 147/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : ELIANE PACHECO DA SILVA

Objetivo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 148/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 148/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 148/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : QUERLEN BEATRIZ CANDIDO DE OLIVEIRA

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 149/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 149/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 149/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : ANDREA DE AMORIM CARLSEN

Objetivo: MERENDEIRA - 40 HORAS

Valor: R\$ 755,97 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 150/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 150/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 150/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : VIVIAN DE ABREU

Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 151/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 151/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 151/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : DORACI MARTINS

Objetivo: SERVENTE - 40 HORAS

Valor: R\$ 755,97 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 152/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 152/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 152/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : EDSON DO NASCIMENTO

Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTO/ÔNIBUS - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.047,37 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 153/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 153/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 153/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : MARIA GORETH DE MATOS

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 154/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 154/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 154/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: CHIRLEM PACHECO CARDOSO

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 155/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 155/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 155/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : ZELINA ALEXANDRINA SOARES DE FREITAS

Objetivo: MERENDEIRA - 40 HORAS

Valor: R\$ 755,97 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 156/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 156/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 156/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : SIRLEI PEREIRA DE ABREU

Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 157/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 157/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 157/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : ANDERSON DA SILVA

Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTO/ÔNIBUS - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.047,37 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 158/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 158/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 158/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : GISELE KLAUBERG CRUZ

Objetivo: FONOAUDIOLOGO - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.682,10 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 159/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 159/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 159/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : ALEXANDRE JOSÉ PEREIRA

Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTO/ÔNIBUS - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.047,37 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 160/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 160/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 160/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado : RONDINELLI MIRANDA SANSEVERINO
Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTO/ÔNIBUS - 40 HORAS
Valor: R\$ 1.047,37 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 161/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 161/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 161/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado : SANTA LAURA MARTINS
Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS
Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 162/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 162/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 162/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado : ELIETE SERAFINI
Objetivo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 40 HORAS
Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 163/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 163/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 163/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: JOSIANE FARACO DA LUZ
Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS
Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 164/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 164/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 164/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado : ANTONIO DE ROCCHI SAMPAIO JUNIOR
Objetivo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 40 HORAS
Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 165/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 165/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 165/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado : VALDIRENE RODRIGUES ESTEVÃO SILVEIRA
Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS
Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 166/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 166/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 166/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado : MARILENE DOS SANTOS
Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS
Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 167/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 167/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 167/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado : JOSIANE TEREZINHA GONÇALVES
Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS
Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 168/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 168/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 168/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado : VANDA DE SOUZA MIRANDA
Objetivo: MERENDEIRA - 40 HORAS
Valor: R\$ 755,97 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 169/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 169/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 169/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado : MARILETE PINTO DE OLIVEIRA
Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS
Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 170/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 170/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 170/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : ANGELA MARIA ZANELATO

Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 171/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 171/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 171/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ADRIANA DOS SANTOS OLIVEIRA

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 172/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 172/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 172/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : MÔNICA CARDOSO RIBEIRO

Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 173/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 173/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 173/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : JOSEANE ARAUJO DO NASCIMENTO

Objetivo: PROFESSOR DE ARTES - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 174/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 174/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 174/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : DANIELE LINGNER OSCAR

Objetivo: MERENDEIRA - 40 HORAS

Valor: R\$ 755,97 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 175/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 175/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 175/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : KARLA GONÇALVES DE LIMA TASCA

Objetivo: MERENDEIRA - 40 HORAS

Valor: R\$ 755,97 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 176/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 176/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 176/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : FERNANDA KAROLINE VIANNA

Objetivo: PSICÓLOGO - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.682,10 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 177/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 177/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 177/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : LUCIA ECKERT MADALOSSO

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 178/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 178/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 178/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : MARIA MADALENA TEIXEIRA PUCHALSKI

Objetivo: MERENDEIRA - 40 HORAS

Valor: R\$ 755,97 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 179/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 179/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 179/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: GISELE CRISTINE FERNANDES THOMAS VOSS

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 180/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 180/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 180/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : FERNANDA ALVES CANDIDO

Objetivo: PROFESSOR DE INGLÊS - 10 HORAS

Valor: R\$ 441,31 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 181/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 181/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 181/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : FERNANDA ALVES CANDIDO

Objetivo: PROFESSOR DE PORTUGUÊS EJA - 10 HORAS

Valor: R\$ 441,31 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 182 /2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 182/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 182/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : ANDREA MARIA DO NASCIMENTO

Objetivo: PROFESSOR I - 20 HORAS

Valor: R\$ 848,68 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 183/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 183/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 183/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : ROSIMERE DA SILVA

Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 184/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 184/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 184/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : RENATA RAIMUNDO DE SOUZA SOARES

Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 185/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 185/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 185/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : TAIZE DA SILVA AGUIAR

Objetivo: NUTRICIONISTA - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.682,10 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 186/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 186/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 186/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : LILIAN BORTOLATTO NUNES MEDEIROS

Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 187/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 187/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 187/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : GISLAINE NAIR VIEIRA

Objetivo: PROFESSOR DE ARTES - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 188/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 188/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 188/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : THIAGO ANTUNES

Objetivo: PROFESSOR DE ARTES - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 189/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 189/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 189/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : DAIANE CLEIDE MARCELINO MARTINS

Objetivo: PROFESSOR DE GEOGRAFIA EJA - 10 HORAS

Valor: R\$ 441,31 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 190/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 190/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 190/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : DANIEL MARCENO RABELLO

Objetivo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 191/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 191/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 191/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : OTILIA DARCI RODRIGUES STEFEN

Objetivo: PROFESSOR I - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.697,36 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 192/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 192/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 192/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: DARLENE PIRES CUSTÓDIO

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 193/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 193/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 193/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ANELISE BELARDINELLI CANAL

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 194/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 194/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 194/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : PATRICIA TOLEDO RAMOS

Objetivo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 195/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 195/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 195/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : FERNANDA VARLENE PAMPLONA

Objetivo: SERVENTE - 40 HORAS

Valor: R\$ 755,97 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 196/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 196/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 196/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : CLARISSA RODRIGUES VERONESE

Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 197/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 197/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 197/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : DAIANE CLEIDE MARCELINO MARTINS

Objetivo: PROFESSOR DE GEOGRAFIA EJA - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 198/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 198/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 198/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : JUSSANDRA LOPES

Objetivo: PROFESSOR I - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.697,36 mensais

Vigência: a contar de 05/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 199/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 199/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 199/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : GLAUCE DE CASSIA TACQUES FOGAÇA

Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 06/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 200/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 200/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 200/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: EDINETE LEMOS

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 06/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 201/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 201/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 201/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : PRISCILA CUNHA MARIA

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 06/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 202/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 202/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 202/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : KATIA REGINA FAUSTINO

Objetivo: PROFESSOR I - 20 HORAS

Valor: R\$ 848,68 mensais

Vigência: a contar de 06/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 203/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 203/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 203/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : ROSIANA RODRIGUES CARDOSO

Objetivo: PROFESSOR I - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.697,36 mensais

Vigência: a contar de 06/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 204/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 204/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 204/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : MEIRE ELLEN ZULMIRA MARTINS

Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 06/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 205/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 205/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 205/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : SIMONE DE MORAES UNDATE

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 06/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 207/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 207/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 207/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : MERCEDES BATISTA CARDOSO

Objetivo: MERENDEIRA - 40 HORAS

Valor: R\$ 755,97 mensais

Vigência: a contar de 06/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 208/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 208/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 208/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : BATISTA SANTANA

Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTO/ÔNIBUS - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.047,37 mensais

Vigência: a contar de 06/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 209/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 209/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 209/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : LAURECI DA SILVA

Objetivo: SERVENTE - 40 HORAS

Valor: R\$ 755,97 mensais

Vigência: a contar de 06/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 210/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 210/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 210/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : ROSIANE PACHECO

Objetivo: PROFESSOR I - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.697,36 mensais

Vigência: a contar de 06/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 211/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 211/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 211/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : TATIANA INACIO MARTINS

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 06/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 212/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 212/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 212/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : PIETRA GONZALES DA SILVA

Objetivo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 30 HORAS

Valor: R\$ 1.323,93 mensais

Vigência: a contar de 07/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 213/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 213/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 213/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : CLAUDIA DE BONA

Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS

Valor: R\$ 848,68 mensais

Vigência: a contar de 07/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 214/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 155/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 155/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : ZILMA DOS SANTOS DE ABREU

Objetivo: SERVENTE - 40 HORAS

Valor: R\$ 755,97 mensais

Vigência: a contar de 07/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 215/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 215/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 215/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : ROSIMERE MARCELINO TORQUATO

Objetivo: PROFESSOR I - 20 HORAS

Valor: R\$ 848,68 mensais

Vigência: a contar de 07/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 216/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 216/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 216/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : JOÃO BATISTA DE SOUZA DIAS

Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTO/ÔNIBUS - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.047,37 mensais

Vigência: a contar de 07/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 217/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 217/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 217/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : MARIA LAURA MARTINS

Objetivo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 40 HORAS

Valor: R\$ 786,18,63 mensais

Vigência: a contar de 10/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 218/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 218/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 218/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : DEBORA PIRES CUSTODIO

Objetivo: PROFESSOR I - 20 HORAS

Valor: R\$ 848,68 mensais

Vigência: a contar de 10/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 219/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 219/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 219/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : JUCIMERE TEREZINHA LOPES

Objetivo: PROFESSOR I - 20 HORAS

Valor: R\$ 848,68 mensais

Vigência: a contar de 10/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 220/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 220/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 220/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : VANESSA OJEDA ROCHA

Objetivo: PROFESSOR I - 20 HORAS

Valor: R\$ 848,68 mensais

Vigência: a contar de 10/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 221/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 221/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 221/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : LUCILENE MACIEL ALEXANDRE

Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 10/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 222/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 222/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 222/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : LEANDRA CARINE DA COSTA

Objetivo: PROFESSOR I - 20 HORAS

Valor: R\$ 848,68 mensais

Vigência: a contar de 10/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 223/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 223/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 223/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : DAMARIS DE SOUZA MATTA

Objetivo: ENFERMEIRA - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.682,10 mensais

Vigência: a contar de 10/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 224/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 224/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 224/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : ANDIELE JACIARA BENCHE CHAVES

Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 11/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho – 225/2014

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO – 225/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 225/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado : CLAUDIA PIRES BENTO LOBO

Objetivo: PROFESSOR DE HISTÓRIA EJA - 10 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 03/02/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Gaspar

PREFEITURA

Decreto Nº. 5.858, de 28 de Fevereiro de 2014.

DECRETO Nº. 5.858, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, em substituição, os membros representantes da área governamental e não governamental, do Conselho Municipal de Educação - COMED, indicados ou eleitos pelos respectivos órgãos que representam, assim composto:

ÓRGÃO	MEMBROS
Educação Infantil	Titular: Sanira Cristina Dias Titular: Grasiela Bonetti Manerich Titular: Doraci L. Deschamps Suplente: Lucimara Furlan Suplente: Roseli Felisky
Ensino Fundamental	Titular: Rosangela Aparecida Alves Elias Titular: Silvia Regina Jacobsen Titular: Rita Inez Deschamps Suplente: Marlene Almeida Suplente: Clodoaldo de Oliveira Suplente: Claudete Lúdia Nagel de Andrade
Associação de Pais e Professores	Titular: Maria Aparecida Hostert Suplente: Quézia da Silva Machado
CMDCA	Titular: Mauro José Gubert Suplente: Marco Beduschi
FUNDEB	Titular: Kelly Cristine Silva Santos Suplente: Raquel Bernardes Correa
SINTE	Titular: Titular: Luís Otávio Rebouças Bastiani Suplente: Darcila Leonida Löch
SINTRASPUG	Titular: Edite Muller Suplente: Lúcia Bernadete Testoni

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gaspar, 28 de fevereiro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Decreto Nº 5.859, de 28 de Fevereiro de 2014.

DECRETO Nº 5.859, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014.

NOMEIA O SERVIDOR LUIS ALVARO OTIQUIR PARA O CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DA CENTRAL DE VEÍCULOS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 10 da Lei Municipal nº 1.357, de 28 de maio de 1992,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado o servidor LUIS ALVARO OTIQUIR, portador do CPF nº 486.403.289-00 e RG nº 1489454, para o cargo em comissão de Coordenador da Central de Veículos, nível CC, ref 50, a partir de 05/03/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 28 de fevereiro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE CREDENCIAMENTO

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

AVISO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2014

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2014

A CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 83.543.546/0001-16, com sede na Avenida das Comunidades, nº 133, Centro, Município de Gaspar-SC, por seu Presidente, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, notadamente nos termos do art. 25, caput, da Lei nº 8.666/1993, torna público que fará realizar, pelo período de 12 (doze) meses, o CREDENCIAMENTO de EMISSORAS DE RADIODIFUSÃO SONORA AM E FM para contratação de serviços de divulgação dos atos e ações do Legislativo, na forma e condições previstas no Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2014, Edital de Credenciamento nº 001/2014: TÍTULO: SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS E AÇÕES DO LEGISLATIVO EM EMISSORAS DE RÁDIO AM E FM. Interessada: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar. Objeto Resumido: Constitui objeto do Edital o credenciamento de emissoras de radiodifusão sonora em amplitude modulada (AM) e frequência modulada (FM), que sejam sintonizadas no território do Município de Gaspar, interessadas em prestar serviços de divulgação dos atos e ações da Câmara Municipal de Gaspar, que se darão por meio da veiculação de materiais informativos repassados aos prestadores de serviço pela própria Edilidade, via Assessoria de Imprensa da Casa de Leis, observados os valores e condições constantes do Edital e seus Anexos, notadamente em seu Anexo I – PROJETO BÁSICO e Anexo X – MINUTA DO CONTRATO. Regência: Resolução nº 16/2014, Lei federal nº 8.666/1993 e alterações, e legislação em vigor. Acesso Eletrônico ao Edital: www.camaragaspar.sc.gov.br (link: Licitações e Contratos). Prazo de Entrega da Documentação: prazo de 12 (doze) meses, com início a partir do dia 21/3/2014, no horário das 13h às 19h. Local de Recebimento da Documentação: Secretaria Administrativa da Câmara Municipal de Gaspar, situada na Avenida das Comunidades, nº 133, Bairro Centro, Gaspar-SC (imóvel conhecido por prédio do GASIC). Comissão Julgadora: Comissão de Licitação instituída e composta conforme Resolução nº 14/2014. O Edital e anexos podem ser obtidos na sede da Câmara Municipal de Gaspar ou através do site: www.camaragaspar.sc.gov.br, no link "Licitações e Contratos".

Gaspar/SC, 28 de fevereiro de 2014.
Marcelo de Souza Brick
Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

SAMAE

Portaria N. 13 de 05 de Março de 2014

PORTARIA N. 13 DE 05 DE MARÇO DE 2014
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR RICARDO ALEXANDRE DA SILVA

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 60 (sessenta) dias de Licença-Prêmio ao servidor Ricardo Alexandre da Silva, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro Civil referente ao período aquisitivo de 05/03/2008 a 04/03/2013, que será gozada a partir de 05/03/2014 a 03/05/2014, convertendo-se 01 (um) mês em pecúnia, como lhe faculta o artigo 116 da mencionada Lei Municipal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaspar (SC), 05 de março de 2014.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

Grão Pará

PREFEITURA

Decreto _ 1714-Superávit - Educação - Rec. 322

DECRETO DF N. 017, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014.
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – SUPERÁVIT FINANCEIRO, NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito em Exercício de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 1937, de 11 de dezembro de 2013,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

06.00	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
06.01	DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
2.013	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL – CRECHE		
3.3.90.00. 00. 00.			
00. 00.0322	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
4.4.90.00. 00. 00.			
00. 00.0322	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores referente ao seguinte recurso:

CODIGO	DESCRIÇÃO	VALOR	
0322	Transferência de Convênios – Educação	R\$	10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 28 de Fevereiro de 2014.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 28 de Fevereiro de 2014.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Decreto _ 1814-Superávit - Social - Excesso

DECRETO DF N. 018, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014.
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADACÃO, NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 1937, de 11 de dezembro de 2013,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

15.00	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS		
15.01	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS		
2.010	MANUTENÇÃO DO FORTALECIMENTO DE VINCULOS AO IDOSO		
3.3.90.00. 00. 00.			
00. 00.0203	Aplicações Diretas	R\$	9.000,00
4.4.90.00. 00. 00.			
00. 00.0203	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
2.031	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		
3.3.90.00. 00. 00.			
00. 00.0203	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
4.4.90.00. 00. 00.			
00. 00.0203	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
2.032	MANUTENÇÃO DO FORTALECIMENTO DE VINCULOS A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		
3.3.90.00. 00. 00.			
00. 00.0203	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
4.4.90.00. 00. 00.			
00. 00.0203	Aplicações Diretas	R\$	2.914,09

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Excesso de Arrecadação referente ao seguinte recurso:

CODIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
0203	SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculos	R\$ 37.914,09

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 28 de Fevereiro de 2014.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 28 de Fevereiro de 2014.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Guaramirim

PREFEITURA

Extrato da Ata de Registro de Preços 003/20014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 003/2014
PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2014

Objeto: Aquisição de divisórias e forros, portas, estrutura metálica galvanizada e luminárias.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 004/2014.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim (SC).

Fornecedor: CUBICA CISTRUÇÕES LTDA-EPP, localizada na rua Rodolpho Carlos Eminilo Lange, n.º 75, João Pessoa, Jaraguá do Sul (SC) inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.637.801/0001-01.

Vencedor do lote 01.

Valor Total: R\$ 90.460,00 (noventa mil quatrocentos e sessenta).

Vigência: Início: 10/02/2014 Término: 09/02/2015.

Guaramirim (SC), 10 de fevereiro de 2014.

LAURO FRÖHLICH
Prefeito Municipal

Extrato 3 Termo Aditivo Ct 72/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 072/2011-PMG

Processo de Licitação: 92/2011 - PMG

Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto da Licitação: Locação de imóvel para instalação do SINE, localizado na rua Irineu Vilela Veiga, n.º 135, sala 05, centro,

Guaramirim – SC.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratada: Imobiliária Beta Ltda, com endereço na Rua João Januário Ayroso, n. 531 sala 02, Jaragua Esquerdo, Jaraguá do Sul – SC, inscrito no CNPJ sob n.º 03.884.753/0001-03.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

a) Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência do contrato até 19/12/2014.

b) O valor total deste termo aditivo para cobrir as despesas relativas à prorrogação do contrato, pelo período de 12 (doze) meses, é R\$ 5.731,92 (cinco mil setecentos e trinta e um reais e noventa e dois centavos).

Data da Assinatura: 20/12/2013 Vigência 19/12/2014.

GUARAMIRIM (SC), 20/12/2013

LAURO FRÖHLICH
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N.º. 01/2014 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO 01/2014 - PMG

Processo de Licitação: 05/2014 – PMG.

Modalidade: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratada: POSTMIX SOLUCOES GRAFICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 02.089.950/0001.60, estabelecida na Rua João Pio Duarte Silva, nº. 42, sala 01, bairro Córrego Grande, município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Valor do Contrato: de R\$17.717,00 (dezessete mil setecentos e dezessete reais).

Data da Assinatura: 21/02/2014 Vigência: 31/12/2014.

GUARAMIRIM (SC), 21/02/2014.

LAURO FRÖHLICH
Prefeito Municipal

Convenio N. 10/2014

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DE CONVÊNIOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM-SC.
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 10/2014 PARTÍCIPES: O Município de Guaramirim, por meio do Fundo Municipal da Saúde, com interveniência da Prefeitura Municipal de Guaramirim e a Fundação Hospitalar Alex Krieses. OBJETO: O objeto do presente convênio a internação do Senhor JOSE ACIONE LINO é totalmente dependente após ser acometido por AVC.

VALOR DO CONVÊNIO: Parcelas no de R\$ 2.172,00(Dois mil e cento e setenta e dois reais), sendo pagos todo dia 08 de cada mês.

. VIGÊNCIA: A partir da publicação deste extrato no Diário Oficial dos Municípios até 31.12.2014 DATA: Guaramirim 03 de março de 2014. SIGNATÁRIOS: Sr. Antonio Alexandre de Azevedo, pelo Fundo Municipal Saúde, Sr. Lauro Frohlich Prefeito Municipal, pelo Sr. Ednei Sasse Presidente da Fundação Hospitalar Alex Krieses.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Convocação Marioni Fátima Machado

Convocação

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a Senhora MARIONI FÁTIMA MACHADO, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 036.757.709-74, aprovada em 6º lugar no concurso público de provas e de títulos de que trata o Edital nº 001/2012, homologado pelo Decreto Municipal 3.039/2012 para o Cargo de Pedagogo, 40 horas semanais.

Art. 2º O convocado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval D'Oeste para apresentar Documentos, Exames e Laudo Médico Admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á à medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria Municipal de Assistência Social de Herval d'Oeste.

§ 1º - O não atendimento a esta a convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste em 28 de Fevereiro de 2014.

Ricardo José Nodari
Prefeito em Exercício

Ciente em ____ / ____ / ____

MARIONI FÁTIMA MACHADO

Ibiam

PREFEITURA

Decreto Nº 2610/2014

DECRETO Nº 2610, DE 05 DE MARÇO DE 2014.
HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS APTOS A PRESTAREM AS PROVAS DO PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 001, DE 29 DE JANEIRO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica e, considerando que os candidatos inscritos preencheram os requisitos estabelecidos no Edital,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições do Processo Seletivo, para admissão de pessoal em caráter temporário – Cadastro de reserva, sob regime administrativo especial no âmbito do Magistério Público Municipal/2014, conforme EDITAL nº 001, de 29 de

janeiro de 2014, para os seguintes cargos:

Professor II - Área de atuação: Educação Infantil - habilitado (Ensino Superior)

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
01	Silmara Tesck de Oliveira
02	Juçara Recalcatti da Silva
05	Mariza Dalazen Laidnes
09	Luciana Fátima dos Santos
016	Lorizete T. L. Gonzatto

Professor I - Área de atuação: Educação Infantil - não habilitado (cur-sando Ensino Superior)

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
03	Andréia P. Odorizzi
06	Elíbida Pôcera Gazaniga
08	Eleana Dal Cortivo Freitas Felicetti
10	Marli Fátima Micheluzzi da Silva Mattos
11	Gabriela Padilha Campanharo
13	Mirian Tonetta
19	Delézia Orzzatto Micheluzzi
24	Andréa Schmidt Cardozo da Silva

Professor II - Área de Atuação: 1ª a 4ª Série do Ensino Fundamental – habilitado (Ensino Superior)

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
07	Andréia Teresinha Ferrari Lamperti
12	Simone Slongo de Oliveira
14	Elisiane Osório Fagundes
15	Erica Thomé Laidnes
18	Cácia Ap. Gonzatto Araldi
22	Magda R. Polo Titon
23	Suelen Garay Figueiredo Jordão

Professor I - Área de Atuação: 1ª a 4ª Série do Ensino Fundamental – habilitado (Magistério)

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
20	Sandra Luiza Carlesso
21	Silvana de Souza

Professor I - Área de Atuação: 1ª a 4ª Série do Ensino Fundamental – não habilitado (cursando Ensino Superior)

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
17	Simara Ap. Trevisol Slongo

Art. 2º. Os candidatos ficam convocados a realizar a prova escrita que se realizará no dia 07 de março de 2014, conforme item 4.2 do Edital nº 001/2014.

Art. 3º. Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE MARÇO DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA

Decreto Nº 2607/2014

DECRETO Nº 2607, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

"NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE."

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, inc. VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o que estabelece o art. 12, da Lei Municipal n.º 482, de 27 de outubro de 2011 e,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeadas as seguintes pessoas para integrarem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, representando:

I - Representantes Governamentais:

Assistente Social:

Giseli Seffer Alves de Anhaia - Titular

Lucimar Centofante Romanatto - Suplente

Secretaria da Saúde:

Sandra Splendor Rodrigues – Titular

Célia Aparecida da Silva Ramos – Suplente

Secretaria de Educação:

Luciana Macedo Trevisol Balem - Titular

Lucila Dalmolin Ciarnoschi - Suplente

Secretaria de Administração e da Fazenda:

Carmelita Chiesa Tragancin - Titular

Laércio Antonio Gasaniga - Suplente

II - Representantes Não Governamentais:

APP do Centro Educacional Elisiane Titon:

Catarina Maria Dalabrida Borsoi – Titular

Mônica Tragancin Holleweger - Suplente

Fátima Fontana Gonzatto – Titular

Rodrigo Perosa - Suplente

APP da Escola de Educação Básica Heriberto Hulse:

Marcelo L. Rinaldi – Titular

Elaine Zanin – Suplente

Gelson Piovesan – Titular

Wilmar Filipe – Suplente

Art. 2.º - O mandato dos Conselheiros será por um período de dois anos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº 2250, de 24 de novembro de 2011.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA

SECRETARIO DA ADMINISTRAÇÃO E DA FAZENDA

Imbituba**PREFEITURA****Extrato: PMI SEDUCE 2011/158 A04 Errata**
ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 2011/158 A04

Contratada: ANA MARIA DE ABREU DOS SANTOS

C.P.F: 678.857.489-87

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 31/12/2014.

Valor: 24.549,24

Fundamento: Processo nº. 130/2011 Dispensa nº35/2011

Imbituba, 31 de dezembro de 2013

ONDE SE LÊ:

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 31/12/2014.

Valor R\$ 24.549,24

DEVE-SE LER:

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 30/06/2014.

Valor R\$ 12.274,62

Decreto PMI Nº 038.2014

DECRETO PMI Nº 038, de 24 de fevereiro de 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), para novo item orçamentário, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO – SETUR

Calendário Anual de Eventos

23.695.0008-2.024

3.3.50.00.00.00.00.00.0172 (0181) Aplicações Diretas

130.000,00

Total 130.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro de Recursos Próprios apurados em exercícios anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de fevereiro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Leandro de Souza Ribeiro
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Extrato: PMI Sdr Sul 2013/131 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SDR SUL 2013/131 A01

Contratada: ITAPIRUBA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

C.N.P.J:08.397.388/0001-18

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 31/12/2014.

Fundamento: Processo nº. 118/2013 Pregão nº78/2013

Imbituba, 31 de dezembro de 2013.

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Desenvolvimento Regional Sul
ContratanteItapiruba Comercio de Materiais de Construção Ltda
Representante Legal
Contratada**Iomerê****PREFEITURA****Editais de Pregão Presencial 0017/2014**

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Editais de Pregão Presencial 0017/2014

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 0017/2014 para aquisições futuras de madeiras. A abertura das propostas se dará no dia 18/03/2014 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 28 de fevereiro de 2014

Luciano Paganini
Prefeito Municipal**Ipumirim****PREFEITURA****Processo de Licitação Nº 12, Dispensa de Licitação Nº 5/2014/PM**

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 12/2014

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II,

cujo objeto é: Fornecimento de Sistema, para implantação do Programa de Gestão Tributária, para utilização no Setor de arrecadação do Município, disponibilizado pelo Consórcio Público. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-1111, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 28/02/2014

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

Editais de Chamamento Público Para Credenciamento de Grupos Formais e Informais de Agricultores Familiares 02/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM-SC

MODALIDADE: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES 02/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPUMIRIM, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que está aberto a partir do dia 10 de março de 2014 até 31 de dezembro de 2014, o cadastramento de grupos formais e informais de agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar objetivando a composição da merenda escolar destinada aos alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos. Cópia do edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos junto a Secretaria de Agricultura, no horário de expediente, pelo telefone (0XX49) 3438-1111 ou pelo e-mail compras@ipumirim.sc.gov.br.

IPUMIRIM, em 03 de março de 2014

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº.129/2014 de 03 de Março de 2014.

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR DE EDUCAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 112 e seu § 2º da Lei Complementar nº 018/2005 de 23 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a reorganização e modernização da Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Ipumirim, do quadro de pessoal e dá outras providências,

NOMEIA

JOAO BATISTA REUS DE MELLO, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade sob o nº.843.931 e CPF sob o nº. 542.493.419-68, para o exercício do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE EDUCAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES – DIRE – CC-030, constante do Anexo I -C, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, da Lei Complementar nº 18/2005, que dispõe sobre a reorganização e modernização da Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Ipumirim, do Quadro de Pessoal e dá outras providências.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 03 de Março de 2014.

Ipumirim - SC, 03 de Março de 2014.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 130/2014 de 03 de Março de 2014.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE PARA ATENDER A NECESSIADADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando também a homologação do resultado do Processo Seletivo 003/2013.

CONTRATA

MORGANA CASON WEIMER, sob a Matrícula 2250-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim - SC, Carteira de Identidade nº. 3931232 e do CPF 071.529.949-27, para ocupar o cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial Nível 20, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 03/03/2014 a 30/12/2014.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 03/03/2014.

Ipumirim - SC, 03 de março de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Decreto Nº.2040/2014

Valdir Zanella, Prefeito de Ipumirim-SC, no uso de suas atribuições abre vagas para contratação temporária de professores na rede municipal de ensino.

DECRETA

Art. 1º - Ficam abertas as seguintes vagas para contratação temporária de professores na rede municipal de ensino.

I – Núcleo Educacional Municipal Professor Claudino Locatelli

VAGA	CARGA HORÁRIA	TURNO	VAGAS/AULAS
Turmas com alunos de inclusão (2º professor)	80 horas	Matutino	4 vagas de 20 horas cada vaga
Turmas com alunos de inclusão (2º professor)	60 horas	Vespertino	3 vagas de 20 horas cada vaga

Art. 2º A escolha de vagas para contratação de professores em caráter temporário, para atuação no magistério público municipal ocorrerá no dia 07 de março de 2014 às 8h30min. na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sito a rua Bento Gonçalves nº 220 Ipumirim-SC.

Art.3º As vagas acima descritas são para o período letivo de 2014.

Havendo remanejamento de professores efetivos, redução do número de alunos e turmas, retorno de profissionais cedidos para outras funções e/ou em cargos comissionados e chamada de concurso público, os candidatos que assumirem essas vagas serão dispensados das suas funções sem ônus ou prejuízos para Secretaria Municipal de Educação e para a Prefeitura de Ipumirim-SC.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, o presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim, 03 de março de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito

Extrato de Contrato Nº 08/2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 08/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2011, Processo de Licitação nº 84/2011, homologado em 12 de janeiro de 2012.

Objeto: SETIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO nº 11/2012 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2014, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA TRANSPORTES ALESSI LTDA.

Valor: R\$ 262,88 (Duzentos e Sessenta e Dois Reais e Oitenta e Oito Centavos)

Assinatura: 27/02/2014 Vigência: 31/12/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: TRANSPORTES ALESSI LTDA, situada na RUA SETE DE SETEMBRO, S/N, Bairro CENTRO, cidade de LINDOIA DO SUL-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.297.012/0001-21.

Extrato de Contrato Nº 09/2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 09/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2011, Processo de Licitação nº 78/2011, homologado em 02 de janeiro de 2012.

Objeto: QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 05/2012 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2014, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA MARCOS MAURICIO HELBING ME.

Valor: R\$ 102,99 (Cento e Dois Reais e Noventa e Nove Centavos)

Assinatura: 27/02/2014 Vigência: 31/12/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: MARCOS MAURICIO HELBING ME, situada na RUA BENTO GONÇALVES, 20, Bairro CENTRO, cidade de Ipumirim-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.168.725/0001-03.

Extrato de Contrato Nº 10/2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 10/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2014, Processo de Licitação nº 6/2014, homologado em 24 de fevereiro de 2014.

Objeto: aquisição e instalação de um tanque de combustível cilíndrico e aéreo, com capacidade de 15.000 (quinze mil) litros, a ser utilizado para armazenamento e abastecimento da frota de veículos da Administração Pública.

Valor: R\$ 12.000,00 (Doze Mil Reais)

Assinatura: 27/02/2014 Vigência: 27/03/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: SAFRA DIESEL LTDA - MATRIZ, situada na RODOVIA ACESSO A SC 480 Nº 941E, Bairro QUEDAS DO PALMITAL, cidade de CHAPECO-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.578.202/0001-87.

Extrato de Contrato Nº 11/2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 11/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2014, Processo de Licitação nº 12/2014, homologado em 28 de fevereiro de 2014.

Objeto: Fornecimento de Sistema, para implantação do Programa de Gestão Tributária, para utilização no Setor de arrecadação do Município, disponibilizado pelo Consórcio Público.

Valor: R\$ 775,00 (Setecentos e Setenta e Cinco Reais)

Assinatura: 03/03/2014 Vigência: 31/12/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: CIGA-Consórcio de Inform na Gestão Pública Municipal, situada na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Bairro ESTREITO, cidade de Florianópolis-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.427.503/0001-12.

Extrato de Contrato Nº 12/2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 12/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2013, Processo de Licitação nº 7/2013, homologado em 08 de março de 2013.

Objeto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 6/2013, PARA O ANO LETIVO DE 2014, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA, E A EMPRESA R E T TRANSPORTES LTDA- ME.

Valor: R\$ 313,24 (Trezentos e Treze Reais e Vinte e Quatro Centavos)

Assinatura: 28/02/2014 Vigência: 31/12/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: R E T TRANSPORTES LTDA- ME, situada na RUA DIAS VELHO, Nº 102, Bairro CENTRO, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.426.412/0001-13.

Extrato de Contrato Nº 13/2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 13/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2014, Processo de Licitação nº 3/2014, homologado em 03 de março de 2014.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços em regime de empreitada global (material mão de obra), para edificação de passarela de ligação da Prefeitura Municipal ao Centro Cultural Félix Bonissoni, com a finalidade de promover a acessibilidade de cadeirantes, bem como pintura externa do prédio que abriga a Prefeitura, no Município de Ipumirim SC, conforme Projeto, Memorial Descritivo e Planilha Orçamentária anexo ao Edital.

Valor: R\$ 41.904,09 (Quarenta e Um Mil Novecentos e Quatro Reais e Nove Centavos)

Assinatura: 05/03/2014 Vigência: 05/06/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: LORENZATTO E PELLIZARI PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, situada na RUA ASSIS BRASIL Nº 112, Bairro CENTRO, cidade de Lindóia do Sul-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.403.521/0001-55.

Edital Nº.013/2014

Publica a homologação das inscrições, do Processo Seletivo Destinado a Prover Vaga em Caráter Temporário, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação para o ano de 2014.

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, Senhor Valdir Zanella, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, a homologação das inscrições dos candidatos do processo seletivo destinado a prover vaga em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

I - INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

Cargo: Fisioterapeuta/ Área/Modalidade: Hidrocinesioterapia		
Nº de Ordem	Identificação do (a) candidato (a)	Nº Insc.
01	Marcos Andre Fontana Vassela	01
02	Cintia Paes Vieira	02

Ipumirim-SC, 05 de março de 2014.

Valdir Zanella
Prefeito

Portaria Nº. 131/2014 de 03 de Março de 2014.

ALTERA MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA – IPUMIRIM – SC.

VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim – SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1.123/2001, de 28 de Fevereiro de 2001.

A L T E R A

Art. 1º - Art. 1º - Fica Alterado o seguinte representante:

Representante Ipumirinese de Auxilio Fraternal - SIAF:
Marlei Frigeri Carpinelli no lugar de Ronize Barpi;

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 03 de Março de 2014.

Ipumirim - SC, 03 de Março de 2014.

VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 132/2014 de 05 de Março de 2014.

EXONERA SERVIDOR NOMEADO EM CARGO COMISSONADO DE DIRETOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ADENIR ANTONIO FALABRETTI, Matrícula 2083-4, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 1.143.414 e do CPF 437.554.109-15, com nomeação para o cargo de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, constante no , nível salarial CC - 030, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 076/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 05 de março de 2014.

Ipumirim - SC, 05 de março de 2014.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 133/2014 de 05 de Março de 2014.

NOMEIA NO CARGO COMISSONADO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 112 da Lei Complementar nº 018/2005 de 23 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a reorganização e modernização da Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Ipumirim, do quadro de pessoal e dá outras providências,

CONTRATA

IVO SERAFIN, sob a Matrícula 2251-9, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº.1.143.529-0 e do CPF sob o nº. 430.292.649-04, nomeado no cargo comissionado de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES – DIRE – NÍVEL – 030, constante do Anexo I-D Secretaria Municipal De Transportes da Lei Complementar 018/2005, com vencimentos previstos no Anexo II, Nível CC-030, da Lei supra mencionada.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 05.03.2014.

Ipumirim - SC, 05 de Março de 2014.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 134/2014 de 05 de Março de 2014.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO MEMBRO DO MAGISTERIO PUBLICO MUNICIPAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Processo Seletivo 002/2013.

CONTRATA

ROSIMAR FERRAZZO, sob a Matrícula 2252-7, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4163164 e do CPF 026.647.569-82, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, para o período de 05/03/2014 a 12/12/2014.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 05/03/2014.

Ipumirim - SC, 05 de março de 2014.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 135/2014 de 05 de Março de 2014.

ALTERA CARGA HORARIA DA PORTARIA 100/2014 QUE CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO MEMBRO DO MAGISTERIO PUBLICO MUNICIPAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL

INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei.

A L T E R A

Fica Alterada a carga horária da portaria 100/2014 que contrata ANGELA MARIA DEMARCO FIORENTIN, sob a Matrícula 2233-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.757.438-0 e do CPF 707.652.609-30, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, passando de 20 horas semanais para 30 horas semanais lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, para o período de 05/03/2014 a 12/12/2014 ate a admissão por concurso publico, processo seletivo 002/2014.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 05/03/2014.

Ipumirim - SC, 05 de Março de 2014.

Valdir Zanella
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 136/2014 de 05 de Março de 2014.

EXONERA SERVIDORA NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE A PEDIDO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

RAQUEL EVANGELISTA, Matrícula 2211-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.815.128-6 e do CPF 031.712.969-42, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial Nível 20, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 041/2014, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 05 de março de 2014.

Ipumirim - SC, 05 de março de 2014.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº.137/2014 de 05 de Março de 2.014.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 84 da Lei 001/2002 do estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras Providências.

R E S O L V E.

Art. 1º - Conceder à HEDIO MEINE, ocupante do cargo de Motorista, admitido por concurso público pela portaria 1295/1995, gratificação de função de 100% (cem por cento) sobre o piso salarial do município. Situação esta que encontra amparo na legislação pertinente, tornando legítima a pretensão.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrario a presente portaria produzira efeitos retroativos a partir de 05 de Março de 2014.

Ipumirim - SC, 05 de Março de 2.014.

VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal

Retificação da Minuta do PL 11, PP 5/2014/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 11/2014

VALDIR ZANELLA – PREFEITURA MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados a retificação efetuada no edital sobredito, considerando a necessidade de adequação no objeto do Edital, que passará a ter a seguinte redação: A presente licitação tem por objeto: contratação de Monitora para prestação de serviço curso Pintura em tecido, pintura em madeira, pintura em emborrachado, pintura em tela, enfeites diversos (natalinos) Biscuit, teatro, bordado, artes visuais e atividades socioeducativas, para Famílias beneficiadas do programa Bolsa Família, crianças/adolescentes, do programa socioeducativo e atividades de artesanato com crianças do projeto Bom na Escola Bom de Bola, para o ano de 2014, conforme especificações anexo ao edital. Em função da alteração afetar a formulação das propostas, protelar para 20 de março de 2014 a entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e proposta do certame sobredito, mantendo o mesmo horário e local. O local e horário para retirada do Edital e para esclarecimentos e informações aos interessados, poderá ser obtido junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-1111, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico a ser enviado por fax através do número sobredito ou e-mail compras@ipumirim.sc.gov.br.

Ipumirim - SC, 05/03/2014

VALDIR ZANELLA
PREFEITURA MUNICIPAL

Retificação do Edital de Pregão Presencial Nº 5, Processo de Licitação 11/2014/PM

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO 11/2014

1– Considerando a necessidade de adequação no objeto do Edital, onde será acrescido a seguinte atividade “atividades de artesanato com crianças do projeto Bom na Escola Bom de Bola, para o ano de 2014”, portanto o item 1.4 do edital passará a ter a seguinte redação: contratação de Monitora para prestação de serviço curso Pintura em tecido, pintura em madeira, pintura em emborrachado, pintura em tela, enfeites diversos (natalinos) Biscuit, teatro, bordado, artes visuais e atividades socioeducativas, para Famílias beneficiadas do programa Bolsa Família, crianças/adolescentes, do programa socioeducativo e atividades de artesanato com crianças do projeto Bom na Escola Bom de Bola, para o ano de 2014, conforme especificações anexo ao edital.

2– Ainda, em razão da alteração do objeto editalício, com o consequente acréscimo de atividades a serem realizadas, o numero de horas atividades constante no anexo I do edital, passa a ser de: 216(duzentas e dezesseis horas), sendo que o valor máximo total do item passa a ser de, R\$ 35.712,00(trinta e cinco mil e setecentos e doze reais), passando o quadro do referido anexo I a ser grafado da seguinte forma:

Item	Código do Material	UND	Qtde	Valor Máximo Total do Item
1	10116724)	H	1.116,00	R\$ 35.712,00
Descrição/Características técnicas: contratação de Monitora para prestação de serviço curso Pintura em tecido, pintura em madeira, pintura em emborrachado, pintura em tela, enfeites diversos (natalinos) Biscuit, teatro, bordado, artes visuais e atividades socioeducativas, para Famílias beneficiadas do programa Bolsa Família, crianças/adolescentes, do programa socioeducativo e atividades de artesanato com crianças do projeto Bom na Escola Bom de Bola, para o ano de 2014, conforme especificações anexo ao edital.				

Valor Total Previsto	R\$ 35.712,00
----------------------	---------------

3 –Por fim, dado ao acréscimo de horas e consequente alteração de valor, fica incluído no item 9.2 do edital, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão:	6-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE		
Unidade:	02-Departamento Municipal de Cultura		
Proj/Ativ:	2.043 – Gestão das Políticas e Ações da Cultura		
Dotação	Valor Previsto	Saldo da Dotação	
63- 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.00.0	R\$ 6.912,00	R\$ 84.296,86	

4 – Em função da alteração que afetará a elaboração das propostas, fica protelada a entrega e abertura dos envelopes, fixando-se a data de 20 de março de 2014, mantendo-se o mesmo horário para apresentação dos envelopes.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Ipumirim, SC, 05 de março de 2014
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Ata de Recebimento e Abertura de Documentação do PL 3, TP 1-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	TOMADA DE PREÇO Nr.: 1/2014 - TP
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 3/2014 Data do Processo: 17/01/2014
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa para prestação de serviços em regime de empreitada global (material + mão de obra), para execução de passarela de ligação da Prefeitura Municipal ao Centro Cultural Félix Bonissoni, com a finalidade de promover a acessibilidade de cadeirantes, bem como pintura externa do prédio que abriga a Prefeitura, no Município de Ipumirim SC, conforme Projeto, Memorial Descritivo e Planilha Orçamentária anexo ao Edital.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 1/2014 (Sequência: 1)

Ao(s) 12 de Fevereiro de 2014, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 010/2014, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 3/2014, Licitação nº. 1/2014 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

014

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- No dia e hora previsto, a Comissão de Licitação Permanente, nomeada através da Portaria nº 10/2014, reuniu-se para abertura do presente certame licitatório. Apresentaram-se para participar desse embate licitatório a empresa: LORENZATTO E PELIZZARI PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME neste ato representada pelo Sócio e proprietário o Sr, DENILSON LORENZATTO, portador do CPF Nº 037.170.289-52. Abertos os trabalhos, a presidente cumprimenta a todos os presentes e dá início ao certame licitatório. Ato continuo o Presidente apresenta os envelopes da documentação e da proposta, devidamente lacrados, que foram rubricados por todos os presentes. Dando continuidade ao embate licitatório foram abertos os envelopes da documentação, os quais foram abertos e conferidos pela Comissão e os representantes presentes. Após a análise criteriosa da documentação, constatou-se que a empresa acima citada apresentou a documentação conforme os requisitos mínimos fixados no presente Edital, estando, portanto habilitadas para prosseguir nas fases subsequentes do presente embate licitatório. Porém na forma da lei 8.666 artigo 109 abre-se o prazo de 5 (cinco) uteis para interposição de recursos.. Nada mais havendo a declarar encerra-se a presente ata que será assinada por todos os membros da comissão e representantes das empresas presente.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Ipumirim, 12 de Fevereiro de 2014

COMISSÃO:

LAUDECIRO FRANCO	- - Presidente da Comissão de Licitação
JUCILENE GOLDONI CALIARI	- - MEMBRO
ROSELI SALETE ZANATTA	- - MEMBRO
CLAUDIOMIR ANTONIO ACADROLI	- - MEMBRO

Ata de Julgamento de Proposta do PL 3, TP 1-2014

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</p> <p>CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</p>	<p>TOMADA DE PREÇO Nr.: 1/2014 - TP</p>
	<p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 3/2014 Data do Processo: 17/01/2014</p>
	<p>Folha: 1/1</p>

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa para prestação de serviços em regime de empreitada global (material + mão de obra), para execução de passarela de ligação da Prefeitura Municipal ao Centro Cultural Félix Bonissoni, com a finalidade de promover a acessibilidade de cadeirantes, bem como pintura externa do prédio que abriga a Prefeitura, no Município de Ipumirim SC, conforme Projeto, Memorial Descritivo e Planilha Orçamentária anexo ao Edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 2/2014 (Sequência: 2)

Ao(s) 21 de Fevereiro de 2014, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 010/2014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 3/2014, Licitação nº 1/2014 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Dando prosseguimento ao presente embate licitatório, a Comissão de Licitação da início a abertura dos envelopes das Propostas Comerciais, onde as mesmas foram rubricadas e conferidas pela Comissão de Licitação e o representante da empresa presente. Após análise criteriosa da proposta constatou-se que todas as empresas estavam em conformidade com o presente Edital. Conforme proposta apresentada Declara-se vencedora a empresa LORENZATTO E PELIZZARI PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME, com o valor de R\$ 41.904,09 (quarenta e um mil, novecentos e quatro reais e nove centavos), os preços de todos os licitantes encontram-se descritos no quadro comparativo de preços, anexo ao processo licitatório. Nada mais havendo a declarar encerra-se a presente ata que será assinada por todos os membros da comissão e representantes das empresas presentes.

Participante: 9609 - LORENZATTO E PELLIZARI PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Execução de passarela de ligação da Prefeitura Municipal ao Centro Cultural Félix Bonissoni, bem como pintura externa do prédio que abriga a Prefeitura, no Município de Ipumirim SC.	UN	1,00		0,0000	41.904,09	41.904,09

Total do Participante -----> 41.904,09

Total Geral -----> 41.904,09

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Ipumirim, 21 de Fevereiro de 2014

COMISSÃO:

LAUDECIRO FRANCIO - - Presidente da Comissão de Licitação

JUCILENE GOLDONI CALIARI - - MEMBRO

ROSELI SALETE ZANATTA - - MEMBRO

CLAUDIOMIR ANTONIO ACADROLI - - MEMBRO

Termo de Homologação do PL 3, TP 1-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 1/2014 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 3/2014 Data do Processo: 17/01/2014
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 3/2014
b) Licitação Nr.: 1/2014-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 03/03/2014
e) Objeto da Licitação Contratação de empresa para prestação de serviços em regime de empreitada global (material + mão de obra), para execução de passarela de ligação da Prefeitura Municipal ao Centro Cultural Félix Bonissoni, com a finalidade de promover a acessibilidade de cadeirantes, bem como pintura externa do prédio que abriga a Prefeitura, no Município de Ipumirim SC, conforme Projeto, Memorial Descritivo e Planilha Orçamentária anexo ao Edital.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

LORENZATTO E PELLIZARI PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA (9609)

1	Execução de passarela de ligação da Prefeitura Municipal ao Centro Cultural Félix Bonissoni, bem como pintura externa do prédio que abriga a Prefeitura, no Município de Ipumirim SC.	UN	1,00	0,0000	41.904,09	41.904,09
---	---	----	------	--------	-----------	-----------

Total do Fornecedor: 41.904,09

Total Geral: 41.904,09

Ipumirim, 3 de Março de 2014.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Itaiópolis

PREFEITURA

Extrato de Edital

Processo Licitatório nº 15/2014 - Pregão Presencial nº 12/2014 – Objeto: contratação de empresas para prestação de serviços de retífica de motores dos veículos: Strada e Uno; reforma da câmbia e chassi do caminhão MB 1313. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 19 de março de 2014, até as 09hs20min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 19 de março de 2014, as 09hs30min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioptolis.sc.gov.br.

Itaiópolis, 27 de fevereiro de 2014.
GERVÁSIO UHLMANN
Prefeito Municipal

Extrato de Revogação

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITAIÓPOLIS - Processo Licitatório nº 2/2014 - Pregão Presencial nº 2/2014 – Objeto: contratação de empresa (Posto de Combustível) para fornecimento de Gasolina Comum para os veículos do Programa Bolsa família, CRAS e Conselho Tutelar. O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais, revoga este Processo Licitatório. A íntegra do Termo de Revogação está publicado no Site www.itaioptolis.sc.gov.br.

Itaiópolis, 05 de março de 2014.
GERVÁSIO UHLMANN
Prefeito Municipal

Extrato de Revogação

Processo Licitatório nº 11/2014 - Pregão Presencial nº 9/2014 – Objeto: contratação de empresa (Posto de Combustível) para fornecimento de Gasolina Comum e Etanol (Álcool) para frota municipal e equipamentos (roçadeiras, motosserras e máquinas de cortar grama). O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais, revoga este Processo Licitatório. A íntegra do Termo de Revogação está publicado no Site www.itaioptolis.sc.gov.br.

Itaiópolis, 05 de março de 2014.
GERVÁSIO UHLMANN
Prefeito Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

Extratos das Atas de Registro de Preços - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
ATAS REGISTRO DE PREÇOS – PREFEITURA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2014.
PARTES: Município de Itapiranga e Jackson Neimar Pedrassani - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 024/2014.

OBJETO: Aquisição de móveis sob medida e outros materiais, destinados para a sala da Defesa Civil e Corpo de Bombeiros do Município.

VALOR: R\$ 3.972,00

VIGÊNCIA: 24 de fevereiro de 2015.

Itapiranga – SC., 24 de fevereiro de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e Ivair Roque Aduati - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 024/2014.

OBJETO: Aquisição de móveis sob medida e outros materiais, destinados para a sala da Defesa Civil e Corpo de Bombeiros do Município.

VALOR: R\$ 11.410,00

VIGÊNCIA: 24 de fevereiro de 2015.

Itapiranga – SC., 24 de fevereiro de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e Associação Liga Esportiva Oes-tina.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 026/2014.

OBJETO: Contratação de serviços de arbitragem para jogos de competições promovidas pelo município, conforme autoriza a lei municipal nº 2.497/2008.

VALOR: R\$ 68.750,00

VIGÊNCIA: 25 de fevereiro de 2015.

Itapiranga – SC., 25 de fevereiro de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e Heck Tornearia Mecânica Ltda - ME

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 025/2014.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de solda, preenchimento, recuperação de peças de máquinas pesadas e caminhões da municipalidade.

VALOR: R\$ 179.940,00

VIGÊNCIA: 26 de fevereiro de 2015.

Itapiranga – SC., 26 de fevereiro de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal.

Extratos das Atas de Registro de Preços - Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
ATAS REGISTRO DE PREÇOS – SAÚDE

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e Industria e Comércio de Con-fecções Schoeler Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 03/2014.

OBJETO: Aquisição de materiais para ações de Vigilância em Saú-de Epidemiológica, para atividades em grupos com ênfase na

prevenção de doenças contagiosas e infecciosas.
VALOR: R\$ 11.375,00
VIGÊNCIA: 24 de fevereiro de 2015.

Itapiranga – SC., 24 de fevereiro de 2014.
Luis Carlos Steffenon
Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2014.
PARTES: Município de Itapiranga e Gráfica Stein Ltda – ME.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 03/2014.

OBJETO: Aquisição de materiais para ações de Vigilância em Saúde Epidemiológica, para atividades em grupos com ênfase na prevenção de doenças contagiosas e infecciosas.
VALOR: R\$ 3.400,00
VIGÊNCIA: 24 de fevereiro de 2015.

Itapiranga – SC., 24 de fevereiro de 2014.
Luis Carlos Steffenon
Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2014.
PARTES: Município de Itapiranga e Zoz Soethe Industria e Comércio Ltda - ME
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 03/2014.

OBJETO: Aquisição de materiais para ações de Vigilância em Saúde Epidemiológica, para atividades em grupos com ênfase na prevenção de doenças contagiosas e infecciosas.
VALOR: R\$ 28.500,00
VIGÊNCIA: 24 de fevereiro de 2015.

Itapiranga – SC., 24 de fevereiro de 2014.
Luis Carlos Steffenon
Administrador do FMS

Extratos de Contratos - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - EXTRATOS CONTRATOS – PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 046/2014
PARTES: Município de Itapiranga e Maxcopy Equipamentos e Suprimentos Ltda.
ORIGEM: Pregão Presencial nº 27/2012

OBJETO: Locação de equipamentos fotocopiadoras, destinados para atender as necessidades administrativas.
VALOR: R\$ 9.000,00
VIGÊNCIA: 26 de fevereiro de 2015.

Itapiranga – SC., 26 de fevereiro de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 047/2014
PARTES: Município de Itapiranga e Indumar – Ind. Com. de Equip. Ind. e Agric. Ltda.
ORIGEM: Pregão Presencial nº 30/2012

OBJETO: Aquisição de peças e serviços para conserto e manutenção da Escavadeira Hidráulica PC160 da Sec. Munic. dos Transportes
VALOR: R\$ 5.400,00
VIGÊNCIA: 26 de fevereiro de 2015.

Itapiranga – SC., 26 de fevereiro de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Extratos de Contratos - Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATOS CONTRATOS - SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2014
PARTES: Município de Itapiranga e Odontologia Muller S/S Ltda.
ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº 04/2014

OBJETO: Contratação de serviços odontológicos para confecção de próteses dentárias a pessoas necessitadas, conforme edital de Credenciamento 54/2013
VALOR: R\$ 264.000,00
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2014.

Itapiranga – SC., 05 de fevereiro de 2014.
Luis Carlos Steffenon
Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 007/2014
PARTES: Município de Itapiranga e Rodrigo Bordin Hilbig - ME.
ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº 05/2014

OBJETO: Contratação de Clínica Médica Especializada em Fisioterapia para atendimento a pacientes do município de Itapiranga, em consultórios ou em estabelecimentos de Saúde.
VALOR: R\$ 200.880,00
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2014.

Itapiranga – SC., 12 de fevereiro de 2014.
Luis Carlos Steffenon
Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 008/2014
PARTES: Município de Itapiranga e Clínica de Estética Bucal Muller e Muller S/S Ltda.
ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº 09/2014

OBJETO: Contratação de serviços odontológicos para confecção de próteses dentárias a pessoas necessitadas, conforme edital de Credenciamento 54/2013
VALOR: R\$ 264.000,00
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2014.

Itapiranga – SC., 25 de fevereiro de 2014.
Luis Carlos Steffenon
Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/2014
PARTES: Município de Itapiranga e LR Consultoria e Assessoria Ltda - ME.
ORIGEM: Pregão Presencial nº 06/2014

OBJETO: Contratação de empresa especializada na capacitação, treinamento, e formação continuada em Gestão do SUS, Agentes Comunitários de Saúde, Núcleo de apoio a Saúde da Família/NASF, Estratégia Saúde da Família e Conselho municipal da saúde
VALOR: R\$ 17.999,00
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2014.

Itapiranga – SC., 28 de fevereiro de 2014.
Luis Carlos Steffenon
Administrador do FMS

Itapoá

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº 08/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA, com sede à Rua Dom Pedro II, 319, Bairro: Petrópolis, na cidade de Passo Fundo/RS, CEP 99051-390, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.593.711/0001-42, e Inscrição estadual nº 091/0204063, representada neste ato por sócio, a Sra. VITÓRIA RÉGIA WOLFF, portador do CNPF/MF nº 497.549.800-63 e do CI RG nº 8037114744 SSP/RS

Licitação: PREGÃO N.º 07/2014 – PROCESSO Nº 12/2014

Objeto: Aquisição de livros de literatura infantil, infanto-juvenil e juvenil para a Secretaria de Educação, Centro de Formação e para compor o acervo bibliográfico das escolas, que também serão utilizados por profissionais da Educação e alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações do anexo V do edital.

VALOR: R\$ 110.949,85 (Cento e dez mil novecentos e quarenta e nove reais e oitenta e cinco centavos)

DATA DA ASSINATURA: 26/02/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato iniciará na data da assinatura, e o seu término está condicionado à entrega do total do objeto, ou até 31/12/2014.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 26 de fevereiro de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar

Prefeito Municipal

Jacinto Machado

PREFEITURA

Decreto Nº. 025 de 25 de Fevereiro de 2014.

DECRETO Nº. 025 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº 717 de 25 de fevereiro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias nos Projetos/Atividades do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminados, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais), como segue:

Órgão 05: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01: DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

Atividade 2.011: Merenda Escolar

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0.0080(42) – Aplicações Diretas. R\$ 170.000,00

Atividade 2.013: Manutenção das Creches

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0.0695(46)–Aplicações Diretas R\$ 130.000,00
TOTAL R\$ 300.000,00

Órgão 06: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade 01: DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Projeto 1.038: Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0.0080(62) – Aplicações

Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL ..R\$ 50.000,00

Órgão 07:

SECRETARIA DA AGRIC., IRRIGAÇÃO E MEIO AMBIENTE

Unidade 01: DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Projeto 1.049: Aquisição de Máquinas e Equip., para Frota Mecanizada

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0.0080(83) – Aplicações

Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL ..R\$ 50.000,00

TOTAL GERAL R\$ 400.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados às suplementações do artigo anterior correram por conta das anulações de dotações orçamentárias, como segue:

Órgão 08: ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Unidade 01: ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Projeto 2.063: Manutenção dos Encargos Gerais

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0.0080(96) – Aplicações

Diretas R\$ 400.000,00

TOTAL R\$ 400.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 25 de fevereiro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Lei Nº. 716 de 25 de Fevereiro de 2014.

LEI Nº. 716 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JACINTO MACHADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JACINTO MACHADO, com objetivo de auxiliar no custeio da manutenção da Associação, especialmente na aquisição de material pedagógico, material de consumo, de limpeza e manutenção da escola.

Art. 2º. O valor será de R\$ 38.500,00 (Trinta e oito mil e quinhentos reais), a ser repassado em 10 parcelas de R\$ 3.850,00 (Três mil e oitocentos e cinquenta reais), tendo o primeiro vencimento



no mês de março de 2014.

Art. 3º. Os recursos financeiros necessários ao atendimento da despesa autorizada por esta Lei são provenientes do orçamento vigente:

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 – Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 2.003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice e Assessorias.

Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.0080 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 4º. O beneficiado prestará contas dos recursos recebidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento, obedecendo a legislação vigente.

Art. 5º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta do Item Subvenções Sociais, inseridos no orçamento vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, perdendo sua eficácia com o ultimo repasse estabelecido no artigo 2º desta Lei.

Art. 7º. Revoga-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 25 de fevereiro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Decreto Nº. 026 de 25 de Fevereiro de 2014.

DECRETO Nº. 026 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO POR CONTA DE RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 10º, II, da Lei Municipal nº. 706 de 04 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado no exercício de 2014, na importância de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais), por conta de Operação de Crédito junto ao BADESC CIDADES II no exercício em curso, na seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

ORGÃO: 06 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos

UNIDADE: 01 – Diretoria de Obras e Serviços Públicos

PROJETO: 1.039 – Pav. Recup. de Vias, Rodovias, Logradouros e Passeios

Modalidade de Aplicação: (110) – 4.4.90.00.00.0105.00 – Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

TOTAL R\$ 1.000.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados a abertura do crédito adicional suplementar do artigo anterior, correrão por conta dos recursos de Operação de Crédito do programa BADESC Cidades II no valor de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais), objetivando investimentos

em obras do sistema viário, para o município de Jacinto Machado/SC.

Parágrafo Único: A contratação das despesas de que trata o presente Decreto fica condicionada ao efetivo ingresso do valor na conta bancária do Município de Jacinto Machado, até o limite dos valores da vinculação 01.0105.00, acrescida ao Projeto/Atividade 1.039.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 25 de fevereiro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Decreto Nº. 027 de 25 de Fevereiro de 2014.

DECRETO Nº. 027 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 10º, IV, da Lei nº. 706 de 04 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado à abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado do exercício de 2013, na importância de R\$ 57.840,48 (Cinquenta e sete mil oitocentos e quarenta reais e quarenta e oito centavos), por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2013, na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 05: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade 01: DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

Projeto 2.008: Manutenção da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.0701.(111) – Aplicações Diretas R\$ 57.840,48

TOTALR\$ 57.840,48

Art. 2º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro do exercício de 2013, por conta de Transferências referentes ao FUNDEB, no valor R\$ 57.840,48 (Cinquenta e sete mil oitocentos e quarenta reais e quarenta e oito centavos), depositados na Agência 2192-X- Banco do Brasil e conta corrente nº. 10.188-5, no município de Jacinto Machado/SC.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 25 de fevereiro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Lei Nº. 716 de 25 de Fevereiro de 2014.

LEI Nº. 716 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JACINTO MACHADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JACINTO MACHADO, com objetivo de auxiliar no custeio da manutenção da Associação, especialmente na aquisição de material pedagógico, material de consumo, de limpeza e manutenção da escola.

Art. 2º. O valor será de R\$ 38.500,00 (Trinta e oito mil e quinhentos reais), a ser repassado em 10 parcelas de R\$ 3.850,00 (Três mil e oitocentos e cinquenta reais), tendo o primeiro vencimento no mês de março de 2014.

Art. 3º. Os recursos financeiros necessários ao atendimento da despesa autorizada por esta Lei são provenientes do orçamento vigente:

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 – Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 2.003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice e Assessorias.

Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00.0080 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 4º. O beneficiado prestará contas dos recursos recebidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento, obedecendo a legislação vigente.

Art. 5º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta do Item Subvenções Sociais, inseridos no orçamento vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, perdendo sua eficácia com o ultimo repasse estabelecido no artigo 2º desta Lei.

Art. 7º. Revoga-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 25 de fevereiro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Lei Nº. 717 de 25 de Fevereiro de 2014.

LEI Nº. 717 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DO EXERCÍCIO DE 2014 POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a

todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar as dotações orçamentárias nos Projetos/Atividades do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminados, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais), como segue:

Órgão 05: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01: DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

Atividade 2.011: Merenda Escolar

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0.0080(42) – Aplicações Diretas. R\$ 170.000,00

Atividade 2.013: Manutenção das Creches

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0.0695(46)–Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

TOTAL R\$ 300.000,00

Órgão 06: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade 01: DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Projeto 1.038: Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0.0080(62) – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

Órgão 07:

SECRETARIA DA AGRIC., IRRIGAÇÃO E MEIO AMBIENTE

Unidade 01: DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Projeto 1.049: Aquisição de Máquinas e Equip., para Frota Mecanizada

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0.0080(83) – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

TOTAL GERAL R\$ 400.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados às suplementações do artigo anterior correram por conta das anulações de dotações orçamentárias, como segue:

Órgão 08: ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Unidade 01: ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Projeto 2.063: Manutenção dos Encargos Gerais

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0.0080(96) – Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

TOTAL GERAL R\$ 400.000,00

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 25 de fevereiro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Lei Nº. 718 de 25 de Fevereiro de 2014.

LEI Nº. 718 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO CAPUT DO ART. 1º DA LEI Nº 493, DE 19 DE JULHO DE 2007, NOS TERMOS QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o caput do art. 1º da Lei nº 493, de 19 de julho de 2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS E AMIGOS DA CULTURA DE JACINTO MACHADO (ART&JAM), nova denominação social da ASSOCIAÇÃO CULTURAL PROVÍNCIA CRIOLA (ACPC), nome inicial da entidade fundada em 15 de dezembro de 2005, de personalidade jurídica de direito privado, constituída na forma de associação civil, de caráter artístico-cultural, com sede provisória na Estrada Geral, s/n, Linha São Pedro, Município de Jacinto Machado." (NR)

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 25 de fevereiro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Lei Nº. 719 de 26 de Fevereiro de 2014.

LEI Nº. 719 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JACINTO MACHADO – APAE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, autorizada a celebrar Convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jacinto Machado - APAE, objetivando a cessão de servidores entre os mencionados órgãos.

Art. 2º - As normas e condições que regerão o Convênio são aquelas constantes da minuta anexa, que passa fazer parte integrante da presente Lei.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de verbas próprias do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 26 de fevereiro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Joaçaba**PREFEITURA****Decreto Nº 4.536 de 25 de Fevereiro de 2014.**

DECRETO Nº 4.536 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO DECRETO Nº 4018/2012, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba, SC, usando das atribuições que são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto nº 4.018/12 que dispõe sobre o horário de expediente do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, passando aquela Unidade a obedecer ao expediente da Secretaria de Saúde do Município de Joaçaba.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 25 de fevereiro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Decreto Nº 4.534 de 25 de Fevereiro de 2014.

DECRETO Nº 4.534 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

"ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 3.734/2011 QUE DISPÕE SOBRE O PLANTÃO DAS FARMÁCIAS NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA".

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), usando das atribuições que são conferidas por Lei, em especial a Lei Complementar nº 194/2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o art. 4º do Decreto nº 3.734/2011 que dispõe sobre o sistema de rodízio de plantão das farmácias no Município de Joaçaba passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Participarão do sistema as farmácias elencadas neste artigo, sendo que o rodízio se fará pela localização das mesmas, obedecendo-se a seguinte ordem:

- a) Farmácia Líder Econômica;
- b) Farmácia São João "I";
- c) Farmácia Júnior;
- d) Farmácia Joaçaba;
- e) Farmácia São João "II";
- f) Farmácia Drogabel;
- g) Farmácia Líder;
- h) Sesi Farmácia;
- i) Farmácia Vic-Farma
- j) Farmácia São João "III".

Art. 2º Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 25 de fevereiro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Decreto Nº 4.535 de 25 de Fevereiro de 2014.

DECRETO Nº 4.535 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A PARALISAÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA".

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), usando das atribuições que são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Ficam paralisadas, a partir da presente data, as atividades da unidade escolar Escola Municipal Professora Dulce Fernandez de Queiroz, situada na Rua Amilton Rossin, Bairro Clara Adélia, Município de Joaçaba – SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 25 de fevereiro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato PL 12/2014/FMS - PP 9/2014/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2014/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2014/FMS

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para locação de software para Gestão de Atividades de Coleta de Dados Relativos à Saúde, em campo, através da comunicação em tempo real entre central e colaboradores, utilizando software embarcado em dispositivos móveis. Forma de Julgamento: Menor preço Global. Data da abertura: Dia 19/03/2014, a partir das 14 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14 horas do dia 19/03/2014, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 28 de fevereiro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

SIMAE

Pregão Jhl0012/2014 Aquisição Massa Asfáltica

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0017/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0012/2014

PROTOCOLO JHL 0557/2014

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0012/2014 – Licitação 0017/2014, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: Registro de Preços de Massa Asfáltica embalada em sacos com até 25kg, para utilização em consertos de vias públicas onde

o SIMAE efetuar reparos de tubulações no exercício 2014.

Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 25/03/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 25/03/2014 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 06/03/2014 a 25/03/2014.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 06 de Março de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE

Homologação PR 0007/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 7/2014 - PR Processo Administrativo: 10/2014 Processo de Licitação: 10/2014 Data do Processo: 24/01/2014
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 10/2014
b) Licitação Nr.: 7/2014-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 25/02/2014
e) Data da Adjudicação: 25/02/2014 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E REAGENTES PARA LABORATÓRIO A SEREM UTILIZADOS NA ETA DO SIMAE, NO EXERCÍCIO DE 2014.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Desccto (%)</u>	<u>(em Reais R\$)</u> <u>Total dos Itens</u>
- 006312 - HEXIS CIENTIFICA S/A	22	0,0000	29.050,00
- 006978 - METROLÓGICA EQUIP. E PRODUTOS PARA	14	0,0000	1.944,60
- 006665 - PRO ANÁLISE QUIMICA E DIAGNOSTICA LTDA	5	0,0000	21.296,70
	41		52.291,30

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (18) Saldo: 1.057.632,36

Joaçaba, 25 de Fevereiro de 2014.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Lebon Régis

PREFEITURA

Extrato de Homologação de Processo Licitatório

PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2014 - PROCESSO Nº 5/2014

HOMOLOGAÇÃO: 18/02/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE LEBON REGIS

OBJETO: A presente licitação visa à prestação de serviços de transporte escolar no Município de Lebon Régis-SC, para alunos do ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos, até o mês de dezembro de 2014, conforme descrição do Anexo I, que integra o Edital.

CONTRATADO: FULVIO BEZ - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 95.868,50 (noventa e cinco mil oitocentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: MIGUEL PADILHA DE MARAFIGO

VALOR DA DESPESA: R\$ 38.700,00 (trinta e oito mil e setecentos reais)

CONTRATADO: CLEBISSEON FRANÇA MARIAN-ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 235.005,75 (duzentos e trinta e cinco mil e cinco reais e setenta e cinco centavos)

CONTRATADO: JOCILDO ELISEU WEBBER

VALOR DA DESPESA: R\$ 35.797,50 (trinta e cinco mil setecentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: TRANSPORTES R.D. LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 35.647,00 (trinta e cinco mil seiscentos e quarenta e sete reais)

CONTRATADO: TEREZINHA MARTINS DOS SANTOS

VALOR DA DESPESA: R\$ 52.094,50 (cinquenta e dois mil e noventa e quatro reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: JOAO ALMEIDA FERNANDES 01075176980

VALOR DA DESPESA: R\$ 37.575,00 (trinta e sete mil quinhentos e setenta e cinco reais)

Lebon Régis, 28/02/2014

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 018/2014

DECRETO Nº 018/2014 - de 05 de março de 2014.

"Dispõe sobre a alteração da Comissão Permanente de Licitação, designa Pregoeiro e Equipe de Apoio."

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA

Art. 1º. Fica alterada a Comissão Permanente de Licitações – CPL do Município de Lebon Régis – SC, que passa a ter a seguinte composição:

I – Mairon Leonam, servidor público efetivo.

II – Tainá Grazziotin, servidora ocupante de cargo em comissão;

III – Adair das Silva Mattos, servidor público efetivo.

Parágrafo único. A Comissão será presidida pelo servidor indicado

no inciso I e secretariada pela servidora indicada no inciso II.

Art. 2º. Fica designado Pregoeiro o servidor público efetivo Adair das Silva Mattos.

Art. 3º. Ficam designados para a Equipe de Apoio ao pregoeiro os seguintes servidores:

I – Lady Dayana Tibes Farias, servidora ocupante de cargo em comissão;

II – Viviane Aparecida da Silva, servidora pública efetiva;

III – Mariza Granemann de Mello, servidora pública efetiva.

Art. 4º. As atribuições e competências da Comissão Permanente de Licitação, do Pregoeiro e da sua Equipe de Apoio são aquelas definidas na legislação federal e municipal pertinentes.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito.

Lebon Régis, 05 de março de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Extrato Contratos

\ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON REGIS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 02/2014

Contratante.: MUNICIPIO DE LEBON REGIS

Contratada.: CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO,

Valor.....: 20.640,00 (vinte mil seiscentos e quarenta reais)

Vigência.....: Início: 03/02/2014 Término: 31/12/2014

Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Recursos.....: Dotação: 2.010.3.1.71.00.00.00.00.00 (16), 2.010.3.3.71.00.00.00.00.00 (18), 2.010.4.4.71.00.00.00.00.00 (21)

Objeto.....: REFERENTE EMPENHAMENTO DO CONTRATO DE RATEIO QUE TEM POR OBJETO A ENTREGA DE RECURSOS FINANCEIROS A SEREM DISPONIBILIZADOS VISANDO O ATENDIMENTO DO PROGRAMA ESPECIFICADO NO CONTRATO DE RATEIO Nº 02/2014 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Contratada.: CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO,

Vigência.....: Início: 03/02/2014 Término: 31/12/2014

Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Recursos.....: Dotação: 2.010.3.1.71.00.00.00.00.00 (16),

Contrato Nº.: 03/2014

Contratante.: MUNICIPIO DE LEBON REGIS

Contratada.: CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO,

Valor.....: 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais)

Vigência.....: Início: 03/02/2014 Término: 31/12/2014

Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Recursos.....: Dotação: 2.026.3.3.71.00.00.00.00.00 (160)

Objeto.....: REFERENTE EMPENHAMENTO DO OBJETO

CONFORME RELACIONADO NA CLAUSULA PRIMEIRA DO CONTRATO
DE RATEIO Nº 03/2014 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA.
Contratada.....: CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO,
Vigência.....: Início: 03/02/2014 Término: 31/12/2014
Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Recursos.....: Dotação: 2.026.3.3.71.00.00.00.00.00 (160)

Lebon Régis, 5 de Março de 2014
Contrato Nº.: 04/2014
Contratante...: MUNICIPIO DE LEBON REGIS
Contratada....: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA
Valor.....: 145.780,00 (cento e quarenta e cinco mil setecentos e oitenta reais)
Vigência.....: Início: 06/02/2014 Término: 31/12/2014
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2014
Recursos.....: Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (19),
2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (40), 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (41),
2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (42), 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (43),
2.016.3.3.90.00.00.00.00.00 (46), 2.068.3.3.90.00.00.00.00.00 (64),
2.067.3.3.90.00.00.00.00.00 (74), 2.069.3.3.90.00.00.00.00.00 (75),
2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (77), 2.070.3.3.90.00.00.00.00.00 (79),
2.022.3.3.90.00.00.00.00.00 (81), 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 (93),
2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (104), 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 (105),
2.032.3.3.90.00.00.00.00.00 (119), 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (127),
2.036.3.3.90.00.00.00.00.00 (152)

Objeto.....: O presente contrato visa à aquisição parcelada de gêneros alimentícios, destinados à manutenção das Escolas Municipais e Centros de Educação Infantil e demais atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e outras Secretarias sob o domínio da Administração, até o mês de Dezembro de 2014, conforme descrição do Anexo I, que integra o presente Edital, independentemente de transcrição.

Lebon Régis, 5 de Março de 2014
Contrato Nº.: 05/2014
Contratante...: MUNICIPIO DE LEBON REGIS
Contratada....: MG ATACADISTA DE ALIMENTOS EIRELI - ME
Valor.....: 338.100,00 (trezentos e trinta e oito mil e cem reais)
Vigência.....: Início: 06/02/2014 Término: 31/12/2014
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2014
Recursos.....: Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (19),
2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (40), 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (41),
2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (42), 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (43),
2.016.3.3.90.00.00.00.00.00 (46), 2.068.3.3.90.00.00.00.00.00 (64),
2.067.3.3.90.00.00.00.00.00 (74), 2.069.3.3.90.00.00.00.00.00 (75),
2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (77), 2.070.3.3.90.00.00.00.00.00 (79),

2.022.3.3.90.00.00.00.00.00 (81), 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 (93),
2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (104), 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 (105),
2.032.3.3.90.00.00.00.00.00 (119), 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (127),
2.036.3.3.90.00.00.00.00.00 (152)

Objeto.....: A presente licitação visa à aquisição parcelada de gêneros alimentícios, destinados à manutenção das Escolas Municipais e Centros de Educação Infantil e demais atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e outras Secretarias sob o domínio da Administração, até o mês de Dezembro de 2014, conforme descrição do Anexo I, que integra o presente Edital, independentemente de transcrição.

Lebon Régis, 5 de Março de 2014
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON REGIS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 06/2014
Contratante...: MUNICIPIO DE LEBON REGIS
Contratada....: ITAVOL COMERCIAL LTDA
Valor.....: 24.881,00 (vinte e quatro mil oitocentos e oitenta e um reais)
Vigência.....: Início: 06/02/2014 Término: 31/12/2014
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2014
Recursos.....: Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (19),
2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (40), 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (41),
2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (42), 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (43),
2.016.3.3.90.00.00.00.00.00 (46), 2.068.3.3.90.00.00.00.00.00 (64),
2.067.3.3.90.00.00.00.00.00 (74), 2.069.3.3.90.00.00.00.00.00 (75),
2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (77), 2.070.3.3.90.00.00.00.00.00 (79),
2.022.3.3.90.00.00.00.00.00 (81), 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 (93),
2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (104), 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 (105),
2.032.3.3.90.00.00.00.00.00 (119), 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (127),
2.036.3.3.90.00.00.00.00.00 (152)

Objeto.....: A presente licitação visa à aquisição parcelada de gêneros alimentícios, destinados à manutenção das Escolas Municipais e Centros de Educação Infantil e demais atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e outras Secretarias sob o domínio da Administração, até o mês de Dezembro de 2014, conforme descrição do Anexo I, que integra o presente Edital, independentemente de transcrição.

Lebon Régis, 5 de Março de 2014
Contrato Nº.: 07/2014

Contratante...: MUNICIPIO DE LEBON REGIS
 Contratada...: CONFEITARIA ALTAS HORAS LTDA-ME
 Valor.....: 28.290,00 (vinte e oito mil duzentos e noventa reais)
 Vigência.....: Início: 06/02/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2014
 Recursos.....: Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (19),
 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (40), 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00
 (41),
 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (42), 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00
 (43),
 2.016.3.3.90.00.00.00.00.00 (46), 2.068.3.3.90.00.00.00.00.00
 (64),
 2.067.3.3.90.00.00.00.00.00 (74), 2.069.3.3.90.00.00.00.00.00
 (75),
 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (77), 2.070.3.3.90.00.00.00.00.00
 (79),
 2.022.3.3.90.00.00.00.00.00 (81), 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00
 (93),
 2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (104), 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00
 (105),
 2.032.3.3.90.00.00.00.00.00 (119), 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00
 (127),
 2.036.3.3.90.00.00.00.00.00 (152)

Objeto.....: A presente licitação visa à aquisição parcelada de gêneros alimentícios, destinados à manutenção das Escolas Municipais e Centros de Educação Infantil e demais atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e outras Secretarias sob o domínio da Administração, até o mês de Dezembro de 2014, conforme descrição do Anexo I, que integra o presente Edital, independentemente de transcrição.

Lebon Régis, 5 de Março de 2014
 Contrato Nº.: 08/2014
 Contratante...: MUNICIPIO DE LEBON REGIS
 Contratada...: COMERCIAL LUCIANO LTDA
 Valor.....: 33.470,00 (trinta e três mil quatrocentos e setenta reais)
 Vigência.....: Início: 06/02/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2014
 Recursos.....: Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (19),
 2.016.3.3.90.00.00.00.00.00 (46), 2.057.3.3.90.00.00.00.00.00
 (62),
 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (77), 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00
 (93),
 2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (104), 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00
 (105),
 2.032.3.3.90.00.00.00.00.00 (119), 2.036.3.3.90.00.00.00.00.00
 (152)

Objeto.....: A presente licitação visa à aquisição parcelada de produtos de higiene e limpeza, água mineral e refrigerante, destinados à manutenção das Escolas Municipais e Centros de Educação Infantil e demais atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e outras Secretarias sob o domínio da Administração, até o mês de Dezembro de 2014, conforme descrição do Anexo I, que integra o presente Edital, independentemente de transcrição.

Lebon Régis, 5 de Março de 2014
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 MUNICIPIO DE LEBON REGIS
 EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 09/2014
 Contratante...: MUNICIPIO DE LEBON REGIS
 Contratada...: MATHEUS MARCON & CIA LTDA - ME
 Valor.....: 154.890,00 (cento e cinquenta e quatro mil oitocentos e noventa reais)
 Vigência.....: Início: 06/02/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2014
 Recursos.....: Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (19),
 2.016.3.3.90.00.00.00.00.00 (46), 2.057.3.3.90.00.00.00.00.00
 (62),
 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (77), 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00
 (93),
 2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (104), 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00
 (105),
 2.032.3.3.90.00.00.00.00.00 (119), 2.036.3.3.90.00.00.00.00.00
 (152)

Objeto.....: A presente licitação visa à aquisição parcelada de produtos de higiene e limpeza, destinados à manutenção das Escolas Municipais e Centros de Educação Infantil e demais atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e outras Secretarias sob o domínio da Administração, até o mês de Dezembro de 2014, conforme descrição do Anexo I, que integra o presente Edital, independentemente de transcrição.

Lebon Régis, 5 de Março de 2014
 Contrato Nº.: 10/2014
 Contratante...: MUNICIPIO DE LEBON REGIS
 Contratada...: CIA ULTRAGAS S/A
 Valor.....: 23.275,00 (vinte e três mil duzentos e setenta e cinco reais)
 Vigência.....: Início: 06/02/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2014
 Recursos.....: Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (19),
 2.016.3.3.90.00.00.00.00.00 (46), 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00
 (77),
 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 (105), 2.036.3.3.90.00.00.00.00.00
 (152)

Objeto.....: A presente licitação visa à aquisição parcelada de gás de cozinha, destinados à manutenção das Escolas Municipais e Centros de Educação Infantil e demais atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e outras Secretarias sob o domínio da Administração, até o mês de Dezembro de 2014, conforme descrição do Anexo I, que integra o presente Edital, independentemente de transcrição.

Lebon Régis, 5 de Março de 2014
 Contrato Nº.: 11/2014
 Contratante.: MUNICIPIO DE LEBON REGIS
 Contratada...: MAQMOVEIS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA.
 Valor.....: 43.745,38 (quarenta e três mil setecentos e quarenta e cinco reais e trinta e oito centavos)
 Vigência.....: Início: 06/02/2014 Término: 06/02/2015
 Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
 Recursos.....: Dotação: 2.057.4.4.90.00.00.00.00.00 (63)

Objeto.....: O presente contrato tem por objeto a aquisição e distribuição de mobiliário, a serem entregues nos Estados, Municípios e no Distrito Federal, de acordo com as especificações, os quantitativos e as condições constantes do Edital e seus Anexos.
 Contratada....: MAQMOVEIS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS
 Vigência.....: Início: 06/02/2014 Término: 06/02/2015
 Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
 Recursos.....: Dotação: 2.057.4.4.90.00.00.00.00.00 (63)

Lebon Régis, 5 de Março de 2014
 Contrato Nº.: 12/2014
 Contratante.: MUNICIPIO DE LEBON REGIS
 Contratada...: AUTO POSTO RDA LTDA-ME
 Valor.....: 96.000,00 (noventa e seis mil reais)
 Vigência.....: Início: 10/02/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2014
 Recursos.....: Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 (12), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (19), 2.016.3.3.90.00.00.00.00.00 (46), 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (50), 2.055.3.3.90.00.00.00.00.00 (59), 2.057.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.032.3.3.90.00.00.00.00.00 (118), 2.032.3.3.90.00.00.00.00.00 (119), 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (127), 2.036.3.3.90.00.00.00.00.00 (152)

Objeto.....: A presente licitação visa à aquisição de combustível (gasolina comum, óleo diesel comum e óleo diesel S-10) e serviços de lavagem para a frota de veículos e Máquinas pertencentes ao patrimônio do Município, sendo que a entrega dos produtos será realizada parceladamente.

Lebon Régis, 5 de Março de 2014
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 MUNICIPIO DE LEBON REGIS
 EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 13/2014
 Contratante.: MUNICIPIO DE LEBON REGIS
 Contratada...: POSTO LEBONREGENSE LTDA
 Valor.....: 587.500,00 (quinhentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais)
 Vigência.....: Início: 10/02/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2014
 Recursos.....: Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 (12), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (19), 2.016.3.3.90.00.00.00.00.00 (46), 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (50), 2.055.3.3.90.00.00.00.00.00

(59), 2.057.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.032.3.3.90.00.00.00.00.00 (118), 2.032.3.3.90.00.00.00.00.00 (119), 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (127), 2.036.3.3.90.00.00.00.00.00 (152)

Objeto.....: A presente licitação visa à aquisição de combustível (gasolina comum, óleo diesel comum e óleo diesel S-10) e serviços de lavagem para a frota de veículos e Máquinas pertencentes ao patrimônio do Município, sendo que a entrega dos produtos será realizada parceladamente.

Lebon Régis, 5 de Março de 2014
 Contrato Nº.: 14/2014
 Contratante.: MUNICIPIO DE LEBON REGIS
 Contratada...: LIZ SERVICOS ONLINE LTDA - EPP
 Valor.....: 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)
 Vigência.....: Início: 11/02/2014 Término: 11/02/2015
 Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2014
 Recursos.....: Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (19)

Objeto.....: O presente contrato visa a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados no gerenciamento, divulgação e publicação das Leis Municipais de Lebon Régis/SC (Lei Orgânica, Leis Complementares, Leis Ordinárias e Decretos) na rede mundial de computadores - internet.

Lebon Régis, 5 de Março de 2014
 Contrato Nº.: 15/2014
 Contratante.: MUNICIPIO DE LEBON REGIS
 Contratada...: CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO,
 Valor.....: 6.300,00 (seis mil e trezentos reais)
 Vigência.....: Início: 11/02/2014 Término: 31/03/2014
 Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2014
 Recursos.....: Dotação: 2.010.3.3.93.00.00.00.00.00 (20)

Objeto.....: A presente dispensa de licitação tem por objeto a contratação de prestação de serviços de 150 (cento e cinquenta) horas máquinas de Escavadeira Hidráulica.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Extrato de Distrato Nº 01/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE DISTRATO

RESCISÃO AMIGÁVEL DE CONTRATO Nº 01/2014

REFERENTE CONTRATO 19/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que rescindiu de forma amigável o seguinte contrato:

Nº de Contrato: 19/2014

Contratada: ASSCON-PP ASSESSORIA E CONSULTORIA
PÚBLICA E PRIVADA – EIRELI EPP

Objeto: Fornecimento de botões de rosa embalados.

A CONTRATANTE e a CONTRATADA resolvem, de forma amigável, por razões de interesse público, rescindir, a partir de 27 de fevereiro de 2014, o Contrato nº 19/2014, de 31 de fevereiro de 2014, e posteriores alterações.

Lindóia do Sul/SC, 27 de fevereiro de 2014.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

Luzerna

PREFEITURA

Lei 1209

LEI Nº 1209 de 26 de fevereiro de 2014 .

“APROVA LIMITES DEMARCATÓRIOS DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art.1º- O perímetro urbano da sede do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), com 30.609,78 m e área total de 15.005.844,36 m² fica aprovado com os seguintes limites demarcatórios:

Inicia-se se no marco denominado 'ponto 1', desde, segue por linha seca, dividindo-o com o TERRAS DIVERSAS, TRAVESSIA DA RODOVIA SC - 453, EDELBERT BIER, TERRAS DIVERSAS, ARLINDO RETZ; Daí segue por linha seca confrontando com TERRAS DIVERSAS, TRAVESSIA DA RODOVIA SC - 453, EDELBERT BIER, TERRAS DIVERSAS, ARLINDO RETZ com o azimute de 271°12'01" e a distância de 2.410,63 m até o marco 'ponto 2' (E=454.497,601 m e N=7.000.178,057 m); Daí segue por estrada confrontando com ESTRADA MUNICIPAL DE ACESSO LINHA LEÃOZINHO com o azimute de 0°42'28" e a distância de 156,48 m até o marco 'ponto 3' (E=454.499,534 m e N=7.000.334,528 m); Daí segue

por estrada confrontando com ESTRADA MUNICIPAL DE ACESSO LINHA LEÃOZINHO com o azimute de 25°34'30" e a distância de 49,26 m até o marco 'ponto 4' (E=454.520,798 m e N=7.000.378,957 m); Daí segue por estrada confrontando com ESTRADA MUNICIPAL DE ACESSO LINHA LEÃOZINHO com o azimute de 51°48'53" e a distância de 265,60 m até o marco 'ponto 5' (E=454.729,566 m e N=7.000.543,155 m); Daí segue por linha seca confrontando com MARIA TEREZINHA BUTTNER, TERRAS DIVERSAS, RICARDO ANRAIN com o azimute de 300°22'01" e a distância de 2.888,74 m até o marco 'ponto 6' (E=452.237,144 m e N=7.002.003,513 m); Daí segue por linha seca confrontando com FAMÍLIA HACK, TERRAS DIVERSAS, VOLNEY A. VENCATO com o azimute de 348°44'52" e a distância de 598,00 m até o marco 'ponto 7' (E=452.120,459 m e N=7.002.590,017 m); Daí segue por linha seca confrontando com VOLNEY A. VENCATO, TERRAS DIVERSAS, ELOIR DRESCH com o azimute de 357°15'29" e a distância de 1.212,71 m até o marco 'ponto 8' (E=452.062,445 m e N=7.003.801,340 m); Daí segue por travessia estrada e linha seca confrontando com TRAVESSIA DA ESTRADA MUNICIPAL ACESSO LINHA LEÃOZINHO, LEANDRO DALLA LANA, TERRAS DIVERSAS, FAMÍLIA TURRA com o azimute de 317°28'10" e a distância de 875,78 m até o marco 'ponto 9' (E=451.470,431 m e N=7.004.446,721 m); Daí segue por linha seca confrontando com FAMÍLIA TURRA, TRAVESSIA DA ESTRADA MUNICIPAL SENTIDO LINHA DOIS IRMÃOS, FAMÍLIA TURRA, TRAVESSIA DA SC - 150, FAMÍLIA ANRAIN com o azimute de 271°41'30" e a distância de 1.344,75 m até o marco 'ponto 10' (E=450.126,262 m e N=7.004.486,419 m); Daí segue por linha seca confrontando com FAMÍLIA ANRAIN, TERRAS DIVERSAS, LORENÇO WEIRICH com o azimute de 180°21'39" e a distância de 1.204,28 m até o marco 'ponto 11' (E=450.118,680 m e N=7.003.282,159 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 104°36'28" e a distância de 86,79 m até o marco 'ponto 12' (E=450.202,663 m e N=7.003.260,271 m); Daí segue por linha seca e travessia confrontando com KLAUS MAUKO, TRAVESSIA DA ESTRADA MUNICIPAL SENTIDO LINHA GRAFUNDA, KLAUS MAUKO com o azimute de 180°00'00" e a distância de 270,70 m até o marco 'ponto 13' (E=450.202,663 m e N=7.002.989,573 m); Daí segue por linha seca confrontando com NORIVAL FIORIN, TERRAS DIVERSAS com o azimute de 98°52'06" e a distância de 440,60 m até o marco 'ponto 14' (E=450.637,995 m e N=7.002.921,649 m); Daí segue por linha seca confrontando com TERRAS DIVERSAS com o azimute de 63°24'59" e a distância de 641,62 m até o marco 'ponto 15' (E=451.211,788 m e N=7.003.208,779 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com a distância de 324,01 m até o marco 'ponto 16' (E=451.438,548 m e N=7.002.982,171 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com a distância de 309,57 m até o marco 'ponto 17' (E=451.572,705 m e N=7.002.706,920 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com a distância de 292,19 m até o marco 'ponto 18' (E=451.361,065 m e N=7.002.590,169 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com a distância de 125,28 m até o marco 'ponto 19' (E=451.289,215 m e N=7.002.503,252 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com a distância de 252,95 m até o marco 'ponto 20' (E=451.442,368 m e N=7.002.357,761 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com a distância de 419,84 m até o marco 'ponto 21' (E=451.854,555 m e N=7.002.318,082 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com a distância de 90,35 m até o marco 'ponto 22' (E=451.943,778 m e N=7.002.304,969 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com a distância de 28,68 m até o marco 'ponto 23' (E=451.944,611 m e N=7.002.280,245 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com a distância de 74,60 m até o marco 'ponto 24' (E=451.896,152 m e N=7.002.223,607 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com a distância de 248,25 m até o marco 'ponto 25' (E=451.861,871 m e N=7.001.978,468 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando

com RIO LIMEIRA com a distância de 95,65 m até o marco 'ponto 26' (E=451.835,400 m e N=7.001.887,773 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com a distância de 53,05 m até o marco 'ponto 27' (E=451.788,131 m e N=7.001.872,657 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com a distância de 81,93 m até o marco 'ponto 28' (E=451.761,660 m e N=7.001.944,457 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com a distância de 151,67 m até o marco 'ponto 29' (E=451.776,786 m e N=7.002.093,727 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com a distância de 97,02 m até o marco 'ponto 30' (E=451.688,846 m e N=7.002.126,995 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com a distância de 197,16 m até o marco 'ponto 31' (E=451.502,624 m e N=7.002.088,059 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com a distância de 253,29 m até o marco 'ponto 32' (E=451.385,397 m e N=7.001.866,988 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com a distância de 152,46 m até o marco 'ponto 33' (E=451.281,404 m e N=7.001.791,408 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com a distância de 349,53 m até o marco 'ponto 34' (E=450.958,083 m e N=7.001.738,503 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com a distância de 176,77 m até o marco 'ponto 35' (E=450.988,335 m e N=7.001.566,559 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 139°44'40" e a distância de 113,00 m até o marco 'ponto 36' (E=451.061,355 m e N=7.001.480,321 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com a distância de 141,19 m até o marco 'ponto 37' (E=451.182,310 m e N=7.001.447,404 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 67°48'19" e a distância de 122,74 m até o marco 'ponto 38' (E=451.295,953 m e N=7.001.493,769 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com a distância de 222,63 m até o marco 'ponto 39' (E=451.502,922 m e N=7.001.510,241 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com a distância de 120,13 m até o marco 'ponto 40' (E=451.616,428 m e N=7.001.499,387 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com a distância de 151,46 m até o marco 'ponto 41' (E=451.755,450 m e N=7.001.464,422 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 119°43'22" e a distância de 78,08 m até o marco 'ponto 42' (E=451.823,256 m e N=7.001.425,710 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 133°01'57" e a distância de 363,54 m até o marco 'ponto 43' (E=452.088,993 m e N=7.001.177,624 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com a distância de 291,35 m até o marco 'ponto 44' (E=452.285,468 m e N=7.000.965,671 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com a distância de 345,12 m até o marco 'ponto 45' (E=452.571,305 m e N=7.000.824,018 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 83°45'51" e a distância de 171,56 m até o marco 'ponto 46' (E=452.741,850 m e N=7.000.842,653 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO LIMEIRA com o azimute de 65°31'01" e a distância de 90,61 m até o marco 'ponto 47' (E=452.824,311 m e N=7.000.880,204 m); Daí segue por travessia da estrada e linha seca confrontando com TRAVESSIA DA ESTRADA MUNICIPAL SENTIDO LINHA LIMEIRA, FRANCISCO WOLFART com o azimute de 179°03'49" e a distância de 690,01 m até o marco 'ponto 48' (E=452.835,589 m e N=7.000.190,287 m); Daí segue por linha seca confrontando com FRANCISCO WOLFART, TERRAS DIVERSAS, GILMAR FIORIN, ALCIDES QUAIATO, ANTONIO BRAND, SELVINO WOLFART com o azimute de 270°44'13" e a distância de 1.327,95 m até o marco 'ponto 49' (E=451.507,745 m e N=7.000.207,366 m); Daí segue por por linha seca e travessias confrontando com BERTHA VIER, TRAVESSIA DO RIO NOGUEIRA, TRAVESSIA DA ESTRADA MUNICIPAL SENTIDO LINHA NOGUEIRA, GRACIELA RETZ com o azimute de 181°23'42" e a distância de

2.529,55 m até o marco 'ponto 50' (E=451.446,164 m e N=6.997.678,566 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO FERREIRINHA com o azimute de 147°32'34" e a distância de 63,42 m até o marco 'ponto 51' (E=451.480,200 m e N=6.997.625,052 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO FERREIRINHA com a distância de 86,16 m até o marco 'ponto 52' (E=451.560,526 m e N=6.997.598,295 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO FERREIRINHA com a distância de 150,64 m até o marco 'ponto 53' (E=451.703,698 m e N=6.997.564,573 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO FERREIRINHA com a distância de 88,18 m até o marco 'ponto 54' (E=451.791,739 m e N=6.997.569,199 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO FERREIRINHA com a distância de 149,16 m até o marco 'ponto 55' (E=451.902,898 m e N=6.997.480,096 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO FERREIRINHA com a distância de 187,79 m até o marco 'ponto 56' (E=452.047,545 m e N=6.997.398,871 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com RIO DO PEIXE com a distância de 319,82 m até o marco 'ponto 57' (E=452.362,495 m e N=6.997.439,627 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com a distância de 289,18 m até o marco 'ponto 58' (E=452.501,401 m e N=6.997.692,144 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com a distância de 267,40 m até o marco 'ponto 59' (E=452.565,191 m e N=6.997.950,996 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com a distância de 539,61 m até o marco 'ponto 60' (E=452.731,973 m e N=6.998.452,192 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com a distância de 370,71 m até o marco 'ponto 61' (E=452.937,063 m e N=6.998.738,014 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com a distância de 419,84 m até o marco 'ponto 62' (E=453.348,800 m e N=6.998.662,677 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com a distância de 680,11 m até o marco 'ponto 63' (E=454.007,966 m e N=6.998.560,295 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com a distância de 1.191,02 m até o marco 'ponto 64' (E=455.110,978 m e N=6.999.008,867 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com a distância de 1.043,38 m até o marco 'ponto 65' (E=456.116,100 m e N=6.998.767,197 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com a distância de 941,57 m até o marco 'ponto 66' (E=456.811,143 m e N=6.999.290,439 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 6°34'47" e a distância de 842,68 m até o marco 'ponto 1' (E=456.907,702 m e N=7.000.127,565 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 15.005.844,36 m².

Art.2º- O Memorial Descritivo, Cálculo Analítico de Área, Azimutes, lados e Coordenadas Geográficas e Mapa, elaborados pela ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MEIO OESTE CATARINENSE/ AMMOC, onde constam todas as demarcações mencionadas no art. 1º, ficam fazendo parte integrante desta Lei.

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições da Lei nº 1093 de 21 de março de 2013.

Luzerna(SC), 26 de fevereiro de 2014.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

Licita 15.2014 - Pregão Presencial 5.2014 - Equipamentos Para Cei Pro Infancia

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 15/2014 - PM
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2014

A Prefeitura de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando a aquisição de equipamentos para o CEI Pro Infância da Secretaria Municipal de Educação.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 18/03/2014
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 18.03.2014. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 03 de Março de 2014.

MARIO FERNANDO REINKE - Prefeito

Decreto Nº 2884 de 27 de Fevereiro de 2014

DECRETO Nº 2884 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) no programa e verba abaixo discriminados:

0300 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0302 – GERÊNCIA DE PATRIMONIO
0302.004.122.0030.2013 – Administração de Serviços Gerais
0302 – 44900000 – Aplicações Diretas
0302 – 38900 – Alienação de Bens outros Programas 2.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superávit Financeiro verificado no exercício de 2013.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 27 de Fevereiro de 2014.

MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Decreto Nº. 2885 de 28 de Fevereiro de 2014

DECRETO Nº. 2885 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1572 de 28 de fevereiro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0700 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0701.008.244.0180.2089 – Assistência Social a Famílias Carentes
0701 – 33900000 – Aplicações Diretas
0701 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 60.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0700 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0701.008.244.0180.2090 – Manutenção do Tele Centro Casa da Juventude
0701 – 31900000 – Aplicações Diretas
0701 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

0701.008.244.0180.2091 – Manutenção das atividades do CRAS
0701 – 33900000 – Aplicações Diretas
0701 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 45.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 28 DE FEVEREIRO DE 2014

MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Decreto Nº 2886 de 28 de Fevereiro de 2014

DECRETO Nº 2886 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1573 de 28 de fevereiro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0400 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0401 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0401.015.451.0050.1020 – Pavimentação de Vias
0401 – 44900000 – Aplicações Diretas
0401 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 250.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e

cinquenta mil reais), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0400 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0401 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0401.015.451.0050.1021 – Revitalização Urbana
0401 – 44900000 – Aplicações Diretas
0401 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 100.000,00
0403.026.782.0062.1031 – Aquisição de Equipamentos para Frota Rodoviária
0403 – 44900000 – Aplicações Diretas
0403 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 100.000,00
0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.364.0086.2047 – Apoio a Universitários
0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
0401 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 28 DE FEVEREIRO DE 2014
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Lei Nº. 1572 de 28 de Fevereiro de 2014

LEI Nº. 1572 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

Autoriza a Abertura de Crédito Suplementar

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI :

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0700 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0701.008.244.0180.2089 – Assistência Social a Famílias Carentes
0701 – 33900000 – Aplicações Diretas
0701 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 60.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0700 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0701.008.244.0180.2090 – Manutenção do Tele Centro Casa da Juventude
0701 – 31900000 – Aplicações Diretas
0701 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

0701.008.244.0180.2091 – Manutenção das atividades do CRAS
0701 – 33900000 – Aplicações Diretas
0701 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 45.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 28 DE FEVEREIRO DE 2014

MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Lei Nº. 1573 de 28 de Fevereiro de 2014

LEI Nº. 1573 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

Autoriza a Abertura de Crédito Suplementar

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI :

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito suplementar no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0400 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0401 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0401.015.451.0050.1020 – Pavimentação de Vias
0401 – 44900000 – Aplicações Diretas
0401 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 250.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0400 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0401 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0401.015.451.0050.1021 – Revitalização Urbana
0401 – 44900000 – Aplicações Diretas
0401 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 100.000,00
0403.026.782.0062.1031 – Aquisição de Equipamentos para Frota Rodoviária
0403 – 44900000 – Aplicações Diretas
0403 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 100.000,00
0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.364.0086.2047 – Apoio a Universitários
0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
0401 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 28 DE FEVEREIRO DE 2014
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Meleiro

PREFEITURA

Portaria Nº 092/2014

PORTARIA nº 092/2014

DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO SALARIAL POR NOVA TITULAÇÃO PROFISSIONAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011, resolve:

CONCEDE

Art 1º Ao Servidor público municipal, OSÉIAS CORRENTE, a Promoção Salarial por Nova Titulação pela conclusão do Ensino Médio, previsto no § 1º do artigo 25 e no § 1º do artigo 26, da Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, aplicando-se 5% (cinco por cento) sobre o seu salário.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/02/2014.

Art 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 28 de Fevereiro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

Decreto Nº 063/2014

DECRETO Nº 063/2014 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO FISCAL DOS IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS, CONSTANTES NA PLANTA DE VALORES DO MUNICÍPIO DE MODELO SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS LUCIO SCHLOSSER, Prefeito Municipal de Modelo SC, em exercício, de conformidade com as disposições legais, em especial de conformidade com a Lei Municipal nº 2121/2013,

Decreta:

Art. 1º - Fica estabelecido o calendário dos Impostos e Taxas Municipais, constante da planta de valores do Município de Modelo SC, de conformidade com a Lei Municipal nº 2121/2013, ficando alterado as duas datas, passando a vigorar de conformidade com o disposto abaixo:

Tributo: IPTU

Data de vencimento

1ª PARCELA E COTA ÚNICA

14.06.2014

2ª PARCELA

14.07.2014

3ª PARCELA

15.08.2014

Tributo: ISS

Data de vencimento

Parcelas mensais

Dia 15 do mês subsequente ao fato gerador e conforme previsto no código tributário municipal

Tributo: ITBI

Data de vencimento

ITBI

Antecipadamente ao registro dos imóveis – conforme código tributário municipal e estabelecido nesta lei

Tributo:

Taxa de Licença de Localização, Funcionamento e ou Permanência no Local

Data de vencimento/Parcela Única: 17.03.2014

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo aos 17 de fevereiro de 2014.

CLÓVIS LUCIO SCHLOSSER

Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO

Registrado e Publicado na data supra:

Sirlei Veiga Hammerschmitt

Auditor/Fiscal

Monte Carlo

PREFEITURA

Processo Licitatório Nº 14/2014

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 14/2014

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2014

REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação futura de pessoa jurídica para execução do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues a partir das 08:00 horas do dia 10/março/2014 até as 17:30 horas do dia 17/março/2014. Abertura da sessão no dia 18/março/2014 às 09:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM – JULGAMENTO LOTE, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Decreto Municipal nº 127/2013 e 128/2013 de 23/Dezembro/2013, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

1 – DO OBJETO

1.1 – O presente pregão tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de PRODUTOS E MATERIAIS PARA LIMPEZA, conforme especificações e delimitações constantes neste Edital, para exercício de 2014.

2 – DA EXECUÇÃO

2.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos licitados, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 – Os produtos de que trata este Pregão são aquelas previstas no Anexo VII deste edital.

2.3 - A licitante vencedora efetuará entrega dos objetos do presente processo mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de vinte e quatro horas.

2.4 – As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

3 – DA PARTICIPAÇÃO

3.1 – Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que satisfizerem as condições de habilitação preliminar enumeradas no item nº 6 do presente Edital.

3.2 – Não poderá participar desta licitação, empresas temporariamente suspensa de licitar e impedida de contratar junto ao Município de Monte Carlo.

3.3 – Não poderá participar da licitação, empresa declarada inidônea para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei Federal nº 8666/1993 e suas alterações.

3.4 – É vedada a participação nesta licitação, empresas das quais participem, seja a título de sócio-administrador ou sócio-cotista, servidor público do município de Monte Carlo.

3.5. – Não será permitida a participação nesta licitação de empresas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

3.6 – Não poderá participar da licitação empresa com falência decretada ou concordatária.

3.7 – Somente poderão participar da presente licitação as empresas cujo objeto social seja pertinente ao objeto licitado.

3.7.1 – Entende-se por pertinência, o objeto social da proponente que, mesmo não sendo idêntico ao objeto da licitação, seja ao menos apropriado a este, ou seja, o objeto social da licitante não deve ser totalmente estranho e incompatível com o objeto licitado.

3.8 - Por força do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, e em honra ao princípio da moralidade, não poderão participar desta licitação, servidor público, efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, excetua-se destas vedações o servidor público municipal no gozo de licença não remunerada para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação municipal vigente; bem como, não seja

pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro, Obras, Educação ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

3.9 - Estrangeiras que não funcionem no País.

3.10 – Fica vedada a participação de empresas de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.

3.11 – Não será admitida a participação de cooperativas e ou instituições sem fins lucrativos cujos os estatutos e objetivos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto ora licitado.

4 - DO CREDENCIAMENTO

4.1 - Quando a interessada for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, esta deverá apresentar Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado com data inferior a 30 (trinta) dias da apresentação ou Contrato Social na forma da lei.

4.2 - Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração (podendo utilizar o ANEXO I como modelo) ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, devendo apresentar, também, a mesma documentação constante do item 4.1 deste capítulo, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

4.2.1 - Não poderá atuar como procurador da proponente, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto. Excetua-se desta vedação o servidor público municipal no gozo de licença não remunerada para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação municipal vigente.

4.3 - Apresentar declaração de cumprimento de plenos requisitos da habilitação, modelo Anexo IV.

4.4 – No caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, e, que quiserem utilizar-se das prerrogativas e direitos da LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, deverão manifestar esse interesse no momento do credenciamento, prerrogativa esta comprovada com a apresentação da Certidão Simplificada mencionada no item 4.1

4.5 - Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 4.1, 4.2 e 4.3 deverão vir fora dos envelopes de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

4.6 – Havendo remessa via postal dos envelopes ou defeito no credenciamento pela ausência de algum dos documentos tratados no item "5 – Proposta de Preços", a licitante não poderá participar da fase de lances, permanecendo com sua proposta fixa, bem como não poderá se manifestar acerca da interposição de recurso quando declarado o vencedor.

4.7 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro, ou membro da Equipe de Apoio ou servidor do Departamento de Compras.

5 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2014
REGISTRO DE PREÇOS
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

5.2 - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) ser apresentada no formulário ANEXO II ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos serviços e/ou produtos segundo as exigências mínimas apresentadas no Anexo VII deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.
- b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ;
- c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
- d) conter o preço unitário e total de cada item, em moeda corrente nacional, em algarismo, limitado a 02 (duas) casas decimais para os centavos, respeitados os valores máximos trazidos pelo Termo de Referência.
- e) as licitantes deverão apresentar proposta de preços contendo preços unitários, inferiores aos preços máximos admitidos pelo Edital.
- f) conter prazo de validade da ata por 12 meses;
- g) oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

5.3 - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos (conforme modelo no ANEXO III).

5.4 - Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF (conforme modelo no ANEXO III).

5.5 – Anexar a proposta, as Declarações solicitadas no presente Edital; que são:

- 5.5.1 - Declaração de inexistência de vínculo de sócio ou procurador com a administração pública municipal, modelo Anexo IX;
- 5.5.2 – Declaração de Idoneidade, modelo Anexo VIII;
- 5.5.3 - Declaração de inexistência de fato impeditivo, modelo Anexo X;
- 5.5.4 – Declaração de elaboração independente de proposta, conforme Instrução Normativa nº 02 de 16.Setembro.2009, modelo Anexo XI;

5.6 – Havendo divergência entre a descrição dos produtos constantes no Anexo VII e a proposta eletrônica disponível no sistema, prevalece a constantes neste Edital

6 - DA HABILITAÇÃO

6.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2014
REGISTRO DE PREÇOS

(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
ENVELOPE Nº 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

6.2 - Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

6.2.1 – Quanto à habilitação Jurídica:

a) Contrato social na forma de lei (sê, não apresentado na fase de credenciamento).

6.2.2 – Quanto à regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);
- e) Prova de Regularidade com a Previdência Social (Certidão Negativa de Débito - CND emitida pelo INSS);
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;
- g) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, modelo Anexo XII;

6.3 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

7.1 – Será de responsabilidade da licitante vencedora:

7.1 - Entregar o objeto do presente processo licitatório nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

7.2 - Realizar os serviços na sede do município, diretamente nos locais a que for autorizado o serviços, na parte que couber.

7.3 – Entregar os objetos licitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele, no dia e hora que o mesmo solicitar, salvo por motivo de força maior ou urgência comprovada;

7.4 - Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o documento referido no item anterior, ou fazer constar na NF em campo específico para informações adicionais o número da Ordem de Fornecimento.

7.5 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

7.6 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

8 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições deste Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

8.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

8.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

8.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

8.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

8.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

8.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

8.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

8.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

8.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório e no contrato.

8.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

8.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

8.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

8.13.1 – Para fiscalização dos contratos oriundos do presente processo licitatório, será definida a pessoa responsável, na Ata de Registro de Preços em sua cláusula 7.13.1;

8.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Edital e no Contrato.

8.15 – Rejeitar a execução do objeto do contrato, por terceiros, sem autorização, ou se houver, que não seja aquele da informação constante na proposta apresentada.

9 - DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 - No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no Capítulo 4.

9.2 - Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, o Pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

9.3 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

9.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

9.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

9.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

9.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços;

9.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

9.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

9.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.11 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerados aqueles acima do preço de mercado.

9.12 - Neste momento, após finalizada os lances, será concedido a LICITANTE Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que no início se credenciou como tal, o direito de preferência, conforme parágrafo 3º do Artigo 45 da LC Nº 123/2006, desde que esteja com proposta dentro do preço compreendido entre a menor proposta apresentada mais 5%(cinco por cento), apresentar no prazo máximo de 05(cinco) minutos, nova proposta menor que a menor proposta até então apresentada. O disposto neste item somente ser aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.13 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço para que seja obtido preço ainda melhor.

9.14 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições.

9.15 - Neste íterim será concedido novamente o direito de preferência, no caso de ter sido vencedora na etapa de lances uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para havendo irregularidades na documentação de Regularidade Fiscal, apresentar as devidas correções e ou substituições no prazo máximo de 02 (dois) dias, prorrogáveis por mais 02 (dois), conforme parágrafo 1º do Art. 43 da LC 123/2006, para regularização da documentação.

9.16 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

9.17 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes.

9.17.1 - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar. Serão registrados os fornecedores na ordem de sua classificação, para fins de convocação remanescente na forma do art. 64, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

9.18 - O Pregoeiro somente manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos licitantes perdedores quando houver manifestação de recurso previsto no item 14.1 deste Edital;

9.19 - Da sessão pública será lavrada Ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

9.20 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

10 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

10.1 - A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO POR ITEM – JULGAMENTO POR LOTE, desde que atendidas às exigências deste Edital.

11 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

11.1 – Decairão do direito de impugnar os termos desta licitação perante à Administração, os licitantes que não o fizerem dentro do prazo legal, conforme art. 41, § 2º da Lei nº 8.666/93, hipótese que tal comunicação posterior não terá efeito de recurso.

11.2 – A propositura de impugnação ou esclarecimento por via postal, não impede a realização do certame, ficando a cargo da proponente, certificar-se que o pedido deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal, até o prazo previsto no item 11.1, sob pena de não conhecimento do mesmo.

11.3 – Somente serão aceitos pedidos de esclarecimento ou impugnações, devidamente formalizados por escrito, pelos proponentes interessados, e regularmente protocolados perante o Setor de Compras e Licitações do Município de Monte Carlo –SC.

11.3.1 – Pelo recebimento do pedido de esclarecimento ou impugnação, terá o Presidente da Comissão de Licitações que promover sua resposta.

11.4 - Os pedidos de impugnação ou esclarecimento deverão indicar obrigatoriamente, um endereço eletrônico para onde serão

remetidas as respostas e decisões, pelo Setor de Compras e Licitações.

11.5 - Pedidos de esclarecimento ou impugnações formuladas em desacordo com o previsto nos itens 11.1 a 11.4, e seus subitens, deste Edital, serão tidos como inexistentes, e não receberão resposta, sob nenhuma justificativa.

12 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 – As obrigações decorrentes da entrega dos produtos e serviços constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre a Administração, os Órgãos Participantes e o Fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será o da assinatura do contrato até o prazo de 12 (doze) meses.

12.2 - O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado através de publicação no DOM – Diário Oficial dos Municípios, a firmar a Ata de Registro de Preços no prazo máximo de até 5 (cinco) dias corridos, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação elencadas no item 6 bem como as do item 19 no que couber.

12.3 – O licitante que, convocado para assinar a Ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

12.4 – No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante vencedora deverá apresentar os seguintes documentos:

12.4.1 – a) Alvará de Licença para Localização,
b) Certidão negativa de falência e concordata.

12.5 – Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

12.6 – Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

12.7 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13 – DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

13.1 - Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

14 - DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

14.2 - Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o

objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), sendo submetido este resultado ao Prefeito Municipal para homologação.

14.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, a qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

14.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

14.5 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

14.6 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
- b) multa,
- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

14.7 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

14.8 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

14.9 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

14.10 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

14.11 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros: 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

14.12 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

14.13 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 14.6 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 3, do Item nº 14.14, e alcançar o total de 20 pontos, cumulativamente, conforme a graduação de infrações constantes na Tabela a seguir:

TABELA - 1

GRAU DE INFRAÇÃO	PONTUAÇÃO PARA CADA INFRAÇÃO COMETIDA DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

14.14 – Pelo descumprimento das obrigações contratuais, o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

TABELA - 2

GRAU DE INFRAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$: 300,00
2	R\$: 500,00
3	R\$: 700,00
4	R\$: 900,00
5	R\$: 2.000,00
6	R\$: 4.000,00

TABELA - 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada	1	Por ocorrência
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto	3	Por ocorrência
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes	6	Por ocorrência
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato	1	Por empregado e por dia

5	Fornecer informação p�r�fida sobre execução do objeto do contrato	2	Por ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais	6	Por ocorrência
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento	1	Por ocorrência
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras	2	Por ocorrência
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital	1	Por ocorrência
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos	1	Por ocorrência
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado	2	Por ocorrência
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente	2	Por ocorrência
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar	2	Por ocorrência

14.15 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

14.16 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

14.17 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

15 – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei n  8.666, de 1993.

15.1.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao  rg o Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

15.1.2 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o  rg o Gerenciador deverá:

I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

15.1.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o  rg o Gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

15.1.4 - Não havendo êxito nas negociações, o  rg o Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

16 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

16.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
II - recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
IV - tiver presentes razões de interesse público;
V - for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal n  8.666, de 21 de junho de 1993;
VI - for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7  da Lei Federal n  10.520, de 17 de julho de 2002.

16.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

16.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de fôrça maior devidamente comprovado.

17 – DA DOTAÇÃO

17.1 - As despesas decorrentes da entrega/realização do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2014.

17.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

18 – DO PAGAMENTO

18.1 - O pagamento pela execução objeto da presente licitação, será feito em favor da licitante vencedora, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores devidamente identificados, após as publicações mensais, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1 – Conforme disposição legal contida no Decreto nº 7.507, art. 2º, § 1º, de 27 de junho de 2011, os fornecedores obrigam-se a informar a esta administração, caso sejam vencedores do certame, número de conta em agência de banco oficial federal (BANCO DO BRASIL OU CAIXA ECONOMICA FEDERAL), para receberem seus créditos sem custo adicionais. Caso apresentem número de contas em bancos não oficiais, do ramo privado, ARCARÃO com os custos provenientes da transferência do pagamento.

18.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 5.2. letra a deste Edital).

18.3 – A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a da emissão da nota fiscal.

18.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

19.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

19.3 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

19.4 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

19.5 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere

este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

19.6 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

19.7 - O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na sala do Setor de Compras e Licitações, logo após sua homologação.

19.8 - Detalhes não citados, referentes a prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

19.9 - O Prefeito Municipal poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

19.10 - O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 17:30 horas, através dos telefones 49/3546.0194, pessoalmente no Departamento de Compras ou ainda pelo e-Mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

19.11 – São partes integrantes deste edital os seguintes ANEXOS:

- a) ANEXO I – Procuração;
- b) ANEXO II – Proposta de Preços;
- c) ANEXO III – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- d) ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- e) ANEXO V – Relação dos Órgãos Participantes;
- f) ANEXO VI – Modelo da Ata.
- g) ANEXO VII – Relação das quantidades aproximadas.
- h) ANEXO VIII – Modelo Declaração de Idoneidade.
- i) ANEXO IX - Modelo de declaração de inexistência de vínculo de sócio ou procurador com a administração pública municipal.
- j) ANEXO X – Modelo de Declaração de fato superveniente e impeditivo da habilitação.
- l) ANEXO XI - Declaração de elaboração independente de proposta.
- m) ANEXO XII – Declaração Inciso XXXIII art 7º da CF.

Monte Carlo - SC, 18 de Fevereiro 2014.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
PREFEITO

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

ANEXO I**PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2014****REGISTRO DE PREÇOS***PROCURAÇÃO*

____<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>____, por meio de
____<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E
QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>____, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr.
____<NOME COMPLETO, RG, CPF>____, outorgando-lhe poderes gerais para
representar a referida empresa na Licitação ____<MODALIDADE,
NÚMERO/ANO>____, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances,
interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários a este
procedimento licitatório.

____<Cidade/Estado>____, ____<data>____

<nome completo do representante legal
e qualificação na empresa>

**OBS: Com assinatura do Outorgante
reconhecida em Cartório.**

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

ANEXO II**PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2014****REGISTRO DE PREÇOS****PROPOSTA DE PREÇOS****1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:**

Razão Social:	_____
Nome de Fantasia:	_____
Endereço:	_____
Bairro:	_____Município:_____
Estado:	_____CEP:_____
Fone/Fax:	_____
CNPJ:	_____
Inscrição Estadual:	_____
Inscrição Municipal:	_____

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Prazo de validade da Ata: até 12 (dozes) meses.

3. DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todos os custos e despesas necessários a total execução do objeto ora licitado, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, fretes, seguros, encargos sociais e trabalhistas, embalagens, lucro, honorários profissionais, despesas de hospedagem, alimentação, deslocamento dos profissionais e outros necessários ao cumprimento integral do objeto de Edital do Pregão acima indicado e seus anexos.

Carimbo do CNPJ:

Assinatura do representante

Carimbo da empresa

Continua...

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**ANEXO II - continuação****PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2014****REGISTRO DE PREÇOS****PROPOSTA DE PREÇOS****4. – OBJETO DA PROPOSTA**

RELAÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA						
LOTE Nº X						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	R\$ UNID	R\$ TOTAL
SOMA DO LOTE R\$:						

Monte Carlo – SC, xx de xxxxxxxxxxxxxxxx de xxxx

(representante legal)**OBSERVAÇÃO IMPORTANTÍSSIMA**

A proposta deverá ser apresentada impressa e obrigatoriamente através de mídia na forma eletrônica (cd ou pen-drive) para facilitar a leitura dando assim agilidade ao processo, através do programa “betha autocotação” disponível na página oficial do município para download.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**ANEXO III****PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2014****REGISTRO DE PREÇOS****1. DADOS BANCÁRIOS:**

NOME DO BANCO:	
CIDADE:	
Nº DA AGÊNCIA:	Nº DA CONTA CORRENTE:
TITULAR DA CONTA CORRENTE:	

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº :
CPF/MF Nº:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

ANEXO IV**PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2014****REGISTRO DE PREÇOS****DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

_____(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ nº _____,
sediada em _____(ENDEREÇO COMERCIAL)_____, declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

Obs.: Em se tratando de ME ou EPP, favor orientar-se pelo descrito no item 4.3 parágrafo único.

Monte Carlo (SC), ____ < DATA > _____

Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo da empresa

Carimbo do CNPJ:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**ANEXO V****PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2014****REGISTRO DE PREÇOS****ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

ÓRGÃO GERENCIADOR	CNPJ	GESTOR DO CONTRATO
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO	95.996.104/0001-04	Marcos Nei Correa Siqueira

ÓRGÃOS PARTICIPANTES	CNPJ	GESTOR DO CONTRATO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	04.923.189/0001-45	Marcos Nei Correa Siqueira

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	95.996.104/0001-04	Marcos Nei Correa Siqueira
-----------------------------	--------------------	----------------------------

POLICIA CIVIL	95.996.104/0001-04	Marcos Nei Correa Siqueira
---------------	--------------------	----------------------------

POLICIA MILITAR	95.996.104/0001-04	Marcos Nei Correa Siqueira
-----------------	--------------------	----------------------------

FUNREBOM	95.996.104/0001-04	Marcos Nei Correa Siqueira
----------	--------------------	----------------------------

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**ANEXO VI****PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2014****REGISTRO DE PREÇOS****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2014**

Aosdias do mês de do ano de dois mil e catorze, presentes de um lado, o **MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designado simplesmente **MUNICÍPIO**, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: pessoa jurídica de direito privado, situada na, na cidade de, inscrita no C.N.P.J. sob o nº, neste ato representada pelo, Sr., portador do cpf nº doravante denominado **FORNECEDOR** para eventual entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Decreto Municipal nº 127/2013 e 128/2013 de 23/Dezembro/2013, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata, decorrentes do Pregão Presencial nº 06/2014. Integram à presente Ata, independente de suas transcrições os termos e especificações constantes do Processo Licitatório nº 14/2014.

Os preços registrados são os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	R\$ UND	R\$ TOTAL

Fica de declarado que o preço registrado na presente Ata é válido por um ano, contado da data de assinatura sendo fixos e irreajustáveis.

É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam á presente Ata em DUAS vias de igual teor e forma.

Monte Carlo -SC,....de de 2014.

MUNICIPIO DE MONTE CARLO
Marcos Nei Correa Siqueira

EMPRESA
Representante Legal

Testemunhas:

Fiscal do Contrato:

Vera Lúcia Correa Siqueira:_____

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

ANEXO VII

RELAÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA				
LOTE Nº 1				
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	QTDADE	R\$ UNID
1	ÁGUA SANITÁRIA. Desinfetante de uso geral, alveja, desinfeta, bactericida, cloro ativo. Composição: hipoclorito de sódio e água. Princípio ativo: hipoclorito de sódio. Teor de cloro ativo: 2,0% a 2,5% p/p. Frasco contendo 2 litros do produto. Produto com registro no Ministério da Saúde. (39984)	Unid.	1.500	2,45
2	ÁLCOOL 92%. Álcool líquido, álcool etílico hidratado 92,8% INPM. Composição básica: álcool etílico. Embalagem de plástico resistente, contendo 1 litro. Produto com registro no Inmetro. (3948)	Lt	2.000	5,45
3	ÁLCOOL GEL, etílico hidratado em gel a 72%, embalagem plástica de 500 ml (141664)	Unid	200	2,85
4	CERA LÍQUIDA cor amarela. Produto polimentável para todos os tipos de pisos e superfícies que requerem brilho e proteção. Frasco de plástico resistente, contendo 850 ml. Composição: cera de carnaúba, parafina, resina fumárica, cera de polietileno, emulsificantes, pigmento, perfume, conservante e água. Produto notificado na Anvisa/Ministério da Saúde. Indústria Brasileira. (39986)	Unid	1.000	3,37
5	CERA EM PASTA AMARELA Produto polimentável para todos os tipos de pisos e superfícies que requerem brilho e proteção. Frasco de plástico resistente, contendo 375 gramas. Composição: cera de carnaúba, parafina, resina fumárica, cera de polietileno, emulsificantes, pigmento, perfume, conservante e água. Produto notificado na Anvisa/Ministério da Saúde. (36139)	Unid	1.500	5,72
6	CERA EM LÍQUIDA, cor vermelha, Produto polimentável para todos os tipos de pisos e superfícies que requerem brilho e proteção. Frasco de plástico resistente, contendo 850 ml. Composição: cera de carnaúba, parafina, resina fumárica, cera de polietileno, emulsificantes, pigmento, perfume, conservante e água. Produto notificado na Anvisa/Ministério da Saúde. Indústria. (39987)	Unid.	500	2,44
7	CERA LÍQUIDA INCOLOR. Cera líquida polimentável para todos os tipos de pisos e superfícies que requerem brilho e proteção. Frasco de plástico resistente, contendo 850 ml. Composição: cera de carnaúba, parafina, resina fumárica, cera de polietileno, emulsificantes, pigmento, perfume, conservante e água. Produto notificado na Anvisa/Ministério da Saúde. Indústria Brasileira. (39988)	Unid	300	2,44
8	DETERGENTE COM GLICERINA, Lava louças, líquido para pronto uso, contém tensoativo biodegradável, neutro. Embalagem plástica resistente tampa bico dosador. Frasco contendo 500 ml. Composição: Componente ativo, glicemia, coadjuvantes, conservantes, sequestrantes, espessantes, corantes, fragrância e veículo. Composição Ativa: Linear alquilbenzeno sulfonato de sódio. Produto deve ser testado dermatologicamente. (36143)	Unid.	4.000	0,89

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

9	LIMPA FORNO. Produto armazenado em embalagem de 230 gramas. (3974)	Unid	50	5,15
10	LIMPA PISO. Produto a base de tensoativo não-ionico, sequestrante, neutralizante, conservante, água e corante, tipo removex ® armazenados em embalagens de 2 litros . (39989)	Unid.	1.500	4,98
11	QUEROSENE. Produto armazenado em embalagens de 1 litro. (37187)	Unid	100	7,98
12	SAPONÁCEO LÍQUIDO. Produto indicado para limpeza de sujeiras mais difíceis. Embalagem plástica resistente, com tampa abre/fecha, contendo 300 gramas . Composição: tensoativo aniônico, alcalizante, agente abrasivo, corante e essência. Produto notificado na Anvisa/Ministério da Saúde. (1733)	Unid	1.000	1,89
13	SAPONÁCEO EM PÓ, com detergente 300 ml . Saponáceo em pó, com detergente, indicado para limpeza de sujeiras mais difíceis. Embalagem plástica resistente, com tampa abre/fecha. (39993)	Unid.	1.000	1,21
14	SODA CAUSTICA. Produto em embalagens de 1 kg. (37473)	Unid.	10	8,72
15	DESINFETANTE. Produto líquido, para uso geral, fragrância original. Embalagem de 2 litros. (3951)	Unid	2.500	2,65
16	DESINFETANTE PINHO. Produto armazenado em embalagens de 500 ml. (37822)	Unid	500	2,43

LOTE Nº 2

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	QTDADE	RS UNID
17	AMACIANTE DE ROUPA. Amaciante de roupas para uso profissional. Embalagem plástica resistente, contendo 2 litros . Composição: ativo, coadjuvantes, emulsão de silicone, diluente, conservante (5-cloro-2metilisotiazolin-3-ona e 2-metil-4 isotiazolin-3-ona) perfume, pigmento e água. Componente ativo: cloreto de dialquil dimetil amônio. Produto notificado na Anvisa/ Ministério da Saúde. (36134)	Unid	1.000	2,69
18	ANIL LÍQUIDO. Produto armazenado em embalagens de 200 ml. (38836)	Unid	50	7,95
19	SABÃO EM BARRA DE ALCOOL. Produto que contém em sua fórmula glicerina e alccol. Barra com aproximadamente 400 gramas (37848)	Unid	800	1,82
20	SABÃO PARA LOUÇA (TIPO BRILHANTE®). Sabão em barra glicerinado amarelo, neutro, embalagem com 5 unidades de 200 gramas cada, peso líquido 1 kg. Composição: sabão de ácidos graxos de coco/babaçu, sabão de ácidos graxos de sebo, sabão de ácidos graxos de soja, coadjuvante, glicerina, agente anti-redepositante e água. (37849)	Unid	400	3,10
21	SABÃO EM PÓ MULTIAÇÃO. Produto em caixas com 1 kg . Composição: tensoativo aniônico, tamponantes, coadjuvante, sinergista, branqueador óptico, corantes, alvejantes, essência, carga. Contém alquilbenzeno sulfonato de sódio. Indústria Brasileira. Produto notificado na Anvisa/Ministério da Saúde. (39992)	Unid	2.000	5,76

LOTE Nº 3

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	QTDADE	RS UNID
22	PÁ PARA LIXO, em plástico resistente (39985)	Unid	50	1,42
23	ESCOVA PARA LAVAR ROUPA. Com cabo de plástico e cerdas de nylon (37165)	Unid	50	1,10

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

24	ESCOVA PARA LAVAR MÃOS. Com cerdas de fibra e apoio em plástico resiste com alça. (141074)	Und	60	1,51
25	ESCOVA SANITÁRIA COM SUPORTE. Para limpeza de vaso sanitário, com cabo de plástico e cerdas de nylon. (37166)	Unid	100	7,38
26	ESFREGÃO DE AÇO nº 02. (3983)	Unid	80	1,17
27	ESPONJA DE LÃ DE AÇO. Produto feito de carbono, pacote contendo 08 unidades cada, peso líquido de 60 gramas (3949)	Pcte	300	0,84
28	ESPONJA DE LOUÇA (20 MM). Esponja dupla face para uso geral. (37169)	Unid	1.000	0,28
29	FÓSFORO. Produto em madeira composto em vegetal e mineral, apresentado na forma de palito com ponta em pólvora pacote com 10 caixas com 40 palitos de segurança, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. (36145)	Pcte	200	4,30
30	LUVA DE LÁTEX. Par de luva de borracha caseira para limpeza, Tamanhos P, M ou G/GG anatômica, antiderrapante, melhor sensibilidade, elaborada com látex de borracha natural da mais alta qualidade, revista internamente com flocos de algodão. (141090)	Par	1.000	2,10
31	PALHA DE AÇO Nº 0 (3966)	Und	150	0,58
32	RODO DE CERA (Tamanho grande 1º qualidade) Produto com 40 cm largura (39990)	Unid	200	6,90
33	RODO DE PLÁSTICO. (Tamanho grande 1º qualidade), produto com 60 cm (39991)	Unid	150	9,80
34	SACO PARA LIXO. Capacidade para 15 litros, pacote com 50 unidades. (36156)	Pcte	500	1,03
35	SACO PARA LIXO. Capacidade para 30 litros. pacote com 25 unidades (37198)	Pcte	500	5,00
36	SACO PARA LIXO. Capacidade para 50 litros, pacote com 25 unidades (36157)	Pcte	800	6,25
37	SACO PARA LIXO. Capacidade para 100 litros, pacote com 5 unidades (3975)	Pcte	800	1,95
38	VASSOURA DE NYLON. Produto de primeira qualidade, com cabo, base plástica resistente (37205)	Unid.	300	3,50
39	ODORIZADOR DE AMBIENTE. Produto armazenado em embalagens de 277 gramas com data de fabricação, validade e lote impressos na lata (39995)	Unid	50	4,98
40	INSETICIDA AEROSOL Produto com máxima proteção e eficiência contra baratas, mosquitos e moscas. Em embalagens de 273 gramas (38830)	Unid	50	5,23
41	LIMPA VIDROS. Produto armazenado em embalagens de 500 ml. (37834)	Unid	200	2,19
42	LIMPADOR MULTIUSO (Tipo Veja®), embalagem com 500 ml de capacidade, (37835)	Unid	500	1,91
43	PASTILHA ADESIVA SANITÁRIA. Caixa com 3 unidades (37842)	Cxa	1.000	3,89
44	LUSTRA MÓVEL. Armazenados em embalagens de 200 ml. (37838)	Unid	40	2,85
45	MOP AUTOTORÇÃO, Rodo com mecanismo para eliminar excesso de água, espuma de alto desempenho, cabo em inox retrátil, tamanho aproximado: 37,4 x 6,0 x 93,3 (Mop + cabo Autotorção) (37840)	Unid	80	30,29
46	QUÍMICO ALVEJANTE. Desinfetante em embalagem de 20 kg (141075)	Unid	100	45,00

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

47	QUÍMICO AMACIANTE. Produto em embalagem com 20 kg (141076)	Unid	20	40,00
48	QUÍMICO DETERGENTE EM PÓ. Produto em embalagem com 20 kg (141077)	Unid	20	32,00
49	QUÍMICA PASTA UMECTANTE. Produto em embalagem com 20 Kg (141078)	Unid	20	58,00
50	REFIL MOP AUTOTORÇÃO ALGODÃO (37841)	Unid	80	17,99
51	REMOVEDOR DE CERA. Produto armazenado em embalagem de 1 litro (37193)	Unid	30	6,99
52	RODO DE BORRACHA COM FIXADOR EM METAL E CABO (37847)	Unid	100	6,39
53	TOALHA para limpeza. Toalha tamanho grande para limpeza em geral e de boa qualidade. (37207)	Unid	500	4,99
54	VELA Nº 3. Embalagens com 08 unidades. (37204)	Unid	50	2,86

LOTE Nº 4

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	QTD	RS UNID
55	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO. Embalagem com 16 rolos com 60 metros, com folha simples de alta qualidade com textura macia e picotada com relevo composição 100% fibras naturais e controle bacteriológico. (37468)	Pcte	3.000	14,99
56	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO. Embalagem com 64 rolos com 60 metros, folha simples, composição 100% fibras naturais. (141677)	Fardo	500	35,70
57	GUARDANAPO BRANCO. Pacotes com 50 folhas. (36162)	Pcte	1.000	0,80
58	EMBALAGEM PARA CARNES. Embalagens com capacidade para 8 Kg, contendo 100 pacotes. (36144)	Unid	200	3,86
59	SACOLA PLÁSTICA. Fardos com 100 unidades de 20 Kg (39996)	Fardo	200	57,00
60	PAPEL TOALHA BRANCO. Folha dupla, pacote contendo 02 (dois) rolos com 50 toalhas, medidas aproximadas 22x22cm cada pacote. (37180)	Pcte	1.000	2,10
61	PAPEL ALUMÍNIO. Rolo com 7 metros. (36033)	Unid	50	3,14

LOTE Nº 5

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	QTD	RS UNID
62	ABSORVENTE íntimo, básico com abas. Pacotes com 08 unidades. (37812)	Pcte	50	2,69
63	FRALDA DESCARTAVEL Tamanho P, polpa de celulose polímero super absorvente, filme de polietileno não tecido de fibras de polipropileno não tecido de fibras de poliéster adesivos elásticos tamanho P infantil (141670)	Unid	1.000	0,35
64	FRALDA DESCARTÁVEL , Tamanho M polpa de celulose polímero super absorvente filme de polietileno não tecido de fibras de polipropileno não tecido de fibras de poliéster adesivos elásticos tamanho M infantil (141671)	Unid	1.000	0,35
65	FRALDA DESCARTAVEL , Tamanho G, polpa de celulose polímero super absorvente filme de polietileno não tecido de fibras de polipropileno não tecido de fibras de poliéster adesivos elásticos tamanho G infantil (141672)	Unid	1.000	0,45
66	FRALDA DESCARTAVEL , Tamanho EGG polpa de celulose polímero super absorvente filme de polietileno não tecido de fibras de polipropileno não tecido de fibras de poliéster adesivos elásticos tamanho EGG infantil. (141673)	Unid	1.000	0,51

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

67	FRALDA DESCARTÁVEL , Tamanho Juvenil, polpa de celulose polímero super absorvente filme de polietileno não tecido de fibras de polipropileno não tecido de fibras de poliéster adesivos elásticos tamanho juvenil para crianças de 25 a 30 kg de peso. (141674)	Unid	1.000	0,95
68	PALITO DE DENTE . Caixas com 200 unidades. (37206)	Unid.	200	0,30
69	SABONETE LÍQUIDO . Embalagens de 5 litros. Ingredientes: água, perfume, ácido cítrico, dióxido de titânio (CI77891), leite descremado em pó, óleo de flor de rosa damascena, pigmento roxo 5 (CI 12490), pentetato de pentasódio, ácido etidrônico. 125 gramas (37196)	Gl	700	18,45
70	LENÇOS UMEDECIDOS . Embalagens com 75 unidades. (37832)	Unid.	1.500	2,17
71	LÂMINA DE AÇO PARA BARBEAR . Caixa com 05 unidades (37831)	Unid.	150	1,54
72	FIO DENTAL . Produto com 50 metros (37829)	Unid.	800	4,28
73	COTONETE , haste em plástico, embalagem com 75 unidades (141666)	unid	50	1,60
74	CREME DENTAL COM FLÚOR + CÁLCIO . Embalagem de 90 g. (37820)	Unid.	1.500	1,07
75	ESCOVA DENTAL MÉDIA , macia com 28 tufo. (37826)	Unid.	2.000	1,94
76	DESODORANTE ROLL ON . Embalagem de 50 ml (37823)	Unid.	20	2,69
77	TOALHA DE BANHO . Produto de primeira qualidade. (37202)	Unid.	100	10,05
78	TOALHA DE ROSTO . Produto de primeira qualidade. (37201)	Unid.	500	4,27
79	TOUCA DESCARTÁVEL . Pacotes com 100 unidades. (37203)	Pct	140	17,00
80	SABONETE em barra, embalagem acartonada, 90 gramas . (37197)	Unid.	1.500	0,76
81	SHAMPOO INFANTIL , antialérgico sem irritação, embalagem de 250 ml (37852)	Unid.	1.000	10,90
82	TALCO INFANTIL , antialérgico, embalagem de 100 gramas (37200)	Unid.	1.000	9,49
LOTE Nº 6				
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	QTDADE	RS UNID
83	ACENDEDOR DE FOGÃO . Produto em material plástico, com medidas aproximadas de 22x3 cm (37868)	Unid.	40	5,53
84	PRATO RASO DE LOUÇA (39997)	Unid.	1.000	3,18
85	POTES COM TAMPA . Capacidade para 5 litros. (3117)	Unid.	200	9,75
86	PANELA DE INOX . Capacidade para 20 litros (37857)	Unid.	50	64,68
87	PANELA INOX . Capacidade para 3 litros (38831)	Unid.	30	32,84
88	PANELA DE PRESSÃO . Capacidade para 4,5 litros (37861)	Unid.	20	29,90
89	LEITEIRA DE INOX . Capacidade para 2 litros (37864)	Unid.	30	35,82
90	FORMA PARA BOLO , em alumínio, medidas aproximadas 20cmX30cm (1019)	Unid.	20	13,64
91	FORMA PARA PUDIM , em alumínio (39998)	Unid.	10	10,91
92	GARFO/COLHER em PLÁSTICO , descartável para adulto, embalagem com 50 unidades (38826)	Unid.	150	3,60

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

93	GARRAFA TÉRMICA. Capacidade 1,8 litro (pressão) (38827)	Unid.	20	46,12
94	GARRAFA TÉRMICA. Capacidade 1 litro (37733)	Unid.	40	22,96
95	GARRAFA TÉRMICA. Capacidade 2 litro (38828)	Unid.	50	22,97
96	GARRAFA TÉRMICA. Capacidade 5 litro (35681)	Unid.	50	37,73
97	GARFO/COLHER em INOX. Embalagens com 12 unidades (39999)	Unid.	150	14,55
98	ESFREGADEIRA, de madeira para roupa, (37170)	Unid.	20	17,91
99	ESPANADOR DE PÓ. Plumas de avestruz cabo de 35 cm. (37828)	Unid.	50	11,17
100	FACA de fio mínimo 20 cm de lamina, (141079)	Unid.	30	10,07
101	FACA de mesa inox com 12 und, (40000)	Unid.	150	15,70
102	FACA para pão (994)	Unid.	25	8,12
103	FILTRO PARA CAFÉ Nº 103 (37825)	Cx.	250	2,08
104	ESCUMADEIRA com haste inox (37859)	Unid.	25	8,89
105	JARRA DE PLÁSTICA. Capacidade para 3 litros (37867)	Unid.	150	5,46
106	CHALEIRA DE INOX. Capacidade para 2 litros (40002)	Unid.	40	39,10
107	CHALEIRA DE INOX. Capacidade para 5 litros (37862)	Unid.	40	47,28
108	COADOR DE PANO. Cabo de madeira tamanho grande (37813)	Unid.	100	2,36
109	COLHER DE INOX. Embalagens com 12 unidades (37855)	Unid.	150	11,94
110	CONCHA com haste de inox grande. (38823)	Unid.	40	11,82
111	CORDA para varal, com 10 metros (2438)	Unid.	40	2,27
112	KIT POTES. Produto em plástico resistente capacidade: 1 pote 1500 ml, 1 pote 750 ml, 1 pote 420 ml, 1 pote 250 ml – Kit 4 peças (37815)	Unid.	100	8,86
113	AVENTAL DE TECIDO (37860)	Unid.	200	6,79
114	BULE DE INOX. Capacidade de 2 litros (37863)	Unid.	40	41,79
115	BALDE GRANDE. Capacidade de 20 litros (35763)	Unid.	150	8,50
116	BALDE GRANDE. Capacidade de 50 litros (37209)	Unid.	100	10,89
117	COPOS PLÁSTICOS tipo escolar (4559)	Unid.	2.000	2,63
118	COPOS PLÁSTICOS descartáveis de 150ml C/ 100 unds. Em poliestireno, embalados em manga /pacote com 100 unidades, a embalagem devera estar protegida com sacos plásticos em manga inviolável, com dados de identificação. (141080)	Pcte	3.000	2,26
119	COPOS PLÁSTICOS descartáveis de 220ml c/ 100 unds 220 ml, em poliestireno, embalados em manga/pacote com 100 unidades, a embalagem devera estar protegida com sacos plásticos em manga inviolável, com dados de identificação. (141081)	Pcte	1.500	2,72
120	COPOS PLÁSTICOS descartáveis de 50ml c/ 100un. (141093)	Pcte	1.500	2,10
121	COPOS DE ISOPOR, capacidade de 180 ml, em caixas com 2.500 unidades (141665)	Cxa	100	78,55
122	FILTRO DE PAPEL PARA CAFÉ Nº 2. Caixa com 40 filtros (38817)	Cx.	500	1,81
123	LIXEIRO PARA COZINHA. Capacidade de 20 litros com pedal (40005)	Unid.	100	22,73
124	LIXEIRO PARA COZINHA. Capacidade de 50 litros com pedal (141082)	Unid.	50	35,46
125	LIXEIRO PARA SALA DE AULA, em plástico, com capacidade para 15 lts (37837)	Unid.	200	3,64
126	LIXEIRO PARA BANHEIRO. Capacidade de 30	Unid.	300	11,82

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

	litros com pedal. (38818)			
127	PRATO PLÁSTICO ESCOLAR. (37179)	Unid.	2.000	2,84
128	PRATOS PLÁSTICOS. Descartáveis, Pacotes com 10 unidades (36148)	Pcte	600	1,99
129	TOLHA DE LOUÇA. Produto alvejado de boa qualidade (36155)	Unid.	1.000	2,99
130	TABUA DE CORTAR CARNE. Com aproximadamente 40x60cm de boa qualidade. Preferencialmente de polietileno. (37856)	Unid.	50	7,49
131	RALADOR DE QUEIJO em plástico (38833)	Unid.	30	3,62
132	TRAVESSA TIPO MARINEX ® GRANDE (38834)	Unid.	40	23,64
133	VALVULA COM MANGUEIRA DE GÁS. Para botijões de 13kg. Com mangueira apropriada com aproximadamente 100cm - (38835)	Unid.	40	21,82
134	ESGUICHO de 1ª qualidade, mangueira resistente de ½", comprimento de 30m, com terminais para adaptação em torneira de ½" e ¾" – (36164)	Unid.	50	31,82
135	DIVISÓRIAS PLÁSTICAS descartáveis para bandejas térmicas – (141084)	Unid.	200	7,31
136	BANDEJA TÉRMICA. Produto com 05 compartimentos e lugar para suco, sobremesa e talheres. (141085)	Unid.	50	5,13
137	PRENDEDOR DE ROUPA. Embalagens com 12 unidades (37186)	Unid.	200	1,15
138	ESCOVA DE LAVAR MAMADEIRA. (2462)	Unid.	100	3,23
139	BANDEJA PLÁSTICA, multiuso, quadrada, em plástico resistente, capacidade 4,0 lts (141676)	Unid.	100	4,59
140	DISPENSER PARA PAPEL TOALHA, medidas aproximadas 25x29x12 cm lxaxc com sistema e material para fixação cor branca (141668)	Unid.	30	17,50
141	DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO, com depósito fixo visor em acrílico transparente e pulsador capacidade mínima de 600 ml com sistema e material para fixação cor branca (141669)	Unid.	30	18,00
142	FRASCO PLÁSTICO, pulverizador com gatilho, capacidade 500 ml (141675)	Unid.	20	3,45
143	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO, 02 dobras grofado, 100 % celulose virgem 100 % branco 20x23 cm gramatura 26 g/ml 1.000 fls (141678)	Fardo	500	6,85
LOTE Nº 7				
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	QTD	RS UNID
144	PILHA 9V (37845)	Und.	100	7,12
145	PILHA ALCALINA AA. Embalagem com 04 unidades (37843)	Unid.	100	6,41
146	PILHA MÉDIA C. Embalagem com 02 unidades (37844)	Unid.	100	3,68
147	PILHA PALITO AAA. Embalagem com 02 unidades (36060)	Unid.	100	3,14

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

ANEXO VIII**PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2014****REGISTRO DE PREÇOS****DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

A (nome da empresa), localizada no endereço (endereço completo-rua, bairro, cidade, estado), devidamente inscrita no cnpj sob o nº (especificar), com vistas ao credenciamento junto a Administração do Município de Monte Carlo no Processo Licitatório nº (xx/xxxx); DECLARA sob as penas da lei que não está cumprindo penalidade de inidoneidade, suspensão ou impedimento de contratar com a Administração Pública.

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

(nome/representante legal)

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**ANEXO IX****PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2014****REGISTRO DE PREÇOS****DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO, SÓCIO OU PROCURADOR
VINCULADO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

_____(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ nº _____,
sediada em _____(ENDEREÇO
COMERCIAL)_____, declara, nos termos do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, que não
possui como sócio ou procurador, ou sendo pessoa física não é, servidor público
efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, nem mantém vínculo de qualquer
espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, não é pessoa terceirizada cuja
atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil,
Financeiro ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

Monte Carlo (SC), ____< DATA> _____

Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo da empresa

Carimbo do CNPJ:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

ANEXO X**PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2014****REGISTRO DE PREÇOS****DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E
IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO.**

A (nome da empresa), localizada no endereço (endereço completo-rua, bairro, cidade, estado), devidamente inscrita no cnpj sob o nº (especificar), para efeito de participação junto a Administração do Município de Monte Carlo no Processo Licitatório nº (xx/xxxx); DECLARA sob as penas da lei que não possui fato impeditivo que altere os dados para efetivação da sua habilitação e ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

(nome/representante legal)

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**ANEXO XI****PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2014****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2014****REGISTRO DE PREÇOS****MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado LICITANTE para fins do disposto no Edital do Processo Licitatório nº xx/xxxx, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar do presente processo licitatório foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de Administração Municipal antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em ____ de _____ de _____

(representante legal do licitante).

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**ANEXO - XII****PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2014****REGISTRO DE PREÇOS****MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO NO DISPOSTO NO INCISO XXIII
DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

(nome), portador do CPF N.º _____, na condição de
preposto da empresa _____,
inscrita no CNPJ sob o N.º _____, DECLARO,
sob as penas da lei*, que a pessoa jurídica acima nominada encontra-se em situação
regular quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição
Federal.

Por ser esta uma declaração da verdade, firmo o presente para os efeitos pretendidos,
especialmente para comprovação de regularidade quanto ao cumprimento da norma
constitucional de proteção ao trabalho do menor e do adolescente junto ao Sistema
Federal de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

_____, em ____/____/____.

*Código Penal, art. 299.

Representante da Licitante

Processo Licitatório Nº 15/2014

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 15/2014

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014

REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação futura de pessoa jurídica para execução do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues a partir das 08:00 horas do dia 10/março/2014 até as 17:30 horas do dia 20/março/2014. Abertura da sessão no dia 21/março/2014 às 14:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Decreto Municipal nº 127/2013 e 128/2013 de 23/Dezembro/2013, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

1 – DO OBJETO

1.1 – O presente pregão tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de EXTINTORES DE INCÊNDIO, RECARGAS E TESTES conforme especificações e delimitações constantes neste Edital, para exercício de 2014.

2 – DA EXECUÇÃO

2.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos licitados, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 – Os produtos de que trata este Pregão são aquelas previstas no Anexo VII deste edital.

2.3 - A licitante vencedora efetuará entrega dos objetos do presente processo mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de vinte e quatro horas.

2.4 – As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

3 – DA PARTICIPAÇÃO

3.1 – Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que satisfizerem as condições de habilitação preliminar enumeradas no item nº 6 do presente Edital.

3.2 – Não poderá participar desta licitação, empresas temporariamente suspensa de licitar e impedida de contratar junto ao Município de Monte Carlo.

3.3 – Não poderá participar da licitação, empresa declarada inidônea para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei Federal nº 8666/1993 e suas alterações.

3.4 – É vedada a participação nesta licitação, empresas das quais

participem, seja a título de sócio-administrador ou sócio-cotista, servidor público do município de Monte Carlo.

3.5. – Não será permitida a participação nesta licitação de empresas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

3.6 – Não poderá participar da licitação empresa com falência decretada ou concordatária.

3.7 – Somente poderão participar da presente licitação as empresas cujo objeto social seja pertinente ao objeto licitado.

3.7.1 – Entende-se por pertinência, o objeto social da proponente que, mesmo não sendo idêntico ao objeto da licitação, seja ao menos apropriado a este, ou seja, o objeto social da licitante não deve ser totalmente estranho e incompatível com o objeto licitado.

3.8 - Por força do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, e em honra ao princípio da moralidade, não poderão participar desta licitação, servidor público, efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, excetua-se destas vedações o servidor público municipal no gozo de licença não remunerada para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação municipal vigente; bem como, não seja pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro, Obras, Educação ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

3.9 - Estrangeiras que não funcionem no País.

3.10 – Fica vedada a participação de empresas de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.

3.11 – Não será admitida a participação de cooperativas e ou instituições sem fins lucrativos cujos os estatutos e objetivos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto ora licitado.

4 - DO CREDENCIAMENTO

4.1 - Quando a interessada for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, esta deverá apresentar Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado com data inferior a 30 (trinta) dias da apresentação ou Contrato Social na forma da lei.

4.2 - Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração (podendo utilizar o ANEXO I como modelo) ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, devendo apresentar, também, a mesma documentação constante do item 4.1 deste capítulo, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

4.2.1 - Não poderá atuar como procurador da proponente, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto. Excetua-se desta vedação o servidor público municipal no gozo de licença não remunerada para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação municipal vigente.

4.3 - Apresentar declaração de cumprimento de plenos requisitos da habilitação, modelo Anexo IV.

4.4 – No caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, e,

que quiserem utilizar-se das prerrogativas e direitos da LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, deverão manifestar esse interesse no momento do credenciamento, prerrogativa esta comprovada com a apresentação da Certidão Simplificada mencionada no item 4.1

4.5 - Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 4.1, 4.2 e 4.3 deverão vir fora dos envelopes de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

4.6 – Havendo remessa via postal dos envelopes ou defeito no credenciamento pela ausência de algum dos documentos tratados no item “5 – Proposta de Preços”, a licitante não poderá participar da fase de lances, permanecendo com sua proposta fixa, bem como não poderá se manifestar acerca da interposição de recurso quando declarado o vencedor.

4.7 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro, ou membro da Equipe de Apoio ou servidor do Departamento de Compras.

5 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014
REGISTRO DE PREÇOS
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
ENVELOPE Nº 01 - “PROPOSTA DE PREÇOS”

5.2 - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) ser apresentada no formulário ANEXO II ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos serviços e/ou produtos segundo as exigências mínimas apresentadas no Anexo VII deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.
- b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ;
- c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
- d) conter o preço unitário e total de cada item, em moeda corrente nacional, em algarismo, limitado a 02 (duas) casas decimais para os centavos, respeitados os valores máximos trazidos pelo Termo de Referência.
- e) as licitantes deverão apresentar proposta de preços contendo preços unitários, inferiores aos preços máximos admitidos pelo Edital.
- f) conter prazo de validade da ata por 12 meses;
- g) oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

5.3 - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos (conforme modelo no ANEXO III).

5.4 - Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF (conforme modelo no ANEXO III).

5.5 – Anexar a proposta, as Declarações solicitadas no presente Edital; que são:

- 5.5.1 - Declaração de inexistência de vínculo de sócio ou procurador com a administração pública municipal, modelo Anexo IX;
- 5.5.2 – Declaração de Idoneidade, modelo Anexo VIII;
- 5.5.3 - Declaração de inexistência de fato impeditivo, modelo Anexo X;
- 5.5.4 – Declaração de elaboração independente de proposta, conforme Instrução Normativa nº 02 de 16.Setembro.2009, modelo Anexo XI;

5.6 – Havendo divergência entre a descrição dos produtos constantes no Anexo VII e a proposta eletrônica disponível no sistema, prevalece a constantes neste Edital.

6 - DA HABILITAÇÃO

6.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014
REGISTRO DE PREÇOS
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
ENVELOPE Nº 02 - “DOCUMENTAÇÃO”

6.2 - Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

6.2.1 – Quanto à habilitação Jurídica:

a) Contrato social na forma de lei (sê, não apresentado na fase de credenciamento).

6.2.2 – Quanto à regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);
- e) Prova de Regularidade com a Previdência Social (Certidão Negativa de Débito - CND emitida pelo INSS);
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;
- g) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, modelo Anexo XII;

6.3 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

7.1 – Será de responsabilidade da licitante vencedora:

7.1 - Entregar o objeto do presente processo licitatório nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

7.2 - Realizar os serviços ou a entrega dos materiais, na sede do município, diretamente nos locais a que for autorizado o serviços, na parte que couber.

7.3 – Entregar os objetos licitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele, no dia e hora que o mesmo solicitar, salvo por motivo de força maior ou urgência comprovada;

7.4 - Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o documento referido no item anterior, ou fazer constar na NF em campo específico para informações adicionais o número da Ordem de Fornecimento.

7.5 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

7.6 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

8 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições deste Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

8.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

8.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

8.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

8.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

8.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

8.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

8.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

8.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

8.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório e no contrato.

8.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

8.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

8.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua

imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

8.13.1 – Para fiscalização dos contratos oriundos do presente processo licitatório, será definida a pessoa responsável, na Ata de Registro de Preços em sua cláusula 7.13.1;

8.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Edital e no Contrato.

8.15 – Rejeitar a execução do objeto do contrato, por terceiros, sem autorização, ou se houver, que não seja aquele da informação constante na proposta apresentada.

9 - DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 - No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no Capítulo 4.

9.2 - Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, o Pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

9.3 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

9.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

9.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

9.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

9.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços;

9.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

9.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

9.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.11 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerados aqueles acima do preço de mercado.

9.12 - Neste momento, após finalizada os lances, será concedido

a LICITANTE Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que no início se credenciou como tal, o direito de preferência, conforme parágrafo 3º do Artigo 45 da LC Nº 123/2006, desde que esteja com proposta dentro do preço compreendido entre a menor proposta apresentada mais 5%(cinco por cento), apresentar no prazo máximo de 05(cinco) minutos, nova proposta menor que a menor proposta até então apresentada. O disposto neste item somente ser aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.13 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço para que seja obtido preço ainda melhor.

9.14 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições.

9.15 - Neste íterim será concedido novamente o direito de preferência, no caso de ter sido vencedora na etapa de lances uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para havendo irregularidades na documentação de Regularidade Fiscal, apresentar as devidas correções e ou substituições no prazo máximo de 02 (dois) dias, prorrogáveis por mais 02 (dois), conforme parágrafo 1º do Art. 43 da LC 123/2006, para regularização da documentação.

9.16 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

9.17 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes.

9.17.1 - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar. Serão registrados os fornecedores na ordem de sua classificação, para fins de convocação remanescente na forma do art. 64, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

9.18 - O Pregoeiro somente manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos licitantes perdedores quando houver manifestação de recurso previsto no item 14.1 deste Edital;

9.19 - Da sessão pública será lavrada Ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

9.20 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

10 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

10.1 - A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO – JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas às exigências deste Edital.

11 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

11.1 – Decairão do direito de impugnar os termos desta licitação perante à Administração, os licitantes que não o fizerem dentro do prazo legal, conforme art. 41, § 2º da Lei nº 8.666/93, hipótese que tal comunicação posterior não terá efeito de recurso.

11.2 – A propositura de impugnação ou esclarecimento por via postal, não impede a realização do certame, ficando a cargo da proponente, certificar-se que o pedido deverá ser entregue na

sede da Prefeitura Municipal, até o prazo previsto no item 11.1, sob pena de não conhecimento do mesmo.

11.3 – Somente serão aceitos pedidos de esclarecimento ou impugnações, devidamente formalizados por escrito, pelos proponentes interessados, e regularmente protocolados perante o Setor de Compras e Licitações do Município de Monte Carlo –SC.

11.3.1 – Pelo recebimento do pedido de esclarecimento ou impugnação, terá o Presidente da Comissão de Licitações que promover sua resposta.

11.4 - Os pedidos de impugnação ou esclarecimento deverão indicar obrigatoriamente, um endereço eletrônico para onde serão remetidas as respostas e decisões, pelo Setor de Compras e Licitações.

11.5 - Pedidos de esclarecimento ou impugnações formuladas em desacordo com o previsto nos itens 11.1 a 11.4, e seus subitens, deste Edital, serão tidos como inexistentes, e não receberão resposta, sob nenhuma justificativa.

12 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 – As obrigações decorrentes da entrega dos produtos e serviços constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre a Administração, os Órgãos Participantes e o Fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será o da assinatura do contrato até o prazo de 12 (doze) meses.

12.2 - O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado através de publicação no DOM – Diário Oficial dos Municípios, a firmar a Ata de Registro de Preços no prazo máximo de até 5 (cinco) dias corridos, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação elencadas no item 6 bem como as do item 19 no que couber.

12.3 – O licitante que, convocado para assinar a Ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

12.4 – No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante vencedora deverá apresentar os seguintes documentos:

12.4.1 – Certidão negativa de falência e concordata.

12.5 – Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

12.6 – Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

12.7 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13 – DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

13.1 - Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

14 - DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

14.2 - Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), sendo submetido este resultado ao Prefeito Municipal para homologação.

14.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, a qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

14.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

14.5 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

14.6 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato é verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
- b) multa,
- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

14.7 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

14.8 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

14.9 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

14.10 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e

não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

14.11 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros: 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

14.12 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

14.13 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 14.6 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 3, do Item nº 14.14, e alcançar o total de 20 pontos, cumulativamente, conforme a graduação de infrações constantes na Tabela a seguir:

TABELA - 1

GRAU DE INFRAÇÃO	PONTUAÇÃO PARA CADA INFRAÇÃO COMETIDA DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

14.14 – Pelo descumprimento das obrigações contratuais, o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

TABELA - 2

GRAU DE INFRAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$: 300,00
2	R\$: 500,00
3	R\$: 700,00
4	R\$: 900,00
5	R\$: 2.000,00
6	R\$: 4.000,00

TABELA - 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada	1	Por ocorrência
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto	3	Por ocorrência
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes	6	Por ocorrência

4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato	1	Por empregado e por dia
5	Fornecer informação pífida sobre execução do objeto do contrato	2	Por ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais	6	Por ocorrência
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento	1	Por ocorrência
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras	2	Por ocorrência
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital	1	Por ocorrência
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos	1	Por ocorrência
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado	2	Por ocorrência
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente	2	Por ocorrência
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar	2	Por ocorrência

14.15 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

14.16 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

14.17 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

15 – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.1.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

15.1.2 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

15.1.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

15.1.4 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

16 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

16.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- II - recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV - tiver presentes razões de interesse público;
- V - for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- VI - for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

16.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

17 – DA DOTAÇÃO

17.1 - As despesas decorrentes da entrega/realização do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2014.

17.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

18 – DO PAGAMENTO

18.1 - O pagamento pela execução objeto da presente licitação, será feito em favor da licitante vencedora, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores devidamente identificados, após as publicações mensais, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1 – Conforme disposição legal contida no Decreto nº 7.507, art. 2º, § 1º, de 27 de junho de 2011, os fornecedores obrigam-se a informar a esta administração, caso sejam vencedores do certame, número de conta em agência de banco oficial federal (BANCO DO BRASIL OU CAIXA ECONOMICA FEDERAL), para receberem seus créditos sem custo adicionais. Caso apresentem número de contas em bancos não oficiais, do ramo privado, ARCARÃO com os custos provenientes da transferência do pagamento.

18.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 5.2. letra a deste Edital).

18.3 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a da emissão da nota fiscal.

18.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

19.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

19.3 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

19.4 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

19.5 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

19.6 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

19.7 - O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na sala do Setor de Compras e Licitações, logo após sua homologação.

19.8 - Detalhes não citados, referentes a prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

19.9 - O Prefeito Municipal poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

19.10 - O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 17:30 horas, através dos telefones 49/3546.0194, pessoalmente no Departamento de Compras ou ainda pelo e-Mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

19.11 - São partes integrantes deste edital os seguintes ANEXOS:

- a) ANEXO I – Procuração;
- b) ANEXO II – Proposta de Preços;
- c) ANEXO III – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- d) ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- e) ANEXO V – Relação dos Órgãos Participantes;
- f) ANEXO VI – Modelo da Ata.
- g) ANEXO VII – Relação das quantidades aproximadas.
- h) ANEXO VIII – Modelo Declaração de Idoneidade.
- i) ANEXO IX - Modelo de declaração de inexistência de vínculo de sócio ou procurador com a administração pública municipal.
- j) ANEXO X – Modelo de Declaração de fato superveniente e impeditivo da habilitação.
- l) ANEXO XI - Declaração de elaboração independente de proposta.
- m) ANEXO XII – Declaração Inciso XXXIII art 7º da CF.

Monte Carlo - SC, 25 de Fevereiro 2014.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

PREFEITO

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

ANEXO I**PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014****REGISTRO DE PREÇOS***PROCURAÇÃO*

____<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>____, por meio de
____<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E
QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>____, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr.
____<NOME COMPLETO, RG, CPF>____, outorgando-lhe poderes gerais para
representar a referida empresa na Licitação ____<MODALIDADE,
NÚMERO/ANO>____, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances,
interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários a este
procedimento licitatório.

____<Cidade/Estado>____, ____<data>____

<nome completo do representante legal
e qualificação na empresa>

**OBS: Com assinatura do Outorgante
reconhecida em Cartório.**

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**ANEXO II****PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014****REGISTRO DE PREÇOS****PROPOSTA DE PREÇOS****1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:**

Razão Social:	_____
Nome de Fantasia:	_____
Endereço:	_____
Bairro:	_____Município:_____
Estado:	_____CEP:_____
Fone/Fax:	_____
CNPJ:	_____
Inscrição Estadual:	_____
Inscrição Municipal:	_____

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Prazo de validade da Ata: até 12 (dozes) meses.

3. DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todos os custos e despesas necessários a total execução do objeto ora licitado, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, fretes, seguros, encargos sociais e trabalhistas, embalagens, lucro, honorários profissionais, despesas de hospedagem, alimentação, deslocamento dos profissionais e outros necessários ao cumprimento integral do objeto de Edital do Pregão acima indicado e seus anexos.

Carimbo do CNPJ:

Assinatura do representante
Carimbo da empresa

Continua...

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**ANEXO II - continuação****PREGÃO PRESENCIAL N° 07/2014****REGISTRO DE PREÇOS****PROPOSTA DE PREÇOS****4. – OBJETO DA PROPOSTA**

RELAÇÃO DOS PRODUTOS, MATERIAIS e SERVIÇOS						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTDADE	R\$ UNID	R\$ TOTAL
1						

Monte Carlo – SC, xx de xxxxxxxxxxxxxxxx de xxxx

(representante legal)

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**ANEXO III****PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014****REGISTRO DE PREÇOS****1. DADOS BANCÁRIOS:**

NOME DO BANCO:	
CIDADE:	
Nº DA AGÊNCIA:	Nº DA CONTA CORRENTE:
TITULAR DA CONTA CORRENTE:	

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº :
CPF/MF Nº:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

ANEXO IV**PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014****REGISTRO DE PREÇOS****DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

_____(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ nº _____,
sediada em _____(ENDEREÇO COMERCIAL)_____, declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que
cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

Obs.: Em se tratando de ME ou EPP, favor orientar-se pelo descrito no item 4.3 parágrafo único.

Monte Carlo (SC), ____ < DATA > _____

Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo da empresa

Carimbo do CNPJ:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**ANEXO V****PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014****REGISTRO DE PREÇOS****ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

ÓRGÃO GERENCIADOR	CNPJ	GESTOR DO CONTRATO
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO	95.996.104/0001-04	Marcos Nei Correa Siqueira

ÓRGÃOS PARTICIPANTES	CNPJ	GESTOR DO CONTRATO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	04.923.189/0001-45	Marcos Nei Correa Siqueira

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	95.996.104/0001-04	Marcos Nei Correa Siqueira
-----------------------------	--------------------	----------------------------

POLICIA CIVIL	95.996.104/0001-04	Marcos Nei Correa Siqueira
---------------	--------------------	----------------------------

POLICIA MILITAR	95.996.104/0001-04	Marcos Nei Correa Siqueira
-----------------	--------------------	----------------------------

FUNREBOM	95.996.104/0001-04	Marcos Nei Correa Siqueira
----------	--------------------	----------------------------

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**ANEXO - VI****PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014****REGISTRO DE PREÇOS****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2014**

Aosdias do mês de do ano de dois mil e catorze, presentes de um lado, o **MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designado simplesmente **MUNICÍPIO**, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: pessoa jurídica de direito privado, situada na, na cidade de, inscrita no C.N.P.J. sob o nº, neste ato representada pelo, Sr., portador do cpf nº doravante denominado **FORNECEDOR** para eventual entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Decreto Municipal nº 127/2013 e 128/2013 de 23/Dezembro/2013, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata, decorrentes do Pregão Presencial nº 07/2014. Integram à presente Ata, independente de suas transcrições os termos e especificações constantes do Processo Licitatório nº 15/2014.

Os preços registrados são os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	R\$ UND	R\$ TOTAL

Fica de declarado que o preço registrado na presente Ata é válido por um ano, contado da data de assinatura sendo fixos e irreajustáveis.

É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam á presente Ata em DUAS vias de igual teor e forma.

Monte Carlo -SC,....de de 2014.

MUNICIPIO DE MONTE CARLO
Marcos Nei Correa Siqueira

EMPRESA
Representante Legal

Testemunhas:

Fiscal do Contrato:

Vera Lúcia Correa Siqueira:_____

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

ANEXO - VII

RELAÇÃO DE PRODUTOS, MATERIAIS e SERVIÇOS				
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	QTDADE	R\$ UNID
1	EXTINTOR NOVO – CO2 – 4 Kg	UND	42	340,00
2	EXTINTOR NOVO – CO2 – 6 Kg	UND	30	370,00
3	EXTINTOR NOVO – PQS – 4 Kg	UND	42	145,00
4	EXTINTOR NOVO – PQS – 6 Kg	UND	30	165,00
5	RECARGA EXTINTOR – PQS – 4 Kg	UND	84	50,00
6	RECARGA EXTINTOR – PQS – 6 Kg	UND	60	60,00
7	RECARGA EXTINTOR - CO2 – 4 Kg	UND	84	62,00
8	RECARGA EXTINTOR – CO2 – 6 KG	UND	60	71,00
9	RETESTE EXTINTOR – PQS – 4 Kg	UND	84	21,00
10	RETESTE EXTINTOR – PQS – 6 Kg	UND	60	22,00
11	EXTINTOR NOVO - COM CARGA DE PÓ ABC, PARA USO VEICULAR , P1, VALVULA DE METAL OU PLASTICO – 1 Kg	UND	20	83,00
12	EXTINTOR NOVO - COM CARGA DE PÓ ABC, PARA USO VEICULAR, P2, VALVULA DE METAL 4" – 2 Kg	UND	20	139,00
13	EXTINTOR NOVO - COM CARGA DE PÓ ABC, PARA USO VEICULAR, P4, VALVULA DE METAL 5" – 4 Kg	UND	20	276,00

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

ANEXO VIII**PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014****REGISTRO DE PREÇOS****DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

A (nome da empresa), localizada no endereço (endereço completo-rua, bairro, cidade, estado), devidamente inscrita no cnpj sob o nº (especificar), com vistas ao credenciamento junto a Administração do Município de Monte Carlo no Processo Licitatório nº (xx/xxxx); DECLARA sob as penas da lei que não está cumprindo penalidade de inidoneidade, suspensão ou impedimento de contratar com a Administração Pública.

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

(nome/representante legal)

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

ANEXO IX**PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014****REGISTRO DE PREÇOS****DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO, SÓCIO OU PROCURADOR
VINCULADO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

_____(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ nº _____,
sediada em _____(ENDEREÇO COMERCIAL)_____, declara, nos termos do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, que não possui como sócio ou procurador, ou sendo pessoa física não é, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, nem mantém vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, não é pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

Monte Carlo (SC), ____ < DATA> _____

Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo da empresa

Carimbo do CNPJ:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

ANEXO X**PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014****REGISTRO DE PREÇOS****DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E
IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO.**

A (nome da empresa), localizada no endereço (endereço completo-rua, bairro, cidade, estado), devidamente inscrita no cnpj sob o nº (especificar), para efeito de participação junto a Administração do Município de Monte Carlo no Processo Licitatório nº (xx/xxxx); DECLARA sob as penas da lei que não possui fato impeditivo que altere os dados para efetivação da sua habilitação e ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

(nome/representante legal)

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

ANEXO XI**PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2014****REGISTRO DE PREÇOS****MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado LICITANTE para fins do disposto no Edital do Processo Licitatório nº xx/xxxx, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar do presente processo licitatório foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de Administração Municipal antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em ____ de _____ de _____

(representante legal do licitante).

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

ANEXO - XII**PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014****REGISTRO DE PREÇOS****MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO NO DISPOSTO NO INCISO XXIII
DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

(nome), portador do CPF N.º _____, na condição de
preposto da empresa _____,
inscrita no CNPJ sob o N.º _____, DECLARO,
sob as penas da lei*, que a pessoa jurídica acima nominada encontra-se em situação
regular quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição
Federal.

Por ser esta uma declaração da verdade, firmo o presente para os efeitos pretendidos,
especialmente para comprovação de regularidade quanto ao cumprimento da norma
constitucional de proteção ao trabalho do menor e do adolescente junto ao Sistema
Federal de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

_____, em ____/____/____.

*Código Penal, art. 299.

Representante da Licitante

Processo Licitatório Nº 16/2014**AVISO DE LICITAÇÃO****PROCESSO DE LICITAÇÃO 16/2014****TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 01/2014**

OBJETO: Contratação de empresa para Pavimentação de Calçamento de Pedra Irregular, passeio, meio-fio, drenagem, rampas de acesso e sinalização viária na Rua Cândida Corrêa Becker, com área de 2.305,92 m2, conforme projetos, memoriais, orçamentos, cronogramas e relatórios em anexo.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: até as 17:30 horas do dia 26/março/2014; ABERTURA: às 09:00 horas do dia 27/março/2014.

TIPO MENOR PREÇO – JULGAMENTO POR ITEM.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROJETO COMPLETO:

Presencial: Prefeitura Municipal de Monte Carlo - SC, SC 452 km 25, nº 1551 - Centro.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

Telefone No 49/3546.0194 ramal 231,

Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br

e-Mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 25 de Fevereiro de 2014

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA**Suspensão Decisão Adm.11/2013 Jsg**

CERTIDÃO DE SUSPENSÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº11/2013

EMPRESA JSG CONSTRUÇÕES E REVITALIZAÇÕES DE OBRAS LTDA

CERTIFICO, para os devidos fins que, em data de 27/02/2013 neste Município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, recebi a CI /PGM nº167/2014 da procuradoria Jurídica, e em cumprimento à decisão dos Autos n. 135.14.600097-1 da Ação: Mandado de Segurança/Lei Especial fls. 130 à 142, proceda-se a SUSPENSÃO DA DECISÃO ADMINISTRATIVA do processo administrativo 11/2013 aberto contra a empresa JSG, bem como não embaraçar a continuidade da impetrante na obra, até segunda ordem.

O referido é verdade, do que dou fé.

Navegantes, 27 de Fevereiro de 2014.

ANNA CLAUDIA GAYA COSTA

Encarregada Processo Administrativo.

BENILDE PERAO

Secretária de Administração e Logística

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito Municipal de Navegantes,

Aviso de Licitação Pregão Presencial 41/2014 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2014 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se

encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO DE CALHAS E RUFOS DEVIDAMENTE INSTALADOS, PARA OS PREDIOS PUBLICOS MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC Data da entrega dos envelopes: 18/03/2014 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 18/03/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 05 de março de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

Aviso de Licitação Pregão Presencial 54/2014 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2014 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO, MELHORIAS E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC Data da entrega dos envelopes: 18/03/2014 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 18/03/2014 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 05 de março de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

Extrato Contratual Nº 036/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 036/2014.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Contratada...: MERCOLUX COMERCIAL ELÉTRICA LTDA.

Vigência.....: Início: 29/01/2014 Término:27/08/2014.

Valor: R\$ 914.520,72 (novecentos e quatorze mil quinhentos e vinte reais e setenta e dois centavos).

Licitação.....: Tomada de Preço nº 215/2013.

Recursos.....: Dotação: 2.065.3390.00.

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRAS EM DIVERSOS LOGRADOUROS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, CONFORME TOMADA DE PREÇO Nº 215/2013.

NAVEGANTESPREV**Portaria Nº 004/2014 " Concede Aposentadoria por Idade, Em Carater Proporcional"**

PORTARIA N º 004 DE 06 DE MARÇO DE 2014.

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE, EM CARÁTER PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40 §1º, III, "b" da CFRB/1988, com redação da EC nº 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência

Social, e de acordo com o que dispõe a lei complementar municipal n.º 99/2011, que instituiu o Regime,

RESOLVE:

I Conceder o benefício de Aposentadoria por Idade ao servidor JOSÉ MANOEL MARTINS, portador da cédula de identidade n.º 1.404.579 SSP/SC, inscrito no CPF sob o n.º 352.020.259-04 e Pis/Pasep n.º 105.81599.49.4, efetivo no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotado na Secretaria de Obras, com proventos PROPORCIONAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo n.º 2014.02.00002, a partir desta data até posterior deliberação.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 06 DE MARÇO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Jan Ullrich

DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Nova Trento

PREFEITURA

Ata de Registro de Preços Nº 010/2014

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2014

PROCESSO Nº 021/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2014

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de 2014, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Praça del Comune, nº 126, Centro, em Nova Trento/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 24/02/2014, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa que forneça serviços de Mão de Obra para pequenas reformas nas estruturas físicas da Prefeitura Municipal de Nova Trento, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente edital.

A Licitante registrada para os materiais cotados é:

JV EMPREENDIMENTOS LTDA ME. (CNPJ Nº 16.987.577/0001-02) LOTE I – Secretarias Municipais de: Administração e Finanças; Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento; Agricultura e Meio Ambiente; Educação e Esportes; Assistência Social; Cultura e Turismo.

Item	Qtidade.	Und.	ESPECIFICAÇÃO	VI. Unitário	VI. Total
01	2.250	Horas	Serviço de Mão de Obra de Pedreiro	R\$ 13,50	30.375,00

02	1.750	Horas	Serviço de Mão de Obra de Carpinteiro	R\$ 13,00	22.750,00
03	1.200	Horas	Serviço de Mão de Obra de Pintor	R\$ 15,00	18.000,00
04	2.250	Horas	Serviço de Mão de Obra de Servente de Pedreiro	R\$ 11,00	24.750,00
05	600	Horas	Serviço de Mão de Obra de Jardineiro	R\$ 13,50	8.100,00

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 103.975,00

JV EMPREENDIMENTOS LTDA ME. (CNPJ Nº 16.987.577/0001-02) LOTE II – Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

Item	Qtidade.	Und.	ESPECIFICAÇÃO	VI. Unitário	VI. Total
06	900	Horas	Serviço de Mão de Obra de Pedreiro	R\$ 13,50	12.250,00
07	1.020	Horas	Serviço de Mão de Obra de Carpinteiro	R\$ 13,00	13.260,00
08	800	Horas	Serviço de Mão de Obra de Pintor	R\$ 15,00	12.000,00
09	500	Horas	Serviço de Mão de Obra de Servente de Pedreiro	R\$ 11,00	5.500,00
10	300	Horas	Serviço de Mão de Obra de Jardineiro	R\$ 13,50	4.050,00

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 46.960,00

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os serviços deverão ser efetuados conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os serviços licitados deverão ser executados no endereço constante do pedido, desde que atendidas as exigências do edital, sem ônus para a Prefeitura de Nova Trento, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos.

Nova Trento/SC, 24 de fevereiro de 2014.

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI

Pregoeiro

Decreto Nº 027/2014

DECRETO Nº 027/2014

Dispõe sobre a Homologação do Plano Municipal de Saúde do Município de Nova Trento.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com a Lei Municipal de Nº 1.181/1992,

D E C R E T A:

Art.1º - Fica homologado o Plano Municipal de Saúde do Município de Nova Trento, referente ao período 2014 à 2017.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 28 de fevereiro de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado nesta Prefeitura e publicado o presente Decreto, no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA

Lei Nº 492 de 27 de Fevereiro de 2014

Lei nº 492 de 27 de fevereiro de 2014

DISPÕE SOBRE AFASTAMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 89 DA LEI 024/2003.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA; FAÇO saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Esta lei, regulamenta o afastamento de servidores para cursar pós-graduação stricto sensu, na modalidade de programas de Mestrado ou Doutorado, nas Unidades de Ensino Superior Federais e Estaduais, bem como em instituições credenciadas e em cursos reconhecidos pelos órgãos competentes do Sistema de Ensino, poderá:

I. afastar-se do cargo com remuneração;
II. permanecer no cargo, cumprindo a carga horária de trabalho, recebendo a título de auxílio financeiro para bolsa de estudo, 50% (cinquenta por cento) da mensalidade do curso.

Art. 2º - O benefício de que trata esta lei somente será concedido se atendidos os seguintes requisitos:

I. que o servidor:
a) não esteja cumprindo estágio probatório;
b) terá que exonerar-se do cargo de comissão ou função de confiança, caso o benefício do pedido de afastamento seja concedido, retornando ao cargo efetivo;
c) não tenha gozado de licença sem vencimento ou ficado à disposição de órgãos não pertencentes ao Município, nos últimos três anos;
d) não tenha sofrido aplicação de pena disciplinar;
e) não conte com tempo de serviço, para fins de aposentadoria.
II. que o curso pretendido seja:
a) compatível com os interesses e objetivos da administração pública municipal;
b) afim com o cargo e a área de atuação do interessado, no serviço público municipal, possibilitando melhor desempenho de suas atribuições;

c) autorizado ou reconhecido pelo órgão federal ou estadual de educação que tiver competência, nos termos da legislação;
Art. 3º - O afastamento para frequentar curso de pós-graduação stricto sensu, na modalidade de programas de mestrado ou doutorado, poderá ser integral ou envolver somente parte da jornada de trabalho do servidor.

Parágrafo único - O prazo máximo para afastamento será de:

I. 02 (dois) anos para mestrado e;

II. 03 (três) anos para doutorado.

Art. 4º - O servidor autorizado a frequentar curso de pós-graduação ficará sujeito as seguintes condições:

I. ressarcir ao Município todas as despesas, inclusive de remuneração, no caso de desistência ou não cumprimento das condições do Termo de Compromisso a ser firmado por ocasião da concessão do benefício, exceto se o descumprimento ocorrer por motivo de força maior;

II. não terá direito a férias relativas ao período em que estiver afastado, quando o afastamento for por período integral;

III. permanecer vinculado ao serviço municipal pelo mesmo período que recebeu o benefício ou restituir o investimento realizado pelo município, incluída a remuneração no interregno mencionado.

IV - apresentar ao setor de Recursos Humanos, até 30 (trinta) dias após o vencimento do semestre letivo, o relatório semestral das atividades desenvolvidas, destacando o desempenho obtido, as etapas já concluídas de seu projeto, a programação fixada para período subsequente e a previsão da data de conclusão do curso, acompanhado de parecer do seu orientador;

V - após a conclusão do curso:

a) apresentar ao setor de Recursos Humanos, comprovante do título obtido ou declaração de término dos estudos, fornecido pela instituição de ensino, até 60 (sessenta) dias após a defesa;

b) encaminhar cópia autenticada da Titulação do curso de mestrado e/ou doutorado, a partir da expedição do diploma pela instituição de ensino.

Art. 5º - O requerimento para concessão do benefício de que trata a presente lei, seguirá os procedimentos prescritos pela Lei Municipal nº 024/2003.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias, previstas no orçamento vigente à época do respectivo dispêndio.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Novo Horizonte – SC, em 27 de fevereiro de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Lei Nº 493 de 27 de Fevereiro de 2014

Lei nº 493 de 27 de fevereiro de 2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte/SC, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município de Novo Horizonte/SC, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais, para a suplementação do seguinte programa:

DESPESA:

50.00 – SECRET.DE AGRICULT.TRANSP.OBRAS E MEIO AMBIENTE

50.01 – DEPARTAMENTO DE TRANSP.OBRAS E SERV.URBANOS

26.782.0014.2.2023 – Manutenção do Departamento de Transportes

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito

suplementar de que trata a presente Lei, a ser operada mediante Decretos específicos, as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 486 de 30 de outubro de 2013.

RECEITA:

4.2.1.1.9.00.00.00.00.00 – Outras Operações de Crédito Internas R\$ 600.000,00

§ 1º – Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

§ 2º - O saldo da operação de crédito contratada por força da Lei referida no caput deste artigo que não for liberada durante o exercício, deverão ser incorporadas na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário

Novo Horizonte - SC, 27 de fevereiro de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Aviso de Resultado Pregão FMS 002/2014

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 002/2014

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial FMS nº 002/2014, cujo objeto é a Aquisição de 01(Um) Veículo automotor novo, tipo automóvel, com no mínimo 07 (sete) lugares, no mínimo ano de fabricação 2013 e no mínimo modelo 2014, para uso no transporte de pacientes do município de Novo Horizonte/SC. As características e demais informações do veículo são os constantes no anexo VIII do edital. Que na data de sua realização: Dia 05/03/2014 às 09:00 hs, que teve como única empresa participante: RUMAR AUTOMÓVEIS LTDA que foi vencedora, com valor de R\$ 58.900,00 (Cinquenta e oito mil e novecentos reais). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: A proposta da empresa vencedora satisfaz as exigência do edital; a empresa vencedora encontra-se devidamente habilitada quanto à documentação exigida; o preço cotado está dentro dos limites estabelecido no edital, foi encerrada as etapas do Pregão e vencedora a empresa acima identificada.

Novo Horizonte/SC, em 05 de Março de 2014.

ARNO GOLDSCHMIDT

Pregoeiro

Extrato do Pregão Presencial FMS Nº 004-2014

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório FMS Nº 007/2014

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 004/2014

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO HOSPITALAR DE PLANTÃO E EMERGÊNCIA MÉDICA PARA ATENDIMENTO DOS MUNICÍPIOS DE NOVO HORIZONTE, NO ÂMBITO DAS ESPECIALIDADES DA INSTITUIÇÃO CONTRATADA, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE PLANTÃO EM OBSTETRÍCIA, ATRAVÉS DO SEU CORPO CLÍNICO E EM SUAS DEPENDÊNCIAS E INSTALAÇÕES, COM VISTAS A COMPLEMENTAR A REDE DE ATENDIMENTO HOSPITALAR SUS.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 18/03/2014

O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, nos dias úteis, das 7:30 h as 11:30 h e 13:30h as 17:30 h, ou pelo fone

(49) 3362-0024 e pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br.
Fundamentação legal: Lei 10.520/02, 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Novo Horizonte (SC) em 06 de Março de 2014.

TÂNIA MARA WAGNER MURARO

Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.

Palhoça

PREFEITURA

Decreto Nº 1.618, de 18 de Fevereiro de 2014

DECRETO Nº 1.618, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA. Declara para fins de desapropriação para implantação de via pública municipal, área de terras situadas nas localidades de Rio Grande, Pachecos e Loteamento Nova Palhoça, e dá outras providências conforme segue.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso das atribuições legais, resolve;

DECRETAR:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fim de desapropriação, amigável ou judicial, de uma faixa de terras situada no bairro Rio Grande, destinada à implantação da Avenida de Ligação Nova Palhoça Rio Grande, a qual interligará o Loteamento Nova Palhoça ao Bairro Rio Grande possuindo área total de 8.081,84m² (oito mil, oitenta um metros e oitenta e quatro centímetros quadrados) com a seguinte descrição e confrontações; A Oeste com a Avenida Central do Loteamento Nova Palhoça; a Leste com a esquina formada pela Rua João Carlos Espíndola e a Rua Dois (Bairro Rio Grande); ao Norte parte com a margem Sul do Canal do DNOS e parte com Terezinha Cordioli; Ao Sul parte com o Loteamento Nova Palhoça, parte com RABATZ Adm. Bens Ltda, e parte com Prima Eng. Ltda; tudo em acordo com croqui anexo integrante da presente lei.

Art. 2º São as seguintes as descrições das áreas e respectivos proprietários:

I – Trecho integrante do Loteamento Nova Palhoça – Matrícula 42.393 Lv2IJ

Uma faixa de terras com 20,06 metros de frente e de fundos, por 192,76 metros de frente a fundos, com área total de 3.855,14m² (três mil, oitocentos e cinquenta e cinco metros e quatorze centímetros quadrados), designada como parte integrante da área de APP do Loteamento Nova Palhoça, situada à margem Sul do Canal do DNOS, fazendo frente a Oeste com a Av. Central do Loteamento Nova Palhoça; Fundos a Leste com Rabatz Administradora de Bens Ltda; Lateral Norte com o Canal do DNOS e Lateral Sul com Loteamento Nova Palhoça.

II – Trecho de propriedade de Rabatz Administradora de Bens Ltda, Matrícula 47.961 – Lv. 2JS;

Uma faixa de terras com 20,06 metros de Frente e de Fundos por 44,13 metros de frente a fundos, com área total de 882,60m² (oitocentos e oitenta e dois metros e sessenta centímetros quadrados), de Propriedade de Rabatz Administradora de Bens Ltda, com as seguintes descrições e confrontações: Frente a Oeste com a área de APP do Loteamento Nova Palhoça; Fundos a Leste Prima Engenharia Ltda; Lateral Norte com o Canal do DNOS e Lateral Sul com Rabatz Administradora de Bens Ltda;

III – Trecho de propriedade de Prima Engenharia Construções e Incorporações Ltda, Matrícula 45.065 – Lv. 2 JB;

Uma faixa de terras com área total de 3.344,10m² (três mil, trezentos e quarenta e quatro metros e dez centímetros quadrados)

de propriedade de Prima Engenharia, Construções e Incorporações Ltda, com as seguintes dimensões e confrontações: A Oeste, em 20,06 metros extremado com Rabatz Administradora de Bens Ltda; a Leste em 20,82 metros com a esquina formada pelas Ruas João Carlos Espíndola e pela Rua Dois; Ao Sul em dois lances na extensão de 162,88 metros ambos com Prima Engenharia Ltda, o primeiro com 70,00 metros em linha reta, e o segundo em 92,88 metros em linha curva; ao Norte na extensão de 176,22 metros em dois lances, o primeiro linha reta na extensão de 70,00 metros com a margem Sul do Canal do DNOS; e o segundo em linha curva na extensão de 106,22 metros com Terezinha Cordioli;

§ 1º Para fins de desapropriação, o valor da justa indenização dos imóveis descritos nos itens II e III será definido por Laudo de Avaliação a ser efetuado pela Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis.

§ 2º Fica a área descrita no item I, designada como APP no Loteamento Nova Palhoça, de titularidade da Prefeitura Municipal de Palhoça, desafetada para fins de implantação da presente Avenida.

Art. 3º A despesa com a execução deste Decreto, corre a conta da dotação específica do orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, 18 de fevereiro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 1.619, de 25 de Fevereiro de 2014

DECRETO Nº 1.619, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ESPECIAL SUPLEMENTAR.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei orçamentária nº 3933, de 26 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar crédito especial no valor de R\$ 8.400,00, (oito mil e quatrocentos reais), na dotação orçamentária abaixo:

03 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
03.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
2.001 – Funcionamento e Manutenção da Câmara de Vereadores R\$ 8.400,00
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas R\$ 8.400,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação orçamentária abaixo:

03 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
03.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
2.001 – Funcionamento e Manutenção da Câmara de Vereadores R\$ 8.400,00 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas R\$ 8.400,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 25 de fevereiro de 2014.

Decreto Nº 1.615, de 06 de Fevereiro de 2014

DECRETO Nº 1.615, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ESPECIAL SUPLEMENTAR.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei orçamentária nº 3933, de 26 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 822.000,00, (oitocentos e vinte dois mil reais), nas dotações orçamentárias abaixo:

18 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
18.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.004 – Contribuição a Entidades não Gover. e Privadas R\$ 172.000,00
44 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0106 – Aplicações Diretas R\$ 172.000,00
2.039 – Funcionamento e Manutenção do Fundo-FMAS R\$ 650.000,00
77 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0106 – Aplicações Diretas R\$ 650.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta das anulações de dotações orçamentária abaixo:

18 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
18.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
1.058 – Construção de Abrigo R\$ 172.000,00
21 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0106 – Aplicações Diretas R\$ 172.000,00
1.167 – Construção do Centro p/População de Ruas R\$ 200.000,00
26 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0106 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
1.182 – Construção de Centro Dia R\$ 200.000,00
30 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0106 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
1.183 – Construção de casa de Passagem R\$ 250.000,00
36 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0106 – Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 06 de fevereiro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 1.621, de 28 de Fevereiro de 2014

DECRETO Nº 1.621, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ESPECIAL SUPLEMENTAR.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei orçamentária nº 3933, de 26 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 858.418,58, (oitocentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e dezoito reais e cinquenta oito centavos), nas dotações orçamentárias abaixo:

18 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
18.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.039 – Funcionamento e Manutenção do Fundo – FMAS R\$

444.211,51					
95	3.3.50.00.00.00.00.00.0.3.0063	– Aplicações Diretas	R\$	17.754,42	
97	3.3.50.00.00.00.00.00.0.3.0066	– Aplicações Diretas	R\$	32.749,57	
93	3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0065	– Aplicações Diretas	R\$	113.200,30	
92	3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0066	– Aplicações Diretas	R\$	22.403,42	
91	3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0099	– Aplicações Diretas	R\$	110.000,00	
90	3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0106	– Aplicações Diretas	R\$	20.206,04	
95	4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0099	– Aplicações Diretas	R\$	77.897,76	
94	4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0065	– Aplicações Diretas	R\$	50.000,00	
2.163	– Serviços de Conviv.e Fortalecimento de Vínculos		R\$	99.060,11	
98	3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0064	– Aplicações Diretas	R\$	74.119,32	
99	4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0064	– Aplicações Diretas	R\$	24.940,79	
2.038	– Atendimento ao Idoso		R\$	42.846,52	
102	3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0062	– Aplicações Diretas	R\$	32.846,52	
103	4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0062	– Aplicações Diretas	R\$	10.000,00	
1.046	– ACESSUAS		R\$	272.300,44	
100	3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0106	– Aplicações Diretas	R\$	89.000,00	
101	3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0106	– Aplicações Diretas	R\$	183.300,44	

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior no mesmo valor

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 28 de fevereiro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº01/2013 Vigilância.

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO

INTEGRANDO O PODER
LEGISLATIVO COM A COMUNIDADE

Rua : Joci José Martins, Nº 101 –

Pagani – Palhoça - SC
CEP – 88132-148
Fone/Fax.: (48) 3242-1501 – RAMAL 250
www.cmp.sc.gov.br

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.
01/2013, CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL
DE PALHOÇA E A EMPRESA ADESERVIG

VIGILÂNCIA LTDA.

Pelo instrumento de Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 01/2013, que entre si celebram, a CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o 75.813.675/0001-59, com sede na Rua Joci José Martins, 101 – Loteamento Parque Residencial Pagani – Passa Vinte – Palhoça/SC – CEP 88,132-282, neste ato representada por seu Presidente, Senhor Nirdo Artur Luz, doravante denominada CMP ou CONTRATANTE, e de outro lado a empresa ADESERVIG VIGILÂNCIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.497.780/0001-40, com sede na Rua: Domingos Pedro Hermes, Nº 1109, piso térreo - Bairro Jardim Cidade de Florianópolis – São José/SC - CEP:88.108-220, neste ato representada pelo Senhor, Israel Fontanella, CPF 006.663.769-48, doravante designada CONTRATADA, em decorrência ao Contrato n. 01/2013, resolvem celebrar o presente Segundo Termo Aditivo ao Contrato acima citado, firmado em 01/01/2013, tem justo e convencionado a seguinte mudança contratual:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado por mais 01 (um) mês, com valor mensal de R\$ 8.126,25 (oito mil, cento e vinte e seis reais e vinte e cinco centavos) o prazo contratual anunciado na Cláusula Sétima do Contrato n.01/2013, de Serviço de Vigilância Armada, conforme especificação no anexo I, que serão realizados mensalmente, até 31/03/2014, para Câmara Municipal de Palhoça.

CLÁUSULA SEGUNDA: O presente 2º termo aditivo passa a fazer parte integrante do Contrato nº 01/2013 a partir de 01/03/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas pactuadas no contrato permanecem inalteradas.

E, por assim estarem acordes, assinam as partes o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e

forma.

Palhoça, 27 de fevereiro de 2014.
NIRDO ARTUR LUZ ISRAEL FONTANELLA
Contratante Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

Passo de Torres

PREFEITURA

Decreto Nº 015

DECRETO Nº. 015, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014.

“DESIGNA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, MARIA DE LOURDES HONORATO PARA OCUPAR A FUNÇÃO DE ENCARREGADO DE SERVIÇOS, FG-5”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 500

de 11 de Maio de 2005;

DECRETA:

Art. 1º - Fica designada, a servidora Maria de Lourdes Honorato, para ocupar a função de Encarregado de Serviços – FG -5.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 13 de fevereiro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 13 de fevereiro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 016/2014

DECRETO Nº 016, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2013.

“NOMEIA COMISSÃO COORDENADORA DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Art. 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei 367/2001;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Coordenadora de Audiências Públicas, em atendimento as disposições da Lei Municipal Nº 367/2001, composta pelos seguintes membros:

I – Representante da Administração e Finanças:

- Alissandra Alves Paganini Silvério

II – Representantes do Poder Executivo Municipal:

- Pricila Magnus Santos

- Joelma Domingos Lopes Hespanhol

III – Representante do Poder Legislativo Municipal:

- Zenaide de Andrade Ferreira

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 156 de 01 de agosto de 2013.

Passo de Torres, em 13 de fevereiro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 13 de fevereiro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 021/2014

DECRETO Nº. 021, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014.

“DETERMINA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PASSO DE TORRES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 53, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais de Passo de Torres, o dia 03 de março de 2014, (Segunda- Feira).

Art. 2º - Os serviços Públicos Municipais não funcionarão na data referida acima, ficando os servidores dispensados de suas atividades, sem prejuízos de salários.

Parágrafo – Único – Os serviços municipais: coleta de lixo e saúde permanecerão em atividade pelo regime de plantão.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 13 de fevereiro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 13 de fevereiro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 918/2014

LEI Nº 918 , DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014

“DISPÕE SOBRE O SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA DE PASSO DE TORRES, SEUS PRINCÍPIOS, OBJETIVOS, ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO, GESTÃO, INTERRELAÇÕES ENTRE OS SEUS COMPONENTES, RECURSOS HUMANOS, FINANCIAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JUAREZ GODINHO SCHEFFER, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta lei regula no município de Passo de Torres e em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei Orgânica do Município, o Sistema Municipal de Cultura - SMC, que tem por finalidade promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura - SMC integra o Sistema Nacional de Cultura – SNC e se constitui no principal articulador, no âmbito municipal, das políticas públicas de cultura, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil.

TÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 2º A política municipal de cultura estabelece o papel do Poder Público Municipal na gestão da cultura, explicita os direitos culturais que devem ser assegurados a todos os munícipes e define pressupostos que fundamentam as políticas, programas, projetos e ações formuladas e executadas pela Prefeitura Municipal de Passo de Torres, com a participação da sociedade, no campo da cultura.

CAPÍTULO I

Do Papel do Poder Público Municipal na Gestão da Cultura

Art. 3º A cultura é um direito fundamental do ser humano, devendo o Poder Público Municipal prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, no âmbito do Município de Passo de Torres.

Art. 4º A cultura é um importante vetor de desenvolvimento humano, social e econômico, devendo ser tratada como uma área estratégica para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da paz no Município de Passo de Torres.

Art. 5º É responsabilidade do Poder Público Municipal, com a participação da sociedade, planejar e fomentar políticas públicas de cultura, assegurar a preservação e promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial do Município de Passo de Torres e estabelecer condições para o desenvolvimento da economia da cultura, considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural.

Art. 6º Cabe ao Poder Público do Município de Passo de Torres planejar e implementar políticas públicas para:

- I - assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;
- II - universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;
- III - contribuir para a construção da cidadania cultural;
- IV - reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município;
- V - combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;
- VI - promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;
- VII - qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;
- VIII - democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social;
- IX - estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;
- X - consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;
- XI - intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;
- XII - contribuir para a promoção da cultura da paz.

Art. 7º A atuação do Poder Público Municipal no campo da cultura não se contrapõe ao setor privado, com o qual deve, sempre que possível, desenvolver parcerias e buscar a complementaridade das ações, evitando superposições e desperdícios.

Art. 8º A política cultural deve ser transversal, estabelecendo uma relação estratégica com as demais políticas públicas, em especial com as políticas de educação, comunicação social, meio ambiente, turismo, ciência e tecnologia, esporte, lazer, saúde e segurança pública.

Art. 9º Os planos e projetos de desenvolvimento, na sua formulação e execução, devem sempre considerar os fatores culturais e na sua avaliação uma ampla gama de critérios, que vão da liberdade política, econômica e social às oportunidades individuais de saúde, educação, cultura, produção, criatividade, dignidade pessoal e

respeito aos direitos humanos, conforme indicadores sociais.

CAPÍTULO II

Dos Direitos Culturais

Art. 10. Cabe ao Poder Público Municipal garantir a todos os munícipes o pleno exercício dos direitos culturais, entendidos como:

- I – o direito à identidade e à diversidade cultural;
- II – o direito à participação na vida cultural, compreendendo: livre criação e expressão; livre acesso; livre difusão; livre participação nas decisões de política cultural.
- III – o direito autoral;
- IV – o direito ao intercâmbio cultural nacional e internacional.

CAPÍTULO III

Da Concepção Tridimensional da Cultura

Art. 11. O Poder Público Municipal compreende a concepção tridimensional da cultura – simbólica, cidadã e econômica – como fundamento da política municipal de cultura.

SEÇÃO I

Da Dimensão Simbólica da Cultura

Art. 12. A dimensão simbólica da cultura compreende os bens de natureza material e imaterial que constituem o patrimônio cultural do Município de Passo de Torres, abrangendo todos os modos de viver, fazer e criar dos diferentes grupos formadores da sociedade local, conforme o Art. 216 da Constituição Federal.

Art. 13. Cabe ao Poder Público Municipal promover e proteger as infinitas possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, crenças, valores, práticas, rituais e identidades.

Art. 14. A política cultural deve contemplar as expressões que caracterizam a diversidade cultural do Município, abrangendo toda a produção nos campos das culturas populares, eruditas e da indústria cultural.

Art. 15. Cabe ao Poder Público Municipal promover diálogos interculturais, nos planos local, regional, nacional e internacional, considerando as diferentes concepções de dignidade humana, presentes em todas as culturas, como instrumento de construção da paz, moldada em padrões de coesão, integração e harmonia entre os cidadãos, as comunidades, os grupos sociais, os povos e nações.

SEÇÃO II

Da Dimensão Cidadã da Cultura

Art. 16. Os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e devem se constituir numa plataforma de sustentação das políticas culturais, posto que a cidadania plena só pode ser atingida quando a cidadania cultural puder ser usufruída por todos os cidadãos do Município de Passo de Torres.

Art. 17. Cabe ao Poder Público Municipal assegurar o pleno exercício dos direitos culturais a todos os cidadãos, promovendo o acesso universal à cultura por meio do estímulo à criação artística, da democratização das condições de produção, da oferta de formação, da expansão dos meios de difusão, da ampliação das possibilidades de fruição e da livre circulação de valores culturais.

Art. 18. O direito à identidade e à diversidade cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal por meio de políticas públicas de promoção e proteção do patrimônio cultural do município, de promoção e proteção das culturas indígenas, populares e afro-brasileiras e, ainda, de iniciativas voltadas para o reconhecimento e valorização da cultura de outros grupos sociais, étnicos e de gênero, conforme os Arts. 215 e 216 da Constituição Federal.

Art. 19. O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal com a garantia da plena liberdade para criar, fruir e difundir a cultura e não ingerência estatal na vida criativa da sociedade.

Art. 20. O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado igualmente às pessoas com deficiência, que devem ter garantidas condições de acessibilidade e oportunidades de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual.

Art. 21. O estímulo à participação da sociedade nas decisões de política cultural deve ser efetivado por meio da criação e articulação de conselhos paritários, com os representantes da sociedade democraticamente eleitos pelos respectivos segmentos, bem como, da realização de conferências e da instalação de colegiados, comissões e fóruns.

SEÇÃO III

Da Dimensão Econômica da Cultura

Art. 22. Cabe ao Poder Público Municipal criar as condições para o desenvolvimento da cultura como espaço de inovação e expressão da criatividade local e fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda, fomentando a sustentabilidade e promovendo a desconcentração dos fluxos de formação, produção e difusão das distintas linguagens artísticas e múltiplas expressões culturais.

Art. 23. O Poder Público Municipal deve fomentar a economia da cultura como:

- I - sistema de produção, materializado em cadeias produtivas, num processo que envolva as fases de pesquisa, formação, produção, difusão, distribuição e consumo;
- II - elemento estratégico da economia contemporânea, em que se configura como um dos segmentos mais dinâmicos e importante fator de desenvolvimento econômico e social; e
- III - conjunto de valores e práticas que têm como referência a identidade e a diversidade cultural dos povos, possibilitando compatibilizar modernização e desenvolvimento humano.

Art. 24. As políticas públicas no campo da economia da cultura devem entender os bens culturais como portadores de ideias, valores e sentidos que constituem a identidade e a diversidade cultural do município, não restritos ao seu valor mercantil.

Art. 25. As políticas de fomento à cultura devem ser implementadas de acordo com as especificidades de cada cadeia produtiva.

Art. 26. O objetivo das políticas públicas de fomento à cultura no Município de Passo de Torres deve ser estimular a criação e o desenvolvimento de bens, produtos e serviços e a geração de conhecimentos que sejam compartilhados por todos.

Art. 27. O Poder Público Municipal deve apoiar os artistas e produtores culturais atuantes no município para que tenham assegurado o direito autoral de suas obras, considerando o direito de acesso à cultura por toda sociedade.

TÍTULO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

CAPÍTULO I

Das Definições e dos Princípios

Art. 28. O Sistema Municipal de Cultura - SMC se constitui num instrumento de articulação, gestão, fomento e promoção de políticas públicas, bem como de informação e formação na área cultural, tendo como essência a coordenação e cooperação intergovernamental com vistas ao fortalecimento institucional, à democratização dos processos decisórios e à obtenção de economicidade, eficiência, eficácia, equidade e efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Art. 29. O Sistema Municipal de Cultura - SMC fundamenta-se na política municipal de cultura expressa nesta lei e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Municipal de Cultura, para instituir um processo de gestão compartilhada com os demais entes federativos da República Brasileira - União, Estados, Municípios e Distrito Federal - com suas respectivas políticas e instituições culturais e a sociedade civil.

Art. 30. Os princípios do Sistema Municipal de Cultura - SMC que devem orientar a conduta do Governo Municipal, dos demais entes federados e da sociedade civil nas suas relações como parceiros e responsáveis pelo seu funcionamento são:

- I - diversidade das expressões culturais;
- II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais;
- III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;
- IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;
- V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
- VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
- VII - transversalidade das políticas culturais;
- VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
- IX - transparência e compartilhamento das informações;
- X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social;
- XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;
- XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

CAPÍTULO II

Dos Objetivos

Art. 31. O Sistema Municipal de Cultura - SMC tem como objetivo formular e implantar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas com a sociedade civil e com os demais entes da federação, promovendo o desenvolvimento - humano, social e econômico - com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais, no âmbito do Município.

Art. 32. São objetivos específicos do Sistema Municipal de Cultura - SMC:

- I - estabelecer um processo democrático de participação na gestão das políticas e dos recursos públicos na área cultural;
- II - assegurar uma partilha equilibrada dos recursos públicos da área da cultura entre os diversos segmentos artísticos e culturais, distritos, regiões e bairros do município;
- III - articular e implementar políticas públicas que promovam a

interação da cultura com as demais áreas, considerando seu papel estratégico no processo do desenvolvimento sustentável do Município;

IV - promover o intercâmbio com os demais entes federados e instituições municipais para a formação, capacitação e circulação de bens e serviços culturais, viabilizando a cooperação técnica e a otimização dos recursos financeiros e humanos disponíveis;

V - criar instrumentos de gestão para acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura desenvolvidas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

VI - estabelecer parcerias entre os setores público e privado nas áreas de gestão e de promoção da cultura.

CAPÍTULO III

Da Estrutura

SEÇÃO I

Dos Componentes

Art. 33. Integram o Sistema Municipal de Cultura – SMC:

I - Coordenação:

Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SMEC.

II - Instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação:

Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC;

Conferência Municipal de Cultura - CMC.

III - Instrumentos de Gestão:

Plano Municipal de Cultura - PMC;

Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC;

Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC;

Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC;

Sistemas setoriais de cultura que venham a ser constituídos.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura de Passo de Torres – SMC estará articulado com os demais sistemas municipais ou políticas setoriais, em especial, da educação, da comunicação, da ciência e tecnologia, do planejamento urbano, do desenvolvimento econômico e social, da indústria e comércio, das relações internacionais, do meio ambiente, do turismo, do esporte, da saúde, dos direitos humanos e da segurança, conforme regulamentação.

SEÇÃO II

Da Coordenação do Sistema Municipal de Cultura – SMC

Art. 34. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC é órgão superior, subordinado diretamente ao Prefeito, e se constitui no órgão gestor e coordenador do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

Art. 35. Integram a estrutura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SMEC, as instituições vinculadas indicadas a seguir:

I – Biblioteca Pública Municipal de Passo de Torres (redação dada pela Lei 386/2001);

II - outras que venham a ser constituídos.

Art. 36. São atribuições da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC:

I - formular e implementar, com a participação da sociedade civil, o Plano Municipal de Cultura - PMC, executando as políticas e as ações culturais definidas;

II - implementar o Sistema Municipal de Cultura - SMC, integrado aos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, articulando os atores públicos e privados no âmbito do Município, estruturando e integrando a rede de equipamentos culturais, descentralizando e democratizando a sua estrutura e atuação;

III - promover o planejamento e fomento das atividades culturais com uma visão ampla e integrada no território do Município, considerando a cultura como uma área estratégica para o desenvolvimento local;

IV - valorizar todas as manifestações artísticas e culturais que expressam a diversidade étnica e social do Município;

V - preservar e valorizar o patrimônio cultural do Município;

VI - pesquisar, registrar, classificar, organizar e expor ao público a documentação e os acervos artísticos, culturais e históricos de interesse do Município;

VII - manter articulação com entes públicos e privados visando à cooperação em ações na área da cultura;

VIII - promover o intercâmbio cultural a nível regional, nacional e internacional;

IX - assegurar o funcionamento do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC e promover ações de fomento ao desenvolvimento da produção cultural no âmbito do Município;

X - descentralizar os equipamentos, as ações e os eventos culturais, democratizando o acesso aos bens culturais;

XI - estruturar e realizar cursos de formação e qualificação profissional nas áreas de criação, produção e gestão cultural;

XII - estruturar o calendário dos eventos culturais do Município;

XIII - elaborar estudos das cadeias produtivas da cultura para implementar políticas específicas de fomento e incentivo;

XIV - captar recursos para projetos e programas específicos junto a órgãos, entidades e programas internacionais, federais e estaduais.

XV - operacionalizar as atividades do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC e dos Fóruns de Cultura do Município;

XVI - realizar a Conferência Municipal de Cultura - CMC, colaborar na realização e participar das Conferências Estadual e Nacional de Cultura;

XVII - exercer outras atividades correlatas com as suas atribuições.

Art. 37. À Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC, como órgão coordenador do Sistema Municipal de Cultura - SMC, compete:

I - exercer a coordenação geral do Sistema Municipal de Cultura - SMC;

II – promover a integração do Município ao Sistema Nacional de Cultura – SNC e ao Sistema Estadual de Cultura – SEC, por meio da assinatura dos respectivos termos de adesão voluntária;

III - instituir as orientações e deliberações normativas e de gestão, aprovadas no plenário do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC e nas suas instâncias setoriais;

IV - implementar, no âmbito do governo municipal, as pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartite – CIT e aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC e na Comissão Intergestores Bipartite – CIB e aprovadas pelo Conselho Estadual de Política Cultural – CNPC;

V - emitir recomendações, resoluções e outros pronunciamentos sobre matérias relacionadas com o Sistema Municipal de Cultura - SMC, observadas as diretrizes aprovadas pelo Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC;

VI – colaborar para o desenvolvimento de indicadores e parâmetros quantitativos e qualitativos que contribuam para a descentralização dos bens e serviços culturais promovidos ou apoiados, direta ou indiretamente, com recursos do Sistema Nacional de Cultura – SNC e do Sistema Estadual de Cultura – SEC, atuando de forma colaborativa com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais;

VII – colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC, para a compatibilização e interação de normas, procedimentos técnicos e sistemas de gestão;

VIII - subsidiar a formulação e a implementação das políticas e ações transversais da cultura nos programas, planos e ações estratégicos do Governo Municipal.

IX - auxiliar o Governo Municipal e subsidiar os demais entes federados no estabelecimento de instrumentos metodológicos e na classificação dos programas e ações culturais no âmbito dos respectivos planos de cultura;

X – colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC, com o Governo do Estado e com o Governo Federal na implementação de Programas de Formação na Área da Cultura, especialmente capacitando e qualificando recursos humanos responsáveis pela gestão das políticas públicas de cultura do Município; e

XI - coordenar e convocar a Conferência Municipal de Cultura - CMC.

SEÇÃO III

Das Instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação

Art. 38. Constituem-se instâncias de articulação, pactuação e deliberação do Sistema Municipal de Cultura - SMC:

I - Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC;

II - Conferência Municipal de Cultura – CMC.

Do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC

Art. 39. O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, órgão colegiado consultivo, deliberativo e normativo, integrante da estrutura básica da Secretaria de Cultura, com composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, se constitui no principal espaço de participação social institucionalizada, de caráter permanente, na estrutura do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

§ 1º. O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC tem como principal atribuição atuar, com base nas diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura - CMC, na elaboração, acompanhamento da execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas de cultura, consolidadas no Plano Municipal de Cultura - PMC.

§ 2º. Os integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC que representam a sociedade civil são eleitos democraticamente, conforme regulamento, pelos respectivos segmentos e têm mandato de dois anos, renovável, uma vez, por igual período.

§ 3º. A representação da sociedade civil no Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deve contemplar os diversos segmentos artísticos e culturais, considerando as dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura, bem como o critério territorial, na sua composição.

§ 4º. A representação do Poder Público no Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deve contemplar a representação do Município de Passo de Torres, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC e suas Instituições Vinculadas, de outros Órgãos e Entidades do Governo Municipal e dos demais entes federados.

Art. 40. O Conselho Municipal de Política Cultural será constituído por 12 membros titulares e igual número de suplentes, com a seguinte composição:

I – 06 (seis) membros titulares e respectivos suplentes representando o Poder Público, através dos seguintes órgãos e quantitativos:

a) Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC, 2 (dois) representantes, sendo um deles o Chefe de Departamento de Cultura;

b) Secretaria Municipal de Assistência Social, 1 (um) representante;

c) Secretaria Municipal de Pesca, 1 (um) representante;

d) Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 1 (um) representante;

e) Biblioteca Pública Municipal, 1 (um) representante.

II – 6 (seis) membros titulares e respectivos suplentes, representando a sociedade civil, através dos seguintes setores e quantitativos:

a) Artes Cênicas, Artes Visuais, Audiovisual e Comunicação, 1 (um) representante;

b) Artesanato e Cultura Popular 1 (um) representante;

c) Música e Dança, 1 (um) representante;

d) História, Literatura, Patrimônio material e imaterial, 1 (um) representante;

e) Colônia de Pescadores Z-18, 1 (um) representante;

Associações e entidades culturais, 1 (um) representante.

§ 1º Os membros titulares e suplentes representantes do Poder Público serão designados pelo respectivo órgão e os representantes da sociedade civil serão eleitos conforme Regimento Interno.

§ 2º O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deverá eleger, entre seus membros, o Presidente e o Secretário-Geral com os respectivos suplentes.

§ 3º Nenhum membro representante da sociedade civil, titular ou suplente, poderá ser detentor de cargo em comissão ou função de confiança vinculada ao Poder Executivo do Município;

§ 4º O Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC é detentor do voto de Minerva.

Art. 41. O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC é constituído pelas seguintes instâncias:

I - Plenário;

II - Comissões Temáticas.

Art. 42. Ao Plenário, instância máxima do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC, compete:

I – propor e aprovar as diretrizes gerais, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Municipal de Cultura - PMC;

II - estabelecer normas e diretrizes pertinentes às finalidades e aos objetivos do Sistema Municipal de Cultura - SMC;

III - colaborar na implementação das pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartite – CIT e na Comissão Intergestores Bipartite – CIB, devidamente aprovadas, respectivamente, nos Conselhos Nacional e Estadual de Política Cultural;

IV - aprovar as diretrizes para as políticas setoriais de cultura, oriundas dos sistemas setoriais municipais de cultura e de suas instâncias colegiadas;

V - definir parâmetros gerais para aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC no que concerne à distribuição territorial e ao peso relativo dos diversos segmentos culturais;

VI - estabelecer para a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC do Fundo Municipal de Cultura as diretrizes de uso dos recursos, com base nas políticas culturais definidas no Plano Municipal de Cultura – PMC;

VII - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC;

VIII - apoiar a descentralização de programas, projetos e ações e assegurar os meios necessários à sua execução e à participação social relacionada ao controle e fiscalização;

IX – contribuir para o aprimoramento dos critérios de partilha e de transferência de recursos, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC;

X - apreciar e aprovar as diretrizes orçamentárias da área da Cultura;

XI - contribuir para a definição das diretrizes do Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC, especialmente no que tange à formação de recursos humanos para a gestão das

políticas culturais;

XII – acompanhar a execução do Acordo de Cooperação Federativa assinado pelo Município de Passo de Torres para sua integração ao Sistema Nacional de Cultura - SNC.

XIII - promover cooperação com os demais Conselhos Municipais de Política Cultural, bem como com os Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e Nacional;

XIV - promover cooperação com os movimentos sociais, organizações não-governamentais e o setor empresarial;

XV - incentivar a participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos públicos na área cultural;

XVI - delegar às diferentes instâncias componentes do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC a deliberação e acompanhamento de matérias;

XVII – aprovar, juntamente com os conferencistas, o regimento interno da Conferência Municipal de Cultura - CMC.

XVIII - estabelecer o regimento interno do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

Art. 43. Compete às Comissões Temáticas, de caráter permanente, e aos Grupos de Trabalho, de caráter temporário, fornecer subsídios para a tomada de decisão sobre temas específicos, transversais ou emergenciais relacionados à área cultural.

Art. 44. O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deve se articular com as demais instâncias colegiadas do Sistema Municipal de Cultura - SMC - territoriais e setoriais - para assegurar a integração, funcionalidade e racionalidade do sistema e a coerência das políticas públicas de cultura implementadas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

Da Conferência Municipal de Cultura – CMC

Art. 45. A Conferência Municipal de Cultura – CMC constitui-se numa instância de participação social, em que ocorre articulação entre o Governo Municipal e a sociedade civil, por meio de organizações culturais e segmentos sociais, para analisar a conjuntura da área cultural no município e propor diretrizes para a formulação de políticas públicas de Cultura, que comporão o Plano Municipal de Cultura - PMC.

§ 1º. É de responsabilidade da Conferência Municipal de Cultura – CMC analisar, aprovar moções, proposições e avaliar a execução das metas concernentes ao Plano Municipal de Cultura - PMC e às respectivas revisões ou adequações.

§ 2º. Cabe à Secretaria Municipal de Cultura – SECULT convocar e coordenar a Conferência Municipal de Cultura – CMC, que se reunirá ordinariamente a cada dois anos ou extraordinariamente, a qualquer tempo, a critério do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC. A data de realização da Conferência Municipal de Cultura – CMC deverá estar de acordo com o calendário de convocação das Conferências Estadual e Nacional de Cultura.

SEÇÃO IV

Dos Instrumentos de Gestão

Art. 46. Constituem-se em instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura - SMC:

I - Plano Municipal de Cultura - PMC;

II - Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC;

III - Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC;

IV - Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC.

Parágrafo único. Os instrumentos de gestão do Sistema Municipal

de Cultura – SMC se caracterizam como ferramentas de planejamento, inclusive técnico e financeiro, e de qualificação dos recursos humanos.

Do Plano Municipal de Cultura – PMC

Art. 47. O Plano Municipal de Cultura - PMC tem duração decenal e é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura na perspectiva do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

Art. 48. A elaboração do Plano Municipal de Cultura - PMC e dos Planos Setoriais de âmbito municipal é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC e Instituições Vinculadas, que, a partir das diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura - CMC, desenvolve Projeto de Lei a ser submetido ao Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC e, posteriormente, encaminhado à Câmara de Vereadores.

Parágrafo único. Os Planos devem conter:

diagnóstico do desenvolvimento da cultura;

diretrizes e prioridades;

objetivos gerais e específicos;

estratégias, metas e ações;

prazos de execução;

resultados e impactos esperados;

recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;

mecanismos e fontes de financiamento; e

indicadores de monitoramento e avaliação.

Do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC

Art. 49. O Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC é constituído pelo conjunto de mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de Passo de Torres, que devem ser diversificados e articulados.

Parágrafo único. São mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de Passo de Torres:

I - Orçamento Público do Município, estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA);

II – Fundo Municipal de Cultura, definido nesta lei;

III - outros que venham a ser criados.

Do Fundo Municipal de Cultura – FMC

Art. 50. Fica criado o Fundo Municipal de Cultura - FMC, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC - como fundo de natureza contábil e financeira, com prazo indeterminado de duração, de acordo com as regras definidas nesta Lei.

Art. 51. O Fundo Municipal de Cultura – FMC se constitui no principal mecanismo de financiamento das políticas públicas de cultura no município, com recursos destinados a programas, projetos e ações culturais implementados de forma descentralizada, em regime de colaboração e co-financiamento com a União e com o Governo do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. É vedada a utilização de recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC com despesas de manutenção administrativa dos Governos Municipal, Estadual e Federal, bem como de suas entidades vinculadas.

Art. 52. São receitas do Fundo Municipal de Cultura - FMC:

dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de Passo de Torres e seus créditos adicionais; transferências federais e/ou estaduais à conta do Fundo Municipal de Cultura - FMC; contribuições de mantenedores; produto do desenvolvimento de suas finalidades institucionais, tais como: arrecadação dos preços públicos cobrados pela cessão de bens municipais sujeitos à administração da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC; resultado da venda de ingressos de espetáculos ou de outros eventos artísticos e promoções, produtos e serviços de caráter cultural; doações e legados nos termos da legislação vigente; subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais; reembolso das operações de empréstimo porventura realizadas por meio do Fundo Municipal de Cultura - FMC, a título de financiamento reembolsável, observados critérios de remuneração que, no mínimo, lhes preserve o valor real; retorno dos resultados econômicos provenientes dos investimentos porventura realizados em empresas e projetos culturais efetuados com recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC; resultado das aplicações em títulos públicos federais, obedecida a legislação vigente sobre a matéria; empréstimos de instituições financeiras ou outras entidades; saldos não utilizados na execução dos projetos culturais financiados com recursos dos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC; devolução de recursos determinados pelo não cumprimento ou desaprovação de contas de projetos culturais custeados pelos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC; saldos de exercícios anteriores; e outras receitas legalmente incorporáveis que lhe vierem a ser destinadas.

Art. 53. O Fundo Municipal de Cultura - FMC será administrado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC na forma estabelecida no regulamento, e apoiará projetos culturais por meio das seguintes modalidades:

não-reembolsáveis, na forma do regulamento, para apoio a projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos, preponderantemente por meio de editais de seleção pública; e reembolsáveis, destinados ao estímulo da atividade produtiva das empresas de natureza cultural e pessoas físicas, mediante a concessão de empréstimos.

§ 1º Nos casos previstos no inciso II do caput, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC definirá com os agentes financeiros credenciados a taxa de administração, os prazos de carência, os juros limites, as garantias exigidas e as formas de pagamento.

§ 2º Os riscos das operações previstas no parágrafo anterior serão assumidos, solidariamente pelo Fundo Municipal de Cultura - FMC e pelos agentes financeiros credenciados, na forma que dispuser o regulamento.

§ 3º A taxa de administração a que se refere o § 1º não poderá ser superior a três por cento dos recursos disponibilizados para o financiamento.

§ 4º Para o financiamento de que trata o inciso II, serão fixadas taxas de remuneração que, no mínimo, preservem o valor originalmente concedido.

Art. 54. Os custos referentes à gestão do Fundo Municipal de Cultura - FMC com planejamento, estudos, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados, incluídas a aquisição ou a locação

de equipamentos e bens necessários ao cumprimento de seus objetivos, não poderão ultrapassar 5% (cinco por cento) de suas receitas, observados o limite fixado anualmente por ato do CMPC.

Art. 55. O Fundo Municipal de Cultura - FMC financiará projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º Poderá ser dispensada contrapartida do proponente no âmbito de programas setoriais definidos pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC.

§ 2º Nos casos em que a contrapartida for exigida, o proponente deve comprovar que dispõe de recursos financeiros ou de bens ou serviços, se economicamente mensuráveis, para complementar o montante aportado pelo Fundo Municipal de Cultura - FMC, ou que está assegurada a obtenção de financiamento por outra fonte.

§ 3º Os projetos culturais previstos no caput poderão conter despesas administrativas de até dez por cento de seu custo total, excetuados aqueles apresentados por entidades privadas sem fins lucrativos, que poderão conter despesas administrativas de até quinze por cento de seu custo total.

Art. 56. Fica autorizada a composição financeira de recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC com recursos de pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, com fins lucrativos para apoio compartilhado de programas, projetos e ações culturais de interesse estratégico, para o desenvolvimento das cadeias produtivas da cultura.

§ 1º O aporte dos recursos das pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado previsto neste artigo não gozará de incentivo fiscal.

§ 2º A concessão de recursos financeiros, materiais ou de infraestrutura pelo Fundo Municipal de Cultura - FMC será formalizada por meio de convênios e contratos específicos.

Art. 57. Para seleção de projetos apresentados ao Fundo Municipal de Cultura - FMC fica criada a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC, de composição paritária entre membros do Poder Público e da Sociedade Civil.

Art. 58. A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC será constituída por 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes.

§ 1º Os 3 (três) membros do Poder Público serão indicados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC.

§ 2º Os 3 (três) membros da Sociedade Civil serão escolhidos conforme regulamento.

Art. 59. Na seleção dos projetos a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC deve ter como referência maior o Plano Municipal de Cultura – PMC e considerar as diretrizes e prioridades definidas anualmente pelo Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

Art. 60. A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC deve adotar critérios objetivos na seleção das propostas:

- I - avaliação das três dimensões culturais do projeto - simbólica, econômica e social;
- II - adequação orçamentária;
- III - viabilidade de execução; e
- IV - capacidade técnico-operacional do proponente.

Art. 61. Fica assegurado o percentual mínimo de 1,0% (um por cento) em dotação orçamentária, deduzido do valor total da

arrecadação municipal para investimentos e manutenção dos equipamentos culturais, bem como, Fundo Municipal de Cultura e das atividades de Cultura, no âmbito do Município de Passo de Torres.

Do Sistema Municipal de Informações e Indicadores culturais – SMIIC

Art. 62. Cabe à Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC desenvolver o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC, com a finalidade de gerar informações e estatísticas da realidade cultural local com cadastros e indicadores culturais construídos a partir de dados coletados pelo Município.

§ 1º. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC é constituído de bancos de dados referentes a bens, serviços, infra-estrutura, investimentos, produção, acesso, consumo, agentes, programas, instituições e gestão cultural, entre outros, e estará disponível ao público e integrado aos Sistemas Estadual e Nacional de Informações e Indicadores Culturais.

§ 2º O processo de estruturação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC terá como referência o modelo nacional, definido pelo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC.

Art. 63. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC tem como objetivos:

I - coletar, sistematizar e interpretar dados, fornecer metodologias e estabelecer parâmetros à mensuração da atividade do campo cultural e das necessidades sociais por cultura, que permitam a formulação, monitoramento, gestão e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, verificando e racionalizando a implementação do Plano Municipal de Cultura – PMC e sua revisão nos prazos previstos;
disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e oferta de bens culturais, para a construção de modelos de economia e sustentabilidade da cultura, para a adoção de mecanismos de indução e regulação da atividade econômica no campo cultural, dando apoio aos gestores culturais públicos e privados, no âmbito do Município;
III - exercer e facilitar o monitoramento e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, assegurando ao poder público e à sociedade civil o acompanhamento do desempenho do Plano Municipal de Cultura – PMC.

Art. 64. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC fará levantamentos para realização de mapeamentos culturais para conhecimento da diversidade cultural local e transparência dos investimentos públicos no setor cultural.

Art. 65. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC estabelecerá parcerias com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais, e com institutos de pesquisa, para desenvolver uma base consistente e contínua de informações relacionadas ao setor cultural e elaborar indicadores culturais que contribuam tanto para a gestão das políticas públicas da área, quanto para fomentar estudos e pesquisas nesse campo.

Do Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC

Art. 66. Cabe à Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC elaborar, regulamentar e implementar o Programa Municipal de Formação na Área da Cultura - PROMFAC, em articulação com os demais entes federados e parceria com a Secretaria Municipal de Educação e instituições educacionais, tendo como objetivo central capacitar os gestores públicos e do setor privado e conselheiros de cultura, responsáveis pela formulação e implementação das

políticas públicas de cultura, no âmbito do Sistema Municipal de Cultura.

Art. 67. O Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC deve promover:

a qualificação técnico-administrativa e capacitação em política cultural dos agentes envolvidos na formulação e na gestão de programas, projetos e serviços culturais oferecidos à população;
a formação nas áreas técnicas e artísticas.

TÍTULO III

DO FINANCIAMENTO

CAPÍTULO I

Dos Recursos

Art. 68. O Fundo Municipal da Cultura – FMC e o orçamento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC e de suas instituições vinculadas são as principais fontes de recursos do Sistema Municipal de Cultura.

Art. 69. O financiamento das políticas públicas de cultura estabelecidas no Plano Municipal de Cultura far-se-á com os recursos do Município, do Estado e da União, além dos demais recursos que compõem o Fundo Municipal da Cultura – FMC.

Art. 70. O Município deverá destinar recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC, para uso como contrapartida de transferências dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura.

§ 1º Os recursos previstos no caput serão destinados a:

políticas, programas, projetos e ações previstas nos Planos Nacional, Estadual e/ou Municipal de Cultura;
para o financiamento de projetos culturais escolhidos pelo Município por meio de seleção pública.

§ 2º A gestão municipal dos recursos oriundos de repasses dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura deverá ser submetida ao Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

Art. 71. Os critérios de aporte de recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC deverão considerar a participação dos diversos segmentos culturais e territórios na distribuição total de recursos municipais para a cultura, com vistas a promover a desconcentração do investimento, devendo ser estabelecido anualmente um percentual mínimo para cada segmento/território.

CAPÍTULO II

Da Gestão Financeira

Art. 72. Os recursos financeiros da Cultura serão depositados em conta específica, e administrados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC e instituições vinculadas, sob fiscalização do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

§ 1º. Os recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura – FMC serão administrados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC.

§ 2º. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC acompanhará a conformidade à programação aprovada da aplicação dos recursos repassados pela União e Estado ao Município.

Art. 73. O Município deverá tornar público os valores e a finalidade dos recursos recebidos da União e do Estado, transferidos dentro dos critérios estabelecidos pelo Sistema Nacional e pelo Sistema

Estadual de Cultura.

§ 1º. O Município deverá zelar e contribuir para que sejam adotados pelo Sistema Nacional de Cultura critérios públicos e transparentes, com partilha e transferência de recursos de forma equitativa, resultantes de uma combinação de indicadores sociais, econômicos, demográficos e outros específicos da área cultural, considerando as diversidades regionais.

Art. 74. O Município deverá assegurar a condição mínima para receber os repasses dos recursos da União, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura, com a efetiva instituição e funcionamento dos componentes mínimos do Sistema Municipal de Cultura e a alocação de recursos próprios destinados à Cultura na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Fundo Municipal de Cultura.

CAPÍTULO III

Do Planejamento e do Orçamento

Art. 75. O processo de planejamento e do orçamento do Sistema Municipal de Cultura – SMC deve buscar a integração do nível local ao nacional, ouvidos seus órgãos deliberativos, compatibilizando-se as necessidades da política de cultura com a disponibilidade de recursos próprios do Município, as transferências do Estado e da União e outras fontes de recursos.

§ 1º. O Plano Municipal de Cultura será a base das atividades e programações do Sistema Municipal de Cultura e seu financiamento será previsto no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual - LOA.

Art. 76. As diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Cultura serão propostas pela Conferência Municipal de Cultura e pelo Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 77. O Município de Passo de Torres está integrado ao Sistema Nacional de Cultura – SNC por meio da assinatura do termo de adesão voluntária, na forma do regulamento.

Art. 78. Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, constitui crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas, previsto no artigo 315 do Código Penal, a utilização de recursos financeiros do Sistema Municipal de Cultura – SMC em finalidades diversas das previstas nesta lei.

Art. 79. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 80. Revogam-se disposições em contrário.

Passo de Torres, 26 de fevereiro de 2014.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta secretaria de Administração e Finanças, em 26 de fevereiro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 014/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

PORTARIA Nº 014 DE, 14 DE FEVEREIRO DE 2014.

“CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CASSIANI TRAJANO DA SILVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 211 da lei 118/94.

Considerando o atestado médico encaminhado ao Departamento Pessoal, onde consta que a referida servidora deverá entrar em licença- maternidade a partir de 14/02/2014, por 180 (cento e oitenta) dias.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Gestação à servidora Publica Municipal, Cassiani Trajano da Silva, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 14/02/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 14 de fevereiro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 14 de fevereiro de 2014.

Alissandra Paganini Alves Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

Portaria Nº 015/2014

PORTARIA 015, DE 14 DE JANEIRO DE 2014.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pelo servidor Luis Antonio Schneider da Costa onde consta que a mesma apresenta-se incapacitada para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde ao servidor Público Municipal, Luis Antonio Schneider da Costa até o mesmo apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 15 de fevereiro de 2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 14 de fevereiro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 14 de fevereiro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

Audiencia Publica

Prefeitura Municipal de Passo de Torres



Audiência Pública

3º Quadrimestre 2013

**Secretaria de Administração e Finanças
Controle Interno**

Passo de Passo de Torres, 28 de fevereiro de 2014

Audiência Pública - Base Legal

Art.9º, § 4º - Lei Complementar nº 101/2000
Lei de Responsabilidade Fiscal

Demonstrar o cumprimento
das metas fiscais do quadrimestre

Quadro Demonstrativo Execução Orçamentária - Consolidado 2013

Mês	Receitas	Despesas *	Diferença
Setembro	1.293.337,04	1.145.289,60	148.047,44
Outubro	1.176.726,08	1.191.268,37	(14.542,29)
Novembro	1.228.274,86	1.654.910,42	(426.635,56)
Dezembro	1.716.056,89	3.343.825,17	(1.627.768,28)
Total	5.414.394,87	7.335.293,56	(1.920.898,69)

* Despesas liquidadas

Mês	Receitas	Despesas *	Diferença
EXERCICIO 2013	16.347.454,33	15.988.934,96	358.519,37

Situação Financeira - Consolidado 2013

Quadro Demonstrativo

Mês	Ativo	Passivo	Diferença
Setembro	2.745.322,74	231.150,04	2.514.172,70
Outubro	2.790.693,98	288.727,29	2.501.966,69
Novembro	2.321.794,44	238.585,59	2.083.208,85
Dezembro	1.983.863,75	1.589.178,53	394.685,22
Superávit 3º Quadrimestre			394.685,22

Recursos: Conta Movimento: R\$ 407.648,26 (Arrecadação, etc...)

Conta Vinculada : R\$ 1.576.215,49 (Salário Educação, Convênios, etc...)

Passivo: Obrigações a Pagar: R\$ 1.560.890,87

Operação de Crédito: R\$ 28.287,66

Demonstrativo dos Investimentos

Demonstrativo dos Investimentos

3º Quadrimestre de 2013

Despesas *					
Obras e Serviços Urbanos		R\$	618.562,77		
Constr./Ampl. Rede Educação		R\$	293.022,02		
Pavimentação de Rodovias e Lograd.		R\$	184.372,58		
Constr./Ampliação de Unid. Saúde		R\$	33.799,00		
Constr./Amp Turismo, Social		R\$	5.351,66		
Constr./Equip. Administrativo		R\$	45.455,72		
Constr./Ampliação Legislativo		R\$	17.888,79		
Infraestrutura para Pesca		R\$	38.673,00		
Aquisições		R\$	844.850,00		
Aquisição de Veículos e Máquinas		R\$	844.850,00		
TOTAL		R\$	1.463.412,77		
* Despesas Liquidadas					

Índices Legais

Demonstrativo da Aplicação de Recursos na Educação e Saúde

Janeiro a Dezembro 2013

Impostos	R\$	1.734.871,40
FPM	R\$	5.274.820,81
ITR	R\$	13.449,50
LC 87/96	R\$	12.747,71
ICMS	R\$	2.738.669,32
IPVA	R\$	484.742,87
IPI Exportação	R\$	41.705,69
Dívida Ativa	R\$	557.070,67
Outras Transf. União	R\$	236.535,06
TOTAL	R\$	11.094.613,03

Valor aplicado na Educ.	R\$	3.040.223,84	27,40%
Valor aplicado na Saúde	R\$	2.293.523,24	20,67%

Relatório de Gestão Fiscal

Últimos 12 meses

Despesa com Pessoal *	3º quadrimestre
Despesa Bruta com Pessoal (I)	8.221.400,20
Receita Corrente Líquida - RCL (IV)	15.193.271,15
% Total Despesa com Pessoal	54,11
% Executivo	50,39
% Legislativo	3,72
Limite Máximo 60%	9.115.962,69

* Dados consolidados

Passos Maia

PREFEITURA

Termo Aditivo 0002/2014 ao Contrato 0098/2013

TERMO ADITIVO 0002/2014 AO CONTRATO 0098/2013
PROCESSO LICITATÓRIO n. 0050/2013

PREGÃO PRESENCIAL n. 0036/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC

CONTRATADO: J.G. MED CLINICA MEDICA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA- ME.

OBJETO: A carga horária prevista inicialmente para 20 semanais, passará a ser de 40(quarenta) horas semanais, para os meses de janeiro, fevereiro e março de 2014, sendo que, após a data de 31 de março de 2014, a carga horária semanal voltará a ser de 20 horas.

VALOR: No período em que a contratada prestar os seus serviços com uma carga horária de 40(quarenta) horas semanais (janeiro, fevereiro e março de 2014), receberá o valor mensal de R\$ 16.000,00(dezesseis mil reais), sendo que, após a data de 31 de março de 2014, o valor mensal previsto na cláusula terceira do contrato originário voltará a ser de R\$ 8.000,00(oito mil reais).

Passos Maia – SC, 06 de janeiro de 2014.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Peritiba

PREFEITURA

Resumo de Edital 18/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
RESUMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 18/2014 – Dispensa de Licitação 02/2014.

Objeto: Contratação e prestação de serviços para elaboração e manutenção dos programas de Segurança e Medicina do Trabalho.
Dados do Contrato:

Contrato nº 46/2014
Contratado: BIOSEG – CLÍNICA DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA
CNPJ: 03.186.323/0001-00
Data do Contrato: 28/02/2014
Valor do Contrato: R\$ 3.600,00 (Três mil e seiscentos reais).
Informações complementares:

Dispensa de Licitação, Lei 8.666 Artigo 24, Inciso VI.

Município de Peritiba – SC em 28 de Fevereiro de 2014.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato 45/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: contratação de empresa para publicações de Editais, Licitações, Avisos, informações gerais do Município de Peritiba em jornal de circulação Regional.

Dados do Contrato: Contrato nº 45/2014

Contratado: EMPRESA EDITORA CONCÓRDIA LTDA

CNPJ: 04.433.899/0001-97

Data de Vigência: 01/03/2014 até 30/04/2014.

Valor do Contrato: R\$ 1.330,00 (Um mil trezentos e trinta reais).

Município de Peritiba – SC em 28 de Fevereiro de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Extrato de Contrato 46/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: Contratação e prestação de serviços para elaboração e manutenção dos programas de Segurança e Medicina do Trabalho.

Dados do Contrato: Contrato nº 46/2014

Contratado: BIOSEG – CLÍNICA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA

CNPJ: 03.186.323/0001-00

Data de Vigência: 01/03/2014 até 31/05/2014.

Valor do Contrato: R\$ 3.600,00 (Três mil e seiscentos reais).

Município de Peritiba – SC em 28 de Fevereiro de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Extrato de Contrato 47/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: Prestação de serviços de aulas de capoeira no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV – no Projeto Aquarela, sob coordenação do CRAS Recanto Familiar.

Dados do Contrato: Contrato nº 47/2014

Contratado: JEFFERSON MARTINS

CPF: 066.037.299-11

Data de Vigência: 05/03/2014 até 05/12/2014.

Valor do Contrato: R\$ 7.978,56 (Sete mil novecentos e setenta e oito reais e cinquenta e seis centavos).

Município de Peritiba – SC em 28 de Fevereiro de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Extrato de Contrato 48/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: Prestação de serviços de professora de artesanato no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV – no

Projeto Aquarela, sob coordenação do CRAS Recanto Familiar.

Dados do Contrato: Contrato nº 48/2014

Contratado: CLARISSE ERTEL SCHMIDT

CPF: 827.515.289-53

Data de Vigência: 05/03/2014 até 05/12/2014.

Valor do Contrato: R\$ 6.144,96 (Seis mil, cento e quarenta e quatro reais e noventa e seis centavos).

Município de Peritiba – SC em 28 de Fevereiro de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 02-2014

Autoriza licença particular.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PERITIBA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 38 do Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgada a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a licença particular ao vereador Marino Maltauro, no período de 01 de março a 30 de abril de 2014, conforme Requerimento nº 01-2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Peritiba/SC, 27 de fevereiro de 2014.

Mara Regina Hermes Petter

Presidente da Mesa Diretora

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Tomada de Preços 0003/2014

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

ESTADO DE SANTA CATARINA - AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS 0003/2014

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, faz saber a todos, que realizará na data de 21 DE MARÇO DE 2014, licitação modalidade Tomada de Preços nº 03/2014. Objeto: Contratação de empresa para execução de pavimentação com pedras irregulares em Linha União, em Pinheiro Preto.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 21/03/2014, até às 10:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 28 DE FEVEREIRO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 084 de 28 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA Nº 084 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013.

CONCEDE GOZO DE LICENÇA PREMIO AO SERVIDOR EUCLESIO JOSE PELICIELLI OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE MOTORISTA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o que dispõe a constituição Federal, e ainda a lei complementar 016/92 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor EUCLESIO JOSE PELICIELLI, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, lotado na Secretaria de Educação, o gozo de 01 (UM) mês de Licença Premio, referente ao período aquisitivo de 26 de junho de 2007 a 26 de junho de 2012, para ser gozado de 05 de Março a 03 de Abril de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 28 de Fevereiro de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

Edital de Licitação Pregão Presencial N.º 005/2014 – Registro de Preços

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FAZENDA

DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITACAO

PREGAO PRESENCIAL N.º 005/2014 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n. 007/2014.

Objeto: AQUISICAO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E ESCRITORIO PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDACOES DO MUNICÍPIO DE POMERODE, PELO PERIODO DE 01 (UM) ANO. Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 19/03/2014.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 19/03/2014.

Local: Sala de licitacoes no predio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderao ser obtidos no seguinte endereço e horario: Diretoria de Licitacoes e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua XV de Novembro, n. 525, Centro – Pomerode/SC, nos dias uteis de segunda a sexta-feira, das 07:30 as 11:30 horas e das 13:00 as 17:00 horas, pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 27 de Fevereiro de 2014.

RICARDO CAMPESTRINI

Prefeito Municipal de Pomerode

Porto União

PREFEITURA

Edital de Convocação 125/2014

Edital de convocação 125/2014

Concurso Público Municipal nº. 001/2010

ANIZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União – SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA a candidata abaixo relacionada, APROVADA no Concurso Público Municipal nº 001/2010, a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União-SC, do 05/03/2014 à 11/03/2014, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item XX do Edital 001/2010, para investidura em cargo público:

- 01 foto 3x4;
- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física;
- Carteira de Trabalho (onde consta a foto e verso)
- PIS/PASEP (cópia reprográfica);
- Título de Eleitor e comprovante de haver votado na última eleição – 2 turnos, conforme o caso;
- Comprovante de endereço atualizado;
- Certificado de Reservista, se for o caso;
- Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento se for casado, ou de Casamento com Averbação, se for separado judicialmente (cópia reprográfica);
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos e dos maiores de 21 e menores de 24 anos que estejam cursando universidade e dos filhos deficientes de qualquer idade (cópia reprográfica);
- Certidão de Antecedentes Criminais expedida pela Secretaria de Segurança Pública;
- Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso (cópia autenticada);
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;
- Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.1, do Edital 001/2010, a candidata deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo. Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS NÍVEL 01

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
SILVANA CRISTINA NACONIECNI	61º		

Porto União (SC), 28 de fevereiro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Lei Nº 4.225/2014

LEI Nº 4.225, de 26 de fevereiro de 2014.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com a Associação dos Pais e Estudantes das Localidades do Distrito de São Miguel da Serra, Pintadinho, Km 13, Avencal e Pintado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Associação dos Pais e Estudantes das Localidades do Distrito de São Miguel da Serra, Pintadinho, Km 13, Avencal e Pintado, Sociedade Civil sem fins lucrativos, regida por estatuto, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 2.403, de 11 de março de 1999, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.988.547/0001-72, com sede e foro neste Município.

Art. 2º O convênio tem por objetivo repassar à Associação dos Pais e Estudantes das Localidades do Distrito de São Miguel da Serra, Pintadinho, Km 13, Avencal e Pintado, a contar da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2014, uma subvenção mensal no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), totalizando R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para auxiliar nas despesas do transporte dos alunos do Ensino Superior, residentes no Distrito de São Miguel da Serra, que estudam na sede do Município.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO 0200 PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO

UNIDADE 0210 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

ATIVIDADE 2033 Encargos gerais da Administração

DOTAÇÃO 3350 - 100 Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 4º A Associação dos Pais e Estudantes das Localidades do Distrito de São Miguel da Serra, Pintadinho, Km 13, Avencal e Pintado obriga-se a prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento dos valores, nos termos dos Artigos 27 a 31 da Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010, mediante a apresentação de cópia documental dos recursos.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 26 de fevereiro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Lei Nº 4.226/2014

LEI Nº 4.226, de 26 de fevereiro de 2014.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com o Conselho Comunitário do Distrito de Santa Cruz do Timbó, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Conselho Comunitário do Distrito de Santa Cruz do Timbó, Sociedade Civil sem fins lucrativos, regida por estatuto, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 2.221, de 13 de novembro de 1996, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.366.951/0001-39, com sede e foro neste Município.

Art. 2º O convênio tem por objetivo repassar ao Conselho Comunitário do Distrito de Santa Cruz do Timbó, no exercício de 2014, recursos financeiros no valor total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), desembolsáveis em 10 (dez) parcelas mensais iguais e consecutivas de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a contar da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2014, para auxiliar nas despesas do transporte dos alunos do Ensino Médio e Superior, residentes no Distrito de Santa Cruz do Timbó, que estudam na sede do Município.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO 0200 PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO

UNIDADE 0210 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

ATIVIDADE 2033 Encargos gerais da Administração

DOTAÇÃO 3350 - 100 Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 4º O Conselho Comunitário do Distrito de Santa Cruz do Timbó obriga-se a prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento dos valores, nos termos dos Artigos 27 a 31 da Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010, mediante a apresentação de cópia documental dos recursos.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 26 de fevereiro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Convênio Nº 001/2014

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E ESTUDANTES DAS LOCALIDADES DO DISTRITO DE SÃO MIGUEL DA SERRA, PINTADINHO, KM 13, AVENCAL E PINTADO

CONVÊNIO Nº 001/14

Convênio que entre si celebram o Município de Porto União e a Associação dos Pais e Estudantes das Localidades do Distrito de São Miguel da Serra, Pintadinho, Km 13, Avencal e Pintado, com sede no Município de Porto União.

Por este instrumento, de um lado, o Município de Porto União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede à Rua Padre Anchieta, 126 - Centro - Porto União - Santa Catarina, com inscrição no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANIZIO DE SOUZA, portador do RG

nº 325.323-SC e CPF nº 180.245.569-87, doravante denominado MUNICÍPIO e a Associação dos Pais e Estudantes das Localidades do Distrito de São Miguel da Serra, Pintadinho, Km 13, Avencal e Pintado, com sede no Distrito de São Miguel da Serra - Porto União - Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 02.988.547/0001-72, doravante denominada ENTIDADE CONVENIADA, neste ato representada pela sua Presidente Sra. SANDRA DELVOSS, brasileira, residente e domiciliada no Distrito de Maratá, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 4.225, de 26 de fevereiro de 2014, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto

Constitui objeto deste convênio, o repasse de recursos financeiros à ENTIDADE CONVENIADA, a título de subvenção, para auxiliar nas despesas do transporte dos alunos do Ensino Superior, residentes no Distrito de São Miguel da Serra, que estudam na sede do Município e necessitam desta ajuda de custo.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do valor e liberação dos recursos

O MUNICÍPIO repassará recursos financeiros no valor total de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), desembolsáveis em 10 (dez) parcelas mensais de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), a contar da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2014, em conta bancária de instituição financeira oficial do Município, em nome da Associação dos Pais e Estudantes das Localidades do Distrito de São Miguel da Serra, Pintadinho, Km 13, Avencal e Pintado, correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município na rubrica:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	0210	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
ATIVIDADE	2033	Encargos Gerais da Administração
DOTAÇÃO	3350 - 100	Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

CLÁUSULA TERCEIRA – Da utilização dos recursos

Os recursos liberados visam auxiliar nas despesas do transporte dos alunos do Ensino Superior, residentes no Distrito de São Miguel da Serra, que estudam na sede do Município e necessitam desta ajuda de custo.

CLÁUSULA QUARTA – Das obrigações

I - Do MUNICÍPIO:

O MUNICÍPIO obriga-se a repassar mensalmente até o 15º dia útil do mês à ENTIDADE CONVENIADA o valor correspondente a parcela conforme mencionado na Cláusula Terceira.

II - Da ENTIDADE CONVENIADA:

A ENTIDADE CONVENIADA obriga-se a prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento dos valores, nos termos dos Artigos 27 a 31 da Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010, mediante a apresentação de cópia documental dos recursos.

CLÁUSULA QUINTA – Da legislação aplicável

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

CLÁUSULA SEXTA – Da transmissão de documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre o concedente e a conveniada, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma

será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo concedente, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – Da fiscalização e auditoria

O CONCEDENTE e a CONVENIADA ficam obrigados a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado a permitir o acesso a servidores do Sistema de Controle Interno Municipal ao qual estejam subordinados em sua missão de fiscalização e auditoria.

CLÁUSULA NONA – Dos casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da vigência

O período de vigência do Convênio será da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2014, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da rescisão

Poderão as partes, a qualquer tempo, observadas as suas conveniências, darem por extinto o presente termo, devendo o interessado notificar por escrito o outro, de suas intenções, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da restituição

A ASSOCIAÇÃO CONVENIADA assume o compromisso de restituir o CONCEDENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data do evento, o valor transferido, atualizado monetariamente, de acordo com índices aplicáveis aos débitos para com a Fazenda Pública, desde a data do recebimento, na forma da legislação em vigor, nos seguintes casos:

quando da não execução do objeto do convênio;

quando não for apresentada, no prazo exigido e dentro das normas vigentes, a prestação de contas parcial ou final;

quando os recursos não forem utilizados na finalidade estabelecida no convênio;

quando houver sobra de recurso não aplicado dentro do prazo de vigência do convênio; e

quando não forem aceitas as justificativas pelo não cumprimento das metas e indicadores estabelecidos no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente Convênio, que não forem resolvidas administrativamente.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o presente convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as

testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 26 de fevereiro de 2014.
Prefeito Municipal

Presidente da Associação dos Pais e Estudantes das Localidades do Distrito de São Miguel da Serra, Pintadinho, Km 13, Avenal e Pintado

TESTEMUNHAS:

1.Nome: Paulo Rubens Buch
CPF nº 485.157.019-87

2.Nome: Ricardo Dragoni
CPF nº 420.445.539-53

Convênio Nº 002/2014

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

CONSELHO COMUNITÁRIO DO DISTRITO DE SANTA CRUZ DO TIMBÓ

CONVÊNIO Nº 002/14

Convênio que entre si celebram o Município de Porto União e o Conselho Comunitário do Distrito de Santa Cruz do Timbó, com sede no Município de Porto União.

Por este instrumento, de um lado, o Município de Porto União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede à Rua Padre Anchieta, 126 - Centro - Porto União - Santa Catarina, com inscrição no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANIZIO DE SOUZA, portador do RG nº 325.323-SC e CPF nº 180.245.569-87, doravante denominado MUNICÍPIO e o Conselho Comunitário do Distrito de Santa Cruz do Timbó, com sede no Distrito de Santa Cruz do Timbó - Porto União - Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 79.366.951/0001-39, doravante denominada ENTIDADE CONVENIADA, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. NIVALDO KAMIENSKI, brasileiro, residente e domiciliado no Distrito de Santa Cruz do Timbó, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 4.226, de 26 de fevereiro de 2014, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto

Constitui objeto deste convênio, o repasse de recursos financeiros à ENTIDADE CONVENIADA, a título de subvenção, para auxiliar nas despesas do transporte dos alunos do Ensino Médio e Superior, residentes no Distrito de Santa Cruz do Timbó, que estudam na sede do Município e necessitam desta ajuda de custo.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do valor e liberação dos recursos

O MUNICÍPIO repassará recursos financeiros no valor total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), desembolsáveis em 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a contar da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2014, em conta bancária de instituição financeira oficial do Município, em nome do Conselho Comunitário do Distrito de Santa Cruz do Timbó, correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária, consignada no Orçamento Geral do Município na rubrica: ÓRGÃO 0200 PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO

UNIDADE 0210 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

ATIVIDADE 2033 Encargos gerais da Administração

DOTAÇÃO 3350 - 100 Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

CLÁUSULA TERCEIRA – Da utilização dos recursos

Os recursos liberados visam auxiliar nas despesas do transporte dos alunos do Ensino Médio e Superior, residentes no Distrito de

Santa Cruz do Timbó, que estudam na sede do Município e necessitam desta ajuda de custo.

CLÁUSULA QUARTA – Das obrigações

I - Do MUNICÍPIO:

O MUNICÍPIO obriga-se a repassar mensalmente até o 15º dia útil do mês à ENTIDADE CONVENIADA o valor correspondente a parcela conforme mencionado na Cláusula Terceira.

II - Da ENTIDADE CONVENIADA:

A ENTIDADE CONVENIADA obriga-se prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento dos valores, nos termos dos Artigos 27 a 31 da Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010, mediante a apresentação de cópia documental dos recursos.

CLÁUSULA QUINTA – Da legislação aplicável

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

CLÁUSULA SEXTA – Da transmissão de documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre o concedente e a conveniada será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo concedente, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – Da fiscalização e auditoria

O CONCEDENTE e a CONVENIADA ficam obrigados a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado a permitir o acesso a servidores do Sistema de Controle Interno Municipal ao qual estejam subordinados em sua missão de fiscalização e auditoria.

CLÁUSULA NONA – Dos casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da vigência

O período de vigência do Convênio será da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2014, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da rescisão

Poderão as partes, a qualquer tempo, observadas as suas conveniências, darem por extinto o presente termo, devendo o interessado notificar por escrito o outro, de suas intenções, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da restituição

A ASSOCIAÇÃO CONVENIADA assume o compromisso de restituir o CONCEDENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data do evento, o valor transferido, atualizado monetariamente, de acordo com índices aplicáveis aos débitos para com a Fazenda

Pública, desde a data do recebimento, na forma da legislação em vigor, nos seguintes casos:

quando da não execução do objeto do convênio;

quando não for apresentada, no prazo exigido e dentro das normas vigentes, a prestação de contas parcial ou final;

quando os recursos não forem utilizados na finalidade estabelecida no convênio;

quando houver sobra de recurso não aplicado dentro do prazo de vigência do convênio; e

quando não forem aceitas as justificativas pelo não cumprimento das metas e indicadores estabelecidos no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente Convênio, que não forem resolvidas administrativamente.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o presente convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 26 de fevereiro de 2014.
Prefeito Municipal

Presidente do Conselho Comunitário do Distrito de Santa Cruz do Timbó

TESTEMUNHAS:

1.Nome: Paulo Rubens Buch
CPF nº 485.157.019-87

2.Nome: Ricardo Dragoni
CPF nº 420.445.539-53

Errata do Pregão Presencial 004/2014 - FAS ERRATA

REFERENTE PROCESSO LICITATORIO 004/2014
Pregão Presencial 004/2014 - FAS

No extrato, altera – se a data de abertura e do recebimento dos envelopes para dia 21 de Março de 2014, às 09: 00 horas, com início da sessão as 09: 15 horas.

As demais informações permanecem inalteradas.

Porto União SC, 05 de Março de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Edital de Tomada de Preços 033/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

TOMADA DE PREÇOS Nº 033/2014

OBJETO: Contratação de serviços de engenharia ou arquitetura visando à elaboração de projetos de arquitetura em edificação e revitalização de obras no MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, conforme condições locais e definições constante no Termo de Referência.

REGIMENTO: Lei Federal 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar nº123/2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 21/03/2014, às 16:00h., no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 16:00h do dia 21/03/2014, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de licitações e no site www.riodosul.sc.gov.br.

Rio do Sul (SC), 28 de fevereiro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Edital de Tomada de Preços 034/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

TOMADA DE PREÇOS Nº 034/2014

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para execução de levantamento topográfico planialtimétrico cadastral e cadastro social dos imóveis em diversas ruas localizadas no perímetro urbano do município de Rio do Sul, para fins de projetos de pavimentação, conforme condições locais e definições constantes no Termo de Referência.

REGIMENTO: Lei Federal 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar nº123/2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 21/03/2014, às 14:00h., no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 14:00h do dia 21/03/2014, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de licitações e no site www.riodosul.sc.gov.br.

Rio do Sul (SC), 28 de fevereiro de 2014

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contrato Administrativo Nº 080/2014 - Ana Paula Dieckmann

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 080/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA DIECKMANN, portador(a) do CPF nº 067.012.599-79 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua João Fronza, nº 715, Bairro Taboão – Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) CEI Tia Bea, em substituição a Selia Seide, designada para ocupar cargo comissionado.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.481,73 (dois mil quatrocentos e oitenta e um reais e setenta e três centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 10/02/2014 e encerrando-se em 11/03/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 04 de fevereiro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANA PAULA DIECKMANN

Contratado (a)

Portaria Nº 0226/RH

PORTARIA Nº. 0226/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Remover para a Secretaria de Assistência Social e Habitação, a partir de 11/02/2014, o servidor DIEISON FERNANDO MARQUEZ, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, nível "E", lotado na Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com o Art. 41, inciso II, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de fevereiro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

Portaria Nº 0229/2014

PORTARIA Nº. 0229/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art..1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 241, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, a servidora VIVIANA PEREIRA DAMASCENO, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, conforme certidão de nascimento n.º 0043056 68 do cartório de registro civil do município de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de LUIS GUSTAVO DAMASCENO DOS ANJOS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de março de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Contrato Administrativo Nº 194/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 194/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ANILORE ROIWAS, portador(a) do CPF nº 028.242.959-02 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Geremias Medeiros, nº 333, Bairro Taboão - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de PROFESSOR DE INGLÊS, com jornada de 20 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) CE Roberto Machado, em substituição a Ilson José Furtado, que está designada para exercer cargo comissionado.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.364,93 (mil trezentos e sessenta e quatro reais e noventa e três centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 18/02/2014 e encerrando-se em 19/03/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de fevereiro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANILORE ROIWAS

Contratado (a)

Contrato Administrativo Nº 228/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 228/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado

o(a) Sr.(a) ELIANE BRIDI, portador(a) do CPF nº 806.791.619-53 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Jacob Johann Dyck, nº 243, Bairro Budag - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Auxiliar de Serviços Gerais, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação – CEI Pref. Danilo Lourival Schmidt.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 756,00 (setecentos e cinquenta e seis reais) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 05/03/2014 e encerrando-se em 04/04/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 26 de fevereiro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ELIANE BRIDI

Contratado (a)

Portaria Nº 0202/RH

PORTARIA Nº 0202/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Departamento de Fiscalização, da Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente e, designar como membros: Danilo

Carlos Eduardo Chavez Calderon, matrícula 149071-1, Diretor do Departamento de Fiscalização, Luciani Souza Lopes, matrícula 100374-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Arquiteto, Fabio de Campos Freire, matrícula 102938-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Engenheiro Civil e, designar como seus respectivos suplentes: Teresinha Moretti Noveletto, matrícula 81990-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I e Marcelo Cristiano Slomp, matrícula 164348-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho dos servidores pertencentes ao Departamento supracitado, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e reglamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos, contados a partir de 08/07/2013.

Parágrafo Único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a Comissão ora instituída, deve o Secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de fevereiro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

VMB

Portaria Nº 0218/RH

PORTARIA Nº 0218/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o Estágio Probatório do servidor municipal ALEXANDRE JOSE WORITOVICZ, matrícula n. 105406/2, ocupante do cargo de provimento efetivo Engenheiro Civil, por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo, no período de 09/04/2007 a 17/11/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de fevereiro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

Portaria N. 0219/RH

PORTARIA N. 0219/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor ROBERTO KNOTH, matrícula n. 103519/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Veículo Leve, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2010 a 2013, com fundamento ao Art. 26,

da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de dezembro de 2013, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de fevereiro de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Decreto Nº 3900

DECRETO Nº 3900, de 24 de fevereiro de 2014.

"CONCEDE VEÍCULO POR TEMPO INDETERMINADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido por tempo indeterminado à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos o veículo, conforme segue:

O Veículo VW/ KOMBI – Cor Branca - Placa MDK 2403 – Frota 268 – Chassi nº 9BWGF07X36P012455 – Ano 2006/2006 – Renavam nº 886869765 – Patrimônio nº 1487, da Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo indeterminado. O referido veículo poderá retornar por solicitação do Prefeito e da Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do veículo cedido por este Decreto, ocorrerão a conta das dotações específicas do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.
24 de fevereiro de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

Lei Nº 5.457, de 24 de Fevereiro de 2014

LEI Nº 5.457, de 24 de fevereiro de 2014.

"ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica suplementada até o limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos:
----------	--

30.00	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS
30.01	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS
2.073	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes

3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
	TOTAL	R\$	50.000,00

Art. 2º-	Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do município de Rio do Sul:
----------	--

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
2.002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
	TOTAL	R\$	50.000,00

Art. 3º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

GABINETE DO PREFEITO
24 de fevereiro de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

Lei Nº 5.456, de 24 de Fevereiro de 2014

LEI Nº 5.456, de 24 de fevereiro de 2014.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica suplementada até o limite de R\$ 7.133,89 (sete mil, cento e trinta e três reais e oitenta e nove centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do município de Rio do Sul:
----------	---

06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.01	Gabinete do Secretário de Administração		
1.416	Consórcio Intermunicipal Multifinalitário - CIM - AMAVI		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.71.00	Transferências a Consórcios Públicos		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	7.133,89
	TOTAL	R\$	7.133,89

Art. 2º-	Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 7.133,89 (sete mil, cento e trinta e três reais e oitenta e nove centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do município de Rio do Sul:
----------	---

06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.01	Gabinete do Secretário de Administração		
2.016	Manutenção do Gab. do Secretário de Administração		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	7.133,89
	TOTAL	R\$	7.133,89

Art. 3º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

GABINETE DO PREFEITO
24 de fevereiro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

Lei Nº 5.458, de 24 de Fevereiro de 2014

LEI Nº 5.458, de 24 de fevereiro de 2014.

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica aberto crédito especial no valor de R\$ 3.913.000,00 (três milhões, novecentos e treze mil reais), por conta do repasse do Governo do Estado, através do Fundo Estadual de Apoio aos Municípios (FUNDAM), para pavimentação de ruas e estruturação de pontes, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do município de Rio do Sul:
----------	--

05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE		
05.05	Departamento de Projetos		
1.415	Projetos FUNDAM		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01240055	Convênio Estado	R\$	3.913.000,00
	TOTAL	R\$	3.913.000,00

Art. 2º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

GABINETE DO PREFEITO

24 de fevereiro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Lei Nº 5.453, de 24 de Fevereiro de 2014

LEI Nº 5.453, de 24 de fevereiro de 2014.

"AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER PERMISSÃO DE USO À INICIATIVA PRIVADA PARA A CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO PUBLICITÁRIA DE ABRIGOS EM PONTOS DE TÁXI, NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-

Fica autorizado o Poder Executivo a conceder permissão à iniciativa privada para a construção, manutenção e exploração publicitária de abrigos em pontos de táxi no perímetro urbano do município de Rio do Sul.

Art. 2º-

Podem ser permissionárias quaisquer entidades da sociedade civil, associações de moradores, sociedade de amigos de bairro, pessoas físicas e pessoas jurídicas legalmente constituídas e cadastradas no município de Rio do Sul.

Art. 3º-

A permissão para construção, manutenção e exploração de que trata a presente Lei será precedida de licitação, para cada ponto de táxi existente no município de Rio do Sul, utilizando-se como forma de julgamento da proposta o pagamento do maior valor de outorga.

Art. 4º-

Como contrapartida do investimento privado, ficam os permissionários autorizados, pelo prazo de cinco anos, vedada a prorrogação, a explorar e/ou veicular publicidade nos espaços próprios dos abrigos de que trata a presente Lei.

Parágrafo único - As publicidades serão definidas e padronizadas no Termo de Parceria a ser firmado, após o procedimento licitatório, conforme modelo a ser estabelecido pelo Executivo Municipal.

Art. 5º-

Fica proibida a utilização dos espaços com publicidades que tenham conteúdo eleitoral, fumos, bebidas alcoólicas e quaisquer outros produtos nocivos à saúde ou atentatórios à legislação em vigor, à moral e aos bons costumes.

Art. 6º-

Caberá ao Poder Executivo, através dos órgãos competentes:

I - a elaboração dos projetos de construção dos abrigos que venham a ser permitidos;

II - a aprovação dos projetos que sejam elaborados fora dos órgãos do Executivo Municipal;

III - a fiscalização das obras e do cumprimento das permissões concedidas.

Art. 7º-

Caberá ao permissionário:

I - a execução dos projetos elaborados pelo Poder Executivo Municipal, com verba pessoal e materiais próprios;

II - a preservação e manutenção dos abrigos, conforme estabelecidos na permissão e no projeto aprovado.

Art. 8º-

Caso reste deserta a licitação em algum ponto de parada de táxi, caberá ao Poder Executivo a construção, manutenção e exploração desses locais.

Art. 9º-

Encerrado o prazo de cinco anos, qualquer benfeitoria decorrente dos pontos de parada integrará o patrimônio público, não tendo o permissionário direito de retenção ou indenização a qualquer título.

Art. 10-

O Termo de Parceria deverá ser acompanhado e controlado pela Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, conforme o caso, de modo que não venha a ser desvirtuado ou causar prejuízo ao interesse público.

Art. 11-

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito

24 de fevereiro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Lei Nº 5.454, de 24 de Fevereiro de 2014

LEI Nº 5.454, de 24 de fevereiro de 2014.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR E GARANTIR FINANCIAMENTO NA LINHA DE CRÉDITO DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (PMAT), JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E DÁ OUTRAS

PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-

Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar e garantir financiamento na linha de crédito do Programa de Modernização da Administração Tributária (PMAT) e da Gestão dos Setores Básicos, ambos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), junto à Caixa Econômica Federal.

Art. 2º-

Os recursos resultantes da operação de crédito serão aplicados na execução do projeto integrante do Programa de Modernização da Administração Tributária (PMAT) e da Gestão dos Setores Sociais Básicos.

Art. 3º-

Para atendimento das necessidades financeiras para implantação dos programas mencionados no art. 2º, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a tomar financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), junto à Caixa Econômica Federal, no montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Parágrafo único - Em garantia do principal e encargos da operação de crédito, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder ou vincular em garantia, de caráter irrevogável e irretratável, a modo pro solvendo, as receitas descritas nos artigos 158 e 159, inciso I, alínea b, e § 3º da Constituição Federal, ou recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los.

Art. 4º-

O orçamento do município consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da contrapartida financeira do projeto e das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 5º-

Por conta dos financiamentos estabelecidos no art. 3º desta Lei, o município pagará encargos máximos de 4% (quatro por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º-

O prazo total da operação poderá ser de até 96 (noventa e seis) meses, incluídos de até 24 (vinte e quatro) meses de carência.

Art. 7º-

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º-

Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

24 de fevereiro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Lei Nº 5.455, de 24 de Fevereiro de 2014

LEI Nº 5.455, de 24 de fevereiro de 2014.

“CRIA E AMPLIA VAGAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CRIA CARGO E ALTERA ANEXOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 208, DE 28 DE SETEMBRO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS”.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Ficam ampliadas 36 (trinta e seis) vagas nos cargos de provimento efetivo, com jornada de trabalho e vencimento mensal a seguir identificados:

Vagas	Cargo	Nível	Jornada
11	Enfermeiro	H	40
3	Farmacêutico	H	40
22	Técnico em Enfermagem	F	40

Parágrafo único - A ampliação de vagas tem por objetivo atender à demanda de profissionais da Secretaria Municipal de Saúde.

Em razão das modificações previstas no artigo anterior, os Anexos I e III, da Lei Complementar nº 208, de 28 de setembro de 2010, passam a vigorar com a redação neles dispostas os quais são partes integrantes desta Lei Complementar.

As despesas necessárias para aplicação desta Lei Complementar correrão à conta de dotações específicas, consignadas no orçamento vigente.

Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

24 de fevereiro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Lei Nº 5.460, de 24 de Fevereiro de 2014

LEI Nº 5.460, de 24 de fevereiro de 2014.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CESSÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA SERRA TABOÃO”.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-

Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder, até a data de 31 de dezembro de 2016, à Associação dos Moradores da Serra Taboão, inscrita no CNPJ sob o nº 04.150.618/0001-99, localizada na Estrada Geral Serra Taboão, s/n., bairro Taboão, neste município de Rio do Sul - SC, os seguintes equipamentos:

I - um arado com duas pás e dois discos, patrimônio nº 9891;

II - uma grade com vinte e quatro discos, patrimônio nº 9892;

III - duas carretas agrícolas, patrimônio nº 9893 e 9896;

IV - um distribuidor de calcário, patrimônio nº 19014;

V - uma colheitadeira de milho, patrimônio nº 19022;

VI - um trator Massey Ferguson 4283/4KL, patrimônio nº 19974 e frota nº 365;

VII - um microtrator Kubota 14 cv, patrimônio nº 9925;

VIII - uma carreta em madeira para microtrator, patrimônio nº

9934;

IX - um arado 3x28 com pistão, patrimônio nº 19026.

Art. 2º-

As despesas decorrentes da manutenção, conservação e de sua utilização, correrão as custas da Associação dos Moradores da Serra Taboão.

Art. 3º-

A cessão de uso de que trata esta Lei, poderá ser rescindida a qualquer tempo, desde que haja interesse de qualquer das partes.

Art. 4º-

Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito

24 de fevereiro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Lei Nº 5.461, de 24 de Fevereiro de 2014

LEI Nº 5.461, de 24 de fevereiro de 2014.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CESSÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA ALBERTINA, BOM FIM E MORRO DO HOLLER".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-

Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder, até a data de 31 de dezembro de 2016, à Associação dos Produtores Rurais da Albertina, Bom Fim e Morro do Holler, inscrita no CNPJ sob o nº 07.962.448/0001-35, localizada na Rodovia SC Km 302, bairro Albertina, neste município de Rio do Sul - SC, os seguintes equipamentos:

I - duas carretas agrícolas, patrimônio nº 9885 e 9932;

II - um distribuidor de calcário, patrimônio nº 9911;

III - um arado com duas pás e dois discos, patrimônio nº 9928;

IV - um pulverizador, patrimônio nº 9929;

V - um subsolador com cinco discos e cinco dentes, patrimônio nº 9930;

VI - uma ensiladeira, patrimônio nº 9931;

VII - uma grade com vinte e quatro discos, patrimônio nº 9933;

VIII - uma colheitadeira de milho, patrimônio nº 19025;

IX - um trator Massey Ferguson 283, patrimônio nº 9927 e frota nº 271.

Art. 2º-

As despesas decorrentes da manutenção, conservação e de sua utilização, correrão as custas da Associação dos Produtores Rurais da Albertina, Bom Fim e Morro do Holler.

Art. 3º-

A cessão de uso de que trata esta Lei, poderá ser rescindida a qualquer tempo, desde que haja interesse de qualquer das partes.

Art. 4º-

Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito

24 de fevereiro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Lei Nº 5.462, de 24 de Fevereiro de 2014

LEI Nº 5.462, de 24 de fevereiro de 2014.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CESSÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DO RIBEIRÃO DO TIGRE".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-

Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder, até a data de 31 de dezembro de 2016, à Associação de Produtores Rurais do Ribeirão do Tigre, inscrita no CNPJ sob o nº 07.404.514/0001-51, localizada na Estrada Geral, s/n., bairro Ribeirão do Tigre, neste município de Rio do Sul - SC, os seguintes equipamentos:

I - Uma grade com 24 (vinte e quatro) discos, patrimônio nº 9910;

II - Um arado com duas pás e dois discos, patrimônio nº 9912;

III - Uma carreta agrícola, patrimônio nº 9914;

IV - Uma trilhadeira, patrimônio nº 9915;

V - Um distribuidor de calcário, patrimônio nº 19015;

VI - Um carregador agrícola, patrimônio nº 19018;

VII - Uma colheitadeira de milho, patrimônio nº 19024;

VIII - Um trator Massey Ferguson 4283, patrimônio nº 19690 e frota nº 356;

IX - Uma colheitadeira de Forragens JF, patrimônio nº 19020.

Art. 2º-

As despesas decorrentes da manutenção, conservação e de sua utilização, correrão as custas da Associação de Produtores Rurais do Ribeirão do Tigre.

Art. 3º-

A cessão de uso de que trata esta Lei, poderá ser rescindida a qualquer tempo, desde que haja interesse de qualquer das partes.

Art. 4º-

Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito

24 de fevereiro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Lei Nº 5.463, de 24 de Fevereiro de 2014

LEI Nº 5.463, de 24 de fevereiro de 2014.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CESSÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A ASSOCIAÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DA VALADA SÃO PAULO".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-

Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder, até a data de 31 de dezembro de 2016, à Associação de Hortifrutigranjeiros da Valada São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 02.617.380/0001-33, localizada na Rua Luiz Adelar Soldateli, nº 2445, bairro Valada São Paulo, neste município de Rio do Sul - SC, os seguintes equipamentos:

I - Dois arados com duas pás e dois discos, patrimônio nº 9899 e 9909;

II - Duas carretas agrícolas, patrimônio nº 9902 e 9903;

III - Uma grade hidráulica de 28 (vinte e oito) discos, patrimônio nº 19017;

IV - Uma plantadeira, patrimônio nº 19019;

V - Uma colheitadeira de milho, patrimônio nº 19023;

VI - Um arado 3x28 com pistão de reversão, patrimônio nº 19027;

VII - Um trator Massey Ferguson 4283, patrimônio nº 19689 e frota nº 355;

VIII - Duas grades hidráulicas, patrimônio nº 19691 e 19692;

IX - Um trator Massey Ferguson 4283/4KL, patrimônio nº 19975 e frota nº 366.

Art. 2º-

As despesas decorrentes da manutenção, conservação e de sua utilização, correrão as custas da Associação de Hortifrutigranjeiros da Valada São Paulo.

Art. 3º-

A cessão de uso de que trata esta Lei, poderá ser rescindida a qualquer tempo, desde que haja interesse de qualquer das partes.

Art. 4º-

Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito

24 de fevereiro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Decreto Nº 3903

DECRETO Nº 3903, de 25 de fevereiro de 2014.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.426, de 12/12/2013 e Lei nº 5.456, de 24/02/2014;

DECRETA:

Art. 1º- Fica suplementada até o limite de R\$ 7.133,89 (sete mil, cento e trinta e três reais e oitenta e nove centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do município de Rio do Sul:

06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.01	Gabinete do Secretário de Administração		
1.416	Consórcio Intermunicipal Multifinalitário – CIM – AMAVI		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.71.00	Transferência a Consórcios Públicos		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	7.133,89
	TOTAL	R\$	7.133,89

Art. 2º- Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 7.133,89 (sete mil, cento e trinta e três reais e oitenta e nove centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do município de Rio do Sul:

06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.01	Gabinete do Secretário de Administração		
2.016	Manutenção do Gab. do Secretário de Administração		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	7.133,89
	TOTAL	R\$	7.133,89

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

25 de fevereiro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto Nº 3907

DECRETO Nº 3907, de 26 de fevereiro de 2014.

"ALTERA TARIFA PARA O SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e no Termo de Prorrogação de Contrato de Concessão, de 08 de julho de 1999,

DECRETA:

Art. 1º – A Tarifa para o Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros, fica fixado em R\$ 3,20 (três reais e vinte centavos), no município de Rio do Sul, considerando que a base de cálculo do reequilíbrio econômico-financeiro em decorrência do aumento de 19,47% no óleo diesel, 8% no acordo coletivo, 11,40% no ticket refeição, aumento de 6,62% no óleo diesel, em virtude deste fato a passagem urbana requer reajuste.

Art. 2º – Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor a partir da zero hora, 22 de março de 2014.

GABINETE DO PREFEITO.

26 de fevereiro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração.

Decreto Nº 3902

DECRETO Nº 3902, de 25 de fevereiro de 2014.

"EXONERA LUIZ CARLOS LEDRA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art. 1º – Exonera a pedido, a partir de 11/02/2014, o servidor LUIZ CARLOS LEDRA, do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Meio Ambiente da Secretaria de Planejamento, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

25 de fevereiro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO

Secretário de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

Decreto Nº 3904

DECRETO Nº 3904, de 25 de fevereiro de 2014.

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.426, de 12/12/2013 e Lei nº 5.458, de 24/02/2014.

DECRETA:

Art. 1º- Fica aberto crédito especial no valor de R\$ 3.913.000,00 (três milhões, novecentos e treze mil reais), por conta do repasse do Governo do Estado, através do Fundo Estadual de Apoio aos Municípios (FUNDAM), para pavimentação de ruas e estruturação de pontes, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do município de Rio do Sul:

05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE		
05.05	Departamento de Projetos		
1.415	Projetos FUNDAM		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01240055	Convênio Estado	R\$	3.913.000,00
	TOTAL	R\$	3.913.000,00

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

25 de fevereiro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto Nº 3905

DECRETO Nº 3905, de 25 de fevereiro de 2014.

"ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.426, de 12/12/2013 e Lei nº 5.457, de 24/02/2014;

DECRETA:

Art. 1º- Fica suplementada até o limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos:

30.00	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
30.01	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
2.073	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
	TOTAL	R\$	50.000,00

Art. 2º- Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
2.002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
	TOTAL	R\$	50.000,00

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

25 de fevereiro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Edital de Intimação de Decisão Proferida Em Processo Administrativo

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
TDI Com de Equipamentos de Informática Ltda	07.xxx.560/0001-xx	116704
Jair Antonio Boll	xxx.170.159-xx	142745
Elaine Cristina Budag	xxx.298.779-xx	143722
Dirceu Alves	xxx.436.189-xx	143167
Priscila Skowasch	xxx.520.739-xx	142193
Patricia Pianesser	xxx.427.889-xx	142994

Rio do Sul, 04 de Março de 2014.
LEONICE WITTE
Protocolo Geral

RUBENS AUGUSTO S MENSLIN
Secretário Municipal da Fazenda

Termo de Posse e Exercício - Fabricio Stolf

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) FABRICIO STOLF, nomeado (a) pela Portaria n. 0109 RH, de 06/02/2014, publicada no DOM na data de 12/02/2014, para exercer o cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO, Nível A, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 04/03/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 04 de março de 2014.
Assinatura do (a) Empossado (a)
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 0212/RH

PORTARIA Nº. 0212/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, LUCIANE CAVILHA MENDES para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, INGLÊS, 20h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de fevereiro de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

Portaria Nº 0214/RH

PORTARIA Nº. 0214/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, NATANAEL COSTA SPINDOLA para exercer o cargo de provimento efetivo de MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de fevereiro de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

Portaria Nº 0215/RH

PORTARIA Nº. 0215/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, MONICA KUSZKOWSKI CREUTZBERG, para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de fevereiro de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Csvf

Portaria Nº 0217/RH

PORTARIA Nº. 0217/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, MAIARA PICKLER, para exercer o cargo de provimento efetivo de EDUCADOR SOCIAL, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de fevereiro de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Csf

Portaria Nº 0210/RH
PORTARIA Nº. 0210/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, WILMA ALMEIDA SOUZA RIBEIRO para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, MATEMÁTICA, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de fevereiro de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

Termo de Posse e Exercício - Sara Cordeiro Apolinário
TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar nº 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) SARA CORDEIRO APOLINÁRIO, nomeado (a) pela Portaria n. 0083/RH, de 03/02/2014, publicada no DOM na data de 12/02/2014, para exercer o cargo efetivo de CIRURGIÃO DENTISTA, Nível H, 20 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 04/03/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 26 de fevereiro de 2014.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 0213/RH
PORTARIA Nº. 0213/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0034/2014/RH de 14/01/2014, a qual nomeia DANIEL STREY para exercer o cargo de provimento efetivo MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE, 40h, em virtude da perda do prazo legal para posse, nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de fevereiro de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

Portaria Nº 0209/RH
PORTARIA Nº. 0209/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0140/2014/RH de 14/02/2014, a qual nomeia ERICKSON SLOMP NOGUEIRA para exercer o cargo de provimento efetivo PROFESSOR, MATEMÁTICA, 40h, em virtude de sua manifestação de desistência (em anexo), nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de fevereiro de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

Portaria Nº 0207/RH
PORTARIA Nº. 0207/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0139/2014/RH de 14/02/2014, a qual nomeia ESTEFANI LESSA LICHTENFELS para exercer o cargo de provimento efetivo PROFESSOR, INGLÊS, 20h, em virtude de sua manifestação de desistência (em anexo), nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de fevereiro de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

Contrato Administrativo Nº 214/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 214/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) ELIANA KRUSCINSCK DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 506.258.619-49 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Madre Paulina, nº 140 – Bairro Albertina – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Anos Iniciais, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Escola Modelo Arvino Walter Gaertner, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.729,86 (dois mil, setecentos e vinte e nove reais e oitenta e seis centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 10/02/2014 e encerrando-se em 11/03/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente

contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de fevereiro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ELIANA KRUSCINSCK DE OLIVEIRA

Contratado (a)

Contrato Administrativo Nº 233/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 233/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) MARIA DAS NEVES PEREIRA, portador(a) do CPF nº 623.222.579-15 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Estrada da Penha, nº 82, QD L7, Bairro Rainha - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Auxiliar de Serviços Gerais, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação – Escola Modelo Ella Kurt.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 756,00 (setecentos e cinquenta e seis reais) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 05/03/2014 e encerrando-se em 04/04/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 28 de fevereiro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

MARIA DAS NEVES PEREIRA
Contratado (a)

Decreto Nº 3901

DECRETO Nº 3901, de 25 de fevereiro de 2014.
"NOMEIA ELENIR HOLLER"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear ELENIR HOLLER, para a partir de 17/02/2014, exercer o cargo em comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

25 de fevereiro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Portaria Nº 0236/2014

PORTARIA Nº. 0236/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido, a partir de 28/02/2014, o servidor municipal LUIZ FERNANDO DAMASCENO CHAVES, do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, nos termos do Art. 39, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de março de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Termo de Convocação - Luciane Cavilha Mendes**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) LUCIANE CAVILHA MENDES, é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2011, homologado através do Decreto nº 2.725 de 03/07/2012 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR – INGLÊS – 20 HORAS).

Salientamos que V. Sª foi nomeado (a) através da Portaria n. 0212/RH de 25/02/2014, publicada em 06/03/2014. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo

Exames necessários

Auxiliar De Serviços Gerais

Calceteiro

Carpinteiro

Coveiro

Eletricista

Motorista De Caminhão

Motorista De Veiculo Leve

Operador De Equipamentos

Pedreiro

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUNA LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Demais Cargos

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS, CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Rio do Sul, 06 de março de 2014.

Departamento de Recursos Humanos

Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Termo de Convocação - Maiara Pickler**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) MAIARA PICKLER, é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2011, homologado através do Decreto nº 2.725 de 03/07/2012 e suas retificações posteriores. (Cargo de EDUCADOR SOCIAL – 40 HORAS).

Salientamos que V. Sª foi nomeado (a) através da Portaria n. 0217/RH de 26/02/2014, publicada em 06/03/2014. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.



2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.

3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo

Exames necessários

Auxiliar De Serviços Gerais

Calceteiro

Carpinteiro

Coveiro

Eletricista

Motorista De Caminhão

Motorista De Veículo Leve

Operador De Equipamentos

Pedreiro

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUNA LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Demais Cargos

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS, CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Rio do Sul, 06 de março de 2014.

Departamento de Recursos Humanos

Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Termo de Convocação - Natanael Costa Spindola

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) NATANAEL COSTA SPINDOLA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2011, homologado através do Decreto nº 2.725 de 03/07/2012 e suas retificações posteriores. (Cargo de MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0214/RH de 25/02/2014, publicada em 06/03/2014. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.

2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.

3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo

Exames necessários

Auxiliar De Serviços Gerais

Calceteiro

Carpinteiro

Coveiro

Eletricista

Motorista De Caminhão

Motorista De Veículo Leve

Operador De Equipamentos

Pedreiro

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUNA LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Demais Cargos

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS, CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Rio do Sul, 06 de março de 2014.

Departamento de Recursos Humanos

Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Termo de Convocação - Monica Kuskowski Creutzberg

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) MONICA KUSZKOWSKI CREUTZBERG, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2011, homologado através do Decreto nº 2.725 de 03/07/2012 e suas retificações posteriores. (Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0215/RH de 26/02/2014, publicada em 06/03/2014. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.

2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.

3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e

aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo

Exames necessários

Auxiliar De Serviços Gerais

Calceteiro

Carpinteiro

Coveiro

Eletricista

Motorista De Caminhão

Motorista De Veículo Leve

Operador De Equipamentos

Pedreiro

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUNA LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Demais Cargos

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS, CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Rio do Sul, 06 de março de 2014.

Departamento de Recursos Humanos

Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Termo de Convocação - Wilma Almeida Souza Ribe TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) WILMA ALMEIDA SOUZA RIBEIRO, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a, para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2011, homologado através do Decreto nº 2.725 de 03/07/2012 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR – MATEMÁTICA – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0210/RH de 25/02/2014, publicada em 06/03/2014. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo

Exames necessários

Auxiliar De Serviços Gerais

Calceteiro

Carpinteiro

Coveiro

Eletricista

Motorista De Caminhão

Motorista De Veículo Leve

Operador De Equipamentos

Pedreiro

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUNA LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Demais Cargos

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS, CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Rio do Sul, 06 de março de 2014.

Departamento de Recursos Humanos

Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Portaria Nº 0223/RH PORTARIA Nº 0223/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, aos servidores:

Servidor	Cargo	Período Aquisitivo
RAINILDES GALS	Auxiliar de Serviços Gerais	09/02/2009 a 07/02/2014
ELISETE BECHTOLD PAMPLONA	Professor	07/02/2009 a 05/02/2014
ZENAIDE KUSTER	Professor	07/02/2009 a 05/02/2014
SIMONE GAUCHE	Auxiliar de Enfermagem	23/01/2009 a 21/01/2014
ZILDA DO AMARANTE LEANDRO	Auxiliar de Serviços Gerais	01/02/2009 a 30/01/2014
CELESTE OELKE SCHAEFER	Enfermeira	25/03/2007 a 22/03/2012
CLAUDIANE ANDREA FELLER	Professor	07/02/2009 a 05/02/2014
ALTAIR GUILHERME BECKER	Auxiliar Administrativo I	09/02/2009 a 07/02/2014
ADRIANA SCHMIDT DE SOUZA	Auxiliar Administrativo I	07/02/2009 a 05/02/2014
JAIME JUSTINO DE ALCANTARA	Vigia	04/02/2009 a 02/02/2014
RAQUEL PITZ	Professor	07/02/2009 a 05/02/2014
DENISE FERREIRA HOEPERS	Professor	07/02/2009 a 05/02/2014

MARLI TOTTE	Auxiliar de Serviços Gerais	08/02/2009 a 06/02/2014
MARCIA CATARINA SIQUEIRA FACHINI	Professor	07/02/2009 a 05/02/2014
VIVIAN LUCHT SPERCKOTT	Professor	07/02/2009 a 05/02/2014
LILIAN LUCHT DA SILVA	Professor	07/02/2009 a 05/02/2014
MAITARA GABRIELA DA LUZ BROERING	Agente Administrativo	01/10/2008 a 29/09/2013
ANA OLÍPIA VITORINO	Auxiliar de Enfermagem	08/02/2009 a 06/02/2014
CINTIA KLAUMANN ÀVILA	Professor	07/02/2009 a 05/02/2014
SONIA APARECIDA KLET- TENBERG HILLER	Professor	09/02/2009 a 07/02/2014
SANDRA APARECIDA MAYERLE LAMEGO	Professor	09/02/2009 a 07/02/2014
JUCÉLIA CORREIA DE SANTANA	Professor	10/02/2009 a 08/02/2014
ANDRESSA CRISTINA FER- NANDES	Professor	07/02/2009 a 05/02/2014
NOEMIA SCHUCH	Assistente Social	23/05/2007 a 20/05/2012
MARINA LEITE	Professor	08/02/2009 a 06/02/2014
ZULEICA DOS SANTOS STÜEPP	Professor	07/02/2009 a 05/02/2014
NELI DA SILVA DE JESUS	Auxiliar de Serviços Gerais	09/02/2009 a 07/02/2014
DAIANE DE BRITO NEVES	Agente Administrativo	02/03/2009 a 28/02/2014
RODRIGO BRANDL	Cirurgião Dentista	28/02/2009 a 26/02/2014
ROSILENE MIGUEL	Professor	07/02/2009 a 05/02/2014
MARIANE REGINA MACHA- DO	Professor	02/03/2009 a 28/02/2014
JOSEMERI CARVALHO	Professor	26/02/2009 a 24/02/2014
ROZANI ALTHOFF LOSS	Professor	07/02/2009 a 05/02/2014

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de Fevereiro de 2014
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 0224/RH PORTARIA Nº 0224/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 126 Parágrafo Único, da Lei Complementar Nº 207/2010, Prêmio Especial, aos servidores:

Servidor	Cargo
NELI DA SILVA DE JESUS	Auxiliar de Serviços Gerais

ANA OLÍPIA VITORINO	Auxiliar de Enfermagem
KLAIRY SIMONE WUTZON	Professor
SIMONE GAUCHE	Auxiliar de Enfermagem
JOSEMERI CARVALHO	Professor

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de Fevereiro de 2014
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Contrato Administrativo Nº 232/2014 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 232/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JUCÉLIA VIEIRA WARMLING, portador(a) do CPF nº 058.202.559-17 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Localidade Ribeirão do Tigre, s/nº – Bairro Barra do Trombudo – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) CEPLAS, em virtude de vaga não ocupada através de Concurso Público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.909,60 (mil novecentos e nove reais e sessenta centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 12/03/2014 e encerrando-se em 11/04/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do

Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 26 de fevereiro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

JUCELIA VIEIRA WARMLING

Contratado (a)

Contrato Administrativo Nº 235/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 235/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ETIANE MAIARA DOMINGOS, portador(a) do CPF nº 067.225.669-00 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Caetano Cé, nº 548, Bairro Centro - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) CEI Canta Galo, em substituição a Iara Salete da Silva, que está designada para exercer cargo comissionado.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.291,52 (dois mil duzentos e noventa e um reais e cinquenta e dois centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 05/03/2014 e encerrando-se em 04/03/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do

Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 28 de fevereiro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ETIANE MAIARA DOMINGOS

Contratado (a)

Contrato Administrativo Nº 231/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 231/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) LETICIA MONIQUE DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 057.198.179-80 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Willand Kurth, nº 333 – Bairro Rainha – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) CEI Navegantes, em virtude de vaga não ocupada através de Concurso Público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.291,52 (dois mil, duzentos e noventa e um reais e cinquenta e dois centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 05/03/2014 e encerrando-se em 04/04/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do

presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 26 de fevereiro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

LETICIA MONIQUE DE OLIVEIRA

Contratado (a)

Edita de Tomada de Preços 007/2014-FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2014/FMS

O Município de Rio do Sul/SC – Fundo Municipal de Saúde, torna público, que fará realizar na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, execução por empreitada por preço unitário do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa para execução da reforma do PSF Fundo Canoas, localizado a Rua Papa XXIII, Bairro Fundo Canoas em Rio do Sul, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos, estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a Recopy Fotocopiadora, localizado na Al. Aristiliano Ramos, 816, Centro, no horário comercial, fone, 47 3522-2125, sendo o custo por conta do interessado.

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até as 09:00 horas do dia 24 de março de 2014, devendo ser protocolados na Divisão de Suprimentos da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 09:00 horas do dia 24 de março de 2014, na Sala de Reuniões do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 25 de fevereiro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Dr. LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

Edital de Tomada de Preços 029/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 029/2014

O Município de Rio do Sul/SC, torna público, que fará realizar na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, execução por empreitada por preço unitário do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa para execução da pavimentação dos passeios das ruas Santos Dumont, São João, Alameda Aristilino Ramos, Praça 25 de Julho, Anita Garibaldi e Calçada Osny José Gonçalves, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos, estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a Recopy Fotocopiadora, localizado na Al. Aristiliano Ramos, 816, Centro, no horário comercial, fone, 47 3522-2125, sendo o custo por conta do interessado.

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até as 14:00 horas do dia 24 de março de 2014, devendo ser protocolados na Divisão de Suprimentos da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 14:00 horas do dia 24 de março de 2014, na Sala de Reuniões do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 25 de fevereiro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Portaria Nº 0220/RH

PORTARIA Nº 0220/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Art. 1º da Portaria n. 0355/RH de 12/03/2013, publicada em 19/03/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Departamento de Controle e Distribuição de Medicamentos, da Secretaria Municipal de Saúde e, designar como membros: STEPHANIE DAMGAARD KRISTENSEN, matrícula 36334/01, Diretora do Departamento de Controle e Distribuição de Medicamentos, GIBRAN DAMIAO RAMOS, matrícula 35315/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Farmacêutico, MARCELA NASARIO, matrícula 31500/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I e, designar como seus respectivos suplentes: ROMULO AUGUSTO BORGES, matrícula 35557/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Farmacêutico e PATRICIA SENS DE OLIVEIRA, matrícula 35134/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Farmacêutico.”

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de fevereiro de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria Nº 0233/RH
PORTARIA Nº 0233/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Art. 1º da Portaria n. 0512/RH de 09/04/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Departamento Atenção à Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e, designar como membros: CAMILA VENDRAMIN, matrícula 1794981/1, chefe da Divisão de Enfermagem, GRACIELA SAN MARTIN RODRIGUES BAGATOLI, matrícula 103004/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro, ANA CLARA WENDHAUSEN, matrícula 169501/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro e, designar como seus respectivos suplentes: MARIZETE LEXANDRA DEMEDA BUTH, matrícula 101338/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Enfermagem e CELESTE OELKE SCHAEFER, matrícula 72028/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro.”

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria N. 0809/RH, de 01 de julho de 2013.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de março de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria N. 0234/RH
PORTARIA N. 0234/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora JULIANA BATISTI, matrícula n. 102873/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Enfermagem, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2010 a 2013, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de setembro de 2013, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de março de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Contrato Administrativo Nº 230/2014
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 230/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SANDRA SONARA CHIODINI, portador(a) do CPF nº 581.725.059-49 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Nivaldo Pickler, nº 310, Bairro Progresso - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue: CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de PROFESSOR DE INGLÊS, com jornada de 20 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) CE Roberto Machado, em virtude de vaga não ocupada em Concurso Público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.400,34 (mil quatrocentos reais e trinta e quatro centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 05/03/2014 e encerrando-se em 19/04/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 28 de fevereiro de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

SANDRA SONARA CHIODINI
Contratado (a)

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 728/2013

RESOLUÇÃO No 728, DE 05 DE MARÇO DE 2014
Homologa resultado de Processo Licitatório nº 01/2014, representado pelo Pregão Presencial no 01/2014.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, no uso de sua atribuição prevista no Art. 115 do Regimento Interno - Resolução 597/10.

Art. 1º Fica homologado o resultado do Processo Licitatório nº 01/2014, representado pelo Pregão Presencial no 01/2014, vez que todos os atos foram praticados dentro da legalidade e nos preceitos da Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93, bem como por não haver qualquer recurso pendente.

Art. 2º Para que a homologação procedida produza seus jurídicos e legais efeitos e de acordo com o que consta do presente Pregão Presencial, efetuamos a ADJUDICAÇÃO aos licitantes vencedores constantes da Ata de Registro de Preço, autorizando desde já a contratação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 05 de março de 2014.

JAIME SBORZ

Presidente da Mesa

Salto Veloso

PREFEITURA

Portaria Nº. 099/2014

PORTARIA Nº. 099/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 05 de março de 2014 a 03 de abril de 2014, totalizando 30 dias de férias ao Servidor JORGE LUIZ SAUER, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 02/05/2012 a 01/05/2013, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 05 de Março de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Convênio 004/2014

Convênio 004/2014

Conveniente – O Município de Salto Veloso

Conveniada – APAE/Salto Veloso

Objeto – Auxílio financeiro para pagamento de serviços prestados à Escola Especial Professora Irene de Bastiani – APAE.

Valor Mensal – R\$ 770,00 (setecentos reais) mensais.

Prazo – 10/02/2014 a 31/12/2014.

Salto Veloso, 10 de fevereiro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Errata

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

ERRATA

Extrato de Contrato nº 017/2014

PL nº 08/2014-DL 08/2014

Publicação na Edição nº 1430 de 18/02/2014

Onde lê-se:

Do valor: "R\$ 214.538,76 (Duzentos e quatorze reais, quinhentos e trinta e oito reais e setenta e seis centavos)."

Leia-se:

Do valor: "R\$ 214.653,08 (Duzentos e quatorze reais, seiscentos e cinquenta e três reais e oito centavos)."

Errata

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

ERRATA

Publicação na Edição nº 1435 de 25/02/2014

Onde lê-se:

Do Número do Contrato: "EXTRATO DE CONTRATO Nº 043/2014"

Leia-se:

Do Número do Contrato: "EXTRATO DE CONTRATO Nº 046/2014"

Onde lê-se:

Do Número do Contrato: "EXTRATO DE CONTRATO Nº 044/2014"

Leia-se:

Do Número do Contrato: "EXTRATO DE CONTRATO Nº 047/2014"

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Contrato 018 - Epagri

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATER Nº 18

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, DE CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, com sede à Avenida Tancredo Neves, 337, centro, SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO SC. CEP: 89983-000, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu(sua) prefeito(a) municipal Sr. Jacob Gilmar Junges inscrito(a) no CPF sob o nº 525.785.509-72, e Carteira de identidade nº 1.656.779 doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado

CONTRATADA: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri, empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, sob forma de sociedade por ações, constituída nos termos do inciso II do Art. 152 da Lei Complementar nº 284/2005, neste ato representada em consonância ao Art. 38, inc. III e parágrafo Único, do Estatuto Social da Epagri, por Mircon Frühauf CPF nº 732.719.189-53, RG nº 12/R 1.851.235- SSPS, Gerente Regional da Epagri de Palmitos CNPJ nº 83.052.191/0041-50, com endereço à .Rua Padre Anchieta 527, Centro, Palmitos SC, CEP 89887-000, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, Resolvem de comum acordo, celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, de conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações supervenientes às Licitações e Contratos da Administração Pública, cumprindo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL, ORIGEM E DOTAÇÃO

O presente instrumento está fundamentado na Lei 8.666/93, arts. 1º, 25, “caput”; 54 e 55; apresentando origem na negociação entre a CONTRATANTE, e encaminhamento deste instrumento pela Gerência Regional da Epagri de PALMITOS, unidade da CONTRATADA . E tem como dotação orçamentária os seguintes códigos: Fonte 240..Ação e Item 1600200800..

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente instrumento de contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - São obrigações da CONTRATADA:

1. Disponibilizar pessoal técnico especializado em assessoramento para elaboração, acompanhamento, execução e avaliação do Plano anual de trabalho – PAT;
2. Viabilizar as instalações físicas necessárias para a execução dos trabalhos descritos no Plano Anual de trabalho - PAT, nos Centros de Treinamento e Estações Experimentais;
3. Disponibilizar material técnico e de apoio necessários à prestação dos serviços previstos no Plano anual de trabalho – PAT;

4. Fornecer cursos de capacitação técnica aos profissionais que atuam no Município CONTRATANTE;
5. Acompanhar, orientar e assessorar na prestação dos trabalhos referentes ao Plano anual de trabalho – PAT no Município CONTRATANTE;
6. Implementar os trabalhos de interesse do CONTRATANTE e os que lhe couberem no Plano anual de trabalho – PAT;
7. Participar de reuniões quando solicitadas pelo CONTRATANTE;
8. Responsabilizar-se pela execução dos Programas da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e demais programas institucionais do governo federal em que tenha tal atribuição, no nível Municipal.

II - São obrigações do CONTRATANTE:

1. Repassar para CONTRATADA o valor ajustado na conformidade da Cláusula Quinta, referente a prestação dos serviços objeto do presente instrumento de contrato,
2. Permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas e locais onde serão prestados os serviços;
3. Promover a participação dos seus técnicos nos cursos ministrados pela CONTRATADA;
4. Supervisionar e acompanhar a prestação dos serviços, e
5. Proceder à avaliação dos serviços prestados e emitir relatório com os resultados obtidos.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DOS SERVIÇOS

Para execução dos serviços, o prazo estipulado terá início em 01/01/2014 até 31/12/2014 facultando a continuidade da prestação dos serviços por acordo e interesse das partes, prorrogando-se o contrato mediante termo aditivo com previsão na Lei Municipal e aplicação do disposto do artigo 57 e inciso da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações supervenientes às licitações e Contratos da Administração Pública.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

O CONTRATANTE pagará para a CONTRATADA pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural prestados, o valor global de R\$ 19.500,00 (Dezenove mil e quinhentos Reais) dívidas em 9 parcelas , repassado no período de vigência desse contrato. Parágrafo Único: Dos valores acima especificados serão descontados o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), conforme item 17.1 Lei Municipal que regulamente este tributo, bem como o Imposto de Renda – Pessoa Jurídica, conforme legislação federal competente.

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor mensal acima mencionado será repassado pelo CONTRATANTE/Município para a Epagri, mediante emissão de boleto bancário. O vencimento dos boletos será conforme acordado nesse instrumento jurídico. A quitação do pagamento, será dada pela CONTRATADA imediatamente após o recebimento de cada parcela.

Parágrafo Primeiro: A nota fiscal deverá ser emitida até o ULTIMO dia útil de cada mês da prestação do serviço.

CLÁUSULA SETIMA – DAS DESPESAS CONTRATUAIS

As despesas decorrentes das obrigações trabalhistas relativas à prestação dos serviços Assistência Técnica e Extensão Rural, objeto do instrumento ora ajustado correrá por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – DA ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A Epagri prestará os serviços como forma de consultoria e orientação e, neste sentido, não poderá ser responsabilizada por prejuízos econômicos ou patrimoniais que os agricultores consulentes possam ser vítimas, dada a impossibilidade de previsão dos riscos da atividade agropecuária e pesqueira.

Parágrafo Único: A Epagri se isenta de responsabilidade também nos casos de negativa de financiamento agropecuário sejam quais forem os motivos que deram causa a esta.

CLÁUSULA NONA DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Nenhuma alteração contratual será efetuada sem a autorização das partes, cabendo modificar, adicionar, retificar ou excluir termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos, mediante termo aditivo competente e de conformidade com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, ou por qualquer das partes caso ocorra descumprimento de cláusula ou condição na execução do presente contrato cabendo multa pela parte que der motivo o equivalente a 1 (uma) parcela do valor contratado.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Pela inadimplência de quaisquer das parcelas, o CONTRATADO estará sujeito as penalidades previstas no Estatuto das Licitações Públicas, Lei 8.666/93.

Parágrafo Único: Pelo descumprimento do pagamento de quaisquer das parcelas discriminadas na Cláusula Quinta ajustada neste instrumento, a CONTRATADA inviabilizará a emissão da CND - Certidão Negativa de Débito, até que a situação de inadimplência seja restabelecida.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DO FORO E PUBLICAÇÃO

Fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis, independente de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Contrato.

Parágrafo Único: A publicação resumida do presente instrumento na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, caberá à Prefeitura Municipal de SALTINHO, sendo realizado de conformidade com o que disciplina o art.61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

E, por estarem de acordo, assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Palmitos SC 14/02/2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito(a) Municipal

(MIRCON FRÜHAUF)

Gerente Regional da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri

Testemunhas:

Nome: ISOMAR SANDREI GRILLI

CPF:029143279-43

Nome:

CPF:

Decreto 087

DECRETO Nº 087/2014

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO
DE PROCESSO LICITATÓRIO E
DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas que lhe confere a Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94 e alterações:

Considerando a ausência de publicação do processo licitatório nº 957/2013, nos órgãos oficiais, o que viola o princípio de publicidade dos atos administrativos; considerando, por fim, o parecer jurídico emitido neste processo licitatório, o qual entende que o mesmo é manifestamente ilegal, sendo que cabe a administração rever seus atos a qualquer tempo e anular aqueles considerados manifestamente ilegais,

DECRETA

Art. 1º. Fica Anulado o Processo Licitatório nº 957/2013, Modalidade Pregão 24/2013, e todos os atos nele executados.

Art. 2º. Determino a abertura de novo processo licitatório para aquisição do objeto deste o mais breve possível.

Art. 3º. Ficam revogados as disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 24 de Fevereiro 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretario de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

São Bento do Sul

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Pregão Nº 22/2014 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2014

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 08:30 horas do dia 18 de março de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE AMBULATÓRIO PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08:00 horas às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 17 de fevereiro de 2014.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

MAURO SIQUEIRA RAMOS

Pregoeiro

Errata

ERRATA:

No Diário Oficial Municioal nº 1439, de 05 d emarço de 2014, página 814, na publicação:

"Portaria nº 4446, de 26 de fevereiro de 2014.Nomeia Servidor Público, a partir de 26 de fevereiro de 2014. Cassie Simões Treirweiler. Professor " leia-se "Portaria nº 4446, de 26 de fevereiro de 2014.Nomeia Servidor Público, a partir de 26 de fevereiro de 2014. Cassie Simões Treirweiler. Professor Educação Infantil. Licenciatura Plena. Nível I. Classe A. 20 horas semanais. SEMED."

Editais de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1821/2014 e 1822/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1821/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALV6285	54597360E	5010/0	29/12/2013	162 * I
ALV6285	54597361E	6599/2	29/12/2013	230 * V
ALV6285	54597362E	5118/0	29/12/2013	164 c/c 162 * I
CQV9168	55440687C	5010/0	09/02/2014	162 * I
DYF4197	54592774E	6408/0	03/02/2014	221
DYF4197	54592775E	6700/0	03/02/2014	230 * XVI
JQT2050	54597775E	5169/1	11/01/2014	165
LZG1530	54597116E	5045/0	05/02/2014	162 * V
LZG1530	54597117E	6599/2	05/02/2014	230 * V
MIM5992	54597119E	6912/0	10/02/2014	232
MIM5992	54597120E	6726/1	10/02/2014	230 * XVIII
MIM5992	54597122E	6610/1	10/02/2014	230 * VII
MIM5992	54597123E	6653/2	10/02/2014	230 * XI
MIM5992	54597977E	6637/1	10/02/2014	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO REGIONAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1822/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJD7164	55514233D	7366/2	12/02/2014	252 * VI
ASG8107	55514225D	5185/1	11/02/2014	167
AVI7197	55514007D	5568/0	23/12/2013	181 * XIX
HHT6702	55514004D	5568/0	21/12/2013	181 * XIX
IMC9364	55514235D	5185/1	12/02/2014	167
LXO0009	55514227D	7366/2	12/02/2014	252 * VI
MAY3929	55513676D	5541/2	23/12/2013	181 * XVII
MDT2724	55513773D	7366/2	23/12/2013	252 * VI
MDT7411	55513629D	5541/2	23/12/2013	181 * XVII
MEN5384	55513929D	5193/0	20/12/2013	168
MFO0570	55513628D	5541/2	20/12/2013	181 * XVII
MIG8138	55513775D	5568/0	23/12/2013	181 * XIX
MIM5992	54597121E	5207/0	10/02/2014	169
MIW2960	55514243D	5185/1	12/02/2014	167
MJN2942	55514238D	7366/2	12/02/2014	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

Editais de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1823/2014 e 1824/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1823/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHE8473	54592470E	6599/2	29/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
AHE8473	54592471E	5045/0	29/10/2013	R\$ 191,53	162 * V
AHE8473	54592472E	6912/0	29/10/2013	R\$ 53,20	232
EEZ7565	54597864E	6920/0	21/11/2013	R\$ 127,69	233
MBI0058	54597863E	6920/0	21/11/2013	R\$ 127,69	233
MDE7658	54592402E	6920/0	21/10/2013	R\$ 127,69	233
MGY9307	55724277D	5169/1	13/10/2013	R\$ 1.915,38	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO REGIONAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1824/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACH7949	55513433D	5185/1	28/11/2013	R\$ 127,69	167
APZ6465	54591908E	5550/0	23/11/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
IFL9780	54591889E	5185/1	26/11/2013	R\$ 127,69	167
MBH0395	55723242D	5738/0	25/10/2013	R\$ 191,53	186 * II
MDO7162	55513432D	5185/1	28/11/2013	R\$ 127,69	167
MEG7968	55513611D	5541/3	11/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJJ9286	55723245D	5193/0	27/10/2013	R\$ 191,53	168
MKE5534	55513430D	5819/1	27/11/2013	R\$ 574,61	193
MLB2336	55513574D	5452/1	30/11/2013	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 872/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 492 872/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEQ3589	8492059022	7463/0	01/01/2014	218 * II
AIE6639	8492059099	7455/0	07/01/2014	218 * I
ALK3323	8492059739	7455/0	01/02/2014	218 * I
AQC7973	8492059479	7455/0	16/01/2014	218 * I
BEM0240	8492058917	7455/0	26/12/2013	218 * I
BES0540	8492058870	6050/3	29/12/2013	208
CEL5255	8492058703	7455/0	22/12/2013	218 * I
DTT6584	8492058680	7455/0	22/12/2013	218 * I
EKK8789	8492058883	7455/0	25/12/2013	218 * I
FAT0577	8492058914	7463/0	25/12/2013	218 * II
IFZ8706	8492059811	7455/0	02/02/2014	218 * I
IKU9398	8492059754	7455/0	01/02/2014	218 * I
JNM4641	8492058951	7455/0	26/12/2013	218 * I
KVN1505	8492059809	7455/0	01/02/2014	218 * I
LXU8795	8492058673	5673/2	24/12/2013	183
LXY1499	8492058965	7455/0	27/12/2013	218 * I
LYB7435	8492058647	5673/2	24/12/2013	183
MBQ9735	8492058731	7455/0	23/12/2013	218 * I
MDW0269	8492058793	7455/0	26/12/2013	218 * I
MDZ1979	8492059760	7455/0	03/02/2014	218 * I
MFK8712	8492059328	7455/0	19/01/2014	218 * I
MGH5208	8492059866	7455/0	03/02/2014	218 * I
MHX8477	8492058892	7455/0	26/12/2013	218 * I
MIG9717	8492058922	7455/0	27/12/2013	218 * I
MIW5713	8492058916	7455/0	26/12/2013	218 * I
MJO4233	8492058605	7455/0	19/12/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJX3836	8492058620	7455/0	22/12/2013	218 * I
MKC3299	8492058884	5673/2	26/12/2013	183

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 873/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 873/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACV5031	8492057626	7455/0	15/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
BGU4474	8492056941	7455/0	18/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
DHS8334	8492057762	6050/3	22/11/2013	R\$ 191,53	208
IES9077	8492056950	7455/0	22/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
IFV1448	8492056433	7455/0	07/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
IIV6342	8492058328	7455/0	10/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCZ2103	8492056818	7455/0	19/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDK8194	8492058162	6050/3	06/12/2013	R\$ 191,53	208
MDS3416	8492057844	7455/0	21/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFE4546	8492058234	6050/3	05/12/2013	R\$ 191,53	208
MGF0558	8492056503	7463/0	09/10/2013	R\$ 127,69	218 * II
MGP7306	8492057472	7455/0	11/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGQ1200	8492057852	7455/0	24/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHH3379	8492058178	5673/2	10/12/2013	R\$ 85,12	183
MIX9089	8492057784	7455/0	24/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJZ5462	8492058248	5673/2	05/12/2013	R\$ 85,12	183
MJZ5462	8492058249	6050/3	05/12/2013	R\$ 191,53	208
MKC7489	8492056945	7455/0	17/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKD6598	8492056915	7455/0	22/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKN5786	8492056896	7455/0	19/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLD9469	8492057657	7455/0	16/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLP1736	8492057625	7455/0	15/11/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

SAMAE**Homologa As Inscrições Deferidas do Processo Seletivo Edital Nº 001/2014**

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto torna pública a lista das inscrições deferidas referente ao Edital nº 001 de Processo Seletivo para contratação temporária ao cargo de Engenheiro Sanitarista, conforme segue:

inscrição	Candidato
001	LUAN ARIEL FREISLEBEN
002	LUCIANO SOJI SASSAKI

O resultado preliminar será divulgado em até 05(cinco) dias úteis após a divulgação da homologação das inscrições.

São Bento do Sul, 05 de março de 2014.
OSMAR TELMA
Diretor Presidente

São José**PREFEITURA****Contrato/Ct: Nº 368/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 368/2013 – IN 015/2013 – Processo 337/2013 - Contratado: Plínio Verani Junior. Objeto: Aquisição da obra "SÃO JOSÉ DOS MEUS DIAS" do artista Plínio Verani Junior. Valor Global: R\$12.500,00 (doze mil e quinhentos reais). Prazo: O prazo de vigência deste contrato se extingue mediante o fornecimento da obra. Data da Assinatura do Contrato: 15 de janeiro de 2014.

Contrato/Ct: Nº 018/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 018/2014 – IN 019/2013 – Processo 398/2013 - Contratado: INDUMED COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA. Objeto: Aquisição de material de consumo para serem utilizados no desfibrilador externo automático marca ZOLL AED PLUS que atualmente é usado pelo SAMU/São José-SC. Valor Global: R\$77.425,00 (setenta e sete mil, quatrocentos e vinte e cinco reais). Prazo: Este contrato terá o prazo de vigência de 01 (um) ano. Data da Assinatura do Contrato: 21 de janeiro de 2014.

Contrato/Ct: Nº 029/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 029/2014 – DL 082/2013 – Processo 390/2013 - Contratado: ELI LILLY DO BRASIL LTDA. Objeto: Aquisição de insulinas a serem distribuídas aos pacientes insulino-dependentes do Município de São José/SC. Valor Global: R\$68.440,00 (sessenta e oito mil, quatrocentos e quarenta reais). Prazo: O prazo de

vigência deste Contrato será de 180 (cento e oitenta) dias. Data da Assinatura do Contrato: 29 de janeiro de 2014.

Contrato/Ct: Nº 040/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 040/2014 – PR 151/2013 – Processo 404/2013 - Contratado: FRONT ESTRUTURAS LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada na área de construções industrializadas para o fornecimento de instalações pré-fabricadas de contêineres habitáveis adaptados para salas de aula para o atendimento emergencial de novas turmas do Centro de Educação Municipal Ceniro Martins de São José/SC. Valor Global: R\$130.000,00 (cento e trinta mil reais). Prazo: O prazo de execução e de vigência deste Contrato será de 180 (cento e oitenta) dias. Data da Assinatura do Contrato: 11 de fevereiro de 2014.

Contrato/Ct: Nº 039/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 039/2014 – CV 012/2013 – Processo 381/2013 - Contratado: STOCK COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais, bem como, instalação de forro acústico e piso destinado ao salão de eventos do Centro de Atenção a Terceira Idade (CATI). Valor Global: R\$ 76.485,64, (setenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos). Prazo: O prazo de execução dos serviços será de 120 (cento e vinte) dias e o prazo de vigência contratual será de 150 (cento e cinquenta) dias, contados a partir da assinatura da Autorização de Execução de Serviços. Data da Assinatura do Contrato: 11 de fevereiro de 2014.

Contrato/Ct: Nº 046/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 046/2014 – PR 143/2013 – Processo 384/2013 - Contratado: VERA LÚCIA ESPINDOLA MOREIRA. Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) em serviços de sonorização, iluminação, estruturas metálicas e banheiros químicos para serem utilizados na realização do Carnaval Zé Folia 2014 do Município de São José/SC, em atenção ao Convênio 070377/2013/SICONV. Valor Global: R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais). Prazo: O prazo de vigência será de 120 (cento e vinte) dias a contar da assinatura do Contrato. Data da Assinatura do Contrato: 13 de fevereiro de 2014.

Contrato/Ct: Nº 045/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 045/2014 – PE 063/2013 – Processo 343/2013 - Contratado: ELISVANDIA MATOS DONINI-ME. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA ESTRUTURAÇÃO DA REDE DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DA ORIONÓPOLIS CATARINENSE, EM ATENÇÃO AO CONVÊNIO Nº 742297/2010. Valor Global: R\$

18.892,75 (dezoito mil, oitocentos e noventa e dois reais e setenta e cinco centavos). Prazo: O prazo de vigência será de 60 (sessenta) dias, contados a partir de sua assinatura. Data da Assinatura do Contrato: 13 de fevereiro de 2014.

Contrato/Ct: Nº 044/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 044/2014 – PE 063/2013 – Processo 343/2013 – Contratado: LUIZ FERNANDO SEBOLD-ME. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material de consumo para estruturação da rede dos serviços de proteção social especial da Orionópolis Catarinense, em atenção ao Convênio Nº 742297/2010. Valor Global: R\$ 46.635,00 (quarenta e seis mil e seiscentos e trinta e cinco reais). Prazo: O prazo de vigência será de 60 (sessenta) dias, contados a partir de sua assinatura. Data da Assinatura do Contrato: 13 de fevereiro de 2014.

Contrato/Ct: Nº 043/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 043/2014 – PE 063/2013 – Processo 343/2013 – Contratado: HP & COMERCIAL LTDA-EPP. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material de consumo para estruturação da rede dos serviços de proteção social especial da Orionópolis Catarinense, em atenção ao Convênio Nº 742297/2010. Valor Global: R\$ 52.189,24 (cinquenta e dois mil, cento e oitenta e nove e vinte e quatro centavos). Prazo: O prazo de vigência será de 60 (sessenta) dias, contados a partir de sua assinatura. Data da Assinatura do Contrato: 13 de fevereiro de 2014.

Ata de Registro de Preços Nº 031/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2014 – PR 132/2013 – Processo 353/2013 – Fornecedores: Comércio de Autopeças Badu LTDA (Lotes 01, 02, 04, 05, 09, 10 e 11); e Domingos Martins – Auto Center Peças e Mec. LTDA (Lotes 03, 06, 07, e 08). Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para eventual prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com o fornecimento de peças e acessórios mecânicos em geral, para a frota do 7º Batalhão de Polícia Militar localizado no Município de São José/SC. Percentual de desconto: Lotes 01, 02, 04, 05, 09, 10 e 11 – 20,00%; e Lotes 03, 06, 07, e 08 – 20,50%. Valor Total: R\$64.800,00 (sessenta e quatro mil e oitocentos reais). Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 30 de janeiro de 2014. Vera Suely de Andrade / Diretora de Compras.

Ata de Registro de Preços Nº 041/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2014 – PR 138/2013 – Processo 367/2013 – Fornecedores: I - ONITUR TURISMO E TRANSPORTE LTDA EPP; e II - RODOVIÁRIA SANTA TEREZINHA AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA. Objeto: Registro de preços

para contratação de empresa para eventual locação de ônibus tipo urbano, incluindo motorista e monitor, destinados à realização de transporte escolar de alunos da rede estadual e municipal de ensino de São José e transporte urbano e rodoviário para deslocamento de alunos para atividades diversas em âmbito municipal, intermunicipal e interestadual. Valor por Fornecedor: I – R\$536.000,00 (quinhentos e trinta e seis mil reais); e II – R\$93.500,00 (noventa e três mil e quinhentos reais). Valor Total: R\$629.500,00 (seiscentos e vinte e nove mil e quinhentos reais). Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da assinatura da Autorização de Serviços. Data da assinatura: 07 de fevereiro de 2014. Vera Suely de Andrade / Diretora de Compras.

Pregão Presencial 002/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 002/2014 – Processo nº 003/2014: Objeto: Contratação de empresa especializada em locação de sistema de rádio comunicação digital, aprovado pela ANATEL, para uso da Guarda Municipal de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 17/03/2014 às 13h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 17/03/2014 às 14h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

Resultado do Pregão Presencial Nº 135/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2013 - Processo nº 3582013. Contratados: Lote 01, 03 E 04 – SINACOM; Lote 02 – DIGICOM S/A CONTROLE ELETRONICO PARA MECANICA; e Lote 05 - S.D.M. COM. E MONT. DE COMP. ELETRÔNICOS LTDA ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa de engenharia para o eventual fornecimento de equipamentos de sinalização semafórica para veículos e pedestres do sistema viário do Município de São José/SC. Valor Total: R\$989.108,00 (novecentos e oitenta e nove mil, cento e oito reais). Carlos Alfredo Schmidt – Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ata de Registro de Preços Nº 012/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2014 – PR 134/2013 – Processo 357/2013 – Fornecedor: ONLY SHOP – COMÉRCIO DE MATERIAIS LTDA. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de tablet's para atender diversas secretarias da Prefeitura Municipal de São José/SC. Valor Total: R\$31.000,00 (trinta e um mil reais). Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 15 de janeiro de 2014. Vera Suely de Andrade / Diretora de Compras.

Portaria No 001, de 05 de Fevereiro de 2014

PORTARIA No 001, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014.

Dispõe sobre os Certificados a serem expedidos a partir desta data, com fundamento na Lei Ordinária Municipal nº 2337 de 13/11/1991.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município de São José,

RESOLVE:

Art. 1º A partir desta data, será adotada nova numeração de Certificados a serem expedidos, com fundamento na Lei Ordinária Municipal nº 2337 de 13/11/1991, as quais serão iniciadas com o número 001, seguido do ano de expedição

Art. 2º O exposto no Art. 1º não se aplica a renovação de inscrição, mantendo-se a numeração originária.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 05 de fevereiro de 2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José, 05 de fevereiro de 2014.

LÉDIO COELHO

Secretário de Municipal de Assistência Social

Resultado da Tomada de Preço 019/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇO 019/2013 - Processo nº 278/2013. Contratado: SC ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA. Objeto: Contratação de empresa de consultoria para consolidação do plano de trabalho e elaboração do estudo de concepção para determinação das principais intervenções na Bacia do Rio Roçado – drenagem urbana – nos bairros Roçado e Praia Comprida, na Bacia Hidrográfica de São José. Valor Total: R\$52.565,71 (cinquenta e dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e setenta e um centavos).

CARLOS ALFREDO SCHMIDT

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Edital de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1788/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKS1672	54932746E	6017/4	05/02/2014	206 * III
BAO2608	54444949E	5185/1	22/12/2013	167
BAO2608	54444950E	7366/2	22/12/2013	252 * VI
CYX3183	54932123E	7366/2	31/01/2014	252 * VI
MFE0086	55919067D	5550/0	30/12/2013	181 * XVIII
MHK7843	55082470E	5207/0	14/02/2014	169
MII4886	55054049D	7030/2	12/02/2014	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 5 DE MARÇO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1790/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMH8884	54444946E	5207/0	09/12/2013	R\$ 53,20	169
LTK0376	54446733E	5452/1	04/12/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
LZM5851	54767900E	5541/1	04/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MAU8348	54767921E	6050/2	23/11/2013	R\$ 191,53	208
MCJ0445	54769280E	6050/2	24/11/2013	R\$ 191,53	208
MDB8240	54768515E	5452/1	10/10/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MET7309	54444934E	5550/0	03/12/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MJG4397	54446735E	5452/1	04/12/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MJM5591	54929706E	7030/1	19/11/2013	R\$ 191,53	244 * I
MXQ4470	54446727E	5428/1	28/11/2013	R\$ 191,53	181 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 5 DE MARÇO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1315/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CYS2234	55666906C	5541/5	21/12/2013	181 * XVII
LZI2009	55667511C	5185/1	27/01/2014	167
MAQ3647	55663189C	5460/0	16/01/2014	181 * IX
MAT1594	55649023C	5541/4	20/12/2013	181 * XVII
MBF9656	55666426C	7366/2	07/02/2014	252 * VI
MDD6723	55667492C	7366/2	12/02/2014	252 * VI
MFA0751	55666413C	7366/2	30/01/2014	252 * VI
MFC0854	55667485C	5568/0	05/02/2014	181 * XIX
MGM7214	55664247C	5541/6	21/12/2013	181 * XVII
MIB6951	55667707C	7366/2	03/02/2014	252 * VI
MIT0010	55666598C	7366/2	11/02/2014	252 * VI
MJT2115	55667061C	5460/0	13/01/2014	181 * IX
MKV9350	55667041C	5541/1	05/02/2014	181 * XVII
MLA4359	55666594C	5185/1	07/02/2014	167
MLM6137	55664195C	5568/0	06/02/2014	181 * XIX
NHF6538	55660589C	5541/1	22/12/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 5 DE MARÇO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1317/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AI12167	55665691C	5479/0	29/11/2013	R\$ 85,12	181 * X
AQN0451	55661731C	7366/2	19/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
ARM0987	55655569C	5819/6	15/10/2013	R\$ 574,61	193
AWL0073	55664475C	5568/0	18/11/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
BQD4939	55664101C	5568/0	17/10/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
CAN5734	55663529C	5460/0	07/12/2013	R\$ 85,12	181 * IX
CPM1719	55665695C	6050/1	29/11/2013	R\$ 191,53	208
CQG6450	55664213C	7366/2	18/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
DML4034	55665016C	7366/2	27/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
DXC3826	55659949C	5509/0	12/11/2013	R\$ 85,12	181 * XIII
IBE7398	55666640C	5185/1	10/12/2013	R\$ 127,69	167
IBO9604	55666206C	7366/2	29/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
IGN4763	55664409C	5185/1	23/10/2013	R\$ 127,69	167
IIS9627	55663729C	6050/1	11/10/2013	R\$ 191,53	208
ILH2788	55664664C	5568/0	06/12/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
IMH2139	55665430C	7366/2	20/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
JGF1543	55663886C	5568/0	07/11/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
KQJ1624	55664537C	7366/2	27/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
KQJ1624	55664538C	5185/1	27/11/2013	R\$ 127,69	167
LWU0093	55665609C	5550/0	27/11/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
LWZ4745	55665672C	5185/1	25/11/2013	R\$ 127,69	167
LXB5799	55658338C	6050/1	29/11/2013	R\$ 191,53	208
LXU0064	55663976C	5452/1	15/10/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
LXU0388	55663614C	5185/1	03/10/2013	R\$ 127,69	167
LZH7633	55665419C	6050/1	20/11/2013	R\$ 191,53	208
LZO5163	55635031C	5568/0	03/12/2013	R\$ 127,69	181 * XIX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZY8200	55664044C	5509/0	02/12/2013	R\$ 85,12	181 * XIII
MAR4186	55665663C	5185/1	25/11/2013	R\$ 127,69	167
MCF1834	55666009C	5550/0	09/12/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCG9855	55665592C	7366/2	27/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MCQ0634	55662363C	5541/7	29/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MDL1555	55665882C	5967/0	02/12/2013	R\$ 191,53	203 * V
MDL4997	55665899C	5207/0	04/12/2013	R\$ 53,20	169
MDR4885	55661749C	7366/2	27/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MDX5316	55666151C	5479/0	11/12/2013	R\$ 85,12	181 * X
MDZ7152	55664067C	5185/1	05/12/2013	R\$ 127,69	167
MEH2041	55665621C	5550/0	27/11/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEK6444	55664870C	5568/0	22/11/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MEM3965	55664175C	5460/0	18/11/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MES4340	55665311C	5541/4	28/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEW0859	55665887C	5550/0	04/12/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFA6733	55652508C	5541/1	14/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MFA6733	55663247C	5541/1	10/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MFE1664	55663693C	5452/1	03/11/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MFK2449	55666328C	5568/0	06/12/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MGD5746	55665683C	5630/0	29/11/2013	R\$ 85,12	182 * VII
MGF7614	55665308C	5207/0	25/11/2013	R\$ 53,20	169
MGT2645	55664845C	5452/1	06/11/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MGX3003	55665264C	7366/2	12/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MGX9299	55637695C	5460/0	08/11/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MHL0579	55658342C	7366/2	03/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MHU2500	55665904C	5541/6	05/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIC1994	55643696C	5738/0	29/11/2013	R\$ 191,53	186 * II
MIK5658	55665665C	5185/1	25/11/2013	R\$ 127,69	167
MIO9002	55665751C	5541/4	28/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIS7348	55664340C	5452/1	10/12/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MJD3611	55665690C	7366/2	29/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MJH3095	55664836C	5185/1	04/11/2013	R\$ 127,69	167
MJK2030	55663168C	5541/1	25/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJN5846	55662196C	7366/2	29/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MKA2722	55665583C	6050/1	28/11/2013	R\$ 191,53	208
MKP8742	55663439C	5738/0	29/09/2013	R\$ 191,53	186 * II
MKY8208	55662195C	6050/1	29/11/2013	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MLA7659	55627040C	5460/0	21/11/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MMF1714	55664838C	5819/1	06/11/2013	R\$ 574,61	193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 5 DE MARÇO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

São José do Cedro

PREFEITURA

Extrato do Contrato FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 10.2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada : INTERAGE INFORMÁTICA E ELETRONICOS LTDA
Valor : 5.844,00 (cinco mil oitocentos e quarenta e quatro reais)
Vigência : Início: 11/02/2014 Término: 16/02/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EFETUAR CONCERTOS, REPAROS, PRESTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NOS COMPUTADORES E IMPRESSORAS DA SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO, CONFORME CONTRATO 10/2014.
Contratada : INTERAGE INFORMÁTICA E ELETRONICOS LTDA
Vigência : Início: 11/02/2014 Término: 16/02/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Contrato Nº.: 11.2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada : SIIM - SERVICOS DE IMAGEM INTEGRADA MEDICA LTDA
Valor : 26.875,00 (vinte e seis mil oitocentos e setenta e cinco reais)
Vigência : Início: 17/02/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 3/2014

Objeto : CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM "RESSONÂNCIA MAGNÉTICA", PARA PACIENTES RESIDENTES EM NOSSO MUNICÍPIO, PARA O ANO DE 2014.

Extrato Contratual - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 21.2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada : VALMIR ROMAN
Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)
Vigência : Início: 26/02/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 11/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME LEI FEDERAL 11.947/2009, DECRETO 6319/2007, RESOLUÇÃO CD/FNDE 038/2009 E CHAMADA PÚBLICA 01/2014.

Contrato Nº.: 22.2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada : MAUCIR ROMAN
Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)
Vigência : Início: 26/02/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 11/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME LEI FEDERAL 11.947/2009, DECRETO 6319/2007, RESOLUÇÃO CD/FNDE 038/2009 E CHAMADA PÚBLICA 01/2014.

Contrato Nº.: 23.2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada : ODIR INACIO SEVALD
Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)
Vigência : Início: 26/02/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 11/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME LEI FEDERAL 11.947/2009, DECRETO 6319/2007, RESOLUÇÃO CD/FNDE 038/2009 E CHAMADA PÚBLICA 01/2014.

Contrato Nº.: 24.2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada : ADANACIO JOSE HERBERT
Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)
Vigência : Início: 26/02/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 11/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME LEI FEDERAL 11.947/2009, DECRETO 6319/2007, RESOLUÇÃO CD/FNDE 038/2009 E CHAMADA PÚBLICA 01/2014.

Contrato Nº.: 25.2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada : JANICE DE PELEGRIN
Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)
Vigência : Início: 26/02/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 11/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME LEI FEDERAL 11.947/2009, DECRETO 6319/2007, RESOLUÇÃO CD/FNDE 038/2009 E CHAMADA PÚBLICA 01/2014.

Contrato Nº.: 26.2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada : AVELINO BUSATTA
Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)
Vigência : Início: 26/02/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 11/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS

ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME LEI FEDERAL
11.947/2009, DECRETO 6319/2007, RESOLUÇÃO CD/FNDE 038/2009 E
CHAMADA PÚBLICA 01/2014.

Contrato Nº.: 27.2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada : EDEMAR ROMAN
Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)
Vigência : Início: 26/02/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 11/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME LEI FEDERAL
11.947/2009, DECRETO 6319/2007, RESOLUÇÃO CD/FNDE 038/2009 E
CHAMADA PÚBLICA 01/2014.

Contrato Nº.: 28.2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada : ALGEU FAGUNDES
Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)
Vigência : Início: 26/02/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 11/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME LEI FEDERAL
11.947/2009, DECRETO 6319/2007, RESOLUÇÃO CD/FNDE 038/2009 E
CHAMADA PÚBLICA 01/2014.

Contrato Nº.: 29.2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada : MARLISE DE PELLEGRIN
Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)
Vigência : Início: 26/02/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 11/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME LEI FEDERAL
11.947/2009, DECRETO 6319/2007, RESOLUÇÃO CD/FNDE 038/2009 E
CHAMADA PÚBLICA 01/2014.

Contrato Nº.: 30.2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada : JORGE HENRIQUE MALDANER
Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)
Vigência : Início: 26/02/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 11/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME LEI FEDERAL
11.947/2009, DECRETO 6319/2007, RESOLUÇÃO CD/FNDE 038/2009 E
CHAMADA PÚBLICA 01/2014.

Contrato Nº.: 31.2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada : AMAURI BUSATTA
Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)
Vigência : Início: 26/02/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 11/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME LEI FEDERAL
11.947/2009, DECRETO 6319/2007, RESOLUÇÃO CD/FNDE 038/2009 E
CHAMADA PÚBLICA 01/2014.

Contrato Nº.: 32.2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada : VALDIR SPIRONELLO
Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)
Vigência : Início: 26/02/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 11/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME LEI FEDERAL
11.947/2009, DECRETO 6319/2007, RESOLUÇÃO CD/FNDE 038/2009 E
CHAMADA PÚBLICA 01/2014.

Contrato Nº.: 33.2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada : ENI VENDRAMIN
Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)
Vigência : Início: 26/02/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 11/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME LEI FEDERAL
11.947/2009, DECRETO 6319/2007, RESOLUÇÃO CD/FNDE 038/2009 E
CHAMADA PÚBLICA 01/2014.

Contrato Nº.: 34.2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada : TEREZINHA DE BORTOLI CRISTOFOLI
Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)
Vigência : Início: 26/02/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 11/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME LEI FEDERAL
11.947/2009, DECRETO 6319/2007, RESOLUÇÃO CD/FNDE 038/2009 E
CHAMADA PÚBLICA 01/2014.

Contrato Nº.: 35.2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada : LUIZ CARLOS MORTARI
Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)
Vigência : Início: 26/02/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 11/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME LEI FEDERAL 11.947/2009, DECRETO 6319/2007, RESOLUÇÃO CD/FNDE 038/2009 E CHAMADA PÚBLICA 01/2014.

Inexigibilidade de Licitação Nº 3/14

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/14
HOMOLOGAÇÃO: 17/02/14
CONTRATADO: SIIM - SERVICOS DE IMAGEM INTEGRADA MEDICA LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM "RESSONÂNCIA MAGNÉTICA", PARA PACIENTES RESIDENTES EM NOSSO MUNICÍPIO, PARA O ANO DE 2014.
VALOR DA DESPESA: R\$ 26.875,00 (vinte e seis mil oitocentos e setenta e cinco reais)
FUNDAMENTO: Art. 25, inciso II da Lei de Licitações.
DATA: 28/02/14 - ELANDIR JOÃO ZANARDI - Gestor Do Fms

Homologação de Licitação

PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2014
PROCESSO Nº 4/2014 HOMOLOGAÇÃO: 04/02/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECAPAGENS E RECAUCHUTAGEM DE PNEUS DE MÁQUINAS, CAMINHÕES, TRATORES E ÔNIBUS DO MUNICÍPIO.

CONTRATADO: F.M. PNEUS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 82.544,00 (oitenta e dois mil quinhentos e quarenta e quatro reais)

CONTRATADO: RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 47.030,00 (quarenta e sete mil e trinta reais)

CONTRATADO: J.B. PNEUS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 28.854,00 (vinte e oito mil oitocentos e cinquenta e quatro reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2014
PROCESSO Nº 3/2014 HOMOLOGAÇÃO: 06/02/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS COM RETROESCAVADEIRA, MEDIANTE CONCESSÃO DE SUBSÍDIOS AO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E INDUSTRIAL, VISANDO À EXECUÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS NAS PROPRIEDADES RURAIS E INDUSTRIAIS DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL 4.182/2013, E OUTROS SERVIÇOS NECESSÁRIOS AO MUNICÍPIO.
CONTRATADO: PRESTADORA DE SERVIÇOS SMANIOTO LTDA -ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 96.720,00 (noventa e seis mil setecentos e vinte reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2014
PROCESSO Nº 6/2014 HOMOLOGAÇÃO: 07/02/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER O TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO (CONFORME LEI Nº2.821/2001) PARA O ANO DE 2014, BEM COMO PARA PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

CONTRATADO: CARAVAGGIO TRANSPORTES E TURISMO LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 87.675,00 (oitenta e sete mil seiscentos e setenta e cinco reais)

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 12/2014
PROCESSO Nº 12/2014 HOMOLOGAÇÃO: 10/02/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA JURIDICA ESPECIALIZADA PARA FINS DE PROPOR AÇÃO EM NOME DO MUNICÍPIO E DEFENDER AÇÕES QUE A CASAN OU ESTADO DE SANTA CATARINA EVENTUALMENTE PROPONHAM CONTRA O MUNICÍPIO, EM RAZÃO DA EXTINÇÃO DO CONVÊNIO N. 001/2009.

CONTRATADO: MENEZES NIEBUHR ADVOGADOS ASSOCIADOS - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)
FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2014
PROCESSO Nº 8/2014 HOMOLOGAÇÃO: 13/02/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CALHAS E ALGEROSAS PARA INSTALAÇÃO NA EDIFICAÇÃO DA CRECHE DO LOTEAMENTO SÃO DOMINGOS, NECESSÁRIOS PARA ESCOAMENTO DAS ÁGUAS DA CHUVA, VISTO QUE O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS NÃO APRESENTA CONDIÇÕES DE SEGURANÇA AOS ALUNOS, NOS TERMOS DOS INCISOS II E III DO ART. 70 DA LEI FEDERAL N.9.394/1996 - LDB.

CONTRATADO: FUNILARIA E INSTALADORA DUARTE LTDA-ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais)

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2014
PROCESSO Nº 16/2014 HOMOLOGAÇÃO: 17/02/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS PARA OS ALUNOS QUE FREQUENTAM A APAE - ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL VIVIANE, CONF.LEI MUNICIPAL 1.841/92 E PARA OS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DA CASA FAMILIAR RURAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, CONF. LEI MUNICIPAL Nº 2.861/2001.

CONTRATADO: CARAVAGGIO TRANSPORTES E TURISMO LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 15.160,00 (quinze mil cento e sessenta reais)
FUNDAMENTO: Art. 25, inciso I da Lei de Licitações.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2014
PROCESSO Nº 7/2014 HOMOLOGAÇÃO: 20/02/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA, MATERIAL DE COPA E COZINHA E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO E MANUTENÇÃO DOS SETORES ADMINISTRATIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2014.

CONTRATADO: NIEDERMAIER & NIEDERMAIER LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 13.280,40 (treze mil duzentos e oitenta reais e quarenta centavos)

CONTRATADO: CASA DAS CARNES SPIRONELLO LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.448,08 (sete mil quatrocentos e quarenta e oito reais e oito centavos)

CONTRATADO: M.F SCHOFFEN ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 874,00 (oitocentos e setenta e quatro reais)

CONTRATADO: SUPERMERCADO ANGELI LTDA - EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.015,35 (onze mil e quinze reais e trinta e cinco centavos)

CONTRATADO: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.323,10 (um mil trezentos e vinte e três reais e dez centavos)

CONVITE Nº 14/2014
PROCESSO Nº 14/2014 HOMOLOGAÇÃO: 21/02/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS PARA CONSERTAR E RETIFICAR O MOTOR DA MOTONIVELADORA 12 H, PM - 9333.

CONTRATADO: MARAVIMÁQUINAS COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 47.284,44 (quarenta e sete mil duzentos e oitenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos)

CONVITE Nº 13/2014
PROCESSO Nº 13/2014 HOMOLOGAÇÃO: 24/02/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SÊMEN PARA USO DO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL DE BOVINOCULTURA DE LEITE DO MUNICÍPIO. REGULAMENTADO PELA LEI Nº 3.388/2007.

CONTRATADO: SELECT SIRES DO BRASIL GENÉTICA LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais)

CONTRATADO: ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 26.010,00 (vinte e seis mil e dez reais)

CONTRATADO: DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 23.400,00 (vinte e três mil e quatrocentos reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014
PROCESSO Nº 10/2014 HOMOLOGAÇÃO: 28/02/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA USO NAS MÁQUINAS, TRATORES, CAMINHÕES,

ONIBÚS E VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE.

CONTRATADO: LUIZ CARLOS ZWIRTES ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 364.364,00 (trezentos e sessenta e quatro mil trezentos e sessenta e quatro reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014
PROCESSO Nº 15/2014 HOMOLOGAÇÃO: 28/02/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA O VEÍCULO GM VECTRA PM - 12227, DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, ÔNIBUS PM - 14594, ÔNIBUS PM - 14691, ÔNIBUS PM - 14593, ÔNIBUS PM - 14595, MICRO ÔNIBUS PLACA MKW-7046, CORSA SEDAN PM - 12383, VEÍCULO DUCATO PM - 12655, VEICULO DUCATO PM - 12384 DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO.

CONTRATADO: PORTO SEGUROS COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
VALOR DA DESPESA: R\$ 14.280,00 (quatorze mil duzentos e oitenta reais)

CONTRATADO: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
VALOR DA DESPESA: R\$ 9.670,00 (nove mil seiscentos e setenta reais)

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 023/2014

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2014
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 023/2014 – Pregão Presencial Nº 017/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRANSPORTE TERRESTRE DE PASSAGEIROS, SENDO, VEÍCULOS MICRO-ÔNIBUS, VAN OU KOMBI, REQUISITO MÍNIMO ANO 2000, PARA OS CLUBES DE MÃES E GRUPO DE CONVIVÊNCIA DE MULHERES REFERENCIADAS NO PAIF - PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA.

FORNECEDOR: V. BERGGOZZA ME - CNPJ: 03.549.337/0001-40.
VALOR: R\$ 5.390,00 (cinco mil e trezentos e noventa reais).

FORNECEDOR: ROSA & PELIZZER LTDA ME - CNPJ: 07.120.522/0001-76.

VALOR: R\$ 900,00 (novecentos reais).

FORNECEDOR: DELMAR LANZ ME - CNPJ: 04.759.152/0001-23.

VALOR: R\$ 1.785,00 (um mil e setecentos e oitenta e cinco reais).

FORNECEDOR: BENETTI & FERRARI TRANSPORTES LTDA ME - CNPJ: 07.704.346/0001-10.

VALOR: R\$ 17.955,00 (dezessete mil e novecentos e cinquenta e cinco reais).

FORNECEDOR: BRESCIANIECIALTD. - CNPJ: 13.274.979/0001-38.

VALOR: R\$ 2.685,00 (dois mil e seiscentos e oitenta e cinco reais).

TOTAL: R\$ 28.715,00 (vinte e oito mil e setecentos e quinze reais).

DATA DE ASSINATURA: 24/02/2014.

VIGÊNCIA: 24/02/2014 à 31/12/2014.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 001/2014 - Cdm

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2014 - CDM
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 001/2014 – Pregão Presencial Nº 001/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE TERRESTRE PARA OS ATLETAS DO CDM - COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL, EM PARTICIPAÇÃO NAS COMPETIÇÕES PROMOVIDAS PELA FESPORTE - FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE, FCFS - FEDERAÇÃO CATARINENSE DE FUTEBOL DE SALÃO, E DEMAIS COMPETIÇÕES DE NÍVEL LOCAL, REGIONAL, ESTADUAL E NACIONAL.

FORNECEDOR: TRANSLOVERA TRANSPORTE E TURISMO LTDA - CNPJ: 80.445.505/0001-07.

VALOR: R\$ 33.300,00 (trinta e três mil e trezentos reais).

FORNECEDOR: ELIZEUBRESCIANIME - CNPJ: 00.993.710/0001-60.

VALOR: R\$ 24.210,00 (vinte e quatro mil e duzentos e dez reais).

TOTAL: R\$ 57.510,00 (cinquenta e sete mil e quinhentos e dez reais).

DATA DE ASSINATURA: 25/02/2014.

VIGÊNCIA: 25/02/2014 à 31/12/2014.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

Decreto Nº 4.812, de 03 de Março de 2014.

DECRETO Nº 4.812, DE 03 DE MARÇO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23/12/2013 e na Lei Federal nº 4.320/1964, art. 43, § 1º, inciso II,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 100.0000,00 (cem mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

10.301.4506.1.064.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0023 4 6

Aplicação Direta R\$ 100.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.138, de 23/12/2013 e a Lei Federal nº 4.320/1964, art. 43, § 1º, inciso II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 03 de março de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 026/2014

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2014

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 026/2014 – Pregão Presencial Nº 019/2014.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE E FILTROS PARA UTILIZAÇÃO NOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DE PATRIMÔNIO

DO MUNICÍPIO.

FORNECEDOR: TRATORMAX COM. DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA - CNPJ: 04.983.112/0001-60.

VALOR: R\$ 8.235,00 (oito mil e duzentos e trinta e cinco reais).

FORNECEDOR: AGRICOPEL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA - CNPJ: 81.632.093/0007-64.

VALOR: R\$ 116.891,20 (cento e dezesseis mil e oitocentos e noventa e um reais e vinte centavos).

TOTAL: R\$ 125.126,20 (cento e vinte e cinco mil e cento e vinte e seis reais e vinte centavos).

DATA DE ASSINATURA: 28/02/2014.

VIGÊNCIA: 28/02/2014 à 31/12/2014.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 001/2014 - Cdm

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2014 - CDM

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 001/2014 – Pregão Presencial Nº 001/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE TERRESTRE PARA OS ATLETAS DO CDM - COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL, EM PARTICIPAÇÃO NAS COMPETIÇÕES PROMOVIDAS PELA FESPORTE - FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE, FCFS - FEDERAÇÃO CATARINENSE DE FUTEBOL DE SALÃO, E DEMAIS COMPETIÇÕES DE NÍVEL LOCAL, REGIONAL, ESTADUAL E NACIONAL.

FORNECEDOR: TRANSLOVERA TRANSPORTE E TURISMO LTDA - CNPJ: 80.445.505/0001-07.

VALOR: R\$ 33.300,00 (trinta e três mil e trezentos reais).

FORNECEDOR: ELIZEU BRESCIANI ME - CNPJ: 00.993.710/0001-60.

VALOR: R\$ 24.210,00 (vinte e quatro mil e duzentos e dez reais).

TOTAL: R\$ 57.510,00 (cinquenta e sete mil e quinhentos e dez reais).

DATA DE ASSINATURA: 25/02/2014.

VIGÊNCIA: 25/02/2014 à 31/12/2014.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 002/2014 - Cdm

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2014 - CDM

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 002/2014 – Pregão Presencial Nº 002/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LIGA DE ÁRBITROS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ARBITRAGENS DAS PARTIDAS DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE CAMPO AMADOR E DEMAIS COMPETIÇÕES QUE SERÃO PROMOVIDAS PELO COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL NO ANO DE 2014.

FORNECEDOR: LIGA MARAVILHENSE DE DESPORTOS - CNPJ: 83.524.355/0001-07.

VALOR: R\$ 67.100,00 (sessenta e sete mil e cem reais).

TOTAL: R\$ 67.100,00 (sessenta e sete mil e cem reais).

DATA DE ASSINATURA: 28/02/2014.

VIGÊNCIA: 28/02/2014 à 31/12/2014.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

Edital de Processo Seletivo Nº 002.1/2014.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002.1/2014.

Homologa as inscrições do Processo Seletivo - Edital nº 002/2014, de 20 de fevereiro de 2014, e torna pública a classificação.

A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2014, nomeada pela Portaria nº 252, de 27 de fevereiro de 2014, em conformidade com o Edital de Processo Seletivo nº 002/2014, de 20 de fevereiro de 2014, torna pública a HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES, bem como a CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS para seleção de Educadores Sociais, para atuarem nos programas: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, Mulher de Valor, Leite das Crianças, de Atenção aos Idosos e os desenvolvidos no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, e demais programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme quadros abaixo descritos:

DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS:

CARGO: EDUCADOR SOCIAL II:

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	SITUAÇÃO
007	SAIARA DE OLIVEIRA	DEFERIDO
012	DIANA TEREZINHA PEGORINI BERTUZZI	DEFERIDO

CARGO: EDUCADOR SOCIAL VII:

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	SITUAÇÃO
011	MARCIO NESI GUEDES	DEFERIDO

DAS INSCRIÇÕES INDEFERIDAS:

CARGO: EDUCADOR SOCIAL II:

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	SITUAÇÃO	MOTIVO
001	MARCIA DE ABREU CAMARGO	INDEFERIDO	AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL NO ITEM 3.1.1 ALÍNEA "e"

CARGO: EDUCADOR SOCIAL IV:

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	SITUAÇÃO	MOTIVO
003	MARIZA VALMORBIDA SPRICIGO	INDEFERIDO	AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL NO ITEM 3.1.1 ALÍNEA "e"
004	CRISTIANE GOBATTO	INDEFERIDO	AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL NO ITEM 3.1.1 ALÍNEA "e"
005	MARIZETE CADOR	INDEFERIDO	AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL NO ITEM 3.1.1 ALÍNEA "e"
006	MARIA APARECIDA PINHEIRO BORGES	INDEFERIDO	AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL NO ITEM 3.1.1 ALÍNEA "e"
008	PATRICIA BORGES DOS SANTOS	INDEFERIDO	AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL NO ITEM 3.1.1 ALÍNEA "e"

CARGO: EDUCADOR SOCIAL VII:

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	SITUAÇÃO	MOTIVO
002	HUILSON HOSE LORENZI	INDEFERIDO	AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL NO ITEM 3.1.1 ALÍNEA "e"
009	MICHELI DE FREITAS	INDEFERIDO	AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL NO ITEM 3.1.1 ALÍNEA "e"
010	JONAS DAS DORES	INDEFERIDO	AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL NO ITEM 3.1.1 ALÍNEA "c" E "e"

3. DA CLASSIFICAÇÃO:

CARGO: EDUCADOR SOCIAL II

CLASS.	Nº INSCR.	CANDIDATO	PONTOS CURSO ESPECIALIZ.	PONTOS CURSO ESP. MESTRADO	PONTOS APERF. À ÁREA	PONTOS TEMPO DE SERVIÇO REDE ENS.	TOTAL DE PONTOS
001	07	SAIARA DE OLIVEIRA	-	-	13,8	74	87,8
002	12	DIANA TEREZINHHA PEGORINI BERTUZZI	-	-	57	07	64,0

Obs. A especialização na área exigida como pré-requisito (Psicopedagogia) de habilitação não foi computada a nenhum candidato, visto que, não possuía caráter complementar e sim exigência obrigatória, relativa à habilitação mínima do candidato, para deferimento de inscrição.

CARGO: EDUCADOR SOCIAL IV:

CLASS.	Nº INSCR.	CANDIDATO	PONTOS CURSO ESPECIALIZ.	PONTOS APERF. À ÁREA	PONTOS TEMPO DE SERVIÇO REDE ENS.	TOTAL DE PONTOS
001	-	-	-	-	-	-

Obs. Não houve candidato(a) com inscrição deferida.

CARGO: EDUCADOR SOCIAL VII:

CLASS.	Nº INSCR.	CANDIDATO	PONTOS CURSO ESPECIALIZ.	PONTOS CURSO ESP. MESTRADO	PONTOS APERF. À ÁREA	PONTOS TEMPO DE SERVIÇO REDE ENS.	TOTAL DE PONTOS
001	011	MARCIO NESI GUEDES	-	-	9,25	-	9,25

4. DO PRAZO PARA O PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO:

4.1 - O candidato terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da data de publicação do presente edital, para entrar com pedido de reconsideração, exclusivamente para sua classificação, junto à Comissão do Processo Seletivo, através de requerimento, cuja resposta será dada através de comunicação oficial.

4.2 - Não será permitido o fornecimento de cópias da documentação de outros candidatos.

4.3 - Após o período de reconsideração, o Chefe do Poder Executivo homologará a classificação final do Processo Seletivo, o qual será publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, site oficial do Município, no mural do Centro Administrativo, no Diário Oficial do Estado e Diário de Circulação Regional.

4.4 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão responsável pelo Processo Seletivo, de forma a não prejudicar o nível de habilitação dos profissionais, mantidas, em qualquer caso, as condições estabelecidas no Edital de Abertura.

São Lourenço do Oeste - SC, 05 de março de 2014.

ITAMAR FERNANDES

Presidente da Comissão de Avaliação do Processo Seletivo nº 002/2014

Notificação de Recebimento de Recursos Federais – 01 a 28/02/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DO OESTE**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 01/02/2014 até 28/02/2014

Espécie	Recebido no Período
Receitas Orçamentárias	2.257.330,22
4.1.7.2.1.00.00.00.00 Transferências da União	1.561.545,05
4.1.7.2.1.01.00.00.00 Participação na Receita da União	1.270.467,67
4.1.7.2.1.01.02.00.00 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	1.270.385,79
4.1.7.2.1.01.02.01.00 Cota Parte do FPM 60%	762.231,48
4.1.7.2.1.01.02.02.00 Cota Parte do FPM 25%	317.596,45
4.1.7.2.1.01.02.03.00 Cota Parte do FPM 15%	190.557,86
4.1.7.2.1.01.05.00.00 Cota-Parte do Imp. s/ a Prop. Territorial Rural	81,88
4.1.7.2.1.01.05.01.00 Cota Parte do ITR 60%	49,13
4.1.7.2.1.01.05.02.00 Cota Parte do ITR 25%	20,47
4.1.7.2.1.01.05.03.00 Cota Parte do ITR 15%	12,28
4.1.7.2.1.22.00.00.00 Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	421,50
4.1.7.2.1.22.20.00.00 Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	421,50
4.1.7.2.1.33.00.00.00 Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	257.196,62
4.1.7.2.1.33.01.00.00 Programa de Assistência Farmacêutica Básica	9.781,38
4.1.7.2.1.33.02.00.00 Centro de Especialidades Odontológicas - CEO	30.800,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00 Serviços de Atendimento Móvel as Urgências - SAMU	13.125,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00 PAB FIXO	47.801,00
4.1.7.2.1.33.08.00.00 Vigilância em Saúde	5.625,81
4.1.7.2.1.33.10.00.00 MAC - Ambulatorial e Hospitalar	77.863,43
4.1.7.2.1.33.12.00.00 PMAQ (RAB-PMAQ-SM)	72.200,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00 Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	33.459,26
4.1.7.2.1.34.02.00.00 Transf. de Rec. Fund. Nac. As. Social - IGD-BF	5.476,42
4.1.7.2.1.34.04.00.00 Transf. de Rec. Fund. Nac. As. Social - PETI	27.000,00
4.1.7.2.1.34.07.00.00 Transf. de Rec. Fund. Nac. As. Social - IGD SUAS	982,84
4.1.7.2.4.00.00.00.00 TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	949.878,67
4.1.7.2.4.01.00.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEF	949.878,67
4.1.7.2.4.01.01.00.00 FUNDEB - MAGISTÉRIO	569.927,20
4.1.7.2.4.01.02.00.00 FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	379.951,47
9.1.7.2.1.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	-254.093,50
9.1.7.2.1.01.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	-254.093,50
9.1.7.2.1.01.02.00.00 Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-254.077,13
9.1.7.2.1.01.05.00.00 Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-16,37

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 05/03/2014

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

LAURI ALBERTO CENTENARO
SECRETARIO ADMINISTRAÇÃO

Schroeder

PREFEITURA

Decreto Nº 2.868/2014 de 24 de Fevereiro de 2014

DECRETO Nº 2.868/2014 de 24 de fevereiro de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERAVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 58.492,80 (cinquenta e oito mil quatrocentos e noventa e dois reais e oitenta centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.301.3013.2.335 - Contribuição ao Consórcio Intermunicipal de Saúde

3.1.71.70.00.00.00.00 - 00.03.0002 - Rateio pela Participação em Consórcio Público R\$ 4.386,96

3.3.71.70.00.00.00.00 - 00.03.0002 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO R\$ 54.105,84

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit Financeiro de Outras Fontes - Recurso: 00.03.0002 R\$ 58.492,80

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 24 de fevereiro de 2014.

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal em Exercício

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Notificação - Expressão Comércio de Materiais de Informática e Serviços Ltda

NOTIFICAÇÃO

Fica a empresa EXPRESSÃO COMÉRCIO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 06.314.098/0001-38, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 284/2013 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido as Ordens de Compra nº 504/14, 514/14, 523/14, 530/14 e 536/14, não efetuou a entrega do produto do prazo de estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa Notificação, a empresa terá o prazo de 24 horas para adimplir o Contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionados

Cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada:

Processo Administrativo nº	Contrato nº	Ordem de compra Empe- nho nº	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobe- decido
			BISCOITO DOCE SABOR LEITE, EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal (podendo ser hidrogenada), açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado de leite. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (37 UND)		

			BISCOITO DOCE SABOR MAISENA - EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante e anti-oxidante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado de maisena. SEM LACTOSE. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (3 UND)		
			BISCOITO DOCE TIPO MARIA, EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (45 UND)		
			BISCOITO SALGADO ÁGUA E SAL (SEM LACTOSE) - EMBALAGEM COM 370 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal hidrogenada, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizante (lecitina de soja), amido. NÃO DEVE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES: leite ou soro de leite, além de acidulante ácido láctico e emulsificante esteroil-2-lactil lactato de sódio. Biscoito de primeira linha, de espessura fina e consistência crocante e sabor moderadamente salgado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (22 UND)		
			COLORAU - EMBALAGEM COM 500 G. Colorífico contendo semolina de milho, extrato oleoso de urucum e sal. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (5 UND) DOCE DE FRUTA SABOR BANANA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Ingredientes: polpa de banana, açúcar. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (12 UND) DOCE DE FRUTA SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Ingredientes: polpa de morango, açúcar. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (17 UND) FARINHA DE MILHO (FUBÁ) PARA POLENTA - EMBALAGEM COM 500 G. Farinha média ou grossa de milho. Enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (44 UND) LENTILHA - EMBALAGEM COM 500 G. Tipo 1, classe misturada. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. (29 UND) PÓ PARA PREPARO DE BEBIDA SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM 400 G. Produto alimentício em pó para ser adicionado no leite ou derivado. Deve apresentar entre os ingredientes: açúcar, maltodextrina, aromatizante e corante. Pode conter leite em pó ou soro de leite. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente. (41 UND)		
221/2013	284/2013	504/14		25/02/2014	27/02/2014

			BISCOITO DOCE SABOR LEITE, EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal (podendo ser hidrogenada), açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado de leite. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (10 UND)		
			BISCOITO DOCE SABOR MAISENA - EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante e anti-oxidante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado de maisena. SEM LACTOSE. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (5 UND)		
			BISCOITO DOCE TIPO MARIA, EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (8 UND)		
			BISCOITO SALGADO ÁGUA E SAL (SEM LACTOSE) - EMBALAGEM COM 370 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal hidrogenada, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizante (lecitina de soja), amido. NÃO DEVE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES: leite ou soro de leite, além de acidulante ácido láctico e emulsificante esteroil-2-lactil lactato de sódio. Biscoito de primeira linha, de espessura fina e consistência crocante e sabor moderadamente salgado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (2 UND)		
221/2013	284/2013	514/14	COLORAU - EMBALAGEM COM 500 G. Colorífico contendo semolina de milho, extrato oleoso de urucum e sal. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (1 UND) FARINHA DE MILHO (FUBÁ) PARA POLENTA - EMBALAGEM COM 500 G. Farinha média ou grossa de milho. Enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (15 UND) LENTILHA - EMBALAGEM COM 500 G. Tipo 1, classe misturada. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. (10 UND) PÓ PARA PREPARO DE BEBIDA SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM 400 G. Produto alimentício em pó para ser adicionado no leite ou derivado. Deve apresentar entre os ingredientes: açúcar, maltodextrina, aromatizante e corante. Pode conter leite em pó ou soro de leite. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente. (3 UND)	25/02/2014	27/02/2014

			<p>BISCOITO DOCE SABOR LEITE, EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal (podendo ser hidrogenada), açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado de leite. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (5 UND)</p>		
			<p>BISCOITO DOCE TIPO MARIA, EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (5 UND)</p> <p>COLORAU - EMBALAGEM COM 500 G. Colorífico contendo semolina de milho, extrato oleoso de urucum e sal. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (1 UND)</p>		
221/2013	284/2013	523/14	<p>DOCE DE FRUTA SABOR BANANA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Ingredientes: polpa de banana, açúcar. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (2 UND)</p> <p>DOCE DE FRUTA SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Ingredientes: polpa de morango, açúcar. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (2 UND)</p> <p>FARINHA DE MILHO (FUBÁ) PARA POLENTA - EMBALAGEM COM 500 G. Farinha média ou grossa de milho. Enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (8 UND)</p> <p>LENTILHA - EMBALAGEM COM 500 G. Tipo 1, classe misturada. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. (4 UND)</p> <p>PÓ PARA PREPARO DE BEBIDA SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM 400 G. Produto alimentício em pó para ser adicionado no leite ou derivado. Deve apresentar entre os ingredientes: açúcar, maltodextrina, aromatizante e corante. Pode conter leite em pó ou soro de leite. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente. (2 UND)</p>	25/02/2014	27/02/2014

			<p>BISCOITO DOCE SABOR LEITE, EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal (podendo ser hidrogenada), açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado de leite. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (6 UND)</p> <p>BISCOITO DOCE TIPO MARIA, EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (6 UND)</p> <p>COLORAU - EMBALAGEM COM 500 G. Colorífico contendo semolina de milho, extrato oleoso de urucum e sal. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (2 UND)</p> <p>DOCE DE FRUTA SABOR BANANA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Ingredientes: polpa de banana, açúcar. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (2 UND)</p> <p>DOCE DE FRUTA SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Ingredientes: polpa de morango, açúcar. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (2 UND)</p> <p>FARINHA DE MILHO (FUBÁ) PARA POLENTA - EMBALAGEM COM 500 G. Farinha média ou grossa de milho. Enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (10 UND)</p> <p>LENTILHA - EMBALAGEM COM 500 G. Tipo 1, classe misturada. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. (6 UND)</p>		
221/2013	284/2013	530/14		25/02/2014	27/02/2014
			<p>BISCOITO DOCE SABOR LEITE, EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal (podendo ser hidrogenada), açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado de leite. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (14 UND)</p>		

			<p>BISCOITO DOCE SABOR MAISENA - EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante e anti-oxidante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado de maisena. SEM LACTOSE. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (3 UND)</p>		
			<p>BISCOITO DOCE TIPO MARIA, EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (11 UND)</p>		
			<p>BISCOITO SALGADO ÁGUA E SAL (SEM LACTOSE) - EMBALAGEM COM 370 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal hidrogenada, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizante (lecitina de soja), amido. NÃO DEVE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES: leite ou soro de leite, além de acidulante ácido láctico e emulsificante esteroil-2-lactil lactato de sódio. Biscoito de primeira linha, de espessura fina e consistência crocante e sabor moderadamente salgado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (10 UND)</p> <p>COLORAU - EMBALAGEM COM 500 G. Colorífico contendo semolina de milho, extrato oleoso de urucum e sal. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (1 UND)</p> <p>DOCE DE FRUTA SABOR BANANA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Ingredientes: polpa de banana, açúcar. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (4 UND)</p> <p>DOCE DE FRUTA SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Ingredientes: polpa de morango, açúcar. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (4 UND)</p> <p>FARINHA DE MILHO (FUBÁ) PARA POLENTA - EMBALAGEM COM 500 G. Farinha média ou grossa de milho. Enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. (12 UND)</p> <p>LENTILHA - EMBALAGEM COM 500 G. Tipo 1, classe misturada. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. (8 UND)</p> <p>PÓ PARA PREPARO DE BEBIDA SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM 400 G. Produto alimentício em pó para ser adicionado no leite ou derivado. Deve apresentar entre os ingredientes: açúcar, maltodextrina, aromatizante e corante. Pode conter leite em pó ou soro de leite. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente. (8 UND)</p>		
221/2013	284/2013	536/14		25/02/2014	27/02/2014

Não adimplindo o contrato no prazo acima, fica a empresa desde já ciente quanto as penalidades previstas na Cláusula Sétima do Contrato, nos termos do art. 87 da Lei e Licitações e demais cominações legais, e querendo, deverá apresentar defesa prévia em 10 (dez) dias úteis. Assim, permanecendo a Contratada inadimplente com a obrigação assumida após o prazo de entrega, e a defesa se apresentada sendo indeferida, restará rescindido o presente Contrato na forma do artigo 78 da Lei 8.666/93 e da Cláusula Nona do Contrato supracitado, bem como a aplicação das sanções previstas em lei.

Atenciosamente,

Schroeder, 28 de fevereiro de 2014.

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

À
EXPRESSÃO COMÉRCIO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 06.314.098/0001-38

Aditivo A7/2014-PMS

TERMO ADITIVO Nº. A07/2014 – PMS

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 05/2011-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal em exercício, o Senhor Moacir Zamboni, e,

CONTRATADA: RAIZ SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 95.887.295/0001-76, estabelecida na Rua Koesa, nº 298, sala 601 e 606, Kobrasol, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.102-310, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo senhor Marcelo Oliveira da Silva, inscrito no CPF sob o nº 619.144.109-63, portador da Carteira de Identidade no 1.668.779-SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 05/2011-PMS, celebrado em 20 de janeiro de 2011, proveniente do Pregão Presencial nº. 101/2010-PMS, Processo nº. 186/2010-PMS, contratação de empresa especializada para a gestão dos serviços do sistema de abastecimento de água e esgoto para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura de Schroeder/SC, consoante demais condições contratuais.

Considerando a necessidade o disposto no artigo 65, da Lei Federal nº. 8.666/93, conforme parecer da procuradoria municipal;

Considerando o pedido de aditivo de reajuste dos valores da Secretaria Saneamento e Gestão Ambiental no valor de R\$ 2.071,83 (dois mil e setenta e um reais e oitenta e três centavos).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder em exercício, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a Cláusula Primeira “do objeto do contrato, e descrição” os valores reajustados, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Contratação de empresa especializada para a gestão dos serviços do sistema de abastecimento de água e esgoto do município de Schroeder/SC, no que se refere: Serviço de locação de software para gestão do sistema de abastecimento de água e esgoto, com sistema gráfico, banco de dados em instalação física na máquina com atualizações constantes e necessárias para atendimento das necessidades locais;	5	Mês	1.182,33	5.911,65
02	Serviço de leitura estimado em até 50.000 hidrômetros anual, com entrega de fatura e atualização cadastral;	20838	Unidade	1,18	24.588,84
03	Serviço de entrega estimado em até 4500 avisos de corte anual impresso junto a fatura; d) Serviço de corte estimado em até 2000 cortes/ano do abastecimento de água por inadimplência com bloqueio no cavalete;	2134	Unidade	0,63	1.344,42
04	Serviço de corte estimado em até 2.000 cortes/ano do abastecimento de água por inadimplência com bloqueio no cavalete;	999	Unidade	2,54	2.537,46
05	Serviço de liberação de desbloqueio estimado em até 2.000 liberações/ano do abastecimento com desbloqueio no cavalete;	997	Unidade	2,45	2.442,65
06	Serviço de Implantação, Conversão/Migração de Software. Descrição dos serviços e especificação técnica do software em anexo.	01	Unidade	3.540,31	3.540,31

TOTAL R\$

R\$ 40.365,33

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 05/2011-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 03 de março de 2014.

CONTRATADA:

RAIZ SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA

Marcelo Oliveira da Silva

CPF nº 619.144.109-63

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal em Exercício

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

Extrato Contrato Nº 28/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 28/2014-PMS

Dispensa de Licitação nº. 18/2014-PMS - Processo nº. 30/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: JOCELINO JOLIVER KRUGER - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.038.953/0001-65, estabelecida na Rua Alagoas, nº 125, Rancho Bom, neste Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de fechadura de porta de vidro temperado para atender as necessidades do PROCON do Município de Schroeder /SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Fechadura de porta de vidro temperado	02	Pecas	45,00	90,00
TOTAL R\$					90,00

Valor do contrato: R\$ 90,00 (noventa reais).

Data da Assinatura: 03/03/2014 – Vigência: 31/12/2014

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal em Exercício.

Decreto Nº 2873/2013, de 03 de Março de 2014

DECRETO Nº 2873/2013, de 03 de março de 2014

PRORROGA A VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO HOMOLOGADO PELO DECRETO Nº 2.406/2012 DE 05 DE MARÇO DE 2012.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em exercício no uso de suas atribuições legais, consubs-tanciadas na Lei Orgânica Municipal,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica prorrogado pelo prazo de 02 (dois) anos, nos termos da Lei Orgânica Municipal, o Concurso Público para provimento de cargos efetivos da Prefeitura Municipal de Schroeder, correspondente ao Edital n.º 002/2011/PMS, homologado pelo Decreto nº 2.406/2012 de



05 de março de 2012, publicado em 06 de março de 2012, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), Edição 943, p. 223 e 224.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art.2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 03 de março de 2014.

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal e.e.

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº. 5.469/2014, de 03 de Março de 2014.

PORTARIA Nº. 5.469/2014, de 03 de março de 2014.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em exercício no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da funcionária Sra. Simone Linzmeyer da Luz, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 03 de março de 2014.

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal e.e.

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº. 5.470/2014, de 03 de Março de 2014.

PORTARIA Nº. 5.470/2014, de 03 de março de 2014.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em exercício no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da funcionária Sra. Barbara Alves Ribeiro Carl, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 03 de março de 2014.

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal e.e.

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Aditivo Nº. A08/2014 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A08/2014 – PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 202/2013 – PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal em exercício, o Senhor Moacir Zamboni.

CONTRATADA: VIAÇÃO CANARINHO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 84.438.209/0001-21, estabelecida na Rua Roberto Ziemann, nº. 460, Czerniewicz, na Cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.255-300, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Décio Bogo, inscrito no CPF sob o nº. 481.349.109-04 e portador da carteira de Identidade nº. 2/ R 488.752 SSI-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 202/2013-PMS, celebrado em 14 de outubro de 2013, proveniente do Processo de licitação nº. 177/2013 – PMS, Inexigibilidade nº. 11/2013–PMS, para contratação de empresa especializada em transporte coletivo para fornecimento de Vale Transporte aos servidores do Município de Schroeder/SC, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Enquadra-se nos termos do artigo 65, § 1º, conforme parecer da Procuradoria Municipal e considerando a solicitação feita pela empresa VIAÇÃO CANARINHO LTDA, e que a mesma atendeu as condições contratuais para revisão do preço.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder em exercício, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira “do objeto do contrato, e descrição” para o item 01 para o valor de R\$ 3,75 (três reais e setenta e cinco centavos) e item 03 para o valor de R\$ 3,10 (três reais e dez centavos), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE. LICITADA	VALOR ATUAL	SALDO LICITAÇÃO	VALOR REAJUS- TADO
01	Contratação de Empresa especializada em transporte coletivo para fornecimento de Vale Transporte para os servidores do Município de Schroeder. (Jaraguá do Sul x Schroeder x Jaraguá do Sul)	18.000	3,55	16.405	3,75
03	Contratação de empresa especializada para fornecimento de Vale Transporte (Jaraguá x Schroeder x Jaraguá) via Schroeder I, para os servidores do Município de Schroeder.	4.000	2,90	3.520	3,10

Cláusula 2ª – Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta “do valor total do contrato” aditivado ao contrato o valor de R\$ 3.985,00 (três mil, novecentos e oitenta e cinco reais), passando a ser o valor do contrato inicial de R\$ 115.235,00 (cento e quinze mil, duzentos e trinta e cinco reais).

Cláusula 3ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 202/2013-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 03 de março de 2014.

CONTRATADA:

VIAÇÃO CANARINHO LTDA

Décio Bogo

CPF nº 481.349.109-04

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal em Exercício

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

Decreto Nº 2.872/2014, de 03 de Março de 2014.

DECRETO Nº 2.872/2014, de 03 de março de 2014.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em exercício no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 15 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal da Administração do Município de Schroeder – LC nº. 004/98, de 19/05/1998:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Acácio Correa	27	28
Eide Cristina Rohde	09	10
Jangla Tauchert Marostica	09	10
Jean Claudio Bonet	21	22
Luiz Altair Melo	17	18
Mara Denise de Souza	07	08
Maria Joana Bellarmino	21	22
Teila Sarita Tomaselli	21	22
Valvenir Doge	30	31

Art. 2º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 25 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal do Magistério do Município de Schroeder – LC nº. 096/2010, de 14/12/2010:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Adriana de Fatima Dorigon Adams	C-5-IV	C-6-IV
Amanda Rizzo dos Santos	C-2-I	C-3-I
Ana Maria Cordeiro	A-Inicial	A-1
Cristiane Kienen	A-inicial	A-1
Edna Maria da Rocha	B-1-I	B-2-I
Gerusa Isabel Lamb Mass	C-2-I	C-3-I
Giane Sardannha	B-1-I	B-2-I
Gretchem Lilian Zoz	B-2	B-3
Hildo Arthur Hatschbach	C-5-V	C-6-V
Ivete Jacob Hertel Braga	C-2	C-3
Ivone Fatima Taffarel dos Santos	C-6-V	C-7-V
Juliane Terezinha Reinehr Drescher	B-Inicial	B-1
Junior Marcos Farias	C-2-I	C-3-I
Karoline Lins da Carvalho Ananias	A-Inicial	A-1
Ketlin Dislaine Konell	B-Inicial	B-1
Marcia Vogel Steilein	C-8-VI	C-9-VI
Marleni Lindner	C-1-I	C-2-I
Roberta Meireles Gonzales	A-1	A-2
Samanta Patricia Doring Sievers	C-Inicial-I	C-1-I
Sirlene Aparecida de Toledo Perreira	A-Inicial	A-1
Tiago Roque Grzybowski	B-1-I	B-2-I

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.



Schroeder (SC), 03 de março de 2014.
MOACIR ZAMBONI
Prefeito Municipal e.e.

Publicado por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.874/2014 de 3 de Março de 2014

DECRETO Nº 2.874/2014 de 3 de março de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERAVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.301.3013.2.363 - Ações Estartégicas da Saúde da Família

3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.03.0218 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 5.500,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit Financeiro de Outras Fontes - Recurso: 00.03.0218 R\$ 5.500,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 03 de março de 2014.
MOACIR ZAMBONI
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Convocação Concurso Público Nº. 001/2012-ESF/NASF

Convocação Concurso Público nº. 001/2012-ESF/NASF

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, em exercício no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. SHAYENE BION DA SILVA, inscrita no CPF sob nº. 077.202.839-70, aprovada em 02º lugar no Concurso Público nº. 001/2012-ESF/NASF, para o cargo de ENFERMEIRA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 12 de março de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 11.8, devendo tomar posse no cargo até o dia 02 de abril de 2014.

Schroeder (SC), 03 de março de 2014.
MOACIR ZAMBONI
Prefeito Municipal e.e.

ORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde e Assistência Social

Convocação Concurso Público Nº. 001/2012-ESF/NASF

Convocação Concurso Público nº. 001/2012-ESF/NASF

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, em exercício no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. SANDRA L. R. N. DA VEIGA, inscrita no CPF sob nº. 035.575.569-64, aprovada em 10º lugar no Concurso Público nº. 001/2012-ESF/NASF, para o cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 12 de março de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 11.8, devendo tomar posse no cargo até o dia 02 de abril de 2014.

Schroeder (SC), 03 de março de 2014.

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal e.e.

ORLANDO TECILLA

Secretário de Saúde e Assistência Social

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preços Nº. 13/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 13/2014-PMS

PROCESSO Nº. 31/2014-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva, reparos de estrutura em geral, limpeza de caixas de captação pluvial e em recolocação de lajotas e paralelepípedos para as Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Saúde e Assistência Social; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 19 de março de 2014 às 08h45min.

Abertura do Processo: 19 de março de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 06 de março de 2014.

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal em Exercício

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preços Nº. 14/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2014-PMS

PROCESSO Nº. 32/2014-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: aquisição de materiais para atendimento clínico veterinário para utilização na assistência médico veterinária do Município, conforme Lei nº. 1799/2010, para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 20 de março de 2014 às 08h45min.

Abertura do Processo: 20 de março de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 06 de março de 2014.

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal em Exercício

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preços Nº. 15/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 15/2014-PMS

PROCESSO Nº. 33/2014-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: aquisição de materiais para serviço de inseminação para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 21 de março de 2014 às 08h45min.

Abertura do Processo: 21 de março de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 06 de março de 2014.
MOACIR ZAMBONI
Prefeito Municipal em Exercício

Decreto Nº 2.871/2014 de 26 de Fevereiro de 2014

DECRETO Nº 2.871/2014 de 26 de fevereiro de 2014
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 9.420,00 (nove mil quatrocentos e vinte reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - UNID. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02.08.244.3016.2.358 - Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade (CREAS)

3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.03.0051 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 9.420,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - UNID. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02.08.244.3016.2.358 - Proteção Social Esp de Média e Compl (CREAS)

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0051 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 9.420,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 26 de fevereiro de 2014.
MOACIR ZAMBONI
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.875/2014, de 03 de Março de 2014.

DECRETO Nº 2.875/2014, de 03 de março de 2014.
AUTORIZA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE PROFESSORA C PARA ATENDER A NECESSIDADE DE ESPECIAL INTERESSE PÚBLICO, NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

Moacir Zamboni, Prefeito Municipal em exercício de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto no Art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando a informação repassada pela Secretaria de

Educação, cultura, Esporte e Lazer do Município, por meio de ofício nº 21/2014 - SECEL, datado de 11 de fevereiro de 2014, para a contratação de 01 (um) profissional Professor C para atuar na Escola Municipal Professor Santos Tomaselli e Escola Municipal Professor Emílio da Silva;

Considerando que a vaga para a qual é em substituição ao profissional Valdinei Deretti que teve seu contrato rescindido em dezembro de 2013;

Considerando que no Processo Seletivo nº 01/2013 foi disponibilizada vaga, onde teve apenas 1 (um) candidato inscrito, porém o mesmo não compareceu para realização da prova.

Considerando que o referido secretário já foi orientado a proceder com os ditames para realização do processo seletivo que permitirá a contratação em caráter temporário ACTs, para suprir possíveis demandas nas áreas da Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

Considerando que os profissionais da Educação do Município são indispensáveis para os bons andamentos dos trabalhos e o atendimento aos alunos conforme legislação específica.

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu art. 6º, a educação como um direito social pétreo e inalienável;

D E C R E T A:

Art. 1º Autoriza-se a contratação pelo Poder Executivo Municipal de 01 (um) profissional Professor C para atuar na Escola Municipal Professor Santos tomaselli e Escola Municipal Professor Emílio da Silva, com carga horária de 40 (quarenta) horas/aula semanais, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da efetiva contratação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 03 de março de 2014.
MOACIR ZAMBONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.472/2014, de 04 de Março de 2014.

PORTARIA Nº 5.472/2014, de 04 de março de 2014.
MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em exercício no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, o Sra. Leonice Engler Kafer, para exercer o cargo Comissionado de Assessor de Planejamento Gestão e Finanças, percebendo o nível salarial nº 001 Comissionados (Nível 178), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 04 de março de 2014.
MOACIR ZAMBONI
Prefeito Municipal e.e.

MARCOS DELLAGIUSTINA
Secretário de Planejamento Gestão e Finanças

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.471/2014, de 03 de Março de 2014.

PORTARIA Nº 5.471/2014, de 03 de março de 2014.
MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em exercício no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de quebra de contrato de trabalho por prazo determinado ACT's da servidora Jordana Prestini em 21 de fevereiro de 2014;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 002/2013;

Considerando o Decreto nº. 2.795/2013, de 27/11/2013, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Jordana Prestini para exercer o cargo de Professor B, subárea Ensino Fundamental, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 002/2013/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 03 de março de 2014.
MOACIR ZAMBONI
Prefeito Municipal e.e.

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.473/2014, de 04 de Março de 2014.

PORTARIA Nº 5.473/2014, de 04 de março de 2014.
MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em exercício no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho do funcionário, Sr. Amir Fernando Silveira, em virtude de seu óbito, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 04 de março de 2014.

MOACIR ZAMBONI
Prefeito Municipal e.e.

ORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde e Assistência Social

Publicada na mesma data.
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.876/2014, de 4 de Março de 2014

DECRETO No 2.876/2014, DE 4 DE MARÇO DE 2014
DECRETA LUTO OFICIAL PELO FALECIMENTO DO SERVIDOR AMIR FERNANDO SILVEIRA.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em exercício, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o falecimento do servidor Senhor Amir Fernando Silveira, ocorrido na madrugada do dia 4 de março de 2014;

Considerando os inestimáveis serviços prestados ao Município Schroeder no transcorrer de sua vida pública como Motorista de Ambulância desde 26 de junho de 2006, tendo se destacado, pela seriedade de suas ações, conquistando o respeito e a admiração da comunidade schroedense e da administração municipal;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica decretado Luto Oficial, por 03 (três) dias, a partir desta data, em sinal de profundo pesar pelo falecimento do servidor Senhor Amir Fernando Silveira.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 4 de março de 2014.
MOACIR ZAMBONI
Prefeito Municipal e.e.

Publicado por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Extrato do Contrato Registro de Preços Nº. 29/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preços nº. 29/2014-PMS
Processo Licitatório nº. 22/2014-PMS
Pregão Presencial Registro de Preço nº. 10/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: RM COMÉRCIO E SERVIÇOS AUTO ELETRICOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.153.403/0001-57, estabelecida na Rua Barão do Rio Branco, nº. 50, Bairro Centro, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saúde e Assistência Social, Gabinete, polícia Militar e Civil da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC compreendendo: mecânica, elétrica e lanternagem em geral, funilaria, borracharia, vidraçaria, capotaria, tapeçaria e pintura, com fornecimento não-exclusivo de peças genuínas, originais ou outras peças, e de materiais necessários ao perfeito funcionamento, assim como assistência de socorro mecânico (guincho), conforme especificações constantes deste Edital e seus Anexos, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Lote	Descrição do Serviço		
01	Serviços de mão de obra mecânica em geral com fornecimento de peças para a frota de veículos leves da Prefeitura Municipal, conforme lote IV em anexo. Serviços como: revisão geral, suspensão, freio, embreagem, mangueiras hidráulicas, embuchamentos, câmbio, caixa de direção, afinação e retífica de motores e demais acertos nos motores, instalação de peças e acessórios, etc. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.		
VALOR DA MÃO-DE-OBRA PARA O LOTE (Calculado sobre hora/homem)	Custo por hora (R\$)	Total de Horas	Custo Total (R\$)
	47,50	800	38.000,00
CÁLCULO DO VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE	ÍNDICE	DESCONTO A SER APLICADO	VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE, APÓS DESCONTO ¹
Desconto sobre peças - Peças Genuínas - DPG	DPG x 1,00	2%	49.000,00
Desconto sobre peças - Peças Originais	DPGx1,50	3%	48.500,00
Desconto sobre peças - Outras Peças	DPGx2,25	4,5%	47.750,00
VALOR TOTAL DO LOTE 1 - MÃO-DE-OBRA + PEÇAS (VALOR APÓS DESCONTO SOBRE PEÇAS GENUÍNAS)			87.000,00

Lote	Descrição do Serviço		
02	Serviço de manutenção elétrica para toda a frota da Prefeitura Municipal. Serviços como: revisão de chicote elétrico, alternadores, motor de arranque, motor de pábrisa, troca de lâmpadas, capas, faróis, recuperar fiação elétrica, revisar painéis, trocar fusíveis, sensores, relógios de temperatura, entre outros serviços. Para máquinas, caminhões, microônibus e linha leve. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.		
VALOR DA MÃO-DE-OBRA PARA O LOTE (Calculado sobre hora/homem)	Custo por hora (R\$)	Total de Horas	Custo Total (R\$)
	44,50	300	17.800,00
CÁLCULO DO VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE	ÍNDICE	DESCONTO A SER APLICADO	VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE, APÓS DESCONTO ¹
Desconto sobre peças - Peças Genuínas - DPG	DPG x 1,00	2%	19.600,00
Desconto sobre peças - Peças Originais	DPGx1,50	3%	19.400,00

Desconto sobre peças - Outras Peças	DPGx2,25	4,5%	19.100,00
VALOR TOTAL DO LOTE 2 - MÃO-DE-OBRA + PEÇAS (VALOR APÓS DESCONTO SOBRE PEÇAS GENUÍNAS)			37.400,00

Valor do contrato: R\$ 124.400,00 (cento e vinte e quatro mil e quatrocentos reais).

Data da Assinatura: 04/03/2014 – Vigência: 04/03/2015
MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal em Exercício.

Extrato do Contrato Registro de Preços Nº. 30/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preços nº. 30/2014-PMS

Processo Licitatório nº. 22/2014-PMS

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 10/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: MAIOCHI INSTALAÇÕES E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.328.414/0001-32, estabelecida na Rodovia BR 280, Km 58, nº. 13354, Centro, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saúde e Assistência Social, Gabinete, polícia Militar e Civil da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC compreendendo: mecânica, elétrica e lanternagem em geral, funilaria, borracharia, vidraçaria, capotaria, tapeçaria e pintura, com fornecimento não-exclusivo de peças genuínas, originais ou outras peças, e de materiais necessários ao perfeito funcionamento, assim como assistência de socorro mecânico (guincho), conforme especificações constantes deste Edital e seus Anexos, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Lote	Descrição do Serviço		
04	Serviço de mão de obra de manutenção de parte rotante para máquinas com Esteira. Fornecimento de peças como: roletes, correntes, sapatas, parafusos, preenchimento de roda motriz, recuperação de sapatas, pino e buchas. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.		
VALOR DA MÃO-DE-OBRA PARA O LOTE (Calculado sobre hora/homem)	Custo por hora (R\$)	Total de Horas	Custo Total (R\$)
	52,00	200	20.800,00
CÁLCULO DO VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE	ÍNDICE	DESCONTO A SER APLICADO	VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE, APÓS DESCONTO ¹
Desconto sobre peças - Peças Genuínas - DPG	DPG x 1,00	0%	40.000,00
Desconto sobre peças - Peças Originais	DPGx1,50	0%	40.000,00
Desconto sobre peças - Outras Peças	DPGx2,25	0%	40.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE 7 - MÃO-DE-OBRA + PEÇAS (VALOR APÓS DESCONTO SOBRE PEÇAS GENUÍNAS)			60.800,00

Lote	Descrição do Serviço		
05	Serviço de solda com soldador, incluindo eletrodos, com fornecimento de chapas de aço para conchas, faca de concha, e suportes de concha Para máquinas, caminhões e microônibus. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.		
VALOR DA MÃO-DE-OBRA PARA O LOTE (Calculado sobre hora/homem)	Custo por hora (R\$)	Total de Horas	Custo Total (R\$)
	65,00	500	39.000,00
CÁLCULO DO VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE	ÍNDICE	DESCONTO A SER APLICADO	VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE, APÓS DESCONTO ¹
Desconto sobre peças - Peças Genuínas - DPG	DPG x 1,00	0%	20.000,00
Desconto sobre peças - Peças Originais	DPGx1,50	0%	20.000,00
Desconto sobre peças - Outras Peças	DPGx2,25	0%	20.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE 8 - MÃO-DE-OBRA + PEÇAS (VALOR APÓS DESCONTO SOBRE PEÇAS GENUÍNAS)			59.000,00

Valor do contrato: R\$ 119.800,00 (cento e dezenove mil e oitocentos reais).

Data da Assinatura: 04/03/2014 – Vigência: 04/03/2015
MOACIR ZAMBONI
Prefeito Municipal em Exercício.

Extrato do Contrato Registro de Preços Nº. 31/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preços nº. 31/2014-PMS
Processo Licitatório nº. 22/2014-PMS
Pregão Presencial Registro de Preço nº. 10/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ERNESTO SCHNEIDER MECÂNICO - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.099.060/0001-78, estabelecida na rua Leopoldo Prust, nº 1131, Braço do Sul, neste Município de cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saúde e Assistência Social, Gabinete, polícia Militar e Civil da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC compreendendo: mecânica, elétrica e lanternagem em geral, funilaria, borracharia, vidraçaria, capotaria, tapeçaria e pintura, com fornecimento não-exclusivo de peças genuínas, originais ou outras peças, e de materiais necessários ao perfeito funcionamento, assim como assistência de socorro mecânico (guincho), conforme especificações constantes deste Edital e seus Anexos, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Lote	Descrição do Serviço		
06	Serviços de mão de obra mecânica em geral e molas, para caminhões. Com o fornecimento de peças. Serviços de: revisão geral. Suspensão, freios, embreagem, para-brisas, inter clima, câmbio, embuchamento, mangueiras hidráulicas, bombas hidráulicas, caixa de direção, retífica de motores, mola, pinos centro, grampos, jumelos e parafusos. Instalação de peças e acessórios, manutenções em geral. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.		
VALOR DA MÃO-DE-OBRA PARA O LOTE (Calculado sobre hora/homem)	Custo por hora (R\$)	Total de Horas	Custo Total (R\$)
	48,00	1000	38.400,00
CÁLCULO DO VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE	ÍNDICE	DESCONTO A SER APLICADO	VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE, APÓS DESCONTO ¹
Desconto sobre peças - Peças Genuínas - DPG	DPG x 1,00	1%	59.400,00
Desconto sobre peças - Peças Originais	DPGx1,50	1,5%	59.100,00
Desconto sobre peças - Outras Peças	DPGx2,25	2,25%	58.650,00
VALOR TOTAL DO LOTE 2 - MÃO-DE-OBRA + PEÇAS (VALOR APÓS DESCONTO SOBRE PEÇAS GENUÍNAS)			97.800,00

Lote	Descrição do Serviço		
07	Serviços de mão de obra mecânica em geral, para ônibus e microônibus. Com o fornecimento de peças. Serviços de: revisão geral. Suspensão, freios, embreagem, parâbrisa, inter clima, câmbio, embuchamento, mangueiras hidráulicas, bombas hidráulicas, caixa de direção, retífica de motores, mola, pinos centro, grampios, jumelos e parafusos. Instalação de peças e acessórios, manutenções em geral. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.		
VALOR DA MÃO-DE-OBRA PARA O LOTE (Calculado sobre hora/homem)	Custo por hora (R\$)	Total de Horas	Custo Total (R\$)
	48,00	1000	19.200,00
CÁLCULO DO VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE	ÍNDICE	DESCONTO A SER APLICADO	VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE, APÓS DESCONTO ¹
Desconto sobre peças - Peças Genuínas - DPG	DPG x 1,00	1%	29.700,00
Desconto sobre peças - Peças Originais	DPGx1,50	1,5%	29.550,00
Desconto sobre peças - Outras Peças	DPGx2,25	2,25%	29.325,00
VALOR TOTAL DO LOTE 2 - MÃO-DE-OBRA + PEÇAS (VALOR APÓS DESCONTO SOBRE PEÇAS GENUÍNAS)			48.900,00

Lote	Descrição do Serviço		
09	Serviço de mecânica para máquinas agrícolas, com o fornecimento de peças. Serviços como: revisão geral. Suspensão, embuchamento, mangueiras hidráulicas, freios, embreagem, compressores de ar condicionado, válvula de ar condicionado, câmbio, bombas hidráulicas, comandos, retífica de motores, serviços no ar condicionado, instalação de peças e acessórios, manutenções em geral. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.		
VALOR DA MÃO-DE-OBRA PARA O LOTE (Calculado sobre hora/homem)	Custo por hora (R\$)	Total de Horas	Custo Total (R\$)
	52,00	1000	26.000,00
CÁLCULO DO VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE	ÍNDICE	DESCONTO A SER APLICADO	VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE, APÓS DESCONTO ¹
Desconto sobre peças - Peças Genuínas - DPG	DPG x 1,00	1%	29.700,00
Desconto sobre peças - Peças Originais	DPGx1,50	1,5%	29.550,00
Desconto sobre peças - Outras Peças	DPGx2,25	2,25%	29.325,00
VALOR TOTAL DO LOTE 3 - MÃO-DE-OBRA + PEÇAS (VALOR APÓS DESCONTO SOBRE PEÇAS GENUÍNAS)			55.700,00

Lote	Descrição do Serviço		
10	Serviço de latoaria, pintura, estofamento e vidraçaria; incluindo fornecimento de peças do segmento de latoaria, com: portas, para choque, revestimentos internos teto, portas, painéis e volante, incluindo material para serviços; tintas, massa, lixas, chapas de ferro, para máquinas, caminhões, microônibus e linha leve. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.		
VALOR DA MÃO-DE-OBRA PARA O LOTE (Calculado sobre hora/homem)	Custo por hora (R\$)	Total de Horas	Custo Total (R\$)
	42,00	300	16.800,00

CÁLCULO DO VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE	ÍNDICE	DESCONTO A SER APLICADO	VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE, APÓS DESCONTO ¹
Desconto sobre peças - Peças Genuínas - DPG	DPG x 1,00	1%	34.650,00
Desconto sobre peças - Peças Originais	DPGx1,50	1,5%	34.475,00
Desconto sobre peças - Outras Peças	DPGx2,25	2,25%	34.212,50
VALOR TOTAL DO LOTE 5 - MÃO-DE-OBRA + PEÇAS (VALOR APÓS DESCONTO SOBRE PEÇAS GENUÍNAS)			51.450,00

Valor do contrato: R\$ 253.850,00 (duzentos e cinquenta e três mil e oitocentos e cinquenta reais).

Data da Assinatura: 04/03/2014 – Vigência: 04/03/2015

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal em Exercício.

Extrato do Contrato Registro de Preços Nº. 32/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preços nº. 32/2014-PMS

Processo Licitatório nº. 22/2014-PMS

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 10/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: OFICINA MECÂNICA DE TRATORES SANTA CECILIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 78.538.899/0001-98, estabelecida na Rua Goiás, nº. 318, Bairro Vila Lenzi, na Cidade Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89252-310.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saúde e Assistência Social, Gabinete, polícia Militar e Civil da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC compreendendo: mecânica, elétrica e lanternagem em geral, funilaria, borracharia, vidraçaria, capotaria, tapeçaria e pintura, com fornecimento não-exclusivo de peças genuínas, originais ou outras peças, e de materiais necessários ao perfeito funcionamento, assim como assistência de socorro mecânico (guincho), conforme especificações constantes deste Edital e seus Anexos, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Lote	Descrição do Serviço		
08	Serviço de mecânica para máquinas pesadas, com o fornecimento de peças. Serviços como: revisão geral. Suspensão, embuchamento, mangueiras hidráulicas freios, embreagem, compressores de ar condicionado, válvula de ar condicionado, câmbio, bombas hidráulicas, comandos, retífica de motores, serviços no ar condicionado, instalação de peças e acessórios, manutenções em geral. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.		
VALOR DA MÃO-DE-OBRA PARA O LOTE (Calculado sobre hora/homem)	Custo por hora (R\$)	Total de Horas	Custo Total (R\$)
	52,00	1000	41.600,00
CÁLCULO DO VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE	ÍNDICE	DESCONTO A SER APLICADO	VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE, APÓS DESCONTO ¹
Desconto sobre peças - Peças Genuínas - DPG	DPG x 1,00	1%	59.400,00
Desconto sobre peças - Peças Originais	DPGx1,50	1,5%	59.100,00
Desconto sobre peças - Outras Peças	DPGx2,25	2,25%	58.650,00
VALOR TOTAL DO LOTE 3 - MÃO-DE-OBRA + PEÇAS (VALOR APÓS DESCONTO SOBRE PEÇAS GENUÍNAS)			101.000,00

Valor do contrato: R\$ 101.000,00 (cento e um mil reais).

Data da Assinatura: 04/03/2014 – Vigência: 04/03/2015

MOACIR ZAMBONI
Prefeito Municipal em Exercício.

Convocação Concurso Público Nº. 001/2013-ESF Convocação Concurso Público nº. 001/2013-ESF

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, em exercício no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ERICA APARECIDA REICHARDT GONÇALVES, inscrita no CPF sob nº. 950.915.059-20, aprovada em 2º lugar no Concurso Público nº. 001/2013-ESF, para o cargo de SERVENTE, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6508), até o dia 13 de março de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1, devendo tomar posse da referida vaga até o dia 03 de abril de 2014.

Schroeder (SC), 04 de março de 2014.
MOACIR ZAMBONI
Prefeito Municipal e.e.

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Concurso Público Nº. 001/2013-ESF Convocação Concurso Público nº. 001/2013-ESF

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, em exercício no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. MARIA EVONILDA REICHARDT KALICHAK, inscrita no CPF sob nº. 827.865.939-72, aprovada em 1º lugar no Concurso Público nº. 001/2013-ESF, para o cargo de SERVENTE, para assumir o

respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6508), até o dia 13 de março de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1, devendo tomar posse da referida vaga até o dia 03 de abril de 2014.

Schroeder (SC), 04 de março de 2014.
MOACIR ZAMBONI
Prefeito Municipal e.e.

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Concurso Público Nº. 001/2013-ESF Convocação Concurso Público nº. 001/2013-ESF

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, em exercício no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. KENIA REGINA NASCIMENTO, inscrita no CPF sob nº. 023.480.301-01, aprovada em 3º lugar no Concurso Público nº. 001/2013-ESF, para o cargo de SERVENTE, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6508), até o dia 13 de março de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1, devendo tomar posse da referida vaga até o dia 03 de abril de 2014.

Schroeder (SC), 04 de março de 2014.
MOACIR ZAMBONI
Prefeito Municipal e.e.

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Concurso Público Nº. 001/2013-ESF Convocação Concurso Público nº. 001/2013-ESF

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, em exercício no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. KENIA REGINA NASCIMENTO, inscrita no CPF sob nº. 023.480.301-01, aprovada em 3º lugar no Concurso Público nº. 001/2013-ESF, para o cargo de SERVENTE, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6508), até o dia 13 de março de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1, devendo tomar posse da referida vaga até o dia 03 de abril de 2014.

Schroeder (SC), 04 de março de 2014.
MOACIR ZAMBONI
Prefeito Municipal e.e.

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Lei Nº 1.990/2014

LEI Nº1.990/2014

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SCHROEDER A CELEBRAR CONVÊNIO COM O CLUBE DOS IDOSOS DE SCHROEDER.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Schroeder autorizado a celebrar Convênio com o CLUBE DOS IDOSOS DE SCHROEDER, objetivando a cooperação mútua entre os partícipes para a melhoria das condições de atividade da entidade, em prol dos idosos do Município.

§ 1º Para a execução do Convênio de que trata o "caput" deste artigo, o Município de Schroeder repassará à entidade R\$12.000,00 (doze mil reais), de acordo com o Plano de Aplicação determinado no corpo do instrumento de Convênio.

§ 2º O repasse será efetivado em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas, a contar do mês de março do ano de 2014, findando-se no mês de dezembro do mesmo ano.

§ 3º O repasse da parcela de cada mês está condicionada à apresentação da Prestação de Contas do mês anterior.

§ 4º A vigência do Convênio dar-se-á até o dia 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado, por igual período, sem alteração de valores, mediante Termo Aditivo, por mútuo acordo entre as partes.

§ 5º As obrigações recíprocas entre os partícipes serão detalhadas no instrumento de Convênio a ser celebrado a posteriori.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária específica prevista na Lei Orçamentária Anual – Exercício 2014 da Secretaria de Saúde e Assistência Social / Diretoria de Assistência Social / Assistência – Pessoa Idosa / Subvenção Social.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 4 de março de 2014.

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal e.e.

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Lei Nº 1.991/2014

LEI Nº1.991/2014

AUTORIZA O PODER PÚBLICO MUNICIPAL A REALIZAR O PROJETO "CIRCUITO EXPEDIÇÃO SCHROEDER NATUREZA VIVA 2014", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições, substanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal autorizado a realizar o projeto "Circuito Expedição Schroeder Natureza Viva 2014", a realizar-se no município de Schroeder, entre os no ano de 2014.

Parágrafo único. O regulamento das atividades do Projeto "Circuito Expedição Schroeder Natureza Viva 2014" será definido pela Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, e deverá conter, no mínimo, as datas dos eventos, as formas e modalidades de participação e as obrigações dos participantes.

Art. 2º Não será realizada cobrança de ingresso para as atividades desenvolvidas pelo Projeto.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Projeto serão custeadas por meio de recursos discriminados no Orçamento de 2014, com fulcro na Lei Orçamentária do corrente ano.

Art. 4º Fica autorizado o Poder Público Municipal a buscar apoio junto à sociedade civil para a consecução dos objetivos deste evento, podendo tal apoio ser objeto de divulgação durante o transcurso das atividades.

Art. 5º O Poder Público Municipal prestará contas dos eventos qualificados nesta Lei, diretamente à Câmara Municipal de Vereadores, no prazo de 60 (sessenta dias) a contar do término do mesmo, incluindo nesta prestação todo o apoio recebido.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 4 de março de 2014.

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal e.e.

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Lei Nº 1.992/2014

LEI Nº1.992/2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em exercício, no uso de suas atribuições consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal abrir um Crédito Suplementar Especial, na Lei Orçamentária vigente no valor de até R\$70.418,51 (setenta mil, quatrocentos e dezoito reais e cinquenta e um centavos), na seguinte dotação:

02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

04.00 – SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 – UNIDADE DE SAÚDE

04.01.10.301.3013.1.336 – Reforma, Ampliação e Construção de Unidades de Saúde e Academia ao Ar Livre.

4.4.90.92.00.00 – Despesas de Exercícios Anteriores
R\$ 70.418,51

Art. 2º Os recursos para a cobertura do Art. 1º serão oriundos da Anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

04.00 – SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 – UNIDADE DE SAÚDE

04.01.10.301.3013.2.336 – Manutenção das Ações da Atenção Básica da Saúde

4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações
R\$ 70.418,51

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 4 de março de 2014.
MOACIR ZAMBONI
Prefeito Municipal e.e.

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Lei Nº 1.993/2014

LEI Nº1.993/2014

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS).

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em exercício, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abertura crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2014, no valor de até R\$200.000,00 (duzentos mil reais), como segue:

06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**02 – UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS**

15.451.3003.1.306 – Pavimentação Urbana

4.4.90.51.00.00

00.01.0083 Obras e Instalações 200.000,00

Art. 2º Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior será utilizado como fonte de recursos, de acordo com o §1º, inciso IV do artigo 43 da Lei n. 4.320/1964, o saldo da Operação de Crédito junto ao BADESC - Agência de Fomento de Santa Catarina S/A., autorizado pela Lei Municipal nº. 1.937/2013, de 21 de maio de 2013 do orçamento vigente

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 4 de março de 2014.
MOACIR ZAMBONI
Prefeito Municipal e.e.

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.877/2014 de 4 de Março de 2014

DECRETO Nº 2.877/2014 de 4 de março de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização

contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA , ESPORTE E LAZER**05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO**

05.02.12.367.3009.2.323 - Manutenção da Educação Especial

3.3.90.30.00.00.00 - 00.01.0001 - Material de Consumo R\$ 2.200,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA , ESPORTE E LAZER**05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO**

05.02.12.367.3009.2.323 - Manutenção da Educação Especial

3.3.90.36.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 850,00

3.3.90.39.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.350,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 04 de março de 2014.

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal em Exercício

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.878/2014 de 4 de Março de 2014

DECRETO Nº 2.878/2014 de 4 de março de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT FINANCEIRO NO

ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 30.792,69 (trinta mil setecentos e noventa e dois reais e sessenta e nove centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO E ÁGUAS**

08.01.17.512.3007.2.316 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

3.3.90.30.00.00.00 - 00.03.0224 - Material de Consumo R\$ 30.792,69

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit Financeiro de Outras Fontes - Recurso: 00.03.0000 R\$

30.792,69

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 04 de março de 2014.

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal em Exercício

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.879/2014 de 4 de Março de 2014

DECRETO No 2.879/2014, DE 4 DE MARÇO DE 2014

ALTERA O ART. 77 §1º DECRETO N.º 1.941/2009.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em exercício, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de adequação para instalação dos padrões para novas ligações ou deslocamento de cavalete de água.

D E C R E T A :

Art. 1º O Art. 77 §1º do Decreto n.º 1.941/2009, de 5 de março de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação.

Art. 77. ()

§ 1º Em toda nova ligação ou deslocamento de cavalete, será exigida a instalação do padrão de ligação.

É compulsório ao usuário a aquisição e montagem do Padrão de ligação de água, conforme normas estabelecidas pelo prestador de serviço.

b) A mureta deverá ser construída em alvenaria no alinhamento do lote.

c) Em casos específicos, (comércios, estacionamentos) e a critério da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, onde não for possível instalar a ligação no alinhamento da rua, poderá ser instalado na lateral ou em outro lugar, desde que o acesso à ligação não seja obstruído por grade, portão, porta e outros.

d) Caso já exista muro na divisa, o mesmo poderá ser utilizado para a instalação da caixa desde que haja condições de instalação conforme as normas.

e) A mureta deverá conter uma largura mínima de 80 cm e uma altura de 1,50m, conter caixa (adquirida no comércio local ou construída conforme as normas), com porta em grade de ferro e com tranca para lacre.

f) Para as manobras do usuário deverá ser instalado um registro na mureta para o lado de dentro do lote evitando que vândalos fechem-no indevidamente, sendo que o mesmo deverá ser de metal e com diâmetro $\frac{3}{4}$.

g) As tubulações deverão ficar embutidas na mureta.

h) O registro instalado dentro da caixa é de uso exclusivo do Setor de Saneamento e Gestão ambiental (Águas de Schroeder).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data, surtindo seus efeitos a partir de 30 (trinta) dias contados da publicação do mesmo no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 4 de março de 2014.

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal e.e.

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Extrato Contrato Nº 33/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato s nº. 33/2014-PMS

Dispensa de Licitação nº. 19/2014-PMS

Processo nº. 34/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: LOCAWEB SERVIÇOS DE INTERNET S.A, inscrita no CNPJ sob o no 02.351.877/0001-52, estabelecida na Rua Itapaiuna, nº 2434, Vila Andrade, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 05.707-001.

Objeto: Constitui o presente contrato a hospedagem de 200 contas de emails com 5gb do Município de Schroeder (@schroeder.sc.gov.br) pelo período de 6 meses., conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Hospedagem de 200 contas de emails com 5gb do Município de Schroeder (@schroeder.sc.gov.br) pelo período de 6 meses.	01	UNIDADE	1.111,50	1.111,50
TOTAL R\$					1.111,50

Valor do contrato: R\$ 1.111,50 (um mil cento e onze reais e cinquenta centavos).

Data da Assinatura: 05/03/2014 – Vigência: 05/09/2014

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal em Exercício.

Portaria Nº 5.474/2014, de 05 de Março de 2014.

PORTARIA Nº 5.474/2014, de 05 de março de 2014.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em exercício no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, Considerando o disposto no Art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público; Considerando a informação repassada pela Secretaria de

Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município, por meio de ofício nº 21/2014 – SECEL, datado de 11 de fevereiro de 2014, para a contratação de 01 (um) profissional Professor C para atuar na Escola Municipal Professor Santos Tomaselli e Escola Municipal Professor Emílio da Silva;

Considerando que a vaga para a qual é em substituição ao profissional Valdinei Deretti que teve seu contrato rescindido em dezembro de 2013;

Considerando que no Processo Seletivo nº 01/2013 foi disponibilizada vaga, onde teve apenas 1 (um) candidato inscrito, porém o mesmo não compareceu para realização da prova;

Considerando que o referido secretário já foi orientado a proceder com os ditames para realização do processo seletivo que permitirá a contratação em caráter temporário ACTs, para suprir possíveis demandas nas áreas da Educação;

Considerando que os profissionais da Educação do Município são indispensáveis para os bons andamentos dos trabalhos e o atendimento aos alunos conforme legislação específica;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu art. 6º, a educação como um direito social pétreo e inalienável;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR o Sr. Luis Fernando Gois da Luz, para exercer o cargo de Professor C para atuar na Escola Municipal Professor Santos Tomaselli e Escola Municipal Professor Emílio da Silva, percebendo o nível salarial C-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.
Schroeder (SC), 05 de março de 2014.
MOACIR ZAMBONI
Prefeito Municipal e.e.

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Edital de Processo Seletivo Nº. 02-001/2014

Processo Seletivo nº. 001/2014- SECEL/PMS
Edital de Processo Seletivo nº. 02-001/2014

O Prefeito do Município de Schroeder e.e, Estado de Santa Catarina, Sr. Moacir Zamboni, por meio de suas atribuições legais, resolve:

TORNAR PÚBLICO

I- A homologação das inscrições dos candidatos ao Processo Seletivo de Professores, Serventes, Auxiliar de Serviços Gerais, Auxiliar de Sala e Auxiliar de Biblioteca de Provas escritas, para os cargos em que for requisito, para preenchimento dos cargos no quadro de servidores ou cargos que venham a existir ou forem criados

dentro do prazo de validade deste processo seletivo conforme necessidade da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital de Processo Seletivo n.º 001/2014.

II- A convocação dos candidatos, que tiveram suas inscrições homologadas, para a realização da prova objetiva, a ser aplicada no dia 09 de março de 2014. Os candidatos deverão comparecer na Escola Municipal Professor Emílio da Silva, Rua Paulo Janh, 215 - Centro, Schroeder, SC, com fechamento dos portões às 7h50min, e início das provas objetivas às 8h. Preferencialmente o candidato deve estar no local da prova com 30 minutos de antecedência do horário de fechamento dos portões.

III – Para realizar a prova os candidatos deverão estar munidos de caneta esferográfica de tinta preta ou azul, sendo que é imprescindível a apresentação de documento oficial de identificação, com fotografia, para ingresso na sala de provas.

Insc.	Nome	Cargo - Especialidade	RG
13358	Alessandra Fischborn	Professor B - Ensino de Educação Infantil	6158270
14222	Andressa Anita Dos Santos	Professor B - Ensino de Educação Infantil	53866860
14850	Carina Piecharki	Professor B - Ensino de Educação Infantil	4532641
14940	Enekely Zimmermann	Professor B - Ensino de Educação Infantil	6051707
14230	Gabriela Golfetto	Professor B - Ensino de Educação Infantil	2071385815
13722	Graziela Graci Moreira	Professor B - Ensino de Educação Infantil	3281621
14958	Ilete Riegel Junckes	Professor B - Ensino de Educação Infantil	15817261
14885	Juliana Nasário Nascimento Fagundes Machado	Professor B - Ensino de Educação Infantil	5985424
14737	Laureci Da Silva Frogel	Professor B - Ensino de Educação Infantil	1795169
13870	Lilia Klaumann Renkaveski	Professor B - Ensino de Educação Infantil	5645102
14524	Luzinete Belarmina Moreno Batista	Professor B - Ensino de Educação Infantil	7034944
14036	Marlei Fatima Munbach Karsten	Professor B - Ensino de Educação Infantil	3925128
13374	Marlei Pauli Norisada Dos Santos	Professor B - Ensino de Educação Infantil	29844606
14265	Nilvane De Oliveira Da Silva	Professor B - Ensino de Educação Infantil	5.294.014
14117	Patricia De Lima	Professor B - Ensino de Educação Infantil	5.509.622

13749	Vilma Da Aparecida Bueno	Professor B - Ensino de Educação Infantil	479089009
14680	Adler Hinkel Luckner De Souza	Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	4.886.772
14796	Ana Carla Vogel	Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	4407818
14311	Asta Schroeder Kretzer	Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	1988734
14079	Cristiane Gonçalves De Jesus	Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	4.057.104
14192	Cristina Kleinschmidt Do Amarante	Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	2980996
14532	Elisane De Lourdes Morsch	Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	2762539
13846	Isonete Mathias	Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	3R/3602644
14451	Juliane Carina De Souza	Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	52407926
14176	Katiane De Paula Lima	Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	4338508
13960	Lindomar Silva De Jesus	Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	4846389
13790	Luiz Ferreira Da Luz	Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	44967782
14656	Marilene Kátia Mielke	Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	19825170
13609	Rafaela Czornei	Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	5579343
14877	Regina Fátima Da Silva Cândido	Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	3.926.017
13307	Rose Marli Tomasselli	Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	7656653
13668	Salette Boschen Da Luz	Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	44941350
14486	Susiane Dos Santos Blasius	Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	3884527
14753	Zeraide Ruon Stolf	Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	1987006
13277	Marina Heineck	Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais – Artes	9098356232
13250	Paula Sabrina Ruthes De Quadros	Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais – Artes	4241998

13854	Sandra Regina Medeiros	Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais – Artes	1581434
14460	Sidnei Palhano De Jesus	Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais – Artes	86782448
13900	Abigail Regina Blaka	Professor C - Ensino de Educação Infantil	1.795.843
14826	Aliny Rebeque Cristo Gracioli	Professor C - Ensino de Educação Infantil	92102955
14613	Eliane Maciel	Professor C - Ensino de Educação Infantil	23172576
13676	Eliane Mara Kicheski Klodzinski	Professor C - Ensino de Educação Infantil	4581797
13919	Erivete Da Silva Martins	Professor C - Ensino de Educação Infantil	2475969
13382	Evelin Antunes	Professor C - Ensino de Educação Infantil	5884737
14370	Gislaine Petris	Professor C - Ensino de Educação Infantil	51057646
14303	Jéssica Teixeira	Professor C - Ensino de Educação Infantil	5715875
14028	Lindonor Neves Praxedes	Professor C - Ensino de Educação Infantil	48755176
13633	Losangela Belers	Professor C - Ensino de Educação Infantil	5666695
14214	Luciane Alves	Professor C - Ensino de Educação Infantil	31374549
14249	Lucineide Garibaldi Quintino Rochimback	Professor C - Ensino de Educação Infantil	49690256
13242	Mariza Gomes Borchardt	Professor C - Ensino de Educação Infantil	1583849
14508	Nilena Jacklin Dos Santos	Professor C - Ensino de Educação Infantil	36888729
13943	Patricia Dos Santos	Professor C - Ensino de Educação Infantil	75052561
14672	Rita De Cássia Da Silva Hildebrando Pohl	Professor C - Ensino de Educação Infantil	1308127
14761	Rosilma De Fatima Bueno Gracioli	Professor C - Ensino de Educação Infantil	6.051.434
14834	Sirlene Pavarin Maciel	Professor C - Ensino de Educação Infantil	3111042
13935	Sonia Oliveira Rosa	Professor C - Ensino de Educação Infantil	4422269

14478	Veridiana Michelle Metzner	Professor C - Ensino de Educação Infantil	49305107
14354	Andréia Rafaelli	Professor C - Ensino Fundamental Anos Finais – Ciências	3272716
13510	Gustavo Luís Deretti	Professor C - Ensino Fundamental Anos Finais – Ciências	51059088
13200	Iverson Junior Dos Santos Rodrigues	Professor C - Ensino Fundamental Anos Finais – Ciências	66707717
13439	Jéssica Rodrigues De Melo	Professor C - Ensino Fundamental Anos Finais – Ciências	2085114979
13730	Patricia Janaina Hornburg	Professor C - Ensino Fundamental Anos Finais – Ética e Cidadania	50051709
13366	Maristela De Almeida Pereira Martins	Professor C - Ensino Fundamental Anos Finais – Língua Portuguesa	34207692
14630	Celso Medeiros	Professor C - Ensino Fundamental Anos Finais – Matemática	1542476
13706	Dalila Simone De Almeida	Professor C - Ensino Fundamental Anos Finais – Matemática	4517990
13951	Tássia Avila Silva	Professor C - Ensino Fundamental Anos Finais – Língua Estrangeira Inglês	4089098588
14184	Lucia Cristina Mota Gomes Pereira.	Professor C - Ensino Fundamental Anos Finais – Ensino Religioso	6778813
14869	Gleison Da Silva Collares	Professor C - Ensino Fundamental Anos Finais – História	1071350258
13501	Luis Fernando Gois Da Luz	Professor C - Ensino Fundamental Anos Finais – História	2894162
14664	Mareli Patricio Stock Hausmann	Professor C - Ensino Fundamental Anos Finais – História	24818887
14362	Thiago Rodrigo Dos Santos	Professor C - Ensino Fundamental Anos Finais – História	42524586X
13838	Luiz Eduardo Petry	Professor C - Ensino Fundamental Anos Finais – Geografia	44560184
14206	Adriana Prestes De Souza	Auxiliar de Sala - Geral	6414091

13536	Ana Claudia Feo	Auxiliar de Sala - Geral	128917870
13226	Anna Luiza Baggio Damas	Auxiliar de Sala - Geral	1861057
13650	Antonio Cezar Nobre Dos Santos	Auxiliar de Sala - Geral	6777509
13978	Claudete Duarte	Auxiliar de Sala - Geral	6973930
14087	Cleia Aparecida Budal	Auxiliar de Sala - Geral	3148144
14001	Daniele Esther Dalcanalle	Auxiliar de Sala - Geral	4705184
14419	Dominiquea Cosmo De Souza	Auxiliar de Sala - Geral	5985743
14648	Edcleia Ramos Dos Santos Hubner	Auxiliar de Sala - Geral	5.442.160-8
14907	Elizabeth Mendes Dos Santos	Auxiliar de Sala - Geral	6180286
14729	Gesiele Cristina Zanluca	Auxiliar de Sala - Geral	5683258
14770	Gudrun Martina Gutz	Auxiliar de Sala - Geral	48754293
14931	Jhenifer Cristina Zen	Auxiliar de Sala - Geral	54792010
14273	Maria Das Graças Campos Oliveira	Auxiliar de Sala - Geral	7070804
14966	Morgana Dombrowicz	Auxiliar de Sala - Geral	5005595
14060	Nadia De Fatima Machado Grossklags	Auxiliar de Sala - Geral	19828608
13757	Nilza Nilva Schultz Machado	Auxiliar de Sala - Geral	2850923
13234	Patrícia Sandy Nogueira	Auxiliar de Sala - Geral	6414428
13285	Semiramis Baier Puttendorf Mundel	Auxiliar de Sala - Geral	3688020
14320	Thabata Gomes Borchardt	Auxiliar de Sala - Geral	4532373
14150	Alice Furtado	Auxiliar de Serviços Gerais I - Geral	7208481
13552	Cicera Ana Batista	Auxiliar de Serviços Gerais I - Geral	99029262223
14567	Jumara Da Silva França Diogo	Auxiliar de Serviços Gerais I - Geral	384924700
14702	Maria Jose Alves De Paes	Auxiliar de Serviços Gerais I - Geral	1266693
13544	Maria Luciana Correia Lima	Auxiliar de Serviços Gerais I - Geral	2001034017436
14621	Rita Moura	Auxiliar de Serviços Gerais I - Geral	6094841704
13293	Anilda Riedel	Servente - Geral	12r-2758043
13986	Anita Dos Santos	Servente - Geral	10941517
14559	Daiane Solange Da Silva Borges	Servente - Geral	1568452
13820	Ireni Gomes Da Silva	Servente - Geral	5604566
14443	Josi Maria Michelson	Servente - Geral	4633402

13862	Patricia Alves Rodrigues	Servente - Geral	2981333
14095	Sandra Izabel Marques	Servente - Geral	15667206
14923	Sandra Kelly Linzmeyer	Servente - Geral	3695765
14257	Adriane Bruns	Auxiliar de Biblioteca - Geral	5884416
14141	Adriane Gomes Da Silva	Auxiliar de Biblioteca - Geral	7115385
13528	Alexsandra Rodrigues Vargas Karnopp	Auxiliar de Biblioteca - Geral	4985033
13781	Allana Ferreira Boschen	Auxiliar de Biblioteca - Geral	126006470
13323	Ana Paula De Oliveira Simon	Auxiliar de Biblioteca - Geral	33984076
14591	Ariel Mundel	Auxiliar de Biblioteca - Geral	5998985
13625	Aryklécia Pereira Dos Santos Stricker	Auxiliar de Biblioteca - Geral	6763976
14974	Bianca Schumacher	Auxiliar de Biblioteca - Geral	53798716
13889	Carla Adriana De Juli Cristaldo	Auxiliar de Biblioteca - Geral	1062720485
14397	Carmelita Angelica De Oliveira	Auxiliar de Biblioteca - Geral	1062720485
14605	Charlene Aparecida Ferreira Scoz	Auxiliar de Biblioteca - Geral	45544614
13315	Clarice Aparecida Da Silva Nogueira	Auxiliar de Biblioteca - Geral	1793736
14494	Cristiane Graciele Marcelino Strelow	Auxiliar de Biblioteca - Geral	4660316
14699	Cristine Amorim	Auxiliar de Biblioteca - Geral	5683419
14710	Denise Kurten	Auxiliar de Biblioteca - Geral	4477505
13765	Diogo Luís Lombardi	Auxiliar de Biblioteca - Geral	3973580
13803	Djennifer Butendorff	Auxiliar de Biblioteca - Geral	55701078
14044	Edilson Ropelato Lenhardt	Auxiliar de Biblioteca - Geral	6339176
14125	Edinalva Da Silva França	Auxiliar de Biblioteca - Geral	428758423
14346	Edivanio Apolinario Constante	Auxiliar de Biblioteca - Geral	93983092
14842	Eliane Aparecida Stocksneider Guckert	Auxiliar de Biblioteca - Geral	4597529
14109	Eliane Meschke	Auxiliar de Biblioteca - Geral	19838930
13811	Elisa Maria Colling	Auxiliar de Biblioteca - Geral	6158830
13412	Elizangela Razini	Auxiliar de Biblioteca - Geral	71949648
13463	Eric Arantes Bassi	Auxiliar de Biblioteca - Geral	309567129
14389	Erica Roberta De Oliveira	Auxiliar de Biblioteca - Geral	17793191
13692	Everaldo Soares De Mello	Auxiliar de Biblioteca - Geral	399322693
13498	Fernanda Linzmeyer Da Luz	Auxiliar de Biblioteca - Geral	6677049

13927	Franciele Mara Thomsen	Auxiliar de Biblioteca - Geral	55961371
13471	Gabbi Cristina Jahn	Auxiliar de Biblioteca - Geral	2763969
13579	Gabriela Barbosa	Auxiliar de Biblioteca - Geral	4153709
14435	Giancarlo Cé	Auxiliar de Biblioteca - Geral	3666916
14583	Gisele Mari Ferreira Dos Santos	Auxiliar de Biblioteca - Geral	48265888
14168	Graciele De Miranda Flores	Auxiliar de Biblioteca - Geral	47226781
13684	Irene Liara Heck Vaz	Auxiliar de Biblioteca - Geral	3925441
13404	Jaqueline Lava	Auxiliar de Biblioteca - Geral	6158183
14893	Jean Carlo Maffezzolli Possamai	Auxiliar de Biblioteca - Geral	6539737
14915	Jessika Aparecida De Oliveira Queiroz	Auxiliar de Biblioteca - Geral	93214137
14281	Jivago Campos Oliveira	Auxiliar de Biblioteca - Geral	103786657
13994	Jucelia Pedroso De França	Auxiliar de Biblioteca - Geral	44568673
13390	Julia Graziela Da Silva Castro	Auxiliar de Biblioteca - Geral	6687976
14540	Juliane Cristina Do Rosário	Auxiliar de Biblioteca - Geral	4779983
14788	Karina Da Silva Vinter	Auxiliar de Biblioteca - Geral	516489
14800	Ketlyn Ehlert Morais	Auxiliar de Biblioteca - Geral	6326883
14575	Leticia Severo Dos Santos	Auxiliar de Biblioteca - Geral	5479681
14400	Lohaine Giuliane Pommerening	Auxiliar de Biblioteca - Geral	5.596.130
13218	Luciana Guimaraes Oppa	Auxiliar de Biblioteca - Geral	2000061
14010	Lucineia Praxedes Nunes	Auxiliar de Biblioteca - Geral	5596609
13714	Mara Lucia Soares Da Silva Nunes	Auxiliar de Biblioteca - Geral	3204466
14290	Maria Jose Scaramal	Auxiliar de Biblioteca - Geral	7062989
13480	Marizete Aparecida Dos Santos Hoeft	Auxiliar de Biblioteca - Geral	29893674
13447	Milena Romaneli Cruz Gruber Colaço	Auxiliar de Biblioteca - Geral	6487234
13897	Mirian Elisabete Riedel Taichert	Auxiliar de Biblioteca - Geral	5390825
14516	Nadia Cristina Gaedke Raiter	Auxiliar de Biblioteca - Geral	5164484
14133	Natalia Nissola Teixeira	Auxiliar de Biblioteca - Geral	92409325
14745	Noenice Maske Mundel	Auxiliar de Biblioteca - Geral	3379948-2
13455	Pâmela Kelly Ozeika Da Luz	Auxiliar de Biblioteca - Geral	6051318
13617	Patrice Rudnick	Auxiliar de Biblioteca - Geral	6109745
14052	Rosemar Silveira	Auxiliar de Biblioteca - Geral	3551585

14818	Sandra Von Den Bylaardt Vogel	Auxiliar de Biblioteca - Geral	19r646573
13269	Silvana Dos Santos	Auxiliar de Biblioteca - Geral	3625238
13340	Solange Fernandes De Oliveira	Auxiliar de Biblioteca - Geral	45345759
14427	Suzana Mara Murara Demathé	Auxiliar de Biblioteca - Geral	5016383
13560	Tatiana Dos Santos	Auxiliar de Biblioteca - Geral	64524153
13331	Valéria Tatiane De Souza E Silva Couto	Auxiliar de Biblioteca - Geral	4440164
13587	Vanderlei Clever Junkes	Auxiliar de Biblioteca - Geral	3.884.670
13641	Vanessa Walz Ternouski	Auxiliar de Biblioteca - Geral	5920128
13420	Viviane Xavier	Auxiliar de Biblioteca - Geral	2244629

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina,
em 05 de março de 2014.

MOACIR ZAMBONI

Prefeito e.e

PATRÍCIA DA SILVA

Presidente

Comissão Organizadora do Processo Seletivo

Extrato do Contrato Registro de Preços Nº. 34/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preços nº. 34/2014-PMS

Processo Licitatório nº. 12/2014-PMS

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 07/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SUPERAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.482.516-0001-61, estabelecida na Rua Joaquim Nabuco, nº. 40, Velha, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.041-070.

Objeto: Constitui objeto deste contrato aquisição e instalação de condicionadores de ar para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças e Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO de Aparelho condicionador de ar Split, contendo uma unidade condensadora e uma unidade evaporadora com capacidade de refrigeração 9.000btus QUENTE/ FRIO. Tensão 220V, frequência 60Hz, vazão 450m³/h, corrente elétrica 4,1A. Selo procel classe A, consumo de 17,3kWh/m, gás ecológico R410a. Pannel digital e controle remoto. Garantia mínima de 1 ano.	16	Unidade	2.130,00	34.080,00
02	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO de Aparelho condicionador de ar Split, contendo uma unidade condensadora e uma unidade evaporadora com capacidade de refrigeração 12.000btus FRIO. Tensão 220V, frequência 60Hz, vazão 550m³/h, corrente elétrica 5,5A. Selo procel classe A, gás ecológico R410a. Pannel digital e controle remoto. Garantia mínima de 1 ano.	03	Unidade	2.225,00	6.675,00
03	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO de Aparelho condicionador de ar Split, contendo uma unidade condensadora e uma unidade evaporadora com capacidade de refrigeração 18.000btus QUENTE/ FRIO. Tensão 220V, frequência 60Hz, vazão 860m³/h, corrente elétrica 7,5A. Selo procel classe A, gás ecológico R410a. Pannel digital e controle remoto. Garantia mínima de 1 ano.	02	Unidade	3.290,00	6.580,00

04	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO de Aparelho condicionador de ar Split, contendo uma unidade condensadora e uma unidade evaporadora com capacidade de refrigeração 18.000btus FRIO. Tensão 220V, frequência 60Hz, vazão 860m³/h, corrente elétrica 7,5A. Selo procel classe A, gás ecológico R410a. Pannel digital e controle remoto. Garantia mínima de 1 ano.	03	Unidade	3.195,00	9.585,00
TOTAL R\$ REFERÊNCIA					56.920,00

Valor do contrato: R\$56.920,00 (cinquenta e seis mil novecentos e vinte reais)

Data da Assinatura: 05/03/2014 – Vigência: 05/03/2015
MOACIR ZAMBONI
Prefeito Municipal em Exercício.

Dispensa Nº 18/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 18/2014 - DL
	Processo Nr.: 30/2014 Data: 03/03/2014

Folha: 1/2

Fornecedor: JOCELINO JOLIVER KRUGER ME Endereço: RUA ALAGOAS, 125 Cidade: SCHROEDER - SC CNPJ: 11.038.953/0001-65	Código: 11632 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: Aquisição de fechadura de porta de vidro temperado para atender as necessidades do PROCON do Município de Schroeder /SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	2,00	Fechadura de porta de vidro temperado	PC	45,00	90,00

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Solicitamos novas fechaduras, pois somente uma está trancando devidamente. Onde já foram arrumada as fechaduras existentes, porem sempre volta a apresentar problemas.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 3 de Março de 2014

MOACIR ZAMBONI
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 18/2014 - DL**

Processo Nr.: 30/2014
Data: 03/03/2014

Folha: 2/2

26/2/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 26 de Fevereiro de 2014

Valor da Despesa: 90,00 (noventa reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Ata de Registro de Preços Pregão Prsencial Nº 10/2014-Pmsms

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 1/5

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 04/03/2014		Válido até: 04/03/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos;							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviços de mão de obra mecânica em geral com fornecimento de peças para a frota de veículos leves da Prefeitura Municipal, conforme lote IV em anexo. Serviços como: revisão geral, suspensão, freio, embreagem, mangueiras hidráulicas, embuchamentos, câmbio, caixa de direção, afinação e retífica de motores e demais acertos nos motores; instalação de peças e acessórios, etc. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.	H	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	47,5000	1
2	Valor com desconto mecanica linha leve	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	49.000,0000	1
3	Serviço de manutenção elétrica para toda a frota da Prefeitura Municipal. Serviços como: revisão de chicote elétrico, alternadores, motor de arranque, motor de pára-brisa, troca de lâmpadas, capas, faróis, recuperar fiação elétrica, revisar painéis, trocar fusíveis, sensores, relógios de temperatura, entre outros serviços. Para máquinas, caminhões, microônibus e linha leve. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.	H	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	44,5000	1
4	valor com desconto elétrica	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	19.600,0000	1
7	Serviço de mão de obra de manutenção de parte rotante para máquinas com Esteira. Fornecedor de peças como: roletes, correntes, sapatas, parafusos, preenchimento de roda motriz, recuperação de sapatas, pino e buchas. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.	H	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (10050)		0	52,0000	1
8	valor com desconto manutenção de parte rotante	UN	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (10050)		0	40.000,0000	1
9	Serviço de solda com soldador, incluindo eletrodos, com fornecimento de chapas de aço para conchas, face de concha, e suportes de concha Para máquinas, caminhões e microônibus. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.	H	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (10050)		0	65,0000	1
10	valor com desconto solda	UN	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (10050)		0	20.000,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 2/5

Número do Registro de Preços: 6/2014 Data do Registro: 04/03/2014 Válido até: 04/03/2015						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos;						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
						Classif.
11	Serviços de mão de obra mecânica em geral e molas, para caminhões. Com o fornecimento de peças. Serviços de: revisão geral. Suspensão, freios, embreagem, para-brisas, inter clima, câmbio, embuchamento, mangueiras hidráulicas, bombas hidráulicas, caixa de direção, retífica de motores, mola, pino centro, grampos, jumelos e parafusos. Instalação de peças e acessórios, manutenções em geral. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.	H	ERNESTO SCHNEIDER MECÂNICO ME (8214)		0	48.0000
12	valor com desconto mecânica em geral e molas	UN	ERNESTO SCHNEIDER MECÂNICO ME (8214)		0	59.400.0000
13	Serviços de mão de obra mecânica em geral, para ônibus e microônibus. Com o fornecimento de peças. Serviços de: revisão geral. Suspensão, freios, embreagem, para-brisas, inter clima, câmbio, embuchamento, mangueiras hidráulicas, bombas hidráulicas, caixa de direção, retífica de motores, mola, pino centro, grampos, jumelos e parafusos. Instalação de peças e acessórios, manutenções em geral. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.	H	ERNESTO SCHNEIDER MECÂNICO ME (8214)		0	48.0000
14	valor com desconto mecânica em geral, para ônibus e mic	UN	ERNESTO SCHNEIDER MECÂNICO ME (8214)		0	29.700.0000
15	Serviço de mecânica para máquinas pesadas, com o fornecimento de peças. Serviços como: revisão geral. Suspensão, embuchamento, mangueiras hidráulicas, freios, embreagem, compressores de ar condicionado, válvula de ar condicionado, câmbio, bombas hidráulicas, comandos, retífica de motores, serviços no ar condicionado, instalação de peças e acessórios, manutenções em geral. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.	H	OFICINA MECÂNICA DE TRATORES SANTA CECÍLIA LTDA (6178)		0	52.0000
16	valor com desconto máquinas pesadas	UN	OFICINA MECÂNICA DE TRATORES SANTA CECÍLIA LTDA (6178)		0	59.400.0000
17	Serviço de mecânica para máquinas agrícolas, com o fornecimento de peças. Serviços como: revisão geral. Suspensão, embuchamento, mangueiras hidráulicas, freios, embreagem, compressores de ar condicionado, válvula de ar condicionado, câmbio, bombas hidráulicas, comandos, retífica de motores, serviços no ar condicionado, instalação de peças e acessórios, manutenções em geral. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.	H	ERNESTO SCHNEIDER MECÂNICO ME (8214)		0	52.0000
18	valor com desconto máquinas agrícolas	UN	ERNESTO SCHNEIDER MECÂNICO ME (8214)		0	29.700.0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 3/5

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 04/03/2014		Válido até: 04/03/2015			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos;					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	Serviço de laçaria, pintura, estofamento e vidraçaria; incluindo fornecimento de peças do segmento de laçaria, com: portas, para choque, revestimentos internos teto, portas, painéis e volante, incluindo material para serviços: tintas, massa, lixas, chapas de ferro, para máquinas, caninhões, microônibus e linha leve. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.	H	ERNESTO SCHNEIDER MECÂNICO ME (8214)		0	42,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 04/03/2014		Válido até: 04/03/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos;							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
20	vador com desconto latoaria, pintura, estofamento e vidraça	UN	ERNESTO SCHNEIDER MECÂNICO ME (8214)		0	34.650,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 04/03/2014		Válido até: 04/03/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos;							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2014

PROCESSO Nº 22/2014

- (6178) - OFICINA MECÂNICA DE TRATORES SANTA CECÍLIA LTDA
- (8214) - ERNESTO SCHNEIDER MECÂNICO ME
- (9801) - RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME
- (10050) - MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA

Schroeder, 4 de Março de 2014.

Dispensa Nº 19/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 19/2014 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 34/2014 Data: 05/03/2014
Folha: 1/2	

Fornecedor: LOCAWEB SERVICOS DE INTERNET S.A. Endereço: R ITAPAIUNA,2434 - Cidade: SAO PAULO - SP CNPJ: 02.351.877/0001-52	Código: 10493 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: Hospedagem de 200 contas de emails com 5gb do Município de Schroeder (@schroeder.sc.gov.br) pelo período de 6 meses.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Hospedagem de 200 contas de emails com 5gb do Município de Schroeder (@schroeder.sc.gov.br) pelo período de 6 meses.	UN	1.111,50	1.111,50

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Manter hospedagem de emails (@schroeder.sc.gov.br) através de estrutura própria demanda de altos investimentos em disponibilidade de entrega, servidores, internet e suporte, as quais tornam o custo muito elevado. Terceirizando o serviço para empresas especializadas no assunto, o custo torna-se muito mais acessível. A prefeitura já mantém o serviço terceirizado desde 2008, e no momento ainda é a solução mais favorável.

Schroeder, 5 de Março de 2014

MOACIR ZAMBONI
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 19/2014 - DL**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

Processo Nr.: 34/2014
Data: 05/03/2014

Folha: 2/2

4/3/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 4 de Março de 2014

Valor da Despesa: 1.111,50 (um mil cento e onze reais e cinquenta centavos)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Ata Registro de Preços Pregão Presencial 07/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2014

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 7/2014		Data do Registro: 05/03/2014		Válido até: 05/03/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição e instalação de condicionadores de ar para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças e Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao lo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO de Aparelho condicionador de ar Split, contendo uma unidade condensadora e uma unidade evaporadora com capacidade de refrigeração 9.000btus QUENTE/ FRIO. Tensão 220V, frequência 60Hz, vazão 450m³/h, corrente elétrica 4,1A. Selo procel classe A, consumo de 17,3kWh/m, gás ecológico R410a. Painel digital e controle remoto. Garantia mínima de 1 ano.	UN	SUPERAR LTDA (12236)	Springer	0	2.130,0000	1
2	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO de Aparelho condicionador de ar Split, contendo uma unidade condensadora e uma unidade evaporadora com capacidade de refrigeração 12.000btus FRIO. Tensão 220V, frequência 60Hz, vazão 550m³/h, corrente elétrica 5,5A. Selo procel classe A, gás ecológico R410a. Painel digital e controle remoto. Garantia mínima de 1 ano.	UN	SUPERAR LTDA (12236)	Springer	0	2.225,0000	1
3	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO de Aparelho condicionador de ar Split, contendo uma unidade condensadora e uma unidade evaporadora com capacidade de refrigeração 18.000btus QUENTE/ FRIO. Tensão 220V, frequência 60Hz, vazão 860m³/h, corrente elétrica 7,5A. Selo procel classe A, gás ecológico R410a. Painel digital e controle remoto. Garantia mínima de 1 ano.	UN	SUPERAR LTDA (12236)	Springer	0	3.290,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2014

Número do Registro de Preços: 7/2014		Data do Registro: 05/03/2014		Válido até: 05/03/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição e instalação de condicionadores de ar para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças e Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao lo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO de Aparelho condicionador de ar Split, contendo uma unidade condensadora e uma unidade evaporadora com capacidade de refrigeração 18.000btus FRIQ. Tensão 220V, frequência 60Hz, vazão 860m³/h, corrente elétrica 7,5A. Selo procel classe A, gás ecológico R410a. Painel digital e controle remoto. Garantia mínima de 1 ano.	UN	SUPERAR LTDA (12236)	Springer	0	3.195,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2014

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 7/2014		Data do Registro: 05/03/2014		Válido até: 05/03/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição e instalação de condicionadores de ar para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças e Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao lo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2014
PROCESSO Nº12/2014
(12236) - SUPERAR LTDA

Schroeder, 5 de Março de 2014.

Dispensa Nº 3/2014-FAS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 3/2014 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 6/2014 Data: 05/03/2014
Folha: 1/2	

Fornecedor: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA Endereço: RUA SETE DE SEMBRO, 877, SL 101, 1º ANDA Cidade: Marechal Cândido Ron - PR CNPJ: 04.096.738/0001-55	Código: 9451 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: Aquisição de Jornais educativos para CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, da Secretaria de Saúde e Assistência Social, Setor de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	180,00	A fantástica magia dos alimentos	UN	2,05	369,00
2	180,00	DST Doenças Sexualmente Transmissíveis	UN	2,05	369,00
3	350,00	Higiene: sua vida com saúde	UN	2,05	717,50
4	190,00	Álcool e tabaco, não embarque nessa	UN	2,05	389,50
5	260,00	Inclusão: a limitação da pessoa não diminui	UN	2,05	533,00
6	230,00	Educação no trânsito	UN	2,05	471,50
7	120,00	Bullying, uma brincadeira de mau gosto	UN	2,05	246,00
8	47,00	Mente e Corpo Jovem na Idade Madura	UN	2,05	96,35

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Os jornais serão utilizados como ferramenta de auxílio para a equipe trabalhar com os usuários referenciados nos Serviços da Proteção Social Básica sendo: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos. (conforme Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, Resolução Nº 109, de 11 de Novembro de 2009 do CNAS).

Schroeder, 5 de Março de 2014

MOACIR ZAMBONI
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO



**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 3/2014 - DL****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**Processo Nr.:** 6/2014
Data: 05/03/2014

Folha: 2/2

28/2/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 28 de Fevereiro de 2014

Valor da Despesa: 3.191,85 (três mil cento e noventa e um reais e oitenta e cinco centavos)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Serra Alta

PREFEITURA

Ensalamamento

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2014
ENSALAMENTO

ATENÇÃO!

A prova escrita objetiva será realizada no dia 01 de março de 2014 das 14h00min às 17h00min no Centro Municipal de Educação, sito à Rua Sete de Setembro, n.530, Centro, no Município de Serra Alta (SC).

O candidato deverá comparecer ao local de prova com ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 30 MINUTOS, para localizar sua sala de acordo com o cargo desejado.

ÀS 13H45MIN OS PORTÕES DE ACESSO SERÃO FECHADOS e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário ficando, automaticamente, excluído do certame.

O ingresso a sala de provas somente será permitido ao candidato que apresentar DOCUMENTO ORIGINAL DE IDENTIDADE COM FOTOGRAFIA e COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO.

Apresentamos abaixo o Ensalamamento relativo à PROVA ESCRITA OBJETIVA do Concurso Público n.º 001/2014, contendo relação nominal dos candidatos cujas inscrições foram devidamente homologadas:

SALA 01			
Agente Comunitário de Saúde			
Auxiliar em Saúde Bucal			
Técnico em Saúde Bucal			
N.º INSC.	NOME DO CANDIDATO	CPF	CARGO
64	ELENIR KREMER SGARBI	02847936980	Agente Comunitário de Saúde (Micro-Área 07 - Parte do Centro e Linha Damo).
44	LUCIANE ARGENTA	08123828977	Agente Comunitário de Saúde (Micro-Área 07 - Parte do Centro e Linha Damo).
41	PAMELA TEREZINHA ROSSIGNOLLO	06524581903	Agente Comunitário de Saúde (Micro-Área 07 - Parte do Centro e Linha Damo).
36	VANUZA TEREZINHA DOS SANTOS MENDES	02910102963	Agente Comunitário de Saúde (Micro-Área 07 - Parte do Centro e Linha Damo).
14	SILVANA NOGUEIRA NEGRI	90807081949	Auxiliar em Saúde Bucal.
48	ADRIANE FRANZ	07271749918	Técnico em Saúde Bucal.
23	ALINE CRISTINA MALDANER DO NASCIMENTO	08305925986	Técnico em Saúde Bucal.
29	DORIANA FLORES	05951778913	Técnico em Saúde Bucal.

51	JANIARA LUÍSA BARON TESCHE	05391264979	Técnico em Saúde Bucal.
62	JANICE HENICKA	05609258910	Técnico em Saúde Bucal.
56	MÁRCIA MARIA CECON	03204435903	Técnico em Saúde Bucal.
15	SANDRA MARANGONI	06744104918	Técnico em Saúde Bucal.
12	SIMONE ZIMMERMANN BARRO	05222776913	Técnico em Saúde Bucal.
49	TÂNIA MARA RIFFEL	06939822925	Técnico em Saúde Bucal.
Total de Candidatos na Sala - 14			

SALA 02			
Fiscal Sanitário e Ambiental			
N.º INSC.	NOME DO CANDIDATO	CPF	CARGO
67	CLAISE TERESINHA KRAEMER CERZOLLI	08830980919	Fiscal Sanitário e Ambiental.
11	CRISTIANA MARTELLO	00955080908	Fiscal Sanitário e Ambiental.
31	CRISTIANE BALDIN	06065676900	Fiscal Sanitário e Ambiental.
32	DILMAR PAULO PFEIFER	03818591938	Fiscal Sanitário e Ambiental.
38	EDINEIA KELLY KATH	05609260906	Fiscal Sanitário e Ambiental.
35	EDIVANDRO BOTTEGA	05713613909	Fiscal Sanitário e Ambiental.
25	EVANDRO PANDOLFO	04572139903	Fiscal Sanitário e Ambiental.
10	JAIR DE ASSIS	69272441900	Fiscal Sanitário e Ambiental.
57	JOSIANE NUNES DE SIQUEIRA	08661217903	Fiscal Sanitário e Ambiental.
66	JOSIMAR MACHADO	05777498973	Fiscal Sanitário e Ambiental.
8	JUCIELI HANAUER	07716309994	Fiscal Sanitário e Ambiental.
27	JUNIOR BARBOSA FAE	09711753901	Fiscal Sanitário e Ambiental.
3	KARINE DO AMARAL CESCO	08712249920	Fiscal Sanitário e Ambiental.
42	KAYANE THAIS OLTRAMARI	06886075942	Fiscal Sanitário e Ambiental.
58	LAÉRCIO FERNANDES OLDIGES	08829790940	Fiscal Sanitário e Ambiental.
5	LUANA ANTUNES	09341700965	Fiscal Sanitário e Ambiental.
2	MAIARA ALINE BIANCHETTO	07158537919	Fiscal Sanitário e Ambiental.
26	MAICON VALMIR VITORIA	09251298955	Fiscal Sanitário e Ambiental.
69	MAISA RONNING	09432340937	Fiscal Sanitário e Ambiental.
21	MAXUEL JOSE DA CRUZ	08889226986	Fiscal Sanitário e Ambiental.
40	NEUSA GIRELLI GHIDINI	03170854925	Fiscal Sanitário e Ambiental.
18	PEDRO HENRIQUE JACOBSEN STOCKER	07121391929	Fiscal Sanitário e Ambiental.
65	RENAN JUNIOR DE ALMEIDA	07446593962	Fiscal Sanitário e Ambiental.
61	RENATO ODAIR DE ALMEIDA	00923412921	Fiscal Sanitário e Ambiental.

47	ROSILEI VASIAK	07318976923	Fiscal Sanitário e Ambiental.
55	SIMONE BALBINOT	97366420972	Fiscal Sanitário e Ambiental.
68	TATIANE ANTUNES DO AMARAL	05834280960	Fiscal Sanitário e Ambiental.
45	VINICIUS WILLIAN BALBINOT DE ABREU	08646360911	Fiscal Sanitário e Ambiental.
Total de Candidatos na Sala - 28			

Serra Alta (SC), 21 de fevereiro de 2014.

Extrato Contratual Nº 06-2014 - FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014 – FUNDO DE SAÚDE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.:
006/2014
Contratante
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO DE SAÚDE
Contratada

Objeto
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

A CONTRATADA obriga-se a fornecer os seguintes itens nºs: 04, 08, 14, 84, 141, 144, 148, 177, 178, 179, 180, 200, 221, 225, 242, 243, 249, 256, 258, 260, 272, 306, 318, 333 e 335 referente a Aquisição de Medicamentos, para manutenção da Farmácia Básica da Unidade de Saúde Municipal, para distribuição gratuita aos munícipes Serraltenses que encontram-se em tratamento de saúde. Os medicamentos a serem entregues à população oriundos deste certame licitatório deverão SER ÉTICOS (REFERÊNCIA) OU GENÉRICOS, NÃO SERÃO ACEITOS SIMILARES. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 07/2014, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.

Valor :
A Contratada receberá o valor total de R\$ 19.344,02 (Dezenove mil, trezentos e quarenta e quatro reais e dois centavos), pagos proporcionalmente à quantidade entregue.

Vigência

Dotação
06/03/2014 á 31/12/2014.

Orçamento vigente: 10.01.2.800.3.3.90.00.00 Despesa 4 e 8 DR 0037/ 0002.

SERRA ALTA, 06 de Março de 2014.
BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO
PREFEITA EM EXERCÍCIO

Extrato Contratual Nº 07-2014 - FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014 – FUNDO DE SAÚDE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.:
007/2014
Contratante
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO DE SAÚDE
Contratada

Objeto
PROSAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

A CONTRATADA obriga-se a fornecer os seguintes itens nºs: 31, 56, 107, 121, 123, 174, 215, 220, 231, 300 e 309 referente a Aquisição de Medicamentos, para manutenção da Farmácia Básica da Unidade de Saúde Municipal, para distribuição gratuita aos munícipes Serraltenses que encontram-se em tratamento de saúde. Os medicamentos a serem entregues à população oriundos deste certame licitatório deverão SER ÉTICOS (REFERÊNCIA) OU GENÉRICOS, NÃO SERÃO ACEITOS SIMILARES. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 07/2014, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.

Valor :
A Contratada receberá o valor total de R\$ 3.860,95 (Três mil, oitocentos e sessenta reais e noventa e cinco centavos), pagos proporcionalmente à quantidade entregue.

Vigência

Dotação
06/03/2014 á 31/12/2014.

Orçamento vigente: 10.01.2.800.3.3.90.00.00 Despesa 4 e 8 DR 0037/ 0002.

SERRA ALTA, 06 de Março de 2014.
BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO
PREFEITA EM EXERCÍCIO

Extrato Contratual Nº 08-2014 - FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014 – FUNDO DE SAÚDE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.:
008/2014
Contratante
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO DE SAÚDE
Contratada

Objeto
CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
A CONTRATADA obriga-se a fornecer os seguintes itens nºs: 18, 20, 52, 86, 93, 105, 108, 114, 130, 146, 206, 230, 250, 276, 290 e 295 referente a Aquisição de Medicamentos, para manutenção da Farmácia Básica da Unidade de Saúde Municipal, para distribuição gratuita aos munícipes Serraltenses que encontram-se em tratamento de saúde. Os medicamentos a serem entregues à população oriundos deste certame licitatório deverão SER ÉTICOS (REFERÊNCIA) OU GENÉRICOS, NÃO SERÃO ACEITOS SIMILARES. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 07/2014, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da

CONTRATADA.

Valor :

A Contratada receberá o valor total de R\$ 30.106,60 (Trinta mil, cento e seis reais e sessenta centavos), pagos proporcionalmente à quantidade entregue.

Vigência

Dotação

06/03/2014 á 31/12/2014.

Orçamento vigente: 10.01.2.800.3.3.90.00.00 Despesa 4 e 8 DR 0037/ 0002.

SERRA ALTA, 06 de Março de 2014.
BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO
PREFEITA EM EXERCÍCIO

Extrato Contratual Nº 09-2014 - FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014 –
FUNDO DE SAÚDE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.:

009/2014

Contratante

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO DE SAÚDE

Contratada

Objeto

DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

A CONTRATADA obriga-se a fornecer os seguintes itens nºs: 41, 51, 55, 60, 104, 118, 120, 171, 184, 194, 210 e 310 referente a Aquisição de Medicamentos, para manutenção da Farmácia Básica da Unidade de Saúde Municipal, para distribuição gratuita aos munícipes Serraltenses que encontram-se em tratamento de saúde. Os medicamentos a serem entregues à população oriundos deste certame licitatório deverão SER ÉTICOS (REFERÊNCIA) OU GENÉRICOS, NÃO SERÃO ACEITOS SIMILARES. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 07/2014, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.

Valor :

A Contratada receberá o valor total de R\$ 8.532,80 (Oito mil, quinhentos e trinta e dois reais e oitenta centavos), pagos proporcionalmente à quantidade entregue.

Vigência

Dotação

06/03/2014 á 31/12/2014.

Orçamento vigente: 10.01.2.800.3.3.90.00.00 Despesa 4 e 8 DR 0037/ 0002.

SERRA ALTA, 06 de Março de 2014.
BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO
PREFEITA EM EXERCÍCIO

Extrato Contratual Nº 10-2014 - FMS

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014 –
FUNDO DE SAÚDE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.:

010/2014

Contratante

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO DE SAÚDE

Contratada

Objeto

S & R DISTRIBUIDORA LTDA.

A CONTRATADA obriga-se a fornecer os seguintes itens nºs: 01, 06, 07, 15, 16, 19, 30, 33, 34, 37, 40, 43, 46, 48, 78, 81, 82, 92, 94, 98, 106, 112, 115, 125, 129, 140, 149, 150, 166, 168, 175, 196, 201, 202, 208, 211, 228, 233, 236, 239, 248, 264, 269, 278, 284 e 286 referente a Aquisição de Medicamentos, para manutenção da Farmácia Básica da Unidade de Saúde Municipal, para distribuição gratuita aos munícipes Serraltenses que encontram-se em tratamento de saúde. Os medicamentos a serem entregues à população oriundos deste certame licitatório deverão SER ÉTICOS (REFERÊNCIA) OU GENÉRICOS, NÃO SERÃO ACEITOS SIMILARES. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 07/2014, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.

Valor :

A Contratada receberá o valor total de R\$ 103.563, 52 (Cento e três mil, quinhentos e sessenta e três reais e cinquenta e dois centavos), pagos proporcionalmente à quantidade entregue.

Vigência

Dotação

06/03/2014 á 31/12/2014.

Orçamento vigente: 10.01.2.800.3.3.90.00.00 Despesa 4 e 8 DR 0037/ 0002.

SERRA ALTA, 06 de Março de 2014.
BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO
PREFEITA EM EXERCÍCIO

Extrato Contratual Nº 11-2014 - FMS

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014 –
FUNDO DE SAÚDE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.:

011/2014

Contratante

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO DE SAÚDE

Contratada

Objeto

DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP.

A CONTRATADA obriga-se a fornecer os seguintes itens nºs: 23, 24, 42, 44, 47, 50, 57, 59, 72, 76, 83, 110, 117, 159, 162, 182, 227, 232, 240, 245, 253, 259, 261, 263, 277, 282, 316, 321, 334,

336 e 342 referente a Aquisição de Medicamentos, para manutenção da Farmácia Básica da Unidade de Saúde Municipal, para distribuição gratuita aos munícipes Serraltenses que encontram-se em tratamento de saúde. Os medicamentos a serem entregues à população oriundos deste certame licitatório deverão SER ÉTICOS (REFERÊNCIA) OU GENÉRICOS, NÃO SERÃO ACEITOS SIMILARES. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 07/2014, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.

Valor :
A Contratada receberá o valor total de R\$ 50.258,83 (Cinquenta mil, duzentos e cinquenta e oito reais e oitenta e três centavos), pagos proporcionalmente à quantidade entregue.

Vigência

Dotação
06/03/2014 á 31/12/2014.

Orçamento vigente: 10.01.2.800.3.3.90.00.00 Despesa 4 e 8 DR 0037/ 0002.

SERRA ALTA, 06 de Março de 2014.
BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO
PREFEITA EM EXERCÍCIO

Extrato Contratual Nº 12-2014 - FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014 – FUNDO DE SAÚDE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.:
012/2014
Contratante
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO DE SAÚDE
Contratada

Objeto
MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI EPP.
A CONTRATADA obriga-se a fornecer os seguintes itens nºs: 39, 58, 79, 91, 111, 133, 138, 145, 158, 160, 189, 190, 191 e 198 referente a Aquisição de Medicamentos, para manutenção da Farmácia Básica da Unidade de Saúde Municipal, para distribuição gratuita aos munícipes Serraltenses que encontram-se em tratamento de saúde. Os medicamentos a serem entregues à população oriundos deste certame licitatório deverão SER ÉTICOS (REFERÊNCIA) OU GENÉRICOS, NÃO SERÃO ACEITOS SIMILARES. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 07/2014, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.

Valor :
A Contratada receberá o valor total de R\$ 16.668,00 (Dezesseis mil, seiscentos e sessenta e oito reais), pagos proporcionalmente à quantidade entregue.

Vigência

Dotação
06/03/2014 á 31/12/2014.

Orçamento vigente: 10.01.2.800.3.3.90.00.00 Despesa 4 e 8 DR 0037/ 0002.

SERRA ALTA, 06 de Março de 2014.
BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO
PREFEITA EM EXERCÍCIO

Extrato Contratual Nº 13-2014 - FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014 – FUNDO DE SAÚDE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.:
013/2014
Contratante
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO DE SAÚDE
Contratada

Objeto
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

A CONTRATADA obriga-se a fornecer os seguintes itens nºs: 09, 25, 45, 70, 99, 122, 170, 205, 262, 299 e 315, referente a Aquisição de Medicamentos, para manutenção da Farmácia Básica da Unidade de Saúde Municipal, para distribuição gratuita aos munícipes Serraltenses que encontram-se em tratamento de saúde. Os medicamentos a serem entregues à população oriundos deste certame licitatório deverão SER ÉTICOS (REFERÊNCIA) OU GENÉRICOS, NÃO SERÃO ACEITOS SIMILARES. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 07/2014, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.

Valor :
A Contratada receberá o valor total de R\$ 14.325,12 (Quatorze mil, trezentos e vinte e cinco reais e doze centavos), pagos proporcionalmente à quantidade entregue.

Vigência

Dotação
06/03/2014 á 31/12/2014.

Orçamento vigente: 10.01.2.800.3.3.90.00.00 Despesa 4 e 8 DR 0037/ 0002.

SERRA ALTA, 06 de Março de 2014.
BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO
PREFEITA EM EXERCÍCIO

Extrato Contratual Nº 14-2014 - FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014 – FUNDO DE SAÚDE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.:
014/2014
Contratante
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO DE SAÚDE
Contratada

Objeto
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

A CONTRATADA obriga-se a fornecer os seguintes itens nºs: 97, 109, 139, 287 e 289, referente a Aquisição de Medicamentos, para manutenção da Farmácia Básica da Unidade de Saúde Municipal, para distribuição gratuita aos munícipes Serraltenses que encontram-se em tratamento de saúde. Os medicamentos a serem entregues à população oriundos deste certame licitatório deverão SER ÉTICOS (REFERÊNCIA) OU GENÉRICOS, NÃO SERÃO ACEITOS SIMILARES. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 07/2014, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.

Valor :
A Contratada receberá o valor total de R\$ 10.627,70 (Dez mil, seiscentos e vinte e sete reais e setenta centavos), pagos proporcionalmente à quantidade entregue.

Vigência

Dotação
06/03/2014 á 31/12/2014.

Orçamento vigente: 10.01.2.800.3.3.90.00.00 Despesa 4 e 8 DR 0037/ 0002.

SERRA ALTA, 06 de Março de 2014.
BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO
PREFEITA EM EXERCÍCIO

Extrato Contratual Nº 15-2014 - FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014 – FUNDO DE SAÚDE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.:
015/2014
Contratante
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO DE SAÚDE
Contratada

Objeto
A.G. KIENEN & CIA LTDA.
A CONTRATADA obriga-se a fornecer os seguintes itens nºs: 11, 26, 27, 28, 29, 53, 64, 65, 68, 73, 88, 127, 132, 143, 151, 152, 156, 157, 161, 169, 181, 185, 193, 212, 235, 241, 251, 252, 265, 266, 267, 270, 271, 273, 274, 280, 283, 288, 292, 293, 298, 302, 303, 311, 312, 317, 319, 320 e 326, referente a Aquisição de Medicamentos, para manutenção da Farmácia Básica da Unidade de Saúde Municipal, para distribuição gratuita aos munícipes Serraltenses que encontram-se em tratamento de saúde. Os medicamentos a serem entregues à população oriundos deste certame licitatório deverão SER ÉTICOS (REFERÊNCIA) OU GENÉRICOS, NÃO SERÃO ACEITOS SIMILARES. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 07/2014, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.

Valor :
A Contratada receberá o valor total de R\$ 139.711,92 (Cento e Trinta e Nove mil, setecentos e onze reais e noventa e dois centavos), pagos proporcionalmente à quantidade entregue.

Vigência

Dotação
06/03/2014 á 31/12/2014.

Orçamento vigente: 10.01.2.800.3.3.90.00.00 Despesa 4 e 8 DR 0037/ 0002.

SERRA ALTA, 06 de Março de 2014.
BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO
PREFEITA EM EXERCÍCIO

Extrato Contratual Nº 16-2014 - FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014 – FUNDO DE SAÚDE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.:
016/2014
Contratante
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO DE SAÚDE
Contratada

Objeto
AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

A CONTRATADA obriga-se a fornecer os seguintes itens nºs: 22, 36, 77, 136, 154, 331 e 332, referente a Aquisição de Medicamentos, para manutenção da Farmácia Básica da Unidade de Saúde Municipal, para distribuição gratuita aos munícipes Serraltenses que encontram-se em tratamento de saúde. Os medicamentos a serem entregues à população oriundos deste certame licitatório deverão SER ÉTICOS (REFERÊNCIA) OU GENÉRICOS, NÃO SERÃO ACEITOS SIMILARES. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 07/2014, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.

Valor :
A Contratada receberá o valor total de R\$ 16.764,20 (Dezesseis mil, setecentos e sessenta e quatro reais e vinte centavos), pagos proporcionalmente à quantidade entregue.

Vigência

Dotação
06/03/2014 á 31/12/2014.

Orçamento vigente: 10.01.2.800.3.3.90.00.00 Despesa 4 e 8 DR 0037/ 0002.

SERRA ALTA, 06 de Março de 2014.
BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO
PREFEITA EM EXERCÍCIO

Extrato Contratual Nº 17-2014 - FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014 – FUNDO DE SAÚDE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.:
017/2014
Contratante
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO DE SAÚDE
Contratada

Objeto
ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

A CONTRATADA obriga-se a fornecer os seguintes itens nºs: 05, 12, 35, 38, 62, 63, 67, 69, 71, 87, 101, 119, 142, 163, 165, 167, 176, 188, 197, 199, 203, 207, 213, 214, 216, 217, 255, 301, 305, 314, 337, 339 e 340, referente a Aquisição de Medicamentos, para manutenção da Farmácia Básica da Unidade de Saúde Municipal, para distribuição gratuita aos munícipes Serraltenses que encontram-se em tratamento de saúde. Os medicamentos a serem entregues à população oriundos deste certame licitatório deverão SER ÉTICOS (REFERÊNCIA) OU GENÉRICOS, NÃO SERÃO ACEITOS SIMILARES. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 07/2014, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.

Valor :
A Contratada receberá o valor total de R\$ 67.324,50 (Sessenta e sete mil, trezentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos), pagos proporcionalmente à quantidade entregue.

Vigência

Dotação
06/03/2014 á 31/12/2014.

Orçamento vigente: 10.01.2.800.3.3.90.00.00 Despesa 4 e 8 DR 0037/ 0002.

SERRA ALTA, 06 de Março de 2014.
BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO
PREFEITA EM EXERCÍCIO

Extrato Contratual Nº 18-2014 - FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014 – FUNDO DE SAÚDE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.:
018/2014
Contratante
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO DE SAÚDE
Contratada

Objeto
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP.

A CONTRATADA obriga-se a fornecer os seguintes itens nºs: 10, 75, 116, 124, 131, 134, 155, 186, 226, 294, 296, 325, 328, 329 e 338, referente a Aquisição de Medicamentos, para manutenção da Farmácia Básica da Unidade de Saúde Municipal, para distribuição gratuita aos munícipes Serraltenses que encontram-se em tratamento de saúde. Os medicamentos a serem entregues à população oriundos deste certame licitatório deverão SER ÉTICOS (REFERÊNCIA) OU GENÉRICOS, NÃO SERÃO ACEITOS SIMILARES. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus

termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 07/2014, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.

Valor :
A Contratada receberá o valor total de R\$ 36.968,00 (Trinta e seis mil, novecentos e sessenta e oito reais), pagos proporcionalmente à quantidade entregue.

Vigência

Dotação
06/03/2014 á 31/12/2014.

Orçamento vigente: 10.01.2.800.3.3.90.00.00 Despesa 4 e 8 DR 0037/ 0002.

SERRA ALTA, 06 de Março de 2014.
BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO
PREFEITA EM EXERCÍCIO

Extrato Contratual Nº 19-2014 - FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014 – FUNDO DE SAÚDE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.:
019/2014
Contratante
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO DE SAÚDE
Contratada

Objeto
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA.

A CONTRATADA obriga-se a fornecer os seguintes itens nºs: 17, 85, 89, 100 e 103, referente a Aquisição de Medicamentos, para manutenção da Farmácia Básica da Unidade de Saúde Municipal, para distribuição gratuita aos munícipes Serraltenses que encontram-se em tratamento de saúde. Os medicamentos a serem entregues à população oriundos deste certame licitatório deverão SER ÉTICOS (REFERÊNCIA) OU GENÉRICOS, NÃO SERÃO ACEITOS SIMILARES. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 07/2014, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.

Valor :
A Contratada receberá o valor total de R\$ 4.129,50 (Quatro mil, cento e vinte e nove reais e cinquenta centavos), pagos proporcionalmente à quantidade entregue.

Vigência

Dotação
06/03/2014 á 31/12/2014.

Orçamento vigente: 10.01.2.800.3.3.90.00.00 Despesa 4 e 8 DR 0037/ 0002.

SERRA ALTA, 06 de Março de 2014.
BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO
PREFEITA EM EXERCÍCIO

Extrato Contratual Nº 20-2014 - FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014 –
FUNDO DE SAÚDE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.:
020/2014
Contratante
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO DE SAÚDE
Contratada

Objeto
MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

A CONTRATADA obriga-se a fornecer os seguintes itens nºs: 02, 03, 13, 21, 32, 49, 54, 61, 66, 74, 90, 95, 96, 102, 113, 126, 135, 137, 147, 153, 164, 172, 173, 187, 192, 195, 204, 209, 218, 219, 222, 223, 224, 234, 237, 238, 247, 268, 285, 291, 297, 304, 307, 308, 313, 323, 324, 327, 330, 341 e 343 referente a Aquisição de Medicamentos, para manutenção da Farmácia Básica da Unidade de Saúde Municipal, para distribuição gratuita aos munícipes Serraltenses que encontram-se em tratamento de saúde. Os medicamentos a serem entregues à população oriundos deste certame licitatório deverão SER ÉTICOS (REFERÊNCIA) OU GENÉRICOS, NÃO SERÃO ACEITOS SIMILARES. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 07/2014, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.

Valor :
A Contratada receberá o valor total de R\$ 63.267,50 (Sessenta e três mil, duzentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos), pagos proporcionalmente à quantidade entregue.

Vigência

Dotação
06/03/2014 à 31/12/2014.

Orçamento vigente: 10.01.2.800.3.3.90.00.00 Despesa 4 e 8 DR 0037/ 0002.

SERRA ALTA, 06 de Março de 2014.
BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO
PREFEITA EM EXERCÍCIO

Extrato 2º Aditivo ao Contrato Nº 100/2013

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E
SERV. Nº 43/2013
EXTRATO SEGUNDO ADITIVO CONTRATUAL
2º Aditivo ao

Contrato Nº.:
100/2013
Contratante
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Contratada

Objeto
CONSTRUTORA FAIBER LTDA ME.
Fica alterado o Item "3.1 da Cláusula Terceira - dos prazos de

execução e vigência" relativo ao contrato nº 100/2013, com fundamentação legal no artigo 65, parágrafo 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93 e item 5.1 do presente contrato, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA"

3.1 - O prazo de execução da obra fica aditivado, ficando com a vigência de 01/03/2014 à 30/04/2014, podendo ser prorrogado, mediante Termo Aditivo Contratual, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 10 dias antes do término do contrato, e de conformidade com o estabelecido nas Leis Nº. 8.666/93 e 8.883/94.

Justificativa:

Justifica-se o acréscimo do prazo na execução da Obra de Ampliação do Centro Educacional, a ser executada no Município de Serra Alta, com área de 582,28 m², de dois pavimentos, em alvenaria, localizada na Rua Duque de Caxias esquina com a Rua 7 de Setembro, centro do Município de Serra Alta, em decorrência de adequações no Projeto de Engenharia que se fizeram necessárias durante a execução.

SERRA ALTA/SC, 28 de fevereiro de 2014.
BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Siderópolis

PREFEITURA

17 2014 Aviso de Licitação Pregão Presencial Base Brita

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 17/2014
ATO EDITAL DE PREGÃO PMS Nº. 11/2014

O Município de Siderópolis, através da Prefeitura Municipal torna público as empresas interessadas que de conformidade com a Lei 10.520/02, Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 19/03/2014 às 14:00 horas (HORÁRIO DO RELÓGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, se reunirá a Comissão de Julgamento de Licitações, com a finalidade de receber propostas para a contratação de empresa especializada em Fornecimento de camada de sub-base ou base de bica corrida, para manutenção das estradas e demais serviços correlatos no município. O edital já está disponível na Secretaria de Administração do Município. Maiores informações poderão ser sanadas através do e-mail: licitação@sideropolis.sc.gov.br.

Siderópolis, 05 de março de 2014.
Fabiola Cardoso Comin
Pregoeira

Sombrio

PREFEITURA

Lei 2126/2014

LEI Nº. 2126, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR TERRENO QUE CONSTITUI ÁREA PÚBLICA A UNIÃO FEDERAL, ATRAVÉS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo, a doar a União Federal, através do Ministério Do Trabalho e Emprego, após efetivação do loteamento Tiscoscki II, da matrícula nº 65.729 aprovado nesta municipalidade sob alvará nº 406 de 29 de outubro de 2010, a área pública constituída da quadra 7-A contendo a seguinte descrição:

“Um terreno, situado nesta cidade, Frente a oeste em 24,00M com a rua Vivil Kozuscchovski; fundos com a mesma dimensão; leste confronta em 30M com os lotes 12 e 13; lado norte com o lote 15 e esquerdo sul com área da Empresa União de Transportes.”

Art. 2º. O donatário, União Federal, através do Ministério Do Trabalho e Emprego deverá assumir, para o recebimento da doação, o encargo de construir no local do imóvel especificado no artigo 1º, prédio para abrigar a Estação do Trabalhador.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Sombrio – SC, 27 de fevereiro de 2014.

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Lei 127/2014

LEI Nº 2127, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014.

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE BOLSAS DE ESTUDOS - BOLSAS DE ESTUDO PARA FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no exercício de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam instituídas bolsas de estudo destinadas a dependentes de funcionários públicos municipais, da administração direta e indireta do Município, para curso de graduação, ou seja aquele que constitui a primeira etapa da formação no ensino superior e possibilita a obtenção de títulos de bacharel e/ou licenciado.

Art. 2º. A referida Lei dependera de decreto anual para sua instrumentalização e regulação.

§ 1º. O decreto disponibilizará o numero de bolsas ofertadas, bem como os critérios de seleção, sendo que se a demanda for maior que o numero ofertado, o critério de classificação se dará através de estudo socioeconômico realizado pelo serviço social do Município de Sombrio/SC.

Art. 3º. As bolsas de estudo de que trata esta Lei serão concedidas em número definidos pelo decreto, sendo bolsas integrais, não reembolsáveis, para curso superior de bacharelado e ou licenciatura em intuição de Ensino Superior, da qual o Município firmará convênio para oferecimento do referido benefício.

§ 1º. O referido programa destina-se somente a candidatos que não possuem graduação, sendo vedada a participação de graduados ou em fase de graduação em ensino superior.

§ 2º. O beneficiário da referida bolsa, prestara a titulo de compensação ao Município, estágio de 20 horas semanais na rede municipal de ensino ou outro órgão vinculado desta municipalidade.

Art. 4º. Para os efeitos desta Lei consideram-se como dependentes do funcionário, apenas:

I - filho (a), na forma da Lei;

§ 1º. Em nenhuma hipótese será concedida mais de uma bolsa de estudo, reembolsável ou não, para a mesma família de funcionário.

Art. 5º. Somente dependente de funcionários efetivos ou estáveis, em atividade no serviço público municipal, poderá usufruir dos benefícios desta Lei.

Art. 6º. Os interessados em concorrer ao processo de concessão de bolsas de estudos, a que se refere o “Programa Municipal de Bolsas de Estudos”, como instituído por esta Lei, deverão manifestar seu interesse, atendendo ao disposto em regulamento, que fixará critérios objetivos para o julgamento e classificação dos interessados.

§ 1º. o recrutamento dos candidatos dar-se-á por meio de processo de seleção a ser coordenado e executado pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º O referido processo seletivo será baseado em critérios socioeconômicos, que serão coletados através dos dados preenchidos no formulário de inscrição, por documentos anexados ao referido questionário e por fim pela análise do corpo técnico da Secretaria do Desenvolvimento Social, O questionário deverá constar do

anexo único do decreto, que apresentará as condições de contratação e serão divulgados em edital, a ser publicado pelo menos uma vez em dois jornais de circulação local, bem como os resultados, que deverão constar em lista própria de classificação.

Art. 7º. O rompimento do vínculo empregatício, independente do motivo, implicará na suspensão da bolsa de estudo concedida, ao final do semestre.

Art.8º. O beneficiário que no decorrer do curso abandona-lo, deverá reverter ao erário, o valor dispensado ao custeio até ao presente momento e também não poderá se inscrever em novo processo de seleção de vagas pelo prazo de 05 (cinco) anos.

Art. 9º. O acompanhamento do processo de distribuição das bolsas de estudo de que trata esta Lei será feita por uma Comissão de três (03) membros, nomeada pelo Prefeito, através do decreto instituído pelo Art.2º deste diploma, composta por um (01) representante do Poder Executivo, um (01) representante do Sindicato dos Servidores Públicos do Município, indicado por sua Presidência, e um (01) representante da do Poder Legislativo, indicado pelo Prefeito.

§ 1º. A Comissão terá mandato de um ano, cabendo-lhe acompanhar e fiscalizar todo o processo.

§ 2º A divulgação do edital de abertura das inscrições de concessão das bolsas se dará por ampla divulgação nos meios de comunicação local, com publicação do referido edital no órgão oficial do município e em no mínimo dois jornais de circulação diária no município de Sombrio/SC.

§ 3º Não participará da Comissão, funcionário que pleitear para dependente Bolsa de Estudos.

Art. 10º. As despesas decorrentes de execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 11º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Sombrio (SC), 27 de fevereiro de 2014.

ZÊNIO CARDOSO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO
Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Lei 2128;2014

LEI Nº. 2128, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014.

“INSTITUI A NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

CAPÍTULO I **DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e**

Seção I **Da Definição da NFS-e**

Art. 1º - Fica instituída a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, que deverá ser emitida por ocasião da prestação de serviço.

Parágrafo único - Considera-se Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e o documento emitido e armazenado eletronicamente em sistema próprio da Prefeitura do Município de Sombrio, Governo do Estado de Santa Catarina ou Governo Federal, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços, de existência exclusivamente digital, com validade jurídica que deverá ser garantida por assinatura digital do emitente e autorização de uso fornecida pela Secretaria Municipal da Fazenda antes da ocorrência do fato gerador.

Seção II **Dos Contribuintes Obrigados**

Art. 2º – A Secretaria Municipal da Fazenda definirá através de Decreto os prestadores de serviço obrigados à emissão da NFS-e.

Parágrafo Único – Os contribuintes, não obrigados, que optarem espontaneamente pela emissão da NFS-e ficarão sujeitos aos dispositivos desta Lei e à sua regulamentação em caráter definitivo e irretratável.

CAPÍTULO II **DO ACESSO AO SISTEMA DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA** **– NFS-e**

Seção I **Do Acesso pelo Contribuinte**

Art. 3º - O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e que conterá dados fiscais de interesse dos contribuintes, será realizado mediante a utilização de senha de segurança.

Art. 4º - As pessoas obrigadas e as facultadas, para obter acesso ao sistema de que

trata essa Lei, deverão efetuar o cadastramento da solicitação de acesso, por meio da rede mundial de computadores (Internet), no endereço eletrônico www.sombrio.sc.gov.br.

Art. 5º - Após o cadastramento, tratado no artigo anterior, o interessado deverá imprimir o formulário “SOLICITAÇÃO DE ACESSO” e apresentá-lo à Secretaria da Fazenda, direcionado ao Departamento de Fiscalização de Tributos.

Art. 6º - Após a solicitação de acesso, na conformidade do artigo 4º desta Lei e comprovação, pela Secretaria da Fazenda, da regularidade das informações, proceder-se-á o desbloqueio do acesso e, em seguida será encaminhado, via correio eletrônico (e-mail), para o solicitante, a mensagem referente ao resultado da solicitação de acesso ao sistema da NFS-e.

§ 1º - No caso de se constatar qualquer inconsistência nas informações prestadas, a pessoa física ou jurídica interessada na obtenção da senha será informada, via correio eletrônico (e-mail) informado no cadastramento, para, no prazo de até dez (10) dias, tomar as providências necessárias ao seu desbloqueio.

§ 2º - Decorrido o prazo de que trata o parágrafo anterior, sem que sejam tomadas as providências mencionadas, a pessoa física ou jurídica terá a solicitação de desbloqueio automaticamente rejeitada, caso em que o interessado deverá promover novo cadastramento.

Art. 7º - A senha de acesso representa a assinatura eletrônica da pessoa física ou jurídica cadastrada, sendo pessoal e intransferível, podendo ser alterada a qualquer tempo pelo seu detentor.

Art. 8º - Será cadastrada apenas uma senha de segurança para

cada estabelecimento prestador, levando-se em consideração o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ ou cada número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF junto ao Ministério da Fazenda, desde que estejam em situação regular e ativa perante a Receita Federal, Estadual e Municipal.

Parágrafo único - A liberação de acesso fornecida à pessoa jurídica, será concedida ao representante legal indicado no formulário "SOLICITAÇÃO DE ACESSO", e conterà as seguintes funções:

I – habilitar ou desabilitar usuários do sistema da NFS-e;

II – gerar, cancelar, imprimir notas fiscais eletrônicas, emitir relatórios, gerar guias de pagamento, entre outros.

Art. 9º - A pessoa física ou jurídica detentora da senha de acesso será responsável por todos os atos praticados no sistema da nota fiscal eletrônica, bem como pelos usuários habilitados ou vinculados e que atuem em seu nome.

Seção II Do Acesso pela Administração Fazendária

Art. 10 - O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e que

conterá dados fiscais de interesse da Administração Fazendária Municipal, será realizado mediante a utilização de senha de acesso.

Art. 11 - A senha de acesso prevista do artigo anterior, será outorgada ao Diretor do Departamento de Fiscalização de Tributos ou a quem ele delegar por ato legal, a qual conterà as seguintes funções:

I – Habilitar e desabilitar usuários;

II – Criar ou modificar perfis de utilização do sistema;

III – Incluir e excluir informações de interesse do contribuinte e da Administração Fazendária no portal da NFS-e.

Art. 12 - Aos funcionários da Administração Fazendária será permitido acesso ao sistema da NFS-e conforme o perfil habilitado levando-se em consideração a função exercida.

CAPÍTULO III DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Art. 13 - A NFS-e deve conter as seguintes indicações:

I - número sequencial;

II - código de verificação de autenticidade;

III - data e hora da emissão;

IV - identificação do prestador de serviços, com:

a) nome ou razão social;

b) endereço;

c) "e-mail";

d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

e) inscrição no Cadastro Mobiliário;

V - identificação do tomador de serviços, com:

a) nome ou razão social;

b) endereço;

c) "e-mail";

d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional

e) Pessoa Jurídica - CNPJ;

VI - discriminação do serviço;

VII - valor total da NFS-e;

VIII - valor da dedução na base de cálculo, se houver e na forma prevista na legislação municipal;

IX - valor da base de cálculo;

X - código do serviço – enquadramento do serviço prestado na lista de serviços constante do artigo 35 da Lei Complementar nº 001/2003;

XI - alíquota e valor do ISS;

XII - indicação no corpo da NFS-e de:

a) isenção ou imunidade relativas ao ISS, quando for o caso;

b) serviço não tributável pelo Município de Sombrio, nas hipóteses em que o imposto seja devido no local da prestação, em conformidade com a lei complementar federal e municipal.

c) retenção de ISS na fonte;

d) empresas prestadoras de serviços com recolhimento mediante alíquota fixa, da expressão "empresa enquadrada no regime de alíquota fixa por profissional";

e) empresas enquadradas com base de cálculo por estimativa ou outra forma

f) de tratamento tributário diferenciado;

g) existência de decisão judicial suspendendo a exigibilidade do ISSQN;

h) número e data do Recibo Provisório de Serviços - RPS emitido, nos casos de sua substituição.

§ 1º - A NFS-e conterà, no cabeçalho, as expressões "Prefeitura Municipal de Sombrio", "Secretaria Municipal da Fazenda" e "Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e".

§ 2º - O número da NFS-e será gerado pelo sistema, em ordem crescente sequencial, e será específico para cada estabelecimento do prestador de serviços.

§ 3º - O sistema da NFS-e permitirá o uso de logotipo da empresa prestadora dos serviços.

§ 4º - A NFS-e deverá ser assinada pelo emitente, com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela infra-estrutura de Chaves Públicas

Brasileira-ICP-Brasil, contendo o CNPJ de qualquer estabelecimento do emitente ou o

CPF do responsável.

Art. 14 - A NFS-e deve ser emitida "on-line", por meio da Internet, no endereço eletrônico Sombrio "http://www.sombrio.sc.gov.br", somente pelos prestadores de serviços estabelecidos no Município de Sombrio, mediante a liberação de acesso.

Parágrafo Único - A NFS-e poderá ser impressa em tantas vias quantas se fizerem necessárias, podendo inclusive ser enviada por correio eletrônico ("e-mail") ao tomador de serviços.

Art. 15 - As notas fiscais eletrônicas emitidas poderão ser consultadas e impressas, nos meios eletrônicos da Secretaria da Fazenda.

Art. 16 - Todo estabelecimento prestador é obrigado a gerar notas fiscais para todos os serviços prestados.

Art. 17 - Não incidirá preço público relativo às emissões de NFS-e quando forem geradas no domicílio ou estabelecimento do prestador.

Seção I

Da emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e por pessoa Física

Art. 18 - É facultada às pessoas físicas já inscritas no Cadastro Mobiliário Municipal, solicitar a geração e a impressão da NFS-e na sede da Secretaria

da Fazenda, caso em que haverá a incidência do respectivo preço público.

Parágrafo único - O ISSQN relativo às NFS-e geradas nas instalações da Secretaria da Fazenda, deverá ser recolhido nos bancos credenciados mediante autenticação mecânica no Documento Arrecadatório Municipal eletrônico - DAM-e.

Art. 19 - A NFS-e na forma dos artigos anteriores será gerada por intermédio da senha específica do funcionário da Administração Fazendária destacado para este fim.

Parágrafo único - A liberação para impressão da NFS-e dar-se-á mediante comprovação visual da autenticação mecânica do DAM-e.

Seção II

Da Emissão da Nota Fiscal Eletrônica de Serviço Municipal - NFS-e por Bancos e demais Instituições Financeiras Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central do Brasil

Art. 20 - Os bancos e demais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ficam dispensados de gerar notas fiscais eletrônicas de serviços municipais - NFS-e.

Sessão III

Do Cancelamento da NFS-e

Art. 21 - A NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente, por meio do sistema informatizado ("on line"), no endereço eletrônico <http://www.sombrio.sc.gov.br>, na rede

mundial de computadores (Internet), antes do pagamento ou vencimento do imposto, seja ele por retenção ou não.

§ 1º - Após o pagamento do imposto a NFS-e somente poderá ser

cancelada por meio de processo administrativo fiscal regular, no qual deverão ser apresentadas as razões que motivaram o pedido.

§ 2º - Havendo o cancelamento da NFS-e, o contribuinte deverá registrar eletronicamente, em campo próprio, os motivos que levaram a anulação do documento, momento em que o sistema enviará automaticamente mensagem eletrônica ao tomador do serviço noticiando a operação.

§ 3º - O documento cancelado permanecerá armazenado na base do sistema

da NFS-e e sobre ele deverá ser inserida marca identificando a invalidade do mesmo.

Art. 22 - Não se admite cancelamento da NFS-e em razão do não recebimento do preço do serviço, sendo o imposto devido em razão da prestação do

serviço, conforme disposto na Lei Complementar nº 001/2003.

Seção IV

Da Carta de Correção Eletrônica - CC-e

Art. 23 - Fica instituída no âmbito da legislação tributária municipal, a figura da "Carta de Correção", destinada a corrigir erros de dados, sem implicar no cancelamento da NFS-e.

§ 1º - É permitida a utilização da carta de correção, para regularização de erro ocorrido na geração de NFS-e.

§ 2º - Não será admitida a regularização na forma deste artigo quando o erro for relativo a base de cálculo, a alíquota, ao valor do imposto.

§ 3º - A Carta de Correção Eletrônica - CC-e deverá ser assinada digitalmente pelo emitente com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, contendo o nº do CNPJ ou CPF, a fim de garantir a autoria do documento digital.

§ 4º - Havendo mais de uma CC-e para a mesma NFS-e o emitente deverá consolidar na última todas as informações anteriormente retificadas.

§ 5º - Não produzirá efeitos a regularização efetuada após o início de qualquer procedimento fiscal.

CAPÍTULO IV

DO RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇO - RPS

Sessão I

Da Definição de RPS e sua utilização

Art. 24 - Nos casos previstos nesta Lei, a pessoa jurídica prestadora de serviços

poderá emitir Recibo Provisório de Serviços - RPS, que posteriormente deverá ser substituído por NFS-e.

§ 1º - Entende-se por Recibo Provisório de Serviços - RPS, o documento fiscal impresso, manuscrito ou gerado eletronicamente, de cunho temporário, tendente a acobertar operações desprovidas da geração regular da NFS-e, o qual deverá conter:

I - identificação do prestador dos serviços, contendo: a) nome ou razão social;
b) endereço;

c) número do CPF ou CNPJ;

d) número no cadastro mobiliário municipal; e) correio eletrônico (e-mail);

II - identificação do tomador dos serviços contendo, contendo: a) nome ou razão social;

b) endereço;

c) número do CPF ou CNPJ;

d) número no cadastro mobiliário municipal; e) correio eletrônico (e-mail);

III – numeração sequencial; IV – série;

V – a descrição:

a) dos serviços prestados;

b) preço do serviço;

c) enquadramento do serviço executado na lista de serviços (subitem);

d) alíquota aplicável;

e) valor do imposto e se for o caso, da retenção na fonte.

VI – inserção no corpo do documento, da seguinte mensagem: "A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS NFS-e NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE."

§ 2º - Todas as informações descritas no § 1º, deste artigo, deverão constar no RPS à exceção da alínea "e" do inciso II, o qual é facultado.

Art. 25 - O Recibo Provisório de Serviços – RPS poderá ser utilizado nas seguintes hipóteses:

I – adoção pelo contribuinte de regimes especiais;

II – prestações de serviços efetuadas fora do estabelecimento prestador;

III – impossibilidade de acesso à página eletrônica da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica;

IV – para operacionalizar a atividade em caso de excesso de emissão de NFS-e;

V – prestadores de serviços que não disponham em seus estabelecimentos de acesso à rede mundial de computadores (internet).

Art. 26 - O RPS poderá ser confeccionado ou impresso em sistema próprio do contribuinte, na forma e modelo desejado, devendo conter todos os dados previstos no §1º do art. 24 desta Lei.

§ 1º - O RPS deverá ser emitido em 2 (duas) vias, sendo a 1ª (primeira) entregue ao tomador de serviços, ficando a 2ª (segunda) em poder do emitente.

§ 2º - O RPS deve ser emitido com a data da efetiva prestação dos serviços

§ 3º - A numeração do RPS deverá iniciar a partir do número 01, quando o contribuinte iniciar suas atividades, após a implantação da NFS-e, sendo vedado repetir a numeração.

§ 4º - Para quem já é emitente de nota fiscal convencional, o RPS deverá manter a sequência numérica do último documento fiscal

emitido.

§ 5º - As notas fiscais convencionais já confeccionadas terão que ser inutilizadas pela unidade competente da Secretaria Municipal da Fazenda.

§ 6º - Caso o estabelecimento tenha mais de 1 (um) equipamento emissor de RPS, a série deverá ser capaz de individualizar os equipamentos.

§ 7º - Para operacionalizar o disposto neste artigo, a Secretaria da Fazenda disponibilizará o "layout" do sistema da NFS-e no portal eletrônico www.sombrio.sc.gov.br.

Art. 27 – A necessidade ou dispensa da prévia Autorização de Impressão de Documento Fiscal – AIDF será definida mediante Decreto.

Sessão II

Da conversão do RPS em NFS-e

Art. 28 - Emitido o RPS, este deverá ser convertido em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica até o 5º (quinto) dia subsequente ao de sua emissão.

§ 1º - Nos casos em que o tomador de serviços for o responsável tributário, na forma da legislação vigente, o prazo disposto no "caput" deste artigo não

poderá ultrapassar o dia 5 (cinco) do mês seguinte ao da prestação de serviços.

§ 2º - O prazo previsto no "caput" deste artigo inicia-se no dia útil seguinte ao da emissão do RPS, postergando-se para o próximo dia útil caso vença em dia não útil.

§ 3º - A não conversão ou conversão fora do prazo do RPS em NFS-e, sujeitará o prestador de serviços às penalidades previstas no art. 39 do Capítulo VI desta Lei.

§ 4º - A não substituição do RPS pela NFS-e equipara-se à não emissão de nota fiscal convencional.

§ 5º - Aplica-se o disposto neste artigo às notas fiscais convencionais já confeccionadas que venham a ser utilizadas na conformidade desta Lei.

Art. 29 - Fica o prestador de serviço desobrigado, após a conversão do RPS, de enviar a NFS-e impressa ou em meio magnético ao tomador dos serviços, ficando esta disponível no sistema informatizado da Secretaria Municipal da Fazenda ("on-line").

Seção III

Do Sistema de "Emissão de Cupom Fiscal – ECF"

Art. 30 – O Cupom Fiscal para os estabelecimentos que exerçam as atividades

mistas de venda de mercadorias ou bens e prestação de serviços sujeitas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS-QN, enquadradas para utilização e emissão de seus documentos fiscais por equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF, pela Legislação Estadual – RICMS/SC, deverá observar o seguinte:

I – a autorização para utilização e emissão de Cupom Fiscal – ECF será em regime especial, após comprovada a autorização de uso pelo Fisco Estadual;

II – as normas referentes ao equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF e sua emissão, serão observadas segundo os dispositivos

definidos na Legislação Municipal do ISS e na Legislação Estadual vigente – RICMS/SC;

III – a autorização para adoção do Cupom Fiscal não dispensa o contribuinte das demais obrigações acessórias definidas na Legislação Municipal do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

Seção III

Da conversão da Nota Fiscal de Prestação de Serviços em RPS

Art. 31 - A partir da vigência desta Lei, todas as notas fiscais convencionais de prestação de serviços não emitidas, converter-se-ão em RPS, podendo ser utilizadas por tempo indeterminado e sua numeração seguirá o da última nota fiscal emitida de forma convencional anteriormente ao início de vigência desta Lei.

§ 1º - Quando da utilização da nota fiscal equiparada a RPS, fica o prestador dos serviços obrigado a inserir no corpo do documento a seguinte mensagem: "A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-e NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS PREVISTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE."

§ 2º - As notas fiscais convencionais de prestação de serviço já emitidas deverão ser guardadas até que ocorra prescrição e ou decadência dos créditos fiscais delas decorrentes.

CAPÍTULO V

Seção I

Do Recolhimento do Imposto Retido na Fonte relativo ao RPS não Convertido

"Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS – DDNC".

Art. 32 - Fica instituída a "Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS – DDNC", de acordo com o disposto nesta Seção.

Art. 33 - As pessoas jurídicas tomadoras de serviços que receberem Recibos Provisórios de Serviços (RPS), ficam obrigadas a gerar a DDNC, na hipótese do prestador de serviço não converter o referido documento em NFS-e, nos prazos fixados no art. 28 desta Lei.

Art. 34 - A DDNC deverá ser gerada mensalmente, antes do pagamento do imposto retido.

Parágrafo único - O descumprimento ao disposto neste artigo implicará na incidência de multa prevista no inciso II do artigo 38 desta Lei.

Art. 35 - A DDNC deverá conter todos os dados necessários para a identificação do prestador e do tomador dos serviços, tais como:

I – CPF/CNPJ do prestador;

II – endereço do prestador e do tomador; III – CPF/CNPJ do tomador;

IV – e-mail do tomador;

V – o valor dos serviços prestados;

VI – o enquadramento na lista de serviços; e

VII – número do RPS não convertido e respectiva data de emissão.

Seção II

Da Insuficiência ou não Recolhimento do ISSQN

Art. 36 - A geração da NFS-e constitui declaração de confissão de dívida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN

incidente na operação, ficando a falta ou insuficiência de seu recolhimento sujeita à cobrança administrativa ou judicial.

CAPÍTULO VI

DAS PENALIDADES

Art. 37 - Nas infrações relativas à NFS-e, aplicar-se-á multa no valor igual a:

I – 10% (dez por cento) do Valor de Referência Municipal para cada NFS-e não emitida ou de outro documento ou declaração exigida pela Administração;

II – 10% (dez por cento) do Valor de Referência Municipal para cada emissão indevida de NFS-e tributáveis como isentos, imunes, ou não tributáveis;

III – 10% (dez por cento) do Valor de Referência Municipal para cada para cada NFS-e Municipal indevidamente cancelada.

Art. 38 - Nas infrações relativas à emissão de RPS, aplicar-se-á multa de valor igual a:

I – 20% (vinte por cento) do Valor de Referência Municipal para cada RPS emitido e não convertido em NFS-e, no prazo legal;

II – 20% (vinte por cento) do Valor de Referência Municipal para cada RPS não convertido em NFS-e e não informado pelo tomador dos serviços nos prazos regulamentados.

Art. 39 - Sem prejuízo de outras imputações fiscais e penais, configura crime de estelionato e outras fraudes, bem como de falsidade ideológica, o uso indevido do sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, tendente a acobertar operações de prestação de serviços inexistentes, com o objetivo de:

I – aumentar a renda para efeito de financiamentos e congêneres;

II – registrar despesas ou créditos indevidos a tributos federais, estaduais ou municipais.

Parágrafo único - A infração ao presente artigo será punida com multa igual a 01 (um) Valor de Referência Municipal.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 40 - Para efeito desta Lei, entende-se por processo administrativo regular, todo aquele instaurado via protocolo central da Secretaria da Fazenda pelo contribuinte mediante pedido formal e fundamentado, com o objetivo de corrigir erros nos dados lançados da NFS-e.

Parágrafo único - O processo administrativo referido neste artigo, somente se admite antes de instaurado processo regular de fiscalização.

Art. 41 - A partir da vigência desta Lei, tornam-se sem efeito todos os regimes especiais concedidos anteriormente, ressalvados os contribuintes que possuam autorização para utilização de "Emissor de Cupom Fiscal – ECF" ou recolham o

ISSQN sob o regime de estimativa fixa mensal.

Art. 42 - No ato da homologação do requerimento de senha para uso do sistema eletrônico da NFS-e, fica a Autoridade Fiscal obrigada a inserir de ofício no Cadastro Mobiliário Municipal, todas as informações incompletas, ressalvadas aquelas que dependam de

expressa licença administrativa, tais como:

- I – mudança de endereço; e
- II – mudança de ramo de atividade.

Art. 43 – A data inicial para a utilização obrigatória do sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) e os contribuintes abrangidos serão definidos em Decreto.

Art. 44 - Fica estabelecido um período de transição de 120 (cento e vinte) dias a contar da data da obrigatoriedade do uso da NFS-e, para os contribuintes utilizarem o sistema sem que as operações irregulares impliquem nas penalidades previstas no Capítulo VI desta Lei.

Parágrafo único - As irregularidades cometidas no decurso do período de transição deverão ser corrigidas pelo contribuinte em até 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua ocorrência, sob pena de se sujeitarem às sanções previstas no Capítulo VI desta Lei.

Art. 45 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 27 de fevereiro de 2014.
ZÊNIO CARDOSO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO
Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Lei 2127/2014

LEI Nº 2127, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014.
INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE BOLSAS DE ESTUDOS - BOLSAS DE ESTUDO PARA FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no exercício de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam instituídas bolsas de estudo destinadas a dependentes de funcionários públicos municipais, da administração direta e indireta do Município, para curso de graduação, ou seja aquele que constitui a primeira etapa da formação no ensino superior e possibilita a obtenção de títulos de bacharel e/ou licenciado.

Art. 2º. A referida Lei dependerá de decreto anual para sua instrumentalização e regulação.

§ 1º. O decreto disponibilizará o número de bolsas ofertadas, bem como os critérios de seleção, sendo que se a demanda for maior que o número ofertado, o critério de classificação se dará através de estudo socioeconômico realizado pelo serviço social do Município de Sombrio/SC.

Art. 3º. As bolsas de estudo de que trata esta Lei serão concedidas em número definidos pelo decreto, sendo bolsas integrais, não reembolsáveis, para curso superior de bacharelado e ou licenciatura em intuição de Ensino Superior, da qual o Município firmará convênio para oferecimento do referido benefício.

§ 1º. O referido programa destina-se somente a candidatos que não possuem graduação, sendo vedada a participação de graduados ou em fase de graduação em ensino superior.

§ 2º. O beneficiário da referida bolsa, prestará a título de compensação ao Município, estágio de 20 horas semanais na rede

municipal de ensino ou outro órgão vinculado desta municipalidade.

Art. 4º. Para os efeitos desta Lei consideram-se como dependentes do funcionário, apenas:

I - filho (a), na forma da Lei;

§ 1º. Em nenhuma hipótese será concedida mais de uma bolsa de estudo, reembolsável ou não, para a mesma família de funcionário.

Art. 5º. Somente dependente de funcionários efetivos ou estáveis, em atividade no serviço público municipal, poderá usufruir dos benefícios desta Lei.

Art. 6º. Os interessados em concorrer ao processo de concessão de bolsas de estudos, a que se refere o "Programa Municipal de Bolsas de Estudos", como instituído por esta Lei, deverão manifestar seu interesse, atendendo ao disposto em regulamento, que fixará critérios objetivos para o julgamento e classificação dos interessados.

§ 1º. o recrutamento dos candidatos dar-se-á por meio de processo de seleção a ser coordenado e executado pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º O referido processo seletivo será baseado em critérios socioeconômicos, que serão coletados através dos dados preenchidos no formulário de inscrição, por documentos anexados ao referido questionário e por fim pela análise do corpo técnico da Secretaria do Desenvolvimento Social, O questionário deverá constar do anexo único do decreto, que apresentará as condições de contratação e serão divulgados em edital, a ser publicado pelo menos uma vez em dois jornais de circulação local, bem como os resultados, que deverão constar em lista própria de classificação.

Art. 7º. O rompimento do vínculo empregatício, independente do motivo, implicará na suspensão da bolsa de estudo concedida, ao final do semestre.

Art.8º. O beneficiário que no decorrer do curso abandona-lo, deverá reverter ao erário, o valor dispensado ao custeio até ao presente momento e também não poderá se inscrever em novo processo de seleção de vagas pelo prazo de 05 (cinco) anos.

Art. 9º. O acompanhamento do processo de distribuição das bolsas de estudo de que trata esta Lei será feita por uma Comissão de três (03) membros, nomeada pelo Prefeito, através do decreto instituído pelo Art.2º deste diploma, composta por um (01) representante do Poder Executivo, um (01) representante do Sindicato dos Servidores Públicos do Município, indicado por sua Presidência, e um (01) representante da do Poder Legislativo, indicado pelo Prefeito.

§ 1º. A Comissão terá mandato de um ano, cabendo-lhe acompanhar e fiscalizar todo o processo.

§ 2º A divulgação do edital de abertura das inscrições de concessão das bolsas se dará por ampla divulgação nos meios de comunicação local, com publicação do referido edital no órgão oficial do município e em no mínimo dois jornais de circulação diária no município de Sombrio/SC.

§ 3º Não participará da Comissão, funcionário que pleitear para dependente Bolsa de Estudos.

Art. 10º. As despesas decorrentes de execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento,

suplementadas se necessário.

Art. 11º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Sombrio (SC), 27 de fevereiro de 2014.

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

TOMADA DE PREÇOS Nº 024/2014

A Prefeitura Municipal de Sombrio torna público que no dia 25/03/2014 às 09:00 horas, estará realizando Tomada de Preços para a contratação de empresa especializada para executar pavimentação com lajotas sextavadas na Estrada Geral, localizada em Morro do Cipó – Sombrio-SC, numa extensão de 279,82 metros, sendo que os proponentes deverão entregar os envelopes de documentação e proposta até as 17:30 horas, do dia 24/03/2014. Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito a Av. Nereu Ramos, 861, Centro, Sombrio-SC, no horário das 08:00 às 11:30hs e das 13:30 às 17:30hs, de Segunda-feira a Sexta-feira ou pelo tel. 048-35336625.

Sombrio-SC, 05 de março de 2014.

Ricardo D'ávila João

Presidente da CPL

Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 25/2014

MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2014

Objeto: Aquisição de 03 (tres) Tratores de Pneus tração 4x4, cfe. Descritivo no edital.

Entrega dos envelopes: até as 09.00 do dia 17/03/2014

Abertura da Sessão: á partir das 09:00 horas do dia 17/03/2014

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras

e Licitações da Prefeitura Municipal de Sombrio - SC, sito

a Av. Nereu Ramos, 861 – Centro – Sombrio/SC, no horário das

08:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:30 horas em dias úteis. Fone (48)

3533-6633.

Sombrio – SC 05/03/2014

Cleonaldo Colares Coelho

Pregoeiro

Timbó

PREFEITURA

Ata Chamada Pública N.º 01 _ 2014 Fct - Decoração de Páscoa

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA DA HABILITAÇÃO/CREDENCIAMENTO

CHAMADA PÚBLICA Nº. 01/2014 FCT

Às dezesseis horas, do vigésimo oitavo dia, do mês de fevereiro de dois mil e quatorze, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Timbó, SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 792, de 02 de janeiro de 2014, sob a presidência da Sra. Carmelinde Brandt, secretária Pamela Ap. Campregher Floriano e membro Aline Burger.

A Comissão deu início a sessão, estando presentes as empresas ARTE VISUAL PAINEIS LTDA. e MICHEL MARTINS DE SOUZA, realizando a abertura dos envelopes de habilitação/credenciamento.

Da análise e exame dos documentos, a Presidente suspendeu a sessão, tendo em vista a necessidade de esclarecimentos quanto os documentos de habilitação apresentados, não havendo a possibilidade de esclarecimento nesta data em razão do horário de funcionamento dos órgãos competentes para a referida consulta.

Desde já os presentes ficam cientes que a data da nova sessão será publicada no veículo oficial de imprensa da Prefeitura de Timbó www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Nada mais havendo a tratar após ser lida e aprovada será assinada e encerrada a presente ata.

Timbó (SC), 28 de fevereiro de 2014.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CARME琳DE BRANDT

Presidente

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO

Secretária

ALINE BURGER

Membro

ARTE VISUAL PAINEIS LTDA.

MICHEL MARTINS DE SOUZA

Ata do Chamamento Público - 02.2014 PMT

PREFEITURA DE TIMBÓ

ATA DE RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS

CHAMADA PÚBLICA Nº. 02/2014 PMT

Às oito horas, do terceiro dia do mês de março de dois mil e quatorze, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Timbó, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 792, de 02 de janeiro de 2014, sob a presidência da Sra. Carmelinde Brandt, secretária Pamela Ap. Campregher Floriano e membro Aline Burger.

Entregaram, tempestivamente, os envelopes de Documentação/Habilitação e Proposta, os seguintes fornecedores:

ITEM	DESCRIÇÃO	FORNECEDOR	QUANTI- DADE	VALOR UNIT.
------	-----------	------------	-----------------	----------------

1	Peixe de água doce	Cooperativa Mista Agrícola de Piscicultores - COOMAPEIXE	700 kg	R\$ 19,60
---	--------------------	--	--------	-----------

Em análise dos documentos verificou-se que o interessado, Cooperativa Mista Agrícola de Piscicultores – COOMAPEIXE, atendeu os requisitos de habilitação
Nada mais havendo a tratar após ser lida e aprovada será assinada e encerrada a presente ata.

Timbó (SC), 03 de março de 2014
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CARMELINDE BRANDT
Presidente

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Secretária

ALINE BURGER
Membro

Aviso Pregão Presencial N.º 10 2014 SAMAE - Registro de Preço Espaço Publicitário Em Rádio Am e Rádio Fm

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL N.º 10/2014 - SAMAE

OBJETO: registro de preços destinado à contratação de espaços publicitários em Rádio AM e Rádio FM para divulgação das ações do SAMAE junto à população. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 18 de março de 2014. ABERTURA: dia 18 de março de 2014 as 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbo (SC), 28/02/2014
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Decisão Autoridade Superior - Recurso Pregão Presencial N.º 03/2014 SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
DECISÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2014 - SAMAE

Recorrente: ACMM SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA
Assunto: Recurso contra decisão do Sr Pregoeiro que habilitou a empresa SS COMERCIAL ELÉTRICA LTDA – Edital de Pregão Presencial n.º 03/2014.

Decisão: Com fundamento nas razões do Parecer Jurídico n.º 28/2014, elaborado pela Procuradoria Geral do Município, INDEFIRO o recurso interposto pela licitante ACMM SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA, mantendo-se a Ata de Pregão Presencial de fls. 112/114.

Dê-se ciência às partes.

Timbó/SC, 28 de fevereiro de 2014
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente SAMAE

Extrato Contrato 2014.022 SAMAE

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/022
LOCATÁRIO: Município de Timbó.
LOCADOR: Correa Materiais Elétricos LTDA.

OBJETO: Locação de 01 (um) grupo gerador 450KVA não carenado, base aberta, para atendimento do sistema de captação de água do SAMAE.
VALOR: R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 18/02/2014

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Extrato Dispensa Nº 01 2014 Timboprev - Locação de Parte de Imóvel

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 01/2014 - TIMBOPREV
CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ.
CONTRATADO: PARTICIPAÇÕES BLAESE LTDA

OBJETO: Locação de parte de imóvel, correspondente a 80m², localizado na Rua Recife, nº. 143, Centro, com a finalidade de instalação, funcionamento e operacionalização do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Timbó - TIMBOPREV, bem como a consecução de todas as demais atividades a ele relacionadas.
VALOR MENSAL DA LOCAÇÃO: R\$ 1.180,00 (mil e cem reais).

VALOR TOTAL DA LOCAÇÃO: R\$ 11.800,00 (onze mil e oitocentos reais).

QUANTIDADE DE MESES LOCADOS: 10 (dez) meses.

PRAZO DE EXECUÇÃO DA LOCAÇÃO: de março a dezembro de 2014.

Timbo (SC), 03/03/2014
OSMAIR DE CASTILHO
Presidente TIMBOPREV

Extrato Terceiro Termo Aditivo Contrato 2012-86

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/86. CONTRATANTE: Município de Timbó. CONTRATADO: Projetar Engenharia Ltda. OBJETO: prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato Administrativo 2012/86. OBRA: fiscalização da obra de construção do binário de acesso a cidade, ligando a rua Sete de Setembro com a rua Blumenau por intermédio de ponte, conforme Edital de Carta Convite para Obras e Serviços de Engenharia nº 40/2012. Data da Assinatura: 03/03/2014. PRAZO DE EXECUÇÃO: prorrogado até 31/03/2014. PRAZO DE VIGÊNCIA: prorrogado até 30/09/2014.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Extrato Ata de Registro de Preço N.º 17 2014 PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2014

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de macadame para realização de atividades diárias de municipalidade.

EMPRESA FORNECEDORA: Areias Kretz LTDA EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 288.000,00 (duzentos e oitenta e oito reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 03/03/2015

Timbó, 04/03/2014

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

Aviso Pregão Presencial Nº. 06 2014 FMS - Emissão de Laudos de Raio-X

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 06/2014 FMS

OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de emissão de laudos de raio-x através de imagem disponibilizada pelo sistema de telemedicina ou similar, para atendimento de toda a demanda do Fundo Municipal de Saúde – FMS. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h30min do dia 19 de março de 2014. ABERTURA: dia 19 de março de 2014 as 08h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbo (SC), 04/03/2014

ALFREDO JOAO BERRI

Secretário da Saúde

Extrato Contrato 2014.009 - SEMFA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/009

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ.

CONTRATADO: MÁRCIA M. DA SILVA CIA LTDA - INFODIGITALL

OBJETO: locação do Sistema de Informática GEDOC CONTÁBIL, cuja finalidade versa acerca da digitalização, arquivamento e gerenciamento de documentos fiscais. Data da assinatura 05/02/14. VALOR MENSAL: 264,02 (duzentos e sessenta e quatro reais e dois centavos). PRAZO: 05/02/2014 até 31/12/2014.

Maria Angélica Faggiani

Secretária da Fazenda e Administração

Extrato Contrato 2014.010 - SEMFA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ.

CONTRATADO: seti segurança e tecnologia na internet ltda

OBJETO: locação e cessão de uso, pela CONTRATADA ao MUNICÍPIO do software/módulo denominado "software S4" para controle de uso da internet, bem como toda a sua implantação e a prestação de todos os serviços de suporte técnico e manutenção necessários ao pleno cumprimento/funcionamento Data da assinatura 05/02/14. VALOR MENSAL: R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais). PRAZO: 05/02/2014 até 31/12/2014.

Maria Angélica Faggiani

Secretária da Fazenda e Administração

Extrato Contrato 2014.024 - FMS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/024

AUTORIZANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

AUTORIZADO: Análise Laboratório Clínico LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa com capacidade técnica para execução de exames com finalidade diagnostica em atendimento às necessidades do Fundo Municipal de Saúde.
VALOR: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 03/03/2014

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário da Saúde

Extrato do Convênio Nº 2014.01 - FMS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA SAÚDE
EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 2014/01.

CONVENIENTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde. CONVENIADOS: Hospital E Maternidade OASE, Ordem Auxiliadora Das Senhoras Evangélicas De Timbó – OASET e Instituto Vida De Assistência À Saúde.

OBJETO: O Convênio tem por finalidade a execução, pelos CONVENIADOS, de serviços de anestesiologia, para atendimento de toda a demanda de cirurgia do Hospital e Maternidade Oase e preferencialmente aquela advinda do SUS e encaminhada pelo CONVENIENTE. VALOR MENSAL: R\$ 8.907,17 (oito mil novecentos e sete reais e dezessete centavos). PRAZO: 03/02/2014 até 31/12/2014. Data da assinatura: 03/02/2014.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

SAMAE**Portaria N. SAMAE- 031, de 26 de Fevereiro de 2014**

PORTARIA N. SAMAE- 031, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3320, de 07/11/2013;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: Agente de Coleta e Seleção de Lixo				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
NEUSA CASTA-NHA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	15/07/1982	069.882.149-17	44 horas	03/03/2014 a 31/03/2014
CRISTIANO ROPKE STEFFEN (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	26/02/1996	063.817.739-10	44 horas	03/03/2014 a 31/03/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 26 de fevereiro de 2014; 144o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Portaria N. SAMAE- 030, de 26 de Fevereiro de 2014

PORTARIA N. SAMAE- 030, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Gema Vicente

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e com fundamento nos arts. 170 e 172 da Lei Complementar n. 01, de 22/10/93

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora GEMA VICENTE, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, por trinta e quatro dias, a contar de 26 de fevereiro de 2014 (período de 26/02 a 31/03/2014), com remuneração equivalente a de contribuição, a título de auxílio-doença, conforme Processo RH 73/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de fevereiro de 2014; 144o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Portaria N. SAMAE- 032, de 26 de Fevereiro de 2014

PORTARIA N. SAMAE- 032, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3320, de 07/11/2013;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: Motorista				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
NELSON VANDERLEI HILLER (Em substituição ao servidor Silvio Sandro Sdrigotti que está ocupando Cargo em Comissão)	29/11/1971	806.250.539-14	44 horas	03/03/2014 a 31/03/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 26 de fevereiro de 2014; 144o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Portaria N. SAMAE- 033, de 28 de Fevereiro de 2014

PORTARIA N. SAMAE- 033, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3320, de 07/11/2013;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: Agente de Coleta e Seleção de Lixo				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
RANDI PISKE (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	08/09/1977	928.900.679-04	44 horas	05/03/2014 a 31/03/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de fevereiro de 2014; 144o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Extrato do Contrato Administrativo N. 2014/028

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SAMAE SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/028

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADA: INKOS RECICLADORAS CARTUCHOS E TONER LTDA

OBJETO: LOCAÇÃO DE 06 (CINCO) IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS LEXMARK MULTIFUNCIONAL MONOCROMÁTICA X203N

PRAZO: 09 MESES

VALOR TOTAL: R\$ 2.700,00 (DOIS MIL E SETECENTOS REAIS)

TIMBÓ, 05 DE MARÇO DE 2014.

WALDIR GIRARDI

DIRETOR PRESIDENTE

Três Barras**PREFEITURA****Procedimento Licitatorio Nº. 23/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 23/2014.

EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2014.

O Fundo Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Três Barras – SC torna publico que sob a regência da Lei Federal nº. 8.666/93 com as alterações da 8.883/94 receberá até as 09 h e 00 min. do dia 24 de março de 2014, a Documentação e Propostas para construção civil, sendo:

LOTE 01: construção de uma Unidade Básica de Saúde com área de 456,19 m2, a ser construída na Rua Lamber, s/nº – Centro, com valor orçado de R\$ 601.296,70. Recursos Financeiros: R\$ 408.000,00 provenientes do Ministério da Saúde – Proposta nº. 11491075000113003 e saldo com recursos próprios.

LOTE 02: construção de uma Unidade Básica de Saúde com área de 367,28 m2, a ser construída na Rua Cyriaco Felício de Souza, s/nº – Bairro Vila Nova, com valor orçado de R\$ 425.985,78. Recursos Financeiros: R\$ 408.000,00 provenientes do Ministério da Saúde – Proposta nº. 11491075000113002 e saldo com recursos próprios.

LOTE 03: construção de uma Unidade Básica de Saúde com área de 367,28 m2, a ser construída na Rua Boleslau Polanski, s/nº – Bairro João Paulo II, com valor orçado de R\$ 412.927,29. Recursos Financeiros: R\$ 408.000,00 provenientes do Ministério da Saúde – Proposta nº. 11491075000113001 e saldo com recursos próprios.

Abertura: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 24 de março de 2014. Copias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações da Prefeitura Municipal, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Três Barras – SC, mediante apresentação da guia de pagamento / depósito, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta Reais) na conta nº. 1273-4 – Banco do BRASIL – Agencia nº. 5278-7 – Três Barras – SC. Maiores informações poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 - Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 26 de fevereiro de 2014.

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

SALVADOR DE MAIO DE NETO

JURIDICO

Procedimento Licitatorio Nº. 24/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 24/2014.

EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 02/2014.

A Prefeitura Municipal de Três Barras – SC torna publico que sob a regência da Lei Federal nº. 8.666/93 com as alterações da 8.883/94 receberá até as 09 h e 00 min. do dia 25 de março de 2014, a Documentação e Propostas para execução de painéis de madeira no prédio do Paço Municipal destinados a revitalização de sua fachada.

Abertura: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 25 de março de 2014.

Copias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações da Prefeitura Municipal, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Três Barras – SC.



Maiores informações poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 - Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 26 de fevereiro de 2014.

ELOI JOSE QUEGE
PREFEITO MUNICIPAL

SALVADOR DE MAIO DE NETO
JURIDICO

Treze Tílias

PREFEITURA

Portaria Nº 032-14 - Exonerar Gláucio Calixto de Oliveira do Cargo Comissionado

PORTARIA Nº 032/14 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR o Sr. GLÁUCIO CALIXTO DE OLIVEIRA, CPF nº 953.493.166-72, residente e domiciliado neste município do cargo comissionado de DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE, conforme Portaria de nomeação nº 015/13

Artigo 2º - RECONDUZIR o funcionário acima descrito para assumir o cargo efetivo de FARMACÊUTICO conforme Portaria de nomeação nº 064/08 de 30 de julho de 2088.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS,
EM 28 DE FEVEREIRO DE 2014.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Mun. de Administração e Finanças

Portaria Nº 033-14 - Nomear Comissão de Avaliação e Monitoramento do Pmaq

PORTARIA Nº 033/14 DE 05 DE MARÇO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

R E S O L V E:

Artigo 1º - NOMEAR os membros abaixo descritos para compor a Comissão de Avaliação e Monitoramento do PMAQ, conforme o Art. 9º, Parágrafo 1º da Lei Ordinária nº 1.787/2013.

- Ivone Ribeiro de Freitas;
- Gabriela Mazzarino;
- Debbie Guessier;
- Ana Paula Del Posso;

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS,
EM 05 DE MARÇO DE 2014.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Extrato Contrato 24-2014

EXTRATO DE CONTRATO 24/2014

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a prestação, pelo CONTRATADO, dos serviços de pagamentos das Ordens Bancárias - OB, por meio do Sistema OBN - Ordens Bancárias dos Estados e Municípios;

PROCESSO LICITATÓRIO: 14/2014.

CONTRATADA: Banco do Brasil SA

VIGÊNCIA: 2014

VALOR: R\$ 7.500,00

DATA ASSINATURA: 26/02/2014.

TREZE TÍLIAS, 26 de Fevereiro de 2014.

Inexigibilidade de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TÍLIAS	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 14/2014 - IL
CNPJ: 82.777.251/0001-41 PRAÇA ANDRÉAS THALER, 25 C.E.P.: 89650-000 - Treze Tílias - SC	Processo Nr.: 14/2014 Data: 26/02/2014
Folha: 1/2	

Fornecedor: BANCO DO BRASIL Endereço: Cidade: Treze Tílias - SC CPF: 999.999.999-99	Código: 1497 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: O objeto da presente licitação é a prestação pelo Banco do Brasil S.A. de serviços especializados de pagamento diversos, por meio de ordens bancárias eletrônicas, com utilização do Sistema OBN - Ordens Bancárias de Estados e Municípios	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Serviços especializados de pagamento diversos, por meio de ordens bancárias eletrônicas, com utilização do Sistema OBN - Ordens Bancárias de Estados e Municípios (7722)	SV	7.500,00	7.500,00

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

CAPUT - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

JUSTIFICATIVA

No caso, a licitação é inexigível, nos termos do caput do artigo 25 da Lei 8.666/93 que prevê ser inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.
É o caso em tela, pois a contratação visa adquirir serviço de processamento fornecido somente pelo Banco do Brasil e necessário para operacionalizar verbas do FUNDEB que somente são repassadas por bancos oficiais. Assim, não há outra forma de atender à necessidade da administração, a não ser a contratação do serviço prestado pela instituição bancária.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Treze Tílias, 26 de Fevereiro de 2014

MAURO DRESCH
PREFEITO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TÍLIAS**

CNPJ: 82.777.251/0001-41
PRAÇA ANDRÉAS THALER, 25
C.E.P.: 89650-000 - Treze Tílias - SC

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 14/2014 - IL**

Processo Nr.: 14/2014
Data: 26/02/2014

Folha: 2/2

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Valor da Despesa: 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

Pagamento.....: Mensal

Tunápolis

PREFEITURA

Processo de Licitação Nº 11/2014 Edital de Pregão Presencial Nº 10/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 11/2014

Edital de Pregão Presencial nº 10/2014

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo menor preço por item que tem por objeto aquisição de material de limpeza, copa e cozinha, destinados para o Fundo Municipal da Saúde. Entrega dos envelopes até às 8h do dia 19 de Março de 2014. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Bruno José Heberle
Gestor do Fundo

Contrato Nº 27/2014

CONTRATO Nº 27/2014

Contrato particular de apresentação artística que entre si fazem, de um lado, como CONTRATADA, a BANDA OS ATUAIS, neste ato representado por ADILSON TOLFO, residente à Rua OS ATUAIS, nº 12, CX. POSTAL 08, CEP 98.930-000, TUCUNDUVA, CPF 574223700-68 e de outro lado, como CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198/0001-52, situado na RUA JOÃO CASTILHO Nº 111, CENTRO, Tunápolis / SC, neste ato representado por ENOÍ SCHERER, CPF 656.321.769-91 RG 2.529.279 e assim resolvem celebrar o comum acordo mediante as seguintes cláusulas e condições, a saber:

Cláusula primeira - É objeto deste contrato, como responsabilidade da CONTRATADA, na condição de representante exclusivo e credenciado da BANDA AMÉRICA, a sua apresentação no seguinte local e data:

NOME DO LOCAL DO SHOW: PARQUE DE EXPOSIÇÃO DA EFACITUS

CIDADE / ESTADO: Tunápolis / SC

DATA E HORÁRIO DO SHOW: 27/04/2014 às 20:00 hs

Cláusula segunda – Obriga-se a CONTRATADA, para apresentação do show, ao fornecimento dos documentos necessários a sua liberação, desde que previamente informada pela CONTRATANTE com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da realização do show.

Cláusula terceira - Obriga-se a CONTRATANTE à produção do(s) espetáculo(s) com as seguintes providências mínimas:

Parágrafo primeiro - Contratar o local da apresentação sem qualquer ônus para a CONTRATADA;

Parágrafo segundo - Preparar e veicular as peças publicitárias para a divulgação da apresentação pactuada, ficando expressamente vetada a gravação sonora ou audiovisual da apresentação;

Parágrafo terceiro - Contratar equipamentos de sonorização e iluminação, conforme relação anexa;

Parágrafo quarto - Liberar a apresentação junto aos órgãos públicos e entidades de classe;

Parágrafo quinto - Prover uma sala bem iluminada nos bastidores, com banheiro, de acesso fácil e direto ao palco, que será utilizada como camarim única e exclusivamente pela banda e sua equipe técnica.

Cláusula quarta - O descumprimento de quaisquer dos itens incluídos na cláusula quarta, por parte da CONTRATANTE, implicará no cancelamento desse contrato.

Cláusula quinta - As despesas, ônus e responsabilidades pela produção constadas na cláusula Quarta caberão exclusivamente à CONTRATANTE, já as despesas de transporte, deslocamento, hospedagem, alimentação e bebidas, inclusive as do camarim são de responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula sexta - Como remuneração pela apresentação do espetáculo, e pela contratação de serviços de transportes da CONTRATADA nos deslocamentos necessários à realização deste show, inclusive com a alimentação e hospedagem e demais despesas a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), a serem pagos no dia 30 de Abril mediante apresentação da nota fiscal.

Parágrafo primeiro - O pagamento deverá ser feito em espécie, moeda corrente nacional.

Cláusula nona - Na impossibilidade da realização do(s) espetáculo(s) por iniciativa da CONTRATANTE, após assinado o presente instrumento, fica este sujeito a pagar à CONTRATADA 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido pela cláusula oitava.

Cláusula décima - Na impossibilidade de realização do espetáculo por parte da CONTRATADA, por fatores alheios a sua vontade, não haverá pagamento e nem nova data para apresentação.

Fica eleito o foro da cidade de Itapiranga, Santa Catarina, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão decorrente deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento de contrato particular de apresentação artística em duas vias de igual teor e forma, para que produzam igual efeito, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas. O presente instrumento deverá ser devolvido assinado na última página e rubricado nas demais, em todas suas vias, pelo CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, não produzindo efeito e ficando expressamente revogado se ultrapassado este prazo.

Tunápolis - SC, 13 de Fevereiro de 2014

ADILSON TOLFO
BANDA OS ATUAIS
CPF: 574223700-68

ENOÍ SCHERER
CPF: 656.321.769-91

Contrato Nº 26/2014

CONTRATO Nº 26/2014

Contrato particular de apresentação artística que entre si fazem, de um lado, como CONTRATADA, a BANDA AMÉRICA, neste ato representada por Darci Antonio Zattera, residente à Rua Vereador Romério Rodrigues de Lima, nº 1189, Bairro Santa Rita, CEP 85.615-000, Município de Marmeleiro - PR, CPF 513.535.809-97 e de outro lado, como CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198/0001-52, situado na RUA JOÃO CASTILHO Nº 111, CENTRO, Tunápolis / SC, neste ato representado por ENOÍ SCHERER, CPF 656.321.769-91 RG 2.529.279 e assim resolvem celebrar o comum acordo mediante as seguintes cláusulas e condições, a saber:

Cláusula primeira - É objeto deste contrato, como responsabilidade da CONTRATADA, na condição de representante exclusivo e credenciado da BANDA AMÉRICA, a sua apresentação no seguinte local e data:

NOME DO LOCAL DO SHOW: PARQUE DE EXPOSIÇÃO DA EFACITUS

CIDADE / ESTADO: Tunápolis / SC

DATAS E HORÁRIOS DOS SHOWS: 26/04/2014 das 23:50hs às 03:30hs e no 27/04/2014 das 17:30hs às 19:50hs.

Cláusula segunda - Obriga-se a CONTRATADA, para apresentação do show, ao fornecimento dos documentos necessários a sua liberação, desde que previamente informada pela CONTRATANTE com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da realização do show.

Cláusula terceira - Obriga-se a CONTRATANTE à produção do(s) espetáculo(s) com as seguintes providências mínimas:

Parágrafo primeiro - Contratar o local da apresentação sem qualquer ônus para a CONTRATADA;

Parágrafo segundo - Preparar e veicular as peças publicitárias para a divulgação da apresentação pactuada, ficando expressamente vetada a gravação sonora ou audiovisual da apresentação;

Parágrafo terceiro - Contratar equipamentos de sonorização e iluminação, conforme relação anexa;

Parágrafo quarto - Liberar a apresentação junto aos órgãos públicos e entidades de classe;

Parágrafo quinto - Prover uma sala bem iluminada nos bastidores, com banheiro, de acesso fácil e direto ao palco, que será utilizada como camarim única e exclusivamente pela banda e sua equipe técnica.

Cláusula quarta - O descumprimento de quaisquer dos itens incluídos na cláusula quarta, por parte da CONTRATANTE, implicará no cancelamento desse contrato.

Cláusula quinta - As despesas, ônus e responsabilidades pela produção constadas na cláusula Quarta caberão exclusivamente à CONTRATANTE, já as despesas de transporte, deslocamento, hospedagem, alimentação e bebidas, inclusive as do camarim são de responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula sexta - Como remuneração pela apresentação do espetáculo, e pela contratação de serviços de transportes da CONTRATADA nos deslocamentos necessários à realização deste show, inclusive com a alimentação e hospedagem e demais despesas a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de R\$ 9.200,00 (Nove mil e Duzentos reais), a serem pagos no dia do show mediante apresentação de nota fiscal.

Parágrafo primeiro - O pagamento deverá ser feito em espécie, moeda corrente nacional,

Cláusula nona - Na impossibilidade da realização do(s) espetáculo(s) por iniciativa da CONTRATANTE, após assinado o presente instrumento, fica este sujeito a pagar à CONTRATADA 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido pela cláusula oitava.

Cláusula décima - Na impossibilidade de realização do espetáculo por parte da CONTRATADA, por fatores alheios a sua vontade, não haverá pagamento e nem nova data para apresentação.

Fica eleito o foro da cidade de Itapiranga, Santa Catarina, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão decorrente deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento de contrato particular de apresentação artística em duas vias de igual teor e forma, para que produzam igual efeito, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas. O presente instrumento deverá ser devolvido assinado na última página e rubricado nas demais, em todas suas vias, pelo CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, não produzindo

efeito e ficando expressamente revogado se ultrapassado este prazo.

Tunápolis - SC, 24 de Fevereiro de 2014

DARCI ANTONIO ZATTERA

BANDA AMÉRICA

CPF: 513.535.809-97

ENOÍ SCHERER

CPF: 656.321.769-91

Transporte Rodoviário Nova Michelin Ltda

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO DE COMPRA Nº: 17/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 13/2014

REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2014

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PREGÃO 13/2014

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA a contratação de empresas para a prestação de serviços de Transporte de Entidades Culturais, Grupos da 3ª Idade e Outros.

Aos 17 dias do mês de fevereiro de 2014, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho nº111, Centro, na cidade de Tunápolis, SC com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº 17/2014, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando a contratação de empresas para a prestação de serviços de Transporte de Entidades Culturais, Grupos da 3ª Idade e Outros do pregão presencial nº 13/2014, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor: TRANSPORTE RODOVIÁRIO NOVA MICHELIN LTDA, inscrito sob o CNPJ nº 12.664.445/0001-55 estabelecido à Rod SC-493, Km 20,50, s/n, interior no Município de Santa Helena-SC, neste ato representado pelo Sr. Ademir Juarez Casanova, portador do RG nº 3109574 e do CPF nº 904.798.319-04.

Descrição do(s) item(s):

Item	Quant	Unid.	Especificação	Valor Maximo
1	3.500,00	Km	Quilômetros percorridos para viagens educativas, culturais e esportivas, para transporte de atletas, entidades culturais e pessoas da terceira idade deste município, em viagens, municipais, intermunicipais e interestaduais, com micrônibus convencional com ar condicionado para no mínimo 15 passageiros. .	3,00
3	10.000,00	Km	Quilômetros percorridos para viagens educativas, culturais e esportivas, para transporte de atletas, entidades culturais e pessoas da terceira idade e outros deste município, com ônibus leito turismo equipado com ar condicionado para no mínimo 44 passageiros.	4,05

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 03/2014.

2.2 - O compromisso da prestação de serviço só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 13/2014 que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 O pagamento será feito por quilometro (Km) rodado, 10 (dez) dias após a prestação dos serviços, mediante a apresentação de nota fiscal / fatura, e planilha específica emitida pela Secretaria responsável pela execução dos serviços de transporte, em moeda corrente nacional, salvo se este dia coincidir com sábado, domingo ou feriado, hipóteses em que o pagamento será ultimado para o primeiro dia útil que se seguir, sendo pré-requisito para o recebimento, a apresentação do comprovante de pagamento do seguro, quando o mesmo for contratado com pagamento mensal pela CONTRATADA.

4.2 O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
5.2.1.2 - o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - a solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - o fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

6. DO PRAZO PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

6.1 Para atender ao objeto do presente contrato, o Licitante vencedor deverá realizar as viagens de acordo com as necessidades da municipalidade. O Município encaminhará solicitação para a realização de viagens com no mínimo 05 (cinco) dias consecutivos de antecedência.

6.2 O Licitante vencedor deverá disponibilizar veículo em boas condições, e que atenda às exigências mínimas do edital para cada item. O veículo disponibilizado deverá ser aquele cuja documentação foi apresentada no ato da assinatura do contrato, ou outro, desde que em condições idênticas e que tenha sido previamente aprovado pelo Município.

6.3 O Licitante vencedor deverá arcar com as despesas de alimentação e hospedagem, se for o caso, em decorrência de problemas mecânicos ocorridos nos veículos durante as viagens.

6.4 O Licitante vencedor fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8666/93 atualizada.

6.5. Todas as despesas, inclusive combustível, motorista, manutenção do veículo, dentre outras necessárias a correta execução destes serviços deverão estar inclusas no preço.

6.6 O Licitante vencedor é responsável pela prestação total dos serviços ora contratados, respeitando os itinerários e horários estabelecidos;

6.7 O Licitante vencedor é responsável pelos danos que possa causar ao Município ou a terceiros em qualquer caso, durante a execução dos serviços, bem como a reparação ou indenização sem ônus para a Prefeitura ou a terceiros;

6.8 O Licitante vencedor é responsável por seus funcionários ou pessoal contratado, obriga-se a executar, nas condições estipuladas, a prestação dos serviços objeto deste contrato, bem como

é de sua inteira responsabilidade os encargos trabalhistas, previdenciárias, tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato, de conformidade com o que prevê o artigo 71 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

6.9 Deverá o Licitante vencedor manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidos no Pregão Presencial nº 13/2014.

6.10 A Licitante vencedora deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

6.11 O Licitante vencedor é responsável por formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato. Será também responsável pelos custos com alimentação e estadia dos motoristas.

6.12 O Licitante vencedor deverá disponibilizar veículo em boas condições, e que atenda às exigências mínimas do edital para cada item. O veículo disponibilizado deverá ser aquele cuja documentação foi apresentada no ato da assinatura do contrato, ou outro, desde que em condições idênticas e que tenha sido previamente aprovado pelo Município.

6.13 O Licitante vencedor deverá arcar com as despesas de alimentação e hospedagem, se for o caso, em decorrência de problemas mecânicos ocorridos nos veículos durante as viagens.

6.14 O Licitante vencedor do certame deverá providenciar junto ao DER/SC o ATR – Autorização de Transporte Rodoviário para cada viagem ficando por sua inteira responsabilidade a retirada de tal documento, além de pegar junto a secretaria correspondente a listagem dos passageiros a serem transportados

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade até 31/12/2014, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 17/2014 que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitara a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, do Edital de Pregão Presencial n.13/2014.

8.1.1. Pelo atraso injustificado do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Município de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº

10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

8.2. O Município de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº8.666/1993.

8.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

8.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

10. DO FORO

10.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 13/2014 e a proposta da empresa abaixo relacionada.

10.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, 17 de Fevereiro de 2014.

Prefeito Municipal
Contratante

TRANSPORTE RODOVIÁRIO NOVA MICHELIN LTDA
Contratada

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff Sheila Inês Bieger
CPF: 918.368.409-34 CPF: 020.226.259.60

Minuta da Ata de Registro de Preços ao Processo 02/2014

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO 02/2014

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS MECANICOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, GEOMETRIA E BALANCEAMENTO, CHAPARIAS COM PINTURA, POLIMENTO EM VEICULOS DE PROPRIEDADE DESTA MUNICIPALIDADE

Aos 24 dias do mês de fevereiro de 2014, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, 111, Centro, na

cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Senhor Volmir Pedro Lawisch, portador do RG nº 1.850.412 e CPF nº 710.744.149-34, residente e domiciliado, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 02/2014, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para 02/2014, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos materiais constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor AUTO MECANICA BERLIN LTDA ME, devidamente inscrita, sob o CNPJ nº 07.625.024/0001-85, com sede na Avenida Cerro Largo,99, Centro, no Município de Tunápolis, neste ato representado pelo sócio administrador Sr. Bernildo José Bourscheidt, portadora do RG nº.04.219.458 e do CPF nº. 0039.595.539-45.

Descrição do(s) item(s):

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
4	40	UN	73,00	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO DE BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, VEÍCULOS MÉDIOS
5	60	UN	76,00	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO DE BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, VEÍCULOS RODA LIGA LEVE
6	60	UN	64,00	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO DE BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, VEÍCULOS RODA SIMPLES

2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 02/2014.

2.2 - O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 02/2014, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados EM ATE 10 DIAS após a execução dos serviços e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - Automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 11 do Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

6. DO PRAZO E FORMA PARA ENTREGA DOS SERVIÇOS

6.1 - Os serviços deverão ser prestados em estabelecimento devidamente habilitado, estabelecido no município de Tunápolis, devendo ocorrer em até 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

6.2 - O Município de Tunápolis emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite o dia 31/12/2014.

6.3 - A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a execução dos serviços, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 - Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 - Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar, vícios, defeitos ou incorreções.

6.8 - O licitante vencedor dos serviços mecânicos deverá apresentar ao Município lista das peças com seus respectivos preços que deverão ser substituídas para executar os serviços, cujo deverá ser previamente autorizado pelo Município, conforme autoriza o Prejulgado n. 803 do Tribunal de Contas do Estado de SC.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade até 31/12/2014, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº., que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis, não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao

beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitara a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, das previstas no item n.11 do Edital de Pregão Presencial n.:

8.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Município de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

8.2. O Município de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº8.666/1993.

8.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

8.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

10.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº e a proposta da empresa abaixo relacionada.

10.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, 24 de janeiro de 2014.
Volmir Pedro Lawisch
Prefeito Municipal em exercício
Contratante

AUTO MECANICA BERLIN LTDA ME
Bernildo José Bourscheidt
Contratada

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff Sheila Inês Bieger
CPF: 918.368.409-34 CPF: 020.226.259.60

Minuta da Ata de Registro de Preços ao Processo 02/2014

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO 02/2014

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS MECANICOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, GEOMETRIA E BALANCEMANTO, CHAPARIAS COM PINTURA, POLIMENTO EM VEICULOS DE PROPRIEDADE DESTA MUNICIPALIDADE

Aos 24 dias do mês de fevereiro de 2014, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Senhor Volmir Pedro Lawisch, portador do RG nº 1.850.412 e CPF nº 710.744.149-34, residente e domiciliado, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 02/2014, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para 02/2014, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos materiais constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor AUTO MECANICA GRIEBELER LTDA -ME, devidamente inscrita, sob o CNPJ n.º 72.378.052/0001-07, com sede na Rua Caaro, 190 Centro, no Município de Tunápolis, neste ato representado pela representante legal Sra. Neiva Griebeler, portadora do RG n.4.255.606 e do CPF n. 052.091.239-01.

Descrição do(s) item(s):

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	600,00	HRS	31,50	HORAS DE MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECANICOS PREVENTIVOS, CORRETIVOS E ELETRONICO PARA VEICULOS LEVES
2	200,00	HRS	41,00	HORAS DE MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS PARA MANUTENÇÃO DE ÔNIBUS ESCOLARES E MICRO ONIBUS

2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 02/2014.

2.2 - O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 02/2014, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados EM ATÉ 10 DIAS após a execução dos serviços e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - Automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 11 do Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

6. DO PRAZO E FORMA PARA ENTREGA DOS SERVIÇOS

6.1 - Os serviços deverão ser prestados em estabelecimento devidamente habilitado, estabelecido no município de Tunápolis, devendo ocorrer em até 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

6.2 – O Município de Tunápolis emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite o dia 31/12/2014.

6.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a execução dos serviços, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para

processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar, vícios, defeitos ou incorreções.

6.8 – O licitante vencedor dos serviços mecânicos deverá apresentar ao Município lista das peças com seus respectivos preços que deverão ser substituídas para executar os serviços, cujo deverá ser previamente autorizado pelo Município, conforme autoriza o Prejudicado n. 803 do Tribunal de Contas do Estado de SC.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade até 31/12/2014, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº., que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis, não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, das previstas no item n.11 do Edital de Pregão Presencial n.:

8.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Município de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

8.2. O Município de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº8.666/1993.

8.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

8.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na

Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

10. DO FORO

10.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº e a proposta da empresa abaixo relacionada.

10.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC, 24 de janeiro de 2014.

Volmir Pedro Lawisch

Prefeito Municipal em exercício

Contratante

AUTO MECANICA GRIEBELER LTDA -ME

Ivo Pedro Griebeler

Contratada

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff Sheila Inês Bieger

CPF: 918.368.409-34 CPF: 020.226.259.60

Minuta da Ata de Registro de Preços ao Processo 02/2014

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO 02/2014

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS MECANICOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, GEOMETRIA E BALANCEAMENTO, CHAPARIAS COM PINTURA, POLIMENTO EM VEICULOS DE PROPRIEDADE DESTA MUNICIPALIDADE

Aos 24 dias do mês de fevereiro de 2014, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Senhor Volmir Pedro Lawisch, portador do RG nº 1.850.412 e CPF nº 710.744.149-34, residente e domiciliado, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 02/2014, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para 02/2014, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos materiais constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor AUTO MECANICA GRIEBELER LTDA -ME, devidamente inscrita, sob o CNPJ nº 72.378.052/0001-07, com sede na Rua Caaro, 190 Centro, no Município de Tunápolis, neste ato representado pela representante legal Sra. Neiva Griebeler, portadora do RG nº 4.255.606 e do CPF nº 052.091.239-01.

Descrição do(s) item(s):

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	600,00	HRS	31,50	HORAS DE MAO DE OBRA DE SERVIÇOS MECANICOS PREVENTIVOS, CORRETI-VOS E ELETRONICO PARA VEICULOS LEVES
2	200,00	HRS	41,00	HORAS DE MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNI-COS PARA MANUTENÇÃO DE ÔNIBUS ESCOLARES E MICRO ONIBUS

2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 02/2014.

2.2 - O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial n.º. 02/2014, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados EM ATE 10 DIAS após a execução dos serviços e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - Automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 11 do Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

6. DO PRAZO E FORMA PARA ENTREGA DOS SERVIÇOS

6.1 - Os serviços deverão ser prestados em estabelecimento devidamente habilitado, estabelecido no município de Tunápolis, devendo ocorrer em até 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

6.2 – O Município de Tunápolis emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite o dia 31/12/2014.

6.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a execução dos serviços, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar, vícios, defeitos ou incorreções.

6.8 – O licitante vencedor dos serviços mecânicos deverá apresentar ao Município lista das peças com seus respectivos preços que deverão ser substituídas para executar os serviços, cujo deverá ser previamente autorizado pelo Município, conforme autoriza o Prejulgado n. 803 do Tribunal de Contas do Estado de SC.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade até 31/12/2014, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº., que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis, não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitara a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, das previstas no item n.11 do Edital de Pregão Presencial n.:

8.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Município de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

8.2. O Município de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº8.666/1993.

8.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

8.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior

a dois anos.

8.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

10.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº e a proposta da empresa abaixo relacionada.

10.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC, 24 de janeiro de 2014.

Volmir Pedro Lawisch

Prefeito Municipal em exercício

Contratante

AUTO MECANICA GRIEBELER LTDA -ME

Ivo Pedro Griebeler

Contratada

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff Sheila Inês Bieger

CPF: 918.368.409-34 CPF: 020.226.259.60

Minuta da Ata de Registro de Preços ao Processo 02/2014

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO 02/2014

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS MECANICOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, GEOMETRIA E BALANCEAMENTO, CHAPARIAS COM PINTURA, POLIMENTO EM VEICULOS DE PROPRIEDADE DESTA MUNICIPALIDADE

Aos 24 dias do mês de fevereiro de 2014, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Senhor Volmir Pedro Lawisch, portador do RG nº 1.850.412 e CPF nº 710.744.149-34, residente e domiciliado, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 02/2014, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para 02/2014, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos materiais constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor AUTO MECANICA GRIEBELER LTDA -ME, devidamente inscrita, sob o CNPJ n.º 72.378.052/0001-07, com sede na Rua Caaro,190 Centro, no Município de Tunápolis, neste ato representado pela representante legal Sra. Neiva Griebeler, portadora do RG n.4.255.606 e do CPF n. 052.091.239-01.

Descrição do(s) item(s):

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	600,00	HRS	31,50	HORAS DE MAO DE OBRA DE SERVIÇOS MECANICOS PREVENTIVOS, CORRETIVOS E ELETRONICO PARA VEICULOS LEVES
2	200,00	HRS	41,00	HORAS DE MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS PARA MANUTENÇÃO DE ÔNIBUS ESCOLARES E MICRO ONIBUS

2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 02/2014.

2.2 - O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 02/2014, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados EM ATE 10 DIAS após a execução dos serviços e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - Automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 11 do Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

6. DO PRAZO E FORMA PARA ENTREGA DOS SERVIÇOS

6.1 - Os serviços deverão ser prestados em estabelecimento devidamente habilitado, estabelecido no município de Tunápolis,

devendo ocorrer em até 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

6.2 – O Município de Tunápolis emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite o dia 31/12/2014.

6.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a execução dos serviços, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar, vícios, defeitos ou incorreções.

6.8 – O licitante vencedor dos serviços mecânicos deverá apresentar ao Município lista das peças com seus respectivos preços que deverão ser substituídas para executar os serviços, cujo deverá ser previamente autorizado pelo Município, conforme autoriza o Prejulgado n. 803 do Tribunal de Contas do Estado de SC.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade até 31/12/2014, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº., que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis, não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitara a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, das previstas no item n.11 do Edital de Pregão Presencial n.:

8.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Município de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total

da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

8.2. O Município de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº8.666/1993.

8.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

8.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

10.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº e a proposta da empresa abaixo relacionada.

10.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC, 24 de janeiro de 2014.

Volmir Pedro Lawisch

Prefeito Municipal em exercício

Contratante

AUTO MECANICA GRIEBELER LTDA -ME

Ivo Pedro Griebeler

Contratada

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff Sheila Inês Bieger

CPF: 918.368.409-34

CPF: 020.226.259.60

Minuta da Ata de Registro de Preços ao Processo 02/2014

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO 02/2014

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS MECANICOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, GEOMETRIA E BALANCEAMENTO, CHAPARIAS COM PINTURA, POLIMENTO EM VEICULOS DE PROPRIEDADE DESTA MUNICIPALIDADE

Aos 24 dias do mês de fevereiro de 2014, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito

público interno, com sede na Rua João Castilho, 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Senhor Volmir Pedro Lawisch, portador do RG nº 1.850.412 e CPF nº 710.744.149-34, residente e domiciliado, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 02/2014, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para 02/2014, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos materiais constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor AUTO MECANICA GRIEBELER LTDA -ME, devidamente inscrita, sob o CNPJ nº 72.378.052/0001-07, com sede na Rua Caaro,190 Centro, no Município de Tunápolis, neste ato representado pela representante legal Sra. Neiva Griebeler, portadora do RG n.4.255.606 e do CPF n. 052.091.239-01.

Descrição do(s) item(s):

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	600,00	HRS	31,50	HORAS DE MAO DE OBRA DE SERVIÇOS MECANICOS PREVENTI- VOS, COR- RETIVOS E ELETRONICO PARA VEICU- LOS LEVES
2	200,00	HRS	41,00	HORAS DE MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂN- COS PARA MANUTENÇÃO DE ÔNIBUS ESCOLARES E MICRO ONIBUS

2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 02/2014.

2.2 - O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 02/2014, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados EM ATÉ 10 DIAS após a execução dos serviços e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - Automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 11 do Edital, caso não aceitas as razões

do pedido.

5.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

6. DO PRAZO E FORMA PARA ENTREGA DOS SERVIÇOS

6.1 - Os serviços deverão ser prestados em estabelecimento devidamente habilitado, estabelecido no município de Tunápolis, devendo ocorrer em até 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

6.2 - O Município de Tunápolis emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite o dia 31/12/2014.

6.3 - A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a execução dos serviços, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 - Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 - Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar, vícios, defeitos ou incorreções.

6.8 - O licitante vencedor dos serviços mecânicos deverá apresentar ao Município lista das peças com seus respectivos preços que deverão ser substituídas para executar os serviços, cujo deverá ser previamente autorizado pelo Município, conforme autoriza o Prejulgado n. 803 do Tribunal de Contas do Estado de SC.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade até 31/12/2014, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº., que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis, não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, das previstas no item n.11 do Edital de Pregão Presencial n.:

8.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Município de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

8.2. O Município de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº8.666/1993.

8.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

8.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

10.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº e a proposta da empresa abaixo relacionada.

10.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC, 24 de janeiro de 2014.

Volmir Pedro Lawisch

Prefeito Municipal em exercício
Contratante

AUTO MECANICA GRIEBELER LTDA -ME
Ivo Pedro Griebeler
Contratada

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff Sheila Inês Bieger
CPF: 918.368.409-34 CPF: 020.226.259-60

Ata Auto Mecanica Berlin Ltda M

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO 02/2014

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS MECANICOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, GEOMETRIA E BALANCEAMENTO, CHAPARIAS COM PINTURA, POLIMENTO EM VEICULOS DE PROPRIEDADE DESTA MUNICIPALIDADE

Aos 24 dias do mês de fevereiro de 2014, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Senhor Volmir Pedro Lawisch, portador do RG nº 1.850.412 e CPF nº 710.744.149-34, residente e domiciliado, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 02/2014, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para 02/2014, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos materiais constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor AUTO MECANICA BERLIN LTDA ME, devidamente inscrita, sob o CNPJ nº 07.625.024/0001-85, com sede na Avenida Cerro Largo,99, Centro, no Município de Tunápolis, neste ato representado pelo sócio administrador Sr. Bernildo José Bourscheidt, portadora do RG n.º4.219.458 e do CPF n.º 0039.595.539-45.

Descrição do(s) item(s):

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	600,00	HRS	31,50	HORAS DE MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECANICOS PREVENTIVOS, CORRETIVOS E ELETRONICO PARA VEICULOS LEVES

2	200,00	HRS	41,00	HORAS DE MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS PARA MANUTENÇÃO DE ÔNIBUS ESCOLARES E MICRO ONIBUS
---	--------	-----	-------	---

2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 02/2014.

2.2 - O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 02/2014, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados EM

ATE 10 DIAS após a execução dos serviços e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - Automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 11 do Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

6. DO PRAZO E FORMA PARA ENTREGA DOS SERVIÇOS

6.1 - Os serviços deverão ser prestados em estabelecimento devidamente habilitado, estabelecido no município de Tunápolis, devendo ocorrer em até 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

6.2 - O Município de Tunápolis emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite o dia 31/12/2014.

6.3 - A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a execução dos serviços, objeto desta

Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 - Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 - Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar, vícios, defeitos ou incorreções.

6.8 - O licitante vencedor dos serviços mecânicos deverá apresentar ao Município lista das peças com seus respectivos preços que deverão ser substituídas para executar os serviços, cujo deverá ser previamente autorizado pelo Município, conforme autoriza o Prejulgado n. 803 do Tribunal de Contas do Estado de SC.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade até 31/12/2014, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 02/2014, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis, não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitara a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, das previstas no item n.11 do Edital de Pregão Presencial n. 02/2014.

8.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Município de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

8.2. O Município de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº8.666/1993.

8.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

8.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e

impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

10.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 02/2014 e a proposta da empresa abaixo relacionada.

10.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, 24 de janeiro de 2014.

Volmir Pedro Lawisch

Prefeito Municipal em exercício

Contratante

AUTO MECANICA BERLIN LTDA ME

Bernildo José Bourscheidt

Contratada

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff Sheila Inês Bieger

CPF: 918.368.409-34 CPF: 020.226.259-60

Auto Mecanica Griebeler Ltda -Me

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO 02/2014

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS MECANICOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, GEOMETRIA E BALANCEAMENTO, CHAPARIAS COM PINTURA, POLIMENTO EM VEICULOS DE PROPRIEDADE DESTA MUNICIPALIDADE

Aos 24 dias do mês de fevereiro de 2014, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Senhor Volmir Pedro Lawisch, portador do RG nº 1.850.412 e CPF nº 710.744.149-34, residente e domiciliado, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 02/2014, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para 02/2014, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos materiais constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor AUTO MECANICA GRIEBELER LTDA -ME, devidamente inscrita, sob o CNPJ n.º 72.378.052/0001-07, com sede na Rua Caaro, 190 Centro, no Município de Tunápolis, neste ato representado pela representante legal Sra. Neiva Griebeler, portadora do RG n.4.255.606 e do CPF n. 052.091.239-01.

Descrição do(s) item(s):

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
4	40	UN	73,00	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO DE BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, VEÍCULOS MÉDIOS
5	60	UN	76,00	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO DE BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, VEÍCULOS RODA LIGA LEVE
6	60	UN	64,00	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO DE BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, VEÍCULOS RODA SIM-PLES

2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 02/2014.

2.2 - O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 02/2014, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe

a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados EM ATE 10 DIAS após a execução dos serviços e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - Automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 11 do Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação

exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

6. DO PRAZO E FORMA PARA ENTREGA DOS SERVIÇOS

6.1 - Os serviços deverão ser prestados em estabelecimento devidamente habilitado, estabelecido no município de Tunápolis, devendo ocorrer em até 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

6.2 – O Município de Tunápolis emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite o dia 31/12/2014.

6.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a execução dos serviços, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar, vícios, defeitos ou incorreções.

6.8 – O licitante vencedor dos serviços mecânicos deverá apresentar ao Município lista das peças com seus respectivos preços que deverão ser substituídas para executar os serviços, cujo deverá ser previamente autorizado pelo Município, conforme autoriza o Prejulgado n. 803 do Tribunal de Contas do Estado de SC.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade até 31/12/2014, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 02/2014, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis, não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitara a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, das previstas no item n.11 do Edital de Pregão Presencial n 02/2014

8.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Município de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

8.2. O Município de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº8.666/1993.

8.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

8.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

10.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 02/2014 e a proposta da empresa abaixo relacionada.

10.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 24 de janeiro de 2014.

Volmir Pedro Lawisch

Prefeito Municipal em exercício

Contratante

AUTO MECANICA GRIEBELER LTDA -ME

Ivo Pedro Griebeler

Contratada

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff Sheila Inês Bieger

CPF: 918.368.409-34

CPF: 020.226.259.60

Processo de Licitação Nº 38/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 38/2014

Edital de Pregão Presencial nº 27/2014

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo seu julgamento por item, que tem por objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES E MANUTENÇÕES ELÉTRICAS PREDIAIS E ILUMINAÇÃO (INTERNAS), BEM COMO ASSISTÊNCIA EM BOMBAS DE ÁGUA, REBOBINAGENS, MEDIANTE EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENÇÃO NO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS".

Entrega das propostas até às 14h do dia 19 de março de 2014.

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

Processo de Licitação Nº 38/2014 Edital de Pregão Presencial Nº 27/2014 Registro de Preços Nº 04/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 38/2014

Edital de Pregão Presencial nº 27/2014

Registro de Preços nº 04/2014

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, POR REGISTRO DE PREÇOS na modalidade de Pregão Presencial, pelo seu julgamento por item, que tem por objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES E MANUTENÇÕES ELÉTRICAS PREDIAIS E ILUMINAÇÃO (INTERNAS), BEM COMO ASSISTÊNCIA EM BOMBAS DE ÁGUA, REBOBINAGENS, MEDIANTE EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENÇÃO NO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS".

Entrega das propostas até às 14h do dia 19 de março de 2014.

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

Vargeão

PREFEITURA

Extratos de Contratos

EXTRATOS DE CONTRATOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP

OBJETO: Aquisição parcelada de alimentos e produtos de higiene e limpeza, destinados CRAS.

VALOR: R\$ 3.266,00 (três mil duzentos e sessenta e seis reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 09/2014 e Contrato nº 046/2014.

Vargeão, SC, 19 de fevereiro de 2014.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: MOACIR BERTOL & CIA LTDA

OBJETO: Aquisição parcelada de alimentos e produtos de higiene e limpeza, destinados ao CRAS.

VALOR: R\$ 8.088,70 (oito mil e oitenta e oito reais e setenta centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 09/2014 e Contrato nº 047/2014.

Vargeão, SC, 19 de fevereiro de 2014.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: VANDERLEI PAVAN - ME

OBJETO: Aquisição parcelada de alimentos e produtos de higiene e limpeza, destinados ao CRAS.

VALOR: R\$ 10.402,55 (dez mil quatrocentos e dois reais e cinquenta e cinco centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 09/2014 e Contrato nº 048/2014.

Vargeão, SC, 19 de fevereiro de 2014.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: ODIMAR MALAGUTTI & CIA LTDA ME

OBJETO: Contratação de empresa para a execução do projeto de ampliação e reforma do prédio que abriga a Garagem municipal de máquinas e veículos.

VALOR: R\$ 94.719,20 (noventa e quatro mil setecentos e dezenove reais e vinte centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº

049/2014.

Vargeão, SC, 24 de fevereiro de 2014.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: ALCEDIR CAPELETTI ME

OBJETO: Contratação de Empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados de maestro para os corais italianos municipais e de instrutor musical para aulas de violão e teclado para crianças e adolescentes do município de Vargeão.

VALOR: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), pelo período de 10 (dez) meses, totalizando o valor global de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 10/2014 e Contrato nº 050/2014.

Vargeão, SC, 25 de fevereiro de 2014.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES & CIA LTDA

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais didáticos e de expediente, brinquedos e produtos para artesanato, destinados ao CRAS.

VALOR: R\$ 26.827,40 (vinte e seis mil oitocentos e vinte e sete reais e quarenta centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 11/2014 e Contrato nº 051/2014.

Vargeão, SC, 26 de fevereiro de 2014.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: GUIOMAR MARIA CRISTOFOLI FELIPE & CIA LTDA ME

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais didáticos e de expediente, brinquedos e produtos para artesanato, destinados ao CRAS.

VALOR: R\$ 19.162,92 (dezenove mil cento e sessenta e dois reais e noventa e dois centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 11/2014 e Contrato nº 052/2014.

Vargeão, SC, 26 de fevereiro de 2014.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

Aquisição de Um (1) Trator Agrícola Novo, Ano 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2014

Objeto: Trator Agrícola, novo, Ano 2014, Cabinado de fábrica e equipado com Concha hidráulica dianteira, de fabricação nacional, potência mínima de 105 CV, turbinado, tração 4x4, mínimo de 4 cilindros.

Entrega dos Envelopes e Abertura: 20 de março de 2014 às 09h00min

Recursos: Convênio nº 2014/TR000018 entre o Município de Vargem Bonita e Fundo Estadual de Apoio aos Municípios – FUNDAM. Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC., Rua Coronel Vitório, 966 – Centro – Fone 49 3548-3000; e-mail compras@vargembonita.sc.gov.br

Vargem Bonita, 28 de Fevereiro de 2014
Melânia Ap. Roman Meneghini
PREFEITA MUNICIPAL

Videira

PREFEITURA

Extrato do Termo de Rescisão N. 0027/2014

Extrato do Termo de Rescisão n. 0027/14
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0470/12
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ELISANE BENEDETTI
CPF: 056.201.079-30

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir 14 de fevereiro de 2014.

Extrato do Termo de Rescisão N. 0032/2014

Extrato do Termo de Rescisão n. 0032/14
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0704/13
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ADRIANA DE FÁTIMA ZULIANI LUNKES
CPF: 000.772.020-31

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir 18 de fevereiro de 2014.

Editais Nº 001/2014 - Bolsas de Estudo - Educação

PROGRAMA DE CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ALUNOS
CARENTES E PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS
EDITAL 001/2014 - EDU

Dispõe sobre o Processo Seletivo para o Programa de Concessão de Bolsas de Estudo a Alunos Carentes e Portadores de Necessidades Especiais, com recursos públicos municipais, instituído pela Lei Municipal nº. 2.879/13, regulamentada através do Decreto nº 10.374/13 e alterações, para estudantes devidamente

matriculados no ano de 2014.

O Prefeito Municipal de Videira e a Secretária Municipal de Educação, nos usos de suas atribuições, declaram aberto o Processo Seletivo para o Programa de Concessão de Bolsas de Estudo a Alunos Carentes e Portadores de Necessidades Especiais, com recursos públicos municipais, instituído pela Lei Municipal nº. 2.879/13, regulamentada através do Decreto nº 10.374/13 e alterações, para estudantes devidamente matriculados no ano de 2014, conforme segue abaixo:

O exemplar deste edital estará disponível no Diário Oficial dos Municípios – DOM (www.diariomunicipal.sc.gov.br), no portal da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Videira (www.videira.sc.gov.br), e em locais de grande circulação de estudantes.

1 - DA FINALIDADE

1.1 - O Programa Municipal de Concessão de Bolsas de Estudo destinar-se-á a contemplar os estudantes economicamente carentes e portadores de necessidades especiais que residam no Município de Videira e estudem em instituições particulares de ensino regular localizadas em Videira ou em Municípios vizinhos num raio de até 100 km (cem quilômetros) da cidade de Videira.

2 – DOS RECURSOS

2.1 - Os recursos destinados ao pagamento de bolsas de estudo a alunos economicamente carentes serão provenientes de recursos próprios do município previstos na Lei Orçamentária Anual – LOA.
2.2 - O valor a ser repassado entre os estudantes classificados, previsto no Orçamento Anual do Município, limita-se ao montante de R\$ 396.000,00 (trezentos e noventa e seis mil reais).

3 – DA COMISSÃO ESPECIAL

3.1 - O programa será administrado pela Secretaria Municipal de Educação, através da Comissão Especial nomeada pelo Chefe do Poder Executivo, composta por 05 (cinco) membros e seus respectivos suplentes:

- a) Um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- b) Um representante do Clube de Diretores Lojistas de Videira;
- c) Um representante da Associação Comercial de Videira;
- d) Um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Videira;
- e) Um assistente social representante da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

4 – DAS INSCRIÇÕES

4.1 - As inscrições serão realizadas no período de 24 a 28 de março de 2014, das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min, na Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Saul Brandalise, nº 519, Centro, Videira/SC.

4.2 - As inscrições para o processo seletivo do programa municipal de bolsa de estudos de que trata este edital será realizada exclusivamente na Secretaria Municipal de Educação, mediante o preenchimento da ficha de inscrição (Anexo I) disponível na Secretaria e nos sites www.diariomunicipal.sc.gov.br e www.videira.sc.gov.br, devendo devolvê-la devidamente preenchida na Secretaria Municipal de Educação no período de 24 a 28 de março de 2014, das 08h às 11h e das 13h30min às 17h, juntamente com a documentação prevista no Item 8 deste Edital.

4.3 - Serão ofertadas bolsas de estudos parciais observadas a pontuação obtida pelo estudante através da fórmula expressa no Item 6 deste Edital.

4.4 - A inscrição do candidato no processo seletivo do programa municipal de bolsa de estudos implica automaticamente na

autorização para:

I – utilização e divulgação das informações contidas na ficha de inscrição, bem como a expressa concordância quanto à apresentação de quaisquer documentos solicitados pela Comissão Especial;
II – divulgação, quando requerido por qualquer órgão fiscalizador, das informações prestadas por ocasião de sua inscrição.

4.5 - No decorrer deste processo seletivo, as informações de interesse dos candidatos estarão disponíveis no Diário Oficial dos Municípios – DOM (www.diariomunicipal.sc.gov.br), no portal da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Videira (www.videira.sc.gov.br), e em locais de grande circulação de estudantes.

4.6 - É de inteira responsabilidade dos candidatos a observância dos prazos estabelecidos neste Edital, bem como o acompanhamento de eventuais alterações e verificar seus resultados, por meio no Diário Oficial dos Municípios – DOM (www.diariomunicipal.sc.gov.br), no portal da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Videira (www.videira.sc.gov.br), e em locais de grande circulação de estudantes.

5 – DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA BOLSA DE ESTUDO

5.1 - São requisitos à concessão da bolsa de estudo: I – ser estudante brasileiro nato ou naturalizado;

II – ser residente na cidade de Videira;

III – estar regularmente matriculado em Instituição de Ensino;

IV – não possuir diploma de curso superior e não estar matriculado em instituição pública de ensino;

V – firmar compromisso de participar, quando solicitado, das atividades, programas e projetos executados pela Prefeitura Municipal de Videira;

VI – firmar termo de compromisso assinado em que o candidato assume as responsabilidades previstas no Art. 21 do Decreto nº 10.374/13, Anexo II deste Edital;

VII – conhecer e atender as determinações da Lei Municipal nº 2.879/13, do Decreto nº 10.374/13 e alterações, e as exigências deste Edital.

5.2 - Terão preferência na concessão do benefício de Bolsa de Estudo, os alunos economicamente carentes e portadores de necessidades especiais. São condições para a preferência, além dos requisitos previstos no item 5.1:

I – apresentação de laudo médico que comprove a necessidade especial, conforme determina a

Legislação Federal;

II – declaração, sob as penas da Lei, de que não recebe benefício semelhante de qualquer outra fonte;

III – atender os critérios estabelecidos na Lei Municipal nº 2.879/13, no Decreto nº 10.374/13 e alterações, e deste Edital.

5.3 - A concessão de bolsa de estudo a aluno economicamente carente se efetivará, considerando as exigências dos itens 5.1 e 5.2 deste Edital, mediante seleção e classificação do candidato.

6 – DA SELEÇÃO DE BOLSISTAS

6.1 - A seleção dos estudantes a serem beneficiados pelo programa será efetuada e homologada pela comissão especial em atenção aos critérios estipulados neste Edital e considerará a pontuação obtida na aplicação da fórmula que segue:

$$ICB = AS + RF + AP$$

Onde:

ICB – Índice de Classificação do Bolsista

AS – Avaliação Social

RF – Renda Familiar

AP – Avaliação Patrimonial

6.1.1 - A avaliação social será pontuada da seguinte forma:

I – Número de membros e idade dos integrantes do grupo familiar:

a) Grupo familiar composto de 06 (seis) ou mais membros – 100 pontos;

b) Grupo familiar composto de 04 (quatro) a 05 (cinco) membros – 50 pontos;

c) Grupo familiar composto de até 03 (três) membros – 10 pontos.

II – Existência de portador de necessidades especiais no grupo familiar:

a) O candidato ser portador de necessidades especiais – 100 pontos;

b) Membro da família portador de necessidades especiais – 50 pontos;

c) Não ser e não possuir membro portador de necessidades especiais – 10 pontos.

III – Existência de doença crônica no grupo familiar:

a) O candidato possui doença crônica – 100 pontos;

b) Membro da família com doença crônica – 50 pontos;

c) Não ser e não possuir membro com doença crônica – 10 pontos.

6.1.2 - A Renda Familiar será pontuada da seguinte forma:

I – A renda bruta mensal do grupo familiar:

a) Até 03 (três) salários mínimos – 100 pontos;

b) De 03 (três) a 4 (quatro) salários mínimos – 50 pontos;

c) De 04 (quatro) a 6 (seis) salários mínimos – 10 pontos.

II – Despesas com moradia (aluguel/financiado):

a) Imóvel alugado ou financiado em nome do estudante – 100 pontos;

b) Imóvel alugado ou financiado em nome de um dos membros do grupo familiar – 50 pontos; c) Imóvel próprio quitado, em nome do estudante ou em nome de um dos membros do grupo familiar – 10 pontos.

III – Despesas com transporte (ida e volta – Residência para Instituição e vice-versa):

a) Transporte privado acima de R\$ 200,00 – 100 pontos

b) Transporte coletivo até R\$ 200,00 – 50 pontos

c) Transporte próprio – 10 pontos

IV – Despesas com saúde:

a) Acima de R\$ 1.000,00 – 100 pontos;

b) De R\$ 400,00 até R\$ 1.000,00 – 50 pontos;

c) Até R\$ 400,00 (quatrocentos reais) – 10 pontos.

V – Despesas com educação, exceto ao da respectiva solicitação:

a) Acima de R\$ 1.000,00 – 100 pontos;

b) De R\$ 400,00 até R\$ 1.000,00 – 50 pontos;

c) Até R\$ 400,00 (quatrocentos reais) – 10 pontos.

6.1.3 - A Avaliação Patrimonial será pontuada da seguinte forma:

I – Bens Móveis e Imóveis do solicitante:

a) Patrimônio de R\$ 0,00 (zero) até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) – 100 pontos;

b) Patrimônio de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) – 50 pontos;

c) Patrimônio de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) – 10 pontos.

II – Bens Móveis e Imóveis do grupo familiar do solicitante, conforme especificado no art. 11 do Decreto 10.374/13 e alterações:

a) Patrimônio de R\$ 0,00 (zero) até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) – 100 pontos;

b) Patrimônio de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) – 50 pontos;

c) Patrimônio de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) até R\$

100.000,00 (cem mil reais)– 10 pontos.

III – Proprietário ou participação de empresas:

- a) Não possui – 100 pontos.
 - b) Membro do grupo familiar proprietário e/ou com participação em empresa (sócio) – 50 pontos;
 - c) Proprietário e/ou participação em empresa (sócio) – 10 pontos;
- 6.2 - Em caso de empate, terá preferência o estudante: I – Que obtiver maior pontuação na Avaliação Social;
II – Que obtiver maior pontuação na Renda Familiar;
III – Que obtiver a maior pontuação na Avaliação Patrimonial; IV – De maior idade.

6.3 - Entende-se como grupo familiar, além do próprio candidato, o conjunto de pessoas residindo na mesma moradia ou que dependem e/ou contribuem para a mútua manutenção da família, que:

I - sejam relacionadas ao candidato pelos seguintes graus de parentesco:

- a) pai/mãe;
- b) padrasto/madrasta;
- c) cônjuge;
- d) companheiro (a);
- e) filho (a);
- f) enteado (a); g) irmão (ã); h) avô (ó);
- i) sogro (a);
- j) outros (a ser informado).

II - usufruam da renda bruta mensal familiar, desde que:

- a) para os integrantes do grupo familiar que possuam renda própria, seus rendimentos brutos individuais sejam declarados na composição da renda bruta mensal familiar;
- b) para os integrantes do grupo familiar que não possuam renda própria, a relação de dependência seja comprovada por meio de documentos emitidos ou reconhecidos por órgãos oficiais (ex: IRPF) ou pela fonte pagadora dos rendimentos de qualquer um dos componentes do grupo familiar.

6.3.1 - Caso o grupo familiar informado se restrinja ao próprio candidato, este deverá comprovar renda própria que suporte seus gastos, condizente com seu padrão de vida e de consumo, sob pena de exclusão deste processo seletivo.

6.4 - Entende-se como renda bruta mensal familiar o somatório dos rendimentos auferidos por todos os integrantes do grupo familiar, composto pelo valor bruto de salários, proventos, vale alimentação, gratificações eventuais ou não, gratificações por cargo de chefia, pensões, pensões alimentícias, aposentadorias, benefícios sociais, comissões, pró-labore, outros rendimentos do trabalho não assalariado, rendimentos do mercado informal ou autônomo, rendimentos auferidos do patrimônio, e quaisquer outros, de todos os integrantes do grupo familiar, incluindo o candidato.

6.4.1 - Somente poderá ser abatido da renda referida no caput deste artigo o montante pago a título de pensão alimentícia, exclusivamente no caso de decisão judicial, acordo homologado judicialmente ou escritura pública que assim determine.

6.5 - Observados os critérios de classificação crescente de maior carência sócio-econômica para menor carência sócio-econômica, os estudantes serão contemplados, pela ordem de pontuação, com recursos próprios do Município, conforme a fórmula adotada no item 6.1 deste Edital.

6.5.1 - A seleção referida no item 6.5 assegura ao candidato apenas a expectativa de direito à bolsa respectiva, condicionando-se seu efetivo usufruto à aprovação nas fases posteriores do processo seletivo, ao percentual definido pela Comissão Especial com base na disponibilidade de recursos.

7 - DO VALOR DO AUXÍLIO

7.1 - Os 30 (trinta) primeiros estudantes classificados receberão a bolsa no percentual de 30% (trinta por cento) de suas mensalidades, enquanto que os demais estudantes classificados receberão a bolsa no percentual de 20% (vinte por cento) do valor de suas mensalidades até se esgotarem os recursos públicos municipais destinados a esse programa.

7.1.1 - Esgotados os recursos públicos municipais destinados a esse programa e remanescendo candidatos classificados, esses permanecerão em lista de espera anual para obtenção da bolsa em contemplações futuras nos casos previstos neste Edital.

7.1.2 - Os candidatos classificados, que estejam na lista de espera, obtendo a contemplação futura da bolsa de estudos, receberão o percentual de 20% (vinte por cento) das parcelas correspondentes a partir da concessão até o término do programa anual de 2014, não fazendo jus as parcelas anteriormente pagas aos outros candidatos contemplados.

8 – DA COMPROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

8.1 - A inscrição do candidato à bolsa passa a ter validade após comparecer na Secretaria Municipal de Educação, no período estabelecido neste Edital, para a entrega da:

- I - Ficha de inscrição preenchida e assinada pelo aluno (Anexo I);
- II - Documentos que comprovem as informações prestadas, de acordo com o item 8.3 deste Edital.

8.1.1 - Um servidor devidamente designado pelo Secretário Municipal de Educação receberá os documentos, na presença do candidato ou responsável, por ele designado.

8.1.2 - A entrega da documentação será feita somente no local, data e horário, designados neste edital.

8.1.3 - O beneficiário com bolsa de estudo responde legalmente pela veracidade e autenticidade das informações por ele prestadas.

8.1.4 - Será automaticamente desclassificado o estudante que apresentar ficha de inscrição incompleta, sem assinatura ou sem documentos exigidos neste Edital.

8.1.5 - A qualquer tempo, em caso de comprovada inautenticidade dos documentos e/ou inveracidade das informações prestadas, conforme cada caso, o estudante:

I – Será desclassificado do processo seletivo; II – Terá a bolsa de estudo cancelada;

III – Estará obrigado a restituir aos cofres públicos os recursos recebidos a título de bolsa de estudo.

8.2 - Na aferição das informações prestadas pelos candidatos a Comissão Especial, através de seus representantes, analisará a pertinência e a veracidade das informações prestadas:

I - Concluindo pela aprovação, a comissão fará o encaminhamento para concessão de bolsa de estudo;

II - O candidato cuja documentação for considerada inadequada ou que as informações prestadas sejam consideradas inverídicas será considerado desclassificado.

8.3 - No processo de aferição de informações, o estudante deverá apresentar fotocópia dos seguintes documentos atualizados, próprios e dos integrantes do seu grupo familiar:

- 8.3.1 - Comprovante de rendimentos do estudante e dos integrantes de seu grupo familiar: I - Se assalariado:
 - a) Contracheque (recibo de salário) do último mês;
 - b) Carteira de Trabalho atualizada, cópia (folha de identificação, último contrato de trabalho e a próxima folha em branco);
 - c) Declaração da empresa, se esta concede ou não vale-alimentação, e em caso positivo citando o valor mensal; e,

d) O candidato a bolsa, deverá apresentar também: declaração, em papel timbrado e carimbo, da empresa ou entidade em que trabalha, se esta concede auxílio para custear o ensino, ou declaração negativa se for o caso.

II - Se trabalhador autônomo ou profissional liberal:

- a) Guias de recolhimentos de INSS do último mês, compatíveis com a renda declarada;
- b) Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos - DE-CORE original, dos três últimos meses (pode ser apenas uma DE-CORE), feita por Contador ou Técnico Contábil inscrito no respectivo Conselho Regional de Contabilidade – CRC ou Declaração de renda de Autônomo com reconhecimento de firma (Anexo XI); e,
- c) Carteira de Trabalho atualizada, cópia (folha de identificação, a baixa do último contrato de trabalho e a próxima página de contrato em branco) ou declaração negativa, caso não possua este documento (Anexo XIV).

III - Se proprietário de empresa:

- a) Declaração de Percepção de Rendimentos original, feita por Contador ou Técnico Contábil inscrito no respectivo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, contemplando os rendimentos dos últimos 12 meses, relativos à retirada de pró-labore, distribuição de lucros e outros rendimentos auferidos no período;
- b) Declaração Completa de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ ou no caso de empresas optantes pelo Simples Nacional a Declaração Completa Anual do Simples Nacional – DASN; c) Contrato social atualizado ou instrumento equivalente. Em caso de empresa sem atividade e/ou inativa apresentar protocolo da baixa de uma das esferas: Municipal, Estadual ou Federal;
- d) Balanço patrimonial da empresa;
- e) Carteira de Trabalho atualizada, cópia (folha de identificação, a baixa do último contrato de trabalho e a próxima página de contrato em branco) ou declaração negativa, caso não possua este documento (Anexo XIV).

IV - Se aposentado ou pensionista:

- a) Comprovante de recebimento de aposentadoria ou pensão do último mês, retirado do site da previdência social <www010.data-prev.gov.br/cws/contexto/hiscre/index.html>;
- b) Carteira de Trabalho atualizada, cópia (folha de identificação, a baixa do último contrato de trabalho e a próxima página de contrato em branco) ou declaração negativa, caso não possua este documento (Anexo XIV); e,
- c) Declaração que não exerce atividade remunerada (Anexo VI), caso o aposentado possuir até 70 anos de idade;

V - Se agricultor:

- a) Declaração de renda emitida por sindicato rural do município onde os integrantes do grupo familiar possuem atividade, conforme modelo Anexo IV (caso o produtor não seja associado, apresentar declaração do sindicato para justificar a entrega deste documento sem assinatura e carimbo);
- b) Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR);
- c) Imposto Territorial Rural – ITR;
- d) Contrato de arrendamento e/ou parceria (se houver);
- e) Declaração de movimento econômico de agricultura familiar expedido pela Prefeitura Municipal;
- f) No caso de produtor de leite, anexar as 03 últimas notas de venda do produto;
- g) Apresentar documento emitido pela CIDASC e/ou Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente informando o número de bovinos e bubalinos na propriedade de acordo com o projeto PIB-SC (projeto de identificação de bovinos e bubalinos em SC); e,
- h) Carteira de Trabalho atualizada, cópia (folha de identificação, a baixa do último contrato de trabalho e a próxima página de contrato em branco) ou declaração negativa, caso não possua este

documento (Anexo XIV).

VI - Se recebe Ajuda Financeira:

- a) Declaração de renda agregada, (com reconhecimento de firma), identificando com nome, CPF, endereço e valor mensal da ajuda financeira de terceiros (parentes ou não) de acordo com o Anexo V;

VII - Se estagiário:

- a) Termo de compromisso de estágio;
- b) Carteira de Trabalho atualizada, cópia (folha de identificação, a baixa do último contrato de trabalho e a próxima página de contrato em branco) ou declaração negativa, caso não possua este documento (Anexo XIV);

VIII - Se professor ACTs:

- a) Contrato de trabalho ou declaração da entidade pagadora, especificando o início do contrato, número de horas de trabalho e fotocópia das três últimas folhas de pagamento;
- b) Declaração do contratante se concede ou não vale-alimentação, em caso positivo citando o valor; e,
- c) Carteira de Trabalho atualizada, cópia (folha de identificação, a baixa do último contrato de trabalho e a próxima página de contrato em branco) ou declaração negativa, caso não possua este documento (Anexo XIV);

IX - Se recebe Pensão Alimentícia:

- a) Decisão judicial ou acordo homologado judicialmente; e,
- b) Declaração atualizada com o valor da pensão alimentícia, conforme modelo – Anexo XII.

X - Se recebe aluguel:

- a) Caso possuam imóvel alugado, apresentar declaração de recebimento de aluguel, conforme modelo (Anexo XIII).

XI - No caso de desempregado ou sem remuneração (candidato ou integrante do grupo familiar, com idade entre 16 e 70 anos):

- a) Carteira de Trabalho atualizada, cópia (folha de identificação, a baixa do último contrato de trabalho e a próxima página de contrato em branco) ou declaração negativa, caso não possua este documento (Anexo XIV);
- b) Rescisão contratual; e,
- c) Declaração assinada pelo integrante do grupo familiar atestando que não exerce qualquer tipo de atividade remuneratória, (com reconhecimento de firma em cartório), de acordo com o Anexo VI;

XII - Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física – DIRPF última declaração (com todas as folhas e recibo de entrega do candidato e de todos os integrantes do grupo familiar declarados na ficha de inscrição); e, Para os que não declaram imposto de renda, apresentar comprovante, disponível no link para consulta: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATRJO/ConsRest/Atual.app/index.ASP> .

XIII - Carteira de identidade própria e dos demais integrantes do grupo familiar, podendo ser apresentada certidão de nascimento no caso de menores de 18 anos (que não possuam carteira de identidade).

XIV - Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF, próprio e dos demais integrantes do grupo familiar, se houver.

XV - Comprovantes de residência (atualizado), última fatura de energia elétrica, telefone fixo, telefone móvel e água em nome do estudante ou responsável.

XVI - Declaração própria, datada, assinada com reconhecimento de firma por um dos integrantes do grupo familiar maior de 18 anos, mencionando os bens do grupo familiar e os respectivos

valores (valor de venda), de acordo com modelo em Anexo VII; ou, declaração negativa de bens (Anexo VIII) caso ninguém do grupo familiar possua bens.

XVII - Se a moradia for alugada:

- a) Declaração com reconhecimento de firma do proprietário do imóvel sobre o pagamento de aluguel ou contrato de aluguel e recibo de pagamento; e,
- b) Caso o aluguel seja dividido com outra(s) pessoa(s), anexar declaração assinada por todos os inquilinos informando o valor pago individualmente, conforme modelo em Anexo X.

XVIII - Se a moradia for financiada comprovante do último pagamento de prestação de imóvel.

XIX - Laudo médico (não trazer exames) com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID (com data de até 06 meses anteriores), quando for o caso, receita e notas fiscais de tratamento relativo (medicamentos de uso contínuo) aos últimos 02 (dois) meses que comprovem os gastos referentes à doença crônica dos integrantes do grupo familiar.

XX - Laudo médico (não trazer exames) atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, nos termos do Art. 4º do decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, com a redação alterada pelo Decreto nº 5.296, 02 de dezembro de 2004, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, quando for o caso.

XXI - Comprovante (recibo ou nota fiscal) mensal de pagamento de transporte coletivo da moradia do estudante até a Instituição de Ensino. O comprovante deve ser nominal ao aluno e possuir dados da empresa de transporte (carimbo, endereço e assinatura do responsável).

XXII - Comprovante de separação ou divórcio dos pais, ou certidão de óbito, no caso de um deles não constar do grupo familiar do candidato por essas razões;

XXIII – No caso do candidato possuir filhos/dependentes, cópia de certidão de nascimento dos mesmos, ou Termo Judicial de dependência, ou cópia de declaração de imposto de renda.

XXIV - Comprovante de matrícula dos integrantes do grupo familiar que estudam em Instituições de Ensino particulares; e da mensalidade do solicitante do último mês quitada.

XXV - Declaração expedida pela prefeitura municipal atestando que sua família/propriedade foi vítima de calamidade pública, nos últimos doze meses;

XXVI - Comprovações de gastos com cirurgia (não estética), ocorrida nos últimos doze meses, se houver;

XXVII - Nos casos de transtornos comportamentais (dependências químicas, jogos, roubo), o candidato deverá apresentar documento comprobatório da situação;

XXVIII - No caso de casais que vivem em União Estável, apresentar Contrato, conforme Anexo IX, com firma reconhecida ou Certidão de Casamento.

XXIX - Guia de consulta emitida pelo DETRAN do candidato e de todos os integrantes do grupo familiar maiores de 18 anos;

8.3.2 - A comissão especial, se julgar necessária a comprovação das informações prestadas pelo candidato, referentes a este ou aos integrantes de seu grupo familiar poderá exigir a qualquer

tempo a apresentação de outros documentos que entender pertinentes.

8.3.3 - O candidato que possuir idade inferior a 24 (vinte e quatro) anos e declarar que não reside e/ou depende dos pais, deverá entregar comprovante de renda e declaração de imposto de renda (com todas as folhas e recibo de entrega) dos mesmos.

8.3.4 - A Secretaria Municipal de Educação deverá arquivar por 05 (cinco) anos todos os documentos referidos nos incisos I a XXIX do item 8.3.1 deste Edital.

8.3.5 - Caso a ausência de um dos pais do candidato ocorra em função de motivo diverso dos constantes no inciso XXII do item 8.3.1 deste Edital, este deverá apresentar elemento comprobatório da situação fática específica, a critério da comissão especial.

8.4 - Ao formar seu juízo acerca da pertinência e da veracidade das informações prestadas pelos estudantes selecionados, a comissão considerará, além da documentação apresentada, quaisquer elementos que demonstrem patrimônio, percepção de renda ou padrão de vida e de consumo incompatíveis com as normas do programa ou com a renda declarada na ficha de inscrição.

8.5 - Em caso de exclusão do candidato reclassificado, a comissão especial procederá conforme disposto nos itens 8.1.4 e 8.1.5 deste Edital.

9 - DA DIVULGAÇÃO DOS SELECIONADOS

9.1 - A listagem dos selecionados para o Programa de Bolsas de Estudo será afixada no Mural da Prefeitura Municipal, na Secretaria Municipal de Educação e no site oficial do Município (www.videira.sc.gov.br), no Diário Oficial do Município – DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br) e, posteriormente, encaminhada aos estabelecimentos de ensino, para ampla divulgação do resultado da seleção.

10 – DAS RESPONSABILIDADES E DAS PENALIDADES APLICÁVEIS AOS BOLSISTAS

10.1 - Os bolsistas vinculados ao programa municipal deverão assumir as seguintes responsabilidades:

I – não receber, durante a vigência da bolsa vinculada ao programa, outra modalidade de bolsa oriunda de recursos públicos ou de outra bolsa de estudos;

II – cumprir o regulamento da instituição em que está matriculado;

III – restituir à Prefeitura Municipal, nas mesmas condições em que foi beneficiado, acrescido de juros e atualização monetária, o valor correspondente a todos os benefícios recebidos relativos à bolsa nos seguintes casos:

- a) não cumprimento do compromisso firmado;
- b) por desistência do curso sem justificativa aceita pela Comissão Especial.

IV – formalizar e cumprir integralmente o termo de compromisso de bolsistas, conforme Anexo II.

10.1.1 - O não cumprimento das responsabilidades previstas no item 10.1 implica o cancelamento automático da bolsa de estudo, conforme Anexo III.

10.2 - As bolsas de estudo poderão ser canceladas, após o devido processo administrativo, trânsito na Comissão Especial, sendo concedidos 15 (quinze) dias para o bolsista apresentar sua defesa em caso de suspeita de inidoneidade de documento apresentado, falsidade de informação prestada, ou qualquer fraude por ele

cometida no processo classificatório, devendo o mesmo devolver ao município o que fora recebido indevidamente com a correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, independente das sanções penais legais.

10.3 - O benefício da bolsa de estudo será cancelado automaticamente, com o desligamento do aluno do programa, nos seguintes casos:

I – reprovação no período letivo, por inassiduidade superior a 75% (setenta e cinco por cento); II – abandono ou desistência do curso ou trancamento de matrícula sem prévia anuência da Comissão Especial;

III – transferência para outra Instituição de Ensino, excetuando-se o caso de encerramento do curso ou fechamento da Instituição de ensino em que o bolsista esteja desenvolvendo suas atividades;

IV – incorrer em indisciplina ou falta grave no exercício do Programa, respeitado o disposto no item 10.2 deste edital.

10.3.1 - Havendo impedimento ao bolsista em freqüentar às aulas, e o mesmo não solicitar, justificadamente, à Comissão Especial do Programa, suspensão temporária do benefício no prazo de 30 (trinta) dias da ocorrência do evento, também terá cancelamento automático da bolsa.

10.3.2 - Em qualquer caso do cancelamento, o benefício poderá ser redistribuído a outro estudante selecionado, com efeitos a partir da data de substituição do bolsista, mediante autorização prévia e expressa da Comissão Especial.

10.4 - O estudante que receber bolsa de estudo, seja com recursos públicos ou privados, diversa do Programa Municipal de Bolsa de Estudo, não poderá acumular os dois benefícios, devendo desvincular-se deste programa no prazo de 30 (trinta) dias a contar de sua inclusão no outro programa.

10.4.1 - O estudante que sofrer desligamento por acúmulo indevido de bolsas de estudo, não poderá participar do Programa Municipal pelo período mínimo de 01 (um) ano.

11 – DAS DENÚNCIAS

11.1 - O processo de seleção e distribuição das bolsas de estudo parciais será realizado sem interferências pessoais, ideológicas, político-partidárias ou privilégios, baseando-se, sua análise e deferimento, tão somente nas informações e documentação apresentada pelo próprio estudante.

11.2 - Qualquer pessoa, independente de identificação, poderá formalizar denúncia, dirigida à Comissão Especial e/ou à Secretaria Municipal de Educação, devidamente protocolizada na Prefeitura Municipal de Videira.

11.2.1 - O estudante denunciado será notificado para prestar esclarecimentos e/ou documentos à Comissão Especial, em dia e hora previamente determinados.

11.2.2 - Se as informações prestadas não forem suficientes à elucidação da situação, a Comissão poderá determinar diligências, podendo suspender ou encerrar imediatamente o benefício.

11.2.3 - Se julgada procedente a denúncia, o beneficiado terá a Bolsa encerrada, após oportunidade do contraditório e da ampla defesa, estando obrigado a restituir os valores recebidos, na forma do inciso III do item 10.1 deste Edital.

11.2.4 - As denúncias poderão ser realizadas durante todo o período de vigência da bolsa.

12 - DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - A Secretaria Municipal de Educação terá por atribuição: orientar no preenchimento do formulário, em caso de dúvidas; receber e analisar os documentos; assessorar a comissão especial em atividades como: agendar reuniões, redigir atas, eventualmente realizar visitas domiciliares aos candidatos à Bolsa de estudo, investigar denúncias, divulgar os resultados e coletar as assinaturas dos contemplados para posterior prestação de contas.

12.2 - Caberá a comissão especial, constituída para este fim, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, dirimir as dúvidas originadas deste Edital.

12.3 - A qualquer tempo, no transcurso do ano letivo de 2014, o aluno beneficiado poderá ser convocado a prestar esclarecimento à comissão especial sobre os dados que informou no formulário de inscrição ao Programa de Bolsas de Estudo;

12.4 - O interessado, que se julgar prejudicado no processo de seleção, poderá solicitar revisão do seu pedido, por meio de requerimento devidamente fundamentado, no prazo de até 02 (dois) dias úteis a contar da publicação do resultado preliminar da seleção.

Videira, 28 de fevereiro de 2014.
ROBERTA APARECIDA MARTINEZ
Secretária Municipal de Educação

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

ANEXO I FICHA DE INSCRIÇÃO

Identificação	
Aluno (a):	
Curso:	Fase/Série:
Instituição de Ensino:	
Endereço Residencial:	Bairro:
Cidade:	Telefone:
Pedido de Concessão de Bolsa de Estudo: () Novo () Renovação	

Identificação dos Pais ou Responsáveis	
Nome do Pai:	
Local de Trabalho:	
Nome da Mãe:	
Local de Trabalho:	
Pais Separados: () Sim () Não	

Quadro de Composição Familiar

Colocar primeiro o nome do candidato(a).

Neste quadro deve constar todas as pessoas que moram com o(a) candidato(a), inclusive crianças.

Nome Completo	Parentesco	Idade	Profissão	Estado Civil	Escolaridade	Renda Bruta mensal

Renda familiar total:

Anexar cópia de comprovante do boletim de desempenho ou declaração da instituição que comprove a aprovação nas disciplinas do ano 2014

Bens Móveis e Imóveis ou Moradia

Anexar cópia do comprovante

Imóvel alugado ou financiado em nome do solicitante () sim () não	Imóvel próprio quitado em nome do solicitante ou em nome de um dos membros do grupo familiar ()sim ()não	Valor mensal do Financiamento com comprovante
Imóvel alugado ou financiado em nome de um dos membros do grupo familiar ()sim () não		
Cedido ()	Outros ()	R\$

Veículos

Anexar cópia do comprovante de(((DE

Marca/Modelo	Ano de Fabricação	Comercial	Passeio

Pessoas da família que estudam em outras escolas particulares e do solicitante (do ultimo mês) Anexar cópia do comprovante

Anexar cópia do comprovante

Nome	Instituição	Valor Parcela R\$
Mensalidade do solicitante		
Mensalidade dos membros da família		
Total:		

Despesas com saúde

Anexar cópia do comprovante

Há alguém na família que está em tratamento médico: ()Sim ()Não

Faz uso contínuo de medicamento: ()Sim ()Não Qual:

Há caso de doenças crônicas na família como: pulmonares, renais, câncer, sanguíneas, AIDS, neurológicas, (epilepsia), cardíacas, outras. ()Sim ()Não

Gasto anual com medicamentos do ano anterior:

Proprietário ou participação de empresas:

Proprietário e/ou participação em empresa (sócio) ()sim () não

Membro do grupo familiar proprietário e/ou com participação em empresa (sócio) ()sim () não

Não possui ()sim () não

Pessoa com Necessidades Especiais

Anexar cópia do comprovante

Há caso de pessoas na família com deficiência física, mental, sensorial (auditiva, visual), múltipla etc... ()Sim ()Não

Despesas Diversas	
Despesas	Valor
Água	
Luz	
Telefone	
Total de despesas:	
Despesas com transporte- (ida e volta- Residência para Instituição e vice-versa).	
Despesas	Valor
Transporte privado acima de R\$ 200,00	
Transporte coletivo até R\$ 200,00	
Transporte próprio	
Total:	

Declaro, sob as penas da lei, serem verdadeiros os dados fornecidos neste formulário e idôneos os documentos que o acompanham, declarando-me, ainda, ciente de que a falsidade ou divergência nas informações acarretará o indeferimento sumário do pedido ou a suspensão do benefício, caso tenha sido concedido.

Local e Data:

CPF:

RG:

Assinatura do candidato ou responsável legal

Resultado do Julgamento da Habilitação TP Nº 01/2014-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2014 - PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO DE SALAS DE AULA E BLOCOS SANITÁRIOS, REFORMA DE BLOCOS SANITÁRIOS EXISTENTES, DA COBERTURA E PINTURA EM GERAL DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PAULO FIORAVANTE PENSO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, restando INABILITADAS as empresas Construtora Herval Ltda ME e Palazzo Construtora Ltda ME e HABILITADAS as empresas Construtora Edificação Ltda ME e Mendes e Suckow Engenharia e Construções Ltda. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 28 de fevereiro de 2014.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Vitor Meireles**PREFEITURA****Extrato de Inexigibilidade 002/2014**

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE 002/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA – Município de Vitor Meireles

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vitor Meireles

CONTRATADO: COMERCIAL DACLANDE LTDA ME

OBJETO: AQUISICAO DE MATERIAL BICA CORRIDA E TRANSPORTE PARA O MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES.

VALOR TOTAL: R\$ 68.400,00 (Sessenta e oito mil e quatrocentos reais)



Vitor Meireles – SC, 28 de fevereiro de 2014
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

Ata Transmissão de Cargo

ATA DE TRANSMISSÃO DO CARGO DE PREFEITO MUNICIPAL PARA O VICE-PREFEITO

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, às dezessete horas, reuniram-se no Gabinete do Prefeito Municipal, no prédio da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, os senhores Lourival Lunelli, Prefeito Municipal, inscrito no CPF sob o nº 538.792.609-15, portador da cédula de identidade nº 1.228.128-0 e, Luiz Lúcio Fossa, Vice-Prefeito Municipal, inscrito no CPF sob o nº 310.388.759-00, portador da cédula de identidade nº 1.031.496-2, para a transmissão do cargo do primeiro para o segundo, em virtude de trinta dias de férias, relativas ao período aquisitivo do exercício de 2013 (dois mil e treze), que dar-se-á a partir do dia primeiro de março de dois mil e catorze até o dia trinta de março de dois mil e catorze. Nada mais havendo a tratar o senhor Lourival Lunelli, Prefeito Municipal, empossou o senhor Luiz Lúcio Fossa, Vice-Prefeito Municipal, no cargo de Prefeito Municipal, onde ambos e os demais presentes assinam o referido Termo de Posse, que será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC em seis de março de dois mil e catorze, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

Vitor Meireles (SC), em vinte e oito de fevereiro de dois mil e catorze.

Classificação e Homologação das Inscrições

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÕES NO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2014

Homologa inscrições no Processo Seletivo nº 002/2014 de 13/02/2014, para Contratação de Professores em Caráter Temporário

DIREÇÃO DE EDUCAÇÃO

O Secretário de Educação do município de Vitor Meireles - SC, Senhor PAULO ROBERTO DE FREITAS, no uso de suas atribuições e no cumprimento do Edital de Processo Seletivo para Contratação de Professores em Caráter Temporário nº 002/2014, homologa as inscrições dos candidatos:

PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL

INSCRIÇÃO	NOME
002	Vaclá Bela Camlém
004	Camila Vaclá Vignoli Caxias Popó
001	Delite Popó
003	Keila Paté (Inscrição Indeferida)

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, 05 de março de 2014.
PAULO ROBERTO DE FREITAS
Secretário de Educação

Extrato de Contrato Nº 006/2014

Extrato do Contrato Nº. 006/2014
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.
CONTRATADA: CEQUIPEL INDÚSTRIA DE MÓVEIS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS GERAIS LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO EDITAL DO PREGÃO IDENTIFICADO NO PREÂMBULO E NA PROPOSTA VENCEDORA, OS QUAIS INTEGRAM ESTE INSTRUMENTO, INDEPENDENTE DE TRANSCRIÇÃO.

PRAZO VIGÊNCIA 28/02/2014 a 28/02/2015

VALOR: R\$ 81.789,00 (Oitenta e um mil setecentos e oitenta e nove reais)

Vitor Meireles - SC, 28 de Fevereiro de 2014.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal.

Xavantina

PREFEITURA

PP 16/2014 Pmxv

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2014 - PMXV

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de peças genuínas e prestação de serviços para consertar Pá Carregadeira CASE W18 - SÉRIE 6953200, pertencente à frota do Departamento de Transportes, conforme relação de Lotes, Itens e Especificações de Peças e Serviços constantes no Anexo "C" deste Edital.
Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Lote.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 18/03/2014.

Abertura: dia 18/03/2014, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 06 de março de 2014.
MAURO JUNES POLETTI,
Prefeito Municipal.

PP 17/2014 Pmxv

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2014 - PMXV

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de peças genuínas e prestação de serviços para consertar Trator de Esteiras Komatsu D41E-6, Série B21003, pertencente à frota do Departamento de Transportes, conforme relação de Lotes, Itens e Especificações de Peças e Serviços constantes no Anexo "C" deste Edital.
Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Lote.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 19/03/2014.

Abertura: dia 19/03/2014, às 09:00 horas.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 06 de março de 2014.
MAURO JUNES POLETO,
Prefeito Municipal.

Xaxim

PREFEITURA

Aviso de Dispensa de Licitação 013/2014

Estado de Santa Catarina
Município de Xaxim

Aviso de Dispensa de Licitação n. 013/2014.
Processo Licitatório n. 058/2014.

Objeto: Aquisição de camisetas manga curta, 67% poliéster e 33% viscose, personalizadas, destinadas ao evento de prevenção DST/HIV/Aids a ser realizado no Carnaval 2014.

Fornecedor : Morgane Maria Tonello Borges ME

Valor total : R\$ 3.796,00 (três mil setecentos e noventa e seis reais)

Fundamento Legal: Art. 24 Inciso II da lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Xaxim, 28 de fevereiro de 2014.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Consórcios

CIS/AMARP

1º Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviço-Santa Clara Imagem S/C Ltda

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC.
<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br

1º ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO-SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA

Contrato de Prestação de Serviços que fazem entre si o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP e SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA

As partes devidamente identificadas no Contrato de Prestação de Serviço original resolvem de comum acordo promover alterações no CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, conforme abaixo:
Fica o Contrato de Prestação de Serviço original acrescido de:

CLÁUSULA TERCEIRA-VALOR CONTRATUAL/PAGAMENTO

O Credenciado prestará aos usuários do CIS-AMARP, serviços especializados de saúde em Ultrassonografia, Termo de Credenciamento nº 13/2014, nos códigos:

ULTRASSONOGRAFIAS	CÓDIGO	VALOR CIS
Ultrassonografia Doppler Colorido de Vasos (Até 3 vasos)	0.20.50.10.04-0	182,60

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura.

As demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviço original permanecem inalteradas produzindo seus efeitos.

Videira, 25 de fevereiro de 2014.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

VISTO:

Humberto Dalpizzol
OAB/SC 15588

CIS/AMAUC

Resolução 03 2014 - Altera Inciso V do Art. 5º TC Cis AMAUC

RESOLUÇÃO Nº 03, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

Dá nova redação ao inciso V, do art. 5º do Termo de Credenciamento e Contrato de Prestação de Serviços – Edital de Chamamento nº 01/2013/CIS AMAUC e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense – CIS Amauc, Senhor VALDIR ZANELLA, no uso de suas atribuições legais e em atendimento da decisão tomada em Assembleia Geral Ordinária do CIS AMAUC, realizada no dia 25 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º- O inciso V, do art. 5º do Termo de Credenciamento e Contrato de Prestação de Serviços – Edital de Chamamento nº 01/2013/CIS AMAUC, passa a vigorar com a seguinte redação:

“V - até o prazo de 15 (quinze) dias, para reavaliação e/ou para apresentação de exames solicitados em consulta anterior, para a especialidade de Pediatria e de 20 (vinte) dias para as demais especialidades;” (NR)

Art. 2º- Os prazos mencionados no art. 1º passam a vigorar para os contratos já firmados.

Art. 3º - A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia – SC, 26 de fevereiro de 2014.

VALDIR ZANELLA
Presidente do CIS Amauc

Registrada e Publicada na Secretaria do CIS Amauc em 26 de fevereiro de 2014.

ROBERTO KURTZ PEREIRA
Diretor Administrativo

Minuta Termo de Credenciamento Anexo II - Edital 2013

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 1/2013

ANEXO II

TERMO DE CREDENCIAMENTO E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense – CIS/AMAUC, com sede na Rua Marechal Deodoro, 772 - 12º Andar – Edifício Mirage Oficces, Município de Concórdia - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente Sr , nos termos do Edital de Chamamento nº 01/2013, CREDENCIA, através deste termo (qualificação, endereço, identidade, CPF) ou a (empresa, instituição, CNPJ, endereço, identificação do responsável), para prestação de serviços especializados de saúde (consulta, exames e/ou procedimentos) ao CIS-AMAUC, de acordo com as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA**DO OBJETO**

Art. 1º O credenciado prestará aos usuários do CIS AMAUC, serviços especializados de saúde em _____ (especialidade em que se escreveu).

**CLÁUSULA SEGUNDA
DO PREÇO**

Art. 2º O preço ajustado entre as partes será o constante na Tabela de Serviços e Valores CIS AMAUC 2013 – Anexo I do Edital de Credenciamento nº 01/2013, estando inclusos taxas de administração, gastos com materiais, taxas de sala, e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços pelo credenciado.

**CLÁUSULA TERCEIRA
DO REAJUSTE**

Art. 3º O reajuste dos valores constantes na Tabela CIS AMAUC será anual, de acordo com o índice aprovado em Assembleia Geral do Conselho Deliberativo do CIS AMAUC.

**CLÁUSULA QUARTA
DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

Art. 4º São obrigações do CIS AMAUC:

I - Efetuar o pagamento até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços, mediante apresentação pelo credenciado da Nota Fiscal/Fatura;

II - Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;

III - Fiscalizar os serviços e esclarecer dúvidas.

IV - Fornecer requisições de consultas e exames.

Art. 5º São obrigações do credenciado:

I - atender todos os encaminhamentos do CIS AMAUC, em consultório ou clínica própria, em horário de expediente normal, pré-definido, dentro da cota mensal previamente estipulada pelas partes;

II - atender os encaminhamentos somente mediante a apresentação de documentação hábil, previamente autorizado pelo CIS AMAUC ou pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de origem;

III - preencher com exatidão e clareza todos os campos das solicitações, demais formulários e documentos fornecidos pelo CIS AMAUC, inclusive o de contra-referência (consultas);

IV - apresentar a nota fiscal/fatura, relação dos serviços realizados com a devida comprovação dos encaminhamentos, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, anexando relação dos usuários, com nome completo e município de origem;

V - até o prazo de 15 (quinze) dias, para reavaliação e/ou para apresentação de exames solicitados em consulta anterior, para a especialidade de Pediatria e 20 (vinte) dias para as demais especialidades;

VI - entregar ao usuário exames realizados, com o laudo técnico, para repassar ao serviço básico de saúde de seu município;

VI - comunicar com antecedência de 10 dias, a não disponibilidade de prestar serviços, justificando os motivos e definindo o período de não atendimento.

**CLÁUSULA SEXTA
DAS CONDIÇÕES GERAIS**

Art. 6º Em caso de atraso na entrega das faturas pelo credenciado, o pagamento devido pelo CIS AMAUC será retardado proporcionalmente.

Art. 7º Em nenhuma hipótese o credenciado poderá cobrar do beneficiário qualquer importância.

Art. 8º O CIS AMAUC reserva-se o direito de, após a conferência técnica e administrativa efetuada por profissionais habilitados, das faturas apresentadas, solicitar perícia e informações adicionais e, em justificando, glosar despesas e procedimentos.

Art. 9º A remuneração recebida pelo credenciado não gerará direito adquirido ou ato jurídico perfeito, não havendo nenhum vínculo de natureza trabalhista ou providenciária.

Art. 10. O presente termo de credenciamento é de caráter precário e "intuito personae", podendo ser revogado a qualquer momento a juízo de conveniência e oportunidade pelo CIS AMAUC.

Art. 11. O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento por meio de comunicação formal ao CIS AMAUC, com antecedência mínima de 30 dias.

Parágrafo único. É vedado ao credenciado delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte os serviços previstos neste termo.

Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pelo CIS AMAUC sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre o melhor atendimento aos usuários.

Concórdia - SC, _____ -.

Credenciado

Presidente

TESTEMUNHAS:

CONSÓRCIO LAMBARI**Edital Assembléia Ordinaria 21 03 2014**

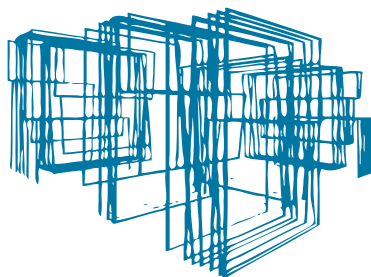
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 1/2014

O Presidente do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e Bacias Contíguas, instituído pelo Decreto Estadual nº 652 de 03 de setembro de 2003, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 10, I, "a" do Regimento Interno, convoca os membros que representam os Usuários de Água, Sociedade Civil e Órgãos Públicos, bem como o público em geral, para participarem da Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 21 de março de 2014, tendo como local a sala de reuniões da AMAUC, sito à rua Marechal Deodoro, 772, 12º andar – Edifício Mirage Office – centro, na cidade de Concórdia, , em primeira convocação às 08h30min com a presença de metade mais um dos seus representantes ou em segunda convocação, meia hora após com no mínimo 1/3 dos seus integrantes, conforme disciplina o art. 11 do Regimento Interno, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

1. Abertura;
2. Prestação de contas do exercício de 2013;
3. Relatório das atividades desenvolvidas em 2013;
4. Plano de Trabalho para o ano de 2014;
5. Lançamento do Projeto "Minuta da Água";
6. Exposição itinerante das fotografias do concurso Olhares sobre a Água;
7. Diagnóstico sobre qualidade da água do Lageado Cruzeiro pela ECOPEF;
8. Assuntos Gerais
9. Encerramento.

Concórdia, 28 de fevereiro de 2014.
VILMAR COMASSETTO
Presidente

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



www.ciga.sc.gov.br

